

COLLECÇÃO DAS LEIS

DA

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DE

1893

PARTES I E II



RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1894

INDICE

DOS

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

DE

1893



	Pags.
N. 1200 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1893 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Maranhão.....	1
N. 1201 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1893 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Piauhý.....	1
N. 1202 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional das comarcas de Jaguary e Cambuhy, no Estado de Minas Geraes.....	2
N. 1203 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da Capital do Estado do Rio de Janeiro.....	2
N. 1204 — FAZENDA — Decreto de 6 de janeiro de 1893 — Manda observar a nova tabella do pessoal das Caixas Economicas que estavam annexas ás Thesourarias de Fazenda.....	3
N. 1205 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1893 — Dá regulamento á Secretaria de Estado das Relações Exteriores	5

	Pags.
N. 1206 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Verde, no Estado de S. Paulo.....	16
N. 1207 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1893 — Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, na comarca de Itaporanga, no Estado de Sergipe...	16
N. 1208 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1893 — Dá nova organização à Guarda Nacional da comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes.....	17
N. 1209 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de janeiro de 1893 — Dá nova organização à Guarda Nacional da comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes.....	17
N. 1210 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de janeiro de 1893 — Torna extensivas aos professores dos Institutos Benjamin Constant e dos Surdos-Mudos as vantagens concedidas ao pessoal docente do Gymnasio Nacional.....	18
N. 1211 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 232:000\$000 para occorrer ás despesas do serviço de illuminação publica, exercicio de 1892.....	18
N. 1212 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 285:000\$000, no 1º trimestre do corrente exercicio, para occorrer ás despesas com o serviço da illuminação publica.....	19
N. 1213 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de janeiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 1.274:156\$250, no corrente exercicio, para occorrer ás despesas com o serviço de esgoto da cidade	19
N. 1214 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Ceará.....	20
N. 1215 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado da Parahyba.....	21
N. 1216 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Rio Grande do Sul	21

	Pags.
N. 1217 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Goyaz.....	22
N. 1218 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Revoga o decreto n. 680 de 21 de novembro de 1891.....	22
N. 1219 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Cooperativa de Panificação.....	22
N. 1220 — FAZENDA — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Dá instruções para execução do art. 40, letras K e L e parographo unico, do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, relativamente aos procuradores da Fazenda Publica Federal.....	24
N. 1221 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Fortaleza, no Estado de Goyaz.....	26
N. 1222 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Palma, no Estado de Goyaz..	26
N. 1223 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Entre-Rios, no Estado de Goyaz.....	27
N. 1224 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Rio Paraná, no Estado de Goyaz.	27
N. 1225 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca da Boa Vista, no Estado de Goyaz.....	28
N. 1226 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de S. José de Tocantins, no Estado de Goyaz.....	28
N. 1227 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca da Posse, no Estado de Goyaz.....	29
N. 1228 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Cavaleanti, no Estado de Goyaz.....	29
N. 1229 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Porto Nacional, no Estado de Goyaz.	30
N. 1230 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado do Maranhão.....	30

	Pags.
N. 1231 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes.....	31
N. 1232 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca do Rio S. Francisco, no Estado de Minas Geraes.....	31
N. 1233 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de janeiro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de São Bento do Sapucahy, no Estado de S. Paulo.....	32
N. 1234 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito extraordinario de 122:493\$750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, durante o 1º semestre do exercicio corrente.....	32
N. 1235 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1893 — Crea na comarca de Campinas, no Estado de S. Paulo, um batalhão da reserva de guardas nacionaes.....	33
N. 1236 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de janeiro de 1893 — Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de Caconde, no Estado de S. Paulo.....	33
N. 1237 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Concede autorização ao Banco da Bolsa do Recife para organisar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Pecuaria Fabril.....	34
N. 1238 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de Curytiba, no Estado do Paraná.....	43
N. 1239 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Sorocaba, no Estado de S. Paulo.....	43
N. 1240 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Barbacena, no Estado de Minas Geraes.....	44
N. 1241 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Concede á Companhia Cooperativa Industrial autorização para funcionar.....	45
N. 1242 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Annexa ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de Porto Calvo o 14º batalhão de infantaria da mesma guarda da de Camaragibe, ambas no Estado das Alagoas.....	50

	Pags.
N. 1243 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Proroga por quatro mezes o prazo para a terminação das obras da Companhia Telephonica S. Paulo e Rio.....	50
N. 1244 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Approva a reorganisação do Lloyd Brasileiro.....	51
N. 1245 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Riachuelo, no Estado de Sergipe.....	52
N. 1246 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca do Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro.....	52
N. 1247 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Lima Duarte, no Estado de Minas Geraes.....	53
N. 1248 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Branco, no Estado de Minas Geraes.....	53
N. 1249 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de janeiro de 1893 — Concede á Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assú authorisação para reduzir o seu capital.....	54
N. 1250 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.....	54
N. 1251 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Labrea, no Estado do Amazonas.....	55
N. 1252 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Altera o disposto no paragrapho unico do art. 16 do regulamento annexo ao decreto n. 896 de 29 de junho de 1892.....	55
N. 1253 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Approva, com alterações, os estatutos do Banco da Republica do Brazil.....	56
N. 1254 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palmyra, no Estado de Minas Geraes.....	72
N. 1255 — FAZENDA — Decreto de 31 de janeiro de 1893 — Approva os novos estatutos do Banco Industrial e Constructor do Paraná.....	72
N. 1256 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de fevereiro de 1893 — Dá execução ao disposto no	

	Pags.
art. 2º do decreto n. 1310 de 6 de fevereiro de 1891, com referencia ao corpo docente da Escola Nacional de Bellas-Artes.....	79
N. 1257 — FAZENDA — Decreto de 3 de fevereiro de 1893 — Dá regulamento para o Laboratorio Nacional de Analyses que funciona na Alfandega da Capital Federal, e outras providencias.....	80
N. 1258 — FAZENDA — Decreto de 3 de fevereiro de 1893 — Designa as loterias que deverão ser extrahidas em 1893.....	87
N. 1259 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.....	91
N. 1260 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Villa Nova, no Estado de Sergipe.....	91
N. 1261 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de fevereiro de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Pedro de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.....	92
N. 1262 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 1.418:345\$ para occorrer ás despesas com os serviços a cargo da Inspectoria Geral das Obras Publicas desta Capital, durante o 1º semestre do exercicio de 1893.....	92
N. 1263 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de £ 16.875-0-0, para pagamento dos juros garantidos á Ceará Harbour Corporation, relativos ao exercicio de 1892, em liquidação.....	93
N. 1263 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de fevereiro de 1893 — Dá novo regulamento para a Brigada Policial da Capital Federal.....	94
N. 1264 — FAZENDA — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Dá novo regulamento para a cobrança do sello do papel.....	174
N. 1265 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito supplementar de 267:598\$212, para despesas das verbas abaixo declaradas, do exercicio de 1892: — Hospitaes, 62:452\$124; — Munições navaes, 105:445\$783; e — Eventuaes, 100:000\$900.....	209
N. 1266 — MARINHA — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito extraordinario de 680:802\$261 para despesas das verbas abaixo declaradas, do exercicio de 1892: — Combustivel, 268:431\$056; e — Material de construcção naval, 412:371\$005.....	210

Pags.

N. 1267 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 680:800\$000 para occorrer, no exercicio de 1893, ao pagamento do ordenado dos magistrados postos em disponibilidade	210
N. 1268 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes	211
N. 1269 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização aos corpos de cavallaria de guardas nacionaes do Estado de Sergipe e crea mais quatro regimentos da mesma arma.	211
N. 1270 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Transfere do commando superior de guardas nacionaes da comarca de Villa Nova para o da de Propriá, no Estado de Sergipe, o 28º batalhão de infantaria do serviço activo e deste para aquelle o 19º batalhão da mesma arma	212
N. 1271 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Approva as plantas, perfil longitudinal e orçamento para a construcção do segundo trecho de 30 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, além da cidade de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes.	213
N. 1272 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 11 de fevereiro de 1893 — Declara caduca a concessão de garantia de juros feita a Newton Cesar Burlamaqui e Henrique Deslandes, para estabelecimento de dous engenhos centraes no Estado do Espirito Santo.	213
N. 1273 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 50:000\$ para despesas com o serviço de hygiene terrestre em diversos Estados.	214
N. 1274 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João da Boa Vista, no Estado de S. Paulo	214
N. 1275 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de S. José dos Campos, no Estado de S. Paulo.	215
N. 1276 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro	215
N. 1277 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva de guardas nacionaes na comarca da Granja, no Estado do Ceará.	216

N. 1278 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais dous batalhões de infantaria do serviço activo e um da reserva de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.....	216
N. 1279 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva de guardas nacionaes na comarca do Icó, no Estado do Ceará.....	217
N. 1280 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.....	217
N. 1281 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.....	218
N. 1282 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.....	218
N. 1283 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.....	219
N. 1284 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo.....	219
N. 1285 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca do Icó, no Estado do Ceará.....	220
N. 1286 — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Approva o regulamento da Companhia Docas de Santos.	220
N. 1287 — FAZENDA — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Approva e manda executar o regulamento sobre a venda dos bilhetes das loterias estaduais no Districto Federal	223
N. 1288 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de fevereiro de 1893 — Approva com modificações os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas nos trechos comprehendidos entre os kilometros 10 e 40 de Barra Mansa para Lavras e 30 e 130 de Lavras para Barra Mansa..	228
N. 1289 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de fevereiro de 1893 — Concede á Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Geraes, na forma do art. 311 doCodigo das disposições communs ás instituições de ensino superior, o título de Faculdade Livre, com todos os privilegios e garantias de que gosam as Faculdades federaes.....	229

Pags.

N. 1290 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 22 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 2.495:556\$, no corrente exercicio, para attender á execução de diversos serviços.....	230
N. 1291 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro..	231
N. 1291 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 22 de fevereiro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Felix do Paraguassu, no Estado da Bahia.....	231
N. 1292 — FAZENDA — Decreto de 22 de fevereiro de 1893 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 99:000\$ para as despesas com o material do Thesouro Federal, do Tribunal de Contas e das Delegacias Fiscaes, no exercicio de 1893.....	232
N. 1292 A — FAZENDA — Decreto de 1 de março de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Fazenda o credito extraordinario de 400:000\$ para as despesas a fazer com o Montepio obrigatorio dos empregados civis, no exercicio de 1893.....	233
N. 1294 (*) — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um regimento de artilharia de campanha de guardas nacionaes na comarca do Lagarto, no Estado de Sergipe.....	233
N. 1295 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Villa Nova, no Estado de Sergipe.....	234
N. 1296 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria da Guarda Nacional na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.....	234
N. 1297 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um regimento de artilharia de campanha de guardas nacionaes na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.....	235
N. 1298 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo, um da reserva e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Areia, no Estado da Bahia.....	235
N. 1299 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Campos Novos de Paranapanema, no Estado de S. Paulo.....	236

(*) O decreto com o n. 1293 não foi publicado.

	Pags.
N. 1300 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Reorganisa o commando superior de guardas nacionaes da comarca de Jacarehy, no Estado de S. Paulo	236
N. 1301 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ubatuba, no Estado de S. Paulo	237
N. 1302 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bariry, no Estado de S. Paulo	238
N. 1303 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jahu, no Estado de S. Paulo	238
N. 1304 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de março de 1893 — Crea mais um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul	239
N. 1305 — FAZENDA — Decreto de 7 de março de 1893 — Approva, com alterações, os estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas	239
N. 1306 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de março de 1893 — Eleva á categoria de regimento o 2º esquadrão de cavallaria da Guarda Nacional da comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe	240
N. 1307 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de março de 1893 — Proroga por um anno o prazo concedido para a conclusão das obras da Estrada de Ferro da Tijuca	240
N. 1308 — FAZENDA — Decreto de 8 de março de 1893 — Autorisa o Banco da Republica do Brazil, de accordo com o art. 9º do decreto n. 1167 de 17 de dezembro do 1892, e na forma do capitulo II, titulo VII dos seus estatutos, a emittir <i>bonus</i> ao portador, até á somma de 100.000:000\$, do valor de 200\$ a 1:000\$ cada um, com juro de 4 % ao anno, pago pelo mesmo Banco	241
N. 1309 — MARINHA — Decreto de 8 de março de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito extraordinario de 32:150\$000 á verba — Repartição da Carta Maritima — exercicio de 1893	243
N. 1310 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 8 de março de 1893 — Proroga por mais um anno o prazo concedido ao cidadão Joaquim Barbosa dos Santos Werneck, para navegação por vapor no rio Preto, Estado do Rio de Janeiro	246
N. 1310 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 8 de março de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1:500:000\$ para a construcção de um lazareto no Estado de Pernambuco	247

	Paga.
N. 1311 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de março de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.....	247
N. 1312 — FAZENDA — Decreto de 10 de março de 1893 — Autorisa o Banco de Credito Popular do Brazil, com séde nesta Capital, a transformar-se em Banco Hypothecario.....	247
N. 1313 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes.....	248
N. 1314 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1893 — Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo.....	249
N. 1315 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 15 de março de 1893 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 200:000\$ para as despesas com a pacificação de Estados em que a ordem e tranquillidade publicas forem perturbadas.....	249
N. 1316 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de março de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Christina, no Estado de Minas Geraes.....	250
N. 1317 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de março de 1893 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 99:200\$, no corrente exercicio, para attender á execução de diversos serviços.....	250
N. 1318 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 17 de março de 1893 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 374:581\$670 para as despesas das rubricas — Ajuda de custo — e — Extraordinarias no exterior — exercicio de 1892.....	253
N. 1319 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Salinas, no Estado de Minas Geraes.....	261
N. 1320 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Marianna, no Estado de Minas Geraes.....	261
N. 1321 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Salinas Lindenberg de Cabo Frio.....	262
N. 1323 (*) — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de março de 1893 — Divide o collegio commercial da Capital Federal em cinco secções e dá outras providencias.....	263

(*) O decreto com o n. 1322 não foi publicado.

	Pags.
N. 1324 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1893 — Approva o perfil longitudinal, desenhos dos tipos de obras de arte e orçamento para a construção de um trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco...	264
N. 1325 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 21 de março de 1893 — Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 16:200\$ para occorrer ao pagamento de salarios dos serventes da respectiva Secretaria de Estado, durante o corrente exercicio.....	265
N. 1326 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1893 — Abre um credito de 12:779\$065 para occorrer ao excesso de despesas com os serviços da Inspectoria de Instrução Primaria e Secundaria e com os da Instrução Primaria do 1º e 2º grãos desta Capital.....	266
N. 1330 (*) — FAZENDA — Decreto de 24 de março de 1893 — Concede ao <i>Brasilianische Bank für Deutschland</i> autorisação para estabelecer uma caixa filial na cidade de S. Paulo, Estado do mesmo nome.....	267
N. 1331 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 24 de março de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 150:000\$ ao cambio de 27 de. por 1\$ 00 para dar cumprimento ao disposto no art. 2º da lei n. 97 de 5 de outubro de 1892.....	267
N. 1332 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araranguá, no Estado de Santa Catharina.....	268
N. 1333 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de março de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Joaquim da Costa da Serra, no Estado de Santa Catharina.....	269
N. 1334 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1893 — Regula a parte civil do decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890.....	269
N. 1335 — FAZENDA — Decreto de 28 de março de 1893 — Manda executar o additamento do contracto approved pelo decreto n. 574 de 26 de setembro de 1891.....	283
N. 1336 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1893 — Faz nos orçamentos dos extinctos Ministerios da Justiça, Instrução Publica e Interior as modificações autorizadas pelo art. 6º da lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891.....	284
N. 1337 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de março de 1893 — Approva os estudos definitivos de diferentes trechos da linha ferrea de Res-saca a Santos, na extensão de 25 kilometros.....	285

(*) Os decretos com os ns. 1327, 1328 e 1329 não foram publicados.

Pags.

N. 1338 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1893 — Providencia sobre o pagamento de pessoal de cadeiras extinctas do Gymnasio Nacional.	
N. 1339 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1893 — Providencia sobre o pagamento de despesas com serviços sanitarios para os quaes não foi consignada verba.....	287
N. 1340 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de março de 1893 — Manda reservar no Thesouro Federal, com applicação extra-orçamentaria, a quantia de 65:000\$, para execução dos decretos ns. 1338 e 1339 desta data.....	288
N. 1341 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1893 — Declara caduca a concessão relativa ao prolongamento da Estrada de Ferro Principe do Gram-Pará, da estação do Areal a Entre-Rios.....	289
N. 1342 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1893 — Approva os estudos para a construcção de um trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, na extensão de 30 kilometros além de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes.....	289
N. 1343 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de abril de 1893 — Reorganisa o commando superior de Guarda Nacional da comarca de Entre-Rios, no Estado de Minas Geraes.....	290
N. 1344 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de abril de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Palma, no Estado de Goyaz.....	290
N. 1345 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de abril de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jardim, no Estado do Ceará.....	291
N. 1346 — GUERRA — Decreto de 7 de abril de 1893 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario da quantia de 36:280\$000.....	291
N. 1347 — MARINHA — Decreto de 7 de abril de 1893 — Manda executar o regulamento reunindo em uma só as repartições dos pharões, hydrographica e meteorologica, sob a denominação de Repartição da Carta Maritima do Brazil.....	292
N. 1348 — MARINHA — Decreto de 7 de abril de 1893 — Dá novo regulamento ao Corpo de Saude da Armada.....	308
N. 1349 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 7 de abril de 1893 — Approva os novos estatutos da Companhia Alliança Mercantil.....	329
N. 1350 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1893 — Crea mais dous batalhões de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Atalaia, no Estado das Alagoas.....	336

	Paga.
N. 1351 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1893 — Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.....	336
N. 1352 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de abril de 1893 — Crea um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na Capital de Sergipe.	337
N. 1353 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de abril de 1893 — Proroga por mais um anno o prazo de dous annos, marcado no decreto n. 1177, de 17 de dezembro de 1890, autorizando o lançamento de cabos submarinos e terrestres entre a Capital Federal e a cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.	337
N. 1354 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea na comarca de Juiz de Fora, no Estado de Minas Geraes, mais tres batalhões de guardas nacionaes, sendo um de infantaria, um de artilharia e um da reserva.....	338
N. 1355 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes.....	339
N. 1356 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Porto Feliz, no Estado de S. Paulo.....	339
N. 1357 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itapira, do Estado de S. Paulo.....	340
N. 1358 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 34:808\$252, para occorrer ás despesas com o pessoal da Repartição da Policia e com os vencimentos dos magistrados do Estado da Parahyba, durante o periodo anterior á reorganisação definitiva desses serviços.....	340
N. 1359 — FAZENDA — Decreto de 20 de abril de 1893 — Manda observar o regulamento para as funcções dos corretores de fundos publicos e operações da Bolsa.....	341
N. 1360 — FAZENDA — Decreto de 20 de abril de 1893 — Abre um credito extraordinario de 400:000\$ á verba — Pensionistas — do § 5º do art. 7º da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892.....	359
N. 1361 — FAZENDA — Decreto de 20 de abril de 1893 — Approva com alterações os estatutos do Banco Hypothecario do Brazil.....	360
N. 1362 — MARINHA — Decreto de 20 de abril de 1893 — Approva o regulamento da Escola de Machinistas e Pilotos do Estado do Pará, creada pelas leis ns. 101 e 102 de 13 de outubro de 1892.....	362

	Pags.
N. 1363 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.....	384
N. 1364 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sobral, no Estado do Ceará.....	384
N. 1365 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.....	385
N. 1366 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes.....	385
N. 1367 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia, mais um batalhão do serviço activo e eleva a regimento o 9º esquadrão de cavallaria de guardas nacionaes.....	386
N. 1368 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea na comarca da Capital do Estado da Bahia mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes.....	386
N. 1369 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes.....	387
N. 1370 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de abril de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo.....	387
N. 1371 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 20 de abril de 1893 — Autorisa a <i>Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens</i> a construir um novo armazem na estação de Curitiba, por conta do custeio de sua estrada de ferro.....	388
N. 1372 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Muricy, no Estado das Alagoas.....	388
N. 1373 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea na Capital do Estado das Alagoas mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes.....	389
N. 1374 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1893 — Abre um credito extraordinario de 5:280\$700, para pagamento do premio ao Dr. José Luiz de Almeida Couto, lente cathedratice da Faculdade de Medicina da Bahia, e da impressão de sua obra intitulada « Lições de Clinica medica e therapeutica... »	389

	Paga.
N. 1375 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.....	390
N. 1376 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea mais um regimento de cavalaria de guardas nacionaes na comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes.....	390
N. 1377 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.....	391
N. 1378 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1893 — Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo.....	391
N. 1379 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes, na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.....	392
N. 1380 — FAZENDA — Decreto de 27 de abril de 1893 — Autorisa o vice-presidente do Banco da Republica do Brazil a assignar tambem os <i>bonus</i> emitidos pelo mesmo banco.....	392
N. 1381 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de abril de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de quinze mil dollars ao cambio de 27 dinheiros sterlingos por mil réis, para pagamento devido á via ferrea Intercontinental.....	393
N. 1382 — MARINHA — Decreto de 27 de abril de 1893 — Faz extensivo á Armada o decreto n. 1029 de 14 de novembro de 1890 que elevou a 21 annos a idade dos filhos varões dos officiaes do Exercito, para a percepção do meio soldo.....	393
N. 1383 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de abril de 1893 — Autorisa a Companhia Banha Rio-Grandense Alves a integralisar as suas accções por meio da redução do seu capital.....	394
N. 1383 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 27 de abril de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado do Ceará.....	394
N. 1384 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Declara caduca a concessão feita á <i>Brazil Great Southern Railway Company, limited</i> , para prolongar a Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy, até Santo Angelo, com um ramal para Passo de S. Borja.....	395
N. 1385 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Próroga o prazo marcado no decreto n. 9452 de 27 de junho de 1885.....	395

	Pags.
N. 1386 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Autorisa a Empreza União Industrial dos Estados-Unidos do Brazil para transferir a Companhia de S. Paulo Rio Grande a concessão relativa á Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta.....	396
N. 1387 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de S. José de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.....	397
N. 1388 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Concede autorisação á sociedade commanditaria por acções—Rodrigues Fontes, Oliveira & Comp., para funcionar.....	397
N. 1389 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Approva com modificações os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo, comprehendidos entre os kilometros 40 e 189.....	399
N. 1390 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Declara caduca a concessão feita para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Catalão a Matto Grosso.....	400
N. 1391 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto do 6 de maio de 1893 — Restabelece por ponto inicial a cidade das Alagôas para construcção da Estrada de Ferro Alagôas a Paulo Affonso.....	401
N. 1392 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 6 de maio de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da Capital do Estado das Alagôas.....	401
N. 1393 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 6 de maio de 1893 — Concede aos cidadãos Ferdinand Rodde e Antonio José Ferreira Martins Filho autorisação para fundarem na Capital Federal uma estação telephonica em communicacão com a rede telephonica do Estado do Rio de Janeiro, privilegiada pelo Governo daquelle Estado.....	402
N. 1395 (*) — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1893 — Manda executar o accordo ampliativo sobre a execução das cartas rogatorias, concluido entre o Brazil e a Republica do Perú em 8 de junho de 1891...	403
N. 1396 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1893 — Dá nova organisação á Guarda Nacional da comarca de Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro.....	405
N. 1397 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1893 — Dá nova organisação á Guarda Nacional da comarca de S. João Marcos (antigo S. João do Principe), no Estado do Rio de Janeiro.....	406

(*) Com o n. 1394 não houve acto.

	Pags.
N. 1393 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes....	406
N. 1399 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de maio de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 379:185\$441 para occorrer ás despezas com o serviço da iluminação publica até ao fim do 2º trimestre do corrente anno.....	407
N. 1400 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de maio de 1893 — Substitue o art. 1.º das instrucções regulamentares da Estrada de Ferro Minas e Rio pelo art. 11 das que vigoram na Estrada de Ferro Central do Brazil.....	407
N. 1402 (*) — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de maio de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Fructal, no Estado de Minas Geraes.....	408
N. 1403 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca da Laguna, no Estado de Santa Catharina.....	409
N. 1404 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Itu, no Estado de S. Paulo.....	409
N. 1405 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Campos Novos do Parapanema, no Estado de S. Paulo.....	410
N. 1406 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes.....	410
N. 1407 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Lapa, no Estado do Paraná.....	411
N. 1408 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de S. Domingos do Prata, no Estado de Minas Geraes.....	411
N. 1409 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de março de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Araxá, no Estado de Minas Geraes.....	412
N. 1410 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Declara sem effeito o decreto n. 550 de 17 de setembro de 1891, que autorisa a concessão para a construção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre Ponta Grossa e Corumbá, e ramaes.	412

(*) Com o n. 1401 não houve acto.

	Pags.
N. 1411 — INDUSTRIA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Approva os estudos e orçamento para construção do 4º trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil além de Sete Lagoas, na extensão de 30 kilometros entre as estacas 4500 e 5890+9.....	413
N. 1412 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Approva os estudos e orçamento para construção do trecho de 35.300 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, comprehendido entre Bello Jardim e Pesqueira.....	413
N. 1413 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Approva o perfil longitudinal, planta e orçamento para a construção de um trecho da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco....	414
N. 1414 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 25 de maio de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Distillação e Aguas Mine- <i>raes Christoffel-Supakoff</i>	414
N. 1415 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Mirador, no Estado do Maranhão.....	419
N. 1416 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de maio de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna do Curralinho, no Estado do Maranhão.....	420
N. 1417 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Concede á Escola de Pharmacia de Ouro Preto as vantagens de que gosam os estabelecimentos congêneres da União.....	420
N. 1418 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1893 — Altera clausulas da concessão feita aos cidadãos Ferdinand Rodde e Antonio José Ferreira Martins Filho, por decreto n. 1393, de 6 de maio de 1893, para estabelecerem na Capital Federal uma estação telephonica.....	421
N. 1419 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Hydraulica Pelotense.....	422
N. 1420 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercial.....	424
N. 1421 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Joaquim da Costa da Serra, no Estado de Santa Catharina.....	427
N. 1422 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca do Piranga, no Estado de Minas Geraes.....	427

	Pags.
N. 1423 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Carmo do Parnahyba, no Estado de Minas Geraes.....	428
N. 1424 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Araguay, no Estado de Minas Geraes.....	428
N. 1425 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Crea mais um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.....	429
N. 2426 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 2 de junho de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro.	429
N. 1427 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1893 — Proroga por dous annos o prazo marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para o inicio da construcção de quatro saladeiros no referido Estado.....	430
N. 1428 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 2 de junho de 1893 — Proroga por um anno o prazo fixado na clausula 3ª do decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890, com a pena imposta na clausula 3ª, para conclusão das obras de construcção da Estrada de Ferro de Uberaba a Catalão.....	430
N. 1429 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de junho de 1893 — Crea na China uma Legação e tres Consulados	431
N. 1429 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de junho de 1893 — Proroga até 31 de julho do corrente anno o prazo fixado na clausula 6ª do decreto n. 10.250 de 31 de maio de 1839 para conclusão das obras em construcção da Estrada de Ferro de Caxias a Cajueiros.....	431
N. 1430 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de S. Sebastião do Cahy, no Estado do Rio Grande do Sul.....	432
N. 1431 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Marca o vestuario que, no exercicio de suas funções e solemnidades publicas, devem usar os membros do Tribunal Civil e Criminal e pretores do Districto Federal.....	432
N. 1432 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na Capital do Estado do Ceará.....	433
N. 1433 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Parahybuna, no Estado de S. Paulo.....	433

	Pags.
N. 1434 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.....	434
N. 1435 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Peçanha, no Estado de Minas Geraes.....	434
N. 1436 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de junho de 1893 — Declara de nenhum effeito a concessão de garantia de juros feita pelo decreto n. 10.127 de 22 de dezembro de 1888 á Companhia Progresso Agricola, para o estabelecimento de um engenho central no Maranhão.....	435
N. 1437 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.....	435
N. 1438 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de junho de 1893 — Autorisa a <i>Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, limited</i> para desapropriar a praça Silveira Martins, na cidade do Rio Grande do Sul.....	436
N. 1439 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de junho de 1893 — Approva a modificação do trecho destinado ao estabelecimento da estação de S. Vicente, no prolongamento para Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana.....	437
N. 1440 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de junho de 1893 — Approva os estudos definitivos da variante entre os kilometros 421, 798 e 490 da linha de Botucatu á foz do Tibagy, no rio Parapanema, da Estrada de Ferro Sorocabana.....	437
N. 1441 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 15 de junho de 1893 — Approva os estudos definitivos do prolongamento para Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana, dos trechos entre os kilometros 13. 1—24 (S. Vicente e Serra) e 22—36 (Pinheirinhos e Santos).....	438
N. 1441 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de junho de 1893 — Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguará, no Estado do Maranhão.....	438
N. 1442 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Approva a mudança de local para ponto inicial da Estrada de Ferro de Santa Maria á Cruz Alta.....	439
N. 1443 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Bambuhy, no Estado de Minas Geraes.....	439

	Paga.
N. 1444 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1893 — Crea um commando superior da Guarda Nacional na comarca de Dorez de Indaiá, no Estado de Minas Geraes.....	440
N. 1445 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Proroga por mais seis mezes o prazo para terminação das obras da Companhia Telephonica S. Paulo e Rio.....	440
N. 1446 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Approva os estudos e orçamento para a construção do trecho do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, comprehendido entre os kilometros 283.800 em Humaytá e 389.690 em Quinquê.....	441
N. 1447 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Considera de nenhum effeito o decreto n. 602 de 17 de outubro de 1891.....	441
N. 1448 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Approva o perfil longitudinal, planta e orçamento para a construção do trecho da estaca 1000 a 1500, da linha de Guarabira a Nova Cruz, na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.....	442
N. 1449 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Approva os estudos constantes de planta geral, perfil longitudinal e orçamentos para a construção do trecho do ramal ferreo de Guarabira a Nova Cruz, comprehendido entre as estacas 1500 e 2711 17,5.....	442
N. 1450 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Declara caducos o privilegio, a garantia de juros adicional e mais favores do decreto n. 10.124 de 15 de dezembro de 1888, para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo.....	443
N. 1451 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Declara caducos o privilegio, a garantia de juros e mais favores concedidos pelo decreto n. 10.409 de 19 de outubro de 1889 para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro do Rio Bonito a Cabo Frio.....	443
N. 1452 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Petropolis Industrial e Agricola.....	444
N. 1453 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Cantagallo, no Estado do Rio de Janeiro.....	445
N. 1454 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de julho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.....	445
N. 1455 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Concede autorização á sociedade Norton, Megaw & C. ^a , limited para funcionar no Brazil.....	446

	Pags.
N. 1456 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Prorroga o prazo concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para lavrar mineraes nos Estados do Pará e Maranhão.....	462
N. 1457 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Approva com modificações os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão, na extensão de 279.500.....	462
N. 1458 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de julho de 1893 — Autorisa a <i>Alagoas Railway Company, limited</i> , a desapropriar o predio necessario ao serviço do trafego da Estrada de Ferro Central das Alagoas.....	463
N. 1459 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca da União, no Estado das Alagoas.....	463
N. 1460 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca da Atalaya, no Estado das Alagoas.....	464
N. 1461 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca da Viçosa no Estado das Alagoas.....	464
N. 1462 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Anadia, no Estado das Alagoas.....	465
N. 1463 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Traipu, no Estado das Alagoas.....	465
N. 1464 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 12 de julho de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Pilar, no Estado das Alagoas.....	466
N. 1465 — GUERRA — Decreto de 13 de julho de 1893 — Approva o plano de uniformes para os alumnos e inspectores de alumnos do Collegio Militar.....	466
N. 1466 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Approva os estudos definitivos da 4ª secção da linha de Jaguará a Catalão.....	469
N. 1467 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1893 — Crea um commando superior da Guarda Nacional na comarca de S Felix, Estado da Bahia	469
N. 1468 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Declara caduca a concessão constante do decreto n. 955 de 5 de novembro de 1890 para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro da cidade de Maceió a Leopoldina, com um ramal para Porto Calvo.....	470
N. 1469 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 1.418:345\$ para occorrer ás despesas com o	

	Pags.
serviço a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal durante o 2º semestre do corrente anno.	470
N. 1470 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1873 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 1.828:832\$635 para occorrer ao pagamento de passagens de immigrants, durante o corrente exercicio.	471
N. 1471 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brazil	472
N. 1472 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Rio Pardo, no Estado de Minas Geraes.	473
N. 1473 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Fixa provisoriamente em 5:269:440\$ o capital empregado nas 1ª, 2ª, 3ª, e 5ª, secções dos prolongamentos e ramaes da Estrada de Ferro do Paraná.....	473
N. 1474 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Declara caduca a concessão de favores feita ao cidadão José Thomaz Pires Machado Portella para estabelecer um engenho central na antiga Provincia de Pernambuco.....	474
N. 1475 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Coruripe, no Estado das Alagoas	474
N. 1476 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de julho de 1893 — Crea um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado do Piahy.....	475
N. 1477 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 13 de julho de 1893 — Fixa definitivamente o maximo do capital garantido para o prolongamento da Estrada de Ferro da Companhia <i>Tram-road de Nazareth</i>	475
N. 1478 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1893 — Crêa mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva de guardas nacionaes na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará.....	476
N. 1479 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1893 — Crea na comarca de Caeté, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes.....	476
N. 1480 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia.....	477
N. 1481 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1893 — Crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca da Boa Vista do Tremedal, no Estado de Minas Geraes.....	477

	Págs.
N. 1482 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de julho de 1893 — Approva o regulamento para as Faculdades de Medicina da Republica.....	478
N. 1482 B — FAZENDA — Decreto de 24 de julho de 1893 — Autorisa a funcionar a sociedade anonyma Loteria Nacional, e approva os respectivos estatutos.....	521
N. 1484 (*) — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de julho de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Pão de Assucar, no Estado das Alagoas.....	522
N. 1485 — MARINHA — Decreto de 25 de julho de 1893 — Torna extensivo á Armada o disposto no n. 1 do § 1º do art. 7º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891 relativa ao Exercito.....	523
N. 1486 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de julho de 1893 — Approva os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana, de Resaca a Santos, do trecho que comprehende o Alto da Serra do Mar á estação do Guayó, na Estrada de Ferro Central, e ramal desse ponto á cidade de Mogy das Cruzes.....	523
N. 1487 — GUERRA — Decreto de 28 de junho de 1893 — Equipara os primeiros e segundos patrões do Arsenal de Guerra da Capital Federal aos machinistas do mesmo arsenal, eleva á categoria de terceiros patrões os patrões arvorados; equipara os vencimentos dos machinistas das lanchas daquelle arsenal aos machinistas de igual categoria do Arsenal de Marinha e approva a tabella dos respectivos vencimentos.....	524
N. 1488 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1893 — Approva com modificações os estudos definitivos da Estrada de Ferro do Peçanha ao Araxá do trecho de Araxá á Confusão.....	525
N. 1489 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Estancia, no Estado de Sergipe.....	526
N. 1490 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Vizeu, no Estado do Pará.....	526
N. 1491 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado do Pará.....	527
N. 1492 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Pirajú, no Estado de S. Paulo.....	527

(*) Com o n. 1483 não houve acto

**N. 1482 A - Decreto de 24 de julho de 1893-
Altera o quadro de pessoal da Rece-
bedoria da Capital Federal..... 520

	Pags.
N. 1493 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bom Jesus dos Meiras, no Estado da Bahia.....	528
N. 1494 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de julho de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Maranhão, no Estado de Goyaz.....	528
N. 1495 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 31 de julho de 1893 — Approva os estudos e plantas apresentados pela Empreza do Arrasamento do Morro do Castello, para a construção das obras a seu cargo.....	529
N. 1496 — GUERRA — Decreto de 31 de julho de 1893 — Faz extensivas aos mestres da Fabrica de Ferro de S. João do Ypanema as disposições dos arts. 235 e 236 do regulamento dos Arsenaes de Guerra.....	529
N. 1497 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Proroga por dous annos o prazo fixado na clausula 6ª do decreto n. 906 de 18 de outubro de 1890, para conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de S. Jeronymo...	529
N. 1498 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Dá por finda a Convenção Sanitaria celebrada entre o Brazil, a Republica Argentina e a Republica Oriental do Uruguay.....	530
N. 1499 — FAZENDA — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Dá categoria á Alfandega da cidade de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro, creada pelo decreto legislativo n. 31. de 12 de janeiro de 1892.....	530
N. 1500 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ibitinga (antiga Boa-Vista das Pedras), no Estado de S. Paulo.....	531
N. 1501 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.....	531
N. 1502 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Santos, no Estado de S. Paulo.....	532
N. 1503 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia.....	532
N. 1504 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 3 de agosto de 1893 — Approva as plantas e orçamento das obras d'arte a construir na linha principal e ramal da Estrada de Ferro Central da Bahia...	533

Pags.

N. 1505 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 5 de agosto de 1893 — Approva os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana, do trecho de Atibaia á garganta do Pinhal.....	533
N. 1506 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 9 de agosto de 1893 — Altera o plano de uniforme da Guarda Nacional da Republica.....	534
N. 1507 — MARINHA E GUERRA — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Revoga-se o § 7º do art. 1º das instruções para a habilitação ao monte-pio e meio soldo dos officiaes do Exercito, da Armada e classes annexas.....	535
N. 1508 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Santa Maria Magdalena, no Estado do Rio de Janeiro.....	535
N. 1509 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes.....	536
N. 1510 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Proroga por vinte e quatro mezes o prazo fixado na clausula 8ª do decreto n. 10.150 de 5 de janeiro de 1889, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba.....	536
N. 1511 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Amplia até 31 de dezembro do corrente anno a prorrogação do prazo concedido pelo decreto n. 135 de 10 de junho ultimo, para conclusão das obras de construcção da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, e dá outras providencias.....	537
N. 1512 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Proroga por um anno o prazo marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para a promptificação de dous engenhos centraes no referido Estado.....	538
N. 1513 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 10 de agosto de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 114:997\$848, para ser applicado á indemnisação, a que tem direito D. Maria Carolina Rheingantz, do valor de sua propriedade <i>colônia S. Lourenço</i> , no Estado do Rio Grande do Sul.....	538
N. 1514 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Approva os estudos definitivos do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana, na extensão de 18'436.....	539
N. 1515 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Abre os creditos de 12:317\$174, para pagamento das despesas feitas, no Estado de Santa Catharina, por conta da verba — Soccorros Publicos — do exercicio de 1891; e de 2:000\$, para o dos vencimentos a que tem direito, durante o exercicio de 1893, o continuo da Secretaria da Camara dos Deputados, Luiz Ferreira de Barros.....	539

	Pags.
N. 1516 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.....	540
N. 1517 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional na comarca do Paraguassú (antiga do Andarahy), no Estado da Bahia.....	540
N. 1518 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Brejo Grande (antiga Bom Jesus dos Meiras), no Estado da Bahia.....	541
N. 1519 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Crea um commando superior de guardas nacionas na comarca do Carmo, no Estado do Rio de Janeiro.....	541
N. 1520 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional, na comarca de S. Manoel, no Estado de S. Paulo.....	542
N. 1521 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas.....	542
N. 1522 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio Industrial do Brazil	543
N. 1522 A — FAZENDA — Decreto de 17 de agosto de 1893 — Dá nova redacção ao art. 155 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, sobre a dissolução das sociedades anonymas.....	543
N. 1523 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Antartica Paulista.....	544
N. 1524 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial de Productos Nacionaes.....	549
N. 1525 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de agosto de 1893 — Proroga o prazo concedido á Companhia de Seguros Fidelidade, de Lisboa, para continuar a funcceonar no Brazil.....	651
N. 1526 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1893 — Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.....	552
N. 1527 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 24 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.....	553
N. 1528 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de agosto de 1893 — Abre no corrente exercicio um credito suplementar de 955:126\$106, para as obras do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.....	553

Pags.

N. 1529 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na Capital do Estado da Bahia.....	554
N. 1530 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de agosto de 1893 — Concede autorização á Associação de Seguros Mutuos Brazil para funcionar e approva os respectivos estatutos.....	554
N. 1531 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Altera o n. 1 do art. 1º do decreto n. 2923 de 14 de maio de 1862.....	596
N. 1532 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo da Guarda Nacional na Capital Federal.....	596
N. 1533 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1892 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Condeuba (antiga de Santo Antonio da Barra e Victoria), no Estado da Bahia.....	597
N. 1534 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Caravellas, no Estado da Bahia.....	597
N. 1536 (*) — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Chique Chique, no Estado da Bahia.....	598
N. 1537 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da Capital do Estado da Bahia.....	598
N. 1538 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca de Santarém, no Estado do Pará.....	599
N. 1539 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Soure, no Estado do Pará.....	599
N. 1540 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Cratêus, no Estado do Ceará.....	600
N. 1541 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.....	600

(*) O decreto com o n. 1535 não foi publicado.

	Pags.
N. 1541 A — FAZENDA — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Fazenda um credito de 9.601:830\$972 para regularisar os pagamentos de dividas de exercicios findos feitos de accordo com o disposto no n. 3, art. 1º, da lei n. 36 de 26 de janeiro de 1892	601
N. 1541 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.....	601
N. 1541 C — FAZENDA — Decreto de 31 de agosto de 1893 — Da novo regulamento á Imprensa Nacional.....	602
N. 1542 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 1 de setembro de 1893 — Approva as instrucções para as eleições federaes a que se ha de proceder em 30 de outubro proximo.....	618
N. 1543 — FAZENDA — Decreto de 1 de setembro de 1893 — Abre á verba — Eventuaes — do orçamento da despesa do Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, um credito supplementar de dez contos de réis (10:000\$) para auxiliar a realisação da exposição de trabalhos juridicos que a associação denominada « Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros » pretende realizar no corrente anno.	627
N. 1544 A (*) — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Garari, no Estado de Sergipe.....	628
N. 1544 B — Decreto de 4 de setembro de 1893 — Eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão de reserva da guarda nacional da comarca de Japaratinga, no Estado de Sergipe.....	628
N. 1544 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 4 de setembro de 1893 — Crea um regimento de artilharia de campanha de guardas nacionaes na comarca de Tijucas, no Estado de Santa Catharina.....	629
N. 1545 — MARINHA — Decreto de 16 de setembro de 1893 — Eleva a 7\$123 diarios os vencimentos dos patrões de lanchas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro....	629
N. 1546 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de setembro de 1893 — Approva o regulamento para a Escola de Minas.....	637
N. 1547 — FAZENDA — Decreto de 20 de setembro de 1893 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Sul-Americano.....	649
N. 1547 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de setembro de 1893 — Abre, no corrente exercicio, o credito supplementar de 453:750\$, para pagamento do subsidio dos deputados e senadores na prorogação da actual sessão legislativa.....	650

(*) Com o n. 1544 não houve acto.

	Pags.
N. 1548 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 23 de setembro de 1893 — Abre no corrente exercicio o credito extraordinario de 265:980\$ para despesas da Directoria Sanitaria da Capital Federal, do Laboratorio Bacteriologico e dos hospitaes de isolamento.....	650
N. 1549 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de setembro de 1893 — Declara em estado de sitio, com suspensão das garantias constitucionaes, o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.....	651
N. 1550 — GUERRA — Decreto de 27 de setembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 8.000:000\$000.....	652
N. 1551 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 27 de setembro de 1893 — Desliga a administração de varios ramaes da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, e incorpora-os á Estrada de Ferro Central do mesmo Estado e transfere para a cidade de Maceió a administração central e escriptorio tecnico da do Sul de Pernambuco, e para Palmares os escriptorios da linha, movimento e locomoção dessa estrada de ferro.....	952
N. 1552 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 28 de setembro de 1893 — Abre pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras publicas um credito de 721:59½\$ para occorrer ás despesas com o serviço da iluminação publica da Capital Federal no 2º semestre do corrente anno.....	652
N. 1553 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de £ 28.875.0.0, para pagamento de juros devidos á <i>Ceará Harbour Corporation</i> , durante o corrente exercicio.....	65
N. 1553 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes na comarca de Palmeira no Estado do Paraná.....	553
N. 1553 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Curvello, antiga Paraopeba, no Estado de Minas Geraes.....	654
N. 1553 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Bocayuva, no Estado de Minas Geraes.....	654
N. 1553 D — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Palma, no Estado de Minas Geraes.....	655
N. 1553 E — FAZENDA — Decreto de 30 de setembro de 1893 — Manda cumprir o disposto no art. 6º e seguintes da lei n. 183 C, de 23 de setembro de 1893, sobre a conversão	

	Pag.
em apolices de capital e juro, ouro, do valor nominal de 1:000\$000, dos lastros dos bancos emissores, existentes em ouro ou em apolices.....	655
N. 1554 — GUERRA — Decreto de 3 de outubro de 1893 — Eleva a cadeiras as aulas de geometria descriptiva do 1º anno e de topographia do 3º anno, ambas do curso geral das escolas militares desta Capital e do Estado do Rio Grande do Sul.....	656
N. 1555 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 5 de outubro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 122:493\$750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha durante o segundo semestre deste anno....	657
N. 1556 — MARINHA — Decreto de 6 de outubro de 1893 — Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 3.021:113\$738, para diversas verbas do actual exercicio.....	657
N. 1557 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1893 — Providencia sobre o pagamento de diversas despesas a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores no exercicio de 1893.....	658
N. 1558 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1893 — Regula o serviço sanitario dos portos da Republica.....	663
N. 1559 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 7 de outubro de 1893 — Reorganisa o serviço da Assistência Medico-legal de Alienados.....	689
N. 1559 A — GUERRA — Decreto de 7 de outubro de 1893 — Suspende a execução do decreto n. 1554 de 3 do corrente.	710
N. 1560 — MARINHA—JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — EXTERIORES—RELAÇÕES—INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — FAZENDA— Decreto de 10 de outubro de 1893 — Dispõe sobre os navios e fortificações em poder da revolta de 6 de setembro ultimo ou que a ella se associarem.....	710
N. 1561 — FAZENDA — Decreto de 10 de outubro de 1893— Abre no corrente exercicio creditos supplementares ás verbas — Aposentados — Ajudas de custo — e — Despesas eventuaes — do Ministerio da Fazenda.....	712
N. 1562 — FAZENDA — Approva as instrucções regulando as attribuições e funções da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal.....	712
N. 1563 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Declara em estado de sitio a Capital Federal e os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.	715
N. 1564 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Designa logares especiaes para a detenção por effeito do estado de sitio e dá outras providencias.....	716
N. 1565 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Regula a liberdade de imprensa durante o estado de sitio.....	716

	Pags.
N. 1566 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Regula a entrada de estrangeiros no territorio nacional e sua expulsão durante o estado de sitio.....	718
N. 1567 — MARINHA — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Estabelece o distinctivo para o Corpo de Engenheiros Navaes.....	719
N. 1568 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Crea na comarca do Crato, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo.....	720
N. 1569 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Crea na comarca do Jardim, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo.....	720
N. 1570 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Cratheus,	
N. 1571 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de outubro de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Miranda, no Estado de Mato Grosso.....	721
N. 1572 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de outubro de 1893 — Providencia sobre o pagamento de despesas a cargo do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, no exercicio de 1893.	722
N. 1572 A — MARINHA — Decreto de 19 de outubro de 1893 — Restabelece o regulamento do Corpo de Saude da Armada que baixou com o decreto n. 683 de 23 de agosto de 1891, com as declarações neste mencionadas, e annulla o que baixou com o decreto n. 1318 de 7 de abril de 1893.....	728
N. 1573 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de outubro de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Muzambinho, no Estado de Minas Geraes.....	729
N. 1574 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 20 de outubro de 1893 — Adia as eleições de deputados e senadores ao Congresso Nacional.....	730
N. 1575 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de outubro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito suplementar á verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1893, na importancia de 769:600\$000.....	731
N. 1576 — INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de outubro de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Cerveja Guanabara....	732
N. 1577 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1893 — Proroga até 30 de novembro subsequente o estado de sitio declarado pelo decreto n. 1563 de 13 do corrente mez.....	733

	Pag.
N. 1578 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 28 de outubro de 1893 — Crea mais um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Paranaguá, no Estado do Paraná.....	733
N. 1579 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes....	731
N. 1580 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Reforma o Archivo Publico Nacional.....	734
N. 1581 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 179:000\$900 para o serviço de — encomendas de notas — da rubrica — Caixa de Amortização — do actual exercicio...	751
N. 1582 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados do Thesouro Federal, Tribunal de Contas, Caixa de Amortização, Casa da Moeda, Alfandegas do Rio de Janeiro e dos Estados, e delegacias fiscaes.....	751
N. 1583 — FAZENDA — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Abre o credito supplementar de 600:000\$ á verba — Exercicios findos — do Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio	773
N. 1584 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Bom Successo, no Estado de Minas Geraes.....	773
N. 1585 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo.....	774
N. 1586 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Triunpho, no Estado de Pernambuco.....	774
N. 1587 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.....	775
N. 1588 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea mais quatro batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.....	775
N. 1589 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea mais dous batalhões de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Benjamin Constant, no Estado do Ceará	776
N. 1590 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea mais um batalhão de guardas nacionaes na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.....	773

	Pags.
N. 1591 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Icó, no Estado do Ceará.....	777
N. 1592 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea um batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca de Labrea, no Estado do Amazonas.....	777
N. 1593 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.....	778
N. 1593 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 31 de outubro de 1893 — Providencia sobre o pagamento de despesas da Assistencia de Alienados effectuadas em 1891 e 1892.....	778
N. 1594 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 4 de novembro de 1893 — Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 110:000\$ para as despesas das rubricas — Ajudas de custo — e — Extraordinarias no exterior —, no exercicio de 1893.....	779
N. 1594 A — MARINHA, — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — GUERRA — Decreto de 4 de novembro de 1893 — Concede ás familias das praças de pret do Exercito, da Armada, da Guarda Nacional, dos Corpos de Policia, e de outras corporações militarmente organisadas, que fallecerem em combate ou em consequencia de ferimentos nelle recebidos, a percepção do soldo correspondente ao posto respectivo.....	782
N. 1594 B — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — GUERRA — Decreto de 6 de novembro de 1893 — Equipara aos do exercito, os officiaes da Guarda Nacional, dos Corpos de Policia, e de outras corporações militarmente organisadas, quanto ao beneficio do meio soldo, segundo a lei de 6 de novembro de 1827.....	783
N. 1594 C — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — GUERRA — Decreto de 7 de novembro de 1893 — Concede ás praças de pret da Guarda Nacional, dos corpos de Policia e de outras corporações militarmente organisadas, que se inutilisarem na defesa das instituições constitucionaes, reforma com o soldo por inteiro e autorisa o recolhimento das mesmas praças ao Asylo de Invalidos da Patria.....	783
N. 1595 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.....	784
N. 1596 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto de 10 de novembro de 1893 — Abre um credito extraordinario de 100:000\$900 ao Ministerio das Relações Exteriores para a continuação e regresso da Missão á China.....	784
N. 1597 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 14 de novembro de 1893 — Declara em estado de sitio até 30 do mez corrente o Estado de Pernambuco.....	786

	Pags.
N. 1598 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1893 — Faz alterações na organização da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.	786
N. 1599 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1893 — Abre, sob a responsabilidade do Presidente da Republica, um credito extraordinario, na importancia de 36:756\$360, para occorrer á despesa com o serviço de fiscalização da iluminação desta Capital, e dá outras providencias.....	787
N. 1600 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de novembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito suplementar, na importancia de 930:631\$362, para occorrer ao pagamento do excesso de despesas com o serviço <i>Correio Geral</i>	789
N. 1601 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.....	789
N. 1601 A — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de novembro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Itapetininga, no Estado de S. Paulo.....	790
N. 1602 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 29 de novembro de 1893 — Proroga até 25 de dezembro proximo vindouro o estado de sitio declarado pelos decretos n. 1577 de 28 de outubro findo, e n. 1597 de 14 de novembro corrente.....	790
N. 1603 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1893 — Altera o tracado, já approved, da primeira secção da Estrada de Ferro Central Alagoana até á cidade de S. Miguel, a partir da cidade de Atalaya.....	791
N. 1604 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 4 de dezembro de 1893 — Approva a reforma dos estatutos da Sociedade Anonyma Cooperativa Militar do Brazil.....	791
N. 1605 — GUERRA — Decreto de 8 de dezembro de 1893 — Altera o plano de uniformes para os corpos medico e pharmaceutico do Exercito.....	793
N. 1606 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1893 — Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Mogy das Cruzes, no Estado de S. Paulo.....	794
N. 1607 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 13 de dezembro de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Paulo Afonso, no Estado das Alagoas.	791
N. 1608 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1893 — Adia as eleições da deputados e senadores ao Congresso Nacional.....	795
N. 1609 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 15 de dezembro de 1893 — Revoga o decreto n. 1566 de 13 de outubro de 1893.....	795

	Pags.
N. 1609 B (*) — FAZENDA — Decreto de 16 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, um credito extraordinario de 2:800\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos aos 1º e 2º adjuntos do procurador da Republica e solicitador do Districto Federal.....	796
N. 1610 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 18 de dezembro de 1893 — Reorganisa o commando superior de guardas nacionaes da comarca de Maragogy, no Estado das Alagoas.....	796
N. 1611 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 18 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 1.274:156\$250 para occorrer ao pagamento de serviços a cargo da Companhia <i>Rio de Janeiro City Improvements</i> durante o 2º semestre do corrente anno.....	797
N. 1612 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito de 150:000\$ á verba — Telegraphos — do corrente exercicio.....	797
N. 1613 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 19 de dezembro de 1893 — Autorisa a transferencia, para a Companhia de Estradas de Ferro do Norte do Brazil, das concessões relativas ás estradas de ferro de Tamandaré á Barra e Aracaju á Simão Dias.....	798
N. 1614 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1893 — Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista do Rio Verde, no Estado de S. Paulo.....	799
N. 1615 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1893 — Crea mais dous batalhões de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes.....	799
N. 1616 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 21 de dezembro de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional no municipio de Serinhaem no Estado de Pernambuco.....	800
N. 1617 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de dezembro de 1893 — Proroga até 31 de janeiro proximo vindouro o estado de sitio declarado pelo decreto n. 1602, de 29 de novembro ultimo.....	800
N. 1618 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de dezembro de 1893 — Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Cratheus, no Estado do Ceará.....	801

(*) Com o n. 1609 A não houve acto.

	Pags.
N. 1619 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 25 de dezembro de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Rio Claro, no Estado de Minas Geraes.....	801
N. 1620 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 26 de dezembro de 1893 — Transfere ao coronel João Pedro Caminha a concessão constante do decreto n. 9244, de 19 de julho de 1884, para exploração de linhas telephonicas, no Estado da Bahia.....	802
N. 1621 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Jacuihy, no Estado de Minas Minas.....	802
N. 1622 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 26 de dezembro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo da guardas nacionaes na comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes.....	803
N. 1623 — GUERRA — Decreto de 26 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 6.000:00\$900.....	803
N. 1624 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 29 de dezembro de 1893 — Autorisa um contracto provisorio com o Lloyd Brasileiro para o serviço da navegação nas linhas do Norte e de Matto Grosso.....	804
N. 1625 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1893 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Rural e Internacional.....	804
N. 1626 — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1893 — Dá novo regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo e seus preparados.....	806
N. 1627 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.....	813
N. 1628 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 240:000\$ á verba — Policia do Districto Federal, do exercicio de 1893.....	814
N. 1629 — FAZENDA — Decreto n. 1629 de 30 de dezembro de 1893 — Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas.....	814
N. 1630 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 12.216:923\$701 para occorrer ás despesas até ao fim do corrente exercicio com as Estradas de Ferro Central de Pernambuco, Central do Brazil e Prolongamento da de Porto Alegre a Uruguayana.....	815

Pag.

N. 1631 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 150:000\$ para occorrer ás despesas com obras do porto do Recife, do corrente exercicio.....	816
N. 1632 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 10:000\$ para pagamento de dividas de exercicios findos.....	817
N. 1633 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Rio Negro, no Estado do Amazonas.....	818
N. 1634 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Transfere para a comarca de Solimões o 3º batalhão de infantaria de guardas nacionaes da comarca da Capital do Estado do Amazonas.....	818
N. 1635 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca da Capital do Estado do Amazonas.....	819
N. 1636 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.....	819
N. 1637 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Itaperuna, no estado do Rio de Janeiro.....	820
N. 1638 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro.....	820
N. 1639 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Crea um commando superior da Guarda Nacional no municipio de S. José do Egypto, no Estado de Pernambuco.....	821
N. 1640 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Crea mais dous batalhões, um do serviço activo e outro do da reserva, de guardas nacionaes na comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro.....	821
N. 1641 — JUSTIÇA E NEGOCIOS INTERIORES — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.....	822
N. 1642 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob	

	Pags.
a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 27:017,979 para occorrer a diversos servicos a cargo do mesmo Ministerio durante o corrente exercicio.....	822
N. 1643 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Marinha um credito supplementar de 18:48,95 á verba — Capitánias de portos — do corrente exercicio, para occorrer ao augmento dos vencimentos dos patrões e remadores de Capitánias.....	823
N. 1644 — MARINHA — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio da Marinha um credito supplementar de 32:15,95 á verba Repartição da Carta Maritima — do corrente exercicio, para occorrer ás despezas do pessoal e material dos pharoes que se estão erigindo em diversos Estados da Republica.....	823
N. 1645 — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Declara caduca a concessão constante dos decretos ns. 537 A e 1382, de 19 de julho de 1890 e 19 de fevereiro de 1891.....	824
N. 1645 A — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 263:971,5725 para occorrer ás despezas até ao fim do corrente exercicio com os servicos a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas...	825
N. 1645 B — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 30:000\$ para pagamento da subvenção d'vida á Companhia de Viação Ferra e Fluvial do Tocantins e Araguaya no corrente exercicio.....	825
N. 1645 C — INDUSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS — Decreto de 30 de dezembro de 1893 — Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica um credito extraordinario de 838:186,8810 para pagamento de despezas exceedidas no corrente exercicio com o serviço de colonisação no Estado do Rio Grande do Sul.....	826

Additamento

N. 1199 (*) — GUERRA — Decreto de 31 de dezembro de 1892 — Approva o regulamento para a Escola de Sargentos..	829
---	-----

(*) Publicado no *Diário Official* de 21 de maio de 1894.

ACTOS DO PODER EXECUTIVO

1893



DECRETO N. 1200 — DE 6 DE JANEIRO DE 1893

Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Maranhão.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho de 1891,

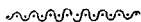
Decreta :

Fica desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Maranhão.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1201 — DE 6 DE JANEIRO DE 1893

Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Piauhý.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho de 1891,

Decreta:

Fica desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Piauhý.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1202 — DE 6 DE JANEIRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional das comarcas de Jaguary e Cambuhy, no Estado de Minas Geraes

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional das comarcas de Jaguary e Cambuhy, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 63º e 190º batalhões de infantaria do serviço activo, dos 43º e 110º batalhões da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e do 12º esquadrão de cavallaria, ora elevado á categoria de regimento, com quatro esquadões e a designação de 36º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

**DECRETO N. 1203 — DE 6 DE JANEIRO DE 1893**

Dá nova organização á Guarda Nacional da Capital do Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º A Guarda Nacional da Capital do Estado do Rio de Janeiro se comporá dos actuaes 1º, 2º e 34º batalhões de infantaria, 1º e 17º batalhões da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, 1º batalhão de artilharia de posição, com quatro baterias, e 1º corpo de cavallaria, ora elevado a regimento com quatro esquadões, e mais quatro batalhões de infantaria com as designações de 46º, 47º, 48º e 49º e dous batalhões da reserva sob os ns. 23º e 24º, igualmente com quatro companhias cada um, e um regimento de artilharia de campanha, com quatro baterias e a designação de 1º, ora creados.

Art. 2.º Os referidos corpos se organizarão.

a) O 1º e 2º batalhões de infantaria, no districto de S. João Baptista de Nitheroy ;

b) O 34º batalhão de infantaria, no districto de S. Lourenço;

- c) O 46º batalhão de infantaria, no districto de S. Gonçalo ;
- d) O 47º batalhão de infantaria, no districto de Jurujuba ;
- e) O 48º batalhão de infantaria, no districto de Itaipu ;
- f) O 49º batalhão de infantaria, no districto de Cordeiros ;
- g) O 1º batalhão da reserva, nos districtos de S. João Baptista de Nitheroy e S. Lourenço ;
- h) O 17º batalhão da reserva, nos districtos de Itaipu e Jurujuba.
- i) O 23º e 24º batalhões da reserva, nos districtos de S. Gonçalo e Cordeiro ;
- j) O 1º regimento de cavallaria, o 1º batalhão de artilharia de posição e o 1º regimento de artilharia de campanha, no districto da comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1204 — DE 6 DE JANEIRO DE 1893

Manda observar a nova tabella do pessoal das Caixas Economicas que estavam annexas ás Thesourarias de Fazenda.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 5º do decreto n. 1168, de 17 de dezembro de 1892, decreta que se observe a tabella, que com este baixa, do pessoal das Caixas Economicas, que estavam annexas ás Thesourarias de Fazenda e que, em virtude daquelle decreto, passam a funcionar independente e autonomamente, como sob o regimen dos decretos anteriores.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Sersedello Corrêa.

Tabella do pessoal das Caixas Economicas, que estavam annexas ás Thesourarias de Fazenda e que, em virtude do decreto n. 1168, de 17 de dezembro de 1892, passam a funcionar independentes e autonomas

ESTADOS	PESSOAL				
	GERENTE	THESOUREIRO	OFFICIAES		PORTEIRO
			Numero	Vencimentos de cada um	
Amazonas.....	3:000\$000	2:400\$000	3	2:000\$000	1:200\$000
Pará.....	3:000\$000	2:400\$000	3	2:000\$000	1:200\$000
Maranhão.....	3:000\$000	2:400\$000	3	2:000\$000	1:200\$000
Paraná.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000
Ceará.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000
Matto Grosso.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000
Goyaz.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000
Alagoas.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000
Parahyba.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000
Sergipe.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000
Espirito Santo.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000
Santa Catharina.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000
Piahy.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000
Rio Grande do Norte.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000
Minas Geraes.....	2:000\$000	1:800\$000	3	1:400\$000	1:000\$000

Observação

Os empregados das extinctas Thesourarias de Fazenda que forem designados para servir nas Caixas Economicas percebem sómente os vencimentos do logar extincto, nos termos do art. 5º do decreto n. 1168, de 17 de dezembro de 1892.

Capital Federal, 6 de janeiro de 1893. — Serzedello Corrêa.



DECRETO N. 1205 — DE 10 DE JANEIRO DE 1893

Dá regulamento á Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, autorisado pelas leis ns. 23 de 30 de outubro de 1891 e 126 B de 21 de novembro de 1892, e de conformidade com os decretos ns. 291 e 1121, de 29 de março e 5 de dezembro de 1890, e a lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve approvar o regulamento que com este baixa, assignado pelo Dr. Antonio Francisco de Paula Souza, Ministro de Estado das Relações Exteriores, que o fará executar.

Capital Federal, 10 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.

Regulamento para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores

CAPITULO I

DO PESSOAL DA SECRETARIA E SUA ORGANIZAÇÃO

Art. 1.º A Secretaria de Estado das Relações Exteriores terá os seguintes empregados:

- Um director geral.
- Quatro directores de secção.
- Quatro 1.ºs officiaes.
- Quatro 2.ºs officiaes.
- Sete amanuenses.
- Um archivista, sem accesso.
- Um porteiro.
- Um ajudante de porteiro.
- Dous continuos.
- Dous correios.

Art. 2.º A secretaria será dividida em uma directoria geral, quatro secções e archivo.

Art. 3.º Incumbe á directoria geral o seguinte:

- 1º Promover, dirigir e inspecionar todos os trabalhos ;
- 2º Mnter a ordem e regularidade do serviço ;
- 3º Organisar e submeter á consideração do ministro o relatório que deve ser apresentado annualmente ao Chefe do Estado ;

4º Executar os trabalhos que lhe forem commettidos pelo ministro e prestar-lhe as informações e pareceres que elle exigir;

5º Preparar ou fazer preparar e instruir com os necessarios documentos e informações todos os negocios que devam subir ao conhecimento e decisão do ministro;

6º Assignar, quando não for dirigida aos ministros de estado e às Mesas das Camaras Legislativas federaes, a correspondencia feita em nome do ministro relativamente às informações e esclarecimentos para instrução e decisão dos negocios;

7º Receber e abrir toda a correspondencia official, dar-lhe direcção e levar immediatamente ao conhecimento do ministro aquella que por sua importancia o mereça;

8º Fazer protocollisar a entrada e sahida de toda a correspondencia que for recebida e expedida;

9º Dar licença até 30 dias aos empregados, por motivo justo;

10º Propôr ao ministro, para execução complementar deste regulamento, as instrucções adequadas á direcção, distribuição e economia do serviço;

11º Chamar extraordinariamente ao serviço de qualquer das secções os empregados das outras, quando a affluencia dos trabalhos e sua urgencia assim o exijam;

12º Preparar as instrucções para os agentes diplomaticos;

13º Rever os trabalhos feitos, antes de subirem á presença do ministro ou de serem expedidos;

14º Fazer lavrar e assignar os termos de promessa dos empregados de nomeação feita por decreto;

15º Fazer organizar a synopse e indice alphabetico das decisões do Governo, que estabeleçam principio ou precedente.

Art. 4.º A 1ª secção comprehende:

1º As propostas legislativas;

2º A sancção e promulgação das leis, ratificações dos tratados e convenções;

3º As cartas de gabinete;

4º As credenciaes, cartas revocatorias e plenos poderes;

5º A correspondencia com o Poder Legislativo;

6º O ceremonial e privilegios diplomaticos;

7º Toda a correspondencia não comprehendida nos trabalhos das outras secções.

Art. 5.º A 2ª secção comprehende:

1º A correspondencia de character politico (exceptuada a que compete á directoria geral) com os agentes brasileiros no exterior e com as missões estrangeiras;

2º A negociação de tratados, convenções, accords, declarações e outros ajustes internacionaes, que não versarem especialmente sobre negocios commerciaes e consulares;

3º A intelligencia e a execução dos sobreditos actos internacionaes;

4º As questões de limites;

- 5º Os pedidos de extradição ;
- 6º As reclamações de governo a governo ;
- 7º As reclamações em geral, de interesse particular, tanto de cidadãos brasileiros contra governos estrangeiros, como vice-versa ;
- 8º As cartas rogatorias.

Art. 6.º A 3ª secção comprehende:

- 1º A correspondencia com os agentes diplomaticos e consulares sobre os assumptos que digam respeito aos interesses commerciaes e maritimos da Republica ;
- 2º A negociação de tratados, convenções e quaesquer outros ajustes concernentes aos sobreditos assumptos, inclusivamente os de correios ;
- 3º A intelligencia e a execução dos mesmos actos internacionaes ;
- 4º A protecção da navegação e commercio brasileiros em paizes estrangeiros e o exame das reclamações do commercio estrangeiro na Republica ;
- 5º As attribuições, isenções e privilegios dos agentes consulares brasileiros e dos estrangeiros na Republica ;
- 6º A expedição das cartas patentes, confirmações e beneplacitos consulares ;
- 7º A arrecadação das heranças de nacionaes em paizes estrangeiros e de estrangeiros na Republica ;
- 8º Toda a correspondencia que correr pelo Ministerio das Relações Exteriores acerca da colonisação e emigração ;
- 9º O reconhecimento de firmas dos agentes diplomaticos e consulares brasileiros.

Art. 7.º A 4ª secção comprehende:

- 1º O expediente relativo á criação e suppressão de empregos, ás nomeações, licenças, vencimentos, retiradas, remoções e disponibilidade dos empregados do Ministerio ;
- 2º A matricula dos mesmos empregados, feita sob as vistas immediatas do director geral ;
- 3º O balanço e orçamento da despesa e creditos ;
- 4º A distribuição dos creditos votados e a criação dos supplementares e extraordinarios ;
- 5º Os balancetes do estado dos creditos, quando forem exigidos ;
- 6º A fiscalisação das despesas feitas pelas legações e consulados ;
- 7º A correspondencia com a Delegacia do Thesouro em Londres e com as Legações e Consulados, não só sobre a despesa e sua fiscalisação, mas tambem no que for relativo aos demais assumptos da sua competencia ;
- 8º A correspondencia do mesmo character com os demais Ministerios, governadores ou presidentes dos Estados e quaesquer empregados ;
- 9º O expediente do montepio dos empregados do Ministerio ;
- 10º A escripturação e fiscalisação da cobrança dos emolumen-

tos consulares, de conformidade com os decretos ns. 997 B de 1890 e 557 de 1891.

Art. 8.º O archivo comprehende:

1º A synopse e indice alphabetico das leis e regulamentos peculiares ao Ministerio e das disposições que lhe sejam relativas e se contenham nas leis e regulamentos de outros Ministerios ;

2º A collecção de indice dos tratados, convenções e quaesquer accordos celebrados entre a Republica e as demais nações ;

3º A expedição e vistos de passaportes, os quaes serão assignados pelo ministro, e, no seu impelimento, pelo director geral, ou quem suas vezes fizer ;

4º As certidões extrahidas dos registros e documentos existentes na secretaria ;

5º O fechamento e expedição da correspondencia avulsa e das malas ;

6º A remessa dos impressos que se distribuem ás Legações e Consulados nacionaes e estrangeiros e a correspondencia a ella relativa ;

7º A guarda, classificação, arranjo e conservação da correspondencia, documentos e mappas que compuzerem o archivo ;

8º A guarda, arranjo e conservação da bibliotheca ;

9º A procura e entrega dos papeis e livros precisos para os trabalhos das secções ;

10º A formação do indice geral do archivo, do catalogo da bibliotheca e do especial, relativo aos mappas, memorias e documentos sobre limites da Republica.

CAPITULO II

DO GABINETE DO MINISTRO

Art. 9.º Não poderá ser chamada para os trabalhos do gabinete pessoa estranha ao Ministerio ; o empregado que nelle servir perceberá, além dos seus vencimentos, a gratificação annual de 2:400\$000.

Art. 10. Incumbe ao empregado do gabinete :

1º A recepção e abertura da correspondencia que for recebida no gabinete ;

2º O protocollo da entrada e destino dos papeis que forem presentes ao ministro ;

3º A expedição da correspondencia urgente ;

4º Os pedidos de conferencia ;

5º Auxiliar o ministro nos trabalhos que este reservar para si ;

6º A transmissão das ordens que não possam ser communicadas directamente pelo ministro ao director geral.

CAPITULO III

DO DIRECTOR GERAL

Art. 11. Ao director geral, que é o chefe da secretaria e a quem estão subordinados todos os empregados, incumbe o que está mencionado nos §§ 1º a 15º do art. 3º.

DOS DIRECTORES DE SECÇÃO

Art. 12. Aos directores de secção incumbe :

1º Dirigir e examinar, fiscalisar e promover todos os trabalhos que competirem ás suas secções, e entregal-os ao director geral com a exposição e documentos necessarios ;

2º Prestar e requisitar aos outros directores as informações necessarias para que os trabalhos da secção sejam perfeitos ;

3º Fornecer ao director geral o que for necessario para o relatório annual ;

4º Communicar aos outros directores o que se houver feito e tenha dependencia com os negocios que lhes estão incumbidos ;

5º Submetter á approvação do director geral, antes de as mandar passar a limpo, as minutas dos despachos que tiverem de ser expedidos ;

6º Promover o melhor andamento dos negocios pertencentes á respectiva secção, propondo ao director geral as providencias que forem necessarias, assim sobre a ordem e methodo dos trabalhos, como sobre a insufficiencia do pessoal ou falta de execução no cumprimento de seus deveres ;

7º Legalisar os documentos expedidos pelas suas secções ;

8º Ter convenientemente classificados, e sob sua guarda, os papéis pertencentes aos negocios de suas secções, entregando ao archivo aquelles cujos assumptos estiverem findos ou prejudicados.

CAPITULO IV

DAS NOMEAÇÕES, DEMISSÕES, SUBSTITUIÇÕES E EXERCICIO INTERINO DOS EMPREGADOS

Art. 13. Serão nomeados por decreto o director geral, os directores de secção, os 1ºs e 2ºs officiaes e o archivista ; por titulo do ministro todos os outros empregados.

Art. 14. A nomeação do director geral e a do archivista serão de livre escolha do Governo.

A dos directores de secção e officiaes será feita por accesso, preferindo-se os empregados de categoria immediatamente inferior, que forem mais habéis e zelosos. Só no caso de não haver empregado habilitado, poderá o Governo nomear para o cargo de director de secção pessoa estranha à secretaria.

A dos 2.^{os} officiaes e amanuenses dependerá de concurso.

Art. 15. Ninguém poderá ser nomeado amanuense sem provar que tem bom procedimento e a idade de 18 annos completos.

As materias exigidas para esse cargo são :

Calligraphia ;

Linguas portugueza, franceza e ingleza, devendo o candidato traduzir as duas ultimas e fallar pelo menos a segunda ;

Noções de historia do Brazil e de geographia geral ;

Arithmetica até proporções, inclusivamente.

O amanuense não poderá ser promovido a 2.^o official sem que mostre em concurso :

1.^o Que traduz a lingua allemã ;

2.^o Que tem conhecimento dos principios geraes do direito internacional e do direito publico nacional ;

3.^o Que redige com facilidade.

Art. 16. Os actuaes amanuenses ficam isentos do concurso para 2.^{os} officiaes.

Art. 17. O porteiro, seu ajudante, continuos e correios serão nomeados por livre escolha do ministro, tendo o ajudante preferencia para a nomeação de porteiro.

Art. 18. Nenhum empregado jubilado, reformado ou aposentado poderá ser nomeado para empregos da secretaria.

Art. 19. O director geral, os directores de secção, 1.^{os} e 2.^{os} officiaes e os outros empregados que tiverem mais de 10 annos de effectivo serviço, só poderão ser demittidos no caso de incorrerem em algum crime verificado por processo judicial ou administrativo ou em reconhecida falta de zelo no serviço publico, comprovada já pela ausencia frequente a secretaria, sem causa que a justifique, já pelo abandono dos serviços de que forem encarregados.

Os empregados que tiverem menos de 10 annos de serviço poderão ser demittidos, quando comprovada estiver a sua inaptidão ou deixarem de bem servir, faltando, sem causa, frequentemente, a secretaria ou descumprindo dos serviços de que forem incumbidos.

Art. 20. Serão substituídos em seus impedimentos e faltas :

1.^o O director geral, pelo director de secção que o ministro tiver designado, ou, em falta deste, pelo mais antigo que se achar presente ;

2.^o Os directores de secção, pelos 1.^{os} ou, na falta destes, pelos 2.^{os} officiaes da mesma secção, por designação do director geral ;

3.^o O archivista, pelo empregado do archivo que o director geral designar ;

4.^o O porteiro, pelo seu ajudante, e este pelo continuo que for designado pelo director geral.

Art. 21. Competirá ao substituto todo o vencimento do emprego, si o substituido nada perceber por elle, e, no caso contrario, a respectiva gratificação, que accumulará ao vencimento integral do emprego proprio, até á importancia total do vencimento do substituido.

Art. 22. O empregado que exercer interinamente logar vago perceberá todo o vencimento deste.

CAPITULO V

DOS VENCIMENTOS E DOS DESCONTOS POR FALTAS

Art. 23. Competem aos empregados os vencimentos fixados na tabella annexa ao decreto n. 291 de 29 de março de 1890.

Art. 24. O empregado que deixar o exercicio do seu logar na secretaria pelo de qualquer commissão alheia ao Ministerio, ainda que com authorisação do ministro, perderá todo o seu vencimento.

Art. 25. O empregado que faltar ao serviço soffrerá perda total ou desconto em seu vencimento, conforme as regras seguintes:

1ª O que faltar sem causa justificada e o que se retirar sem authorisação do director geral, antes de findar o expediente, perderá todo o vencimento;

2ª Perderá somente a gratificação aquelle que faltar por motivo justificado. São motivos justificados :

I. Molestia do empregado e de pessoa de sua familia, entendendo-se por familia : o pae, a mãe, mulher e filhos ;

II. Nojo ;

III. Gala de casamento.

3ª Serão provadas com attestado de medico as faltas por molestia do empregado e das pessoas de familia acima indicadas, quando excederem a tres em cada mez ;

4ª Soffrerá o desconto de metade da gratificação o empregado que comparecer depois de encerrado o ponto, nas tres primeiras faltas durante o mez ; e si houver excesso dali em diante, de toda a gratificação ;

5ª O desconto por faltas interpoladas será relativo somente aos dias em que se derem ; mas, no caso de faltas successivas, se estenderá tambem aos dias que, não sendo de serviço, se comprehenderem nesse periodo ;

6ª As faltas serão computadas pelo que constar do livro do ponto, no qual assignarão todos os empregados, excepto o director geral, que o encerrará ou designará o director de secção que o deva fazer. O ponto será encerrado ás 10 horas. No mesmo livro lançará o director geral ou o director de secção que o substituir as competentes notas ;

7ª Pertence ao director geral o julgamento sobre a justificação das faltas.

Art. 26. Não soffrerá desconto algum o empregado que faltar á secretaria :

1º Por se achar encarregado pelo ministro, de qualquer trabalho ou commissão ;

2º Por motivo de serviço da secretaria, com authorisação do director geral ;

3º Por estar servindo algum cargo gratuito e obrigatorio em virtude de preceito de lei.

CAPITULO VI

DAS LICENÇAS

Art. 27. Podem ser concedidas licenças por motivo de molestia do empregado ou de pessoa de sua familia, de conformidade com o n. 1 do art. 25, com o ordenado inteiro até seis mezes e com a metade de então em diante até um anno.

Nos demais casos, descontar-se-ha a quinta parte do ordenado até tres mezes, a terça parte por mais de tres até seis, e a metade por mais de seis até um anno.

Em nenhum caso, porém, será abonada a gratificação de exercício.

O tempo das licenças reformadas ou de novo concedidas dentro de um anno, contado do dia em que houver terminado a primeira, será junto aos das antecedentes para o fim de fazer-se nos ordenados o desconto de que trata este artigo.

Art. 28. A licença, ainda em caso de molestia, poderá ser concedida com ordenado correspondente ao tempo respectivo ou sem elle, a juizo do ministro.

Art. 29. Não terá logar a concessão de licença ao empregado que ainda não houver entrado no effectivo exercício do seu logar.

Art. 30. Ficarão sem effecto as licenças em cujo gozo se não entrar no prazo de um mez, contado da data de sua concessão.

CAPITULO VII

DAS APOSENTADORIAS

Art. 31. Os empregados da secretaria poderão ser aposentados quando estiverem inhabilitados para desempenhar suas funções por motivo de molestia ou de avançada idade, nos termos do decreto legislativo n. 117 de 4 de novembro de 1892.

Art. 32. Serão contemplados como serviços uteis para a aposentadoria, e adibicionados aos que forem feitos na secretaria, os que o empregado houver, em qualquer tempo, prestado :

1º No exercício de empregos publicos de nomeação do Governo ou estipendiados pelo Thesouro Federal ;

2º Em repartições administrativas estaduais e na Intendencia Municipal da Capital Federal, exercendo empregos retribuidos ; mas o tempo dos serviços effectuados nestas repartições será contemplado somente até um terço do que se contar relativamente aos que forem prestados na secretaria ;

3º No Exército ou na Marinha como official ou praça de pedr, si não tiver sido já incluído o respectivo tempo de serviço em reforma militar ;

4º Como addidos á secretaria até á promulgação do regulamento approved pelo decreto n. 4171 de 2 de maio de 1868.

Art. 33. Perderá a aposentadoria o empregado que for convencido em qualquer tempo, por sentença passada em julgado, de ter, enquanto se achava no exercício do seu emprego, commettido os crimes de peita ou suborno, ou praticado acto de revelação do segredo, de traição ou de abuso de confiança.

CAPITULO VIII

DO TEMPO E MODO DE SERVIÇO E DAS PENAS DISCIPLINARES

Art. 34. O serviço começará ás 10 horas da manhã e findará ás 3 da tarde em todos os dias que não forem feriados.

Poderá, porém, o director geral, quando for indispensavel, prorogar as horas do expediente ou fazer executar, em horas ou dias exceptuados, na secretaria ou fóra della, por quaesquer empregados, trabalhos que lhes compitam.

Art. 35. Os empregados servirão nas secções que o director geral lhes designar, podendo ser mudados de umas para outras, segundo as conveniencias do serviço. O mesmo director poderá tirar de qualquer secção o empregado que julgar necessario para auxiliar-o nos seus trabalhos.

Art. 36. Os empregados da secretaria são sujeitos ás seguintes penas disciplinares nos casos de negligencia, desobediencia, falta de cumprimento de deveres e falta de comparecimento sem causa justificada por oito dias consecutivos, ou por quinze interpolados durante o mesmo mez ou em dous seguidos :

1^a Simples advertencia;

2^a Reprehensão;

3^a Suspensão até quinze dias, com perda de todo o vencimento.

Estas penas sero impostas pelo director geral.

Art. 37. Só pelo ministro poderá ser determinada a suspensão, que exceda de 15 dias, do empregado comprehendido em algum dos seguintes casos :

1^o Prisão por motivo não justificado;

2^o Cumprimento de pena que obste o desempenho das funções do empregado;

3^o Exercício de qualquer cargo, industria ou occupação que prive o empregado do exacto cumprimento de seus deveres;

4^o Pronuncia em crime commun ou de responsabilidade, quer o empregado se livre solto ou preso;

5^o Necessidade da suspensão como medida preventiva ou de segurança.

Art. 38. Poderá tambem o ministro suspender correccionalmente qualquer empregado por tempo que não exceda de dous mezes.

Art. 39. A suspensão, excepto a preventiva, determinará a perda de todo o vencimento.

CAPITULO IX

NORMAS E FORMULAS RELATIVAS AOS ACTOS EMANADOS DOS PODERES
LEGISLATIVO E EXECUTIVO E AOS DO MINISTERIO

Art. 40. As leis e resoluções adoptadas pelo Congresso Nacional serão publicadas por decreto (Constituição, art. 48 § 1º), assim redigido:

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

« Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sancionei a lei seguinte, etc.»

Art. 41. As leis e resoluções da competencia privativa do Congresso Nacional serão igualmente publicadas sob a seguinte formula:

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

« Faço saber que o Congresso Nacional decretou a lei ou resolução seguinte, etc.»

Art. 42. Na correspondencia do Poder Executivo com o Legislativo observar-se-hão as seguintes normas:

1º Tratando-se de actos de natureza politica ou propostas do Governo Federal, a mensagem do Presidente da Republica será transmittida ao Presidente da Camara ou do Senado com aviso do ministro;

2º No caso em que o Presidente da Republica haja de prestar informações exigidas pelo Congresso, e dependendo estas do Ministerio, serão transmittidas em aviso e em nome do mesmo Presidente;

3º A remessa de papeis relativos a simples expediente e mais communicações do ministro far-se-ha por aviso ao secretario de qualquer das Camaras.

Art. 43. Serão numerados os decretos do Poder Executivo, excepto os referentes a nomeações, demissões, disponibilidades e aposentadorias dos empregados.

Art. 44. Os actos do Poder Executivo que devem ter a forma de decretos, numerados ou não, serão expedidos com a assignatura do Presidente da Republica e do ministro.

Art. 45. Os decretos de nomeação, demissão, disponibilidade e aposentadoria serão assim redigidos:

« O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, etc.»

Nos titulos do Ministerio a formula será:

« O Ministro de Estado das Relações Exteriores, em nome do Presidente da Republica, resolve, etc.»

CAPITULO X

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 46. O porteiro deverá residir no edificio em que funcio-
nar a secretaria.

Art. 47. Ao empregado que auxiliar a directoria geral nos
seus trabalhos poderá ser concedida uma gratificação extraordi-
naria, que não exceda de 1:200\$ annuaes.

Art. 48. A secretaria terá os livros de registro que o direc-
tor geral julgar necessarios.

Art. 49. Em dezembro de cada anno o director geral divi-
dirá o pessoal da secretaria em duas turmas para o gozo de quinze
dias uteis de ferias nesse mez e no de janeiro seguinte.

Aos empregados que não puderem ou não quizerem utilizar-se
das ferias na época indicada é permittido gosar-as em qualquer
outra, quando o director geral não o achar inconveniente.

Art. 50. Ficam revogadas as disposições do regulamento
n. 4171 de 2 de maio de 1868.

Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 10 de janeiro
de 1893. — *A. F. Paula Souza.*

Tabella dos vencimentos do pessoal da secretaria de estado,
a que se refere o decreto n. 291 de 29 de março de 1890

EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO
Director geral.....	6:000\$000	5:000\$000
Director de secção.....	4:800\$000	2:400\$000
1º official.....	3:800\$000	1:200\$000
2º official.....	3:000\$000	1:000\$000
Amannense.....	2:200\$000	800\$000
Porteiro.....	2:200\$000	800\$000
Contínuo.....	1:200\$000	400\$000
Correio.....	1:200\$000	400\$000

Os correios terão, além dos vencimentos que ficam marcados, uma gratifi-
cação annual, que não excederá de 150\$, para a compra de fardamento.

O decreto n. 1121 de 5 de dezembro de 1890 marcou para o archivista o orde-
nado de 4:000\$ e a gratificação de 2:000-000.

A lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891 supprimiu um lugar de contínuo e creou
o de ajudante do porteiro, com os mesmos vencimentos daquelle.

Capital Federal, 10 de janeiro de 1893. — *A. F. Paula Souza.*



DECRETO N. 1206 — DE 10 DE JANEIRO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Verde, no Estado de S. Paulo.

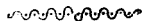
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Rio Verde, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 170º e 171º, um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 80º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 68º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1207 — DE 10 DE JANEIRO DE 1893

Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, na comarca de Itaporanga, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Itaporanga, no Estado de Sergipe, mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 50º e 51º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1208 — DE 10 DE JANEIRO DE 1893

Da nova organização á Guarda Nacional da comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Caldas, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 61º e 62º batalhões de infantaria do serviço activo, 41º e 42º batalhões da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, da 5ª secção de batalhão de infantaria daquelle serviço, ora elevada á categoria de batalhão, sob a designação de 159º, e do batalhão de infantaria, ora creado, com a designação de 160º, ambos com quatro companhias, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 35º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1209 — DE 10 DE JANEIRO DE 1893

Da nova organização á Guarda Nacional da comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Ubá, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 26º batalhão de infantaria do serviço activo e 13º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e dos batalhões de infantaria do serviço activo, ora creados, com as designações de 162º, 163º e 164º, todos com quatro companhias, e do 6º regimento de cavallaria, já creado, com quatro esquadrões, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1210 — DE 13 DE JANEIRO DE 1893

Torna extensivas aos professores dos Institutos Benjamin Constant e dos Surdos-Mudos as vantagens concedidas ao pessoal docente do Gymnasio Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, de accordo com o art. 2º do decreto n. 1340 de 6 de fevereiro de 1890, tornar extensivas aos professores dos Institutos Benjamin Constant e dos Surdos-Mudos as vantagens abaixo mencionadas, concedidas pelo art. 53 do regulamento anexo ao decreto n. 1194 de 28 de dezembro de 1892 aos lentes e professores do Gymnasio Nacional, a saber:

« Os professores que houverem bem cumprido suas funções, terão periodicamente direito, mediante informação do director, a uma gratificação adicional nos seguintes termos:

Os que contarem de serviço effectivo do magisterio 10 annos, 5 %; 15 annos, 10 %; 20 annos, 20 %; 25 annos, 33 %; 30 annos, 40 %; 35 annos, 50 %; e 40 annos, 60 %.

Estas percentagens serão calculadas sobre os vencimentos das tabellas vigentes.»

Capital Federal, 13 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1211 — DE 13 DE JANEIRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 232:000\$000 para occorrer ás despesas do serviço de illuminação publica, exercicio de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferida pelo § 2º, art. 8º, da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de duzentos trinta e dous contos de réis (232:000\$) afim de ser applicado ao pagamento das despesas com o serviço da illuminação publica relativo ao ultimo trimestre do anno proximo findo, exercicio de 1892, em liquidação.

O Ministro dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1212—DE 13 DE JANEIRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 285:000\$000, no 1º trimestre do corrente exercicio, para occorrer ás despesas com o serviço da iluminação publica.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que o serviço de iluminação publica de cidade populosa, como a Capital Federal dos Estados Unidos do Brazil, não pôde soffrer interrupção; e

Attendendo que a Intendencia Municipal, sob cuja immediata administração deve ficar este ramo de serviço publico, a contar de 1 de janeiro corrente em diante, não se acha ainda habilitada a assumir a superintendencia do mesmo serviço;

Usando da autorisação que lhe fôra concedida pelo § 2º, art. 8º, da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891 em relação ao exercicio de 1892:

Resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de duzentos oitenta e cinco contos de réis (285:000\$) applicavel ao pagamento das despesas com o serviço da iluminação publica no 1º trimestre do corrente exercicio, as quaes deverão ser indemnizadas pela Intendencia Municipal logo que assuma a administração do precitado serviço.

O Ministro dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1213 — DE 13 DE JANEIRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 1.274:156\$250, no corrente exercicio, para occorrer ás despesas com o serviço de esgoto da cidade.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que o serviço de esgoto da cidade, a cargo da *Rio de Janeiro City Improvements Company, limited*, não pôde soffrer interrupção, sem graves prejuizos para a população desta Capital; e

Attendendo que a Intendencia Municipal ainda não se acha habilitada a assumir a administração desse ramo de serviço publico que por lei especial lhe fôra transferido, a contar de 1 de janeiro corrente ;

Usando da autorização concedida pelo § 2º, art. 8º, da lei n. 26 de 30 do dezembro de 1891, para o exercicio de 1892:

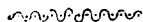
Resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viacão e Obras Publicas um credito de mil duzentos setenta e quatro contos cento e cincoenta e seis mil duzentos e cincoenta réis (1.274:156\$250) applicavel ao pagamento das despezas com o serviço de esgoto da cidade no 1º semestre do corrente anno, as quaes deverão ser indenizadas pela Intendencia Municipal logo que assuma a administração do precitado serviço.

O Ministro dos Negocios da Industria, Viacão e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1214 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho de 1891,

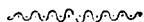
Decreta :

Fica desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Ceará.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1215 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado da Parahyba.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho de 1891,

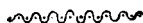
Decreta :

Fica desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado da Parahyba.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1216 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho de 1891,

Decreta :

Fica desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado do Rio Grande do Sul.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1217 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Declara desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do disposto no decreto n. 438 de 11 de julho de 1891,

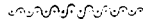
Decreta:

Fica desligada da Administração Federal a Inspectoria de Hygiene do Estado de Goyaz.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1218 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Revoga o decreto n. 680 de 21 de novembro de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que o decreto n. 680 de 21 de novembro de 1891 excede os limites da attribuição conferida ao Poder Executivo no art. 48, n. 1, da Constituição de 24 de fevereiro do mesmo anno, consagrando disposições de carácter legislativo, resolve revogar o dito decreto, que regula o modo por que devem ser passados os attestados de obito, e dá outras providencias.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1219 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Cooperativa de Panificação.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Cooperativa de Panificação, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, de accordo com as alterações votadas em assembléa geral de accionistas realisada no dia 8 de novembro

ultimo, e que com este baixam; ficando a companhia obrigada ao cumprimento das formalidades de que trata o art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.

Relação das alterações a que se refere o decreto n. 1219 de 17 de janeiro de 1893

Art. 4.º Substitua-se: O capital social é de 30:000\$, divididos em 1.200 acções de 25\$ cada uma.

Art. 5.º Substitua-se: Estando realisado quasi todo o capital, serão as 1.200 acções consideradas integralizadas e todas nominativas.

Elimine-se o paragrapho unico deste artigo.

Eliminem-se os arts. 6º, 7º e 8º.

Art. 11. Substitua-se: A assembléa geral será constituída pelos accionistas que possuirem duas ou mais acções, inscriptas com antecedencia não menor de cinco dias ao da reunião.

Paragrapho unico. Substitua-se: Os accionistas que possuirem uma acção poderão assistir ás reuniões da assembléa geral; não terão, porém, o direito de voto.

Art. 12. Substitua-se: A assembléa geral reunir-se-ha em sessão ordinaria no mez de julho de cada anno, e extraordinariamente, sempre que for convocada nos casos do § 2º do art. 13.

§ 3º do art. 13. Substitua-se: As deliberações da assembléa geral serão tomadas por maioria de accionistas; caso, porém, seja exigido por qualquer accionista, o serão por acções, contando-se um voto por duas acções, e não podendo um accionista ter por si ou por procuração mais de quarenta votos.

Art. 23. Substitua-se: Logo que o fundo de reserva attin-gir á metade do capital realisado, cessará a deducção da porcentagem que lhe é destinada no art. 21.

Art. 26. Substitua-se: No dia 30 de junho de cada anno se procederá ao necessario balanço para os fins consignados nos presentes estatutos.

Paragrapho unico. Substitua-se: Não se farão transferencias de acções na ultima quinzena do mez de junho.

Valença, 5 de dezembro de 1892.



DECRETO N. 1220 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Das instruções para execução do art. 4.^o, letras K e L e paragrapho unico, do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, relativamente aos procuradores da Fazenda Publica Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48, n. 1, da Constituição, decreta que, em cumprimento do que dispõe o paragrapho unico do art. 4.^o do decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892, se observem as instruções seguintes:

Art. 1.^o Para execução do art. 4.^o, letras K e L e paragrapho unico, do decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892, a Fazenda Nacional far-se-ha representar nos Juizos competentes por tres procuradores, os quaes, sob a denominação de procuradores da Fazenda Publica Federal, funcionarão como advogados desta, servindo o seu titulo de nomeação de instrumento do mandato de que são investidos (decreto de 24 de julho de 1879).

Art. 2.^o No Juizo Federal de secção desta Capital funcionarão os procuradores de Fazenda, cumulativamente, com o procurador seccional da cobrança judicial da divida activa da União, para o que a Directoria Geral do Contencioso do Thesouro Nacional distribuir-lhes-ha, com a possível igualdade, as certidões, titulos ou contas correntes, ficando alterado nesta parte o decreto n. 340 de 23 de maio de 1891.

Art. 3.^o Acompanharão no Juizo competente, cumulativamente, como procurador seccional todas as causas em que for parte a Fazenda Publica Federal, para o que a Directoria do Contencioso distribuir-lhes-ha os titulos que fundamentarem as acções que por parte da Fazenda houverem de ser intentadas, e o Juizo seccional, aquellas em que a Fazenda houver de responder como ré ou figurar como assistente ou oppoente.

Art. 4.^o Poderão os procuradores da Fazenda, sempre que souberem que em qualquer outro Juizo se processa causa em que é interessada a Fazenda Publica Federal como ré, assistente ou oppoente, exercer nella a intervenção que lhes compete como adrogados da mesma Fazenda, ou requerer a avocatória para o Juizo seccional declinando do foro, ainda no caso de assistencia, como é facultado á Fazenda Publica (§ 11 da Ord. do Liv. 3.^o, tit. 45, e no art. 12 da lei n. 242 de 29 de novembro de 1841; Instr. de 12 de janeiro de 1842, art. 3.^o).

Art. 5.^o Os procuradores substituir-se-hão reciprocamente em suas faltas ou impedimentos, guardada a ordem numerica, cabendo ao substituto os proventos, custas e emolumentos dos actos em que officiar.

Art. 6.^o Os procuradores serão auxiliados em todo o serviço pelos quatro solicitadores, aos quaes distribuirão o serviço com a possível igualdade.

Art. 7.º As custas dos actos praticados pelos procuradores e solicitadores, nas causas em que a Fazenda Publica Federal for vencedora, e que se arrecadarão para a receita geral, nos termos do art. 4.º, § 1.º, do decreto n. 4356, de 24 de abril de 1869, serão abonadas aos ditos empregados, deduzindo-se da quantia que for por aquelle titulo recolhida ao Thesouro, um terço para cada procurador, e dividindo-se o terço restante entre os solicitadores.

Art. 8.º Para o fim indicado no artigo anterior, os escrivães do Juizo seccional, quando expedirem as guias, contarão, sob a designação de procuratorio, a importancia que for devida pelos actos praticados no processo pelos procuradores e solicitadores, de accordo com o decreto n. 5737, de 2 de setembro de 1874, na parte referente aos advogados e solicitadores.

Art. 9.º As quotas das porcentagens e do procuratorio, quando no mesmo processo tiver funcionado mais de um procurador ou mais de um solicitador, serão divididas entre elles em partes iguaes.

Art. 10. A disposição do artigo antecedente comprehende os proventos que forem devidos aos procuradores e solicitadores, em qualquer Juizo em que haja corrido o processo.

Art. 11. Nos outros Juizos em que funcionarem os procuradores será guardada a distribuição feita no art. 2.º das instrucções que baixaram com o decreto n. 168 de 25 de abril de 1891.

Art. 12. Os procuradores da Fazenda Publica Federal são immediatamente sujeitos à Directoria Geral do Contencioso do Thesouro Nacional, da qual receberão as informações e instrucções de que carecerem para promover os interesses da União, e sem ordem da mesma Directoria nenhuma diligencia judicial ou acção poderão iniciar, salvo caso urgente em que da demora resulte prejuizo para a Fazenda.

Nesta hypothese, tomada a providencia, communicarão immediatamente o occorrido áquella repartição.

Art. 13. Os procuradores e os solicitadores que deixarem definitivamente o exercicio das funcções terão direito á metade das porcentagens vencidas nas causas em que houverem officiado.

Art. 14. Este direito prescreverá decorridos cinco annos depois que o funcionario houver deixado o exercicio do cargo, revertendo a importancia para os cofres da União.

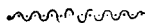
Art. 15. O presente decreto sómente vigorará depois que pelo Congresso for approvada a reforma de Fazenda, levada a effeito pelo decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892.

Art. 16. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.



DECRETO N. 1221 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca da Formosa, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica desligada do commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Paraná a força de guardas nacionaes qualificada na de Formosa e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá do 8º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, de mais dous batalhões de infantaria do serviço activo e um batalhão da reserva, com quatro companhias cada um, aquelles com as designações de 33º e 34º e este com a de 11º, os quaes se organisarão como guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

DECRETO N. 1222 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Palma, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Palma, no Estado de Goyaz, se comporá do 15º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, do 5º corpo de cavallaria, com quatro esquadrões, já organisados, e de mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 32º, e um batalhão da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 10º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

DECRETO N. 1223 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Entre-Rios, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Entre-Rios, no Estado de Goyaz, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões de infantaria de serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 30º e 31º, e um batalhão da reserva, igualmente com quatro companhias, sob o n. 9, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1224 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Rio Paraná, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca do Rio Paraná, no Estado de Goyaz, se comporá do actual 13º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, do 3º corpo de cavallaria, com quatro esquadrões, da 2ª secção de batalhão da reserva, elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 8º, e de mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com igual numero de companhias e a designação de 29º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1225 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Da nova organização á Guarda Nacional da comarca da Boa Vista, no Estado de Goyaz.

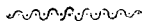
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca da Boa Vista, no Estado de Goyaz, se comporá dos actuaes 6º corpo de cavallaria, com quatro esquadrões, e 18º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, da 3ª secção do serviço da reserva, elevada á categoria de batalhão, tambem com quatro companhias e a designação de 14º, e de mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com igual numero de companhias e a designação de 3º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1226 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de S. José do Tocantins, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de S. José do Tocantins, no Estado de Goyaz, se comporá do 4º batalhão de infantaria do serviço activo, reduzido a quatro companhias, da 2ª secção de batalhão de infantaria, elevada á categoria de batalhão, com o mesmo numero de companhias e a designação de 37º, e de mais um batalhão do serviço da reserva, igualmente com quatro companhias e a designação de 13º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1227 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca da Posse, no Estado de Goyaz.

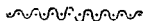
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca da Posse, no Estado de Goyaz, se comporá do 14º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, do 4º corpo de cavallaria, com quatro esquadrões, e de um batalhão de infantaria do serviço activo e um batalhão da reserva, com quatro companhias cada um, aquelle com a designação de 35º e este com a de 12º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1228 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Cavalcanti, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Cavalcanti, no Estado de Goyaz, se comporá do 11º e 12º batalhões de infantaria do serviço activo, reduzidos a quatro companhias cada um, e de mais um batalhão de infantaria do mesmo serviço, com igual numero de companhias e a designação de 36º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1229 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Porto Nacional, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Porto Nacional, no Estado de Goyaz, se comporá dos actuaes 16.^o e 17.^o batalhões de infantaria, reduzidos a quatro companhias cada um, e de mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com igual numero de companhias e a designação de 3.^o, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1230 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado do Maranhão.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca da Capital do Estado do Maranhão mais um batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 31.^o, o qual ficará pertencendo á 1.^a brigada de infantaria; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1231 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com as designações de 165º e 166º, do batalhão da reserva sob o n. 94, com quatro companhias cada um, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 38º, os quaes se organisarão com os guardas dos respectivos serviços qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1232 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca do Rio S. Francisco, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca do Rio S. Francisco, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 86º e 56º batalhões de infantaria do serviço activo e da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e dos batalhões de infantaria do serviço activo e da reserva, ora creados, com as designações de 161º e 93º, ambos com quatro companhias, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 37º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1233 — DE 17 DE JANEIRO DE 1893

Cria um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. Bento do Sapucahy, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Bento do Sapucahy, no Estado de S. Paulo, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrons e a designação de 69^a, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de janeiro de 1893, 5^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1234 — DE 21 DE JANEIRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Justica e Negocios Interiores um credito extraordinario de 122:193\$750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, durante o presente exercicio corrente.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á instante solicitação do governador do Estado de Pernambuco e considerando:

Que, não obstante achar-se organizado o Estado e pelo decreto n. 1371 de 14 de fevereiro de 1891 terem passado ao governador as attribuições antes conferidas ao antigo Ministerio da Justica, o respectivo Poder Legislativo nenhuma providencia tomou em relação áquelle Presidio, nem mesmo, em sentido contrario ao citado decreto ;

Que a Lei n. 126 B, de 21 de novembro ultimo, excluindo do orçamento em vigor a consignação correspondente, autorisou, todavia, o Governo a abrir os creditos que fossem necessarios para alguns serviços a cargo dos Estados ;

E que naquelle Presidio existem presos de todos os Estados da União e que a sua guarnição ainda é feita por força federal :

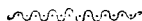
Resolve, usando da autorização contida no § 1^o do art. 2^o da citada lei, abrir o credito extraordinario de cento e vinte e dous contos quatrocentos noventa e tres mil setecentos e cincoenta

réis (122:493\$750) ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para occorrer ás despesas do Presidio de Fernando de Noronha, Estado de Pernambuco, durante o 1º semestre do corrente anno, como auxilio áquelle Estado, até que o Poder Legislativo delibere a respeito.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1235 — DE 21 DE JANEIRO DE 1893

Crea na comarca de Campinas, no Estado de S. Paulo, uma batalhão da reserva de guardas nacionaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Campinas, no Estado de S. Paulo, um batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 81ª, que se organizará com os guardas nacionaes alistados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1236 — DE 21 DE JANEIRO DE 1893

Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de Caconde, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Caconde, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 38º e 61º battalhões de infantaria, reduzidos a quatro companhias cada

um, da 18ª secção do serviço da reserva, elevada à categoria de batalhão, com igual numero de companhias e a designação de 85º, e de um regimento de cavallaria, ora creado, com quatro esquadrons e a designação de 70º, os quaes serão organisados nos districtos da referida comarca.

Art. 2.º A parada dos mesmos corpos será determinada pelo respectivo commandante superior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1237 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Concede authorisação ao Banco da Bolsa do Recife para organisar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Pecuaria Fabril.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco da Bolsa do Recife, devidamente representado, resolve conceder-lhe authorisação para organisar uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Pecuaria Fabril e com os estatutos que a este accompanham; não podendo, porém, a mesma companhia constituir-se definitivamente sem preencher as formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.

Estatutos da Companhia Pecuaria Fabril

CAPITULO I

ORGANISAÇÃO, SÉDE E DURAÇÃO

Art. 1.º Na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, fica organizada uma sociedade anonyma sob a denominação de Companhia Pecuaria Fabril, que terá sua séde e fóro juridico na mesma cidade.

Art. 2.º Reger-se-ha pelas disposições consignadas nestes estatutos e pela legislação especial das sociedades anonymas.

Art. 3.º Durará por espaço de 50 annos, contados da data de sua constituição, podendo ser prorogado por deliberação da assemblea geral.

Art. 4.º Antes da terminação do prazo marcado no artigo anterior, não poderá ser dissolvida sinão nos casos previstos na lei.

Art. 5.º O anno social decorre de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

CAPITULO II

OPERAÇÕES E CAPITAL

Art. 6.º A companhia se propõe a explorar e desenvolver a industria pastoril e todas as que della se derivam ou lhe são connexas, pelo que são seus fins :

a) promover a criação e engorda do gado, comprando, arrendando ou aferando para esse fim fazendas e sítios apropriados à pastagem, e vendendo o gado em pé ou abatido ;

b) tratar do aperfeiçoamento das raças bovina, suina, ovellum, cabrum, mular e cavallar, promovendo a introdução do gado de qualidade das melhores raças e que mais se adaptarem ao clima, quer deste, quer dos Estados limitrophes, e que mais apropriados forem aos fins da companhia ;

c) fornecer à cidade e suburbios carne e leite de boa qualidade e por preço modico ;

d) montar um grande estabulo central, assim como outros pequenos em diversas localidades, afim de bem servir aos consumidores ;

e) fabricar manteiga, queijo, requeijão e outros productos de leite ;

f) criar em larga escala gado lanigero, explorando a industria de lã ;

g) criar em larga escala gado suino, especialmente para o preparo de presuntos, salga do toucinho e fabrico da banha ;

b) curtir as pelles dos animaes que forem abatidos nas fazendas de sua propriedade e nas de terceiros;

c) promover a indústriã de artefactos de chifre;

d) aproveitar os terrenos de suas fazendas que forem impróprios para pastagem, fazendo-os cultivar por colonos nacionaes ou estrangeiros;

e) cultivar forragens de diversas qualidades e de reconhecida utilidade, preferindo as que melhor servirem para alimento do gado;

f) extrahir das matias de suas fazendas madeiras apropriadas à construção e outros misteres, afim de vendel-as;

g) negociar em todos os productos de suas fazendas e fabricas, trazendo-os aos mercados desta cidade para o consumo diário ou exportando-os devidamente preparados, para o que empregará os preços mais aperfeiçoados, podendo, nesta cidade do Recife ou em qualquer outra parte do Estado ou dos demais Estados da Republica Brasileira, estabelecer depósitos para venda dos seus productos, logo que for julgado conveniente pela directoria;

h) poderá estabelecer burgos agricolas e promover o ensino e applicação da arte veterinaria.

Art. 7.º O capital social para o inicio de suas operações é de 500.000\$, divididos em 5.000 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado até 2.000.000\$, por deliberação da assemblea geral, para o completo desenvolvimento dos fins sociais, sobre proposta da directoria.

Art. 8.º Augmentado o capital social, poderá a assemblea geral autorisar a emissão de obrigações garantidas pelo seu activo, ou que seja tomada por empréstimo a somma precisa, estabelecendo o modo e prazo de remissão e fixando o juro a pagar semestralmente.

Art. 9.º O disposto no artigo antecedente só poderá ter logar si para preenchimento de todos os fins sociais for insufficiente o capital social.

Art. 10.º O capital será realisado em prestações, a primeira de 30 % e as outras nunca maiores de 20 %, e com intervallos de 30 dias no mínimo.

Art. 11.º A primeira prestação será feita no acto da subscripção e as outras a juizo da directoria, sendo as chamadas por annuncios na imprensa, com 15 dias de antecedencia ou mais, e com prazo marcado.

Art. 12.º Poderão os accionistas realisar todo o valor de suas acções de uma só vez.

CAPITULO III

ACÇÕES E ACCIONISTAS

Art. 13.º As acções são nominativas e só transferíveis por meio de termo feito no livro respectivo, existente no escriptorio social.

Art. 14. Para que a transferencia produza effeitos é preciso que o termo seja assignado pelo cedente e cessionario, ou por procurador legalmente constituido.

Art. 15. As acções são indivisiveis, não sendo reconhecido mais de um proprietario para cada acção.

Art. 16. Si alguma acção pertencer a mais de uma pessoa, estas escolherão dentre si quem deve exercer os direitos de accionista. Não se comprehendem nesta disposição as associações, firmas sociaes e corporações, que serão representadas por quem o possa fazer segundo direito.

Art. 17. Cada acção dá direito a uma parte proporcional nos lucros sociaes, e na propriedade do capital.

Art. 18. Sómente será reconhecido accionista quem estiver inscripto como tal no registro das acções.

Art. 19. A responsabilidade do accionista é limitada ao valor da acção.

Art. 20. O accionista que não effectuar o pagamento das prestações como prescrevem o art. 10 e o art. 11, incorrerá na multa de 10 % sobre a importancia respectiva, caso realise o sobredito pagamento dentro de 40 dias subsequentes, e no caso contrario poderá a directoria, ouvindo o conselho fiscal, impôr a pena de commissão.

Art. 21. Fica salvo á directoria o direito de não decretar o commissão e de compellir judicialmente o accionista a realizar as suas entradas, e mais os juros de 1 % ao mez com alda da data em que tiver expirado o prazo da chamada.

Art. 22. O accionista que justificar perante a directoria motivo de força maior que o tiver impossibilitado de fazer a entrada em dia, poderá realizar, depois dos 40 dias de que trata o art. 20, a prestação vencida com a multa de 12 %.

Art. 23. As acções a que a directoria applicar a pena de commissão serão annulladas, podendo ser substituidas por outras remittidas pela directoria.

Art. 24. No caso de commissão, a directoria levará ao título de reserva o producto das entradas anteriormente realisadas e correspondente a taes acções.

Art. 25. O accionista em mora não poderá fazer parte das assembléas geraes.

CAPITULO IV

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 26. A assembléa geral se compõe de todos os accionistas que tiverem suas acções averbadas no registro da companhia, pelo menos, com antecedencia de 30 dias da sessão ou reunião.

Art. 27. As assembléas geraes serão annunciadas pela imprensa 15 dias antes, com declaração dos motivos da convocação e com indicação do lugar, dia e hora.

Art. 28. A mesa da assembléa geral compor-se-ha de um presidente, que será eleito ou aclamado, e de dous secretarios nomeados pelo presidente.

Art. 29. Os membros da directoria e os do conselho fiscal não poderão fazer parte da mesa da assembléa geral.

Art. 30. A assembléa geral representa a totalidade dos accionistas e suas deliberações obrigam todos, quer dissidentes quer ausentes.

Art. 31. A ordem da votação será de um voto por 10 acções ; podendo os accionistas possuidores de menor numero de acções assistir ás assembléas geraes, propor e discutir sobre o que lhes parecer conveniente aos fins sociaes, mas, sem direito de voto.

Art. 32. Os accionistas poderão se fazer representar por procurador, que deverá ser algum accionista, excepto os membros da directoria e conselho fiscal.

Art. 33. Haverá annualmente uma sessão da assembléa geral, que deverá realisar-se no mez de marzo, para tratar dos assumptos que lhe são commettidos pelos presentes estatutos e bem assim de outros que forem propostos e apresentados á discussão.

Art. 34. As deliberações só poderão ser tomadas depois que tiver sido apresentado o parecer do conselho fiscal, não podendo os directores approvar seus balancos, contas ou inventarios, nem o conselho fiscal seus pareceres.

Art. 35. Haverá tantas reuniões extraordinarias da assembléa geral, quantas forem julgadas necessarias pela directoria, pelo conselho fiscal ou requeridas por sete accionistas ou mais que representem, pelo menos, um quarto do capital social.

Art. 36. Nas reuniões extraordinarias só se poderá tratar do assumpto que tiver determinado a convocação.

Art. 37. Si, em virtude da primeira convocação, não se reunir numero bastante para constituir a assembléa geral, far-se-ha segunda convocação por meio de annuncios pelos jornaes, com a declaração de que então se deliberará qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas que comparecerem.

Art. 38. Tratando de reforma dos estatutos, de augmento do capital e mais hypotheses consignadas na lei, a assembléa só poderá deliberar validamente achando-se presentes pelo menos dous terços do capital social.

Art. 39. São attribuições da assembléa geral:

- a) eleger a directoria e o conselho fiscal ;
- b) reformar os presentes estatutos, quando constituída nos termos do artigo anterior ;
- c) resolver todos os negocios da companhia, que não estiverem expressamente commettidos á directoria ;
- d) deliberar acerca do relatorio e contas apresentados pela directoria e acompanhados do parecer fiscal ;
- e) resolver acerca do augmento do capital da companhia, dissolução e prorrogação della ;

f) deliberar acerca de qualquer proposta iniciada por accionistas, pela directoria ou pelo conselho fiscal;

g) exercer todos os actos previstos nestes estatutos e deliberar nos casos omissos ou imprevistos;

h) autorisar a directoria para de accordo com o conselho fiscal, emittir obrigações nominativas ou ao portador, garantidas com hypotheca e penhor dos valores da companhia.

Art. 40. A approvação do balanço e das contas annuaes importa a extinção da responsabilidade da directoria.

CAPITULO V

DA ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Art. 41. A companhia será administrada por uma directoria composta de tres membros residentes na sede da companhia e eleitos pela assemblea geral dos accionistas, de seis em seis annos, a maioria relativa de votos, por escrutinio secreto, decidindo a sorte no caso de empate.

Art. 42. Só podem ser eleitos directores os accionistas que possuirem suas acções inscriptas tres mezes antes da eleição.

Art. 43. Os directores não poderão entrar no exercicio do cargo sem depositar na companhia 100 acções, pelo menos, cada um, as quaes servirão de caução á responsabilidade enquanto durar o mandato. A caução far-se-ha por termo no livro de transferencia e declaração no registro das acções.

Art. 44. Os membros da directoria poderão ser eleitos no todo ou em parte; em quanto não o sejam, servirão até que os novos eleitos tomem posse.

Art. 45. Não poderão exercer conjunctamente os cargos de director os parentes até ao 2º grão, e os membros da mesma firma social.

Art. 46. O director, que dentro do prazo de 30 dias não tiver assumido o exercicio do cargo, entende-se havel-o renunciado.

Art. 47. No impedimento ou ausencia por mais de tres mezes, renuncia ou fallecimento de um dos membros da directoria, será chamado, pelos outros directores, um accionista para exercer as funções de director até á primeira reunião da assemblea geral, na qual o cargo será definitivamente provido, servindo o eleito pelo tempo que faltar ao substituido, respeitado o que se acha disposto nos arts. 42 e 43.

§ 1.º A falta de dous directores pelos motivos previstos neste artigo, determina a convocação da assemblea geral para eleição dos substitutos.

§ 2.º A ausencia em serviço da companhia não é applicavel o disposto neste artigo.

Art. 48. A directoria escolherá dentre si, no acto de tomar posse, o presidente, vice-presidente e secretario.

Art. 49. A directoria reunir-se-ha uma vez por semana e extraordinariamente sempre que for preciso.

Art. 50. Para deliberar basta a presença de dois directores, si os seus pareceres forem concordes.

Art. 51. As deliberações da directoria constarão das actas de suas sessões, lavrada em livro especial e assignadas por todos os directores presentes.

Art. 52. Os directores reputam-se revestidos de amplos poderes para praticar todos os actos de gestão relativa aos fins e objecto da companhia, representando-a em Juízo activa e passivamente.

Art. 53. São attribuições da directoria :

- a) administrar e decidir todos os negocios da companhia ;
- b) exercer todos os actos de gestão, com livre e geral administração, de accordo com a lei e os presentes estatutos, quer por si, quer por meio de prepostos, para o que lhes são conferidos todos os poderes necessários em direito ;
- c) celebrar contractos para qualquer fim social, ouvindo o conselho fiscal ;
- d) effectuar operações de credito necessarias ao objecto e fins sociais ;
- e) velar pela fiel execução dos estatutos e das deliberações da assemblea geral ;
- f) observar a exacta arrecadação da receita ;
- g) fiscalisar as despezas, limitando-as ao estritamente necessario ;
- h) deliberar sobre as entradas do capital e decretar o commisso das acções ;
- i) assignar os titulos de acção da companhia ;
- j) deliberar sobre a convocação da assemblea geral ordinaria na época fixada nestes estatutos e as extraordinarias quando julgar conveniente e nos casos previstos nestes estatutos ;
- k) apresentar á assemblea geral o balanço, as contas e o relatório do estado social, acompanhado do parecer do conselho fiscal ;
- l) fixar no fim de cada semestre o dividendo a distribuir ;
- m) representar a companhia perante os poderes publicos nacionaes ou estrangeiros ;
- n) demandar ou ser demandada, constituindo advogados e procuradores que a representem em qualquer parte ou tribunal, assim como em todos os actos em que seus direitos e interesses estejam envolvidos ;
- o) celebrar contractos, tanto com o Governo Federal, como com o de outros Estados, com outras companhias, corporações, sociedades ou particulares ;
- p) organizar os regulamentos que forem precisos para os fins da sociedade, determinando nelles, conforme entender conveniente, o modo de administração das fazendas e officinas, e as attribuições e direitos, quer dos inspectores, quer dos gerentes ;
- q) nomear, marcando os respectivos vencimentos, suspender, demittir e multar todos os empregados da companhia ;

r) escolher dentre pessoas de reconhecidas habilitações os inspectores e os gerentes das fazendas e offeinas que forem creadas para consecução dos fins sociaes, marcando-lhes os vencimentos ;

s) contrahir empréstimos, quer por meio da emissão de obrigações preferenciaes, quer por outro meio diverso com hypotheca e penhor, precedendo autorisação da assembléa geral ;

t) estabelecer as condições da emissão, juros e resgate ou amortisação.

Art. 54. Ao presidente da directoria, e em sua falta ao vice-presidente, compete :

a) representar a directoria em todos os actos judiciaes e extra-judiciaes ;

b) fazer as convocações das assembléas geraes ordinarias e extraordinarias ;

c) presidir as sessões da directoria, convocando-as sempre que o serviço exigir ;

d) assignar com o gerente ou com algum dos outros directores, que for designado, as obrigações denominadas — cheques e recibos — para o movimento em conta corrente com os estabelecimentos bancarios, e bem assim letras ou quaesquer papeis de credito.

Art. 55. Ao secretario compete :

a) substituir o presidente e o vice-presidente ;

b) velar pela boa ordem no archivo, pela regularidade da escripturação da sociedade e prompta expedição da correspondencia ;

c) authenticar as transferencias de acções e obrigações ;

d) redigir todas as actas da reunião da directoria ;

e) officiar, quando for necessario, ao conselho fiscal, assistir aos exames que o mesmo conselho tenha de fazer e fornecer-lhe todos os documentos e informações que lhe forem exigidos.

Art. 56. Cada um dos directores terá o honorario que for marcado pela assembléa constitutiva.

Art. 57. Por escrutinio secreto e por maioria relativa de votos, na assembléa geral ordinaria de cada anno será eleito um conselho fiscal, que se comporá de tres accionistas, que, em suas faltas, serão substituidos pelos supplentes eleitos, que serão tambem tres accionistas.

Art. 58. São attribuições do conselho fiscal :

a) tomar conhecimento da gestão da sociedade, examinando na época devida a escripturação e documentos, do que lavrará parecer para ser apresentado á assembléa geral, emittindo ao mesmo tempo sua opinião a respeito ;

b) emittir parecer, quando consultado pela directoria ;

c) convocar a assembléa geral ordinaria, quando na época legal a directoria não o faça, e extraordinariamente sempre que julgar conveniente aos interesses sociaes, dando, quer na convocação, quer perante a assembléa geral, as razões determinadoras de seu proceder ;

d) usar dos poderes conferidos pela lei das sociedades anónimas.

Art. 59. Cada um dos membros do conselho, depois de assignado o parecer, perceberá a gratificação que lhe for marcada na assembléa constitutiva.

CAPITULO VI

DOS LUCROS SOCIAES

Art. 60. O saldo liquido da receita e despesa ordinaria do custeio e manutenção da sociedade terá semestralmente a seguinte applicação:

a) 5 % para o fundo de reserva, até que perfaça quantia igual a um quarto do capital;

b) 5 % para o fundo de depreciação do material das fabricas e propriedades, e das despesas com suas reconstrucções, até per-fazer tambem um quarto do capital;

c) 5 % para a directoria, como gratificação;

d) do que exceder de 12 % do dividendo aos accionistas, metade será destinada á integralisação do capital, e a outra metade será dividida em duas partes, sendo uma para distribuir como dividendo supplementar e outra para constituir um fundo especial de 300:000\$, para amparar a regularidade dos dividendos.

Art. 61. Sempre que os fundos de reserva, de depreciação do material soffrerem diminuição, depois de attingirem a somma marcada para elles, serão restabelecidos.

O mesmo se observará quanto ao fundo especial de amparo á regularidade dos dividendos.

Art. 62. A directoria poderá applicar os fundos a que se referem os arts. 60 e 61, em titulos que offereçam garantia.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 63. A primeira directoria escolherá os pontos mais apropriados ao inicio das operações sociaes, escolhendo dentre os fins quaes os que mereçam ter preferencia, por offerecerem maiores vantagens á sociedade.

Art. 64. Fica autorisada igualmente a fazer as acquisições e contractos que forem precisos, bem como a fazer as despesas da incorporação da companhia.

Art. 65. A primeira directoria compor-se-ha dos accionistas nomeados pelo banco incorporador ou que forem eleitos pela assembléa geral, caso não se verifique o disposto na primeira parte deste artigo.

Recife, 27 de abril de 1891.— *José Adolpho Rodrigues Lima.*



DECRETO N. 1238 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de Curitiba, no Estado do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Curitiba, no Estado do Paraná, se comporá de dous batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 6º e 7º, de um regimento de artilharia, com quatro baterias e a designação de 2º, de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 2º, e do actual batalhão da reserva n. 1, reduzido a quatro companhias; os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1239 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Sorocaba, no Estado de São Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Sorocaba, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 5º batalhão de infantaria e 3º batalhão da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e do 134º batalhão de infantaria e 49º regimento de cavallaria, e de mais dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 172º e 173º, e dous batalhões da reserva, com igual numero de companhias cada um e as designações de 82º e 83º, ora creados.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organisados:

a) o 5º e 172º batalhões de infantaria, nos districtos da cidade de Sorocaba;

b) o 134º batalhão de infantaria, no districto da villa da Piedade;

- e) o 173º batalhão de infantaria, no districto da villa de Campo Largo;
- f) o 5º batalhão da reserva, nos districtos da cidade de Sorocaba;
- g) o 82º batalhão da reserva, nos districtos do Campo Largo e Sorocaba;
- h) o 83º batalhão da reserva, no districto da Piedade;
- i) o 49º regimento de cavallaria, nos districtos da referida comarca.

Art. 3.º O local da parada dos corpos será determinado pelo respectivo commandante superior.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

DECRETO N. 1210 — DE 26 DE JANEIRO DE 1911

De novo organização da Guarda Nacional da comarca de Barbacena, no Estado de Minas-Geraes.

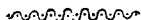
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Barbacena, no Estado de Minas-Geraes, se comporá dos actuaes 31º, 32º e 88º batalhões de infantaria do serviço activo, 18º batalhão da reserva, reduzidos a quatro companhias e a um, do 3º esquadrão de cavallaria, ora elevado a categoria de regimento, com quatro esquadrões, sob a designação de 59º, e de um batalhão de infantaria daquelle serviço, ora creado, com a designação de 167º, e com igual numero de companhias, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revoga-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1241 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Concede á Companhia Cooperativa Industrial authorisação para funcionar.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Cooperativa Industrial, devidamente representada, resolve conceder-lhe authorisação para funcionar com os estatutos que a este acompanham; devendo, porém, a mesma companhia satisfazer, antes de sua organização definitiva, as formalidades exigidas pela legislação vigente.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.

**Estatutos da Companhia Cooperativa Industrial, a
que se refere o decreto n. 1241 de 26 de janeiro
de 1893.**

CAPITULO I

DA SOCIEDADE, SUA CONSTITUIÇÃO, FINS, SÉDE, DURAÇÃO, ETC.

Art. 1.º Fica constituida uma sociedade anonyma, com a denominação de Companhia Cooperativa Industrial, com séde e fôro juridico no Rio de Janeiro, e duração de 30 annos, contados da data de sua installação.

Art. 2.º Esta sociedade tem por fim: a exploração das fabricas de sabão e velas, já montadas na fazenda denominada Quintanilha; de telhas de marcas registradas M. C. e D. C. e de tijolo, e outros productos ceramicos, montadas e funcionando na fazenda denominada Monte-Raso, contigante com a primeira; de cerveja, pelo processo lavaro, em montagem na fazenda do Jacaré, tolas no municipio de S. Gonçalo, Nitheroy; toda e qualquer outra exploração a que se prestem estas tres fazendas de propriedade da companhia, e ainda o estabelecimento de qualquer industria lucrativa nestes ou neutros pontos, em terras proprias ou adquiridas, bem como a obtenção de industrias já montadas, para explorar por sua conta ou de sociedade.

Pertence ainda à sociedade toda e qualquer operação commercial relacionada com seu fim industrial, ou aquellas que forem consideradas de bom emprego de fundos sociaes.

Art. 3.º O capital da companhia é fixado em 700:000\$, dividido em 7.000 acções de 100\$000, todas integralisadas e transferiveis por endosso, na conformidade do art. 21 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891. Este capital acha-se realisado e representado pelo acervo das tres sociedades — Banco Cooperativo, Companhias Sabão Nacional e Cooperativa de Cerveja, que na presente se fundiram, segundo as actas das suas assembleas geraes e o laudo dos louvados que acompanham esta lei organica.

Art. 4.º Os direitos sobre lucros que teem os incorporadores e directores das Companhias Sabão Nacional e Cooperativa de Cerveja, segundo os respectivos estatutos, exigem para serem liquidados uma escripturação separada de cada uma das fabricas.

A directoria, porém, procurará resgatar esses direitos por accordo com os interessados no menor espaço de tempo, reduzindo-os a acções da actual companhia obtidas por meio de resgate, nos termos do art. 31 da lei de 4 de novembro de 1882, art. 20 do decreto de dezembro do mesmo anno e do de 17 de janeiro de 1890, art. 31.

A directoria tem para esse fim plena authorisação.

Art. 5.º Sendo os portadores de acções da actual companhia os accionistas das tres companhias que se fundiram, segundo a relação nominal que acompanha estes estatutos, fica a directoria encarregada e obrigada a fazer a troca das cautelas das companhias extinctas, pelas correspondentes acções integralisadas que pertencem à actual companhia, marcando-se para esse fim o prazo de tres mezes, a contar da data da installação da presente sociedade.

Para esse fim se farão annuncios repetidos e se marcarão dias e horas para attender aos interessados.

Paragrapho unico. Todas as fracções de dinheiro inferiores ao valor de uma acção, entrada pelos accionistas das tres emprezas fundidas, que não serão convertidas em acções, serão resgatadas pela directoria ou a prompto pagamento, havendo fundos disponiveis nos limites do fundo de reserva, ou a prazo, à vista do documento legal de divida visado pela directoria.

O prazo para esse resgate será de seis mezes.

Art. 6.º Findo o prazo de seis mezes, a directoria, munida do competente relatorio e balanço onde conste o estado do resgate, se apresentará à assemblea geral e esta resolverá o que tiver por melhor sobre a remissão ou resgate das acções que por ventura não tenham sido permutadas.

Em todo caso, porém, fica entendido que os accionistas que não acudirem ao chamado no prazo legal perderão o seu direito em beneficio da sociedade.

Essa condição será marcada nos annuncios.

Art. 7.º Igualmente, e no prazo do art. 5º, serão liquidados todos os acervos, compromissos ou obrigações das sociedades extinctas—Banco Cooperativo, Companhias Sabão Nacional e Coope-

rativa de Cerveja, encampando todos os poderes das comissões nomeadas pelas respectivas assembleas geraes á actual directoria da Companhia Cooperativa Industrial, para esse fim legalmente autorizada.

Paragrapho unico. O mandato daquellas comissões termina no acto da installação da actual sociedade, pela transferencia enunciada neste artigo.

Art. 8.º O excedente da avaliação dos acervos das tres sociedades, fundadas sobre o capital accionario da actual sociedade passa a constituir o seu fundo de reserva.

CAPITULO II

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 9.º Constitue-se a assemblea geral com todos os accionistas portadores de accões, que tiverem feito o deposito de seus titulos, no escriptorio da companhia, oito dias pelo menos antes do annuciado para a reunião.

Art. 10. A assemblea geral ordinaria terá lugar todos os annos no mez de março, sendo a primeira em 1894, e o anno social será sempre fechado em 31 de dezembro.

Art. 11. O presidente das assembleas geraes será nomeado na assemblea geral a que tiver de presidir.

Os secretarios serão pelo mesmo nomeados no acto da reunião.

Art. 12. As votações serão *per capita*, salvo requerimento em contrario assignado por cinco accionistas presentes.

Paragrapho unico. Na segunda hypothese se observará o seguinte: o accionista de uma até cinco accões terá um voto, e mais um voto de cada grupo de cinco accões.

Art. 13. Em todas as assembleas geraes, tanto ordinarias como extraordinarias, se seguirá o prescripto na lei, em tudo que não se ache especificado nos presentes estatutos.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 14. A companhia será administrada por tres directores eleitos de tres em tres annos, os quaes dividirão todo o serviço e cargos, segundo os seus regulamentos, e por um conselho fiscal, composto de tres membros e tres supplentes eleitos annualmente.

Art. 15. Cada administrador terá o vencimento de 600\$ e dará de caução á sua gestão 50 accões depositadas no cofre da casa e registradas pelo seu numero no respectivo livro, as quaes não poderão ser resgatadas sinão depois da apuração das contas por elle prestadas.

Art. 16. Considera-se como tendo resignado o logar o director que faltar ao serviço effectivo sem justificação, por quinze dias consecutivos.

Paragrapho unico. Tanto neste caso como em qualquer outro de vaga, aos restantes membros da directoria compete o preenchimento da vaga até à primeira assembléa geral.

Art. 17. A directoria compete a divisão de cargos e do serviço, segundo o seu regulamento, a fixação e escolha de pessoal, suas attribuições e remuneração.

Fica entretanto desde já estipulado:

a) que a directoria será obrigada a reunir-se na sêdo da empresa uma vez por semana, lavrando uma acta da sua reunião;

b) que ella convocará o conselho fiscal para a ultima das suas reuniões de cada mez:

c) que estas reuniões serão em dias previamente annunciados.

Art. 18. A directoria só poderá attende'r aos interessados, em assumptos estranhos á administração dos serviços da empresa, nesses dias das suas reuniões; quer dizer, que só nesses dias serão attendidas quaesquer propostas para contractar com a empresa serviços novos, ou a prestação de quaesquer esclarecimentos referentes á marcha dos negocios.

Art. 19. Sendo as acções transferíveis por endosso, a directoria só poderá attende'r na qualidade de accionista áquelle que provar possuir os titulos com endosso de tres mez-es, pelo menos, antes.

Art. 20. Desde que a directoria o entender necessario, será augmentado o numero dos directores.

Para esse fim, fará a exposição comprobatoria ao conselho fiscal, e este dará ou negará a sua attenção.

Concorrando, na mesma reunião se fará a escolha, servindo o escolhido ou escolhidos até á primeira assembléa geral, em que serão definitivamente resolvidos o augmento e a escolha.

CAPITULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 21. O conselho fiscal terá, pelos seus serviços e responsabilidades, uma gratificação arbitrada pela assembléa geral ordinaria.

Art. 22. Será obrigado a reunir-se, pelo menos, uma vez por mez com a directoria para ouvir a exposição della sobre a marcha dos negocios e verificar com documentos a veracidade do relatado, deixando na acta o seu voto a respeito.

Art. 23. A falta de comparecimento sem motivo justificado a uma destas reuniões mensaes, significa a renuncia do mandato e a directoria deverá logo chamar o supplente pela ordem da sua collocação na eleição.

CAPITULO V

DOS LUCROS, DIVIDENDOS, FUNDO DE RESERVA

Art. 24. Dos lucros verificados em cada semestre se dividirá : 1º, a parte destinada a fundo de reserva, nunca inferior a 10 % ; 2º, o dividendo de 10 % sobre o capital ; 3º, o restante para ser dividido em tres partes iguaes, uma para augmento de dividendo e duas para remuneração, da administração e conselho fiscal.

Paragrapho unico. A quota destinada á administração e conselho fiscal será dividida em quatro partes, uma para cada director, e a quarta parte para ser dividida igualmente pelos membros do conselho fiscal.

CAPITULO VI

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 25. Fica a directoria autorisada a transigir, alienar, hypothecar em beneficio da sociedade, com audiencia e annuencia do conselho fiscal.

Art. 26. Os accionistas das tres extinctas sociedades — Banco Cooperativo, Companhia Sabão Nacional e Cooperativa de Cerveja, entregam os seus acervos, segundo os respectivos inventarios, balanço e avaliações, e recebendo os titulos integralizados da nova empresa e ainda as fracções em dinheiro, ou a prazo, dão plena quitação ás directorias e conselhos fiscaes, não podendo valer em Juizo ou fóra delle outras reclamações ou protestos além dos que podem nascer da execução do que se contém nos presentes estatutos, ficando a actual directoria com todos os poderes requeridos para liquidar, administrar e reduzir todo o activo e passivo das referidas sociedades nos prazos que ficam marcados.

Art. 27. Caso venha a verificar-se a existencia de accionistas com direito a receber acções da nova empresa, prefazendo quantia superior a 700:000\$ em que fica fixado o capital, a directoria pagará o excedente em dinheiro, á vista ou a prazo, começando o resgate pelos accionistas das extinctas empresas que tiverem menor capital realiado, preferindo os menores, viuas e interdictos.

Art. 28. Tendo sido resolvida a fusão pelas assembléas geraes das tres sociedades, com capacidade requerida para resolver sem protestos ou opposição dos accionistas ausentes,

mas achando-se subscripto e realiado todo o capital, faltando apenas fazer-se a entrega dos titulos que o representam, serão os presntes estatutos assignados pelas commissões nomeadas pelas tres assembléas geraes. visto terem-lhes sido conferidos esses poderes.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1893.— *Miguel Lucio de A. Mello.*— *Guilherme Augusto C. Oliveira.*



DECRETO N. 1242 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Annexa ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de Porto Calvo o 11º batalhão de infantaria da mesma guarda da de Camaragibe, ambas no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica annexado ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de Porto Calvo, no Estado das Alagoas, o 11º batalhão de infantaria da mesma guarda da de Camaragibe, no referido Estado, e organizado com oito companhias na frequência da Senhora da Glória de Porto de Pedras; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1243 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Proroga por quatro mezes o prazo para a terminação das obras da Companhia Telephonica S. Paulo e Rio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Telephonica S. Paulo e Rio, concessionaria, pelo decreto n. 889 de 18 de outubro de 1890, de uma linha telephonica entre a Capital do Estado de

S. Paulo e a Capital Federal, resolve prorogar por quatro mezes, a contar de 1 do corrente, o prazo que lhe foi concedido para terminação das respectivas obras.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1244 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Approva a reorganisação do Lloyd Brasileiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Tendo em vista o decreto n. 1165 de 9 de dezembro de 1892, que autorisou a reconstituição do Lloyd Brasileiro em companhia separada da Empresa de Obras Publicas no Brazil, com a qual se fundira por decreto n. 611 de 22 de outubro de 1891; attendendo ao requerimento datado de 19 de dezembro, em que o cidadão Manoel Buarque de Macedo, eleito presidente do dito Lloyd, participou achar-se este constituido com a mesma anterior denominação de Lloyd Brasileiro, de accordo com a autorização dada no citado decreto n. 1165 de 9 de dezembro de 1892:

Resolve approvar a reorganisação do Lloyd Brasileiro, o qual se regulará pelas clausulas annexas ao decreto n. 857 de 13 de outubro de 1890, com as modificações constantes do decreto n. 611 de 22 de outubro de 1891, e pelo de n. 956 de 27 de julho de 1892.

O Dr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1245 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Riachuelo, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Riachuelo, no Estado de Sergipe, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 50º, o qual será organizado com os guardas daquelle serviço qualificados no municipio de Divina Pastora, da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1246 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca do Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca do Rio Bonito, no Estado do Rio de Janeiro, se comporá dos actuaes 5º batalhão de infantaria, 3º e 4º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, 2º corpo de cavallaria, ora elevado a regimento com quatro esquadrões, e 1ª secção do batalhão de infantaria, tambem elevado a batalhão com quatro companhias e a designação de 50º, e mais dous batalhões de infantaria, sob os ns. 51 e 52, com quatro companhias cada um.

Art. 2.º Os referidos corpos se organizarão:

a) O 50º e 51º batalhões de infantaria, 2º corpo de cavallaria e 3º batalhão da reserva, no municipio do Rio Bonito;

b) O 5º e 52º batalhões de infantaria e 4º da reserva, no municipio de Capivary.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1247 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Lima Duarte, no Estado de Minas Geraes.

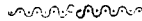
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Lima Duarte, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias, sob a designação de 170º, de um batalhão da reserva tambem com quatro companhias e a designação de 96º, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 41º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1248 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Rio Branco no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. E' creado na comarca do Rio Branco, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá dos batalhões ns. 168 e 169 do serviço activo, 95º do da resrva, todos com quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 40º, e que se organisarão nas freguezias da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1249 — DE 26 DE JANEIRO DE 1893

Concede á Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu autorização para reduzir o seu capital.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Assu, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização, para reduzir o seu capital, de 7.000:000\$ a 4.500:000\$, divididos em 22.500 acções integradas do valor nominal de 200\$000 cada uma, de accordo com a resolução da assembleia geral de accionistas realisada no dia 27 de outubro proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viagão e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Lima de Abreu.



DECRETO N. 1250 — DE 31 DE JANEIRO DE 1893

Cria um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Itacoatiara, no Estado do Amazonas, um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva, que será organizado nos districtos da mesma comarca, com quatro companhias e a designação de 5ª; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1251 — DE 31 DE JANEIRO DE 1893

Crea um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Labrea, no Estado do Amazonas.

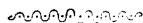
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Labrea, no Estado do Amazonas, um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 6ª, que será organizado nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1252 — DE 31 DE JANEIRO DE 1893

Altera o disposto no paragrapho unico do art 13 do regulamento annexo ao decreto n. 836 de 29 de junho de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o director geral interino da Assistencia Medico-Legal de Alienados,

Decreta :

Art. 1.º O concurso de que, na conformidade dos arts. 16 e 68 do regulamento annexo ao decreto n. 896 de 29 de junho de 1892, depende o provimento dos logares de medico da Assistencia, consistirá em provas escripta, oral e pratica sobre as materias da cadeira de clinica psychiatrica e molestias nervosas das Faculdades de Medicina da Republica, e em arguição sobre os assumptos das duas primeiras provas, feita pelos membros da commissão examinadora.

Servirão de examinadores tres lentes cathedromaticos de sciencias medicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tirados á sorte, e um medico da Assistencia, designado pelo director, que presidirá o concurso.

Art. 2.º Em instrucções espeziaes, organisadas pela Directoria Geral da Assistencia e approvadas pelo Governo, se regulará o

processo do concurso, em que se observarão as disposições vigentes, que forem applicaveis, relativas ao provimento do logar de substituto da cadeira de clinica psychiatrica e molestias nervosas das Faculdades de Medicina.

Art. 3.º Fica alterado, nesta conformidade, o paragrapho unico do citado art. 16 do regulamento de 29 de junho de 1892.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEISOTO.

Fernando Lobo.

DECRETO N. 1253 — DE 31 DE JANEIRO DE 1893

Approva, com alterações, os estatutos do Banco da Republica do Brazil

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram as directorias dos Bancos d' Brazil e da Republica dos Estados Unidos do Brazil, representadas pelos respectivos presidentes, resolve approvar, com as alterações abaixo indicadas, os estatutos do Banco da Republica do Brazil, que será organizado pela fusão dos dois referidos bancos, em virtude do decreto n. 1167 de 17 de dezembro de 1892 :

Art. 8.º — Substituam-se no n. 1º as palavras « mediante prestação de fundos ou garantia » pelas seguintes: — mediante prévia prestação de fundos.

Art. 16.º — Substituam-se as palavras « será chamado pela directoria » pelas seguintes: — será chamado pelo presidente.

Art. 17.º — Supprimam-se os ns. 2º, 5º e 10.

Art. 21.º — Substituam-se no n. 8º as palavras « que forem nomeados pela directoria » pelas seguintes: — que forem nomeados por elle.

Substitua-se a disposição do n. 11 pela seguinte: — Nomear, demittir, multar e suspender os empregados do banco, marcar-lhes os vencimentos e as fianças que devem prestar, fixar o quadro dos mesmos empregados e constituir mandatarios que representem o banco em Juizo ou fora d'elle, ouvida a directoria.

Accrescente-se: — N. 12. Distribuir entre os directores o serviço e expediente das differentes secções, ouvindo a directoria, bem como qualquer serviço extraordinario.

Art. 24.º — Substitua-se pelo seguinte: — Os membros da directoria terão os honorarios de trinta contos de réis (30:000\$) e o presidente os de cinquenta contos de réis (500:00\$), pagos em prestações mensaes.

Art. 57.— Substitua-se pelo seguinte :— As notas da antiga emissão do Banco do Brazil continuarão a ser resgatadas, nos termos das disposições actualmente em vigor.

Art. 80. —Supprima-se a palavra « opportunamente ».

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1893, 5.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.

Estatutos do Banco da Republica do Brazil

TITULO I

ORGANISACÃO

Art. 1.^o O Banco do Brazil e o Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil, creados pelos decretos ns. 1223 de 31 de agosto de 1853 e 1154 de 7 de dezembro de 1890, fundem-se em uma só sociedade anonyma, sob a denominação de Banco da Republica do Brazil, na conformidade da deliberação das assembleas geraes de seus accionistas, realisadas a 26 de dezembro ultimo e 7 de janeiro de 1893, e do decreto n. 1167 de 17 de dezembro de 1892.

Art. 2.^o São incorporados ao Banco da Republica do Brazil os bens, direitos, acções e os respectivos encargos, onus e responsabilidade, que constituem todo o activo e passivo do Banco do Brazil e do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil ; e bem assim os direitos, privilegios e isenções que a estes bancos forem concedidos por leis, decretos e actos dos poderes legislativo e executivo, que não se oppuzerem ás disposições do decreto n. 1167 de 17 de dezembro de 1892.

Art. 3.^o A sêde e o fóro juridico do banco são nesta cidade do Rio de Janeiro.

Art. 4.^o O prazo de duração do banco é de 60 annos, contados da data do decreto que approvar os presentes estatutos, e poderá ser prorogado com autorisação do Governo.

Art. 5.^o O banco terá uma agencia em Londres e nas capitais dos Estados em que existem bancos de emissão, ficando a directoria autorisada a estabelecer outras nas cidades da Europa, da America e dos Estados da Republica do Brazil, logo que reconheça a necessidade ou vantagem de sua criação.

TITULO II

CAPITAL E ACÇÕES

Art. 6.º O capital inicial do banco é de 190.000:000\$, assim constituido:

165.000 acções do Banco do Brazil, do valor nominal de 200\$ cada uma, já integradas, representando 33.000:000\$000 ;

335.000 acções do mesmo banco e do mesmo valor, com 50 % realizados, representando 67.000:000\$000.

1.000.000 de acções do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil, do valor nominal de 200\$ cada uma, as quaes ficam reduzidas a 450.000 acções integradas do novo banco, do valor nominal de 200\$ cada uma, representando 90.000:000\$000.

Art. 7.º O capital a que se refere o artigo anterior será reduzido, dentro do prazo de seis mezes, a 150.000:000\$, representados por 750.000 acções, todas nominativas, do valor nominal de 200\$ cada uma, operando-se a redução pela amortisação das acções integradas, que o banco fica autorizado a receber em pagamento de dividas.

§ 1.º As 335.000 acções, com 50 % somente do capital realzado, serão integradas pelos respectivos possuidores, quando a directoria julgar necessario e conveniente aos interesses do banco. As chamadas, porém, do capital serão feitas com aviso prévio de 30 dias e não poderão exceder de 10 % do valor de cada acção.

§ 2.º Os accionistas que deixarem de realizar as respectivas entradas no prazo annunciado pagarão pela móra os juros de 1 % ao mez.

§ 3.º Decorridos 60 dias do termo daquelle prazo, o banco fará vender em leilão as acções, por conta e risco de seu dono, observadas as disposições prescriptas nos arts. 32 e 34 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

§ 4.º As acções serão nominativas e a transferencia operar-se-ha por termo, lavrado no livro competente, assignado pelo cedente e pelo cessionario, ou seus procuradores bastantes e pelo secretario do banco.

§ 5.º As acções são indivisiveis com relação ao banco, que só reconhece um proprietario para cada acção.

TITULO III

OPERAÇÕES

Art. 8.º Como banco de emissão, depositos e descontos, são operações do banco:

1.º, emittir notas ou bilhetes ao portador e á vista, conversiveis em moeda metallica, na razão do duplo do ouro que houver depositado em caixa ;

2º, unificar as emissões bancarias, substituindo por notas suas, do mesmo typo, as dos bancos emissores existentes, no prazo de 12 mezes, que poderá ser prorogado pelo Governo ;

3º, proceder ao resgate ou substituição do papel-moeda da União e incumbir-se do serviço da dívida interna nacional, mediante os termos e condições que accordar com o Governo ;

4º, receber os saldos que o Thesouro Federal depositar em conta corrente, fazendo-lhe os adiantamentos de que carecer, nos termos do art. 11 do decreto n. 1167 de 17 de dezembro de 1892 ;

5º, receber dinheiro em conta corrente de movimento e por letras ao portador ou nominativas, a prazo não inferior de 60 dias.

No caso de corrida por parte dos depositantes em conta corrente, para retirada immediata das quantias contadas ao banco, poderá este pagar-as por letras que vençam o mesmo juro, divididas em seis series, correspondentes ás datas em que tiverem sido exigidos os pagamentos, e resgataveis quinzenalmente, de modo que no prazo de 90 dias esteja restabelecido o pagamento á vista ;

6º, receber em deposito, mediante commissão, dinheiro, titulos de credito, metaes e pedras preciosas, joias, ouro e prata em barras, cujo valor será estimado de accordo com a administração do banco ;

7º, descontar letras de cambio, da terra e outros titulos commerciaes, a ordem e a prazo não excedente de quatro mezes, garantidas ao menos por duas firmas de pessoas notoriamente abonadas e da praça do Rio de Janeiro ; e bem assim descontar escriptos das Alfandegas, bilhetes do Thesouro, cautelas da Casa da Moeda e letras das Delegacias dos Estados da Republica, pagaveis nesta Capital.

Por excepção poderão ser descontadas letras garantidas por duas firmas, sendo apenas uma dellas residente nesta Capital, não podendo, porém, a importancia total dos descontos destes titulos exceder de 8 % do capital do banco ;

8º, liquidar, com poderes de transigir, os contractos realisados pelas secções hypothecaria e agricola do Banco do Brazil e do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil ;

9º, contractar com os Governos, da União, dos Estados ou do Districto Federal, quaesquer operações ; servir-lhes de intermediario para o movimento de fundos nos mercados nacionaes ou estrangeiros, constituindo-se seu banqueiro ou agente financeiro ; e lançar emprestimos por conta dellas, de companhias ou de empresas acreditadas ;

10, subscrever, comprar e vender, por conta propria ou de outrem : titulos da dívida publica da União, dos Estados ou do Districto Federal ; metaes preciosos ; obrigações de companhias ou empresas ; e bem assim effectuar cobranças e pagamentos, podendo encarregar-se, por conta de terceiro, mediante prestação de fundos ou garantia, de quaesquer operações bancarias, que os presentes estatutos não prohibam ;

11, realizar operações de cambio, por conta propria ou alheia, com as praças nacionaes ou estrangeiras; mover fundos de umas para outras e conceder, mediante garantia, cartas de credito sobre as mesmas praças;

12, emprestar a prazo, que não exceda de seis mezes, por letras ou contas correntes, sobre penhor:

a) de ouro e prata, com abatimento de 10 % do valor verificado pelo contraste;

b) de titulos da divida publica da União, com abatimento de 5 % do respectivo valor nominal, ou da cotação, si estiverem abaixo do par; de ouro e prata amoadados, pelo valor do padraão legal; de titulos da divida dos Estados com o abatimento que for convencionado;

c) de mercadorias que não sejam de facil deterioração, com abatimento, no minimo, de 25 %; de titulos commerciaes com abatimento de 25 % no minimo;

d) de diamantes, com abatimento de 50 %, no minimo, do valor em que forem estimados por peritos nomeados pela administração;

e) de acções e obrigações (*debentures*) de companhias ou empresas, que tenham o respectivo valor integrado, com abatimento de 2 %, no minimo, de seu valor nominal ou da cotação, si esta for inferior aquelles. A somma total dos emprestimos, em contas correntes garantidas por penhor de mercadorias, titulos commerciaes, acções e obrigações (*debentures*) de companhias ou empresas, não poderá exceder de 20 % do capital do banco, nem poderão ser recebidas em penhor acções de uma companhia ou empresa, das quaes uma quinta parte já exista em caução no banco.

Art. 9.º O banco poderá eximir o penhor quando o emprestimo não for pago em seu vencimento, procedendo do mesmo modo com os titulos, cujo valor no mercado descer daquelle por que houverem sido dados em garantia, desde que os devedores não reforçarem as cações dentro do prazo que lhes for marcado. Esta disposição será inserida em todos os contractos.

Art. 10. São expressamente prohibidas as seguintes operações:

1.ª, comprar, de conta propria ou aceitar em caução, as acções do proprio banco;

2.ª, descontar letras ou titulos em que sejam responsaveis membros da directoria, do conselho fiscal ou empregados do banco, não sendo igualmente permittida qualquer outra operação, da qual provenha a responsabilidade delles para com o banco;

3.ª, aceitar em caução titulos de companhias ou empresas, que não tenham o respectivo valor integrado e cotação real na bolsa;

4.ª, contractar, por qualquer tituloque seja, com firma ou individuo que já tiver lesado o banco ou procedido de má fé em transacção com o mesmo banco;

5.ª, subcrever, por conta propria, acções de companhias ou empresas;

6.ª, assumir responsabilidade em negociações de seguro.

Art. 11. A administração organizará o cadastro das firmas que poderão ser admittidas em transacções, fixando o credito de cada uma. Este cadastro será revisto semestralmente.

Art. 12. O movimento ou expediente das operações do banco será distribuido pelas seguintes secções :

- 1ª, de emissão ;
- 2ª, de serviço de divida interna nacional e do resgate do papel-moeda da União ;
- 3ª, de depositos e descontos ;
- 4ª, de cambios ;
- 5ª de auxilios ás industrias e liquidação da carteira hypothecaria ;
- 6ª, de agencias ;
- 7ª, de cobranças e liquidações.

TITULO IV

ADMINISTRAÇÃO

Art. 13. A administração do banco é exercida por uma directoria composta de nove membros, dos quaes o presidente, o vice-presidente e um director são de nomeação do governo, e os outros seis de eleição quatriennial, em assembléa geral dos accionistas, por maioria absoluta de votos, podendo ser reeleitos.

Os membros da directoria, de nomeação do Governo, exercerão os cargos durante o tempo do mandato dos demais directores.

§ 1.º Si no primeiro escrutinio da eleição dos directores não houver maioria absoluta, proceder-se-ha a segundo entre os candidatos mais votados em numero duplo dos que tiverem de ser eleitos.

§ 2.º Em caso de empate, de que resulte ficar algum excluido, proceder-se-ha a novo escrutinio entre os que tiverem obtido igual numero de votos.

§ 3.º No segundo escrutinio bastará a maioria relativa de votos para designar os eleitos.

§ 4.º O secretario da directoria será elito por esta de entre os seus membros.

Os directores eleitos não poderão entrar em exercicio sem possuirem e caucionarem ao banco 200 acções cada um. A caução será feita por termo no livro do registro e vigorará enquanto durarem as funções do cargo e até approvação das contas do ultimo anno em que houverem servido.

Art. 14. Não poderão ser directores os que não podem commerciar, nem servir conjunctamente ascendentes e descendentes, irmãos, seus affins nos mesmos grãos e os socios da mesma firma.

§ 1.º Recahindo a escolha da assembléa em pessoas entre as quaes se dê qualquer dos impedimentos mencionados na segunda

parte do artigo anterior, será declarada nulla a eleição do menos votado, procedendo-se em seguida a nova eleição para completar o numero dos que tiverem de ser eleitos.

§ 2.º Quando houver igualdade de votos, decidirá a sorte.

Art. 15. Os membros eleitos da directoria que deixarem, sem causa, de exercer as respectivas funções por mais de trinta dias, serão considerados como tendo resignado o cargo, salvo o caso de licença, que lhes poderá ser concedida, até seis mezes, pela directoria.

Art. 16. No impedimento temporario de qualquer director eleito, ou no caso de renuncia ou fallecimento, será chamado pela directoria um accionista para preencher a vaga, até que se apresente o substituido, ou seja outro eleito pela assemblea geral dos accionistas em sua primeira reunião ordinaria ou extraordinaria.

Art. 17. Compete á directoria :

- 1º, deliberar sobre todos os negocios do banco ;
- 2º, distribuir entre seus membros o serviço e expediente das diferentes secções ;
- 3º, deliberar sobre a emissão e substituição das notas ;
- 4º, organizar o cadastro a que se refere o art. 11 ;
- 5º, nomear, demittir, multar e suspender os empregados do banco, marcar-lhes os vencimentos e as fianças que devem prestar, e bem assim fixar o quadro dos mesmos empregados ;
- 6º, examinar e approvar os balancetes mensaes e os balanços annuaes ;
- 7º, religir, ouvindo o conselho fiscal, o regulamento interno e dar-lhe execução ;
- 8º, marcar, ouvindo o conselho fiscal, o dividendo semestral ;
- 9º, promover, por meios amigaveis ou por compromisso arbitral, a ultimação das contestações que se suscitarem entre o banco e os seus devedores ou terceiros ;
- 10, constituir mandatarios que representem o banco em juizo ou fóra d'elle ;
- 11, determinar o maximo e o minimo das taxas dos descontos, dos empréstimos e do dinheiro que receber a juros.

Art. 18. São responsaveis pelos prejuizos que sobrevierem ao banco, das operações realizadas com manifesta infracção dos preceitos estabelecidos no art. 10 e seus paragraphos, os membros da directoria que as houverem approvado ou realiado.

Art. 19. E' defeso aos membros da directoria acceitar commissão, cargo ou emprego de qualquer natureza, salvo o caso de expressa authorisação da mesma directoria, determinada por conveniencia do banco.

Art. 20. A directoria reunir-se-ha ordinariamente uma vez por semana e extraordinariamente sempre que o presidente a convocar, espontaneamente, ou a pedido de qualquer director.

Deliberam, estando presentes, o presidente e seus directores ; suas resoluções serão consignadas em actas minutas pelo director-secretario, o qual as assignará com o presidente.

Art. 21. Compete ao presidente :

1º, superintender todos os negocios e operações do banco ;
2º, apresentar á assembléa geral dos acoionistas, em sua reunião ordinaria e em nome da administração, o relatório annual das operações e estado do banco ;

3º, presidir as sessões da directoria ;

4º, executar o fazer executar fielmente estes estatutos, regulamento interno e ás decisões da directoria e da assembléa geral ;

5º, convocar extraordinariamente a directoria, sempre que julgar conveniente ouvir-a sobre quaesquer assumptos concernentes á administração do banco ;

6º, abrir toda a correspondencia dirigida ao banco. Na ausencia ou impedimento do presidente ou do vice-presidente, a correspondencia será aberta por qualquer dos membros da directoria ;

7º, assignar os balancetes e os balanços que houverem de ser publicados e toda a correspondencia do banco ;

8º, representar o banco em suas relações com terceiros ou em Juizo, competindo-lhe a outorga de poderes aos mandatarios que forem nomeados pela directoria. No impedimento do presidente ou do vice-presidente, o banco podera ser representado em Juizo pelo membro da directoria que for por elle designado ;

9º, remetter ao Ministerio da Fazenda, e publicar até ao dia 10 de cada mez, conforme o modelo official, o balancete que mostre com clareza as operações realisadas no mez anterior e o estado do activo e passivo do banco no ultimo dia do mesmo mez ;

10, oppór o *veto* a todas as deliberações da directoria, que se referirem á emissão de notas ou de *bonus*, com as quaes não se conformar, cabendo á directoria recurso para o ministro da fazenda, que decidirá afinal ;

11, propór a nomeação e demissão dos empregados, seus vencimentos e fianças, suspendel-os e tomar, provisoriamente, as providencias que julgar necessarias á ordem e policia do estabelecimento.

Art. 22. O presidente tem, além do voto de membro da directoria, o de qualidade.

Art. 23. O presidente é substituido nas suas faltas ou impedimentos temporarios :

1º, pelo vice-presidente ;

2º, pelo director de nomeação do Governo ;

3º, pelos outros membros da directoria, na ordem por que, houverem sido eleitos.

Art. 24. Os membros da directoria terão o honorario de 20:000\$ annuaes cada um, pago em prestações mensaes, e o presidente o de 40:000\$000.

Além do honorario, terá a directoria 1 % sobre os dividendos, repartidamente entre todos os directores.

TITULO V

CONSELHO FISCAL

Art. 25. O banco terá um conselho fiscal composto de seis membros e de supplentes em igual numero, eleitos annualmente de entre os accionistas que possuirem, pelo menos, 100 acções.

Art. 26. Incumbe ao conselho fiscal:

1º, reunir-se ordinariamente em sessão, da qual lavrará acta, uma vez por semana, para informar-se da situação do banco, inquirir sobre as operações da semana anterior e negócios correntes, e consultar sobre os assumptos que lhe forem submittidos pela directoria; e extraordinariamente, sempre que o julgar conveniente. Para haver sessão basta a presença de quatro membros;

2º, apresentar em tempo seu parecer sobre as operações do anno, para ser submittido á assembléa geral, entregando-o á administração, para que esta o faça publicar com antecedencia;

3º, denunciar os erros, faltas ou fraudes que porventura possa descobrir, expondo a situação do banco e suggerindo as providencias necessarias;

4º, convocar extraordinariamente a assembléa geral, quando entenda que occorrem motivos urgentes e graves.

Art. 27. Para o seu inteiro esclarecimento, terá o conselho fiscal o direito de examinar os livros, verificar o estado da caixa e da carteira, e exigir da administração todas as informações de que precisar.

Art. 28. Quando qualquer membro do conselho fiscal resignar o cargo, deixar de comparecer por mais de dous mezes ou faltar, será convidado para o substituir o supplente immediato em votos. A nenhum dos membros é permittido deixar de exercer por mais de tres mezes as funções do seu cargo, quando isto se veritipar, entender-se-ha tello resignado, salvo caso de licença concedida pelo mesmo conselho.

Art. 29. Os membros do conselho fiscal vencerão 500\$ mensal cada um.

TITULO VI

ASSEMBLÉA GERAL

Art. 30. A assembléa geral será constituída por accionist possuidores de vinte ou mais acções, inscriptas nos registros banco, sessenta dias, pelo menos, antes da reunião da assembléa geral.

Art. 31. A assembléa geral poderá deliberar, achando-se reunidos accionistas que representem, pelo menos, a quarta parte do capital social.

Paragrapho unico. Si no dia designado este numero não se reunir, nova reunião será convocada, com antecipação de cinco dias, por annuncios nos jornaes, declarando-se que na segunda reunião se deliberará, qualquer que seja a somma do capital representado pelos accionistas presentes.

Art. 32. Quando a convocação tiver por objecto algum dos casos previstos no art. 6º do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890, a assembléa geral só poderá deliberar achando-se reunidos accionistas que representem, pelo menos, dous terços do capital social.

§ 1.º Si nem na primeira nem na segunda convocação comparecer o numero requerido de accionistas, far-se-ha terceira, por annuncios e por cartas, aos que residirem na cidade do Rio de Janeiro, declarando-se que a assembléa poderá deliberar validamente, qualquer que seja o capital representado pelos accionistas que comparecerem.

§ 2.º A 2ª e 3ª convocações serão feitas com antecedencia pelo menos de tres dias.

Art. 33. Podem votar na assembléa geral os accionistas que tiverem transferido suas acções a terceiros, em caução.

Art. 34. Cinco dias, pelo menos, antes da reunião da assembléa geral ficará suspensa a transferencia das acções.

Art. 35. Serão admittidos a votar na assembléa geral :

- 1º, o tutor pelo tutelado e o curador pelo curatelado ;
- 2º, o marido por cabeça da mulher e os paes pelos filhos menores ;
- 3º, o socio de firma commercial, pela mesma ;
- 4º, o representante da administração de sociedade anonyma ou corporação ;
- 5º, o inventariante pelo acervo *pro indiviso* ;
- 6º, os syndicos pelas massas fallidas.

§ 1.º Para a eleição dos membros da administração do banco e do conselho fiscal, bem como para todas as deliberações em assembléa geral ordinaria, ou extraordinaria, são admittidos votos por procuração, contanto que seja esta outorgada a accionista que não seja membro da directoria nem do conselho fiscal.

§ 2.º As procurações deverão conter poderes especiaes.

§ 3.º Tanto as procurações, de que tratam os paragraphos antecedentes, como os documentos com que provem a sua qualidade as pessoas comprehendidas nos ns. 1 a 6 deste artigo, devem ser entregues na secretaria do banco tres dias, pelo menos, antes da reunião da assembléa e terão vigor sómente até 31 de março do anno subsequente.

Art. 36. Os membros da administração não poderão votar sobre os balanços, inventarios e contas que prestarem, nem os do conselho fiscal sobre seus pareceres.

Art. 37. Quando se tratar da eleição de membros da administração ou do conselho fiscal, bem como de alteração dos estatutos ou da liquidação do banco, os votos serão por escrutinio secreto, contados na razão de um por vinte acções, mas nenhum accionis-

ta terá mais de 200 votos, qualquer que seja o numero de acções que represente, proprias ou alheias : todas as outras votações serão *per capita*, salvo resolução em contrario da assembléa geral.

Art. 38. Os accionistas que possuirem menos de vinte acções podem assistir ás sessões da assembléa geral e discutir, mas sem direito de votar.

Art. 39. Compete á assembléa geral:

1.^a, alterar e reformar os estatutos do banco, submettel-os á approvação do Governo ;

2.^a, deliberar sobre as contas prestadas annualmente pela administração ;

3.^a, eleger quatriennialmente seis membros da directoria e annualmente os do conselho fiscal ;

4.^a, deliberar sobre tudo que for do interesse do banco e não estiver expressamente commettido á administração.

Art. 40. A assembléa geral reunir-se-ha ordinariamente no mez de abril e extraordinariamente nos casos seguintes :

1.^a, quando a sua reunião for requerida por numero de accionistas, cujas acções formem ao menos um quinto do fundo do capital do banco ;

2.^a, quando a directoria julgar necessario ;

3.^a, quando o conselho fiscal entender que occorrem motivos graves e urgentes para a convocação.

§ 1.^o Nas sessões extraordinarias, a assembléa geral só poderá tratar do objecto para que houver sido convocada.

§ 2.^o A convocação ordinaria será feita por annuncio publicado nos jornaes, pelo menos 15 dias antes do indicado para a reunião, e a extraordinaria, com cinco dias de antecellencia.

§ 3.^o O accionista escreverá o nome e o numero de acções, que possuir, no livro de presença, sempre que houver reunião de assembléa geral.

§ 4.^o O procurador escreverá o seu nome e o do mandante, declarando o numero de acções que este possuir.

Art. 41. A assembléa geral ordinaria ou extraordinaria será presidida pelo presidente do banco, que indicará dous accionistas para secretarios, os quaes, sendo approvados pela assembléa, tomarão assento á mesa.

Art. 42. A assembléa geral, em sua reunião ordinaria, terá por fim especial tomar conhecimento do parecer do conselho fiscal, examinar, discutir e deliberar sobre o inventario, balanço e conta annuaes, e proceder á eleição do conselho fiscal e á de directores, quando esta dever verificar-se.

Paragrapho unico. Si, para deliberar sobre a materia sujeita, carecer a assembléa de novos esclarecimentos, poderá adiar a sessão, determinando os exames e investigações necessarias.

Art. 43. A approvação do balanço e contas sem reserva, importa a ratificação dos actos e operações referentes ao anno bancario, salvo o caso de dolo, fraude ou simulação, posteriormente descobertas.

Paragrapho unico. As deliberações da assemblea, tomadas nos termos destes estatutos, obrigam a todos os accionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Art. 44. Nos casos em que as leis ou os estatutos expressamente determinam a reunião da assemblea geral, é permitido a qualquer accionista, si a convocação tiver sido retardada por mais de tres mezes, exigir-a da directoria.

Paragrapho unico. Si o accionista não for attendido, terá o direito de fazer elle proprio a convocação, declarando esta circumstancia no annuncio respectivo.

Art. 45. Um mez antes da reunião ordinaria da assemblea geral, a directoria fará annunciar pelos jornaes aos accionistas, que se acham á sua disposição, no estabelecimento :

1º, cópia do balanço, contendo a indicação dos valores sociaes, moveis e immoveis e, em synopse, das dividas activas e passivas por classes, segundo a natureza dos titulos ;

2º, relação nominal dos accionistas com o numero de acções respectivas e o estado do pagamento dellas ;

3º, cópia da lista das transferencias de acções, em algarismos, realisadas no decurso do anno.

Art. 46. Até á vespera, o mais tardar, da reunião da assemblea geral, será publicado pela imprensa o relatorio do banco com o balanço e o parecer do conselho fiscal.

Art. 47. Dentro de 30 dias, depois da reunião da assemblea geral, a acta respectiva será publicada nos jornaes.

As actas das sessões da assemblea geral, que versarem sobre alteração dos estatutos, augmento de capital ou liquidação do banco, serão publicadas no *Diario Official* e archivadas na secretaria da Junta Commercial, sendo depositado no Registro Geral das Hypothecas o exemplar do *Diario Official*, em que se houver feito a publicação.

TITULO VII

EMIÇÃO

CAPITULO I

NOTAS

Art. 48. As notas que forem emittidas pelo banco, no uso do direito exclusivo que lhe foi concedido pelo decreto n. 1167, de 17 de dezembro de 1892, terão curso legal em todo o territorio da Republica.

Art. 49. Durante a existencia do banco, a nenhum outro estabelecimento será concedida a faculdade de emittir notas ao portador, quer sobre base metallica, quer sobre a de aplices.

Art. 50. As notas serão ao portador e à vista, conversíveis em ouro, contendo, além da numeração, designação da série e estampa :

- 1º, o nome do banco e sua sede ;
- 2º, a assignatura de chancella do thesoureiro da Caixa da Amortização ;
- 3º, a assignatura do presidente do banco, ou de um director ou membro do conselho fiscal.

Art. 51. O banco não é obrigado a receber e pagar as notas que se formarem de fragmentos e as que não contiverem, bem intelligíveis, o numero, a serie, a estampa e o nome do mesmo banco.

Art. 52. Os portadores das notas terão privilegio, para seu pagamento, com exclusão de quaesquer outros credores, sobre o ouro que constituir o lastro da emissão e sobre o activo do mesmo banco, observadas as regras e disposições legais.

Art. 53. O Banco da Republica do Brazil assume, nos termos do referido decreto, a responsabilidade das notas em circulação, emittidas pelos bancos emissores da União, ficando extinta a faculdade emissora dos ditos bancos.

Art. 54. A conversibilidade das mencionadas notas far-se-ha desde que o cambio se conserve ao par, durante um anno, ou logo que seja decretada a abolição do curso forçado para o papel-moeda do Estado.

Art. 55. Quando o Governo determinar ao banco, com aviso prévio de seis mezes, o resgate das notas em circulação, serão observadas as disposições estabelecidas no art. 7º, §§ 1º e 2º, do citado decreto n. 1167 de 1892.

Art. 56. O banco fará escripturar, como fundo de garantia da emissão, os juros (2 ¼ % ouro), que lhe forem pagos semestralmente pelo Thesouro, das apolices ouro que terão de substituir os lastros dos bancos emissores, podendo empregar em suas operações as sommas recebidas.

Art. 57. As notas da antiga emissão do Banco do Brazil continuarão a ser resgatadas, na razão de 5 % sobre a importancia das mesmas notas, actualmente em circulação.

CAPITULO II

BONUS

Art. 58. O banco poderá emittir, até a somma de 100.000:000\$, *bonus* ao portador, do valor de 200\$ a 1:000\$ cada um, com juro de 4 % ao anno, pagos semestralmente pelo mesmo banco.

§ 1.º Estes *bonus* serão recebidos pelo valor nominal nas estações publicas da União.

§ 2.º O pagamento dos juros somestraes será feito aos portadores e comprovado por carimbo do banco no dorso dos titulos.

Art. 59. A emissão destes *bonus* é destinada a auxílios que o banco foi autorizado a conceder ás industrias nacionaes que tenham condições de vitalidade, verificadas pela directoria, ouvido o conselho fiscal.

Art. 60. Estes auxílios serão prestados por meio de empréstimos, a prazos que não excedam de 15 annos, mediante garantia real de *hypotheca* ou penhor mercantil.

Art. 61. Os *bonus* emitidos pelo banco serão numerados e terão a assignatura do presidente e de um director.

Art. 62. Serão amortisados no prazo de 20 annos, por sorteio ou recolhimento, devendo começar a amortisação no primeiro anno do segundo quinquennio posterior ao da emissão.

Art. 63. A forma dos *bonus* será conforme ao modelo que for approvado pelo Governo.

Art. 64. O excesso da emissão, ou qualquer artificio ou processo empregado para eliminação do carimbo comprobativo do pagamento semestral dos juros, constituirão crime de moeda falsa.

TITULO VIII

FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDOS

Art. 65. O fundo de reserva será constituido com a quota de 15 %, no minimo, deduzida dos lucros liquidos verificados em cada semestre.

Paragrapho unico. A deducção referida cessará, desde que o fundo de reserva atinja a 50 % do capital nominal do banco.

Art. 66. Estando completo o fundo de reserva, a directoria poderá, do mesmo modo crear um fundo especial, si assim entender conveniente e necessario aos interesses do banco, submettendo a deliberação á approvação da assembléa geral.

Art. 67. A importancia do fundo de reserva será empregada em fundos publicos.

Art. 68. Os lucros resultantes das operações do banco, demonstrados pelos balanços, serão distribuidos semestralmente, como dividendo, aos accionistas.

TITULO IX

LIQUIDAÇÃO

Art. 69. A liquidação do banco verificar-se-ha nos casos previstos na lei.

Art. 70. No caso de liquidação, amigavel ou judicial, o Governo assumirá immediatamente a responsabilidade das notas existentes em circulação, a que se refere o art. 54, sendo considerado credor preferencial com exclusão dos demais credores, sobre a importancia que constituir o fundo de garantia da emissão, nos termos do art. 8º do decreto n. 1167 de 1882.

TITULO X

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 71. O anno bancario corresponde ao civil.

Art. 72. A administração do banco requererá aos poderes do Estado quaesquer medidas que julgar convenientes para credito, segurança, prosperidade e firmeza dos direitos adquiridos pelo banco, e particularmente para que as acções ou fundos existentes no banco, pertencentes a estrangeiros, sejam, mesmo no caso de guerra, inviolaveis como os dos nacionaes.

Art. 73. Os bens moveis, semoventes ou de raiz, que o banco houver de seus devedores, serão vendidos no menor prazo possível.

Art. 74. O banco poderá adquirir ou possuir os edificios que forem necessários para seu estabelecimento.

Art. 75. O presidente, os directores, os membros do conselho fiscal e todos os empregados do banco são responsaveis pelas perdas e damnos que lhe causarem, provenientes de fraudes, dolo, malicia ou negligencia culposa.

§ 1.º Si a assembléa geral resolver que se promova a responsabilidade de algum membro da administração ou do conselho fiscal, como incurso neste artigo, ficará por esse facto e desde logo revogado o mandato do que tiver de ser accionado, procedendo-se á eleição para preenchimento da vaga.

§ 2.º Não se considerará revogado o mandato do membro da administração, quando a acção for intentada por accionista, independentemente de deliberação da assembléa geral.

Art. 76. A directoria fica investida de plenos poderes, inclusive os de procurador em causa propria, para demandar activa e passivamente, e para exercer livremente a administração do banco.

Art. 77. Os casos omissos nestes estatutos serão regulados pelas leis que regem as sociedades anonymas.

TITULO XI

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 78. Os fundos de reserva dos dous bancos fusionados serão escripturados em conta especial, e os respectivos valores, que se forem liquidando, serão destinados a fortalecer o capital social.

Art. 79. Os direitos e concessões, a que se referem os arts. 4º § 2º e 72 dos estatutos, approvados pelo decreto n.º 1127, de 30 de dezembro de 1890, poderão ser cedidos e traspassados pelo banco, com isenção de pagamento de qualquer imposto, nos termos dos citados artigos.

Art. 80. Si do exame das carteiras dos bancos que se fundem verificar-se que as operações a que se refere o art. 8º ns. 7 e 12 (e) destes estatutos attingiram o maximo alli estabelecido, a administração do banco procederá, opportunamente, á liquidação do excesso, afim de que possam vigorar as mencionadas disposições.

Art. 81. As fracções das acções do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil só serão convertidas em acções do Banco da Republica do Brazil quando, reunidas, formarem uma acção.

Paragrapho unico. As fracções que não tiverem sido convertidas até 30 de julho de 1893, pelos possuidores, sel-o-hão pela directoria, que dellas disporá, pertencendo a quota respectiva aos referidos possuidores.

Art. 82. Os presentes estatutos, organisados pelas directorias do Banco do Brazil e do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em virtude de autorisação dos respectivos accionistas, conferida nas assembléas geraes extraordinarias realizadas a 26 de dezembro ultimo e a 7 de janeiro de 1893, depois de assignados pelos presidentes dos dous referidos bancos, serão submettidos á assembléa constitutiva do Banco da Republica do Brazil.

§ 1.º Esta assembléa, convocada pelos presidentes do Banco do Brazil e do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil, ficará valilamente constituída, desde que compareçam accionistas que, no minimo, representem dous terços do capital social, formado pelos dous bancos e fixado pelo art. 2º do decreto n. 1167, de 17 de dezembro de 1892.

§ 2.º Si nem na primeira nem na segunda reunião comparecer o numero de accionistas exigido no paragrapho precedente, será convocada terceira, observando-se as disposições prescriptas no art. 131, §§ 1º e 2º, do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891.

Art. 83. Approvados os presentes estatutos pela maioria dos accionistas (art. 1º do citado decreto n. 1167 de 1892), e deliberada a constituição do banco, proceder-se-ha, na fórma do art. 37, á eleição dos seis directores do conselho fiscal e dos respectivos supplentes.

Art. 84. O primeiro anno bancario começará em 1 de janeiro de 1893, pertencendo ao Banco da Republica do Brazil o resultado das operações effectuadas, desde aquella data, pelos dous bancos que se fundem, até á definitiva constituição do mesmo Banco da Republica do Brazil.

Art. 85. A directoria eleita submeterá immediatamente á approvação do Governo os estatutos, que deverão tambem ser assignados pela mesa da assembléa geral e por tres accionistas para esse fim designados pela mesma assembléa, ficando a directoria autorizada e investida dos poderes necessarios para aceitar as emendas e alterações que o Governo julgar necessarias.

Assembléa geral constitutiva do Banco da Republica do Brazil, na Capital Federal, 25 de janeiro de 1893.— *M. P. de Souza Dantas*, presidente do Banco do Brazil.— *Visconde do Guahy*, presidente do Banco dos Estados Unidos do Brazil.



DECRETO N. 1254 — DE 31 DE JANEIRO DE 1893

Crêa um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Palmyra, no Estado de Minas Geraes.

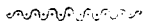
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Palmyra, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões, um de infantaria do serviço activo e outro da reserva, com quatro companhias cada um e a designação, aquelle de 171^o e este de 97^o, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadhões e a designação de 42^o, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1893, 5^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1255 — DE 31 DE JANEIRO DE 1893

Approva os novos estatutos do Banco Industrial e Constructor do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco Industrial e Constructor do Paraná, devidamente representado, resolve approvar os seus novos estatutos, que a este acompanham e que se acham redigidos de accordo com as alterações votadas em assemblea geral dos accionistas, realisada no dia 25 de novembro do anno proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 31 de janeiro de 1893, 5^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.

Estatutos do Banco Industrial e Constructor do Paraná, a que se refere o decreto n. 1255 de 31 de janeiro de 1893.

TITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SÉDE, DURAÇÃO E FINS DA COMPANHIA

Art. 1.º O Banco Industrial e Constructor do Paraná, sociedade anonyma com séde e foro juridico nesta Capital Federal, regida pelos estatutos approvados pelo decreto n. 5, de 4 de março de 1891, com a duração de 50 annos, prorogavel pela assembléa geral dos accionistas, passa a denominar-se « Companhia Internacional do Matte » por deliberação da assembléa geral em 25 de novembro de 1892, em virtude da qual foram modificados aquelles estatutos pela fórma seguinte :

Art. 2.º São fundadores deste banco e continuam a ser considerados desta companhia os accionistas Tertuliano Ramos e José de Azevedo Silva, pela autorisação concedida no decreto n. 769, de 20 de setembro de 1890, e para o objecto da concessão que no mesmo decreto lhes foi feita.

Art. 3.º São fins principaes da companhia :

1.º Explorar os herveas da dita concessão durante o tempo marcado no decreto e o na prorrogação que for dada pelo Governo ;

2.º Fazer o commercio de herva-matte nos Estados do Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, com outros Estados do Brazil e paizes estrangeiros ;

3.º Estabelecer fabricas ou engenhos para o beneficiamento das hervas extrahidas dos herveas da concessão e dos que forem comprados ou arrendados pela companhia ;

4.º Adquirir fabricas ou engenhos destinados ao mesmo fim e situados em pontos vantajosos ;

5.º Comprar hervas já beneficiadas e contractar com terceiros o beneficio da herva-matte ;

6.º Fundar uma ou mais fabricas de barricas ou caixas para acondicionamento das hervas destinadas á exportação ;

7.º Comprar ou fretar navios para transporte da herva-matte e de todos os productos da empreza ou contractar semelhante serviço com terceiros ;

8.º Estabelecer depositos e trapiches de embarque com suas dependencias no ponto do littoral ;

9.º Abrir novos mercados na Europa e America do Norte para o consumoda herva-matte e desenvolver para semelhante fim continuada e efficaz propaganda e o mais vasto commercio.

Art. 4.º A companhia tem mais por fim :

- 1.º Praticar operações bancarias ;
- 2.º Assignar, comprar e vender títulos de credito publico ou particular ;
- 3.º Emitter títulos de obrigações, effectuar operações, na conformidade dos decretos de 17 e 19 de janeiro, ns. 165 A e 166 A, 2 de maio e 28 de junho de 1890, para auxiliar e fomentar os fins da empresa.

Paragrapho unico. Fica entendido que nas operações bancarias a quo se refere este artigo não se comprehendem as especiaes aos lances de emissão e credito real.

Art. 5.º Adquirir e fundar por conta propria ou de terceiros fabricas, officinas e quaesquer estabelecimentos destinados á cultura da herwa e preparo do matto e outras industrias.

Art. 6.º Introluzir e localisar colonos nacionaes ou estrangeiros, nos termos do decreto n. 328 de 28 de junho de 1890, em terras que adquirir para cultura do matto e outras industrias.

Art. 7.º Encarregar-se da construcção de vias-ferreas, nos termos do citado decreto de 1890, e explorar contractos que para esse fim adquirir ou celebrar com o Governo Federal ou dos Estados.

Art. 8.º Montar e beneficiar, por conta propria ou de terceiro, estabelecimentos agricolas ou industriaes e bem assim organizar ou auxiliar a org unisação de empresas para exploração de contractos e concessões do Governo Federal ou dos Estados.

Art. 9.º Adquirir terras, estabelecimentos ruraes e industriaes, cultivar-os, exploral-os ou vendel-os.

Art. 10. Explorar industrias extractivas e estabelecer fabricas para preparo dos respectivos artefactos.

Art. 11. Fazer construcções de qualquer especie, de conta propria ou alheia.

Art. 12. Fazer operações financeiras com o Governo Federal ou dos Estados.

Art. 13. Poderá a companhia crear agencias onde julgar conveniente.

TITULO II

DO CAPITAL E DAS ACÇÕES

Art. 14. O capital da companhia será de 4.000:000\$, divididos em 20.000 acções de 200\$ cada uma. Cada grupo de cinco acções, com 20 % realisados do antigo banco, formara uma acção integralisada da companhia.

Art. 15. As acções poderão converter-se em acções ao portador, desde que assim o deseje qualquer accionista e pague á companhia por este serviço a quantia de 200 réis por acção.

TITULO III

FUNDO DE RESERVA, DO FUNDO DE DETERIORAÇÃO E DIVIDENDOS

Art. 16. Semestralmente, em 30 de junho e 31 de dezembro, procederá a balanço geral do activo e passivo da companhia. Dos lucros líquidos se deduzirão 5 % para o fundo de reserva, e completar 25 % do capital social, em que cessará a acumulação, salvo perdas que desfalquem o dito capital social; 3 % para fundo de deterioração do material; 2 % para o accionista corporador, Sebastião Pinho; 1 1/2 % para cada um dos accionistas fundadores Tertuliano Ramos e José de Azevedo Silva; e, quando houver dividendos a distribuir, 4 % à directoria. Do restante, a directoria, fixando o dividendo, distribuirá aos accionistas a quota marcada, passando o saldo que houver à conta lucros suspensos ou a outra conveniente.

TITULO IV

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 17. A companhia será administrada por tres directores e entre si nomearão o presidente, o vice-presidente, o secretario e o thesoureiro.

Serão eleitos pela assembléa geral dos accionistas, por escrutinio secreto e maioria de votos; servirão por seis annos, podendo renovar-se o mandato.

Cada director terá de ordenado 12:000\$ annuaes. Serão além do abonados à directoria 4% dos lucros líquidos, quando houver dividendo.

Art. 18. Um dos tres directores poderá residir no Estado do Paraná, onde representará a companhia em todos os negocios de se for incumbido pela directoria, observando na gestão dos mesmos como mandatario e de accordo com as regras do mandato mercantil estabelecidas no Coligo Commercial. Os outros directores se incumbirão dos demais negocios sociaes.

Art. 19. Para ser director e entrar no exercicio do cargo, deve o accionista eleito possuir 100 acções e caucional-as nos livros da companhia, sem poder dellas dispôr durante o tempo do mandato e até que lhe sejam approvadas as contas respectivas na assembléa geral.

Art. 20. Quando por motivo de fallecimento, impedimento ou signação do cargo, se verificar alguma vaga de director, os tres directores a preencherão, nomeando um accionista que una as condições de elegibilidade até a primeira reunião da assembléa geral ordinaria, que confirmará a eleição ou elegerá outro director.

§ 1.º Considera-se resignação do cargo o seu não exercício não justificado por mais de tres mezes, e a não prestação de caução, dentro do prazo de 30 dias após a eleição ou nomeação.

§ 2.º Na ausencia de qualquer director á serviço da companhia, dentro ou fóra do territorio da Republica, poderá por convite ou deliberação da directoria, ser o seu lugar provisoriamente occupado por outro accionista elegivel, até que o director ausente reassuma o exercicio.

Art. 21. A directoria se reunirá em sessão sempre que houver necessidade e que o presidente a convocar. O conselho da directoria será considerado constituido com a presença de dous dos seus membros, quando convocada e presidida na forma do prescripto nestes estatutos, e as suas deliberações, que serão válidas para todos os effeitos, se tomarão por maioria de votos. De todas as sessões se lavrará uma acta em livro proprio a cargo do director secretario.

Art. 22. O mandato da directoria é pleno dentro dos limites dos estatutos e da lei, abrange todos os meios de desenvolver e executar os fins sociais, elevando a companhia ao maior grão de prosperidade, abrindo mercados no exterior para os productos da empresa, marcando agentes e commissarios onde convier, e bem assim comprehende o direito de transigir e autorisar a resolver amigavelmente as questões entre a companhia e terceiros e o de demandar e ser demandada, expedir regulamentos para o serviço da companhia, nomear e demittir empregados e marcar-lhes os vencimentos e flancas, e tudo o mais proprio do mandato.

Art. 23. Ao presidente da companhia compete particularmente:

1.º Executar e fazer executar os estatutos, as deliberações da directoria e da assemblea geral, tomar conhecimento das operações da companhia, distribuir o serviço com os outros directores e superintender todos os trabalhos da companhia;

2.º Fiscalisar todos os negocios da companhia dentro ou fóra do territorio da Republica, podendo, de accordo com a directoria, fixar temporariamente sua residencia nos logares onde exercer essa fiscalisação, pelo tempo necessario para o desempenho dessa incumbencia, expedindo ordens e instrucções necessarias á boa marcha dos negocios;

3.º Representar officialmente a companhia em todas as relações e em Juizo, constituindo mandatarios;

4.º Assignar os contractos, e, com o secretario, as cautelas e títulos das acções;

5.º Presidir as sessões da directoria, convocar o conselho fiscal para consultar, convocar a assemblea geral dos accionistas e apresentar o relatorio annual das operações, inventario e balanço da companhia á mesma assemblea;

6.º Suspender empregados por motivos ponderosos, levando o facto ao conhecimento da directoria;

7.º Fazer tudo o mais que é proprio do presidente de uma associação e que for acordado com os outros directores, para o modo pratico da melhor administração;

8.º O presidente será substituído em seu impedimento pelo vice-presidente. O secretario e o thesoureiro substituir-se-hão reciprocamente;

9.º Convocar o director residente no Paraná para a confecção do balanço, inventario e contas que annualmente tem de ser apresentados á assembléa geral dos accionistas, ou sempre que a directoria assim o julgar necessario.

TITULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 24. O conselho fiscal, tendo todas as attribuições que por lei lhe competem, e devendo consultar com a directoria, sempre que esta julgar necessario o seu parecer, será composto de tres membros effectivos, que deverão ser accionistas e possuidores cada um de 30 ou mais acções, e de tres supplentes eleitos annualmente por escrutinio secreto e maioria relativa de votos, na assembléa geral ordinaria dos accionistas.

Art. 25. Incumbe ao conselho fiscal examinar nos tres mezes que precederem ao encerramento do balanço do respectivo semestre, os livros e documentos da companhia para verificar o estado da caixa e habilitar-se a formular seu parecer, que deverá ser entregue á directoria para ser publicado em annexo ao relatorio annual.

Art. 26. Póde consultar com a directoria sempre que julgar necessario e bem assim reclamar do presidente a convocação da assembléa geral quando occorram motivos graves e urgentes.

Art. 27. O conselho fiscal poderá funcionar com dous membros.

Art. 28. Cada membro do conselho fiscal perceberá o honorario de 100\$ mensaes.

TITULO VI

DA ASSEMBLÉA GERAL DOS ACCIONISTAS

Art. 29. A assembléa geral dos accionistas será ordinaria ou extraordinaria.

A primeira terá logar todos os annos durante o mez de abril, para se occupar das contas prestadas pela directoria sobre a administração annual, do parecer do conselho fiscal, a respeito da eleição do conselho fiscal e de tudo quanto interessar á companhia : a segunda será convocada para objecto especial importante, fóra do qual não poderão deliberar os accionistas. Para convocação ordinaria se farão annuncios pela imprensa com antecedencia de quinze dias, e para a extraordinaria, de cinco a oito dias, conforme a urgencia.

Art. 30. O presidente da directoria ou seu substituto regulará os trabalhos preparatorios e abrirá a reunião, sendo então acclamado um accionista para dirigir os trabalhos da assembléa, escolhendo elle dous accionistas para secretarios.

Art. 31. Tomarão parte na discussão, podendo fazer indicações, requerimentos e propostas, todos os accionistas por si ou por seus procuradores, com capacidade legal (decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 15, § 8º); mas, só poderão votar os accionistas que possuirem mais de cinco acções, dando cada grupo de cinco acções direito a um voto e não tendo nenhum accionista por si ou por quem representar, mais de 50 votos. Além disto, para que o accionista possa votar, precisa ter suas acções inscriptas com a antecedencia, pelo menos, de 30 dias, ou depositalas com a mesma antecedencia no escriptorio da companhia, quando forem ao portador.

§ 1.º O accionista que possuir acções caucionadas não perde o direito de votar; si estiver nas condições referidas perde apenas o direito de receber o dividendo, si assim for estabelecido na caução.

§ 2.º Não votarão os directores e os fiscoes nas contas e pareceres annuaes apresentados, nem os accionistas, em geral, em negocio de seu particular interesse.

Art. 32. As votações, menos tratando-se de eleições, se farão *per capita*, salvo si algum accionista requerer o contrario, nos outros assumptos sujeitos á assembléa.

TITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 33. O anno social corresponderá ao anno civil.

Art. 34. A directoria não poderá contrahir empréstimos por meio de *debentures*, de accordo com o decreto de 17 de janeiro de 1890 (n. 164), sem consultar previamente a respeito a assembléa geral.

Igualmente fica a directoria autorizada a satisfazer todas as despesas de incorporação da companhia.

Art. 35. A dissolução da companhia não se realizará antes do prazo de sua duração, salvo os casos legais. Decretada, porém, a dissolução, a assemblea geral dos accionistas regulará o modo da liquidação.

Art. 36. Os dinheiros da companhia serão recolhidos em seu cofre ou de bancos da confiança da directoria, sendo dahi retirados á medida que forem precisos para acudir ás operações e encargos sociaes.

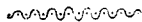
Art. 37. Fica a directoria da companhia autorizada a permutar com o incorporador Conde Sebastião de Pinho, pelo valor realiado de cada um, os titulos de sua carteira das empresas «Titu-

los da Bolsa », « Docas e Melhoramentos da Bahia » e « União Industrial dos Estados », por acções desta companhia, que serão amortizadas, dando a directoria conta d'esta operação á assemblêa geral.

Art. 38. A quota marcada no art. 19, de 5 % dos lucros liquidos divididos entre os accionistas, incorporador Sebastião de Pinho, e os dous accionistas Tertuliano Ramos e José de Azevedo Silva permanece, por todo o tempo de duração da companhia, em favor dos ditos incorporadores e fundadores, seus herdeiros e successores.

Art. 39. Os actuaes directores, eleitos por seis annos, terão terminado o seu mandato por occasião da primeira assemblêa geral ordinaria de 1897.

(Seguem-se as assignaturas.)



DECRETO N. 1256 — DE 3 DE FEVEREIRO DE 1893

Dá execução ao disposto no art. 2º de decreto n. 1340 de 6 de fevereiro de 1891, com referencia ao corpo docente da Escola Nacional de Bellas-Artes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Resolve, nos termos do art. 2º do decreto n. 1340 de 6 de fevereiro de 1891, tornar extensivos aos professores effectivos da Escola Nacional de Bellas-Artes, excepção feita daquelles de que trata o art. 32 do regulamento annexo ao decreto n. 983 de 8 de novembro de 1890 e aos quaes continúa a ser applicavel o mesmo regulamento, as disposições do código annexo ao decreto n. 159 de 3 de dezembro de 1892, na parte relativa ao provimento, exercicio, licenças, faltas, penas, premios e jubilações dos lentes dos cursos de instrucção superior.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1257 — DE 3 DE FEVEREIRO DE 1893

Dá regulamento para o Laboratorio Nacional de Analyses que funciona na Alfandega da Capital Federal, e outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, cumprindo o disposto no n. 2 do art. 11 da lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892, decreta que no Laboratorio Nacional de Analyses, que funciona na Alfandega da Capital Federal, se observe o regulamento seguinte:

Art. 1.º O Laboratorio Nacional de Analyses, immediatamente subordinado ao Ministerio dos Negocios da Fazenda, é destinado na Alfandega da Capital Federal ao serviço das analyses e exames de bebidas, substancias alimentares, drogas e outros productos importados.

§ 1.º Neste laboratorio tambem se procederá ás analyses e exames determinados pelo Governo, aos requisitados pela autoridade publica e aos requeridos por particulares.

§ 2.º Nestas analyses poderão ser incluídas as que forem attinentes ao estudo das aguas potaveis e mineraes, das plantas indigenas, de productos industriaes e de quaesquer objectos de utilidade publica.

§ 3.º As analyses requisitadas pela autoridade publica, por solicitação ou interesse de particulares, ficam sujeitas, como as requeridas por estes ultimos, ao pagamento prévio na Alfandega da Capital Federal, mediante guia subscripta pelo director do laboratorio, das taxas da tabella annexa A.

§ 4.º Ainda que de uma só analyse se extraia certidão ou nota, applicavel a diferentes amostras do mesmo producto, é obrigado cada apresentante ao pagamento integral da taxa respectiva.

Art. 2.º As amostras dos productos importados serão remetidas ao laboratorio, para a necessaria analyse, pela Inspectoria da Alfandega da Capital Federal, com as indicações indispensaveis em talões apropriados. Attenta a urgencia do serviço, as analyses das bebidas e substancias alimentares importadas terão particularmente por fim a investigação de substancias nocivas á saude publica e na distribuição dos trabalhos terão sempre preferencia os productos importados.

§ 1.º As analyses dos productos importados, remetidos ao laboratorio pela Inspectoria da Alfandega e pela autoridade sanitaria, serão sujeitas ás taxas indicadas na tabella B.

§ 2.º Quando os interessados requererem analyses dos productos importados com fim especial, ficarão as mesmas analyses sujeitas ás taxas da tabella A.

Art. 3.º O particular que requerer analyse entregará no laboratorio a amostra do producto com a declaração por escripto da quantidade e especie, bem assim o seu nome, profissão e residencia, si for o proprio interessado, e da pessoa em nome de

quem requerer, si não o for, ou da de quem houve o producto. Indicará igualmente a especie de analyse que deseja, si qualitativa ou quantitativa.

Da amostra entregue fará o escriptuario do laboratorio inscripção, sob um numero de ordem em livro de talão e ao apresentante passará recibo contendo apenas o numero da amostra.

Art. 4.º Quando as analyses ou pareceres forem determinados pelo Governo, requisitados pela autoridade publica e pela Inspectoria da Alfandega, e achar o laboratorio que o producto analysado é nocivo ou falsificado, communicará os resultados ao Governo, autoridade e Inspectoria da Alfandega, com os esclarecimentos necessarios, afim de proceder como no caso couber.

Art. 5.º Para cada analyse o director fixará approximadamente o tempo necessario, podendo exigir nova amostra, si a primeira se tiver alterado.

Art. 6.º Si a analyse tiver sido qualitativa, ao requerente será entregue, á vista da certidão de pagamento da taxa, a nota declaratoria de ser o producto reconhecido: bom, soffrivel, máo, nocivo ou falsificado.

Si quantitativa, paga a taxa, dar-se-ha nota com declaração do resultado da analyse.

Paragrapho unico. No talão do livro de registro das amostras será transcripto o resultado das analyses.

Art. 7.º O laboratorio constará de duas secções: a primeira destinada ás analyses das bebidas e substancias alimentares, drogas e outros productos importados; a segunda, ás analyses das aguas potaveis e mineraes, productos industriaes e plantas indigenas.

Art. 8.º O laboratorio terá o seguinte pessoal: um director, dous chimicos de 1ª classe, quatro chimicos de 2ª classe, quatro chimicos de 3ª classe, um escriptuario, um amanuense e um conservador-porteiro.

Art. 9.º O logar de director será exercido por um medico da maior competencia scientifica nos assumptos, que fazem objecto da instituição, e a respectiva nomeação feita por decreto.

§ 1.º A nomeação dos chimicos, á qual preceçlerá audiencia do director, recahirá de preferencia nos medicos e pharmaceuticos que tenham tido um anno de pratica assidua e proveitosa no laboratorio, provada por certificado do mesmo director, e será feita, como a dos demais empregados, por titulo do ministro.

§ 2.º O conservador-porteiro não entrará em exercicio sem prévia fiança no valor de 3:000\$000.

Art. 10. Ao director compete:

I. Cumprir e fazer cumprir este regulamento;

II. Corresponder-se com o Governo, dando parte ao ministro da fazenda dos factos importantes que occorrerem no serviço a seu cargo e communicando a execução de suas ordens;

III. Solicitar a admissão de pessoal extraordinario, que poderá ser contractado na Europa, para auxiliar o laboratorio, em caso de necessidade;

IV. Corresponder-se sobre tudo quanto for concernente ao serviço com os chefes das repartições publicas ;

V. Despachar diariamente o expediente, rubricar os pedidos de fornecimentos, as contas de despesas e as folhas de vencimentos dos empregados ;

VI. Distribuir os trabalhos pelos chimicos segundo as exigencias do serviço, fiscalisar-os, exigindo a possivel brevidade nas analyses ;

VII. Assignar os relatorios e pareceres concernentes ás analyses, procedendo por si proprio ás que por sua importancia e difficuldade exijam verificação : podendo emprender investigações originaes, relativas aos assumptos scientificos de que se occupa o laboratorio ;

VIII. Designar os empregados que deverão auxiliar a secção onerada por affluencia de trabalhos, podendo removel-os de uma para outra secção, quando o exigir o bem do serviço ;

IX. Inspeccionar o trabalho dos empregados, advertil-os quando faltarem a seus deveres, suspendel-os até oito dias, communicando logo o facto ao ministro da fazenda ; e, em casos graves, propor a demissão ;

X. Mandar publicar no *Diario Official* e nos jornaes de maior circulação desta Capital o resumo mensal das analyses executadas no laboratorio e a renda do mesmo ;

XI. Apresentar no principio de cada anno ao ministro da fazenda o relatório dos trabalhos do anno antecedente ;

XII. Indicar ao ministro da fazenda, dos chimicos, o que o deve substituir em suas faltas e impedimentos ;

XIII. Redigir, com a collaboração de dous chimicos alternadamente, o boletim trimensal das analyses executadas. Este boletim será impresso na Imprensa Nacional e distribuido pelos estabelecimentos publicos, nacionaes e estrangeiros, aos quaes interesse o seu conhecimento.

Art. 11. Aos chimicos incumbe proceder com todo o escripturario ás analyses e exames, que lhes forem distribuidos, redigir os seus relatorios, collaborar na redacção do boletim trimensal e substituir o director quando tiverem a competente designação.

Art. 12. O escripturario e o amanuense terão a seu cargo a escripturação do laboratorio, feita nos livros que forem precisos, todos numerados e rubricados pelo director ; serão responsaveis por ella e pelo archivo da repartição, incumbindo especialmente ao primeiro a organização da folha mensal do pagamento e o balancete da receita e despesa do laboratorio e auxiliarão os chimicos na redacção do boletim trimensal.

Art. 13. O conservador-porteiro terá a seu cargo :

1º, guardar e conservar as substancias, productos e apparatus do laboratorio ;

2º, inventariar todos os objectos nelle existentes ;

3º, dirigir o serviço de asseio e boa ordem do estabelecimento ;

4º, solicitar do director os fornecimentos necessarios.

Fica responsavel por qualquer objecto que desaparecer ou

damnificar-se fóra dos trabalhos, si não for conhecido o autor do damno.

Art. 14. E' prohibido aos empregados do laboratorio, sob pena de demissão, ter parte em qualquer especie de commercio ou industria, que torne suspeita a sua imparcialidade ou independencia, bem assim fazer qualquer analyse por conta de particulares, fóra das condições deste regulamento.

Art. 15. O numero de serventes do laboratorio será regulado pela necessidade do serviço e pela consignação votada para as despesas do material.

Art. 16. O serviço começará às 10 horas da manhã e terminará às 3 da tarde em todos os dias uteis, podendo ser prorogadas as horas de trabalho em caso de urgencia, a juizo do director.

Art. 17. Os vencimentos do pessoal constarão da tabella annexa.

§ 1.º Nos descontos por faltas observar-se-ha o que se tiver estabelecido com relação ao Thesouro Nacional.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.

TABELLA A

Taxas das analyses, a que se refere o regulamento desta data

Investigação de acido salicylico nas substancias alimentares.....	
Idem de materias corantes de anilina, idem, idem...	
Idem de um metal, idem, idem.....	
Idem de um sal, idem, idem.....	
Idem de acidos mineraes, idem, idem.....	8\$000
Idem idem nos oleos e gorduras para lubrificar machinas.....	
Idem de glucose e albumina na urina.....	
Idem de gordura e sangue idem.....	
Idem de pigmentos biliares idem.....	
Analyse qualitativa de calculos e concreções animaes.	
Idem idem de essencias artificiaes.....	
Idem idem de perfumarias.....	
Idem idem de saes mineraes em medicamentos.....	
Idem idem de alcaloides.....	
Idem idem de tecidos de soda, lã, algodão, etc.....	
Determinação da densidade do leite, extracto a 95° e falsificação.....	
Investigação de substancias extranhas na manteiga, queijo, pão, farinhas diversas, massa de tomates, etc.....	
Dosagem do acido salicylico nas substancias alimentares.....	
Idem do cobre, idem, idem.....	
Idem do chumbo, idem, idem.....	15\$000
Idem do zinco.....	
Idem de um sal, idem.....	
Idem do chumbo no vazilhame estanhado.....	
Idem de um metal em mineraes.....	
Idem do acido sulphurico nos oleos e gorduras.....	
Idem do acido chlorhydrico idem, idem.....	
Idem da glucose na urina e densidade desta.....	
Idem da albumina, idem.....	
Idem da uréa, idem.....	
Idem do acido urico, idem.....	
Idem da gordura, idem.....	
Idem do acido phosphorico, idem.....	
Idem dos chloruretos, idem.....	
Idem dos sulphatos, idem.....	
Investigação de substancias toxicas ou nocivas em todas as materias alimentares, aguas mineraes artificiaes, brinquedos, papeis pintados, tapeçarias, perfumarias, etc.....	20\$000

Investigação de substancias extranhas em preparados pharmaceuticos.....	
Alcool (investigação dos alcools extranhos).....	
Agua (analyse sob o ponto de vista de sua potabilidade, residuo total).....	
Assucar, glucose, melão, mel, xaropes, licores, doces de conserva, bitter, cognac, vermouth, etc.....	
Café (determinação das cinzas, da chicoria, do feijão, do milho e das materias empregadas para dar-lhe brilho e augmentar-lhe o peso).....	20\$000
Ovos (investigação das materias que servem para sua conservação).....	
Productos de confeitaria e de pastelaria, frutas seccas e confeitadas, chocolate, cacão, chá, matto, tubaras, especiarias diversas.....	
Sal de cozinha (dosagem da agua e saes extranhos)..	
Extractos de carne, conservas de peixe, de carne e de leite.....	
Oleos comestiveis e outros.....	
Vinagres (dosagem de seus principios essenciaes, falsificações).....	
Leite e creme.....	30\$000
Vinho, cerveja, cidra (dosagem dos principios mais importantes, investigação das materias corantes extranhas, metaes toxicos, falsificações).....	
Pão, farinhas diversas, gorduras, manteiga, queijos (dosagem de seus principios mais importantes, falsificações).....	
Analyse de uma planta.....	120\$000
Idem quantitativa de uma agua potavel ou mineral	
Idem idem de argilla, kaolim.....	

Observação — As taxas das analyses de substancias, que não figuram na presente tabella, serão fixadas pelo director, com approvação do ministro da fazenda.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.—
Sersedello Corrêa.

TABELLA B

Taxa das analyses dos productos importados, a que se refere o regulamento desta data

Investigação de substancias nocivas nos productos alimentares, bebidas alcoolicas e outros liquidos.....	
Analyse qualitativa de oleos comestiveis, oleos para lubrificar machinas e outras substancias graxas.	
Idem idem de preparados pharmaceuticos.....	5\$000
Dosagem de um sal, de um metal em substancias alimentares e outros productos.....	
Exame de tecidos de seda, lã, algodão	
Productos não classificados.....	
Analyse qualitativa de alcoholes, seus saes, e de outros compostos chimicos organicos.....	2\$000
Idem idem de drogas simples de origem vegetal e animal.....	
Idem idem de productos chimicos mineraes.....	1\$000

Observação — As taxas das analyses de substancias, que não figuram na presente tabella, serão fixadas pelo director, com approvação do ministro da fazenda.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1893, 5^a da Republica.—
Serzedello Correa.

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados do
Laboratorio Nacional de Analyses

NÚMERO DE EMPREGADOS	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Director.....	5:000\$000	3:000\$000	8:000\$000	8:000\$000
2	Chimicos de 1ª classe.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	9:600\$000
4	» » 2ª »	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	14:400\$000
4	» » 3ª »	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	12:000\$000
1	Escriptuario.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Amannense.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	1:800\$000
1	Porteiro-conservador.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000

Material

Para serventes.....	2:700\$000
Livros, jornaes scientificos e objectos de expediente	1:000\$000
Acquisição de reactivos, instrumentos e conservação destes.....	5:300\$000
Consumo de gaz.....	800\$000
Despezas extraordinarias e eventuaes, inclusive asseio do edificio.....	1:000\$000
	<hr/> 10:800\$000

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1893, 5ª da Republica.—
Serzedello Corrêa.



DECRETO N. 1258 — DE 3 DE FEVEREIRO DE 1893

Designa as loterias que deverão ser extrahidas em 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
tendo em vista o disposto no art. 2º, § 8º, da lei n. 1099 de
18 de setembro de 1860:

Determina que nas extracções das loterias desta Capital seja
observada, no corrente anno de 1893, a ordem em que são

mencionadas na relação que este acompanha, assignada pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda, a quem incumbe a execução.

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1893, 5^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.

Relação das loterias concedidas por leis geraes a que se refere o decreto n. 715 desta data e que, de conformidade com o disposto no art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887, devem ser extrahidas no corrente anno de 1893, por indemnisação das que tem deixado de correr no tempo devido, a saber:

1.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto n. 1226 de 22 de agosto de 1864.

2.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto n. 2771 de 23 de setembro de 1877.

3.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

4.^a Loteria para a Santa Casa de Misericordia, Expostos, Recolhimento de orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundaria e Seminario de S. José. Decreto de 23 de março de 1821.

5.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

6.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

7.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

8.^a Loteria para a Santa Casa de Misericordia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundaria e Seminario de S. José. Decreto citado.

9.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

10.^a Loteria para o Hospicio dos Alienados, obras e manutenção. Decreto n. 1838 de 27 de setembro de 1878.

11.^a Loteria para as obras da matriz de S. Christovão. Decreto n. 2329 de 30 de junho de 1873.

12.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

13.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

14.^a Loteria para as obras da matriz da Candelaria. Decreto citado.

15.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

16.^a Loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundaria e Seminario de S. José. Decreto citado.

17.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

18.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

19.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

20.^a Loteria para o Hospicio dos Alienados, obras e manutenção. Decreto citado.

21.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

22.^a Loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundaria e Seminario de S. José. Decreto citado.

23.^a Loteria para as obras da matriz de S. Christovão. Decreto citado.

24.^a Loteria para as obras da matriz da Candelaria. Decreto citado.

25.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

26.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

27.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

28.^a Loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundaria e Seminario de S. José. Decreto citado.

29.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

30.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

31.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

32.^a Loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundaria e Seminario de S. José. Decreto citado.

33.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

34.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

35.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

36.^a Loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundaria e Seminario de S. José. Decreto citado.

37.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

38.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

39.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

40.^a Loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundária e Seminário de S. José. Decreto citado.

41.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

42.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

43.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

44.^a Loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundária e Seminário de S. José. Decreto citado.

45.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

46.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

47.^a Loteria para as obras da matriz da Candelaria. Decreto citado.

48.^a Loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundária e Seminário de S. José. Decreto citado.

49.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

50.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

51.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

52.^a Loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundária e Seminário de S. José. Decreto citado.

53.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

54.^a Loteria para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos. Decreto citado.

55.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

56.^a Loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundária e Seminário de S. José. Decreto citado.

57.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

58.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

59.^a Loteria para o Montepio dos Servidores do Estado. Decreto citado.

60.^a Loteria para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundária e Seminário de S. José. Decreto citado.

Recapitulação

Para o Montepio dos Servidores do Estado.....	28	loterias
Para a Santa Casa de Misericórdia, Expostos, Recolhimento de Orphãos, Instituto Nacional de Instrução Secundaria e Seminario de S. José.....	13	»
Para os Institutos dos Meninos Cegos e Surdos-Mudos	12	»
Para as obras da matriz da Candelaria.....	3	»
Para o Hospicio Nacional dos Alienados.....	2	»
Para as obras da matriz de S. Christovão.....	2	»

Total..... 60 loterias

Capital Federal, 3 de fevereiro de 1893. — *Sersedello Corrêa*.



DECRETO N. 1259 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.

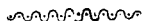
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado no commando superior da comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 52º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1260 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Villa Nova, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Villa Nova, no Estado de Sergipe, se comporá dos actuaes 18º e 28º batalhões de infantaria, reduzidos a quatro companhias cada um, de um batalhão do serviço da reserva, com igual

numero de companhias e a designação de 9º, e de um batalhão de artilharia de posição, com quatro baterias e a designação de 1º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de fevereiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1261 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Pedro de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.

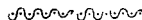
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Pedro de Piracicaba, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá do 105º batalhão de infantaria, já creado e ora desligado da comarca de Piracicaba, no mesmo Estado, e de um batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 86º, e um regimento de cavallaria com igual numero de esquadões e a designação de 71º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de fevereiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1262 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 1.418:343\$, para occorrer ás despesas com os serviços a cargo da Inspectoria Geral das Obras Publicas desta Capital, durante o 1º semestre do exercicio de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que os serviços a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas desta Capital, entre os quaes figura o abastecimento de agua, não podem ser interrompidos sem acarretar graves prejuizos; e

Attendendo que a Intendencia Municipal ainda não se acha habilitada a assumir a administração dos mesmos serviços que

por lei especial lhe foram transferidos, a contar de 1 de janeiro corrente;

Usando da autorização concedida pelo § 2º, art. 8º, da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, para o exercício de 1892:

Resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de mil quatrocentos e dezoito contos trescentos quarenta e cinco mil réis (1.418:345\$) para occorrer ao pagamento das despesas com os serviços a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas desta Capital, durante o primeiro semestre do corrente anno, as quaes deverão ser indemnizadas pela Intendencia Municipal, logo que assuma a administração dos referidos serviços; excluidas, porém, as que se referirem à Estrada de Ferro do Rio do Ouro.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1263 — DE 7 DE FEVEREIRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas o credito de £ 16.875-0-0. para pagamento dos juros garantidos à *Ceará Harbour Corporation*, relativos ao exercício de 1892, em liquidação.

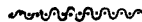
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em cumprimento da disposição constante do § 6º, art. 6º, da lei n. 126 B, de 21 de novembro proximo findo, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario ao exercício de 1892, em liquidação, da importancia de dezeseis mil oitocentos setenta cinco libras sterlingas (£ 16.875-0-0) destinado ao pagamento dos juros de seis por cento ao anno garantidos à *Ceará Harbour Corporation*, sobre o capital de dous mil e quinhentos contos de réis em ouro, relativos ao anno proximo findo, visto haver assignado o termo de renuncia dos juros garantidos sobre igual periodo na terminação do prazo por que lhe são assegurados pela lei n. 48, de 7 de junho de 1892.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1263 A — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1893

Dá novo regulamento para a Brigada Policial da Capital Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização conferida pelo art. 18 da lei n. 76 de 16 de agosto de 1892, resolve decretar que na Brigada Policial da Capital Federal seja observado o regulamento que com este baixa, assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Regulamento da Brigada Policial da Capital Federal

CAPITULO I

Da organização

Art. 1.º A brigada se comporá de 137 officiaes, um veterinario e 2.362 praças de pret, conforme o plano que baixou com o decreto n. 1033 de 1 de setembro de 1892 e mappa annexo sob n. 1. Esta força poderá ser augmentada quando assim o exigirem as necessidades do serviço.

Art. 2.º Toda a força se denominará —Brigada Policial da Capital Federal — e comprehenderá, além do estado-maior, dous regimentos, sendo um de cavallaria e outro de infantaria.

§ 1.º O regimento de cavallaria terá um estado-maior e outro menor, e quatro esquadrões, de accordo com os mappas juntos sob ns. 2 e 3.

§ 2.º O regimento de infantaria terá tambem um estado-maior e outro menor, e 16 companhias, conforme os referidos mappas.

Art. 3.º A brigada policial será commandada por coronel ou general de brigada do Exercito e ficará sob as ordens immediatas do ministro da justiça, de quem unicamente receberá ordens.

Art. 4.º O estado-maior da brigada pertencerá ao 1º esquadrão do regimento de cavallaria e se comporá, além do commandante, de:

§ 1.º Um major ou tenente-coronel assistente, encarregado do detalhe.

§ 2.º Um secretario, capitão ou subalterno.

§ 3.º Um ajudante de ordens, capitão ou subalterno.

§ 4.º Um inspector da contadoria e do material, tenente-coronel ou coronel; um thesoureiro, capitão; um 1º auxiliar, capitão ou major, e dous 2ºs auxiliares, alferes ou tenentes.

§ 5.º Um medico tenente-coronel, inspector do serviço sanitario; dous medicos maiores, quatro medicos capitães, seis medicos tenentes, um pharmaceutico tenente, um pharmaceutico alferes e um cirurgião-dentista tenente.

Art. 5.º O estado-maior do regimento de cavallaria, que pertencerá ao 1º esquadrão, compor-se-ha:

§ 1.º De um tenente-coronel commandante.

§ 2.º De um major fiscal.

§ 3.º De um capitão ajudante.

§ 4.º De um secretario, alferes ou tenente.

§ 5.º De um quartel-mestre, alferes ou tenente.

§ 6.º De um veterinario com a graduação de alferes.

O estado-menor pertencerá tambem ao mesmo 1º esquadrão.

Art. 6.º O estado-maior do regimento de infantaria, que pertencerá à 1ª companhia, compor-se-ha:

§ 1.º De um commandante, tenente-coronel ou coronel.

§ 2.º De dous maiores fiscaes.

§ 3.º De dous capitaes ajudantes.

§ 4.º De um secretario, alferes ou tenente.

§ 5.º De um quartel-mestre, alferes ou tenente.

O estado-menor pertencerá tambem à mesma companhia.

Art. 7.º A brigada policial, cuja acção se estenderá a todo o Districto Federal, incumbe velar pela segurança publica e manter a ordem.

Paraphrased unico. Em caso de guerra, poderá o Governo aproveitar a brigada policial para auxiliar o Exercito em operações.

CAPITULO II

Dos officiaes, sua nomeação, promoção e precdencia

Art. 8.º As nomeações e promoções dos officiaes, quer do estado-maior, quer da fileira, serão feitas por decreto, observando-se o seguinte:

§ 1.º Os commandantes e fiscaes dos regimentos, o inspector da contadoria e do material e o assistente, serão tirados dos officiaes das armas ou dos corpos especiaes do Exercito ou dentre os da brigada, por promoção, por merecimento, dos tenentes-coroneis, majores e capitães.

§ 2.º As vagas dos postos de tenente e capitão serão preenchidas por accesso, sendo metade por merecimento e a outra metade por antiguidade.

§ 3.º As vagas do posto de alferes serão preenchidas pelos inferiores da brigada, sendo preferidos os mais graduados e os mais antigos de melhor comportamento, moralidade, mais habilitações e serviços.

§ 4.º As vagas de medicos, tenente-coronel, maiores e capitães, serão preenchidas por accesso successivo, segundo suas antiguidades, e as de medicos tenentes pelos doutores em medicina, que forem a ellas candidatos e em concurso melhor classificados, tendo preferencia, em igualdade de condições, os que tenham servido como internos do hospital da brigada (arts. 303, 304 e 305).

§ 5.º A vaga de pharmaceutico tenente será preenchida pelo pharmaceutico alferes e a deste pelo pharmaceutico que em concurso for classificado em primeiro logar.

§ 6.º O cirurgião-dentista será tambem nomeado por decreto, satisfeitos os requisitos dos arts. 304 e 305, podendo ser dispensado do concurso o que já houver prestado serviços gratuitos á brigada por mais de seis mezes.

Art. 9.º A promoção dos officiaes em geral, e bem assim as nomeações dos officiaes do Exercito para os diversos cargos, a de secretario e ajudante de ordens da brigada serão feitas por proposta do respectivo commandante, que para a promoção por merecimento terá em vista os requisitos que o constituem.

Art. 10. Constituem merecimento:

1.º Capacidade de commando;

2.º Bom comportamento civil e militar, zelo e interesse pelo serviço, intelligencia, subordinação, moralidade, criterio, probidade e serviços especiaes da brigada.

Estas qualidades deverão ser comprovadas pela f.º de officio, e, em igualdade de condições, preferidos os que tiverem serviços de guerra.

Art. 11. Os officiaes do Exercito com igual commissão na brigada se precederão entre si conforme as gradações e antiguidade que tiverem no mesmo Exercito.

Art. 12. Os officiaes do Exercito em commissão na brigada precederão sempre aos da mesma brigada de postos iguaes aos da sua commissão.

Art. 13. As honras de postos concedidas aos officiaes da brigada não lhes dão precedencia alguma.

Art. 14. O commandante da brigada nos seus impedimentos será substituido pelo mais graduado dentre os commandantes dos regimentos e inspector da contadoria e do material.

CAPITULO III

Do alistamento do pessoal

Art. 15. O quadro dos regimentos será preenchido por alistamento voluntario e sob as condições seguintes:

1.ª Engajamento por tres annos;

2.ª Ser cidadão brasileiro ou estrangeiro maior de 18 e menor de 45 annos, com a precisa robustez verificada em inspecção de saude, provada moralidade, sendo os estrangeiros até um terço

do pessoal effectivo e si fallarem regularmente a lingua portugueza.

Art. 16. Em igualdade de condições, serão preferidas as praças do Exercito, Armada e corpo de bombeiros, que tiverem servido com bom comportamento provado pela certidão de assentamentos ou attestado de pessoa idonea, dando-se preferencia aos individuos que souberem ler e escrever.

Art. 17. Os nacionaes menores de 21 annos de idade deverão exhibir licença de seus paes ou tutores, e os estrangeiros, dos consules respectivos.

Art. 18. As praças que tiverem procedido bem poderão ser reengajadas, mediante requerimento e depois de novamente verificada a sua robustez em inspecção de saude.

Art. 19. As praças que, terminado o seu engajamento, não quizerem reengajar-se, serão excluidas, depois de quites com a Fazenda Nacional e entregarem em bom estado o armamento e mais objectos a seu cargo, passando-se-lhes um attestado de comportamento, que será assignado pelo commandante do respectivo regimento e rubricado pelo da brigada.

Art. 20. As Praças do Exercito e da Armada que tenham servido seis annos com bom comportamento e se alistarem na brigada, serão tambem consideradas reengajadas, percebendo as respectivas vantagens.

Art. 21. Não se contará no tempo de serviço ás praças :

§ 1.º O de prisão por crimes ; a que, porém, for absolvida em processo contará todo o tempo da prisão soffrida.

§ 2.º O de prisão por transgressões disciplinares, maior de 30 dias dentro de tres annos.

§ 3.º O tempo anterior á deserção ; os indultados, perdoados e amnistiados, porém, só perderão o tempo que estiveram desertados e o da prisão que tiverem soffrido.

§ 4.º O de faltas ao quartel.

§ 5.º O de licenças para tratar de interesses particulares ou de saude, sem ser por inspecção.

§ 6.º O de molestias no hospital ou de licenças por inspecção de saude excedente de 30 dias em todo o periodo do engajamento, salvo quando for a molestia adquirida em acto de serviço.

Art. 22. A praça que tiver servido por espaço de seis annos na brigada, sem soffrer pena por effeito de sentença, ficará isenta do alistamento militar, sendo sómente obrigada a fazer parte da reserva na forma da lei que vigorar, e neste caso se lhe passará escusa, assignada pelo commandante do respectivo regimento e rubricada pelo da brigada.

CAPITULO IV

Dos vencimentos

Art. 23. Os vencimentos dos officiaes e praças serão os especificados na tabella annexa a este regulamento.

Art. 24. Estes vencimentos serão pagos mensalmente, aos officiaes, por meio de folhas assignadas e attestadas, a dos officiaes do estado-maior pelo commandante da brigada e as dos officiaes dos regimentos pelos respectivos commandantes, rubricadas tambem pelo da brigada, e as praças de pret à vista de relações de mostra das companhias e esquadroes, assignadas pelos competentes commandantes, com o visto dos respectivos maiores fiscaes, que responderão pela exactidão arithmetica, alterações e quaesquer observações que possam influir nos vencimentos, sendo as mesmas relações acompanhadas de recapitulações.

Art. 25. O official doente em seu quartel ou com licença para tratar de saude, por inspecção, só perderá a gratificação de exercicio; e o que estiver no goso de licença para tratar de interesses particulares ou de saude, sem inspecção, perceberá soldo simples, desde que a licença exceda de 30 dias.

Art. 26. O official preso para sentenciar perceberá soldo e metade da etapa e o sentenciado apenas o soldo; no primeiro caso, sendo absolvido, receberá todos os vencimentos de que houver sido privado por effeito da prisão.

Art. 27. As praças e officiaes em serviço fóra do districto federal terão direito a uma gratificação: de 300 réis diarios as praças; 2\$ os officiaes subalternos e capitães; 3\$ os officiaes superiores e 5\$ o commandante da brigada; sendo estas gratificações tiradas nas relações de mostra para as praças e nas folhas de vencimentos para os officiaes.

Art. 28. A's praças de ora em deante reengajadas, qualquer que seja a sua graduação, se abonará mais uma gratificação igual à quinta parte do soldo de praça simples.

Art. 29. As praças presas sentenciadas, as que estiverem respondendo a conselho de investigação ou criminal, ou sujeitas ao fóro civil, perceberão a quinta parte do soldo, e as presas correccionalmente nas fortalezas só perceberão etapa e metade do soldo; revertendo em todos os casos para a caixa da brigada a differença de vencimentos.

Art. 30. As praças reengajadas que forem sentenciadas perderão a gratificação da quinta parte do soldo, mesmo depois de cumprida a sentença.

Art. 31. As praças indultadas, perdoadas ou amnistiadas perceberão os mesmos vencimentos anteriores, sendo, porém, da data do decreto do indulto, perdão ou amnistia aquellas que estiverem presas e da apresentação voluntaria as que se acharem desertadas.

Art. 32. As praças presas para sentenciar, que forem absolvidas, terão direito à restituição da parte de seus vencimentos que tenha sido abatida.

Art. 33. O soldo e gratificação vencidos até ao dia da ausencia pelas praças que desertarem, reverterão à caixa da brigada.

Art. 34. As praças que faltarem ao quartel por tempo que não constitua deserção perderão todos os vencimentos dos dias de ausencia, em favor da caixa da brigada.

Art. 35. A praça com licença, para tratamento de saude, por

inspecção, perceberá soldo e etapa; e no goso das demais licenças não excedentes de dous mezes, inclusive as prorrogações, apenas soldo.

CAPITULO V

Dos deveres e attribuições

DO COMMANDANTE DA BRIGADA

Art. 36. O commandante da brigada é a primeira autoridade da mesma, principal responsavel pela sua administração e disciplina, e quem directamente responde perante o ministro da justiça pela observancia do presente regulamento, competindo-lhe :

§ 1.º Corresponder-se directamente com o ministro da justiça sobre tu lo que for concernente à disciplina e administração da brigada, e com o chefe de policia tão sómente no que concernir a distribuição da força em condições ordinarias ou extraordinarias do serviço policial.

§ 2.º Observar a conducta de todos os seus commandados, examinando si elles cumprem exactamente os seus deveres, e a isso compellil-os quando julgar necessario.

§ 3.º Inspeccionar frequentemente os quartéis dos regimentos, contadoria e hospital, e, por si ou por seu ajudante de ordens, as estações, postos e destacamentos.

§ 4.º Punir e fazer punir os officiaes e praças por faltas disciplinares, que forem submettidas à sua autoridade.

§ 5.º Nomear conselhos de investigação, de inquirição e criminal.

§ 6.º Mandar excluir do estado effectivo dos regimentos, em vista do conselho de disciplina, os soldados que por seu máo procedimento se tornarem incorrigiveis.

§ 7.º Julgar das decisões dos conselhos de disciplina a que forem submettidos os inferiores, pelo seu máo procedimento ou inaptidão no cumprimento de seus deveres.

§ 8.º Providenciar para que os regimentos deem às suas praças a instrucção e exercicios da arma respectiva e para que se façam exercicios geraes.

§ 9.º Mandar publicar em detalhe os dias em que a contadoria deverá fazer pagamento aos officiaes e praças, as quantias entradas para o cofre da contadoria, os dias de reuniões do conselho administrativo e de fornecimento, e qualquer outro facto que, não tendo character reservado, possa influir para regularidade do serviço geral da brigada.

§ 10. Autorisar todos os pagamentos, determinando os dias em que devem ser effectuados os dos fornecedores.

§ 11. Mandar inspeccionar de saúde e verificar engajamento ou reengajamento aos individuos e praças que isto pretendam e

se achem nos casos dos arts. 15 a 18, assim como aos officiaes e praças, quando julgar isso necessario.

§ 12. Não se afastar da Capital, sem licença do ministro da justiça e negocios interiores.

§ 13. Autorisar a venda, em hasta publica, dos cavallos, muares e artigos julgados imprestaveis pelas commissões de officiaes, que previamente nomeará.

§ 14. Nomear os secretarios e quarteis-mestres dos regimentos, sobre proposta dos respectivos commandantes.

DO ASSISTENTE

Art. 37. Ao assistente cumpre:

§ 1.º Conhecer perfeitamente todas as ordens e disposições concernentes ao serviço proprio da brigada, obrigar os que lhe forem directamente subordinados a que as cumpram com a maior exactidão e pontualidade, dando parte daquelles que isso não façam.

§ 2.º Dar aos ajudantes dos regimentos o detalhe da brigada.

§ 3.º Escalar o serviço geral diariamente e designar os regimentos que tenham de prestal-os.

§ 4.º Expedir aos regimentos todas as ordens do commando da brigada, relativas ao serviço ordinario e extraordinario que elles tenham de prestar e que não tiverem sido consignadas no detalhe.

§ 5.º Reunir as participações e mais papeis concernentes ao seu cargo, que tenham de ser presentes ao commandante da brigada, extractal-os e explical-os, afim de facilitar o despacho.

§ 6.º Participar immediatamente ao commandante da brigada qualquer occorrença relativa ao seu cargo sobre a qual seja urgente providenciar e necessite da intervenção desta autoridade.

§ 7.º Empregar o maior empenho e zelo no cumprimento de seus deveres, de modo a evitar omissões ou irregularidades no serviço.

Art. 38. O assistente, para o desempenho de suas obrigações, terá os empregados strictamente necesarios, tirados dentre as praças dos regimentos.

DO SECRETARIO

Art. 39. O secretario será da inteira confiança do commandante da brigada, e cumpre-lhe:

§ 1.º Fazer a correspondencia ordinaria e a reservada, que por elle lhe seja determinada, guardando o sigillo necessario.

§ 2.º Ter sempre a escripturação em dia e o archivo bem organizado, sendo auxiliado nesses trabalhos pelos empregados strictamente necesarios, tirados dentre as praças dos regimentos.

§ 3.º Será o unico responsável pela guarda e conservação de todos os livros e documentos existentes no archivo, não os confiando a pessoa alguma, sem prévia autorisação do commandante da brigada.

DO AJUDANTE DE ORDENS

Art. 40. Ao ajudante de ordens compete:

§ 1.º Acompanhar o commandante em todos os actos de serviço e solemnidade.

§ 2.º Transmittir as ordens verbaes do mesmo commando.

§ 3.º Visitar as estações e postos e rondar as patrulhas o maior numero de vezes possível, dando parte ao commandante da brigada das novidades que encontrar.

DOS COMMANDANTES DOS REGIMENTOS

Art. 41. O commandante do regimento é a principal autoridade do mesmo e como tal responsável pela sua administração e disciplina, e pela observancia das ordens geraes e particulares emanadas do da brigada, e compete-lhe:

§ 1.º Assignar toda a correspondencia do regimento.

§ 2.º Satisfazer as requisições, feitas pelo chefe de policia e seus delegados, de praças de seu regimento para serviço policial extraordinario e urgente, dando conhecimento disso ao commandante da brigada em sua parte diaria.

§ 3.º Não admittir que os officiaes e praças de seu regimento usem de uniforme que não sejam os adoptados.

§ 4.º Observar a conducta dos officiaes e praças do seu regimento, esforçando-se para que elles adquiram perfeito conhecimento dos seus deveres e os cumpram strictamente.

§ 5.º Inspecionar frequentemente as companhias ou esquadrões, as arrecadações, o rancho, cavallaricas, estações e postos servidos por officiaes e praças de seu regimento.

§ 6.º Fazer observar o maior respeito e subordinação entre os officiaes, inferiores e mais praças.

§ 7.º Punir os officiaes e praças pelas faltas disciplinares previstas neste regulamento e attender ás reclamações de todos os seus subordinados, quando forem justas e couberem na sua alçada.

§ 8.º Transferir qualquer official subalterno ou praça de uma para outra companhia ou esquadrão, a pedido ou a bem do serviço.

§ 9.º Promover, sobre proposta dos commandantes de companhias ou esquadrões, com a qual, entretanto, poderá não se conformar, os inferiores e cabos de esquadra.

§ 10. Graduar em cabo, forriel, 2º e 1º sargento as praças que tiverem aptidão necessaria, e, caso sejam insufficientes para o serviço, as praças dessas graduações, ou como recompensa a serviços relevantes.

§ 11. Promover e classificar as praças do estado-menor, assim como os cornetas, clarins, ferradores e correeiros.

§ 12. Dar parte ao commandante da brigada e transmitir as que lhe forem dirigidas sobre factos occorridos com officiaes e praças, quando tenham de ser resolvidos pelo mesmo commandante.

§ 13. Providenciar para que os officiaes e praças de seu regimento tenham a precisa instrução de suas respectivas armas, fazendo exercicios geraes dirigidos por si ou por um de seus majores.

§ 14. Publicar em ordem do dia os assentamentos de praças e os engajamentos, mandados verificar pelo commandante da brigada, as promoções, transferencias, baixas do posto e do serviço, exclusões por fallecimento e deserção, e finalmente tudo que alterar para mais ou para menos o pessoal e material.

§ 15. Mandar ler, pelo menos, uma vez por mez, em formatura de companhias, as instruções policiaes, o código penal e a parte disciplinar deste regulamento.

§ 16. Nomear conselho de investigação, quando preceder parte sobre actos criminosos, conselho criminal para julgar das deserções e assim tambem de disciplina para verificar a má conducta ou inaptidão dos inferiores e a incorrigibilidade das demais praças, e igualmente qualificar as deserções.

§ 17. Dar diariamente o mappa da força e parte circumstanciada ao commando da brigada de todas as occorrencias havidas nas estações, postos, destacamentos e patrulhas, extractando-as das que lhe forem dadas pelos respectivos commandantes.

§ 18. Mandar fornecer pela arrecadação geral do regimento por meio de seu — dê-se — nos pedidos, os artigos a que tenham direito as companhias ou esquadrões, e os que precisem as diversas repartições.

§ 19. Não determinar despesa alguma sem authorisação do commandante da brigada, salvo as de supprimento de generos, quando os fornecedores deixem de satisfazer os pedidos ou de substituir a tempo os rejeitados, e nos casos urgentes em beneficio do serviço, ou tolras as que forem referentes á musica, cuja administração lhe compete exclusivamente.

§ 20. Enviar á contadoria, no primeiro dia util de todos os mezes, a folha dos vencimentos dos officiaes, até ao dia 5 as relações de mostra e as recapitulações de que trata o art. 24, e até ao dia 10 nota da carga e descarga de qualquer artigo, vales de fornecimento e mappa da distribuição de generos de rancho e forragem, bem como da materia prima entrada e consumida na manufactura de fardamento.

§ 21. Comunicar á contadoria quando qualquer fornecedor incorrer em multa.

§ 22. Enviar á contadoria, tambem até ao dia 10 de todos os mezes, as contas das despesas effectualas, devendo as mesmas contas ser rubricadas por um dos majores.

§ 23. Contractar a musica por intervenção do respectivo inspector, que remetterá mensalmente á brigada, por seu intermedio,

a importância por que tenha sido contractada, liquida da metade, para a distribuição aos musicos, e tambem até ao dia 10 de todos os mezes o balancete da receita e despeza, competentemente documentado e acompanhado do saldo, que será recolhido ao cofre sob a rubrica — Musica —, para occorrer ás suas despezas. Acompanharão o balancete a relação nominal da distribuição e outros documentos que justifiquem as despezas.

DOS MAJORES FISCAES

Art. 42. Aos maiores fiscaes compete:

§ 1.º Observarem e fazerem cumprir as ordens geraes e instruções relativas ao serviço do regimento, corrigindo as faltas que encontrarem e participando immediatamente ao commandante, quando seja mister a intervenção deste.

§ 2.º Fazerem com que a escripturação da casa da ordem, agencia, arrecadações, companhias ou esquadrões, esteja sempre em dia e feita com a maior regularidade e certeza, sendo responsáveis pela exactidão de todos os papeis sujeitos á sua fiscalização e ao seu —visto.

§ 3.º Inspeccionarem assiduamente todas as dependencias do quartel, especialmente o rancho, cavallariças, arrecadações, estações, postos, guardas e a instrucção pratica.

§ 4.º Escalarem os officiaes precisos para o serviço, organisarem e assignarem o detalhe diario, de conformidade com as ordens do commandante, fazendo-o registrar diariamente no livro respectivo.

§ 5.º Terem perfeito conhecimento de todas as disposições concernentes ao serviço e fazel-as cumprir com toda a exactidão e pontualidade.

§ 6.º Guiarem os officiaes no cumprimento de seus deveres, particularmente na aquisição dos conhecimentos peculiares á sua arma e ao serviço policial, e providenciarem para que os inferiores e praças conheçam as suas obrigações, conforme as circumstancias em que se acharem.

§ 7.º Fazerem, com authorisação do commandante, as alterações que forem convenientes ao serviço do regimento, quando disto não resulte offensa ás prescripções deste regulamento ou ás ordens da autoridade superior.

§ 8.º Conferirem e rubricarem os papeis de contabilidade, assim como os pedidos, mappas, relações e livros adoptados na escripturação do regimento, salvo aquelles cuja rubrica for da competencia do commandante.

§ 9.º Fiscalisarem os serviços de rondas e patrulhas, providenciando para que esses serviços sejam feitos de accordo com as ordens geraes e particulares do regimento.

§ 10. Auxiliarerem o commandante de modo que não haja omissão ou irregularidade no serviço.

§ 11. Responderem pela pontualidade na hora marcada para as formaturas geraes do regimento, e bem assim pela execução

geral de todos os exercicios, que serão feitos sob sua direcção, quando não estiver presente o commandante, devendo instruir os officiaes novos nos da respectiva arma.

§ 12. Fazerem com que os ajudantes cumpram exactamente as obrigações de seu posto, e velarem cuidadosamente sobre o comportamento dos officiaes e inferiores, aos quaes darão as suas ordens por intermedio dos ajudantes, tendo cautela em que não sejam contrarias ás do regimento ou ás do serviço geral da brigada.

§ 13. Inspeccionarem com frequencia o rancho, as arrecadações do regimento e das companhias, examinando o estado do armamento, equipamento, fardamento e todos os utensilios; torem cuidado em que os quarteis-mestres os tenham em boa ordem, e que os seus livros de carga, de entradas, recibos e mappas sejam escripturados com certeza e regularidade, não deixando entrar genero algum para as arrecadações sem que sejam antes examinados por elle e pela respectiva commissão, ficando responsaveis pela sua boa ou má qualidade.

§ 14. Inspeccionarem os destacamentos antes de marcharem, e assistirem ás paradas de guarda, piquete ou de maior força que tenha de sahir do quartel.

§ 15. Corrigirem em toda a occasião de exercicio ou formatura qualquer erro que observarem, sem, entretanto, perturbarem as vozes do commando.

§ 16. Apresentarem o detalhe diario ao commandante antes de ser publicado, não o podendo alterar depois sem ordem do mesmo.

Art. 43. Ao major-fiscal da ala direita do regimento de infantaria competem as attribuições que forem concernentes e relativas ao pessoal; e ao da ala esquerda as que disserem respeito ao material.

DOS AJUDANTES

Art. 44. Aos ajudantes dos regimentos compete :

§ 1.º Coadjuvarem os fiscaes do seu regimento, de quem são os assistentes immediatos, em todos os serviços determinados a estes, ficando responsaveis pelo exacto cumprimento de todas as ordens, providenciando logo, quando couber em suas attribuições, e, no caso contrario, communicando o facto ao respectivo major-fiscal.

§ 2.º Terem perfeito conhecimento de todas as ordens relativas ao serviço proprio do regimento, obrigando os que lhe, forem subordinados a que as cumpram, dando parte ao fiscal daquelles que isso não façam.

§ 3.º Fiscalisarem e responderem pelo asseio ou uniformidade e postura militar das praças que entrarem de serviço, as quaes não sairão do quartel, sem que tenham sido por elles revistadas.

§ 4.º Terem perfeito conhecimento da instrucção de sua arma e instruirem os inferiores e cabos de esquadra sobre suas obrigações.

§ 5.º Na ausencia do major-fiscal, junto ao qual servem, participarem immediatamente ao commandante qualquer occorrença com relação ao regimento e sobre a qual seja urgente providenciar.

§ 6.º Reunir todas as partes, relações e mais papeis que tenham de ser presentes ao respectivo major, notando as alterações que se derem e particularmente aquellas que forem objecto do detalhe.

§ 7.º Conferirem diariamente com os sargentos os mappas das companhias, communicando ao respectivo major as omissões ou enganos que existirem, afim deste os mandar corrigir.

§ 8.º Terem sob sua guarda todos os utensilios da sala das ordens.

§ 9.º Escalarem o serviço dos inferiores, cabos de esquadra e cornetas ou clarins, e terem uma escala dos officiaes, afim de que, no caso de não estar presente o respectivo major-fiscal, designem aquelle a quem competir qualquer serviço de que se possa necessitar, participando ao dito major, logo que chegue, o que houver occorrido na sua ausencia.

§ 10. Fiscalisarem o serviço externo e rondarem, quando lhes for ordenado, as estações, postos, guardas e patrulhas, participando qualquer falta ou irregularidade que notarem no serviço.

§ 11. Passarem revista a todas as guardas, destacamentos e patrulhas, e igualmente a todas as ordenanças, antes de serem mandados para os seus destinos.

§ 12. Terem completo conhecimento da conducta civil e militar de todos os inferiores, e concital-os ao exacto cumprimento de seus deveres.

§ 13. Tirarem diariamente, e á hora determinada, o detalhe da brigada, e depois de o lèrem ao commandante e ao major respectivo, e recebendo deste as ordens a respeito de sua publicação, darem-no com o do regimento aos sargenteantes.

§ 14. Inspeccionarem a banda de cornetas ou clarins.

Art. 45. Os ajudantes serão auxiliados pelos sargentos ajudantes, aos quaes obrigarão a cumprir perfeitamente as suas attribuições.

Art. 46. Ao ajudante da ala direita do regimento de infantaria competem todas as attribuições dos paragraphos do art. 44, que se referiram ao detalhe e escala do serviço do regimento; e ao da ala esquerda as referentes ás formaturas de forças em geral, e á fiscalisação do serviço externo.

Art. 47. O subalterno mais graduado em exercicio de seu posto substituirá o ajudante de seu regimento, quando impedido.

DOS QUARTEIS-MESTRES

Art. 48. Ao quartel-mestre de cada regimento cumpre:

§ 1.º Ter a seu cargo as arrecadações do rancho das praças e das forragens, do armamento, equipamento, fardamento e utensilios, tendo cuidado em que todos os generos e mais artigos

estejam guardados com asseio, bem arrumados e de tal sorte dispostos que se achem sempre a coberto do tempo, participando immediatamente ao respectivo major qualquer defeito ou necessidade de concerto que houver nas arrecadações.

§ 2.º Não receber genero algum destinado às arrecadações, sem que antes tenha sido examinado pela respectiva commissão, e, si depois de arrecadado se arruinar, dar parte immediatamente ao major, justificando a causa da avaria.

§ 3.º Fazer escrupulosamente pesar, medir ou contar, conforme sua natureza, tudo quanto houver de guardar, ficando responsavel pela exactidão.

§ 4.º Examinar todos os dias as arrecadações, fazendo as mudanças necessarias para a conservação dos objectos nellas depositados.

§ 5.º Ser responsavel pela escripturação dos livros a seu cargo e pelos papeis que organizar.

§ 6.º Ter o maior cuidado em que os recebimentos e distribuições sejam registrados, e que os livros estejam em termos de ser inspecionados a qualquer hora.

§ 7.º Não fornecer cousa alguma sem pedido competentemente legalisado e recibo nelle passado por quem competir.

§ 8.º Fornecer diariamente, em presença do official de estado-maior, os viveres e forragens, conforme os vales do agente e dos commandantes de esquadrões, rubricados pelo respectivo major.

§ 9.º Dar no fim de cada mez balanço, na presença do respectivo major, afim de ser verificada a quantidade de generos que fica restando na arrecadação.

§ 10. Apresentar, no fim de cada mez, ao respectivo major um mappa demonstrativo dos generos entrados para o rancho das praças, bem como das forragens, com declaração do consumo havido e do que porventura passar para o mez seguinte.

§ 11. Apresentar igualmente no fim de cada mez o mappa da materia prima entrada para a manufactura do fardamento, com declaração das peças manufacturadas, consumo della havido, da que passar para o mez seguinte e da economia que haja, proveniente do corte.

§ 12. Organizar mensalmente a folha dos vencimentos dos officiaes e a recapitulação geral dos das praças, apresentando esta até ao dia 5 e aquella no primeiro dia util de todos os mezes.

§ 13. Receber da contadoria quaesquer quantias mandadas fornecer ao commando do regimento pelo da brigada.

Art. 49. Em mão do quartel-mestre haverá uma quantia, calculada pelo conselho administrativo e de fornecimento, para occorrer às despezas miudas e eventuaes, sendo esta quantia abonada pela contadoria e representada no respectivo cofre como dinheiro até à apresentação das contas, que não irá além do dia 10 de todos os mezes, por um recibo firmado pelo commandante do regimento.

Art. 50. O quartel-mestre terá para o serviço das arrecadações um cabo de esquadra e um soldado, e será coadjuvado no desempenho das suas funcções pelos sargentos quartéis-mestres.

Art. 51. Os quarteis-mestres serão nomeados pelo commando da brigada, sobre proposta dos commandantes dos regimentos.

Art. 52. No caso de impellimento, o quartel-mestre será substituído pelo official subalterno designado pelo commando do regimento.

DOS SECRETARIOS

Art. 53. Ao secretario de cada regimento cumpre :

§ 1.º Fazer toda a correspondencia do regimento, guardando o sigillo necessario.

§ 2.º Ter sempre a escripturação em dia e o archivo bem organizado, sendo coadjuvado nestes trabalhos pelas praças strictamente necessarias.

§ 3.º Prestar todos os esclarecimentos que o major exigir e que forem relativos ás suas attribuições.

§ 4.º Ser responsavel pela escripturação dos livros-mestres e de todos os mais da secretaria.

Art. 54. Os secretarios serão nomeados pelo commando da brigada, sobre proposta dos commandantes dos regimentos.

Art. 55. No caso de impellimento, o secretario será substituído pelo official subalterno designado pelo commandante do regimento.

DOS COMMANDANTES DE COMPANHIAS OU ESQUADRÕES

Art. 56. Ao commandante de companhia ou esquadrão compete :

§ 1.º Ser responsavel ao commandante do regimento pela boa ordem e disciplina de sua companhia ou esquadrão e pontual observancia de tudo que diz respeito ao presente regulamento.

§ 2.º Cuidar da instrucção dos seus subalternos, dividindo a companhia em partes iguaes pelos mesmos, fazendo cada um delles responsavel pela parte que lhe pertencer, e fiscalisar si desempenham os seus deveres com exactidão.

§ 3.º Exigir dos seus commandados todo o respeito e subordinação.

§ 4.º Ter perfeito conhecimento da aptidão, habilitações e defeitos de cada um dos seus commandados, de modo que possa promptamente prestar qualquer informação a este respeito.

§ 5.º Ter as relações e livros da companhia ou esquadrão escripturados em dia, de modo a poderem em qualquer occasião prestar esclarecimentos á autoridade competente.

§ 6.º Ser responsavel por todos os papeis que assignar, devendo antes examinal-os minuciosamente.

§ 7.º Fazer pagamento ás suas praças em presença dos subalternos que estiverem promptos.

§ 8.º Fazer justiça aos seus commandados, sendo solícito em attender ás suas reclamações.

§ 9.º Ser muito escrupuloso em apresentar propostas para promoção de inferiores e cabos de esquadra, lembrando-se de que a sua proposta é só uma recommendação e que pertence ao commandante do regimento fazer a promoção.

§ 10. Ser responsavel pela execução de todas as ordens geraes e do commandante do regimento, as quaes serão lidas distinctamente e explicadas á companhia ou esquadra, depois de distribuidas.

§ 11. Entregar todas as manhãs, á hora da parada, um mappa de sua companhia ou esquadra ao major-fiscal.

§ 12. Não fazer descontos nos vencimentos de suas praças, que não sejam os ordenados pelo commandante do regimento, e publicados em detalhe.

§ 13. Guardar na reserva da companhia ou esquadra, que estará a cargo do forriel, os objectos pertencentes ás praças que baixarem ao hospital, fazendo-os marcar convenientemente.

§ 14. Ser responsavel por todos os objectos que se acharem na reserva da companhia ou esquadra ou em serviço das praças, si em tempo não houver dado parte daquelles que por ellas tenham sido estragados ou extraviados.

§ 15. Logo que fallecer alguma praça de sua companhia ou esquadra, mandará inventariar, com o testemunho de tres praças, de cujo numero, si for possível, fará parte o forriel, os objectos deixados, e enviará a relação dos mesmos objectos ao respectivo major-fiscal, depois de assignal-a com as testemunhas que assistir em ao inventario.

§ 16. Dar parte das praças que se ausentarem do quartel, logo que completarem 24 horas de ausencia, além de pelo commandante do regimento ser nomeada a comissão que deve inventariar os objectos a cargo das mesmas praças e por ellas deixados.

Art. 57. Os commandantes dos esquadraes, além dos deveres acima mencionados, devem ser solícitos em inspecionar os cavallos e as cavallariças, para que sejam aquelles bem tratados e estas se conservem limpas.

Art. 58. Quando, por qual quer motivo, vagar o commando de companhia ou esquadra, será designado para elle o subalterno mais graduado do regimento em exercicio de seu posto.

DOS SUBALTERNOS

Art. 59. Os subalternos, quando estiverem promptos no quartel, serão responsaveis pela disciplina, instrucção, ordem, vestuario, armas, correames e munições da parte da companhia ou esquadra, que lhes for designada pelo commandante e a inspecionarão frequentemente, além de evitar qualquer irregularidade.

Art. 60. Devem ter conhecimento :

§ 1.º De todas as ordens geraes e particulares do regimento e dos regulamentos publicados para o serviço policial.

§ 2.º Do que fôr relativo á instrucção de sua arma, de modo que possam ensinar ou dirigir qualquer serviço de que forem encarregados.

§ 3.º Dos officiaes e praças de brigada e particularmente dos de seu regimento.

Art. 61. Os subalternos do regimento de cavallaria devem conhecer os cavalleiros dos respectivos esquadrões.

Art. 62. Quando se achar só um subalterno na companhia ou esquadrão, será o responsavel por elle, durante a ausencia do respectivo commandante; existindo mais de um, o mais antigo ou graduado cumprirá os deveres que incumbem aquelle desempenhar.

DO INSPECTOR DA MUSICA

Art. 63. Ao inspector da musica cumpre:

§ 1.º Inspeccionar a banda de musica, prestando ao commandante e respectivo major do regimento todas as informações que sobre ella lhe forem exigidas.

§ 2.º Apresentar, por intermedio do respectivo major, propostas para os accessos de classe dos musicos, de accordo com as indicações feitas pelo respectivo mestre.

§ 3.º Apresentar igualmente ao commandante do regimento, por intermedio do respectivo major, relação das praças que pelo mestre forem indigitadas para aprendizes da banda.

§ 4.º Participar immediatamente e por intermedio do respectivo major toda e qualquer occorrença relativa ao pessoal ou material da banda.

§ 5.º Effectuar o pagamento das quotas que caibam aos musicos pelas tocadas particulares, apresentando mensalmente relações nominaes do pagamento de cada tocada, com declaração das mesmas quotas.

§ 6.º Fazer pedido do que fôr preciso relativamente ao instrumental e solicitar os necessarios concertos.

§ 7.º Escripturar e trazer sempre em dia o mappa da carga e descarga do material da banda.

Art. 64. O inspector da musica será de nomeação do commandante do regimento, a qual recadará no commandante ou em um dos officiaes da 1ª companhia.

DOS SARGENTOS AJUDANTES

Art. 65. Os sargentos ajudantes serão tirados dentre os 1.ºs sargentos, por escolha do commando do regimento, e são os assistentes immediatos dos ajudantes.

Cumpre-lhes:

§ 1.º Serem responsaveis ao ajudante pela instrucção de todos os officiaes inferiores, aos quaes a sua conducta e apparencia devem servir de exemplo, e serem muito exactos em vigiar o

bom comportamento daquelles, com os quaes evitará ter qualquer familiaridade ; tratá-los-ha, entretanto, com benignidade, ao mesmo tempo que insistirá sobre a sua obediencia, diligencia e actividade, sempre notando as suas faltas e participando-as áquelle quando julgar necessario.

§ 2.º Procurar ter conhecimento das habilitações e defeitos dos mesmos inferiores.

§ 3.º Ter perfeito conhecimento de todos os detalhes do regimento e trazer sempre consigo uma escala dos officiaes inferiores, cabos, cornetas ou clarins, para os casos extraordinarios.

§ 4.º Fazer chegar á fôrma e passar revista a todos os destacamentos, guardas, piquetes e patrulhas, antes de os entregar ao ajudante.

Art. 66. E' indispensavel que os sargentos ajudantes sejam perfeitos instructores e saibam organizar perfeitamente relações e mappas.

DOS SARGENTOS QUARTEIS-MESTRES

Art. 67. Os sargentos quarteis-mestres serão tirados dentre os 1.ºs sargentos, por proposta do quartel-mestre ao commandante do regimento, que pederá ou não conformar-se com ella.

Art. 68. Os sargentos quarteis-mestres estão á immediata disposição do quartel-mestre e obrigados ao serviço que por este lhes for destinado.

Art. 69. E' essencial que os sargentos quarteis-mestres saibam contar bem.

DOS 1.ºs e 2.ºs SARGENTOS E FORRIEIS

Art. 70. Os 1.ºs e 2.ºs sargentos e forrieis devem saber ler, contar bem, ter actividade, zelo, moralidade e prudencia ; ser habéis no exercicio de sua arma, e ter todas as qualidades constitutivas do bom soldado, de modo que a sua conducta sirva de exemplo aos cabos de esquadra e mais praças.

Art. 71. No desempenho de seus deveres devem revelar a maior firmeza e inflexibilidade em conservar a disciplina, subordinação, e cumprir-lhes :

§ 1.º Tratar os soldados com benignidade, evitando, comtudo, qualquer familiaridade ou transacção pecuniaria com elles, no intuito de manter a sua força moral.

§ 2.º Notar qualquer irregularidade, logo que a observarem, participando á autoridade competente o que occorrer, sob pena de serem considerados cúmplices.

§ 3.º Impedir que os soldados joguem ou se embriaguem e façam desordem.

§ 4.º Observar cuidadosamente o procedimento das praças novos e advertil-as, quando commetterem negligencia ou irregularidade.

§ 5.º Prevenir ao commandante da companhia ou esquadrão e, na ausencia deste, ao official do estado-maior, quando lhe constar que alguma praça, estando enferma, procura occultar a molestia.

Art. 72. O 1º sargento será encarregado da escripturação, das escalas, ordens do dia, do detalhe do serviço, dos mappas diarios e das relações de mostra; os demais inferiores designados pelos commandantes das companhias o coadjuvarão em todo esse trabalho.

Art. 73. Os officiaes inferiores do regimento de cavallaria instruirão aos soldados no modo de limpar e cuidar dos seus cavallos, arreios e pertences, e vigiarão constantemente os animaes, procurando em que sejam bem tratados, ensinando às praças a conhecer os primeiros signaes de molestia de que os mesmos animaes possam ser atacados.

Art. 74. Ao forriel compete:

§ 1.º Guardar os objectos da companhia ou esquadrão que se acharem na reserva, conservando-os limpos, bem arrumados e em bom estado, tendo um mappa da carga de tudo quanto possuir, não só arrecadado, como distribuido às praças da companhia ou esquadrão.

§ 2.º Ter muito cuidado, logo que qualquer praça baixar ao hospital, de arrecadar tudo quanto a esta pertencer, e quando alguma ausentar-se do quartel e for reconhecida a ausencia, relacionar todos os objectos que encontrar, pertencentes ao ausente, chamando para testemunhas tres praças que saibam escrever, para assignarem esse inventario.

§ 3.º Quando as praças se recolherem do serviço, fazer com que ellas tratem logo da limpeza do seu armamento, equipamento, arreamento e cavallos, arrecadando os respectivos objectos e não consentindo que algum armamento esteja fóra da arrecadação, principalmente de noite.

§ 4.º Marcar com o numero da companhia ou esquadrão e o da praça a quem pertencer, não só o fardamento, como o armamento e todas as peças de equipamento, para que elle proprio possa reconhecer a praça que estiver de posse de taes objectos, e não consentir que se sirvam de objecto algum, sem ter a competente marca e numeração.

§ 5.º Ser responsavel pela conservação dos utensilios da companhia ou esquadrão, os quaes revistará diariamente.

§ 6.º Velar sobre o asseio da companhia ou esquadrão e das camas dos soldados, conservando tudo na melhor ordem possivel, communicando ao 1º sargento qualquer falta que encontrar.

§ 7.º Conduzir a companhia ou esquadrão ao rancho, assistindo às refeições.

Art. 75. Os forrieis terão para auxilia-los no desempenho de suas attribuições um soldado a escolha do commandante da companhia ou esquadrão.

Art. 76. Os 1.ºs sargentos e forrieis não farão serviço externo ordinario dos regimentos, não poderão ser distrahidos de suas funcções e, portanto, nenhum emprego occuparão.

DOS CABOS DE ESQUADRA

Art. 77. Os cabos de esquadra serão tirados dentre os soldados que saibam ler e escrever, mais habilitados e de bom comportamento.

DOS SOLDADOS

Art. 78. No pontual cumprimento das ordens que receber dos seus superiores, se resumem os deveres geraes do soldado, achando-se sempre prompto à hora e no local que lhe for determinado, procurando familiarisar-se com os hábitos militares e ter conhecimento de suas attribuições, expressas neste regulamento e ordens concernentes ao serviço.

DOS MUSICOS

Art. 79. Ao mestre da musica cumpre :

§ 1.º A direcção da musica nos ensaios e em toda a occasião em que deva tocar.

§ 2.º Vigiar pelo asseio individual e comportamento dos musicos, assim como pela conservação dos uniformes, armamento, equipamento e instrumentos que lhes forem distribuidos, dando parte ao inspector das faltas que encontrar.

§ 3.º Acompanhar a musica em todas as occasiões de serviço, e mesmo naquellas em que a banda for tocar por contracto particular, dando sempre parte ao inspector da maneira por que os musicos se comportarem.

§ 4.º Fazer a redução de partituras, e extrahir-lhes as partes.

§ 5.º Propôr ao commandante do regimento, por intermedio do inspector, as praças nos casos de ser aprendizes.

Art. 80. O contramestre da musica tem a seu cargo o ensino dos aprendizes. Deve auxiliar o mestre tanto nos ensaios como na disciplina da banda; e no impedimento ou ausencia d'elle exercerá todas as suas attribuições.

Art. 81. Os musicos são responsaveis pelo damno ou estrago de seus instrumentos, quando devido à sua negligencia.

DO CLARIM OU CORNETA-MÓR

Art. 82. O corneta ou clarim-mór terá a graduação de 1º sargento e deve ter conhecimento dos toques das differentes armas e ser o responsavel pelo ensino d'elles.

Incumbe-lhe :

§ 1.º Todos os dias, antes de começar o ensino, examinar os instrumentos e participar immediatamente ao ajudante si en-

contrar algum dellos arruinado, afim de ser responsabilizado o respectivo dono.

§ 2.º Reunir os cornetas ou clarins de todas as companhias ou esquadrões, sempre que houver formatura geral do regimento, afim de tocarem todos juntos.

§ 3.º Não alterar, sob pretexto algum, os toques marcados pela *Ordenança*.

§ 4.º Indicar ao ajudante respectivo, dentre os cornetas ou clarins, o mais habilitado e de melhor comportamento para supprir suas faltas, quando por qualquer motivo não puder comparecer.

Art. 83. O corneta e o clarim-mór solicitarão do commandante do regimento, por intermedio do respectivo ajudante, os soldados que tiverem aptidão para tocar clarim ou corneta, para lhes ensinarem os differentes toques, de maneira que haja sempre no regimento oito aprendizes no caso de poderem supprir as faltas.

Art. 84. Os cornetas ou clarins ficarão sujeitos á disciplina de suas companhias ou esquadrões.

DO ARMEIRO

Art. 85. O armeiro terá a graduação de 1º sargento, competindo-lhe :

§ 1.º Ser responsavel pelo concerto do armamento.

§ 2.º Satisfazer os concertos de armamento que forem precisos, dando conta ao quartel-mestre da materia prima que receber e empregar nos ditos concertos.

§ 3.º Ter a seu cargo o concerto das coronhas das armas, de sorte que estejam sempre preparadas para o serviço.

Art. 86. O armeiro ficará subordinado á disciplina de sua respectiva companhia ou esquadrão e informará sobre os estragos em quesequer peças, cujo concerto fizer, quando taes peças devam ser pagas pelo individuo que tiver motivado o estrago.

DO MESTRE CORREEIRO

Art. 87. O mestre correeiro terá a graduação de 1º sargento e é responsavel pelo concerto dos sellins e arreios dos cavallos e subordinado á disciplina do seu esquadrão, e cumpre-lhe :

§ 1.º Satisfazer todos os concertos necessarios, dando conta da materia prima que receber e empregar.

§ 2.º Indicar os soldados que tiverem mais aptidão para o officio de correeiro.

DO MESTRE FERRADOR

Art. 88. O mestre ferrador terá a graduação de 1º sargento e compete-lhe :

§ 1.º Dirigir todo o serviço de ferragem dos cavallos, sendo responsavel por todos os defeitos e pelo estrago que esse serviço fizer nos cascos dos animaes.

§ 2.º Corrigir os defeitos que notar no serviço dos ferradores e ensinar o officio ás praças designadas pelo commando do regimento.

§ 3.º Receber do quartel-mestre do regimento as ferraduras e cravos necessarios, apresentando nota do que for despendendo.

§ 4.º Ser o responsavel por todo o material da ferraria.

§ 5.º Substituir o veterinario, quando seja necessario applicar algum medicamento urgente a animaes e aquelle não esteja no quartel.

§ 6.º Auxiliar diariamente o veterinario na visita aos animaes doentes.

DO OFFICIAL DE DIA Á BRIGADA

Art. 89. Diariamente será pedido pelo detalhe geral um official subalterno de qualquer dos regimentos, para o serviço de dia á brigada.

Art. 90. Ao official de dia á brigada cumpre :

§ 1.º Apresentar-se, á hora da parada, ao commandante da brigada e ao assistente.

§ 2.º Conservar-se no quartel do mesmo commando, emquanto estiver de serviço.

Art. 91. Na ausencia do commandante da brigada e do assistente, o official de dia providenciara acerca da requisição de força e de tudo quanto for a bem do serviço urgente, podendo abrir os officios que trouxerem essa nota e fazer aos regimentos, em nome daquelle commando, por intermedio dos respectivos officiaes de estado-maior, as requisições necessarias, dando de tudo parte em tempo ao mesmo commando.

DO OFFICIAL DE ESTADO-MAIOR

Art. 92. O official de estado-maior entrará de serviço á hora da parada e desde então até á hora que seja substituido é responsavel por todo o serviço em geral do regimento e velará para que elle se effectue conforme as ordens estabelecidas, conservando-se sempre uniformizado e armado.

Cumpre-lhe :

§ 1.º Não se afastar do quartel, sob pretexto algum, emquanto estiver de serviço, observar cuidadosamente tudo quanto occorrer, assistir aos diversos serviços ás horas determinadas, fiscalisar os e corrigir as faltas que se derem em contravenção das ordens estabelecidas.

§ 2.º Visitar de dia e de noite as prisões e guardas do quartel, rancho e mais dependencias, providenciando para que tudo se faça conforme as ordens em vigor, e dar parte das faltas ou irregularidades que houver.

§ 3.º Entregar ao respectivo major-fiscal, uma hora depois de ser rendido, uma parte, em que mencionará todas as novidades

que occorrerem durante as 24 horas, declarando tambem si todas as ordens foram fielmente cumpridas, e, si o não tiverem sido, adduzirá o motivo.

A referida parte acompanhará uma relação, assignada pelo commandante da guarda, de todos os presos, devendo esta relação ser conferida e rubricada pelo dito official de estado.

§ 4.º Mencionar na parte a hora em que marcharam e se recolhiam as guardas, destacamentos, patrulhas, etc., e nenhuma força marchará, ou dispersará quando recolher-se, sem o seu conhecimento.

§ 5.º Determinar que a iluminação a gaz, do quartel, seja diminuida à meia força ao toque de silencio, mandando pelo inferior de dia ao regimento percorrer muitas vezes o quartel para prevenir a transgressão das ordens a respeito. Si for necessario que a luz da sala das ordens, das companhias ou esquadrões, ou qualquer outra dependencia, se conserve com toda a força, mencionará isto em sua parte, para justificar o augmento do consumo, pelo excesso do qual é responsavel nos casos contrarios.

§ 6.º Percorrer as cavallariças e observar si os animaes estão bem tratados e si as rações ou datas de agua são distribuidas às horas marcadas e de conformidade com as tabellas e ordens estabelecidas.

§ 7.º Assistir á entrada e sahida de todos os generos destinados ao rancho das praças, forragem e ferragem dos animaes, o que tudo mencionará em sua parte.

§ 8.º Na ausencia do commandante e do respectivo major-fiscal, providenciar ácerca das requisições de força e de tudo quanto for a bem do serviço e urgente, podendo abrir os officios que trouxerem essa nota.

§ 9.º O official de estado-maior será auxiliado por um official subalterno e terá um inferior á sua disposição para executar todas as suas ordens.

§ 10. Mandar fazer o toque geral para a leitura do detalhe às praças do regimento.

§ 11. Entregar ao seu successor uma nota mencionando as praças que estão faltando ao quartel e desde quando, e tambem a marcação dos registros de iluminação, que tomará ao entrar de serviço e ao ser substituido, mencionando em sua parte.

§ 12. Todos os toques serão feitos por seu intermedio, excepto os da casa da ordem e os determinados pelo commandante do regimento.

§ 13. Fazer apresentar ao major e ao commandante, quando no quartel, a amostra das refeições.

DO OFFICIAL COADJUVANTE AO DE ESTADO-MAIOR

Art. 93. Diariamente será escalado por cada regimento um official subalterno para coadjuvar ao de estado-maior em suas attribuições, cumprindo-lhe estar sempre prompto para qualquer

serviço externo extraordinario que lhe for determinado, e, quando isso se dê, será nomeado incontinenti outro para substituí-lo no quartel.

DO OFFICIAL DE DIA AOS ESQUADRÕES

Art. 94. O regimento de cavallaria nomeará diariamente um official subalterno para o serviço de dia aos esquadrões, e cumpre-lhe :

§ 1.º Estar presente á limpeza dos animaes e cavallaricas, bem como ao recebimento das forragens e a todas as distribuições das rações dellas e as datas de agua, ás horas determinadas pela respectiva tabella.

§ 2.º Comunicar immediatamente ao official de estado-maior qualquer occorrença que se der ou falta que notar relativamente ao serviço.

§ 3.º Assistir á visita do veterinario aos animaes doentes.

§ 4.º Assistir a serrotar e cortar todo o capim para as rações dos animaes, devendo fazer aproveitar o reção secco nas cavallaricas, para cama dos mesmos.

§ 5.º Não se retirar do quartel sinão depois de distribuida a ultima ração aos animaes.

§ 6.º Entregar ao official de estado-maior, findo o serviço, uma parte escripta e circumstanciada de tudo quanto tiver occorrido.

§ 7.º Receber do quartel-mestre, segundo os vales dos commandantes dos esquadrões, a forragem diaria.

DO AGENTE

Art. 95. Cada regimento escalará mensalmente um official subalterno para agente, afim de encarregar-se da alimentação das praças, cumprindo-lhe :

§ 1.º Fazer com a necessaria antecedencia, quinzenalmente, para ser satisfeito pelo fornecedor, o pedido dos generos calculados para o fornecimento do regimento, mencionando o numero de praças existentes no dia anterior e tendo em attenção a quantidade de generos arrecadados.

§ 2.º Fazer diariamente o pedido especial de pão, carne verde, verdura e sobremesa, bem como dos viveres que tem de ser fornecidos pela arrecadação a cargo do quartel-mestre.

§ 3.º Providenciar para que na cozinha todos os generos recebidos entrem para a caldeira e que as comedorias sejam bem feitas e com todo o asseio, para o que fiscalisará o estado do vasilhame.

§ 4.º Não consentir que da caldeira se tire comida antes da hora marcada para o rancho, e assistir com o official de estado-maior á distribuição do mesmo rancho, para que esta se faça com regularidade e cuba a cada praça a sua ração exacta.

§ 5.º Ter a seu cargo e sob sua responsabilidade todos os utensilios do rancho.

§ 6.º Apresentar ao seu successor o mappa de sua carga, o qual será rubricado pelo respectivo major-fiscal.

§ 7.º Entregar, até ao dia 10 de todos os mezes, os papeis relativos ao rancho.

§ 8.º Effectuar todas as compras ordenadas pelo commandante do regimento.

§ 9.º Não consentir que as praças desarranchadas se utilizem das refeições das arranchadas.

§ 10. Providenciar sobre a guarda e conservação das refeições das praças que estiverem de serviço, devendo, porém, ser prevenido do numero dellas pelas companhias ou esquadões.

§ 11. Fazer apresentar pelo inferior do rancho, ao official de estado-maior, amostra das refeições.

Art. 96. O agente terá para o auxiliar um inferior e, como empregado do rancho, um cabo de esquadra e os soldados, que pelo commandante do regimento forem julgados necessários.

DO INFERIOR DE DIA AOS REGIMENTOS

Art. 97. Pelos regimentos será escalado diariamente um inferior, que ficará á disposição do official de estado-maior para auxiliá-lo na execução de seus deveres.

DO INFERIOR DE DIA AO HOSPITAL

Art. 98. Os regimentos escalarão diariamente um inferior para o serviço de dia ao hospital, cumprindo-lhe:

§ 1.º Reunir á hora determinada e com licença do official de estado-maior as praças que baixarem ao hospital e a elle conduzi-las, bem como as que tiverem baixa extraordinária.

§ 2.º Acompanhar ao quartel as praças que tiverem alta do hospital.

DOS COMMANDANTES DA GUARDA DO QUARTEL

Art. 99. Os commandantes da guarda do quartel são inseparáveis della, assim como as praças que a compoem, e não consentirão que estas estejam desuniformisadas, afim de comparecerem promptamente em fôrma, sempre que se chamar ás armas.

Cumpre-lhes:

§ 1.º Zelar sobre o asseio do xadrez, conservação dos utensilios que estiverem a seu cargo e limpeza do corpo da guarda, não consentindo que os presos conversem com pessoa alguma, sem a permissão do official de estado-maior.

§ 2.º Todas as vezes que tiver de abrir o xadrez e penitenciária, fazer formar a guarda á respectiva porta, que não será aberta sem a assistência do official de estado-maior.

§ 3.º Não consentir que pessoa alguma extranha tenha ingresso no quartel, sem o consentimento do official de estado-maior, o que as praças saiam à rua sem ser uniformizadas, limpas e com licença, a qualquer hora do dia ou da noite.

§ 4.º Depois do toque do recolher, fechar o portão e mandar apresentar ao official de estado-maior todas as praças que entrar em depois da revista e que não se acharem em serviço, assim como não permittir a saída de praça alguma sem licença do mesmo official.

§ 5.º Proibir na guarda ajuntamento de outras praças e de pessoas extranhas a ella.

§ 6.º Conservar sempre formada a guarda, enquanto se renderem as sentinellas, tanto de dia como de noite.

§ 7.º Fazer com que as sentinellas sejam conduzidas para seus postos, debaixo de fôrma, pelo cabo da guarda, o qual verificará que as ordens de uma sentinella para outra sejam fielmente transmittidas e com clareza, para o que, mandando fazer alto á distancia de cinco passos o quarto que conduzir, acompanhará a sentinella até ao posto que esta vae occupar.

§ 8.º Não recolher preso algum sem conhecimento do official de estado-maior, recebendo deste instrucções a respeito da culpa do mesmo, afim de observá-lo na relação que tem de entregar ao dito official, antes de ser rendido.

§ 9.º Não soltar e nem entregar preso algum, sem que para isso receba ordem do official de estado-maior, fazendo depois a competente nota na sua relação.

§ 10. Não satisfazer, sem prévia ordem do official de estado-maior, qualquer requisição que lhe for feita pelas autoridades civis para prestar força da guarda, mencionando na parte, que tem de dar antes de ser rendido, o nome das praças que compuzerem a força pedida, bem como as horas em que sahiram e se recolheram.

§ 11. Entregar ao official de estado-maior, antes de ser rendida a guarda, a parte das occorrencias acompanhada da relação dos utensilios, com declaração do estado em que os deixa e uma relação dos presos que houver no xadrez e penitenciaria, mencionando as culpas e a ordem de quem se acham presos.

DOS COMMANDANTES E GUARDAS DE CAVALLARIÇAS

Art. 100. Cada esquadrão nomeará diariamente um cabo como commandante e tres soldados para guardas da cavallariça, os quaes comparecerão tambem á formatura da parada marcada no art. 132, formando á retaguarda desta, vestidos á vontade, mas com decencia.

Art. 101. Os commandantes conduzirão as guardas de cavallariças aos seus postos, quando marchar a parada geral, e receberão de seus antecessores os utensilios, as cbeças e os animais existentes nas cavallariças, assim como a quantidade de fornecimento para as rações dos animais e numero de feixes de

capim, examinando tudo e dando logo parte ao official de dia aos esquadrões, de qualquer falta que encontrar.

Art. 102. O commandante della conservará effectivamente uma sentinella vigilante para evitar que os animaes se oscoucem ou soltem, e que os soldados de outros esquadrões tirem as cabeçadas ou algum utensilio da cavallariça; devendo a sentinella cuidar tambem da limpeza e asseio da cavallariça.

Art. 103. O commandante assistirá sempre á entrega dos utensilios e mais objectos, e as sentinellas serão rendidas ás mesmas horas que as da guarda do quartel.

Art. 104. O commandante não permittirá que as praças se afastem para longe da cavallariça sem motivo, e que pernoitem fóra.

Art. 105. Terá todo o cuidado em que as praças, ou outra qualquer pessoa, não maltratam os animaes com pancadas, sendo o responsavel pela inobservancia desta disposição.

Art. 106. Não consentirá que praça alguma, que se recolha ao quartel a cavallo, se retire da cavallariça, sem primeiro desapertar as cilhas, e só decorrido algum tempo deverá então retirar o sellim do animal, fazendo com que a praça a quem pertencer o esfregue pelo lombo com retraço secco.

Art. 107. Dará parte ao official de dia si algum animal adoecer, ou for recolhido de qualquer serviço ferido ou maltratado.

Art. 108. Não consentirá que praça alguma encilhe cavallo que não seja o de sua montada, o que verificará pela relação affixada na cavallariça, salvo o caso de receber ordem contraria.

Art. 109. Quando, por qualquer motivo, tiver de deixar o commando da guarda da cavallariça antes de ser rendido, entregará todos os objectos, por contagem, ao soldado mais antigo, o qual supprirá a sua falta, cumprindo todas as suas obrigações.

DOS CABOS DE DIA E SENTINELLAS ÁS COMPANHIAS OU ESQUADRÕES

Art. 110. Aos cabos de dia e sentinellas ás companhias ou esquadrões cumpre:

§ 1.º Comparecer á formatura da parada com uniforme igual ao marcado para as praças da guarda: os cabos, armados somente de espada ou sabre, e as sentinellas, só com o correame.

Cada companhia ou esquadrão nomeará diariamente um cabo e tres soldados para esse serviço.

§ 2.º O cabo de dia é responsavel pela fiel execução do mesmo serviço e fará com que as sentinellas cumpram as instrucções que lhes são marcadas neste regulamento e recommendações do commandante da companhia ou esquadrão, sobre o serviço interno das mesmas, para o que serão inseparaveis do seu posto, comparecendo com a maior promptidão ao toque de chamada que lhes for relativo.

Art. 111. As sentinellas serão collocadas ás portas de suas companhias, munidas de um apito para darem signal, quando se approximar algum official, ou quando qualquer novidade occorrer

na companhia ou esquadrão ; serão rendidas juntamente com as da guarda do quartel e terão por deveres :

§ 1.º Não consentir jogos ou disturbios.

§ 2.º Revistar os objectos que seus camaradas levarem para fóra das companhias ou esquadrões e que suspeitarem ser furto, assim como evitar que qualquer praça toque em objectos de outros que estejam ausentes.

§ 3.º Obstar, depois do toque de silencio, ao ingresso de praças de outras companhias ou esquadrões, sem conhecimento do cabo de dia.

§ 4.º Zelar pelo asseio e bom arranjo da companhia ou esquadrão, e cumprir fielmente todas as ordens que receber por intermedio do cabo de dia.

DO COMMANDANTE DE ESTAÇÃO OU POSTO POLICIAL

Art. 112. Ao commandante de estação ou posto policial compete :

§ 1.º Fazer, de accordo com a autoridade respectiva, o policiamento do districto em que servir, não intervindo, porém, de modo algum nas attribuições dessa autoridade ou de qualquer outra, limitando-se a prestar-lhe o auxilio que for mister para o serviço, quando requisitado.

§ 2.º Instruir frequentemente as praças de seu commando nos differentes ramos de serviço e especialmente no modo de proceder, no caso de prisão em flagrante, incendios, etc.

§ 3.º Inspeccionar diariamente o armamento, fardamento e mais artigos de uniforme das praças, participando immediatamente ao respectivo major-fiscal as faltas que encontrar.

§ 4.º Fazer rondar durante o dia e a noite e em horas indeterminadas as patrulhas e ruas de seu districto.

§ 5.º Revistar as praças que tiverem de sahir a serviço, tendo o cuidado de examinar si as destinadas a rondar locais onde existam caixas de aviso de incendio levam a respectiva chave.

§ 6.º Zelar pela limpeza do recinto da estação ou posto, assim como pelo asseio do pessoal e material a seu cargo.

§ 7.º Conservar-se sempre uniformizado e prompto a acudir a qualquer conflicto, providenciando para que as praças estejam em condições de assim proceder.

§ 8.º Ouvir attentamente as pessoas que se dirigirem à estação ou posto para fazerem qualquer reclamação, e dar logo as providencias que o caso exigir, communicando à autoridade competente.

§ 9.º Evitar a reunião de pessoas extranhas ao serviço no recinto da estação ou posto, quando não seja occasionada por motivo do mesmo serviço.

§ 10.º Fazer recolher immediatamente ao xadrez os individuos que forem presos, com excepção daquelles que gosarem de reconhecidas garantias, os quaes ficarão na sala da estação ou posto até que a autoridade resolva sobre o destino que devam ter.

§ 11. Mandar avisar ao Corpo de Bombeiros, bem como ao official de estado-maior, no quartel do regimento, ao commando da brigada e ás autoridades do districto, sempre que se manifestar incendio no seu districto, devendo a elle comparecer com o pessoal disponivel, afim de prestar os serviços que lhe forem solicitados, quer quanto á extincção, quer quanto á guarda do edificio incendiado. Não consentir que pessoas estranhas ao Corpo de Bombeiros e á Policia ahí penetrem, evitando que se pratiquem furtos, ou que se procure occultar vestigios do crime, si o incendio não tiver sido casual.

Neste intuito, collocará sentinellas que só serão retiradas quando para isso tiver ordem.

§ 12. Recolher, nos casos de prisão em flagrante, todos os objectos que se relacionem ao delicto praticado, taes como armas, instrumentos proprios para roubo, etc., afim de que se lave o auto do modo mais completo. Não consentirá que as testemunhas se retirem antes de serem inquiridas, e, na ausencia da autoridade local, fará apresentar tudo á repartição da Policia.

§ 13. Prender e communicar ao quartel do corpo ou estabelecimento a que pertencerem, praças do Exército, Armada, Guarda Nacional, Bombeiros, etc., quando encontradas promovendo desordem ou envolvidas em conflicto.

§ 14. Observar e fazer observar a mais rigorosa disciplina entre seus commandados.

§ 15. Guardar toda a reserva sobre os factos occorridos, não os revelando a pessoa alguma.

§ 16. Providenciar, de modo que não se faça esperar, sobre o auxilio de força de seu commando, afim de evitar a perpetração do crime, e, quando estes se derem, colligir os apontamentos necessarios ao procedimento da autoridade.

§ 17. Não consentir que as praças sob seu commando andem á paisana ou desuniformisadas.

§ 18. Remetter diariamente á sala das ordens, até ás 8 horas da manhã, uma parte de todas as occurrencias havidas.

Dar tambem uma parte dessas occurrencias á autoridade do districto, excluindo, porém, o que for relativo á disciplina e administração da brigada, e, quando occorrer algum facto a que não se deva dar publicidade, o fará em communicação reservada.

§ 19. Fazer pedido dos utensilios precisos á estação ou posto, justificando o motivo do pedido.

§ 20. Ter sempre em dia os livros de entrada e sahida dos presos e o do registro das partes diarias, e participar, ao assumir o commando, si os mesmos livros estão ou não escripturados em dia, bem como si existem objectos arrecadados a presos que não tenham sido ainda entregues.

§ 21. Enviar ao respectivo major-fiscal inventario de tudo que for apprehendido aos presos, dos quaes haverá recibo, quando lhes fizer entrega.

§ 22. Evitar que haja desperdicio de gaz, sendo responsavel pelo excesso de consumo.

§ 23. Não consentir consumo superior dos generos para o rancho das praças, pelos quaes é responsavel.

§ 24. Proceder de accordo com as ordens em vigor, nos casos de rejeição de qualquer genero de fornecimento diario.

Art. 113. O commandante da estação mandará tirar o detalhe do regimento á hora determinada.

Art. 114. O commandante da estação, sempre que for possivel, será substituido diariamente.

Art. 115. Nos casos de ausencia da estação ou posto a objecto de serviço ou com licença do commandante do regimento, o commandante da estação será substituido pelo seu immediato, que não poderá della se afastar.

DAS RONDAS E PATRULHAS

Art. 116. As praças rondantes e as patrulhas compete :

§ 1.º Rondar os postos que lhes forem designados, a passo vargaroso e sempre pelo meio da rua, parando sómente quando for necessario observar algum acontecimento, e só então ou em occasião de grande chuva poderão tomar o passeio.

§ 2.º Prender e conduzir immediatamente á presença do commandante da estação ou posto :

N. 1. As pessoas encontradas na pratica de algum crime ou em fuga, perseguidas pelo clamor publico. Neste caso as praças as seguirão mesma fóra do posto ou districto em que estiverem de serviço ;

N. 2. As pessoas que forem encontradas com instrumentos proprios para roubar ;

N. 3. Os pronunciados contra os quaes conste haver mandado do Juizo competente ;

N. 4. Os evadidos das prisões ;

N. 5. Os desertores da brigada, do Exercito, da Armada ou de outras corporações militares, de que tenham conhecimento ou quando solicitado o seu auxilio.

§ 3.º Relacionar as testemunhas sobre os factos criminosos e colligir todos os vestigios, impedir que os delinquentes lancem fóra os objectos ou instrumentos do crime, e recolher, com a assistencia tambem de testemunhas, sempre que for possivel, os que, apezar da vigilancia, forem arremessados fóra pelos delinquentes.

§ 4.º Conduzir ás estações ou postos respectivos, afim de serem apresentadas á autoridade, que deya tomar conhecimento do facto :

N. 1. As pessoas encontradas com as vestes ensanguentadas ou com qualquer outro indicio, do qual manifestamente se conclua a existencia de algum crime ;

N. 2. As pessoas que trouxerem armas prohibidas pelas posturas municipaes ;

N. 3. As que forem surprehendidas damnificando arvoredos, edificios, obras publicas ou particulares ;

N. 4. Os cavalleiros ou conductores de vehiculos que forem causa de algum sinistro nas ruas e praças publicas;

N. 5. Os que conduzirem objectos e se tornarem suspeitos pela sua condição, ou em razão da qualidade dos mesmos objectos;

N. 6. Os que forem encontrados em estado de embriaguez ou enfermos, ou com symptomas de alienação mental, bem como os que forem encontrados a dormir nas ruas, praças, adros de templos, pontes e estradas;

N. 7. Os que, vestidos de modo que offenda a moral e os bons costumes, transitarem pelas ruas e praças ou nesse estado estiverem a banhar-se em qualquer lugar publico, ou assim se apresentarem ás portas ou janellas do pavimento terreo das habitações;

N. 8. Os que forem encontrados mendigando nas ruas ou praças, ou implorando a caridade publica por meio da exhibição de enfermidades e defeitos physicos;

N. 9. Os vagabundos reconhecidos e as crianças que estiverem perdidas.

§ 5.º Incumbe igualmente ás patrulhas e rondas :

N. 1. Avisar, no caso do incendio em algum predio, os moradores e vizinhos, dirigindo-se sem perda de tempo ao registro de signaes mais proximo para dar aviso ao Corpo de Bombeiros, seguindo logo a encontrar-se com este para indicar o lugar do sinistro;

N. 2. Communicar immediatamente ao commandante da estação ou posto, quando encontrar alguma pessoa morta, e não consentir que alguém se approxime ou mova com o cadaver, enquanto não chegar a autoridade competente;

N. 3. Avisar igualmente, quando for alguém accommettido de enfermidade repentina ou abandonado nas ruas e praças, necessitando de prompto soccorro. Nestes casos, as praças se esforçarão para que sejam soccorridos os pacientes, até que se recolham ás suas residencias ou ao hospital;

N. 4. Proceder do mesmo modo em relação aos feridos ou espancados, quando não possam, devido ao seu estado, ser levados á respectiva estação;

N. 5. Tomar nota dos numeros dos vehiculos ou do nome do proprietario, cocheiro ou conductor que infringir as posturas municipaes e regulamentos policiaes, assim como fazer conduzir os mesmos vehiculos á estação ou posto e os que estiverem abandonados, para serem recolhidos ao deposito publico;

N. 6. Acudir ao lugar onde se houver commettido algum crime e prestar auxilio a qualquer autoridade, bem como ao official de justiça que no exercicio de suas funcções soffrer affronta ou resistencia;

N. 7. Prevenir o morador do predio, cujas portas ou janellas estiverem abertas, sem luz e em horas avançadas da noite. Caso ninguém appareça, participarão a estação, para que esta providencie;

N. 8. Evitar que nas tavernas, hotequins e em outras casas

de negocio haja ajuntamento com algazarra que perturbe o socceo publico, ou dispersal-o, dando disso conhecimento á autoridade ;

N. 9. Intimar, havendo alteração ou desordem, os individuos nella envolvidos, com boas maneiras e meios suasorios, para que se accomodem, e, si não attenderem, conduzil-os a estação ;

N. 10. Acompanhar de perto todas as pessoas que, fóra de horas, transitarem nos seus postos de vigilancia e que lhes pareçam suspeitas, até chegar ao posto immediato, a cujos rondantes communicarão esta occurrencia ;

N. 11. Tratar com delicadeza e attenção a todas as pessoas que se lhe dirigirem, ainda que estas procedam do modo diverso ;

N. 12. Dar todas as explicações que lhes forem pedidas e soccorrer as pessoas que pedirem auxilio, bem como bater em pharmacia, chamar medico ou parteira, tudo em seu posto, e, no caso contrario, transmittir aos seus camaradas do posto immediato ;

N. 13. Acudir com presteza aos apitos de soccorro ou chamado, embora seja em outro posto ;

N. 14. Não desamparar o seu posto sob pretextos que não sejam os especificados neste capitulo, salvo caso imprevisto e justificado ;

N. 15. Não conversar, sentar-se ou tomar bebidas alcoolicas, durante as horas de seu serviço ;

N. 16. Não maltratar de modo algum as pessoas que conduzir presas á estação ou posto, nem consentir que os outros o façam, e só em defesa propria ou em caso extremo de resistencia por parte dos delinquentes, fará uso de seu armamento.

§ 6.º As patrulhas ou rondas, quando do interior de alguma casa partir grito de soccorro, prestarão auxilio, procurando deter o malféitor e dando immediatamente sciencia do facto á estação respectiva.

Si pelo dono ou inquilino de alguma casa for solicitada a presença da patrulha ou ronda para impedir alguma desordem ou deter algum criminoso, ella se prestará, podendo entrar, para esse fim, no interior da casa.

§ 7.º Prestarão auxilio aos moradores do districto de seu posto, sempre que o reclamarem, e deverão acompanhar ou guiar quaesquer pessoas que estiverem transviadas e ignorarem o caminho de suas habitações.

§ 8.º Deverão arrecadar e arrolar, em presença de testemunhas, sempre que for possível, todo e qualquer objecto encontrado em abandono, perdido ou apprehendido, e só farão entrega delle ao committente da estação ou posto, ainda mesmo que seja reconhecido o proprio dono.

§ 9.º Notarão si os lampeões da iluminação publica são accesos e apagados a horas proprias, si se conservam apagados, e por quanto tempo, o que communicarão ao commandante da estação para que mencione em sua parte diaria.

§ 10. Quando haja tumulto ou isso se receie, darão logo parte ao commandante da estação.

§ 11. Deverão evitar que os carregadores transitem com carga pelos passeios das ruas e das praças e que quaesquer veículos parem ou estacionem sobre as vias ferreas, ou sejam conduzidos de modo que embaracem ou atrasem o transito dos respectivos carros, levando os recalcitrantes á estação ou posto.

CAPITULO VI

Das revistas diarias

Art. 117. Ficam estabelecidas revistas das 6 horas da manhã, do meio-dia, do recolher e incertas, que serão passadas pelos sargenteantes na presença do official de estado-maior.

Art. 118. As das 6 horas da manhã e do meio-dia serão passadas da fôrma seguinte:

§ 1.º Um quarto de hora antes mandará o official de estado-maior que o clarim ou corneta de promptidão faça chamada geral para se reunir a respectiva banda no logar indicado para os toques.

§ 2.º Terminado o toque geral, por toda a banda, os sargenteantes formarão as praças dentro das respectivas companhias ou esquadrões, verificando pela escala do serviço aquellas praças que faltarem.

Para o regimento de cavallaria a revista das 6 horas da manhã será substituida pela formatura da limpeza.

§ 3.º Quando occorrer alguma novidade nessas revistas, deve logo fazer chegar verbalmente ao conhecimento do major ou de quem suas vezes fizer na occasião, independentemente de mencional-a no dia seguinte na parte que tiver de dar.

Art. 119. Na revista do recolher observar-se-ha o seguinte:

§ 1.º Um quarto de hora antes da determinada para o toque de recolher, o official de estado-maior mandará fazer a chamada geral dos clarins ou cornetas, para que áquella hora se execute o toque geral por toda a banda.

§ 2.º Finalizado o toque e fechado o portão do quartel, o official de estado-maior percorrerá as companhias ou esquadrões, nas quaes os sargenteantes devem formar todas as praças que pernottam no quartel, procedendo á chamada pela escala do serviço, em presença do dito official, a quem entregará um pernoite com todos os esclarecimentos.

§ 3.º Enquanto o official de estado-maior passar revista, os inferiores, em cuja companhia já se tiver ella passado, lerão a nomeação do serviço de suas praças para o dia seguinte, afixando tambem uma cópia da mesma nomeação á porta da companhia.

§ 4.º Uma hora depois do toque do recolher mandará o official de estado-maior tocar silencio (ultimo toque ordinario que se faz á noite), para que todas as praças se recolham ás suas companhias ou esquadrões, onde poderão somente conversar em voz baixa, para não perturbarem o repouso das que quizerem dormir.

Art. 120. As revistas incertas serão passadas pela fôrma seguinte :

O official de estado-maior passará, pelo menos, uma revista destas que assim se denominarão, por serem passadas á hora que elle julgar mais conveniente. Para esta revista, o mesmo official mandará chamar os sargenteantes das companhias ou esquadrões, que os formarão, e o official, verificando pelo pernoite, si todos se acham presentes, mandará dispensar da fôrma, á medida que for passando a revista, á qual se poderá também proceder sem acordar as praças, examinando sómente pela contagem dellas.

Art. 121. A exactidão da chamada da revista do recolher será verificada pelo official de estado-maior, por meio dos pernoites, que serão entregues ao respectivo major no dia seguinte, com a parte.

Art. 122. Das faltas ás mesmas revistas o official de estado-maior dará parte ao commandante e ao major respectivo, independentemente da menção dellas em sua parte.

CAPITULO VII

Das escolas de recrutas

Art. 123. O commandante do regimento nomeará os officiaes precisos, que tenham as habilitações necessarias para instruirem as praças que não estiverem habilitadas, os quaes serão sómente dispensados do serviço externo do quartel, para que possam com mais assiduidade cumprir os deveres de instructores e comparecer ás horas estabelecidas para o ensino, as quaes serão : das 5 ás 7 da manhã e da tarde, no verão, e das 6 ás 8 da manhã e das 4 ás 6 da tarde, no inverno.

Art. 124. Nomeará também um ou mais inferiores ou cabos dos mais habilitados para coadjuvarem os officiaes no ensino dos recrutas mais atrasados, sendo da mesma fôrma dispensados do serviço externo do quartel.

Art. 125. As escolas serão divididas por classes em relação ao grão de adeantamento dos recrutas.

Art. 126. A instrucção comprehenderá desde a posição do recruta em fôrma até á escola de pelotão e esquadrão.

Art. 127. Durante os dous primeiros mezes de aprendizagem os recrutas só serão escalados para serviço interno do quartel, e durante as horas de ensino os substituirão as praças promtas.

Art. 128. O commandante do regimento poderá alterar as horas da instrucção marcadas neste regulamento, sempre que for mais conveniente ao serviço, e fazer comparecer a ella o pessoal disponivel.

CAPITULO VIII

Do serviço interno do quartel

Art. 129. O toque de alvorada será feito ao romper do dia, por todos os clarins e cornetas, que se reunirão um quarto de hora antes no lugar determinado.

Art. 130. A' hora em que o inferior encarregado do rancho participar que se acha prompta a refeição, apresentando a amostra ao official de estado-maior e este ao commandante e ao major, mandará tocar a formatura e depois avançar para o rancho, marchando as praças formadas e conduzidas pelos inferiores, decentemente fardadas e calçadas, prohibindo-se-lhes o comparecimento em mangas de camisa e descalças.

Art. 131. As refeições serão distribuidas ás seguintes horas:

No verão — o almoço ás 7, o jantar ao meio-dia e a ceia ás 6 $\frac{1}{4}$ da tarde; no inverno — o almoço ás 8, o jantar á 1 hora da tarde e a ceia ás 6.

Art. 132. A's 8 $\frac{1}{4}$ horas da manhã far-se-ha o toque para a reunião das praças que tiverem de entrar de guarda no quartel e para qualquer outro serviço que tiver de ser rendido de 24 em 24 horas. O official de estado-maior que tenha de entrar de serviço assistirá a esta formatura, passando a tomar conta do serviço quando o ajudante mandar a parada seguir a seu destino, precedendo a necessaria licença do commandante e do major. A parada terá lugar ás 9 horas da manhã.

Art. 133. O horario das refeições pôde ser alterado, conforme as exigencias do serviço. A todas as refeições devem assistir o official de estado-maior e o agente.

Art. 134. Em todas as occasiões de pagamento dos vencimentos ás praças comparecerão os subalternos das companhias ou esquadrões, e proceder-se-ha á leitura da parte penal do regulamento em vigor.

Os commandantes dellas darão ao major uma cópia fiel, extrahida da relação de pagamento, na qual declararão quaes as praças que deixaram de ser pagas e o motivo por que, ficando em seu poder as quantias restantes, e mencionará na relação do pagamento seguinte si foram ou não entregues aos respectivos donos.

Art. 135. O regimento de cavallaria, além das obrigações impostas nos artigos antecedentes, terá mais as que se seguem.

Art. 136. Ao toque de alvorada apresentar-se-hão ao official de estado-maior todos os officiaes de dia aos esquadrões, e na falta de officiaes, será este serviço feito por inferiores habilitados.

Art. 137. As praças formar-se-hão em seus esquadrões, munidas dos competentesapparelhos de limpeza, podendo comparecer vestidas e calçadas á vontade, e, feita a chamada pelos inferiores dos esquadrões, marcharão formadas para as cavallari-

ças ao toque de limpeza, que será feito pelo clarim de promptidão, um quarto de hora depois do toque de alvorada.

Art. 138. Os inferiores apresentarão as praças de seus respectivos esquadrões ao official de dia aos mesmos, dando parte das que sem motivo justificado deixarem de comparecer.

Art. 139. Proceder-se-ha á limpeza sob a vigilancia do official de dia e dos inferiores, observando-se que seja feita com todo o desvelo, e que os soldados não maltratem por fôrma alguma os animaes, que serão limpos com o ferro, a escova e a traço, não sendo permittida na estação invernosa a lavagem delles, dos covilhões e joelhos para cima, excepto a respeito daquelles em que os officiaes de dia o julgarem necessario.

Art. 140. Terminada a limpeza dos animaes e das cavallariças, que será feita pela respectiva guarda, o official de dia participará ao de estado-maior que se acha concluido esse serviço, levando ao seu conhecimento as faltas que houver, para este mencionar-as em sua parte, caso julgue conveniente.

Art. 141. As praças, formadas e conduzidas pelos inferiores, se recolherão a seus esquadrões para procederem á limpeza delles.

Art. 142. O official de estado-maior, depois de receber as participações de todos os officiaes de dia e de se ter feito a limpeza e de se ter dado agua aos animaes, mandará dar as rações a estes, precedendo o competente toque do clarim de promptidão; percorrerá logo as cavallariças para examinar si o official de dia está em seu posto; si as rações são distribuidas como marea o detalhe, e mencionando em sua parte as irregularidades ou faltas que encontrar, tanto pelo que respeita as praças de pret, como ao official de dia, o qual dará parte ao official de estado-maior, sempre que for executado o serviço da limpeza, das datas de agua e rações aos animaes.

Art. 143. As horas determinadas na tabella que deve existir no regimento, organisada pelo commandante, mandará o official de estado-maior fazer o toque de official de dia e, depois de verificada a presença deste e dos respectivos inferiores, seguir-se-ha o toque de agua aos animaes, que serão puxados por todo o pessoal, um a um, ou pelas praças dos esquadrões que forem escaladas.

O official e o inferior de dia fiscalisarão este trabalho o terminada a data de agua seguir-se-ha a de rações, que serão distribuidas pela guarda das cavallariças.

Art. 144. O capim, o milho ou outra qualquer forragem que o quartel-mestre tiver de distribuir para o sustento dos animaes, deve ser recebido pelo official de dia, que assistirá ao peso, medida ou contagem de taes generos, e dará ao official de estado-maior, ás 5 horas da tarde, uma nota dos recebidos durante o dia, para que este a remetta, no dia seguinte, com a sua parte ao major-fiscal.

Art. 145. O official de estado-maior terá muito cuidado na regularidade das horas para os toques de agua e rações aos animaes, para o que recorrerá á tabella que estabelece este ramo de serviço e que se affixará tambem na sala do estado-maior.

Art. 146. O commandante poderá alterar as horas das rações e agua aos annaes, quando as conveniencias do serviço o exigirem.

Art. 147. A's quintas-feiras as praças de folga procederão à lavagem das mangedouras, escolhendo-se uma occasião em que esse serviço não complique com as horas das rações.

Da mesma fôrma devem ser lavadas e vasculhadas as companhias e esquadrões em todos os sabbados.

DA FACHINA

Art. 148. Será nomeado um cabo para administrar esse serviço, sob a direcção do inferior de dia ao regimento, de quem receberá as instrucções sobre o mesmo serviço.

Art. 149. Todos os presos de correcção e bem assim todos aquelles cujas sentenças não os excluïrem dos trabalhos dos quartéis, devem ser tirados do xadrez, ao amanhecer, para as fachinas do aquartelamento, escoltados por praças para esse fim detalhadas, ou por praças da guarda do quartel, que serão responsáveis por aquelles, enquanto estiverem fôra do xadrez.

Art. 150. Quando não houver presos ou o numero destes não for sufficiente para o serviço da fachina, serão pedidas praças das companhias ou esquadrões pelo detalhe.

CAPITULO IX

Da escripturação

Art. 151. Além dos mappas, relações de mostra e mais papeis já adoptados e dos que o forem de ora em diante, a escripturação da brigada constará dos seguintes livros:

SECRETARIA DA BRIGADA

De minutas de officios dirigidos ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

De minutas de officios ás diversas autoridades.

De indice dos documentos archivados.

De registro das ordens do dia do commando da brigada.

De contractos para o fornecimento de generos para o rancho, hospital, forragens e ferragens, e mais artigos necessarios aos regimentos e repartições.

De actas das sessões do conselho administrativo e de fornecimento.

SALA DAS ORDENS DA BRIGADA

De registro do detalhe geral do serviço.

ESTAÇÕES E POSTOS

De registro de partes diarias.
De registro de entradas e sahidas de presos.
De registro de visitas e occurencias.

SECRETARIAS DOS REGIMENTOS

De registro de officiaes.
De registro de praças.
De indice de documentos archivados.
De minutas de officios dirigidos.
De registro de resenha de cavallos.
De registro de ordens do dia do commando do regimento.
De conta corrente da banda de musica.

SALA DAS ORDENS DOS REGIMENTOS

De registro do detalhe do serviço.
De registro de visita medica.

QUARTEL-MESTRE DOS REGIMENTOS

De registro de folha de officiaes e mais vencimentos que receber da contadoria.
De carga e descarga do armamento, equipamento, fardamento e mais objectos pertencentes ao regimento.
De entradas e sahidas do armamento, equipamento, fardamento e mais objectos a seu cargo.

ESQUADRÕES E COMPANHIAS

De carga e descarga do armamento, equipamento, arreiamento e mais artigos recebidos e consumidos.
De registro de pedidos de fardamento.
De registro de pedidos de material.

AGENTE DOS REGIMENTOS

De carga e descarga dos objectos da agencia.

HOSPITAL

- Do registro de officios.
- Do receiptuario diario.
- Do registro das actas de inspecção.
- Do registro de carga e descarga do instrumental cirurgico e mais material.
- De carga e descarga de medicamentos, drogas e utensilios da pharmacia.
- De entradas e sahidas de doentes.
- De lançamento de visitas, quer dos medicos, quer dos officiaes de serviço e outras autoridades.

CONTADORIA

Do registro das folhas de vencimentos dos officiaes do estado-maior da brigada.

De carga e descarga de todos os dinheiros recebidos do Thesouro Nacional.

De conta corrente da receita e despeza da brigada.

De carga e descarga de todo o material da brigada.

De indice dos documentos archivados.

Do protocollo.

Das de movimento do cofre, sendo um do thesoureiro.

Art. 152. Todos os livros de que trata o artigo antecedente, com excepção dos de registro de officiaes e de praças, de entradas e sahidas de doentes, da conta corrente de receita e despeza, da carga geral e descarga, do registro das estações e postos, terão 200 folhas e as seguintes dimensões: 0^m,42 em todo o comprimento e 0^m,28 em toda a largura da pagina. Para cada companhia haverá um livro de registro das praças com 300 folhas cada um, e as mesmas dimensões já citadas; o de registro de officiaes terá o mesmo numero de folhas e iguaes dimensões; os de conta corrente da receita e despeza, de entradas e sahidas de doentes e da carga geral e descarga, serão iguaes, devendo ter cada um 150 folhas e as seguintes dimensões: 0^m,42 em todo o comprimento e 0^m,32 em toda a largura da pagina. Os das estações e postos terão 150 folhas com 0^m,36 de comprimento e 0^m,24 de largura.

Art. 153. Os livros que actualmente estão servindo e não se acharem estragados continuarão a ser escripturados até ao fim; nos estragados será encerrada a escripturação e aberta em novos livros.

Art. 154. Os livros de registro das partes das estações e postos, depois de findos, serão enviados a secretaria da brigada e ali archivados, devendo cada uma das partes ser registrada integralmente e assignada por quem a der.

Art. 155. Os modelos para os diferentes livros, mappas, relações, e outros papeis a que se refere este regulamento, deverão ser colleccionados e impressos para serem distribuidos ao regimento e mais repartições da brigada.

CAPITULO X

Da distribuição e ordem do serviço policial

Art. 156. As despesas com obras, concertos, pinturas, bem como o fornecimento de utensilios e objectos para o expediente das estações e postos policiaes dos que se forem estabelecendo, creados ou supprimidos pela repartição da Policia, com prévia autorisação do Ministerio da Justiça, correrão por conta da dita repartição, dando a brigada policial a força necessaria para guarnecel-os e patrulhar, de conformidade com o que for requisitado pelo chefe de policia ou seus delegados.

Art. 157. O commandante da brigada satisfará, com a maior promptidão possível, as requisições de força para diligencias.

Art. 158. Quando as autoridades policiaes necessitarem de auxilio de força da brigada policial, deverão requisita-la por intermedio do chefe de policia, salvo nos casos urgentes em que qualquer demora possa prejudicar o bom exito da diligencia, podendo, em taes circumstancias, ser feita a requisição por escripto ou mesmo verbalmente, ao commandante, ao official de dia á brigada, ao official do estado-maior de qualquer dos regimentos ou ao commandante da estação e postos.

Art. 159. A força das estações e postos policiaes será empregada no serviço de rondas e patrulhas, sendo estas distribuidas pelas autoridades policiaes, conforme melhor convier ao serviço do districto.

CAPITULO XI

Do conselho administrativo e do fornecimento

Art. 160. O conselho administrativo da brigada compor-se-ha do commandante da brigada, que será o presidente, dos dos regimentos, do inspector da contadoria e do chefe do serviço sanitario.

Art. 161. Para que o conselho possa deliberar, bastará que se ache presente a maioria de seus membros, inclusive o presidente, que terá voto no conselho e o de qualidade, no caso de empate.

Art. 162. O secretario da brigada sel-o-ha tambem do conselho administrativo e de fornecimento.

Art. 163. Nos livros de actas do conselho serão escripturados os termos de suas sessões, deliberações e ordens, os quaes serão assignados por todos os membros presentes.

Art. 164. O conselho se reunirá sempre que o commandante da brigada julgar necessario ou for requerido pela maioria de seus membros.

Art. 165. Nenhuma despesa será levada em conta sinão quando for feita em virtude de deliberação do conselho, salvo as permitidas aos commandantes dos regimentos pelo presente regulamento.

Art. 166. Pertence ao conselho a applicação, fiscalisação e economia de toda a receita e despesa da brigada, para o que lhe será presente mensalmente um balancete organizado pela contadoria.

Art. 167. Os membros poderão propôr em conselho, para ser por este tomada em consideração, qualquer medida para maior proveito e economia em beneficio das praças.

Art. 168. Nenhuma autorisação de compra será concedida pelo conselho sem ser o pedido acompanhado do respectivo orçamento e amostras, sempre que for possível, e ouvida a contadoria sobre a possibilidade da despesa.

Art. 169. Em mão dos quartéis mestres dos regimentos haverá uma quantia calculada pelo conselho para occorrer às despesas miudas e eventuaes, ficando essa quantia representada no cofre como dinheiro existente, até á apresentação das contas, por um recibo firmado pelo commandante do regimento e rubricado pelo da brigada.

Art. 170. Ao conselho administrativo e de fornecimento compete organizar nas devidas épocas as tabellas da qualidade e quantidade dos generos e artigos de que constar o fornecimento para fardamento das praças para o anno seguinte, as quaes serão submittidas á approvação do Ministerio da Justiça, e bem assim a de forragem e a de distribuição das tres refeições — almoço, jantar, e ceia —, que serão organisadas semestralmente.

Art. 171. Toda a receita arrecadada será publicada em detalhe do commando da brigada.

CAPITULO XII

Dos fornecimentos e contractos

Art. 172. O fornecimento de generos para o rancho das praças, de forragem para os cavallo e muares, medicamentos, dietas, roupas e outros artigos destinados ao hospital, de artigos para expediente da brigada e suas dependencias, da materia prima para o fardamento das praças, assim como o serviço de lavagem de roupas para o hospital, será feito por contractos celebrados em sessão do conselho administrativo e de fornecimento, mediante concorrência publica, chamada pelos jornaes de maior circulação.

Art. 173. A aquisição de artigos de pequena importancia e que não sejam da natureza daquelles que devam figurar em contractos semestraes ou annuaes, realisar-se-ha por intermedio dos agentes dos regimentos ou do hospital, quando o fornecimento

for para este, ou pelo official designado pela chefe da repartição, si para esta.

Art. 174. Só poderá concorrer aos fornecimentos annunciados pelo conselho, quem habilitar-se previamente exhibindo, em requerimento dirigido ao commandante da brigada qualquer documento com que prove haver pago, como negociante estabelecido, o imposto de casa commercial, relativo ao ultimo semestre vencido, e documento da contadoria da brigada, de haver depositado a quantia de 100\$000.

Art. 175. Para as firmas sociaes bastará, além do deposito, a certidão do respectivo contracto social extrahida dos livros do registro da Junta Commercial.

Art. 176. As propostas devem ser feitas em duplicata e fechadas, referir-se a uma só especie de artigo e mencionar:

§ 1.º O nome do proponente, as diversas qualidades do mesmo genero, si as houver, e o preço de cada uma dellas.

§ 2.º Os numeros e marcas das respectivas amostras, quando, pela natureza do artigo, isso possa ter lugar.

§ 3.º O prazo improrogavel da entrega total ou parcial quando esta não possa ser feita de prompto.

§ 4.º Declaração expressa de sujeitar-se à perda do deposito de 100\$ para a habilitação à concorrência e à multa de 5 % da importancia a que montarem os artigos que lhe forem acceitos, no caso de deixar de comparecer para assignar o respectivo contracto dentro do prazo que for notificado no *Diário Official*.

§ 5.º Indicação da casa commercial do proponente.

Art. 177. Os proponentes, cujas propostas forem acceitas, em acto continuo depositarão na contadoria uma quantia arbitrada pelo conselho para garantia de seu contracto até ao primeiro fornecimento.

Paragrapho unico. Os que já forem fornecedores no acto da arrematação são dispensados deste deposito, bem como do da habilitação.

Art. 178. As propostas mencionarão no sobrescripto a especie do artigo proposto, os numeros e marcas das amostras que apresentarem.

Art. 179. As propostas serão depositadas pelo proponente ou por seu representante legal, no mesmo dia da sessão, até meia-hora antes da marcada, em uma caixa existente na secretaria da brigada e as amostras entregues na mesma repartição a fim de serem examinadas pelo conselho.

Art. 180. As amostras dos artigos acceitos não serão restituídas; incluir-se-hão, porém, na conta do fornecimento para serem pagas conjuntamente com as quantidades contractadas.

Art. 181. O proponente preferido depositará uma quantia arbitrada pelo conselho para garantia da multa de que trata o § 4.º do art. 177.

Art. 182. As amostras dos artigos que não forem acceitos deverão ser retiradas dentro de 48 horas, sob pena de serem recolhidas ao deposito publico, ficando os respectivos donos sujeitos ao pagamento das despesas da remoção.

Art. 183. Quando a natureza do artigo, cuja aquisição se procure fazer, e a conveniência do serviço aconselhar que as amostras ou modelos sejam apresentados pelo conselho administrativo, não se admittirão outras; devendo as amostras ou modelos da brigada ser franqueados ao exame de quem quizer concorrer, até ao dia marcado para a sessão do referido conselho.

Art. 184. A escolha das amostras apresentadas pelos proponentes é da attribuição do conselho administrativo, por exame proprio ou auxilia-los por peritos da sua confiança, feito o que, serão excluidas as que forem de qualidade inferior.

Art. 185. No dia e hora marcados nos annuncios para abertura das propostas, e reunido o conselho, fará este a escolha das propostas e mandará entrar os proponentes, na presença dos quaes abrirá a caixa em que tiverem sido ellas depositadas, e separando-as por artigos, exclui las desde logo as que se referirem as amostras rejeitadas, terá logar então a leitura, a apreciação e julgamento da preferencia.

Art. 186. As propostas que se referirem a artigos rejeitados não serão abertas, mas serão guardadas com a nota « amostras rejeitadas » escripta pelo secretario do conselho e rubricada pelo presidente do mesmo.

Art. 187. As propostas de que trata o artigo antecedente serão guardadas somente durante um anno, podendo ser distribuidas no fim desse tempo as que não tiverem relação com alguma questão pendente.

Art. 188. É prohibido aos contractantes proferirem palavras ou fazerem signaes que possam perturbar ou influir no processo do julgamento.

Art. 189. Aquelle que infringir a disposição do artigo anterior será obrigado a sahir da sala do conselho, ficando por este facto rejeitada a proposta.

Art. 190. No acto da abertura de cada proposta o secretario do conselho fará a chamada do proponente, para verificar si este, ou pessoa devidamente autorisada se acha presente, devendo no caso de ausencia não abrir a proposta e lançar e assignar no sobrescripto uma nota declarando o motivo por que deixou de ser tomada em consideração, dando-a em seguida ao presidente para rubricar essa nota.

Art. 191. Si durante a leitura ou exame de qualquer proposta o conselho reconhecer que ha nella omissão, emenda ou rasura que possa occasionar duvida, o presidente do conselho exigirá que o signatario ou seu representante a resolva de prompto com as convenientes declarações por escripto.

Art. 192. A approvação das propostas acceitas será feita successivamente por artigos, mas, quando acontecer encontrarem-se duas ou mais propostas em identicas circumstancias, preferirá o conselho a do licitante que propuzer por escripto maior abatimento.

Art. 193. Concluido o trabalho de apuração de todas as propostas concernentes ao mesmo artigo, resolverá o conselho em acto seguido qual ou quaes deverão ser acceitas. O secretario do

conselho lançará em cada uma a nota — Approvada em sessão de ..., declarando por extenso todas as circumstancias que não estiverem mencionadas e que possam prevenir qualquer duvida; e lançará nas outras a nota — Rejeitada em sessão de..., declarando o motivo da rejeição.

Todas estas notas serão rubricadas pelos membros do conselho, na mesma occasião.

Art. 194. Logo que terminar este processo e ainda em presença de todos os concurrentes, proceder-se-ha á apposição do sello e arrecadação das amostras ou modelos dos artigos aceitos.

Art. 195. O sello se porá sobre o laço em cartões, devendo estes prender-se ás amostras de modo que só destruindo o sello possam ser dellas desligados.

Art. 196. Em uma das faces do cartão declarar-se-ha o nome do proponente, a quantia offerecida, o preço e a data da sessão em que foi aceita a proposta, sendo estes cartões rubricados pelos membros do conselho e pelo proponente.

Art. 197. Finda a sessão, o secretario do conselho lavrará a competente acta, que será assignada pelos membros d'esta, devendo mencionar o nome do proponente, a quantidade, qualidade, numero, marca e preço de cada um dos artigos aceitos com as declarações que o conselho julgar convenientes e quaesquer outras condições apresentadas pelo proponente.

Art. 198. Tambem se mencionará na acta o numero das propostas que não forem tomadas em consideração e o das que forem excluidas, declarando-se o motivo da rejeição.

Art. 199. Em seguida, serão lavrados os contractos dos artigos aceitos pelo conselho, e os proponentes preferidos serão chamados pelos jornaes de maior circulação para assignarem os contractos, sob pena da perda do deposito feito para a habilitação á concorrência, e de lhe ser imposta a multa de que trata o § 4º do art. 177 deste regulamento.

Art. 200. Todos os contractos feitos em uma sessão do conselho serão lavrados em um só termo no qual se mencionarão as condições especiaes concernentes ao fornecimento de cada artigo e quaesquer clausulas relativas aos contractantes.

Art. 201. No dia immediato áquelle em que expirar o prazo para a assignatura dos contractos, far-se-ha o encerramento nas assignaturas dos contractantes, declarando-se o nome dos que não tiverem comparecido. Esta declaração será rubricada pelo presidente do conselho, que providenciará immediatamente para que seja incluída como receita da brigada a importância da multa marcada no § 4º do art. 176, e a do deposito feito para a habilitação á concorrência.

Art. 202. Encerradas as assignaturas do termo do contracto, será este submettido á approvação do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, a quem se enviará uma cópia do referido termo e as primeiras vias das propostas admittidas á concorrência.

Art. 203. Dos artigos que deixarem de ser contractados, no todo ou em parte, se organizará uma nota afim de ser annunciada nova concorrência.

Art. 204. O fornecedor que não entrar com qualquer artigo dentro do prazo improrogavel que se houver estipulado no respectivo contracto, incorrerá na multa de 25 % do valor total dos objectos não entregues; si, porém, o excesso do prazo for de mais de 15 dias, deverá pagar a multa de 50 %.

Em qualquer dos casos a multa será imposta sem recurso algum.

Art. 205. No caso de rejeição de artigos que careçam de concerto, o commandante da brigada poderá, attendendo às circumstancias que houver occasionado isso, marcar um novo prazo para o concerto ou substituição exigida, e, sómente findo o novo prazo, tornar-se-lha effectiva a multa, si não se tiver verificado a entrada e recebimento desses artigos.

Art. 206. Os objectos rejeitados, que não forem retirados pelos proponentes dentro do prazo marcado, serão removidos e entregues ao deposito publico, ficando seus donos sujeitos ao pagamento das despesas da remoção.

Art. 207. Todos os objectos e artigos comprados ou fornecidos serão examinados por uma commissão.

Art. 208. O pagamento das contas será feito pela contadoria da brigada, que annunciara ou mandara avisar com 24 horas de antecedencia pelo menos; os contractantes, que deixarem de comparecer no dia marcado para esse fim, soffrerão uma multa de 5 % sobre a importancia da respectiva conta.

Art. 209. Os contractos para fornecimento de generos alimenticios das praças e da forragem para a cavallada, serão celebrados semestralmente.

Art. 210. Para methodisar-se e haver completa regularidade na escripturação a cargo do agente, todos os vales e livranças serão impressos e tirados do livro de talão, ficando archivado este para servir nas inspecções dos regimentos.

Art. 211. Ficam estabelecidos para os agentes do hospital e dos regimentos:

Um livro de talão para os vales quinzenaes dos pedidos aos fornecedores (modelo **A**); um livro de talão de vales diarios de pedidos dos mantimentos para fornecimento do rancho (modelo **B**).

Um livro de talão dos pedidos especiaes para pão, carne verde, verduras e sobremesa (modelo **C**).

Um livro de talão para livranças mensaes (modelo **D**), que serão dadas aos fornecedores em substituição dos vales quinzenaes ou diarios, que serão resgatados no ultimo dia de cada mez e enviados a contadoria da brigada.

Art. 212. O fornecimento de forragens e ferragens, etc. será escripturado em livro de talão identico, observando-se os mesmos modelos com as alterações respectivas afim de, facilmente, proceder-se a tomada de contas de cada especialidade.

CAPITULO XIII

Da contadoria

Art. 213. A contadoria terá a seu cargo:

§ 1.º O exame de toda a receita, bem como o da despesa realisada, seu processo, fiscalisação e pagamento.

§ 2.º A verificação da carga e descarga de todo o material.

§ 3.º A organização do orçamento que annualmente deve ser apresentado ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores pelo commando da brigada.

§ 4.º A demonstração da necessidade de creditos supplementares, com exhibição das competentes tabellas explicativas ou justificativas.

§ 5.º A organização dos papeis necessarios ao recebimento de dinheiros, devendo nelles ser lançadas as notas explicativas dos artigos da lei do orçamento que consignaram as diversis verbas.

Art. 214. A contadoria funcionará todos os dias uteis das 9 horas da manhã ás 3 da tarde, salvo caso urgente e extraordinario em que seja necessario prolongar os trabalhos ou determinar que esses tenham logar em dia feriado.

DO INSPECTOR

Art. 215. Ao inspector compete:

§ 1.º Dirigir os trabalhos a cargo da contadoria.

§ 2.º Solicitar dos commandantes dos regimentos e inspector do serviço sanitario as informações e esclarecimentos necessarios para a solução de qualquer assumpto da competencia da contadoria.

§ 3.º Assignar todo o expediente.

§ 4.º Prestar as informações que forem exigidas pelo commando da brigada ou requisitadas pelos dos regimentos ou inspector do serviço sanitario.

§ 5.º Distribuir o serviço aos auxiliares.

§ 6.º Rubricar os livros de escripturação da contadoria e organizar os respectivos modelos.

§ 7.º Propôr, quando entender necessario, medidas tendentes ao melhoramento da fiscalisação, escripturação e contabilidade.

§ 8.º Assignar as guias dos pagamentos que devam ser feitos pelo thesoureiro e bem assim as entregas de dinheiro de que ao mesmo se faça carga.

§ 9.º Fazer pedido aos fornecedores do que for necessario para o seu expediente, segundo as autorisações do commando da brigada.

§ 10. Não determinar pagamento de conta alguma de despesa sem que os respectivos documentos estejam devidamente processados e com o — Confere — do auxiliar que os tiver examinado.

§ 11. Informar sobre todas as despesas a fazer-se, as quaes só poderão ser realisadas dentro das respectivas verbas consignadas no orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

§ 12. Igualmente informar sobre todas as pretensões que por sua natureza lhe competirem, como também acerca de quaesquer assumptos ou negocios, cujo exame lhe for commettido ou ordenado pelo commando da brigada.

§ 13. Comunicar ao commando da brigada todas as entradas de dinheiro feitas pelo thesoureiro, as quaes serão publicadas no detalhe do mesmo commando.

§ 14. Apresentar mensalmente ao conselho administrativo o balancete da receita e despesa da brigada.

§ 15. Indicar ao commandante da brigada os officiaes que devam ser nomeados auxiliares ou substitutos destes, quando impedidos, e bem assim as praças para amanuenses.

§ 16. Designar o official da contadoria que deve fazer parte da commissão de exame de objectos para serem dados em consumo.

Art. 216. O inspector será substituido nos seus impedimentos pelo seu immediato em graduação na contadoria.

DOS AUXILIARES

Art. 217. Aos auxiliares compete :

§ 1.º Desempenhar todo o serviço que lhes for commettido pelo inspector.

§ 2.º Não entregar papel algum do archivo sem ordem por escripto do inspector.

§ 3.º Fazer toda a escripturação com exactidão e nitidez, tendo sempre em vista o systema mandado, pelo inspector, adoptar para sua classificação e guarda.

§ 4.º Examinar e lançar a nota — confere — nos recibos, contas, folhas, relações de mostra e suas recapitulações ou em quaesquer documentos de despesa, sendo os unicos responsaveis pelas inexactidões dos calculos arithmeticos e outros que consciante ou inconscientemente não notarem.

Art. 218. Dos segundos auxiliares será pelo inspector designado um delles para encarregado do archivo.

Art. 219. Os auxiliares serão nomeados por indicação do inspector, e no caso de impedimento substituidos pelos officiaes designados pelo commandante da brigada, também de accordo com a indicação do inspector.

DO THESOUREIRO E DOS CLAVICULARIOS

Art. 220. Ao thesoureiro compete :

§ 1.º Receber mensalmente no Thesouro Nacional, em communha das praças que julgar sufficientes para sua guarda, os

dinheiros destinados ao custeio da brigada, os quaes serão recolhidos ao cofre respectivo, do qual serão claviculários, além delle thesoureiro, o inspector da contadoria e o 1.º auxiliar.

§ 2.º Receber igualmente do Thesouro Nacional, no decurso do mez, as quantias que por motivos differentes tiverem de entrar para o cofre da brigada.

§ 3.º Apresentar ao inspector guias em duplicata dos dinheiros recebidos do Thesouro Nacional.

§ 4.º Passar recibo de todas as quantias que lhe forem entregues.

§ 5.º Escripturar em receita no livro caixa a seu cargo, não só as importancias que tiver recebido do Thesouro Nacional para pagamento das despesas da brigada, como quaesquer outras que lhe forem entregues.

§ 6.º Effectuar os pagamentos determinados pelo inspector, à vista de documento devidamente legalizado, sem cuja ordem não entregará quantia alguma.

§ 7.º Apresentar, diariamente, ao inspector, por occasião de abrir-se o expediente, uma nota da receita e da despesa occorridas na vespera.

§ 8.º Verificar semanalmente, com os outros claviculários, o estado do cofre, para que pela revisão immediata dos recebimentos e pagamentos effectuados se reconheça da differença que por ventura haja.

§ 9.º Coadjuvar o serviço de verificação da carga e descarga do material e qualquer outro compativel com o seu cargo e que for determinado pelo inspector.

§ 10. Apresentar ao inspector os conhecimentos das importancias, de que houver feito entrega ao Thesouro e outras repartições.

Art. 221. O cofre não poderá ser aberto sem a presença dos tres claviculários, que serão responsaveis pelo desfalque do dinheiro a elle recolhido.

Paragrapho unico. Para as despesas de natureza urgente haverá sempre em poder do thesoureiro a quantia de um conto de réis, da qual prestará contas quando lhe for determinado; e por esta quantia será unicamente responsavel o mesmo thesoureiro.

Art. 222. O thesoureiro será nomeado por proposta do commandante da brigada, e no caso de impedimento daquelle o substituirá o official da mesma, designado por aquella autoridade.

Paragrapho unico. Além dos vencimentos que lhe competirem, o thesoureiro terá mais, para quebras, a quantia de 30\$ mensaes.

CAPITULO XIV

Do serviço sanitario

Art. 223. Para tratamento dos officiaes e praças da brigada, inclusive os reformados, haverá um hospital com todas as condições apropriadas ao fim a que é destinado.

Art. 224. Não se tratarão no dito hospital os atacados de moléstias epidemicas e contagiosas, os quaes serão recolhidos a hospitaes especiaes, correndo as despesas por conta da brigada.

Art. 225. Haverá no hospital uma enfermaria para officiaes, outra para inferiores e outra para as demais praças, divididas em secções de medicina e cirurgia.

Art. 226. Haverá uma pharmacia provida dosapparelhos, medicamentos e drogas mais essenciaes, a qual estará a cargo e responsabilidade do tenente pharmaceutico e sob a immediata fiscalisação do chefe do serviço sanitario e major medico seu substituto.

Art. 227. Terá o hospital duas salas convenientemente preparadas, sendo uma para operações cirurgicas e a outra, em lugar afastado, para deposito de cadaveres.

Art. 228. O hospital será administrado pelo conselho administrativo da brigada, sob a fiscalisação do commandante da mesma.

DO INSPECTOR DO SERVIÇO SANITARIO

Art. 229. O inspector do serviço sanitario é o director do hospital e será responsavel por todas as faltas que se derem nesse serviço, sobre as quaes não houver providenciado em tempo.

Incumbe-lhe:

§ 1.º Presidir a junta sanitaria da brigada, que será composta do mesmo e dos maiores medicos.

§ 2.º Inspeccionar repetidas vezes o hospital, pharmacia, enfermarias, prisões, etc., solicitando do commando da brigada tudo quanto for a bem da hygiene e do serviço sanitario.

§ 3.º Assignar todo o expediente do hospital, com excepção dos papeis, cuja assignatura compita a outrem pelo presente regulamento, e que sómente rubricará.

§ 4.º Communicar immediatamente ao commando da brigada o fallecimento de qualquer doente.

§ 5.º Presidir o concurso dos candidatos aos logares de tenente medico e alferes pharmaceutico.

§ 6.º Propor as praças que devam exercer os cargos de amauenses e enfermeiros.

§ 7.º Solicitar do commando da brigada autorisação para as despesas extraordinarias que forem imprescindiveis.

§ 8.º Enviar á contadoria todas as contas de despesas extraordinarias autorisadas, devendo ellas ser rubricadas pelo major medico, fiscal do serviço.

§ 9.º Enviar igualmente á contadoria, até ao dia 10 de todos os mezes, o mappa de distribuição de dietas e conta dos extraordinarios, acompanhados das respectivas papeletas.

§ 10. Communicar á contadoria sempre que os fornecedores incorrerem em multa por falta de entradas de generos pedidos ou rejeitados.

§ 11. Enviar mensalmente à contadoria um mappa da carga e descarga de todos os medicamentos entrados e consumidos, e bem assim annualmente um outro de todos os objectos a cargo do mesmo hospital.

§ 12. Não permittir que seja descarregado objecto algum sem ordem do commando da brigada, publicada em detalhe.

§ 13. Rubricar todos os livros da escripturação do hospital.

§ 14. Enviar ao commando da brigada, até às 10 horas da manhã, com sua rubrica, as partes diarias dos medicos de serviço.

§ 15. Apresentar annualmente um relatorio circumstanciado do estado do hospital, mencionando todas as necessidades, indicando o que for util ao serviço sanitario em geral e ao bem-estar dos doentes e economia do respectivo serviço.

Art. 230. A este relatorio acompanharão:

§ 1.º Uma memoria sobre as molestias mais importantes havidas no anno a que elle se referir, consignando o tratamento que mais tiver aproveitado.

§ 2.º Um mappa demonstrativo dos objectos chirurgicos a cargo do hospital, o qual será assignado pelo encarregado da enfermaria de cirurgia.

§ 3.º Um mappa estatistico pathologico das praças que houverem baixado ao hospital durante o anno, sendo este mappa assignado pelo encarregado das enfermarias de medicina.

§ 4.º Informações minuciosas acerca da conducta e serviços prestados pelos medicos, alumnos internos, pharmaceuticos e cirurgia dentista.

Art. 231. Aos maiores medicos cumpre:

§ 1.º Visitem diariamente os doentes das enfermarias, devendo as visitas ter lugar até ás 9 horas da manhã, impreterivelmente.

§ 2.º Repetirem as visitas de que trata o paragrapho antecedente, quando haja doentes graves.

§ 3.º Lançarem diariamente na papeleta de cada doente as suas prescripções por extenso.

Quando, porém, no uso dos remedios, principalmente internos, julgarem conveniente afastar-se das regras prescriptas no formulario adoptado, escreverão igualmente por extenso o numero de vezes e o modo por que deverão ser ministrados taes remedios.

Na mesma papeleta, e tambem por extenso, escreverão o diagnostico da molestia, logo que a tenham bem verificado.

§ 4.º Rubricarem as papeletas dos doentes de suas enfermarias, e notarem diariamente na de cada enfermo a marcha da molestia, as dietas e extras que prescreverem, e mais esclarecimentos que julgarem de utilidade.

§ 5.º Quando tiverem de dar alta a algum doente curado, fallecido ou por passagem do hospital, fizerem na papeleta especial menção da molestia e do motivo da alta. Si esta for por fallecimento, mencionarão o dia e a hora em que o enfermo succumbiu.

§ 6.º Darem alta aos doentes e nella mencionarem os dias de soccorrimento do doente pelo hospital, devendo esta menção ser datada e assignada por extenso.

§ 7.º Lançarem diariamente, por seu proprio punho, todo o receituário no livro respectivo, datando e assignando affin de ser enviado à pharmacia.

§ 8.º Solicitem do inspector do serviço sanitario a nomeação de tres medicos para os casos que julgarem preciso de conferencias.

§ 9.º Comparecerem à junta de inspecção do saude, da qual farão parte.

Art. 232. O major medico, encarregado da enfermaria de cirurgia, terá a seu cargo o material cirurgico.

Art. 233. Os maiores medicos encarregados de enfermarias, além das obrigações especificadas no art. 232, farão mais todo e qualquer serviço para que forem designavlos pelo inspector do serviço sanitario.

Art. 234. O major medico, encarregado de enfermarias, que commetter a falta de não passar a visita diaria aos doentes a seu cargo, até a hora determinada, ficará sujeito à responsabilidade que lhe possa advir, conforme as consequências da falta.

Art. 235. O mais antigo dos maiores medicos fiscalisará todo o serviço do pedidos de entrada de generos, extraordinarios, medicamentos, roupa lavada e engomada, etc., pelo que serão todos os respectivos documentos por si examinados e legalisados com a sua rubrica, cabendo-lhe escalar o serviço diario dos capitães e tenentes medicos e transmittir as ordens do inspector do serviço sanitario, representando-o na sua ausencia e o substituindo nos casos de impedimento.

Art. 236. Os maiores medicos serão substituidos pelos capitães medicos mais antigos.

Art. 237. Os capitães e tenentes medicos, além do serviço de escala que lhes competir, farão mais todo e qualquer outro para que forem designados pelo inspector do serviço sanitario.

Art. 238. Ao tenente pharmaceutico cumpre:

§ 1.º Zelar pela guarda e conservação de todo o material da pharmacia, sendo responsavel pelos extravios ou estragos que se derem por motivo de incuria.

§ 2.º Escripturnar no livro respectivo todas as drogas, medicamentos e utensilios que receber para o supprimento da pharmacia.

§ 3.º Aviar, com pontualidade, todo o receituário constante do respectivo livro ou da folha avulsa assignada pelo medico de dia e rubricada pelo major medico, fiscal do serviço.

§ 4.º Organisar e assignar, no principio de cada mez, um mappa demonstrativo das drogas e medicamentos existentes, entrados e consumidos durante o mez antecedente. Este mappa será apresentado ao major medico, fiscal do serviço, e por elle rubricado, servirá para verificar a carga e descarga, ficando depois archivado na contadoria.

§ 5.º Fazer pedido, por intermedio do major medico, fiscal do serviço, de tudo quanto se tornar necessario ao provimento da pharmacia, assim como solicitar exame e consumo dos artigos imprestaveis.

§ 6.º Proceder ás analyses qualitativas e quantitativas das substancias, cujo exame for determinado, para o que haverá na pharmacia os appparelhos e reagentes de mais applicação.

§ 7.º Não poderá aviar receita alguma de medico extranho ao serviço da brigada.

Art. 239. O alferes pharmaceutico coadjuvará o tenente pharmaceutico, substituindo-o nos seus impedimentos, e neste caso caber-lhe-hão as attribuições, gratificações de exercicio e responsabilidade pertencentes ao substituido.

Art. 240. Os medicamentos, drogas, instrumental cirurgico e vasilhame, que tiverem de entrar para a pharmacia, serão cuidadosamente examinados, pesados ou medidos por uma commissão de tres medicos, da qual fará parte o que estiver de dia ao hospital.

Terminado o exame, a commissão lavrará parecer que será rubricado pelo inspector e enviado ao commandante da brigada, para os devidos effeitos.

Art. 241. Nada sahirá da pharmacia sinão por intermedio do respectivo pharmaceutico e em vista do documento que comprove a legalidade da sahida.

Art. 242. As prescripções pharmaceuticas e dieteticas escriptas nas papeletas serão fielmente executadas, e ninguém poderá alteral-as, salvo o caso de sobrevir algum accidente ou peiorar o doente, unico em que o medico de dia procederá de modo a soccorrer o enfermo.

Art. 243. No receptuario serão discriminados medicamentos para os doentes do hospital, dos que forem destinados a outros individuos, cujos nomes e moradias se mencionarão na receita.

Art. 244. Fora das condições acima mencionadas, nenhuma receita se fornecerá por conta do Estado, e os medicos em suas prescripções deverão restringir-se aos medicamentos que existirem na pharmacia da brigada ou forem do contracto.

DO CIRURGIÃO DENTISTA

Art. 245. O cirurgião dentista é obrigado a comparecer diariamente no hospital da brigada, onde prestará aos officiaes e praças da mesma os serviços de sua profissão.

DOS INTERNOS

Art. 246. O Governo poderá mandar admittir como internos do hospital, sem direito a vencimento algum, quatro alumnos dos tres ultimos annos do curso de medicina, os quacs, enquanto servirem, terão as honras do posto de alferes, ficarão sujeitos a disciplina e com direito ás refeições e residencia no hospital.

Paragrapho unico. Aos internos cumpre auxiliar o medico de dia ao hospital, quando isso lhes for reclamado, para o que será

escalado diariamente um delles, que durante as 24 horas de serviço permanecerá naquello estabelecimento, do qual será inseparavel.

DO MEDICO DE DIA AO HOSPITAL

Art. 247. Pelo major medico, fiscal do serviço, será diariamente escalado um dos medicos, capitães ou tenentes, para o serviço de dia ao hospital, cumprindo-lhe :

§ 1.º Observar escrupulosamente as ordens geraes, segundo as instrucções do inspector do serviço sanitario na parte medica.

§ 2.º Responder, durante as 24 horas em que estiver de serviço, pelo tratamento dos doentes e pela limpeza, boa ordem e regularidade do serviço do hospital.

§ 3.º Examinar si os medicamentos entrados para o hospital estão de accordo com o receituário, tendo o cuidado de verificar a dosagem e applicação daquelles que produzirem effeito toxico. Em sua parte diaria fará menção do que se der em relação a este importante ramo de serviço, afim de se providenciar como for mister.

§ 4.º Não se afastar do hospital, sob pretexto algum, nem delle retirar-se enquanto não for rendido.

§ 5.º Examinar diariamente as dietas e extras que tiverem de ser fornecidas aos doentes, assim como o vasilhame, requisitando logo qualquer providencia que for acertada.

§ 6.º Inspeccionar o serviço dos empregados do hospital e especialmente do enfermeiro-mór, enfermeiros e ajudantes destes, participando ao major medico, fiscal do serviço, qualquer irregularidade que observar, e corrigir promptamente aquellas que forem de caracter inadiavel.

§ 7.º Substituir ao encarregado da enfermaria que não comparecer para a visita até á hora determinada, o que mencionará na sua parte diaria.

§ 8.º Fazer parte da commissão encarregada de examinar os generos que entrarem para o consumo do hospital.

§ 9.º Dar parte escripta de todas as occurrencias dadas nas 24 horas de seu serviço.

Art. 248. O medico de dia ao hospital terá por este as refeições e entrará de serviço ás 9 horas da manhã.

DO MEDICO DE DIA AOS REGIMENTOS

Art. 249. Pelo major medico, fiscal do serviço, será escalado diariamente um medico, capitão ou tenente, para o serviço de dia aos regimentos, cumprindo-lhe :

§ 1.º Comparecer das 7 ás 9 horas da manhã, nos respectivos quartéis dos regimentos, para examinar as praças enfermas, lançando no livro competente os nomes das que baixarem ao hospital, com declaração das graduações, companhias ou esquadras

a que pertencerem e molestias de que se acharem affectadas, quando estas forem de facil diagnostico, o que tambem declararão nas baixas, as quaes assignarão.

§ 2.º Visitar, pela mesma occasião, as prisões e outras dependencias dos quartéis, mencionando no respectivo livro o estado em que encontrat-as, reclamando logo qualquer medida que julgar de efficacia.

§ 3.º Fazer parte da commissão encarregada do exame dos generos que devam entrar para o rancho.

§ 4.º Acudir promptamente ao chamado de qualquer official ou praça que necessite de soccorros medicos, quer para si, quer para pessoa de sua familia.

§ 5.º Não se afastar do hospital depois da visita aos regimentos, e quando por motivo dos §§ 3º e 4º tiver de sair, fará sciante disso ao respectivo medico de dia ao hospital, declarando o logar para onde se dirige.

§ 6.º Pernoitar no hospital para acudir promptamente aos chamados de que trata o § 4º.

§ 7.º Dar parte escripta de todas as occurrencias havidas durante as 24 horas de seu serviço.

§ 8.º Entrar de serviço ás 7 horas da manhã e nelle se conservar até ao dia seguinte ás mesmas horas.

DO AGENTE DO HOSPITAL

Art. 250. O agente do hospital será nomeado semestralmente, dentre os officiaes subalternos, pelo commandante da brigada.

Art. 251. Cumpre-lhe:

§ 1.º Ter a seu cargo todo o material destinado ao serviço do hospital, com excepção do material cirurgico e da pharmacia.

§ 2.º Fazer aquisição dos artigos que forem necessarios ao hospital, e pedir descarga dos que, estando sob sua guarda, acharem-se imprestaveis ou tenham sido extraviados, dando parte dos que tiverem concorrido para o seu máo estado ou extravio.

§ 3.º Organisar em duplicata e assignar a demonstração da despeza geral mensalmente feita pelo hospital, conforme suas especialidades, devendo tal demonstração ser acompanhada dos documentos justificativos da despeza.

§ 4.º Mandar entrar de 10 em 10 dias os generos para o fornecimento do hospital, attendendo aos que estiverem em arrecadação.

§ 5.º Fazer os pedidos de pão, carne verde e outros generos que devam entrar diariamente para o consumo do hospital.

§ 6.º Verificar si os pedidos de dietas e extras feitos diariamente pelo enfermeiro-mór estão de accordo com a tabella adoptada.

§ 7.º Apresentar mensalmente uma relação das praças que tiverem extraviado ou inutilizado louça e mais artigos de sua

carga, com declaração dos que tiverem sido em acto de serviço ou por negligência, afim de que se proceda como for justo.

§ 8.º Entregar até ao dia 10 do mez entrante, e de accordo com os modelos adoptados, os papeis relativos á agencia do hospital.

§ 9.º Para o auxiliar no serviço e especialmente na guarda e conservação do material, o agente terá o enfermeiro-mór e um inferior ou cabo, com as precisas habilitações, servindo um de fiel e outro de amanuense, aos quaes caberá tambem responsabilidade pelos objectos que lhes forem entregues.

§ 10. Entregar, por ocasião de deixar o cargo, um mappa do material sob sua responsabilidade, mencionando as entradas e sahidas, datas respectivas e motivo da descarga.

Este mappa, que deverá ser assignado tambem pelo novo agente e rubricado pelo major medico, fiscal do serviço, ficará registrado no livro competente.

§ 11. Tratar dos enterros dos doentes que fallecerem.

Art. 252. Todos os papeis da agencia do hospital serão examinados e rubricados pelo major medico, fiscal do serviço.

Art. 253. O agente do hospital fica immediatamente subordinado ao inspector do serviço sanitario e ao major medico, fiscal do serviço, de quem receberá todas as ordens inherentes ás suas obrigações.

Art. 254. Ao agente do hospital será abonada mensalmente pela contadoria uma quantia arbitrada pelo conselho administrativo para occorrer ás despesas eventuaes de seu cargo.

DO ENFERMEIRO-MÓR, ENFERMEIROS E SEUS AJUDANTES

Art. 255. Ao enfermeiro-mór, que será tambem o fiel do agente do hospital, compete:

§ 1.º Registrar no livro de entradas e sahidas dos doentes todas as circumstancias mencionadas nas altas e baixas destes, excepto a declaração da molestia, que é da exclusiva competencia do encarregado da enfermaria.

§ 2.º Fazer os pedidos diarios das dietas e extras, assim como das rações de etapas para os internos e medico de dia ao hospital. Estes pedidos serão rubricados pelo major medico, fiscal do serviço e entregues ao agente do hospital para serem aviados.

§ 3.º Receber do mesmo agente a roupa e utensilios necessarios ao serviço do hospital, sendo responsavel pela conservação e faltas que houver nos artigos que tiver recebido.

§ 4.º Entregar aos enfermeiros todas as roupas e utensilios necessarios ás enfermarias, devendo ter um livro rubricado pelo major medico, fiscal do serviço, para lançamento do que houver recebido do dito agente e do que entregar aos enfermeiros, de quem exigirá que nesse mesmo livro passem recibo.

§ 5.º Assistir com os enfermeiros e ajudantes destes ás visitas dos facultativos, quando outro serviço não o iniba disso.

§ 6.º Entregar ao amanuense as papeletas das praças que tiverem de sair do hospital, além de que o mesmo passe as respectivas altas.

§ 7.º Comunicar immediatamente ao medico de dia ao hospital, ou, na falta deste, a qualquer outro, os casos que se derem e que exijam a prompta presença do medico.

§ 8.º Participar ao major medico, fiscal do serviço, e ao medico de dia ao hospital, qualquer falta commettida pelas praças empregadas no hospital, para que se providencie conforme as circunstancias.

§ 9.º Ser responsavel pela regularidade do curativo dos doentes e boa ordem do serviço dos enfermeiros e ajudantes de enfermeiros, devendo assistir á distribuição das dietas, inquerir dos doentes si houve alguma omissão por parte dos enfermeiros, e, no caso affirmativo, providenciar no sentido de ser a falta ou omissão remediada sem demora.

§ 10.º Não sair, nem consentir que o façam os seus subordinados, sem prévia licença dos medicos de dia.

§ 11.º Ser responsavel perante o referido agente pelo material que estiver sob sua guarda, cabendo-lhe tambem proceder á arrecadação do fardamento das praças que entrarem para o hospital, devendo para isso conferir os objectos arrecadados com o inventario da respectiva baixa, fazendo menção de tudo no livro de registro de entradas e sahidas dos doentes. Os dinheiros encontrados em poder dos enfermos serão entregues, mediante recibo, á autoridade competente.

Art. 256. Aos enfermeiros incumbem :

§ 1.º Acompanhar o medico durante as visitas diarias.

§ 2.º Fazer os curativos que pelo facultativo e pelo enfermeiro-mór lhes forem ordenados.

§ 3.º Tomar nota, durante a visita, dos medicamentos prescriptos, para facilitar-lhes a applicação nas horas marcadas.

§ 4.º Apresentar diariamente ao enfermeiro-mór as papeletas além de que este organise o pedido das dietas e dos medicamentos que tiverem sido prescriptos pelo medico visitante.

§ 5.º Velar pelo asseio da enfermaria e cumprir fielmente tudo quanto lhes for mandado relativamente ao serviço, seja pelo facultativo competente, seja pelo enfermeiro-mór.

Art. 257. Os ajudantes de enfermeiros coadjuvarão estes em todo o serviço e os substituirão em suas faltas ou impedimentos.

DO AMANUENSE

Art. 258. Ao amanuense, que será um inferior ou cabo com as precisas habilitações, incumbem :

§ 1.º Ter a seu cargo a escripturação dos livros, mappas e mais papeis relativos ao hospital, menos a do livro de receituário e de entradas e sahidas de doentes, que será feita, esta pelo enfermeiro-mór e aquella pelos proprios medicos.

§ 2.º Ser responsável pelo asseio e regularidade da mesma escripturação, assim como pelas faltas que se derem no archivo, cujos papeis deverão estar devidamente emmaçados por annos e relacionados.

§ 3.º Zelar pela guarda e conservação dos utensilios destinados á secretaria e ao hospital.

DO FUNDO DO HOSPITAL.

Art. 259. O fundo do hospital será constituido :

§ 1.º Pelas quantias recebidas do Thesouro Nacional para compra de medicamentos e outros misteres inherentes, consignados no orçamento.

§ 2.º Pela etapa das praças enfermas e mais vencimentos, á excepção da quantia de 500 réis diários, que ficará em mão do respectivo commandante de companhia ou esquadrão para lhes ser entregue quando tiverem alta, ou apenas 300 réis da dita quantia si tiverem divida para com a caixa da brigada, para a qual entrará o resto.

Para os sentenciados ou presos para sentenciar reservar-se-ha a mesma quantia no caso de terem divida para com a caixa da brigada, que indemnisarão pela metade da quantia reservada.

Si não tiverem divida reservar-se-ha sómente a quantia de 300 réis diários para lhes ser entregue.

§ 3.º Tratando-se de praças que estejam reduzidas á quinta parte do soldo, proceder-se-ha de modo que, deixando-se-lhes a quantia de 100 réis diários para suas despesas, entre o resto para pagamento do hospital.

§ 4.º As praças reformadas concorrerão com o respectivo soldo, tendo apenas direito á quantia de 500 réis diários.

Art. 260. Os officiaes que baixarem ao hospital contribuirão para o fundo do mesmo com a importancia da etapa e metade do respectivo soldo.

Os reformados e os sentenciados concorrerão apenas com a metade do respectivo soldo.

Art. 261. Os officiaes e praças que baixarem ao hospital em consequencia de desastre ou ferimentos recebidos em acto de serviço, contribuirão sómente com a importancia da etapa.

Art. 262. Os fundos destinados para manutenção do hospital serão entregues mensalmente pelos regimentos á contadoria para serem applicados á compra de dietas, material cirurgico, utensilios, concerto e lavagem de roupa, e asseio do hospital.

Art. 263. Das verbas votadas para compra de medicamentos e sanguesugas tirar-se-ha mensalmente do Thesouro Nacional a quantia correspondente a cada mez do exercicio; quanto ás outras verbas, serão tiradas quando se fizer preciso.

Art. 264. Haverá no regimento de cavallaria uma enfermaria

para tratamento dos cavallo e muares, a qual ficará a cargo do veterinario.

Nella terão os animaes a alimentação appropriada ao estado de saude e ao tratamento a que estiverem submettidos e serão devidamente medicados ou operados.

Art. 265. As despesas da enfermaria serão custeadas com a importancia das forragens vencidas pelos animaes doentes e com a consignação marcada pelo Governo para compra de medicamentos.

Art. 266. A enfermria terá uma pequena pharmacia provida dos apparelhos, medicamentos e drogas mais essenciaes, a qual ficará a cargo do veterinario.

Art. 267. O veterinario é responsavel pelo curativo de todos os animaes doentes, e cumpre-lhe :

§ 1.º Instruir a todos os ferradores, que serão os seus auxiliares, na maneira de sangrar e auxiliar o curativo.

§ 2.º Todas as manhãs percorrer as cavallariças, por occasião da limpeza, para examinar minuciosamente os animaes que lhe forem apresentados pelos ferradores, mandando recolher á enfermaria aquelles cujas molestias exigirem maior desveio no tratamento, applicando aos mais os medicamentos como entender.

§ 3.º Feita esta inspecção, proceder com os ferradores ao curativo dos animaes que estiverem na enfermaria.

§ 4.º Entregar ao major, depois do curativo dos animaes, uma nota de todos os doentes, com a declaração de seus numeros e dos respectivos esquadroes.

§ 5.º Vigiar constantemente sobre a saude dos animaes do regimento, não deixando nunca de participar ao major qualquer molestia contagiosa que entre elles appareça e que exija prompta remoção para fóra do quartel.

§ 6.º Não consentir que se applicuem remedios aos animaes sem que seja por sua ordem, salvo nos casos em que se torne indispensavel prompto curativo.

CAPITULO XV

Das recompensas

Art. 268. O official que em serviço extraordinario se houver com reconhecido criterio e intelligencia será, conforme a importancia do serviço que prestar, distinguido com as seguintes recompensas:

1.º Elogio em ordem do dia do regimento ou brigada ;

2.º Elogio em nome do Governo, transcrevendo-se em ordem do dia o aviso do Ministerio da Justiça que o houver comunicado.

Art. 269. O official que for ferido ou adquirir soffrimento grave em diligencia ou conflicto em que tivesse de intervir, por força

de seu cargo, para manter a ordem publica, perceberá todos os vencimentos durante o seu tratamento, si este não for no hospital (art. 261) e esse tempo lhe será contado para todos os effeitos.

Art. 270. O tempo de serviço prestado pelos officiaes do Exercito será contado nos termos das disposições em vigor, ou das que vierem a vigorar. Estes officiaes, além dos vencimentos da brigada, perceberão o soldo da sua patente do Exercito pelo Ministerio da Guerra.

Art. 271. A reforma dos officiaes e praças da brigada policial será regulada pela legislação do Exercito que vigorar ao tempo da reforma.

Art. 272. Si o serviço, de que trata o art. 268, for prestado por praça de pref, esta terá direito ás recompensas mencionadas no citado artigo, dispensa de serviço com todos os vencimentos até 15 dias e gratificações de 10\$ a 50\$, a juizo do commandante da brigada.

Art. 273. As praças que se inutilisarem em qualquer acto de serviço serão reformadas, mediante inspecção de saude, e perceberão o soldo do posto que tiverem naquella acto, seja qual for o tempo de sua praça.

Art. 274. Para ser concedida a recompensa, de que trata o art. 268, § 2º, o commandante da brigada dará uma parte especial ao Ministerio da Justiça, declarando o nome do official ou praça, quaes os serviços prestados e sua importancia.

Art. 275. Aos officiaes e praças da brigada poderão ser concedidas pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores licenças para tratamento de saude ou de interesses particulares, não excedendo ellas de tres mezes.

Art. 276. O respectivo tempo das licenças, concedidas para tratar de interesses ou de saude, sem ser por inspecção, não será contado para effeito algum e será descontado na antiguidade de posto.

Art. 277. O tempo das licenças por meio de inspecção de saude será contado da data da mesma inspecção e as demais, da portaria pela qual forem concedidas.

Art. 278. O commandante da brigada poderá conceder até 15 dias de dispensa do serviço aos officiaes e praças e os commandos dos regimentos até oito dias. Estas dispensas poderão ser com os vencimentos por inteiro ou só com uma parte, entrando a outra parte para o cofre da brigada, afim de ser applicada ás despesas particulares da mesma.

Art. 279. As dispensas de que trata o artigo antecedente poderão ser concedidas até quatro por cada regimento, pelo commandante da brigada, e até igual numero pelos daquelles, estando neste numero incluídos os officiaes.

Art. 280. Qualquer tempo de serviço prestado no extinto corpo militar de policia ou na brigada, será levado em conta na antiguidade de posto, em promoção de igual data, e computado para os effeitos legaes.

CAPITULO XVI

Do uniforme

Art. 281. O uniforme será decretado pelo Governo, que o poderá alterar quando julgar conveniente.

Art. 282. Os distinctivos dos officiaes, officiaes inferiores e cabos serão os mesmos de que usa o Exercito.

Art. 283. O tempo da duração do correíame, equipamento, arreios e mais artigos será regulado pelas tabellas annexas sob ns. 4 e 5.

Art. 284. A praça que inutilisar alguma peça do seu fardamento, armamento, correíame ou equipamento, em serviço extraordinario, receberá outra em substituição, quando ficar provado que não houve descuido ou negligencia; igualmente será substituida a peça inutilisada quando o estrago for feito por desordeiros em acto de prisão, devendo estes indemnisar a caixa da brigada da respectiva importancia.

Art. 285. A praça que extraviar ou inutilisar qualquer das peças a que se refere o artigo antecedente, receberá outra em substituição, cujo valor pagará por descontos da quinta parte do soldo, quando sua divida não exceder de 50\$000; quando esta quantia for excedida, o desconto será feito pela terça parte. Do mesmo modo se procederá em relação ás praças que extraviarem ou inutilisarem peças de fardamento e equipamento de seus camaradas.

Art. 286. A divida relativa ás peças de fardamento, armamento e equipamento, comprehendendo capote ou ponche, será do valor integral de taes peças, seja qual for o tempo de duração, e será sempre paga pelo preço da tabella que vigorar.

Art. 287. As peças de fardamento inteiramente novas poderão ser recebidas pelo respectivo valor por conta da divida das praças excluidas por conclusão de tempo, substituição ou expulsão; as que tiverem baixa por incapacidade physica serão dispensadas do pagamento.

Art. 288. A manufactura do fardamento ficará a cargo do conselho administrativo.

Art. 289. As prestações para fardamento serão arbitradas annualmente pelo Ministerio da Justiça, segundo os preços da arrematação da materia prima, etc.

Art. 290. Quando, por qualquer circumstancia, a praça for excluida sem ter recebido o fardamento, cuja prestação houver sido tirada, será esta recolhida ao Thesouro.

CAPITULO XVII

Disposições geraes

Art. 291. Todas as praças que se alistarem nos regimentos da brigada farão promessa de regular sua conducta pelos preceitos

da moral, respeitar seus superiores hierarchicos e cumprir fielmente suas ordens, dedicar-se ao serviço que lhes é proprio, votar-se inteiramente ao serviço da patria, defender suas instituições, integridade e honra ; e só terão baixa por conclusão de tempo de serviço, incapacidade physica ou apresentando substituto idoneo, depois de ter servido pelo menos metade do tempo de seu contracto de engajamento.

Art. 292. O substituto fica obrigado a completar o tempo do substituido e o que, terminado o prazo da substituição, continuar a servir, perceberá as vantagens de praça reengajada, si houver servido mais de metade do tempo do engajamento.

Art. 293. Todo e qualquer objecto existente na brigada deve figurar na carga competente, afim de que haja um responsavel legal. Os objectos que se acharem imprestaveis, quer porque tenham completado o tempo de duração, quer por outro motivo, deverão ser examinados por uma commissão de tres officiaes extranhos aos regimentos ou repartições a que pertencerem, da qual fará parte, pelo menos, um medico, quando se tratar de artigos do hospital, excluindo aquelle a cujo cargo estiverem taes objectos e sempre um official da contadoria.

Art. 294. Presente o parecer da commissão de exame, o commandante da brigada mandará proceder ao consumo dos objectos imprestaveis, nomeando para este fim uma outra commissão de tres officiaes, a qual fará inutilisar ou queimar os objectos que lhe forem apresentados, de modo que não possam figurar em futuros exames. Terminado este trabalho a commissão lavrará um termo, á vista do qual o commandante da brigada mandará, em detalhe, eliminar os objectos da carga.

Art. 295. Para o enterro dos officiaes effectivos e reformados concorrerá a caixa da brigada com a quantia de 100\$, e pela mesma caixa se fará o enterro das praças de pret, inclusive os reformados, não excedendo a despesa do que se acha marcado na tabella da empresa funeraria para os enterros de 6ª classe.

Art. 296. O espolio das praças que fallecerem no quartel ou em destacamento será vendido em leilão no regimento, com assistencia do respectivo major fiscal, e o seu producto, junto á quantia reservada a que se refere o art. 259, §§ 2º, 3º e 4º, será recolhido ao cofre para ser entregue a pessoa habilitada, segundo o direito, depois de deduzida a importancia da divida pela qual seja a praça responsavel para com a caixa da brigada.

Art. 297. De modo analogo se procederá com relação aos officiaes que fallecerem no hospital e não tiverem familia na Capital.

Art. 298. Os saldos provenientes do rancho, hospital e forragens fundir-se-hão com o de economias licitas e serão applicados ao pagamento das gratificações abonadas pela caixa, e das despesas que as outras especialidades não comportarem ou nellas não puderem ser classificadas.

Art. 299. Das gratificações recebidas pela banda de musica, por contracto feito pelo commandante do regimento, entrará metade para a caixa da brigada para ser applicada ao concerto e

substituição do instrumental, sendo a outra metade dividida proporcionalmente entre os músicos que houverem feito o serviço, segundo suas classes.

Tres são as classes, e estas dadas pelo commando do regimento, conforme as aptidões dos mesmos músicos.

Art. 300. Annualmente, ou quando o Governo julgar conveniente, serão os regimentos inspecionados por um official general do Exército, requisitado pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores, sendo também nesta occasião inspecionada a escripturação de todas as repartições da brigada.

Art. 301. Nenhuma obra ou concerto, que dependa de despeza, se fará nos quartéis e dependencias, sem prévia authorisação do commandante da brigada. Conforme a importancia da obra ou concerto, deverá preceder authorisação do Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Art. 302. Os officiaes que se acharem com parte de doente terão direito ao fornecimento de medicamentos e bem assim suas esposas, mães e filhos, com tanto que a molestia seja attestada por facultativo da brigada, e que desta concessão não resulte abuso ou excesso da verba votada no orçamento para aquella especialidade.

Art. 303. O concurso de que trata o art. 8º, §§ 4º, 5º e 6º, constará de uma prova escripta e outra oral, devendo o respectivo programma ser organizado por uma comissão composta do inspector do serviço sanitario e mais tres medicos nomeados pelo commandante da brigada.

Art. 304. Os concurrentes ás vagas de tenente medico, alferes pharmaceutico e cirurgião dentista deverão, ao inscreverem-se, exhibir seus respectivos titulos scientificos e outros quaesquer que os abonem e provem serviços.

Art. 305. A comissão julgadora se comporá do inspector do serviço sanitario e dos dous maiores medicos, a qual, depois de terminadas todas as provas, classificará, segundo ellas, os candidatos, remettendo as provas escriptas com a classificação ao commandante da brigada que por sua vez as enviará ao Ministro da Justiça e Negocios Interiores. Quando o concurso for para a vaga de alferes pharmaceutico, fará parte da comissão examinadora o tenente pharmaceutico.

Art. 306. Os officiaes da brigada só poderão ser demittidos :

§ 1.º Quando condemnados a dous ou mais annos de prisão por qualquer crime.

§ 2.º Quando praticarem acto infamante.

§ 3.º Quando for reconhecido o seu máo comportamento.

Art. 307. Para os casos dos §§ 2º e 3º do artigo antecedente o commandante da brigada nomeará um conselho composto delle, como presidente, e de tres officiaes superiores, não podendo porém ser nomeados os do regimento do accusado.

CAPITULO XVIII

Das transgressões da disciplina, castigos e seus limites

DAS TRANSGRESSÕES EM GERAL

Art. 308. Constituem transgressões da disciplina militar :

§ 1.º Todas as faltas não qualificadas de crimes.

§ 2.º Todos os actos immoraes e acções offensivas ao socego e ordem publica.

Art. 309. São circumstancias aggravantes da transgressão da disciplina :

§ 1.º Accumulação de duas ou mais transgressões.

§ 2.º Reincidencia.

§ 3.º O conluio de duas ou mais praças.

§ 4.º O serem as transgressões commettidas durante o serviço ou em razão dest'.

§ 5.º O serem offensivas da honra ou dignidade da corporação.

Art. 310. Considera-se circumstancia attenuante da transgressão da disciplina o facto de ser o transgressor de bom comportamento.

Art. 311. Consideram-se justificativas das transgressões da disciplina as circumstancias seguintes :

§ 1.º Terem sido commettidas por ignorancia, claramente reconhecida, do ponto de disciplina infringido.

§ 2.º Terem sido commettidas em consequencia de obstaculo insuperavel para o transgressor.

§ 3.º Terem sido commettidas por occasião de praticar o transgressor qualquer acção meritoria no interesse do socego publico ou defesa da honra ou propriedade sua, ou de alguém.

Art. 312. Os officiaes, quando punidos disciplinarmente com detenção, serão recolhidos ao recinto de uma fortaleza, à sala do estado-maior do regimento ou ao recinto do quartel, conforme a gravidade da transgressão ; os inferiores e mais praças de pret, à casa fechada da fortaleza ou do quartel.

DAS TRANSGRESSÕES PREVISTAS NESTE REGULAMENTO

Art. 313. São transgressões da disciplina:

§ 1.º Autorisar, promover ou assignar petições collectivas entre officiaes ou praças.

§ 2.º Não tratar o seu inferior com justiça ou offendel-o com palavras.

§ 3.º Perturbar, em formatura ou marcha, o silencio necessario para ser ouvida a voz ou ordem do seu superior.

§ 4.º Mostrar-se negligente quanto ao asseio pessoal, prejudicar o de outras praças ou a limpeza do quartel, ou não ter a este respeito a devida vigilância.

§ 5.º Dar toques ou signaes falsos ou disparar armas sem ordem.

§ 6.º Desafiar o seu camarada ou com elle disputar.

§ 7.º Dirigir qualquer petição em objecto de serviço ou queixar-se contra o superior, sem ser pelos tramites legais, ou dar queixa calumniosa.

§ 8.º Publicar qualquer representação que tenha feito contra seu superior, sem permissão da autoridade a quem a mesma representação for dirigida.

§ 9.º Usar do direito de representação em termos não commedidos, ou, em vez de recorrer a esse meio legal, censurar o seu superior em qualquer escripto ou impresso.

§ 10. Provocar pela imprensa conflictos ou rixas com seus camaradas.

§ 11. Faltar ao respeito devido ao superior hierarchico ou responder-lhe com menos attenção, quer por escripto, quer verbalmente.

§ 12. Faltar mal de seu superior nos corpos de guarda, quartéis ou estabelecimentos publicos.

§ 13. Faltar á parada da guarda ou a qualquer formatura, ou nella apresentar-se embriagado.

§ 14. Recusar-se a receber o pagamento, quartel ou uniforme que se lhe der.

§ 15. Não ter cuidado nas suas armas, uniforme, cavallo, e em tudo que lhe pertencer, ou negligentemente os arruinar ou estragar.

§ 16. Servir-se de armas e uniformes alheios e de cavallos de praça de outrem, ou pedir-os emprestados a seus camaradas.

§ 17. Contrahirem as praças dividas sem licença de seus commandantes de companhia.

§ 18. Empréstar dinheiro a seu superior.

§ 19. Dar-se ao vicio da embriaguez.

§ 20. Casar-se o official sem prévia participação ao seu commandante, e a praça de pret sem licença deste.

§ 21. Maltratar qualquer preso que lhe for entregue ou no acto de effectuar a prisão, sem ter havido resistencia.

§ 22. Deixar a guarda, patrulha, ronda ou outro qualquer serviço antes de ser rendido, ou não conservar-se com a precisa vigilância.

§ 23. Desconsiderar qualquer autoridade civil ou militar.

§ 24. Provocar conflictos, embora não se servindo de armas e do qual não resulte acto criminoso.

§ 25. Sahir armado do quartel sem ser em objecto de serviço.

§ 26. Ausentar-se sem licença, mas não por tempo que constitua deserção.

§ 27. Não se apresentar, finda a licença, ou depois de sabre que foi rovogada, não tendo ainda decorrido o tempo necessario para ser a falta qualificada como deserção.

§ 28. Estar fóra do quartel ao toque de recolher, sem ser em serviço, ou sem licença especial.

§ 29. Receber de quem não competir qualquer ordem, senha ou contra-senha.

§ 30. Não acudir, por negligencia, ao toque, à chamada ; aos exercicios, revistas e inspecções.

§ 31. Jogar, commetter actos immoraes ou perturbadores da ordem publica dentro ou fóra dos quartéis, ou dentro de qualquer outro estabelecimento publico.

Art. 314. As transgressões especificadas no artigo antecedente não excluem quaesquer outras comprehendidas no artigo 308, e quando repetidas constituirão crimes e ficarão sujeitas ás penas a ellas correspondentes.

DOS CASTIGOS DISCIPLINARES

Art. 315. São castigos disciplinares:

§ 1.º Para os officiaes de patente:

1.º Admoestação ;

2.º Reprehensão ;

3.º Detenção ;

4.º Prisão.

§ 2.º Para os officiaes inferiores do estado-menor e das companhias e para as praças que gosarem de graduações correspondentes áquellas ou de honras militares:

1.º Reprehensão ;

2.º Dobro de serviço na guarda ;

3.º Detenção ;

4.º Prisão ;

5.º Baixa temporaria do posto ;

6.º Baixa definitiva do posto.

§ 3.º Para os cabos de esquadra:

1.º Reprehensão ;

2.º Dobro de serviço na guarda ;

3.º Detenção ;

4.º Prisão ;

5.º Baixa temporaria do posto ;

6.º Baixa definitiva do posto.

§ 4.º Para os soldados, cornetas, clarins, ferradores e outras praças de pret, que não gosarem de graduações nem honras militares:

1.º Reprehensão ;

2.º Dobro de serviço ;

3.º Detenção ;

4.º Prisão.

Art. 316. A admoestação e a reprehensão podem ser applicadas :

1.º Verbalmente ;

2.º Por escripto.

Art. 317. A reprehensão e a admoestação verbaes são :

- 1.º Particularmente ;
- 2.º No circulo dos officiaes ;
- 3.º No circulo de todos os officiaes inferiores.

Paragraphe unico. A reprehensão para as praças de pret será na frente da respectiva companhia.

Art. 318. A prisão ou detenção do soldado e mais praças de pret, exceptuando-se os officiaes inferiores, poderá ser conforme a gravidade da transgressão, acompanhada das seguintes penas accessorias :

- 1.º Correr em acelerado ;
- 2.º Carga de armas ;
- 3.º Carga de equipamento em ordem de marcha ;
- 4.º Fachina ;
- 5.º Repetição da instrução pratica na escola de recrutas ;
- 6.º Diminuição do numero de comitas diarias ;
- 7.º Privação de vicios tolerados ;
- 8.º Isolamento do culpado em cellula especial ;
- 9.º Multa em metade dos vencimentos, ficando tambem sujeitos a esta pena os inferiores.

DAS REGRAS E LIMITES, QUE SE DEVEM OBSERVAR NA IMPOSIÇÃO DOS CASTIGOS DISCIPLINARES

Art. 319. Nenhum castigo disciplinar, exceptuada a reprehensão e a admoestação, será infligido sem declaração escripta do commandante, devendo a mesma declaração mencionar a qualidade do castigo, seu limite, sua causa e circumstancias agravantes ou attenuantes, si as houver, sendo tudo publicado em detalhe dos regimentos.

Art. 320. Os castigos disciplinaes, abaixo mencionados, não poderão exceder os limites seguintes :

- 1.º O dobro de serviço de guarda de uma até quinze vezes, nunca porém seguidas, devendo o paciente ter sempre meio-dia de folga pelo menos ;
- 2.º A detenção de um a trinta dias ;
- 3.º A prisão de um a vinte e cinco dias ;
- 4.º A baixa temporaria do posto, desde vinte até sessenta dias.

Art. 321. A detenção ou prisão sem as penas accessorias não isentam o paciente do serviço que lhe competir por escala ou que lhe seja determinado.

Art. 322. A carga de armas nunca excederá o peso de sete espingardas de adarme 17, postas sobre os hombros.

Este castigo e o acelerado não durarão mais de duas horas, sempre que houver de ser infligido mais de uma vez pela mesma transgressão, e só será applicado no interior do quartel e sempre de dia.

Art. 323. A carga de equipamento, em ordem de marcha, será sempre applicada durante o dia.

Art. 324. A fachina consiste na limpeza dos quartéis e mais dependências, na limpeza das armas e mais petrechos existentes na arrecadação, no serviço da condução de água, lenha e outros semelhantes, em aterros e nas obras de reparos dos quartéis.

Art. 325. A repetição de instrução pratica não excederá de quatro horas por dia, sendo duas de manhã e duas à tarde.

Art. 326. Na diminuição da ração e do numero de comidas diarias attender-se-ha ao estado physico do paciente. Esta pena poderá ser applicada durante o tempo da prisão, observada a clausula que fica declarada.

Art. 327. O isolamento em cellula especial poderá ser durante todos os dias da prisão, por castigo da transgressão commettida, ou sómente durante parte delle.

Art. 328. A baixa definitiva do posto dos officiaes inferiores, effectivos ou graduados e dos catos effectivos ou graduados, será acompanhada da transferencia de companhia.

Art. 329. A baixa definitiva do posto por máo comportamento inhabilita o rebaixado para novos accessos.

Art. 330. As penas accessorias poderão ser, conforme a gravidade da transgressão, applicadas até tres conjuntamente, uma vez que não sejam incompativeis ou gravemente prejudiciaes ao estado physico do paciente.

Art. 331. O tempo dos castigos contar-se-ha desde a hora em que o castigo começar até que tenham decorrido tantas vezes 24 horas quantos forem os dias determinados.

Art. 332. E' expressamente prohibido o trancamento de notas, sem preceder justificação cabal perante um conselho criminal.

DAS AUTORIDADES A QUEM COMPETE IMPÔR CASTIGOS DISCIPLINARES

Art. 333. São competentes para impôr castigos disciplinares :

- 1.º O Ministro da Justiça e Negocios Interiores ;
- 2.º O commandante da brigada ;
- 3.º Os commandantes dos regimentos ;
- 4.º Os commandantes de companhias as suas praças.

Art. 334. As autoridades mencionadas no artigo antecedente podem infligir a arbitrio proprio, dentro dos limites marcados, os castigos disciplinares abaixo mencionados :

§ 1.º O Ministro da Justiça e Negocios Interiores, qualquer das penas comminadas neste capitulo.

§ 2.º O commandante da brigada e os commandantes dos regimentos podem infligir admoestações, multas, reprehensões, o dobro do serviço da guarda, a detenção e prisão, a baixa do posto temporaria, mandar proceder a conselho para baixa do posto definitiva e todos os mais castigos e accessorios.

§ 3.º Os commandantes de companhias, admoestação, reprehensão, detenção e guardas de castigo no recinto da companhia.

Art. 335. Todo superior é competente para prender a qualquer official ou praça que lhe seja inferior em posto, devendo, porém, o fazer á ordem da autoridade a que estiver immediatamente subordinado o delinquente.

DAS PRAÇAS MAL COMPORTADAS OU INCORRIGIVEIS

Art. 336. As praças que dentro de um anno commetterem seis transgressões de disciplina com alguma das circumstancias aggravantes mencionadas no art. 310, algum facto infamante ou tres de embriaguez, incorrerão :

§ 1.º Si for official inferior, em baixa definitiva do posto, que será imposta pelo commandante da brigada, sobre decisão do conselho de disciplina, e expulso conforme as circumstancias da falta.

§ 2.º Si for cabo de esquadra ou qualquer outra praça de pret, será escuso por indigno de pertencer ás fileiras da brigada, si for declarado incorrigivel, por decisão do mesmo conselho, confirmada pelo commandante da brigada ; e neste caso se remetterá ao chefe de policia a fé de officio da praça e cópia da ordem do dia que der publicidade ás causas da escusa.

§ 3.º Os inferiores graduados poderão ser rebaixados da graduação por simples determinação do commandante do respectivo regimento, expressa em ordem do dia.

DO CONSELHO DE DISCIPLINA

Art. 337. Haverá em cada regimento um conselho de disciplina para os seguintes fins :

§ 1.º Verificar o mau procedimento dos officiaes inferiores e sua inaptidão para o cumprimento de seus deveres.

§ 2.º Verificar a incorrigibilidade das demais praças de pret ;

§ 3.º Prestar informações e seu parecer a respeito de qualquer falta commettida no regimento, si o commandante entender consultal-o.

Art. 338. O conselho de disciplina será composto do major do regimento, como presidente, e de quatro officiaes mais graduados ou mais antigos que estiverem promptos, exceptuando, porém, o commandante da companhia ou esquadra a que pertencer o individuo de que houver de tratar o conselho, e o official que tiver dado a parte. O commandante da companhia ou esquadra será substituido pelo official que se seguir immediatamente em antiguidade ou em graduação ; na ordem descendente, ao official menos graduado ou mais moderno do conselho competirá escrevel-o.

Art. 339. O conselho de disciplina terá voto deliberativo por maioria absoluta, nos casos dos §§ 1º e 2º do art. 337, e somente consultivo nos casos do § 3º do dito artigo.

Art. 340. O processo do conselho de disciplina será todo analogo ao seguido no Exército.

Art. 341. O conselho de disciplina requisitará, para juntar ao processo que organizar, certidão do que se tratar e cópia de todos os documentos que possam esclarecer os factos de que houver de tomar conhecimento.

Art. 342. O referido conselho será nomeado pelo commandante do regimento, em vista das partes e documentos que lhe forem transmittidos.

Art. 343. Si o commandante da brigada não se conformar com as deliberações do conselho, transmittirá o processo ao Ministro da Justiça e Negocios Interiores, que resolverá definitivamente.

DISPOSIÇÕES PROVISÓRIAS

Art. 344. Continúa em vigor, na parte criminal, o regulamento que baixou com o decreto n. 10.222, de 5 de abril de 1889, até que seja autorisado o Poder Executivo a reformal-o.

Art. 345. O augmento de vencimentos constante da tabella annexa ao presente regulamento só se fará effectivo depois de votada pelo Congresso Nacional a necessaria verba.

Paragrapho unico. A gratificação para forragem que actualmente percebem os officiaes montados da brigada, será desde já addicionada á gratificação de exercicio, até que entre em vigor a nova tabella.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1893.—*Fernando Lobo*.

Tabella dos vencimentos dos officiaes e praças da Brigada Policial da Capital Federal,
de conformidade com o regulamento approved pelo decreto n. 1263 A. desta data.

OFFICIAES

SOLDO

VENCIMENTO MENSAL

General de brigada.....	450\$000
Coronel.....	300\$000
Tenente-coronel.....	240\$000
Major.....	210\$000
Capitão.....	150\$000
Tenente.....	105\$000
Alferes.....	90\$000

ETAPA

VENCIMENTO DIARIO

General de brigada.....	7\$000
Coronel.....	6\$000
Tenente-coronel.....	5\$500
Major.....	4\$500
Capitão ou sub-terno.....	3\$500

GRATIFICAÇÃO DE EXERCICIO

Vencimento mensal

Commandante da brigada	370\$000
Assistente.....	190\$000
Secretario da brigada.....	120\$000
Ajudante de ordens.....	90\$000
Inspector da contaduria.....	250\$000
Thesoureiro.....	120\$000
Primeiro auxiliar da contaduria.....	190\$000
Segundo auxiliar da contaduria.....	80\$000
Inspector do serviço sanitario.....	250\$000
Medico major.....	190\$000
Medico capitão.....	120\$000
Medico tenente.....	120\$000
Tenente pharmaceutico.....	100\$000
Alferes pharmaceutico.....	75\$000
Cirurgião-dentista.....	75\$000
Commandante do regimento de infantaria.....	280\$000
Commandante do regimento de cavallaria.....	250\$000

Fiscal de regimento.....	190\$000
Ajudante de regimento.....	120\$000
Quartel-mestre e secretario de regimento.....	80\$000
Commandante de esquadraõ ou companhia.....	90\$000
Subalterno.....	50\$000
Veterinario.....	50\$000

PRAÇAS DE PRET

VENCIMENTO DIARIO

Sargento ajudante ou quartel-mestre.....	2\$000
1º sargento.....	2\$400
2º sargento.....	2\$300
Forriel.....	2\$200
Cabo de esquadra.....	2\$100
Soldado.....	2\$000
Mestre da banda de musica.....	2\$400
Contra-mestre.....	2\$300
Musico.....	2\$000
Clarim ou corneteiro-mór.....	2\$400
Clarim ou corneteiro.....	2\$000
Mestre de correio.....	2\$100
Mestre de ferradores.....	2\$100
Armeiro.....	2\$100
Correio.....	2\$000
Ferrador.....	2\$000

Observações

1.^a O official doente em seu quartel ou com licença para tratamento de saude por inspecção, perderá a gratificação do exercicio (art. 25). No caso do art. 269, nada perderá.

2.^a O official que se achar com licença para tratar de negocios de seu interesse ou mesmo de saude, porém sem inspecção, perceberá soldo ectapa, si a licença não exceder de trinta dias; dahi em diante perceberá somente soldo, comprehendidas as prorogações (art. 25).

3.^a O official que estiver preso para sentenciar perceberá soldo e metade da etapa e o sentenciado apenas o soldo; no caso de ser absolvido, receberá todos os vencimentos que se lhe houver descontado em consequencia da prisão (art. 26).

4.^a O official em diligencia fóra do Districto Federal terá mais a quantia de cinco mil réis diarios, si for o commandante da brigada; de tres mil réis, sendo official superior e de dous mil réis, sendo capitão ou subalterno (art. 27).

5.^a O thesoureiro terá mais, para quebras, a quantia de trinta mil réis mensaes (art. 222).

6.^a Aos officiaes nomeados ou promovidos e que não deverem á Fazenda Nacional, poderá o commandante da brigada mandar abonar pela contadoria, si o estado do cofre o permittir, a importancia de 400\$ do primeiro posto ao de capitão e de 600\$ de major a coronel. Aos officiaes montados e a quem não se forneça arreiaimentos, se abonará mais, para esta despesa, a quantia de 150\$; o que tudo indemnistrão, por descontos mensaes da quinta parte do respectivo soldo. Fóra dos casos acima especificados, nenhum abono se fará sem autorisação do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores,

N. 1 — Mappa demonstrativo do pessoal da Brigada Policial, segundo o regulamento aprovado por decreto de 10 de fevereiro de 1893

CLASSIFICAÇÃO	ESQUADRÕES OU COMPANHIAS	ESTADO-MAIOR														ESTADO-MENOR										FORÇA DAS COMPANHIAS										RESUMO											
																										OFFICIAES			INFERIORES																		
		Comandantes	Assistente encarregado do detalhe	Ajudante de ordens	Fiscaes	Ajudantes	Quarteis-mestres	Secretarios	Veterinario	Inspector da contabilidade e material	Thesoureiro	1º auxiliar	2ºs auxiliares	Tenente-coronel chefe do serviço sanitario	Medicos maiores.	Medicos capitães	Medicos tenentes	Pharmaceutico chefe	Pharmaceutico alferes	Cirurgião-dentista	Sargentos auxiliares	Sargentos quarteis-mestres	Carim ou corneta-mór	Mestre de musica	Contra-mestre	Musicos	Armeiros	Mestre de correio	Mestre de ferradores	Capitães	Tenentes	Alferes	1ºs sargentos	2ºs sargentos	Forçicos	Cabos de esquadra	Soldados	Clarus ou corneteiros	Correioiros	Ferradores	Total	OFFICIAES	PRAÇAS	TOTAL			
Estado-maior da brigada		1	1	1				1		1	1	1	2	1	2	4	6	1	1	1																									25	23	424
Regimentos	de cavallaria.....	1	1		1	1	1	1	1												1	1	1				1	1	1	4	4	12	4	27	4	48	300	8	4	4	424	23	398	424			
	de infantaria.....	1	1			2	2	1	1												2	2	1	1	1	35	2		15	16	48	16	96	16	256	1504	32			2051	87	1964	2051				
Somma.....			3	1	1	3	3	2	3	1	1	1	2	1	2	4	6	1	1	1	3	3	2	1	1	35	3	1	1	20	20	60	20	146	20	304	1804	40	4	4	2500	133	2362	2500			
Cavallaria para officios e praças								1	1	1										1	1	1					1	1	1	4	4	12	4	20	4	48	300	8	4	4	424	23	398	424			

Observações

O estado-maior do commando da brigada pertencerá ao 1º esquadrão do regimento de cavallaria. O estado-maior e os musicos do regimento de infantaria pertencerão á respectiva 1ª companhia. Os officiaes dos estados-maiores do commando da brigada e dos regimentos e as praças dos estados-menores destes, cujas gradações não estão indicadas no mappa, terão as que constar do regulamento.—*Fernando Lobo.*

N. 2 — Mappa da força que deve ter cada regimento da Brigada Policial

Decreto n. 1033 de 1 de setembro de 1892

CLASSIFICAÇÃO	ESQUADRÕES OU COMPANHIAS	ESTADO-MAIOR						ESTADO-MENOR						FORÇA DOS ESQUADRÕES OU COMPANHIAS										RESUMO			ANIMAES							
		Commandantes	Fiscos	Ajudantes	Secretarios	Quarteis-mestres	Veterinario	Sargentos ajudantes	Sargentos quarteis-mestres	Cia-in ou corneta-mor	Mestre de musica	Contra-mestre de musica	Musicos	Arneiros	Mestre de correio	Mestre de ferradores	OFFICIAES			INFERIORES				Total	Officiaes	Praças de pret	Total	Cavallos	Munres	Carroças				
																	Capitães	Tenentes	Alferes	1os sargentos	2os sargentos	Forraes	Cabos de esquadra								Soldados	Clarins ou corn teiros	Correiros	Ferradores
Armas...	{ Regimento de cavallaria..	4	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	4	4	12	4	20	4	48	300	8	4	4	421	26	308	424	421	8	4
	{ Regimento de infantaria..	16	1	2	2	1	1	2	2	1	1	1	3	2	1	1	16	16	48	16	96	16	256	1.504	32	1	1	2.051	87	1.964	2.051	12	1	

Recapitulação

Regimento de cavallaria :		Regimento de infantaria :	
Officiaes do estado-maior.	6	Officiaes do estado-maior.	7
Officiaes dos esquadrões	20	Officiaes das companhias.	80
Somma.	26	Somma.	87
Praças do estado-menor.	6	Praças do estado-menor.	41
Praças dos esquadrões.	332	Praças das companhias.	1.920
Somma.	338	Somma.	1.961
Total.	421	Total.	2.011

Fernando Lobo.

ficando subentendido que os descontos serão pela terça parte do soldo desde que a divida exceda da quantia de 600\$ a dos capitães e subalternos e de 800\$ a dos officiaes superiores.

7.^a O abono de cavalgadura continuará a ser regulado pela legislação em vigor no Exercito e terão direito ao dito abono: o commandante, assistente, ajudante de ordens e secretario da brigada, o inspector da contadoria e os commandantes, fiscaes e ajudantes dos regimentos.

8.^a A etapa das praças de pret será fixada semestralmente pelo Ministerio da Justiça, á vista dos preços por que forem contractados os generos alimenticios.

9.^a Quanto aos demais vencimentos das mesmas praças, observar-se-ha o disposto nos arts. 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 259 e 261 do regulamento.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1893.—*Fernando Lobo.*

3 fevereiro de 1893

		FORÇA DAS COMPANHIAS											RESUMO		
C1	Mestre de Terradores	OFFICIAES			INFERIORES								OFFICIAES	PRAÇAS	TOTAL
		Capitães	Tenentes	Alferezes	1 ^{os} sargentos	2 ^{os} sargentos	Furries	Cabos de esquadra	Soldados	Carreiros ou corneteiros	Correiros	Terradores	Total		
Estado-m.													25	25	25
Regimento	1	4	4	12	4	20	4	48	300	8	4	4	421	25	424
	..	13	16	48	16	96	16	256	1504	32	2051	87	2051
Cavallos p	1	20	20	6	20	146	20	304	1804	40	4	4	2500	138	2500
	1	4	4	12	4	20	4	48	300	8	4	4	421	25	421

O e
do commandante a respectiva 1^a companhia. Os officiaes dos estados-maiores
Pod - Fernando Lobo.

N. 3 — Mappa da força que deve ter cada esquadrão ou companhia dos regimentos da Brigada Policial, segundo a arma a que pertencer

Decreto n. 1033 de 1 de setembro de 1892

CLASSIFICAÇÃO	PESSOAL												RESUMO			ANIMAES			
	OFFICIAES			INFERIORES			Cabos de esquadra	Soldados	Clarins ou corneteiros	Correio	Ferrador	Total	Officiaes	Praças	Total	Cavallos	Mueas	Carroças	
	Capitão	Tenente	Alfere	1o sargento	2os sargentos	Forriel													
Armas {																			
Esquadrão de cavallaria.....	1	1	3	1	5	1	12	75	2	1	1	103	5	98	103	103	2		
Companhia de infantaria.....	1	1	3	1	6	1	16	94	2	125	5	120	125				

Observação

O primeiro esquadrão terá mais nove cavallos. O regimento de infantaria terá seis carroças e 12 mueas. — *Fernando Lobo.*

N. 4 — Tabella das peças de armamento, arreiamento, equipamento e fardamento que devem ser fornecidas ás praças de cavallaria da Brigada Policial da Capital Federal.

CLASSIFICAÇÃO		PREÇO	ANNOS DE DURAÇÃO
Armamento	Accessorios ou monta-molas.....	12200	2
	Apito com corrente de metal.....	8050	4
	Bandoieira.....	18300	6
	Canana de metal amarello com talabarte.....	108000	6
	Clavina.....	328000	10
	Carranca de metal amarello.....	18000	4
	Estrella de metal amarello.....	18000	1
	Espada de aço com bainha para sargentos ajudante e quartel-mestre.....	208000	6
	Espada de aço com bainha para as praças.....	98000	6
	Fiador de 1º uniforme para sargentos ajudante e quartel-mestre.....	38000	6
	Fiador para espadas das praças.....	12000	2
	Guarda-fechos.....	18000	3
	Porta-revolver.....	18500	3
	Revolver.....	108000	10
	Talim com pasta para sargentos ajudante e quartel-mestre.....	188000	6
	Talim com pasta para as praças.....	108000	4
	Talabarte.....	84000	6
Arreiamento	Barbella.....	8700	4
	Bridão.....	58000	4
	Cabeçadas de prisão.....	48000	4
	Cabeçadas de freio.....	68000	6
	Capelladas.....	58000	6
	Coldres (par).....	58500	6
	Cabeçadas de bridão.....	68000	6
	Estribo de metal amarello.....	38500	6
	Freios de ferro.....	58000	4
	Francaletes (par).....	18500	6
	Loros (par).....	38000	4
	Manta de montaria.....	68000	2
	Peitoral com gamarra.....	58000	6
	Teias ou maneias.....	48000	6
	Rabicho de sola.....	48000	6
	Redeas fixas ou falsas para cabeça de freio.....	28000	4
	Redeas fixas ou falsas para cabeça de bridão.....	28000	4
	Schaybrak.....	228000	8
Fardamento	Silhas para schaybrak.....	58000	8
	Sellim.....	408000	6
	Silha mestra de couro.....	38000	4
	Silha de linho.....	38000	2
	Barretina de 1º uniforme para sargentos ajudante e quartel-mestre.....	158000	6
	Barretina de 1º uniforme para as praças.....	68500	5
	Charlateiras (par).....	58500	5
	Calças com listra encarnada.....	128000	6
	Dragonas para sargentos ajudante e quartel-mestre.....	108000	6
	Divisas de galão para 1º sargento.....	58000	6
	Divisas de galão para 2º sargento.....	48000	6
	Divisas de galão para forriol.....	38000	6
	Divisas de galão para cabo de esquadra.....	28000	6
	Escamas de metal.....	18500	6
	Platinas (par).....	18500	6
	Sobrecasacas de 1º uniforme para clarim.....	288000	6

CLASSIFICAÇÃO		PREÇO	ANNOS DE DURAÇÃO
Equipamento	Apparelho de limpeza com bolsa.....	23500	2
	Esporas de metal amarello.....	15100	3
	Garpeiras (terno).....	18800	3
	Mala de vaqueta.....	85500	5
	Perneiras (par).....	45500	3
Instrumental helico			
	Clarim.....	125000	6

N. 5 — Tabella das peças de armamento, equipamento e fardamento que devem ser fornecidas ás praças de infantaria da Brigada Policial da Capital Federal

CLASSIFICAÇÃO		PREÇO	ANNOS DE DURAÇÃO		
ARMAMENTO	Apitos com corrente de metal.....	\$ 350	4		
	Acessórios ou monta-molas.....	18000	8		
	Bandeiras para carabinas ou mosquetão.....	18000	6		
	Bainhas para yatagans.....	58000	5		
	Carabina Comblain completa.....	218000	10		
	Cartucheira.....	18000	3		
	Cinturão.....	18000	3		
	Espada para sargento ajudante ou quartel-mestre.....	208000	9		
	Ficador de 1º uniforme para sargento ajudante ou quartel-mestre.....	38000	6		
	Guarda-fichos.....	18000	3		
	Yatagans para carabina.....	128000	10		
	Yatagans para mosquetão.....	128000	10		
	Mosquetão.....	218000	10		
	Patrona.....	28000	3		
EQUIPAMENTO	Pala para cinturão.....	18700	3		
	Tarugo de metal.....	\$ 500	5		
	Tarugo de madeira.....	8100	3		
	Talim para sargento ajudante ou quartel-mestre.....	128000	6		
	Bornal ou sacco de víveres.....	18100	3		
	Cantil de folha.....	\$ 400	3		
	Correia para cantil.....	18500	3		
	Correia para capote.....	8600	3		
FARDAMENTO	Correia para mochila.....	2850	3		
	Correia para marmitta.....	8500	3		
	Marmitta.....	18000	3		
	Mochila.....	58000	3		
	1º uniforme	Para as praças	Divisas de 1º sargento.....	58000	6
			Divisas de 2º sargento.....	48000	6
			Divisas de forriol.....	38000	6
			Divisas de cubo de esquadra.....	28000	6
			Dragonas (par).....	68000	4
			Dragonas para sargento ajudante ou quartel-mestre.....	158000	6
			Kepis para sargento ajudante ou quartel-mestre.....	158000	6
			Kepis para as praças.....	78000	5
	2º uniforme	Para a musica	Cinturão.....	258000	5
			Calça.....	208000	5
			Dragonas (par).....	158000	5
Florete para o mestre ou contra-mestre.....			128000	5	
Kepis.....			128000	5	
Sobrecasaca.....			508000	5	
Torçado.....			108000	5	

CLASSIFICAÇÃO			PREÇO	ANNOS DE DURAÇÃO	
FARDAMENTO	Segundo uniforme	Para a musica	Bonnet.....	5\$000	3
			Calça	14\$000	3
			Cinturão.....	7\$000	3
			Platinas (par).....	5\$000	3
			Sobrecasaca.....	28\$000	5
			Terçado.....	10\$000	5
COR- NETEÍROS	Primeiro uniforme	Calça	14\$000	5	
		Sobrecasaca.....	28\$000	6	
INSTRUMENTAL BELLICO		Corneta.....	12\$000	6	

Visto

AZEVEDO,
major fiscal.

18.....

Brigada Policial da Capital Federal

REGIMENTO DE INFANTARIA

Vale para o fornecimento de... dias :

Farinha, seiscentos e quarenta litros.....	640
Carne secca, quatrocentos kilogrammas.....	400
Arroz, duzentos litros.....	200
Banha, duzentos kilogrammas.....	200
Etc.	

Quartel em..... 20 de julho de 18...

F...
alferes agente.

18.....

Brigada Policial da Capital Federal

REGIMENTO DE INFANTARIA

Vale para o fornecimento de... dias :

Farinha, seiscentos e quarenta litros.....	640
Carne secca, quatrocentos kilogrammas.....	400
Arroz, duzentos litros.....	200
Banha, duzentos kilogrammas.....	200
Etc.	

Quartel em..... 20 de julho de 18...

F...
alferes agente.

Visto

AZEVEDO,
major fiscal.

18.....

Brigada Policial da Capital Federal**REGIMENTO DE INFANTARIA**

Precisa-se para o fornecimento do rancho :

Carne secca, mil e duzentos kilogrammas.....	1.200
Arroz, oitocentos litros.....	800
Feijão, mil e quinhentos litros.....	1.500
Toucinho, mil kilogrammas.....	1.000
Etc.	

Os quaes recebi em perfeito estado e com o peso e medida da lei.

Quartel em.... de..... de 18...

F...
alferes agente.

18.....

Brigada Policial da Capital Federal**REGIMENTO DE INFANTARIA**

Precisa-se para o fornecimento do rancho :

Carne secca, mil e duzentos kilogrammas.....	1.200
Arroz, oitocentos litros.....	800
Feijão, mil e quinhentos litros.....	1.500
Toucinho, mil kilogrammas.....	1.000
Etc.	

Os quaes recebi em perfeito estado e com o peso e medida da lei.

Quartel em.... de..... de 18...

F...
alferes agente.

Visto

AZEVEDO.

major fiscal.

18.....

Brigada Policial da Capital Federal**REGIMENTO DE INFANTARIA**

Vale para o fornecimento de hoje:

Carne verde, quinhentos kilogrammas	500
Pães, quinhentos, pesando 172 grammas cada um	500
Verduras, quinhentas rações.....	500
Bananas, mil	1.000
Etc.	

Quartel em....de.....de 18...

F...

alferees agente.

18,....

Brigada Policial da Capital Federal**REGIMENTO DE INFANTARIA**

Vale para o fornecimento de hoje:

Carne verde, quinhentos kilogrammas.....	500
Pães, quinhentos, pesando 172 grammas cada um.....	500
Verduras, quinhentas rações	500
Bananas, mil	1.000
Etc.	

Quartel em....de.....de 18...

F...

alferees agente.

Visto

AZEVEDO,
major fiscal.

18....

Brigada Policial da Capital Federal**REGIMENTO DE INFANTARIA**

Recebido do Sr....
e entregue na arrecadação do regimento, os seguintes generos:

Farinha, dous mil e quinhentos litros.....	2.500
Carne secca, sete mil e seiscentos kilogrammas.....	7.600
Arroz, mil e duzentos litros.....	1.200
Etc.	

Para o fornecimento das praças de pret do regimento, durante o mez de.... ultimo; os quaes foram de boa qualidade e com o peso e medida da lei. E para a conta do dito senhor se passou a presente livrança, assignada pelo agente do regimento e rubricada pelo respectivo fiscal.

Quartel em....de.....de 18...

F...

alferes agente.

18....

Brigada Policial da Capital Federal**REGIMENTO DE INFANTARIA**

Recebido do Sr....
e entregue na arrecadação do regimento, os seguintes generos:

Farinha, dous mil e quinhentos litros.....	2.500
Carne secca, sete mil e seiscentos kilogrammas.....	7.600
Arroz, mil e duzentos litros.....	1.200
Etc.	

Para o fornecimento das praças de pret do regimento, durante o mez de.... ultimo; os quaes foram de boa qualidade e com o peso e medida da lei. E para a conta do dito senhor se passou a presente livrança, assignada pelo agente do regimento e rubricada pelo respectivo fiscal.

Quartel em....de.....de 18...

F...

alferes agente.

DECRETO N. 1264 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1893

Dá novo regulamento para a cobrança do sello do papel.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida no art. 2º, n. 4, da lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892, e tendo em vista o disposto nos arts. 7º, n. 3, e 9º, § 1º, n. 1, da Constituição e nos arts. 1º e 3º da lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891, relativos ao imposto de sello do papel, resolve que, na cobrança do referido imposto para a receita da União, se observe o regulamento annexo ao presente decreto.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.

Regulamento para a cobrança do imposto do sello
annexo ao decreto n. 1264 desta data

CAPITULO I

DO IMPOSTO

Art. 1.º O imposto do sello é proporcional e fixo (lei n. 317 de 21 de outubro de 1843, art. 12); recae nos contractos e actos mencionados nas tabellas juntas A e B, e o seu pagamento se fará por meio de estampilhas ou por verbas das repartições arrecadadoras, salvas as excepções deste regulamento.

Tabella A. §§ 1º a 5º

Art. 2.º Para o pagamento do sello dos titulos designados nos seguintes numeros, o valor será:

1.º Nos contractos de arrendamento, o preço ajustado para todo o tempo da locação, e nos traspasses o correspondente ao tempo que faltar para a terminação do prazo; em falta de prazo, a renda de um anno. Em qualquer dos casos deverá computar-se tambem a quantia que estabelecer-se a titulo de joia, entrada ou algum outro;

2.º Nos de emphyteuse e sub-emphyteuse, a importancia de 20 annos de fóro e a joia;

3.º Nas fianças prestadas em Juizo ou repartição publica, o arbitrado ou estabelecido em lei ou regulamento ;

4.º Nos titulos de arrematação de rendas publicas, a lotação do excesso de rendimento, que o contracto deve produzir e que constitue as vantagens do arrematante ;

5.º Nos termos de transferencia de apolices da divida publica interna da União e da Municipalidade do Districto Federal, de acções de companhias ou sociedades anonymas e em commandita, o preço da negociação ou transmissão ; si aquelle preço não for declarado, a média da cotação publica no dia em que se lavrarem os mesmos termos (decreto n. 806 de 26 de julho de 1851, art. 43).

Em falta de cotação desse dia, servirá de base para a cobrança do imposto a do mais proximo anterior, no periodo de um semestre ; si a não houver nesse tempo, o valor nominal dos titulos ;

6.º Dos legados e heranças, o da avaliação nos inventarios ; sendo em apolices da divida municipal do mesmo Districto, em acções e *debentures* de sociedades anonymas e em commandita, a média da cotação do dia do fallecimento do testador ou intestado, procedendo-se conforme dispõe a segunda parte do numero antecedente, si não houver cotação desse dia ;

7.º Nas permutações, a somma dos valores permutados, não comprehendido o de embarcações (art. 10, n. 1) ;

8.º Nos titulos de contractos, em virtude dos quaes se passarem letras na mesma data delles e que não constituirem por si só obrigação nova, a differença entre o valor do contracto e o das letras.

Sendo o contracto feito por escriptura publica, o tabellião deverá declarar nella qual a importancia do sello das letras e o modo por que foi pago.

No caso de escripto particular, igual declaração será lançada no titulo pelo empregado da cobrança e escripturação do sello, dentro do prazo de 30 dias da data do titulo ;

9.º Nos contractos de sociedade, o fundo capital ; nas prorrogações dos mesmos contractos, o acrescimo de capital ;

10. Nas dissoluções de sociedade, a quantia que se repartir pelos socios, ou a parte que couber a algum ou alguns delles (ordem n. 241 de 23 de outubro de 1852 e aviso de 11 de fevereiro de 1892).

No caso de retirada de um ou mais socios, continuando a sociedade com o mesmo contracto, a importancia que for levantada ;

11. Do capital das companhias ou sociedades anonymas, suas agencias e das filiaes, a importancia das chamadas, á medida que se fizerem.

Havendo fusão de duas ou mais sociedades anonymas em uma só, a totalidade do capital, si estiver integrado, ou a parte realisada, no caso contrario (decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, art. 213 ; aviso do Ministerio da Fazenda de 15 de setembro do mesmo anno) ;

12. Das acções e obrigações (*debentures*) ao portador, a média da cotação de um anno, publicada no anterior ao da contribuição; das que não tiverem sido cotadas nesse tempo, o valor nominal. (circular n. 12 de 20 de fevereiro de 1892);

13. Dos dividendos das sociedades anonyms, a importancia dos beneficios que se distribuirem aos accionistas (circular n. 29 de 13 de julho de 1892);

Sendo de companhias que tiverem garantia de juros, dada pela União ou pelos Estados, a importancia do rendimento liquido excellente ao garantido (regulamento n. 9870 de 22 de fevereiro de 1888, art. 2º);

14. Das notas ao portador, o termo médio dos bilhetes em circulação no exercicio anterior ao do pagamento do sello.

Este valor será calculado sommando-se o numero de bilhetes emitidos de cada classe, em circulação no fim de cada trimestre do referido exercicio, e dividindo o total dos bilhetes pelo numero de trimestres;

15. Nos actos em que se convencionar o pagamento, por prestações, de quantias cujo total não se declare, a importancia de uma annuidade;

16. Da commissão estipulada para o serviço das loterias da Capital Federal, a importancia que couber ao thesoureiro, liquida do sello dos bilhetes e de outros quaesquer impostos (ordem n. 124 de 12 de dezembro de 1888);

17. Nos contractos com as repartições publicas em que se não declare o preço total, a quantia mencionada nas ordens de pagamento, na conta ou no papel onde houver despacho para este fim sem expedição de ordem;

18. Nas dações *in solutum*, o valor dos bens dados em pagamento;

19. Do usufructo vitalicio, o producto da renda de um anno multiplicado por cinco; do temporari, o mesmo producto multiplicado por tantos annos quantos os do usufructo, nunca excedendo de cinco;

20. Da nua propriedade, será o producto do rendimento de um anno multiplicado por dez;

21. Nos outros papeis em geral, a importancia declarada.

Art. 3.º Nos contractos de que se passarem diversos exemplares, os quaes deverão ser apresentados ao mesmo tempo e numerados seguidamente, só um pagará o sello, declarando nos outros, os encarregados do recobimento e da escripturação do sello, o numero do exemplar sellado, o valor do imposto e o nome de quem inutilizou a estampilha, ou a data e o numero da verba, si não estiver sujeito áquelle modo de pagamento.

Esta disposição não comprehende as letras, que pagarão o sello conforme o artigo seguinte.

Art. 4.º Das letras passadas por differentes vias, só uma destas ficará obrigada ao sello, sendo:

1.º A que se apresentar ao sacado, ou ao escriptão do protesto por não acceita, quando não for sacada á vista;

2.º A que houver de ser acceita, protestada ou exequível no Brazil, passada em outro logar ;

3.º A primeira via das que forem sacadas á vista, ou sobre paiz estrangeiro.

Art. 5.º Dos contractos em que houver disposições dependentes, que se derivem necessariamente umas das outras, é devido o sello proporcional de um dos valores, sendo iguaes, ou do maior, si o não forem.

No caso de conterem varias disposições, que não se derivem necessariamente umas das outras, pagar-se-hia o sello do valor de todas.

Tabella A, § 6º

Art. 6.º Ao sello proporcional da tabella A, § 6º, estão sujeitos os titulos de nomeação e outros que deem direito ao vencimento de 200\$ para cima, em um anno.

Art. 7.º No caso de ser augmentado o vencimento do emprego ou da commissão, e havendo promoção ou transferencia, ainda que para logar de diverso Ministerio, o sello é sómente devido da melhoria de qualquer valor, sobre a importancia de que se tenha pago igual ou maior taxa proporcional.

§ 1.º Si o vencimento, de que estiver pago o sello, for menor de 1:000\$, será exigida do excesso até este valor a quota de $13 \frac{1}{2} \%$, procedendo-se nesta conformidade a respeito das taxas de $8 \frac{1}{2} \%$ e $7 \frac{7}{10} \%$.

§ 2.º Este artigo é inapplicavel aos que forem demittidos ou aposentados, a seu pedido, e depois nomeados para o mesmo ou diverso emprego da carreira administrativa ou de commissão ; salvo si a demissão tiver logar para que a nova nomeação possa effectuar-se. (Circulares n. 17 de 6 de agosto de 1888 e n. 43 de 17 de julho de 1890.)

Art. 8.º O sello das nomeações para logares sem vencimento dos cofres publicos deve ser pago antes da posse ou do exercicio dos nomeados.

O dos titulos de emprego ou mercê cujo vencimento, no todo ou em parte, for abonado pelos ditos cofres, arrecadar-se-hia:

1.º Por descontos, sendo $5 \frac{1}{2} \%$ do vencimento total em 12 prestações, no primeiro anno, e o resto das taxas excedentes deste valor, no acto do primeiro pagamento ;

2.º Antes do assentamento do titulo em folha, ou de pagar-se ao nomeado, si não depender de assentamento, estando sujeito á taxa de $2 \frac{1}{2} \%$.

Art. 9.º O sello é deduzido dos proventos do emprego ou da mercê, em um anno, a titulo de ordenado, gratificação, emolumentos ou algum outro, sendo competentemente lotados os logares de vencimento variavel.

§ 1.º Deve ser pago, ainda que do accrescimento da renda não se passem novos titulos, e qualquer que seja a fôrma por que se expedir o acto de nomeação ou mercê.

Havendo mais de um acto, far-se-ha a cobrança á vista do que der direito ao exercicio do emprego ou ás vantagens da concessão.

§ 2.º Os nomeados para servirem menos de anno, pagarão o sello do vencimento correspondente ao tempo designado no titulo.

CAPITULO II

DOS TITULOS ISENTOS DO SELLO PROPORCIONAL

Table A, §§ 1.º, 2.º e 5.º

Art. 10. São isentos :

1.º Titulos de transferencia, *contra mortis* e por doação *inter vivos*, da propriedade ou usufructo de apêlices da divida publica da União; os de transferencia da propriedade ou usufructo de embarcações, effectuada por doação *inter vivos*, por compra o venda, dação *in solutum* e actos equivalentes, os quaes são sujeitos ao imposto de transmissão de propriedade, conforme o regulamento n. 5581 de 31 de março de 1874, arts. 2º n. 2 e 14 ns. 1 e 3; (Aviso e portaria de 7 de março e 3 de agosto, circulares ns. 22 e 41, de 24 de maio e 7 de outubro de 1892.)

2.º Bilhetes e outros titulos de credito, emittidos pelo Thesouro Federal e demais repartições de Fazenda da União; excepto as letras sacadas a favor de particulares, ainda que para movimento de fundos entre repartições publicas;

3.º Bilhetes e outros titulos de credito emittidos pelo Thesouro dos Estados, a transferencia dos mesmos titulos, contractos lavrados em suas repartições administrativas;

4.º Notas ao portador, emittidas pelo Banco do Brazil, bem assim o seu fundo capital; (Leis n. 683 de 5 de julho de 1853, art. 5º, e n. 779 de 6 de setembro de 1854, art. 14.)

5.º O capital e os dividendos do Banco de Credito Popular do Brazil; (Decreto n. 1036 B. de 14 de novembro de 1890, art. 14.)

6.º O capital e a emissão de notas do Banco da Republica dos Estados Unidos do Brazil; (Art. 4º, § 4º, dos estatutos approvados por decreto n. 1227 de 30 de dezembro de 1890.)

7.º O capital das sociedades de credito real, bem como as letras hypothecarias ou a sua transferencia; (Decreto n. 370 de 2 de maio de 1890, art. 287.)

8.º Do sello de 1 1/2 %, os dividendos de companhias de fabricas de tecer e fiar algodão, de ferro e de machinas, de estaleiros, linhas telegraphicas e telephonicas; (Regimento n. 9870 de 22 de fevereiro de 1888, art. 5º ns. 9 a 12.)

9.º Vales e recibos postaes;

10. Conhecimentos passados aos vendedores de generos para os Arsenalas e outros estabelecimentos publicos; as contas dos fornecedores de generos para o expediente das mesmas repartições;

11. Concordatas commerciaes, celebradas judicialmente; (Decreto n. 2481 de 28 de setembro de 1859.)

12. Moratorias, concedidas na forma do Codigo Commercial;

13. Titulos, actos e papeis lavrados e processados nos Consulados das nações estrangeiras, si não tiverem de produzir effeito na Republica;

14. Contractos de empreitada e os de locação de serviços, em que o empreiteiro ou locador apenas forneça o proprio trabalho ou a industria;

15. Sentenças de desapropriação por utilidade ou necessidade publica, por conta da União, dos Estados e dos municipios;

16. Obrigações, cautelas de penhor e todos os actos relativos á administração das Caixas Economicas, Monte-Pios e Montes de Soccorro da União; (Lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, art. 2º; decreto n. 1168 de 17 de dezembro de 1892.)

17. Contractos de parceria, celebrados com colonos;

18. Quitações de dinheiro proveniente de contractos, que tenham pago sello proporcional, excepto as que comprehendam pagamento de juro ou de quantia não computada no titulo principal, as quaes pagarão o sello do accrescimo;

19. Transferencias de apolices, acções de companhias ou sociedades anonymas e outros titulos, para o effeito de serem recebidos em penhor;

20. Transferencias de apolices, acções de companhias ou sociedades anonymas e em commandita, em consequencia de transmissão por titulo oneroso ou gratuito, de que se tenha pago sello proporcional, ou imposto de transmissão de propriedade para o Thesouro Federal.

Art. 11. Não é devido sello dos endossos *à ordem* sem declaração de *valor recebido* ou *em conta*, nem dos passados até ao dia do vencimento nos titulos a prazo, ou antes da apresentação, quanto aos pagaveis à vista.

Os endossos *em branco* reputam-se sempre *à ordem com valor recebido*. (Cod. Com., arts. 361 e 362.)

Tabella A. § 6º

Art. 12. São isentos:

1.º A designação, classificação, remoção, transferencia e nomeação de officiaes do Exercito para commissões, ou serviços especiaes ás diferentes armas e aos corpos do respectivo quadro, ou ás fortalezas, bem assim analogos movimentos dos officiaes da Armada para todo o serviço effectivo de bordo dos navios do Estado, Corpus de Marinha e companhias de aprendizes marinhieiros;

2.º As pensões concedidas a familias dos militares, e dos officiaes e praças da Guarda Nacional e voluntarios da patria, mortos em consequencia da guerra do Paraguay;

3.º As pensões concedidas a praças de pret do Exercito e da Armada;

4.º A concessão de reforma a praças de pret, e as vantagens que lhes competirem pela effectividade;

5.º As gratificações militares, inherentes ao exercício do posto, e as substitutivas das antigas vantagens militares;

6.º As substituições temporárias entre empregados da mesma repartição;

7.º As diárias para transporte de engenheiros; os jornaleiros que recebem por ferias, não tendo título de nomeação;

8.º Os vencimentos de empregados dos Corpos Diplomático e Consular em disponibilidade.

CAPITULO III

DOS TITULOS ISENTOS DO SELLO FIXO

Art. 13. São isentos:

1.º Titulos de medalhas de bravura, de campanha e outras que por serviços militares se concederem a officiaes e praças do Exército e da Armada, e da Guarda Nacional em destacamento ou corpos destacados, declarando-se no decreto da mercê a razão por que esta é feita; medalhas de distincção, concedidas para remunerar serviços prestados á humanidade; (Lei n. 719 de 28 de setembro de 1853, art. 22; decreto n. 58 de 14 de dezembro de 1889.)

2.º *Esequatur* a nomeações de agentes consulares das nações estrangeiras; (Ordem n. 227 de 12 de maio de 1881.)

3.º Titulos de concessão de pennas d'agua; (Decreto n. 8775 de 25 de novembro de 1882.)

4.º Cartas de naturalisação; (Lei n. 3140 de 30 de outubro de 1882, art. 14.)

5.º As fés de officio de officiaes do Exército e da Armada, as certidões destas, as escusas ou baixas do serviço das praças de pret e da marinhagem. Licenças concedidas a officiaes em virtude de inspecção de saúde, incluídas as que o forem a medicos e pharmaceuticos adjuntos do Exército (circular n. 4 de 19 de janeiro de 1891); as concedidas a praças de pret e os titulos de dívida, que a estas se passarem;

6.º Livros de registro civil dos nascimentos e obitos; (Decreto n. 605 de 26 de julho de 1890.)

7.º Livros das Caixas Economicas, Monte-Pios e Montes de Soccorro, a que se refere o art. 10, n. 16;

8.º Livros das Casas de Caridade e Misericórdia, e os não especificados no § 2º da tabella B;

9.º Processos em que forem partes a Justiça e a Fazenda Federal; seus traslados e sentenças; os mandados e quaesquer actos promovidos *ex-officio* em Juizo, sendo, porém, pago pelo réo, quando a final condemnado; as certidões passadas *ex-officio*, no interesse da Justiça ou da Fazenda Publica;

10. Processos de desapropriação judicial, promovidos por conta da União, dos Estados e municípios;

11. Processos do conselho de direcção, inquirição, disciplina, investigação, de guerra e outros, que se instaurarem no Exército e na Armada, nos Corpos de Policia do Districto Federal e na Guarda Nacional;

12. Recibos passados em titulos sujeitos ao sello proporcional; as differentes vias dos mesmos recibos e os menores de 25\$, sendo applicavel áquellas e a estes a disposição do art. 14; titulos ou papeis sujeitos ao sello proporcional e os que forem isentos d'elle, pagando estes ultimos o sello da tabella B, § 1º, quando exhibidos como documentos em Tribunaes, Juizes e estações publicas;

13. Passaporte concedido pelo Ministerio das Relações Exteriores aos agentes diplomaticos e consulares nacionaes e estrangeiros e a encarregados de despachos; o — visto — da autoridade policial nos passaportes estrangeiros; passaporte ou — passe — concedido a embarcações brasileiras empregadas na pesca;

14. Approvação de estatutos e autorisação para incorporar companhias, que tenham por fim a pesca no litoral e nos rios da Republica (lei n. 876 de 10 de setembro de 1856); idem para sociedades de colonisação e immigração;

15. Apostillas, lançadas nas patentes de officiaes da Guarda Nacional;

16. Primeiras certidões do termo de deposito feito na Secretaria do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, pelos que requeiram patente de invenção; (Regulamento n. 8820 de 30 de dezembro de 1882, art. 25; decreto n. 547 de 17 de setembro de 1891.)

17. Papeis e documentos relativos ao alistamento, revisão e sorteio para o serviço do Exército e da Armada, e recursos que os interessados apresentem na defesa de seus direitos; (Lei n. 2556 de 25 de setembro de 1874, art. 2º § 8º; decreto n. 5881 de 27 de fevereiro de 1875, art. 139; lei n. 39 A, de 30 de janeiro de 1892, art. 3º.)

18. Attestados de molestia ou de frequencia, e os requerimentos para obtel-os, concedidos a empregados publicos, afim de receberem vencimentos;

19. Requerimentos e outros papeis que transitarem pelo Monte-Pio Geral de Economia dos Servidores do Estado; recibos das joias, contribuições e pensões do mesmo estabelecimento; bem assim os papeis relativos ao Monte-Pio para os operarios do Arsenal de Marinha da Capital Federal, a que se refere a lei n. 127 de 29 de novembro de 1892;

20. Requerimentos e documentos para fins eleitoraes; (Lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, art. 56.)

21. Contra-fés das intimações judiciaes; requerimentos e papeis de presos pobres; ordens para os mesmos sahirem da prisão; attestados e certidões dos assentos debito para sepultura de cadaveres;

22. Documentos do expediente das repartições da União, esta-does e municipaes, comprehendidos os conhecimentos das quan-

tias que receberem os fornecedores ; guias de deposito de mercadorias nos entrepostos, armazens e trapiches alfandegados ; bilhetes de sahita das mesmas mercadorias ; requerimentos de empregados publicos para levantarem quantias em deposito na propria repartição ; recibos do objectos fornecidos para o expediente, e os de quantias transportadas pelo Correio ;

23. Documentos do Banco de Credito Popular do Brazil. (Decreto n. 1036 B, de 14 de novembro de 1890, art. 14.)

Art. 14. Os papeis de que tratam os ns. 17 a 23 do artigo antecedente pagarão o sello da tabella B, § 1º, quando, juntos como documentos, forem apresentados á autoridade para produzirem effeito diverso do fim para que foram passavos.

CAPITULO IV

DO SELLO DE ESTAMPILHA

Art. 15. Haverá estampilhas, cujos valores, formato e signaes caracteristicos serão determinados pelo Ministro da Fazenda.

Art. 16. O sello de estampilha serve:

1.º Para os titulos que devem pagar taxa proporcional, de conformidade com a tabella A. §§ 1º, 3º e 4º ;

2.º Para os titulos que devem pagar taxa fixa conforme a tabella B. §§ 1º, 3º, 4º, 5º ns. 1 a 25, 6º ns. 1 a 8 e 7º ns. 1 a 4.

Art. 17. Os papeis serão sellados, collocando-se a estampilha e inutilisando-a com a data e a assignatura, escriptas parte no papel e parte no sello.

§ 1.º E' competente para inutilisar o sello:

1.º Nas letras de cambio e da terra, o acceitante ; nas que forem sacadas á vista ou sobre paiz estrangeiro, o sacador ;

2.º Nas que se protestarem por falta de acceite, o escrivão do protesto ;

3.º Nos termos de transferencia de apolices e acções, o transfereute ; sendo estas transferidas por endosso, o endossante ; (Decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, art. 21.)

4.º Nas apolices de seguro, o segurador ; ficando isentas do sello as letras do premio.

Não se passando apolice, nem letra, para renovar o contracto, o signatario do recibo do premio ;

5.º Nos seguros maritimos, havendo a minuta de que trata o art. 666 do Cod. Com., o segurador, applicando a estampilha na minuta ;

6.º Nas arrematações, adjudicações e partilhas, o escrivão do processo nos proprios autos, antes de extrahir carta, sentença ou titulo da propriedade, no qual fará menção do sello pago ;

7.º Nos contractos lavrados em notas ou por termos judiciais e em repartições publicas, o contrahente que o assignar em primeiro logar, collocando a estampilha no proprio livro ou termo.

Não se declarando o preço total nos de que trata o art. 2º n. 17, o encarregado da escripturação do sello inutilisará a estampilha nas ordens de pagamento expedidas pela repartição, onde se houver celebrado o contracto, antes de cumpridas.

Para esse fim, a mesma repartição adicionará nas ordens a seguinte nota, datada e rubricada:— *Deve o sello, que não foi pago no contracto por não haver declaração do valor total;*

8.º Nas facturas ou contas assignadas de generos vendidos, o comprador; nos creditos e outros titulos de obrigação, o devedor;

9.º Nos contractos de fretamento de navios (carta-partida ou de fretamento), o capitão ou mestre na nota do despacho marítimo, em que deverá declarar o valor do frete; nos conhecimentos de navios *à carga, colheita ou prancha*, o signatario; nos passaportes ou — passes — das embreacções, o signatario;

10. Nas contas correntes, o escriptuario do sello ou qualquer dos signatarios, antes de ajuzadas;

11. Nas cartas de ordens e escriptos á ordem, o signatario do recibo no titulo, caso não o tenha inutilisado o sacador ou o transferente, ou ainda o proprio sacado, si, por determinação do ultimo portador, tiver de creditar-lhe a importancia da ordem;

12. Nos outros titulos sujeitos ao sello proporcional, nos cheques sobre banqueiro da mesma praça e nos recibos de 25\$ para cima, ou sem declaração de valor, o signatario;

13. Nos titulos extrahidos de processos, nas certidões, traslados, publicas-fórmulas, traducções e outros documentos officiaes, o tabellião ou escrivão, o empregado publico que subscrever taes documentos;

14. Das licenças concedidas a officiaes do Exercito, o commandante do corpo ou chefe do estabelecimento em que estiverem servindo, na guia de que trata o aviso do Ministerio da Guerra de 18 de junho de 1892;

15. Nas procurações e substabelecimentos por instrumento publico e nas *apud acta*, o tabellião ou escrivão que subscrever o acto;

16. Nos processos judiciaes e administrativos:

a) dos arrazoados, articulações e allegações, a parte que os assignar;

b) das folhas, o escrivão, antes de fazer os autos conclusos para sentença final ou interlocutoria com força de definitiva;

c) dos actos a que se refere o § 5º n. 25 da tabella B, o secretario do Tribunal ou o escrivão do Juizo, á medida que os mesmos actos se forem realisando.

Exceptuam-se do disposto nas letras — *b* o *c* — os autos de execução da Fazenda Publica Federal, o sello dos quaes será inutilisado na guia para o pagamento da divida, pelo escriptuario da estação arrecadadora do imposto;

17. Nos requerimentos e documentos que lhes forem appensos, si antes desse acto não eram obrigados ao sello, o signatario dos mesmos requerimentos, a autoridade que os despachar, ou

o empregado que, antes de despacho, lhes der andamento ou informação;

18. Nos testamentos e codicillos, o escrivão que lavrar o termo de acceitação da testamentaria;

19. Nos titulos passados nas Secretarias de Estado, do Senado e da Camara dos Deputados, do Tribunal de Contas e nas Directorias do Thesouro Federal, o escriptuario do sello da estação a que forem remettidos para a cobrança (art. 62); nos que expedirem as Secretarias dos Tribunaes da Justiça Federal, da do Districto Federal, do Conselho Municipal e da Prefeitura do mesmo Districto, os respectivos secretarios; sendo passados em outras repartições, o signatario dos titulos;

20. Nas procurações por instrumento particular e nos documentos não especificados nos numeros antecedentes, o signatario, ou, na falta deste, o escriptuario do sello ou o empregado a quem forem apresentados para produzirem effeito.

§ 2.º Quando houver mais de um signatario, inutilisará a estampilha o que assignar em primeiro logar.

§ 3.º Aos bancos e ás sociedades bancarias é facultada a inutilisação do sello adhesivo por meio de carimbo, que imprima o nome do banco ou a firma social e a data, no fecho dos actos cuja estampilha lhes competir inutilisar.

Esta disposição é extensiva a quaesquer signatarios dos titulos designados nos ns. 1, 4, 5, 8, 9, 11 e 12 do § 1.º. (Decreto n. 10.296 de 10 de agosto de 1889.)

Art. 18. Para completar a importancia da taxa devida, poderão ser collocadas no titulo estampilhas do mesmo ou de diversos valores, contanto que não fiquem sobrepostas.

Art. 19. Não se consideram sellados os papeis com estampilhas em que haja datas, nomes e dizeres extranhos aos que devem conter, para serem legalmente inutilisadas, ou que tenham signaes, rasuras, emendas e borrões.

Art. 20. Quando algum acto pagar taxa inferior á devida, com sello inutilisado por pessoa competente, e houver outra pessoa que tambem o seja, conforme o art. 17, poderá esta applicar sómente a estampilha do valor que faltar.

Art. 21. As estampilhas serão vendidas nas repartições encarregadas da cobrança do imposto, a que se refere o art. 24 n. 4º, e em casas particulares autorisadas pelo Thesouro Federal, pelas Delegacias Fiscaes e Alfandegas.

CAPITULO V

DO SELLO DE VERBA

Art. 22. Devem sellar-se por verba :

1.º Os papeis não sujeitos ao sello de estampilha;

2.º Aquelles em que não se empregar o sello de estampilha por não havel-o na estação fiscal do municipio onde os actos e

contractos se passarem ou em que possam ser sellados, sendo isto declarado pelo escripturario do sello, que lançar a verba ;

3.º Os titulos cujo imposto exceder ao marcado na estampilha de maior valor, si o contribuinte não preferir o modo de pagamento facultado no art. 18 ;

4.º Os passados fôra do Brazil e nos Consulados das nações estrangeiras, quando tenham de ser apresentados a qualquer autoridade ou repartição publica, excepto as letras de cambio acceitas ou protestadas na Republica e as acções ou *debentures* de companhias ; (Arts. 17 § 1º ns. 1º e 2º, 24 n. 1º—d—, e 31.)

5.º Os que incorrerem em multa, na conformidade do art. 40.

Art. 23. Exceptuam-se da disposição do artigo antecedente :

1.º Os titulos de nomeação que pagarem por descontos (art. 8º n. 1) ; devendo, porém, a Directoria do Thesouro ou repartição onde constar o pagamento, certificar-o nos proprios titulos, si lhe forem apresentados para esse fim, depois de satisfeita a ultima prestação. Este certificado é isento de sello ;

2.º O sello das loterias, do qual se passará conhecimento de talão ao thesoureiro. (Arts. 2º n. 16 e 24 n. 2.)

Paragrapho unico. Não obstante a disposição deste artigo, escripturar-se-ha como — sello de verba — o arrecadado dos titulos nelle referidos.

Art. 24. O imposto será arrecadado :

1.º O da tabella A, § 2º :

a) das companhias, com a séde no Districto Federal, pela Recebedoria ;

b) das que a tiverem no Estado do Rio de Janeiro, pelo Thesouro Federal ;

c) nos demais Estados, pelas Alfandegas ; onde não as houver, pelas Delegacias Fiscaes ;

d) pela Recebedoria, pelas Alfandegas e Delegacias Fiscaes, o que recahir em acções e obrigações de companhias estrangeiras, conforme o logar da Republica em que funcionar a caixa filial ou agencia que emittir os titulos, ou pagar dividendos e juros a elles relativos ;

2.º O de bilhetes de loterias pelo respectivo thesoureiro, que o recolherá ao Thesouro antes do dia da extracção, com uma guia que ficará archivada para os fins convenientes ;

3.º O das nomeações cujo sello é facultado pagar por descontos, pelas repartições pagadoras dos vencimentos ;

4.º Nos outros casos de sello de verba : pela Recebedoria da Capital Federal, pelas Delegacias, Alfandegas e Mesas de Rendas da União e estações fiscaes dos Estados, nos logares onde não houver daquellas repartições e não for estabelecida agencia do Governo Federal. (Lei n. 23 de 30 de outubro de 1891, art. 12, § 2º.)

Art. 25. O pagamento do sello constará de uma verba, rubricada pelos encarregados da cobrança e da escripturação, contendo o numero do assento no livro da receita, o valor da taxa em algarismo e por extenso, o nome do logar e a data.

Art. 26. Apresentado o papel à estação fiscal, e sendo entregue a importancia do sello ao recebedor, escreverá este em

algarismo o valor recebido, lançando depois o escripturario a partida no livro e, em ultimo logar, a verba.

Art. 27. Quando se houver pago taxa inferior á devida e o titulo for apresentado ao sello ainda no prazo legal, cobrar-se-ha a differença sómente, lançando-se no livro da receita e na verba as letras — *Diff.*

Art. 28. A verba do sello, nos titulos lavrados em livros de notas das repartições publicas, e nos de transferencia de acções de companhias, lançar-se-ha em uma nota circumstanciada, assignada por qualquer dos interessados, ou pelo tabellião, empregado, ou correitor, mencionando-se no acto, que, só á vista desta nota se poderá lavrar, o numero, a quantia e a data do sello.

Paraphrasis unico. A do sello das arrematações, adjudicações e heranças, em uma guia do escripturario do processo, antes de extrahir carta, sentença ou titulo, no qual fará menção do sello pago.

Art. 29. O numero de folhas dos livros será declarado, por quem delles se deva servir, na ultima pagina antes do indice, e na mesma pagina lançada a verba do sello.

CAPITULO VI

DO TEMPO EM QUE SE PAGA O SELLO DE VERBA

Art. 30. Os contractos sujeitos ao sello proporcional não serão lavrados em livros de notas, de repartições publicas e companhias ou sociedades anonymas e em commandita por acções, sem ter-se pago a taxa na fórma do art. 28.

§ 1.º Os que forem lavrados em autos judiciais, ou officialmente fóra delles, não serão assignados ou subscriptos pelo escripturario ou official competente, sem que estejam sellados.

§ 2.º Os que o forem por particulares, onde houver repartição arrecadadora do sello ou deste logar distante até 12 kilometros, pagarão o imposto dentro de trinta dias da data, concedendo-se mais trinta dias para cada nova distancia de 12 kilometros. Ficam, porém, salvas as disposições seguintes :

1.º Nas letras de cambio e da terra, sacadas a dias ou mezes de vista, conta-se o prazo para o sello da data do aceite ;

2.º Os saldos de contas correntes pagarão o sello antes de ajuizados ;

3.º Os titulos a prazo menor de trinta e um dias serão sellados até á véspera do vencimento ;

4.º Nenhuma obrigação poderá ser solvida sem que esteja devidamente sellada.

§ 3.º O das cartas de fretamento, antes do desembarço do navio pela Alfandega, averbando-se no despacho maritimo em que o capitão declare a importancia do frete.

Art. 31. As companhias ou sociedades anonymas pagam o sello:

1.º Do fundo capital, no prazo de trinta dias depois do fixado

para cada uma das entradas, ainda que estas se effectuem a titulo de *bonus* ou algum outro modo de realizar-se o capital subscripto; contados do dia da installação da companhia, quanto ás entradas que estiverem feitas a esse tempo;

2.º Do empréstimo por meio de *debentures* (decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, art. 4), antes de começar a emissão pela entrega dos titulos ou de cautelas que representem o seu valor, quando não houver contracto cujo sello deva ser pago nos termos do art. 28;

3.º Das notas ao portador, no mez de janeiro de cada anno, até o dia 30;

4.º Das acções e obrigações (*debentures*) ao portador, metade da taxa fixada na tabella, dentro de quinze dias, contados do annuncio para o pagamento semestral dos dividendos e dos juros; decorrendo este prazo, do dia 15 do mez subsequente ao semestre vencido, conforme o anno social convencionado nos estatutos, quando até ao mesmo dia a sociedade não fizer aquelle annuncio; (Lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891, arts. 1º e 3º; circular n. 12 de 20 de fevereiro de 1892.)

5.º Dos dividendos, mesmo pagos a titulo de *bonificação* ou de outro por que se distribuam os lucros, dentro de 30 dias contados da data do annuncio. (Decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, art. 116; ordem de 30 de setembro de 1891; lei citada n. 25, art. 1º.)

§ 1.º As entregas far-se-hão acompanhadas de guias em duplicata, firmadas pelo gerente e rubricadas pelo presidente, ou somente assignadas pelo gerente, quando se tratar de companhia estrangeira; deverão conter as declarações necessarias para se conhecer o valor tributavel, de accordo com os ns. 11 a 14 do art. 2º.

§ 2.º Nas que forem concernentes aos titulos mencionados no n. 4 deste artigo, será declarado tambem o numero de acções ao portador e de *debentures* existentes no ultimo dia de cada semestre do anno social.

§ 3.º Em um dos exemplares das guias, que ficará na estação arrecadadora para os necessarios effeitos, será notado pelos encarregados do recebimento e da escripturação o numero da folha do livro, em que se assentar o pagamento, a importancia do sello, a data e o numero da verba lançada no exemplar restituído á parte.

Art. 32. Os papeis sujeitos ao sello fixo serão sellados:

1.º Os autos judiciaes, antes da conclusão para a sentença final ou interlocutoria com força de definitiva, em guia assignada pelo secretario do Tribunal ou escriptivo, que funcionará no processo;

2.º Os titulos extrahidos de processos, certidões e outros documentos officiaes, antes de subscriptos;

3.º Os cheques e mandatos, antes de pagos;

4.º Os conhecimentos de carga, dentro de oito dias da data;

5.º Os testamentos e codicillos, antes de subscripto o termo de acceitação da testamentaria;

6.º Os requerimentos, antes de despachados;

7.º Os recibos de 25\$ para cima, ou sem declaração de valor, dentro de 30 dias da data, conforme o art. 30, § 2º ;

8.º Os outros papeis assignados por particulares, antes de juntos a autos e a requerimentos, ou de apresentação à autoridade ou official publico para produzirem effeito ;

9.º Os livros, antes de rubricados e de se começar nelles a escripturação.

CAPITULO VII

DA FISCALISAÇÃO

Art. 33. As estações encarregadas da cobrança não poderão fazer exames nos cartorios ou em repartições, para averiguarem faltas de pagamento ; devendo, no caso de infracção, requisitar das autoridades certidões, ou exames para procederem contra os infractores.

Art. 34. O juiz, chefe de repartição publica, qualquer autoridade civil ou militar da União ou do Districto Federal, a quem for presente algum processo administrativo ou judicial, no qual existam papeis, que não tenham pago o sello ou a multa nos prazos legais, exigirá por despacho, no mesmo processo, antes de se lhe dar andamento, que a falta seja supprida.

Os processos de que trata o art. 63 e os que estiverem submettidos aos tribunaes judiciarios e militares, ao Tribunal de Contas, ao Thesouro Federal e ás Secretarias de Estado, poderão, todavia, ser ali despachados antes de pago o sello, ficando dependentes deste os effeitos dos despachos.

Art. 35. Os directores ou gerentes de sociedades anonymas e das Caixas Economicas e Montes de Soccorro são obrigados a apresentar, quando o chefe da estação fiscal o exigir, os titulos de nomeação dos respectivos empregados, considerando-se verificada a hypothese do art. 45 n. 2, no caso de recusa.

Art. 36. Os contractos ou estatutos das sociedades anonymas não serão recebidos nas Juntas e Inspectorias Commerciaes, sem que conste delles o assentamento do sello do capital, na estação arrecadadora da séde da companhia e, sendo esta estrangeira, na séde da caixa filial ou agencia na Republica.

Art. 37. As autoridades, os empregados, juizes, tabelliães, escriptvães e officiaes publicos, a quem for presente titulo ou papel sujeito á multa comminada no art. 40, ou de onde conste alguma das infracções previstas nos arts. 44 a 48, o remetterão ao chefe da estação fiscal do districto, ou a quem competir proceder sobre elle.

Art. 38. As decisões serão dadas por despacho no proprio titulo, no requerimento da parte ou na comunicação official.

Art. 39. Si o contribuinte não pagar logo o imposto e a multa, ser-lhe-ha, não obstante, devolvido o titulo, ficando,

para os effeitos legais, cópia authentica do mesmo e do despacho nelle proferido.

§ 1.º De autos e escriptos lavrados ou registrados em livros de cartorio e repartições publicas, e de papeis de grande volume, não se extrahirá cópia, mas sim extracto mencionando os factos justificativos da decisão.

§ 2.º Este artigo não é applicavel aos titulos e papeis de que trata o art. 46, os quaes, decidida definitivamente a questão pela autoridade administrativa, serão enviados a quem de direito para a instauração do processo criminal.

CAPITULO VIII

DAS MULTAS

Art. 40. Os papeis não sellados em tempo, ou que o tenham sido com taxa inferior á devida, ficam sujeitos á multa de 20 a 50 % sobre a importancia não paga; aquelles, cuja estampilha não for inutilisada de conformidade com o art. 17, pagarão a de 10 a 25 %/. (Decreto n. 1115 A, de 29 de novembro de 1890.)

Paragrapho unico. Esta multa cobrar-se-ha além da taxa devida, conforme a respectiva tabella, por meio de verba distincta da do sello, e será de igual fórma escripturada no competente livro de receita do imposto.

Art. 41. Aos titulos sem data, ou que a tiverem emendada, sem que no mesmo papel tenha o proprio signatario ratificado a emenda, applicar-se-ha a disposição relativa aos não sellados em tempo, exceptuados aquelles cujo prazo para o sello não se contar da data.

Art. 42. A multa relativa ao sello proporcional terá por base o que se devera pagar, correspondente ao valor do titulo, ainda que o mesmo valor se ache diminuido por quitação ou outro meio legal.

A dos livros calcular-se-ha em relação á totalidade das folhas, ainda que só alguma esteja escripturada no todo ou em parte.

Art. 43. A disposição do art. 40 refere-se unicamente aos titulos da tabella A, §§ 1º a 5º, e da tabella B, §§ 1º, 2º, 4º ns. 1 a 4, 5º ns. 1 a 11 e 6º ns. 5 a 10.

Art. 44. Ficam sujeitos á multa de 5\$ a 25\$ além das penas do Codigo Penal, os empregados na arrecadação do sello, que receberem ou lançarem no livro de receita taxa maior ou menor do que a devida.

Art. 45. Incorrem na multa de 10\$ a 50\$, além das penas do Codigo Penal:

1.º Os juizes que sentenciarem autos, assignarem mandados e quaesquer instrumentos e papeis, que nenhum sello tenham pago, ou em que a verba tiver sido feita ou a estampilha inutilisada por pessoa incompetente;

2.º O juiz, a autoridade civil, militar ou municipal, o director de sociedade anonyma, e o gerente da Caixa Economica ou Monte de Soccorro que der posse ou exercicio a empregado, que não tenha vencimento pago pelos cofres publicos, sem que o titulo de nomeação esteja sellado ;

3.º O chefe de repartição publica, juiz ou outro funcionario, que assignar contractos e nomeações, attender officialmente, despachar requerimento ou papel, instruido de documentos não sellados, fizer guardar e cumprir, ou que produza effeito titulo ou papel sujeito a sello, sem que o tenha pago ;

4.º O official publico, que lavrar contracto, subscrever ou registrar papel sujeito ao sello, sem prévio pagamento deste.

Art. 46. Ficam sujeitos á multa de 40\$ a 200\$, além das penas do Codigo Penal:

1.º Os que falsificarem o sello, empregarem estampilha falsa, ou de que se tenha feito uso, e os que escreverem verba falsa ;

2.º O empregado da estação do sello, que antedatar ou alterar a verba, com o fim de evitar o pagamento da multa.

Art. 47. O que negociar, acceitar ou pagar letra de cambio ou da terra, escripto á ordem, cheque ou nota promissoria, antes de pago o sello em tempo e a multa do art. 40, quando devida, ficará sujeito á multa de 5 % do valor da letra, escripto ou nota, e ao dobro, na reincidencia. Si o negociador da letra, escripto ou nota for corretor e houver procedido de má fé, será, na reincidencia, destituido do officio.

Art. 48. O que vender estampilhas sem autorisação do Ministro da Fazenda, dos inspectores das Alfandegas e delegados fiscaes, perderá o valor das que lhe forem encontradas, e incorrerá na multa de 20\$ a 100\$000. No caso de reincidencia, a multa será duplicada.

Ao que vendel-as por preço superior ao da respectiva taxa, cassar-se-ha a autorisação.

Art. 49. O thesoureiro das loterias e outros encarregados da percepção do sello ficam sujeitos á multa comminada no art. 43 da lei n. 514 de 28 de outubro de 1818, pela indevida detenção das quantias que arrecadarem.

Art. 50. As multas serão impostas :

1.º Pelo thesoureiro do Thesouro Federal e pelos delegados fiscaes, inspectores das Alfandegas, administradores da Recebedoria e de Mesas de Rendas e outros agentes fiscaes, cada um em relação ao sello cuja arrecadação lhes é commettida por este regulamento, a infractores que não sejam autoridades judicarias, militares e civis, ou chefes de repartições administrativas, tanto da União como dos Estados e do Districto Federal, quando proedam em razão do seu cargo ;

2.º Pelos competentes Ministros de Estado aos funcionarios da União e do mesmo Districto, comprehendidos nas excepções do numero precedente.

CAPITULO IX

DOS RECURSOS E DAS RESTITUIÇÕES

Art. 51. Das decisões excedentes da alçada haverá recurso ordinario:

1.º Para o Ministro da Fazenda, sendo proferidas pelo thesoureiro do Thesouro Federal, pela Recebedoria ou Alfandega da Capital Federal e pelas Mesas de Rendas ou agentes fiscaes da União, no Estado do Rio de Janeiro, e inspectores das Alfandegas e delegados nos demais Estados;

2.º Para os mesmos inspectores e delegados, das que proferirem os administradores de Mesas de Rendas e outros empregados na cobrança do imposto.

Art. 52. Os agentes ou encarregados da cobrança fóra das Capitães recorrerão *ex-officio*, no Rio de Janeiro para o Ministro da Fazenda e nos demais Estados para os inspectores das Alfandegas e delegados.

Art. 53. Das decisões proferidas dentro da alçada é facultado o recurso de revista para o Ministro da Fazenda, nos casos de incompetencia, excesso de poder e violação de lei ou de formulas essenciaes.

Art. 54. Os recursos serão interpostos dentro de trinta dias, contados da intimação ou publicação dos despachos.

Art. 55. O sello de verba, devidamente arrecadado, restituir-se-lá:

1.º De nomeação que não se tornar effectiva pelo exercicio do emprego;

2.º De nomeação para emprego, cujo exercicio cessar antes de terminado o primeiro anno; restituindo-se a quota de 5 ¼ % recebida ou incluída no sello pago, correspondente ao tempo necessario para completar o dito anno;

3.º De acto ou contracto, que não se effectuar;

4.º De contracto nullo, si a nullidade for absoluta.

Art. 56. O sello de estampilha em nenhum caso se restitue, ficando salvo á parte o direito á indemnisação pelo funcionario que, em razão do cargo, applicar a algum papel estampilha de maior valor do que o devido, ou cujo imposto deva ser pago por verba.

CAPITULO X

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 57. Os actos emanados de poder ou autoridade estadual, ou sujeitos aos seus serviços e repartições, pagam o sello marcado nas tabeellas deste regulamento, para outros de igual denominação ou especie, quando tenham de produzir os seus effeitos no Districto Federal, em outro Estado perante autori-

dade federal ou fóra da União. (Lei n. 126 A de 21 de novembro de 1892, art. 2º n. 4.)

Art. 58. O deposito das estampilhas será na Casa da Moeda, nas Alfandegas e Delegacias, mediante a administração do director, dos inspectores e delegados, e sob a guarda dos thesoureiros.

Art. 59. Da Casa da Moeda serão remettidas á Recebedoria, na Capital Federal, ás Mesas de Rendas e Agencias no Estado do Rio de Janeiro, e ás Alfandegas e Delegacias nos outros Estados, de conformidade com as ordens do director das Rendas Publicas.

Nas mesmas Alfandegas e Delegacias far-se-ha a distribuição dellas pelas outras estações fiscaes encarregadas da cobrança do sello.

Paragraphe unico. A disposição deste artigo não obsta á remessa directa das ditas estampilhas a qualquer das mesmas estações, dando-se aviso á Alfandega ou Delegacia competente, para debitar os responsaveis e tomar-lhes contas.

Art. 60. Os vendedores particulares fornecer-se-hão das estampilhas por meio de compra nas repartições competentes, sendo a quantidade minima fixada pelos respectivos chefes. Terão direito a uma comissão, marcada pelo Ministro da Fazenda, deduzida do valor das estampilhas no acto da compra.

Art. 61. Haverá na Casa da Moeda um registro, de onde conste o anno e o mez, em que começar a distribuição para a venda das estampilhas de cada valor, com designação dos signaes caracteristicos, por que se distingam. Deste registro dar-se-hão, por despacho do director, as certidões que lhe forem requeridas.

Art. 62. Os titulos sujeitos a sello de verba, com a assignatura do Governo, incluidos na tabella B, §§ 5º a 8º e 10, serão remettidos á Recebedoria da Capital Federal, ou á estação arrecadadora na Capital do Estado onde residirem os interessados, afim de lhes serem entregues depois de pago o imposto.

Art. 63. Não se retardará em qualquer instancia o julgamento dos processos criminaes, policiaes e administrativos por falta de sello, que será pago depois pelo interessado no andamento do processo.

Art. 64. A importancia do sello, relativo aos papeis de que trata o art. 40 e das multas, que não for paga voluntariamente, arrecadar-se-ha por meio executivo.

Art. 65. Os infractores das leis e dos regulamentos do sello são solidariamente responsaveis á Fazenda Federal pelo valor do imposto e das multas, concernentes aos mesmos papeis. Terão, porém, direito regressivo uns contra os outros, na ordem da responsabilidade contrahida.

Os funcionarios responderão sómente pelas multas, quando procederem em razão de seus cargos.

Art. 66. Serão admittidas denuncias sobre as infracções deste regulamento, cabendo ao denunciante metade das multas.

Art. 67. Revogam-se o decreto n. 8946 de 19 de maio de 1883 e quaesquer disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893. — *Serzedello Corrêa.*

TABELLA A

Dos papeis sujeitos ao sello proporcional

§ 1º — DIVERSOS

Sello de estampilha

1. Letras de cambio e da terra, sacadas no Brazil.
2. Letras de cambio, sacadas em paiz estrangeiro, sendo acceitas, protestadas ou exequiveis no Brazil.
3. Bilhetes á ordem, pagaveis em mercadorias (decretos n. 165 A de 17 de janeiro e n. 370 de 2 de maio de 1890).
4. Cartas de ordens e escriptos á ordem.
5. Facturas ou contas assignadas (Cod. Com., art. 219).
6. Contas correntes de commerciante a commerciante e de commissario a committente, assignadas ou reconhecidas pelo devedor do saldo, quando tenham de ser ajuizadas em processo contencioso.
7. Creditos ou titulos de emprestimo de dinheiro.
8. Escripturas de hypotheca.
9. Contractos de sociedades, que não sejam anonymas, e os actos de dissolução ou liquidação das mesmas.
10. Contractos de arrendamento ou locação e outros que transmitam o uso e gozo de bens moveis, immoveis e semoventes existentes no Districto Federal.
11. Contractos de aforamento e outros actos de transmissão de propriedade immovel no mesmo Districto (lei n. 126 A de 21 de novembro de 1892, art. 2º n. 4).
12. Transferencias de titulos de divida publica interna da União, excepto por transmissão *causa mortis* ou doação *inter vivos* (Reg., art. 10 n. 1).
13. Transferencias de acções de sociedades anonymas e em commandita, nacionaes e estrangeiras; as de divida publica da Municipalidade do Districto Federal.
14. Actos translativos de embarcações, excepto por doação *inter vivos*, por compra e venda, dação *in solutum* e actos equivalentes (Reg., art. 10 n. 1).
15. Contractos de fiança, por escriptura publica ou particular.
16. Contractos de fiança e outros, por termos lavrados em juizo ou repartição publica.
17. Cartas de credito e abono.

18. Bilhetes definitivos de depositos de metaes preciosos, emitidos pela Casa da Moeda (Regul. n. 5536 de 31 de janeiro de 1874, art. 45 § 2º).
19. Titulos de garantia de mercadorias (*warrants*) emitidos pelas Alfandegas ou por companhias de docas (Decr. n. 4150 de 8 de janeiro de 1870).
20. Recibos de cautelas de generos recolhidos a trapiches, com valor declarado (Cod. Com., art. 88).
21. Endosso dos titulos sem prazo, os passados depois do vencimento nos que tiverem prazo e nos que forem sacados à vista, tendo sido apresentados ao pagamento (Reg., art. 11).
22. Titulos de deposito extrajudicial.
23. Papeis em que houver promessa ou obrigação de pagamento, ainda que tenham a forma de recibo, carta ou alguma outra; os que contiverem distracto, exoneração, subrogação ou garantia e liquidação de sommas ou valores.

Até ao valor de 200\$000.....	\$220
De mais de 200\$000 até 400\$000.....	\$440
» » » 400\$000 » 600\$000.....	\$660
» » » 600\$000 » 800\$000.....	\$880
» » » 800\$000 » 1:000\$000.....	1\$100

Assim por deante, cobrando-se mais 1\$100 por conto ou fracção desta quantia.

§ 2º — COMPANHIAS OU SOCIEDADES ANONYMAS

Sello de verba

1. Do fundo capital, por 1:000\$000 ou fracção deste valor.....
 2. Empréstimo de dinheiro emitindo obrigações (*debentures*) ao portador, idem idem.....
 3. Capital representado em acções ao portador, por 100\$000, desprezada a fracção desta quantia quando a houver na somma.....
 4. Das obrigações (*debentures*) ao portador, idem idem.....
 5. Dos dividendos.....
- 1\$100
\$200
1 1/2 %

§ 3º — FRETAMENTO DE NAVIOS

Sello de estampilha

Freto:

Até ao valor de 500\$000.....	1\$100
De mais de 500\$000 até 1:000\$000.....	2\$200
» » » 1:000\$000 » 2:000\$000.....	4\$400

Assim por deante, cobrando-se mais 2\$200 por conto ou fracção desta importancia.

Sendo fretado o navio para paiz estrangeiro, ou sem declaração do logar, pagar-se-ha o dobro da respectiva taxa.

§ 4º — CONTRACTOS DE SEGURO, ESCRIPTURAS OU LETRAS DE RISCO

Sello de estampilha

Premio:

Até ao valor de 10\$000.....	\$220
De mais de 10\$000 até 50\$000.....	1\$100
» » » 50\$000 » 100\$000.....	2\$200
» » » 100\$000 » 150\$000.....	3\$300

Assim por deante, cobrando-se mais 1\$100 por 50\$ ou fracção de 50\$000.

§ 5º — NOTAS AO PORTADOR

Sello de verba

Até ao valor de 200\$000.....	\$220
De mais de 200\$000 até 1:000\$000.....	\$550

Assim por deante, cobrando-se mais 550 réis por conto ou fracção de conto.

§ 6º — MERCÊS PECUNIARIAS

Sello de verba

Vencimento de um anno, de 200\$ para cima :

1. Titulos de nomeação do Governo e outras autoridades federaes, não designados nos seguintes numeros deste parographo, nem sujeitos ao sello fixo; os de aposentadoria, jubilação e pensão concedidas pelos cofres da União :

Até 1:000\$000.....	13 ¹ / ₅ %
De excedente até 6:000\$000.....	8 ⁵ / ₈ %
Do que exceder de 6:000\$000.....	7 ⁷ / ₁₀ %

2. Nomeação para o cargo de Ministro de Estado....
3. Nomeação conferida por juizes e tribunaes judi-
ciarios da União e do Districto Federal.....
4. Nomeação, promoção e reforma de officiaes do
Exercito, da Armada e classes annexas, do
soldo
5. Nomeação, promoção e reforma de officiaes da
Brigada Policial da Capital Federal, do soldo.)

7 ⁷/₁₀ %

6. Nomenção para servir interinamente emprego federal, por menos de um anno, ou em comissão, com vencimento pelos cofres publicos, ou não
7. Nomenções para delegado e escripturarios do Thesouro Federal, em Londres (aviso de 26 de agosto de 1885).....
8. Nomenção interina ou provisoria de empregos da Justiça Federal ou do Districto Federal.....
9. Portaria concedendo gratificação, por serviços designadamente creados por lei ou regulamentos da União (ordens n. 202 de 13 de maio de 1862, ns. 105 e 402, de 10 de abril e 24 de outubro de 1872).....
10. Titulos de emprego effectivo, aposentadoria, jubilação e reforma com vencimento abonado pelos cofres municipaes do Districto Federal....
11. De emprego das Caixas Economicas e Montes de Soccorro da União (ordens de 29 de novembro de 1890 e 7 de junho de 1892); os de empregos das sociedades anonymas.....
12. Os de emprego effectivo da União com vencimento diario
13. Titulo declaratorio de pensão ou meio soldo....

5 $\frac{1}{2}$ %2 $\frac{1}{3}$ %

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893. — *Serzedello Corrêa*.

TABELLA B

Dos papeis sujeitos ao sello fixo

1ª CLASSE

Actos que pagam sello conforme a dimensão do papel

§ 1º — PAPEIS FORENSES E DOCUMENTOS CIVIS

Sello de estampilha

1. Actos lavrados por funcionarios da Justiça Federal e da Justiça do Districto Federal:
 - a) Autos de qualquer especie.....
 - b) Sentenças extrahidas dos processos, incluídos os
formaes de partilhas.....
 - c) Cartas testemunhaveis, precatorias, avocatorias,
de inquerição, arrematação e adjudicação.....
 - d) Provisões de tutela e as não especificadas.....
 - e) Instrumentos de posse, de protesto e outros fóra
das notas.....
 - f) Editaes e mandados judiciaes.....
2. Requerimentos, memorias e memoriaes, dirigidos
a qualquer autoridade judiciaria ou adminis-
trativa da União e do Districto Federal.....
3. Escriptos particulares ou por instrumento publico
fóra das notas, em que directa ou indirecta-
mente não se declare valor.....
4. Procurações e *apud acta*, não contendo a clausula
in rem propriam ou alguma outra, que torne
exigivel o sello proporcional..... \$220
5. Substabelecimentos das mesmas.....
6. Testamentos e codicillos, no Districto Federal...
7. Contractos, titulos ou documentos não especifi-
cados, dos quaes não seja devido sello pro-
porcional nem mais de 220 réis de sello fixo,
quando juntos a requerimentos ou apresen-
tados ás autoridades referidas no n. 2.....
8. Certidões e cópias, não designadas em outros
paragraphos desta tabella, traslados e publica-
formas, extrahidos de livros, processos e do-
cumentos de cartorios de tabelliães e outros,
que não sejam escrivães da Justiça ou Policia
dos Estados ; das repartições publicas da
União e do Districto Federal.....

Sendo subscriptos por empregados, que não porcebam custas ou emolumentos por estes actos, pagarão mais:

De rasa, por linha.....	\$055
De busca, por anno.....	\$550

OBSERVAÇÕES

1.^a O sello de 220 réis é devido por meia folha ou menos de papel, toda escripta ou em parte, não excedendo de 33 centímetros de comprimento e 22 de largura. Excedendo qualquer destas medidas, pagará o dobro.

2.^a Não é permittido escrever em meia folha dous ou mais actos, salvo pagando o sello de cada um; excepto os substabelecimentos escriptos na meia folha da procuração, as certidões e os attestados, na do requerimento ou mandado que os motivaram, e os reconhecimentos de firmas, lavrados na do acto que contenha a assignatura reconhecida, não se comprehendendo nesta excepção os reconhecimentos de que trata o n. 16 do § 5º.

3.^a Da somma correspondente à rasa despreze-se a quantidade menor de 100 réis; não se receba menos de 1\$100.

4.^a Da contagem de busca são excluidos o anno em que o livro, processo ou documento se considerar findo, pelo ultimo acto nelle escripto, ou por ter cessado de servir continuamente, e o anno em que se pedir a certidão; cobrando-se, porém, a taxa de um anno, quando em mais não importar por causa da exclusão de tempo aqui estabelecida.

5.^a Designando a parte o tempo no requerimento, só haverá busca dos annos declarados, guardada a disposição antecelente.

6.^a Ainda que duas ou mais pessoas requeiram a certidão, é devido o sello de uma só busca, e esta será calculada sem attenção ao numero de volumes em que se dividam os livros sobre o mesmo assumpto.

Haverá, contudo, a importancia de tantas buscas, quantos forem os objectos de que se pedir a certidão.

§ 2º — LIVROS

Sello de verba

No Districto Federal

1. Livro de termos de bem-viver, segurança e rol dos culpados.....	\$110
2. Do depositario geral (decreto n. 1024 de 14 de novembro de 1890, art. 19, na collecção de fevereiro de 1891).....	
3. Dos pharmaceuticos e droguistas (decreto n. 1172 de 17 de dezembro de 1892), além do sello do § 5º n. 33.	\$044

No Districto Federal e nos Estados

4. Livros de notas, de procurações (regimento n. 5737 de 2 de setembro de 1874, art. 98), de apontamento de letras e de registro dos tabelliães.....	
5. De registro de firmas ou razões commerciaes, a cargo dos officiaes do registro de hypothecas nos Estados (Decr. n. 916 de 24 de outubro de 1890, art. 1º).....	\$110
6. De registro civil dos casamentos (Decr. n. 9886 de 7 de março de 1888, art. 5º).....	
7. Protocollo do registro geral (Decr. n. 370 de 2 de maio de 1890).....	
8. Protocollo das audiencias, os da entrega de autos aos juizes (Decr. n. 4824 de 22 de novembro de 1871, art. 72) e os de registro dos escrivães...	
9. Dos despachantes das Alfandegas.....	
10. Os que devem ter os commerciantes, as companhias anonymas, os corretores, agentes de leilões e administradores de armazens de deposito, de conformidade com o Código Commercial, arts. 11, 13, 50, 71 e 88, e decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, art. 22, além do sello do § 5º n. 34.....	\$044
11. Os das fabricas e depositos de fumo (Decr. n. 1193 de 28 de dezembro de 1892).....	

OBSERVAÇÃO

O sello marcado neste paragrapho é devido por folha de livro, que não exceda de 33 centímetros de comprimento e 22 de largura, excluidas as folhas adicionadas para indice ou qualquer fim diverso da respectiva escripturação (ordem n. 209 de 12 de julho de 1872).

Excedendo qualquer destas medulas, pagará o dobro da taxa correspondente.

2ª CLASSE

Actos que pagam imposto conforme seu objecto

§ 3º — TERRAS PUBLICAS E OUTRAS

Sello de estampilha

- | | |
|--|--------|
| 1. Titulos de legitimação de posse, conforme a lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, art. 5º.... | 5\$500 |
| Tendo o quadrado mais de 1.100 metros por lado, cobre-se este sello tantas vezes, quantos forem | |

os quadrados daquelle numero de metros, excluidas as fracções.	
Sendo passados pela Inspectoria Geral das Terras e Colonisação, mais.....	6\$600
2. Titulos de revalidação de sesmarias e de outras concessões, a que se refere o art. 4º da citada lei.....	4\$400
Sendo expedidos pela mencionada Inspectoria, mais.....	6\$600
3. Titulos de emphyteuse de terras reservadas para povoações, em virtude da citada lei, art. 12, expedidos pela mesma Inspectoria (além do sello proporcional applicado ao termo do contracto).....	3\$300
4. Titulos de concessão de terras publicas, na forma do Regul. de 30 de janeiro de 1854 :	
Até 4,840.000 metros quadrados.....	6\$600
De mais, até 9,680.000 metros quadrados.....	8\$250
De maior extensão — mais 1\$050 por 4,840.000 metros quadrados, até ao maximo de.....	16\$500
(Aviso do Ministerio da Fazenda de 6 de dezembro de 1892.)	
5. Titulos de emphyteuse e arrendamento de outros terrenos nacionaes, excepto os de marinhãs no Districto Federal (além do sello proporcional do termo do contracto).....	16\$500

OBSERVAÇÃO

Este sello não comprehende os emolumentos, que competem aos empregados na medição e demarcação dos terrenos de marinhãs, encravados, accrescidos a marinhãs e de alluvião.

§ 4º — PASSAPORTES E ACTOS RELATIVOS A EMBARCAÇÕES

Sello de estampilha

1. Passaportes e portarias para viajar.....	\$220
Mais :	
Dos que forem concedidos pelas Secretarias de Estado, por pessoa ou familia.....	11\$000
Pela Secretaria de Policia do Districto Federal, por pessoa ou familia.....	5\$500
2. Passaportes e passes de viagem para embarcações.....	\$220
Dos concedidos pelas Alfandegas e Mesas de Rendas mais :	
Sendo paquete ou navio mercante.....	6\$600

Embarcação de coberta, para viajar entre portos do mesmo Estado.....	2\$200
Entre portos do Districto Federal e do Estado do Rio de Janeiro.....	
3. Cartas de registro de embarcação.....	6\$600
4. Cada via de conhecimento de carga de navio.....	\$220
5. Cartas de saude a navios mercantes (Decrs. ns. 9554 de 3 de fevereiro de 1886 e 10.319 de 22 de agosto de 1889).....	2\$420
6. Bilhetes sanitarios (Decr. cit. n. 10.319).....	1\$320
7. Averbacões nas cartas de registro de embarcação.....	1\$100
8. Termos de vistoria das embarcações de vapor (Decr. n. 216 D de 22 de fevereiro de 1890)...	11\$000

§ 5º — DIVERSOS

Sello de estampilha

1. Cheques e mandatos ao portador, ou a pessoa determinada, para serem pagos por banqueiro na mesma praça, e n virtude de conta corrente (lei n. 1083 de 22 de agosto de 1860, art. 1º, § 10; Decr. n. 3323 de 22 de outubro de 1864)	\$110
2. Recibos particulares e outras declarações de pagamentos effectuados, qualquer que seja a forma empregada para expressar o recebimento de 25\$ ou mais.....	
3. Recibos sem declaração de valor, salvo provando-se que se referem a quantia menor de 25\$000	
4. Recibos passados por banqueiro ou commerciante, de sommas depositadas em conta corrente, ou retiradas por conta de credits abertos em conta corrente nas casas commerciaes.....	\$220
5. Primeiras vias das notas, pelas quaes se fizerem despachos de qualquer natureza nas Alfandegas e Mesas de Rondas, exceptuadas as que disserem respeito a despachos livres de mercadorias, importadas directamente pelas repartições publicas da União, e as de exportação de productos dos Estados, que o Governo autorisar se façam nas mesmas estações fiscaes	
6. Inscriptões para exames geraes de preparatorios (Decr. n. 981 de 8 de novembro de 1890, art. 39; Instr. annexas ao Decr. n. 1041 de 11 de setembro de 1892, art. 3º), por materia.....	5\$500
7. Certidões destes exames (Instr. citadas, art. 20, e de 16 de novembro de 1892, art. 20).....	\$220
8. Certidões de approvação em uma ou em todas as cadeiras de cada serie, de institutos de ensino	

superior (lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891, art. 1º; Código approved por Decr. n. 1159 de 3 de dezembro de 1892).....	5\$500
9. Portarias expedidas pela Secretaria de Policia do Districto Federal, não sendo das mencionadas no seguinte numero.....	2\$420
10. Portarias ou alvarás dirigidos aos administradores da Casa de Detenção e do Deposito da Policia do Districto Federal (Decr. n. 8911 de 17 de março de 1883):	
Para sahida de qualquer preso, em geral.....	3\$520
Para sahida de pessoa recolhida em custodia, ou de preso por infracção de postura.....	1\$870
Por mudança de prisão.....	1\$320
Sendo expedidos pela Secretaria da Policia, mais	2\$200
11. Titulos de matricula de conductor de vehiculo, feita na Secretaria da Policia do Districto Federal	3\$520
12. Titulos declaratorios dos monto-pios da Marinha, do Exercito e dos empregados publicos.....	\$220
13. Titulos de meio soldo, que importar em menos de 200\$ annuaes.....	
14. Cartas de insinuação ou confirmação de doação, pelo Juizo de Secção ou do Districto Federal..	4\$400
15. Provisões de caução de <i>opere demoliendo</i> , idem idem	44\$000
16. Reconhecimentos de firmas pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, depois de pago o sollo que competir ao titulo ou documento, de cada firma.....	\$550
17. Termos de entrada e sahida, nos livros dos cofres de depositos publicos estabelecidos na Recebedoria da Capital Federal, nas Alfandegas e Delegacias Fiscaes.....	1\$650
18. Verbas de embargo e penhora dos mesmos depositos.....	\$770
19. Portarias concedendo <i>exequatur</i> a sentenças e precatorias de jurisdicção estrangeira, para que tenham execução na Republica (ordem n. 451 de 3 de dezembro de 1873; Decr. n. 7777 de 27 de julho de 1880).....	11\$000
20. Notas da Junta Commercial da Capital Federal:	
a) do archivamento de contractos e distractos de sociedades e do estatutos de companhias ou sociedades anonymas.....	5\$500
b) do registro de marcas de fabrica e do commercio (Decrs. n. 9828 de 31 de dezembro de 1887 e n. 596 de 19 de julho de 1890).	6\$600
21. Verbas do registro de transferencia das patentes de privilegio (Decr. n. 8820 de 30 de dezembro de 1882, art. 19).....	1\$100
22. Registro do documento ou titulo, a requeri-	

mento de parto, em repartições publicas da União, cujos empregados não percebam custas ou emolumentos por esse acto, por linha..... \$099

OBSERVAÇÃO

Da somma despreze-se a quantidade menor de 100 réis e não se receba menos de 1\$100.

23. Termos lavrados nas mesmas repartições — a taxa que se pagaria pelo registro, conforme o numero antecolente.
24. Cópias de mappas ou diagrammas, mandados levantar pelo Governo Federal, ou a elle pertencentes: por dia de trabalho do desenhista, 4\$400 até ao maximo de 22\$500 (tabela annexa ao Decr. n. 1473 de 8 de novembro de 1854 e aviso n. 411 de 20 de novembro de 1871).
25. Despachos, sentenças e outros actos dos juizes federaes e do Districto Federal, dos funcionarios do Ministerio Publico e dos secretarios, excepto os que estes lavrarem como escripturas.

Pagaráo de sello as taxas que forem applicaveis, na forma do regimento de custas approvedo por Decr. n. 5737 de 2 de setembro de 1874 e do Decr. n. 370 de 2 de maio de 1890, art. 406, com o augmento de 10 % estabelecido no art. 1º da lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891. (Decrs. n. 848 de 11 de outubro de 1890, arts. 34 § unico e 357, n. 1030 de 14 de novembro de 1890, arts. 192 n. 8 e 198 e n. 77 de 16 de agosto de 1892.)

Sello de verba

26. Loterias, conforme o numero de bilhetes inteiros da loteria ou da serie, quando por series for extrahida (ordem n. 28 de 14 de março de 1887; Reg. n. 277 B de 22 de março de 1890, art. 3º), por bilhete..... \$165
27. Cartas de legitimação e adopção, tantas vezes, quantos forem os legitimados ou adoptados, concedidas por juizes do Districto Federal..... 88\$000
28. Cartas de supplemento de idade, tantas vezes, quantos forem os menores, idem..... 66\$000
29. Avisos concedendo moratoria a devedor da Fazenda Federal..... 15\$400
30. Cartas de autorização a sociedades anonymas estrangeiras e a suas succursaes ou caixas filiaes, para funcionearem na Republica, sendo: Bancos e companhias de seguro..... 115\$500
Monte-Pios, Montes de Socorro ou de Piedade e Caixas Economicas, sociedades de seguros mutuos, de credito real e as que tiverem por objecto o commercio ou fornecimento de generos alimentares..... 82\$500

Outras companhias mercantis e industriaes....	99\$000
(Decr. n. 434 de 4 de julho de 1891, art. 47.)	
31. Cartas de autorização e approvação de estatutos de companhias nacionaes, sendo :	
Bancos de circulação.....	231\$000
Outras sociedades.....	165\$000
(Decr. cit. n. 434, art. 46.)	

OBSERVAÇÃO

Dando-se a autorização em acto distincto do da approvação dos estatutos, cobrar-se-ha de cada uma metade deste sello.

32. Titulos de approvação das alterações que se fazem nos estatutos.....	37\$400
33. Termos de abertura e encerramento dos livros de pharmacias e drogarias a que se refere o § 2º n. 3 desta tabella, por livro.....	3\$300
34. Termos de abertura e encerramento dos livros do commercio, de que trata o § 2º n. 10 desta tabella, cada livro.....	
35. Decretos de perdão ou de commutação de pena, pelo Governo Federal, não sendo pobre o agraciado.....	26\$400
36. Mercês não especificadas, do Governo Federal:	
Decreto ou carta.....	26\$400
Aviso ou portaria.....	15\$400
De outras autoridades federaes.....	4\$100

OBSERVAÇÕES

Nas mercês acima não estão comprehendidos:

1.º Os avisos e portarias que ordenarem pagamento de vencimentos, ajudas de custo, gratificações provenientes de contractos ou destinadas a remunerar serviços extraordinarios;

2.º Os que communicarem decisões de recursos;

3.º Os que versarem sobre matriculas em faculdades, aulas de instrucção secundaria, ou concessão de dispensa de exame de habilitação para qualquer fim;

4.º Os expedidos a favor de praças de pret do Exército e da Armada, ou em beneficio de presos pobres;

5.º Os que ordenarem pagamentos a empregados, pelas estações fiscaes dos logares em que residirem;

6.º Os que ordenarem pagamento de divida passiva do Thesouro Federal, de qualquer origem;

7.º As quitações passadas aos responsaveis da Fazenda Publica.

§ 6º — LICENÇAS E DISPENSAS

Sello de estampilha

1. Licenças concedidas a pensionistas, reformados e outros que percebam vencimentos de inactividade pelos cofres da União, para mudarem de residencia, comprehendida a guia para continuação do pagamento no logar da nova morada.....	5\$500
2. Concedidas pela Directoria Sanitaria da Capital Federal, para abertura de pharmacia ou drogaria.....	
3. Para escriptorios de emprestimo sobre penhores, concedidas pela Secretaria do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.....	20\$900
4. Das Alfandegas e Mesas de Rendas.....	\$220
5. Concedidas pelo Governo Federal, a empregados publicos:	
Até tres mezes.....	9\$900
Por mais, ou sem declaração de tempo.....	19\$800
Concedidas por outros funcionarios, da União e do Districto Federal:	
Até tres mezes.....	4\$400
Por mais, ou sem declaração de tempo.....	8\$800

OBSERVAÇÃO

Devem ser selladas antes do — cumpra-se — da autoridade competente, e, não dependendo de — cumpra-se —, antes de produzirem effeito.

6. Da Prefeitura do Districto Federal, não comprehendidas no numero antecedente.....	2\$200
7. Das Capitancias de portos.....	
8. Licenças e alvarás não especificados:	
Do Governo Federal.....	12\$650
De outros funcionarios da União e do Districto Federal.....	4\$400

Sello de verba

9. Para abertura de theatro, concedidas pelo chefe de policia do Districto Federal.....	96\$250
Por outras autoridades policiaes, idem.....	88\$000
10. Para espectaculo publico, de que se auflra lucro, concedidas pelo chefe de policia, idem.....	74\$250
Por outras autoridades policiaes, idem.....	66\$000

11. A cidadãos brasileiros para acceitarem, de governo estrangeiro, emprego ou pensão.....	115\$500
12. Dispensas de lapso de tempo, concedidas pelo Governo Federal:	
Por decreto.....	88\$000
Por aviso ou portaria.....	77\$000

§ 7º — TITULOS COMMERCIAES E DE AGENTES AUXILIARES DO COMMERCIO

Sello de estampilha

1. Nomeações de guarda-livros.....	} 11\$000
2. De avaliador commercial.....	
3. Cartas de reabilitação de commerciante.....	} 4\$400
4. Alvarás de moratoria a commerciante.....	

Sello de verba

5. Cartas de commerciante.....	264\$000
6. Titulos de trapicheiro e administrador de armazem de deposito (Decr. n. 596 de 19 de julho de 1890).....	} 143\$000
7. De corretores e agentes de leilões.....	
8. De interpretes do commercio e traductores publicos.....	121\$000
9. De despachantes das Alfandegas e Mesas de Rendas e seus ajudantes.....	38\$500
10. De caixeiros-despachantes.....	27\$500
11. De concessão de entrepostos particulares e de trapiches alfandegados (Consolidação das Leis das Alfandegas, art. 213 § 2º).....	37\$400

§ 8º — NOMEAÇÕES DIVERSAS

Sello de verba

1. Reconducção, remoção de emprego ou novo titulo para continuar no exercicio, sem melhoria de vencimento:	
Pelo Governo Federal.....	2\$200
Por outros funcionarios da União e do Districto Federal.....	\$440
2. Comissões sem vencimento, empregos de exercicio eventual, não especificados, e os de vencimento menor de 200\$ por anno:	
Pelo Governo Federal.....	2\$200
Por outros funcionarios da União e do Districto Federal.....	\$440

3. Patentes de officiaes da Guarda Nacional, quer de effectividade, quer de reforma, ou de passagem da activa para a reserva e *vice-versa* :

Commandante superior ou coronel.....	396\$000
Tenente-coronel.....	326\$700
Major.....	275\$000
Capitão e subalterno.....	77\$000

4. Nomeação de officiaes do Exercito e da Armada para empregos administrativos, em repartições ou estabelecimentos militares..... 2\$200

§ 9º — DIPLOMAS SCIENTIFICOS E OUTROS CONFERIDOS POR ESTABELECIMENTOS DA UNIÃO

Sello de verba

1. Cartas de doutor ou de bacharel.....	126\$500
2. De bacharel em letras.....	} 60\$500
3. De pharmaceutico.....	
4. De engenheiro civil, geographo, de minas e industrial.....	52\$250
5. De cirurgião dentista.....	} 7\$700
6. De parteira.....	
7. Outros titulos de habilitação scientifica e de profissão.....	12\$650

OBSERVAÇÃO

As apostillas nos titulos scientificos conferidos por estabelecimentos estrangeiros, facultando aos titulados o exercicio da profissão no Brazil, pagarão o sello estabelecido para os diplomas passados na Republica.

8. Verbas da matricula na Directoria Sanitaria da Capital Federal, em diplomas de medico, cirurgião, pharmaceutico, dentista e parteira (Decr. n. 1172 de 17 de dezembro de 1892)..... 3\$300
9. Diplomas de habilitação para o cargo de juiz de direito (Decr. n. 687 de 26 de julho de 1850)..... 11\$220
10. Provisões para advogar, a quem não seja formado em alguma das Faculdades da Republica, sem fixação de tempo..... 330\$000
- Sendo provido temporariamente, cada anno ou por menos de anno..... 11\$000
11. Provisões de solicitador dos auditorios, sem fixação de tempo..... 176\$000
- Sendo temporarias, cada anno ou por menos de anno..... 4\$100

§ 10 — HONRAS E PRIVILEGIOS

Sello de verba

1. Portarias, permitindo o levantamento das Armas da Republica.....	4\$400
2. Portarias, dando licença para uso das Armas da Republica.....	
3. Patentes, concedendo honras e graduações de postos do Exercito e da Armada :	
Official general.....	110\$000
Official superior.....	66\$000
Capitão o subalterno.....	44\$000
4. Patentes de privilegio de invenção.....	37\$400
Mais:	
Pelo primeiro anno.....	22\$000
Pelo segundo.....	33\$000
Assim por deante, augmentando-se 11\$ em cada anno que se seguir sobre a annuidade anterior, por todo o prazo do privilegio.	
5. Titulos de garantia de privilegio.....	58\$500

OBSERVAÇÕES

1.^a O concessionario poderá remir o onus do pagamento annual, recolhendo á Recebedoria a importancia total das annuidades, com o abatimento de 25 %.

2.^a Em caso nenhum serão as annuidades restituídas.

3.^a As certidões de melhoramento pagarão, por uma só vez, quantia correspondente á annuidade que tenha de vencer-se pela patente da invenção principal.

4.^a As patentes de confirmação de privilegio, concedidas por governo estrangeiro, pagarão este sello.

(Deer. n. 8820 de 30 de dezembro de 1882; lei n. 3313 de 16 de outubro de 1886, art. 10.)

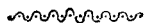
6. Diplomas de privilegio, que não seja de invenção, concedidos pelo Governo Federal:

Até dez annos.....	302\$500
Por mais de dez, até vinte annos.....	825\$000
Por mais de vinte annos.....	1:265\$000

OBSERVAÇÃO

Deve ser pago este sello, ainda que o privilegio seja declarado nos contractos ou estatutos.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893. — *Serzedello Corrêa.*



Sr. Vice-Presidente — Venho submeter á vossa consideração as inclusas demonstrações, organisadas pela Contadoria da Marinha, das despesas do Ministerio a meu cargo no exercicio de 1892, pertencentes ás verbas: Combustivel, Hospitaes, Material de construcção naval, Munições navaes, e Eventuaes.

Por essas demonstrações vereis que as quantias distribuidas ás ditas verbas não foram sufficientes para attender a todas as despesas, apresentando a primeira o *deficit* de 269:431\$056, a segunda o de 62:152\$424, a terceira o de 412:371\$905, a quarta o de 105:445\$788 e a quinta o de 100:000\$000. Para taes *deficits* concorreram: quanto á primeira, o excessivo preço do combustivel e não se ter contado com a remessa feita de carvão de pedra aos navios da flotilha de Matto Grosso e com o maior dispendio nos Estados da Bahia e Pernambuco; quanto á segunda, os altos preços por que foram adquiridos aqui os medicamentos para o Hospital desta Capital, enfermarias dos Estados e pela encomenda feita na Europa de medicamentos para aquelle hospital; quanto á terceira, a aquisição de artigos proprios de construcção naval para os navios que se achavam em concertos e principalmente para a promptificação do cruzador *Almirante Tamandaré*; quanto á quarta, o maior dispendio pelos navios em viagem e nos Estados; e quanto á ultima, finalmente, as passagens a officiaes e praças que foram guarnecer os novos cruzadores construidos na Europa, e outros serviços extraordinarios autorisados pelo Ministerio a meu cargo, além das ajudas de custo concedidas de accordo com as leis em vigor.

Assim, pois, para que sejam liquidadas todas as despesas que correm pelas ditas verbas, é necessario o credito na importancia total de 948:401\$173 que espero me concedais.

Capital Federal, 10 de fevereiro de 1893.— *Custodio José de Mello.*

DECRETO N. 1265 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito supplementar de 267:598\$212, para despesas das verbas abaixo declaradas, do exercicio de 1892:— Hospitaes, 62:152\$424; — Munições navaes, 105:445\$788; e — Eventuaes, 100:000\$000.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás razões apresentadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, na exposição de motivos que a este acompanha e de conformidade com o § 2º do art. 1º do decreto n. 36, de 26 de janeiro de 1892, resolve abrir um credito supplementar na importancia de 267:598\$212 para despesas das verbas abaixo declaradas, do exercicio de 1892:

Hospitaes.....	62:152\$424
Munições navaes.....	105:445\$788
Eventuaes.....	100:000\$000

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Custodio José de Mello.



DECRETO N. 1266 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Marinha o credito extraordinario de 680:802\$ 61 para despesas das verbas abaixo declaradas, do exercicio de 1892:
— Combustivel, 268:431\$056; e -- Material de construcção naval, 412:371\$905.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás razões apresentadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, na exposição de motivos que a este accompanha, e de conformidade com o § 3º do art. 4º da lei n. 589, de 9 de setembro de 1850, resolve abrir um credito extraordinario na importancia de 680:802\$961 para despesas das verbas abaixo declaradas, do exercicio de 1892:

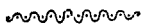
Combustivel.....	268:431\$056
Material de construcção naval.....	412:371\$905

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Custodio José de Mello.



DECRETO N. 1267 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 680:800\$060 para occorrer, no exercicio de 1893, ao pagamento do ordenado dos magistrados postos em disponibilidade.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de accordo com a disposição transitoria do art. 6º da Constituição e usando da autorisação contida no § IV do art. 4º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, mandada vigorar no actual exer-

cicio pelo § 1 do art. 2º da lei n. 126 B, de 21 de novembro do anno findo, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de seiscentos e oitenta contos e oitocentos mil reis (680:800\$000) para occorrer, durante o actual exercicio, ao pagamento do ordenado dos magistrados postos em disponibilidade por não terem sido aproveitados na organização judiciaria dos Estados.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1268—DE 11 DE FEVEREIRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

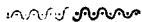
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes, se comporá do 34º batalhão de infantaria do serviço activo e 20º batalhão da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e de mais um batalhão de infantaria do serviço activo, ora creado, igualmente com quatro companhias, com a designação de 98º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões o a designação de 43º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1269—DE 11 DE FEVEREIRO DE 1893

Dá nova organização aos corpos de cavallaria de guardas nacionaes do Estado de Sergipe e crea mais quatro regimentos da mesma arma.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Os corpos de cavallaria 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º de guardas nacionaes do Estado de Sergipe passarão a ter a denominação

de—regimento—conservando os mesmos numeros e continuando a ter por séde dos respectivos commandos os termos de Japarutuba, Laranjeiras, Itaporanga, Buquim, Propriá e Aracajú.

Art. 2.º São elevados a regimentos os esquadrões das comarcas da Estancia e do Lagarto, o primeiro com a designação de 7º e o segundo com a de 8º, e ficam creados os regimentos 9º e 10º que serão organizados nas comarcas de Itabaiana e Capella.

Art. 3.º Os regimentos mencionados no presente decreto serão compostos de quatro esquadrões cada um e terão o numero de officiaes e praças fixados pelo art. 4º do decreto n. 1121, de 5 de dezembro de 1890.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1270 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1893

Transfere do commando superior de guardas nacionaes da comarca de Villa Nova para o da de Propriá, no Estado de Sergipe, o 28º batalhão de infantaria do serviço activo e deste para aquelle o 19º batalhão da mesma arma.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. E' desligado do commando superior de guardas nacionaes da comarca de Villa Nova, do Estado de Sergipe, o 28º batalhão de infantaria do serviço activo, que passará a fazer parte do commando superior da comarca de Propriá, passando deste para aquelle commando o 19º batalhão da mesma arma; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1271 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1893

Approva as plantas, perfil longitudinal e orçamento para a construção do segundo trecho de 30 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, além da cidade de Sete Lagôas, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar as plantas, perfil longitudinal e orçamento apresentados pelo engenheiro do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, com o officio n. 234 de 7 de janeiro ultimo, para a construção do segundo trecho de 30 kilometros do mesmo prolongamento, a partir da cidade de Sete Lagôas, no Estado de Minas Geraes, os quaes com este baixam rubricados pelo chefe da Directoria Geral de Viação.

O Dr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1272 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1893

Declara caduca a concessão de garantia de juros feita a Newton Cesar Burlamaqui e Henrique Deslandes, para estabelecimento de dous engenhos centraes no Estado do Espirito Santo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que não foi obervado o disposto no n. 4 da clausuia III das que baixaram com o decreto n. 645, de 9 de agosto de 1890, que concedeu ao engenheiro Newton Cesar Burlamaqui e Henrique Deslandes garantia de juros para o estabelecimento de dous engenhos centraes nos municipios de Itapemirim e S. Matheus, Estado do Espirito Santo:

Resolve declarar caduca a mesma concessão, transferida á Companhia Progresso Industrial do Espirito Santo por decreto n. 392 de 13 de junho de 1891.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 11 de fevereiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1273 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 50:000\$ para despesas com o serviço de hygiene terrestre em diversos Estados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorização contida no paragrapho unico do n. 11 do art. 2º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve abrir o credito extraordinario de 50:000\$, do qual 45:550\$ são destinados para liquidar as despesas feitas no anno de 1892 com o serviço de hygiene terrestre e que ainda possam apparecer no trimestre adicional do respectivo exercicio, e 4:450\$ para occorrer ás que forem relativas ao pessoal e material das Inspectorias de hygiene dos Estados do Ceará, Parahyba, Rio Grande do Sul e Goyaz, nos primeiros tres mezes do corrente anno, sendo 3:450\$ para o pessoal e 1:000\$ para o material.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1274 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. João da Boa Vista, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. João da Boa-Vista, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria,

de quatro companhias e a designação de 176º, que se comporá dos guardas nacionaes qualificados no municipio da Vargem Grande; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1275 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de S. José dos Campos, no Estado de S. Paulo

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de S. José dos Campos, no Estado de S. Paulo, se comporá do actual 16º batalhão de infantaria do serviço activo, do 175º do mesmo serviço, ora creado, da 6ª secção da reserva, elevada a batalhão sob n. 88, todos com quatro companhias cada um, e do regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 74º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; Revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1276 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, se comporá dos actuaes, 14º, 15º e 16º batalhões de infantaria, reduzidos a quatro companhias cada um, 2ª e 3ª secções da reserva, ora elevadas a batalhões, com

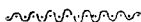
quatro companhias cada um e as designações de 25º, e 26º e mais tres batalhões de infantaria com as designações de 53º, 54º e 55º, e um dito da reserva, sob o n. 27, igualmente com quatro companhias cada um.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1277 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva de guardas nacionaes na comarca da Granja, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Ficam creados na comarca da Granja, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 113º, e um batalhão do serviço da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 43º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1278 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea mais dous batalhões de infantaria do serviço activo e um da reserva de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

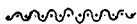
Artigo unico. Ficam creados na comarca do Crato, no Estado do Ceará, mais dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 111º e 112º, e um batalhão do serviço da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 42º, os quaes serão organisados com

os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1279 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva de guardas nacionaes na comarca de Icó, no Estado do Ceará.

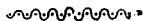
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Icó, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 110º, e um batalhão do serviço da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 41º, os quaes serão organisados com os guardas nacionaes qualificados nos municipios do Pereiro e Iracema, pertencentes à referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1280 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 28º, o qual será organisado com os guardas qualificados no municipio de Quixadá,

pertencente à referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1281 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Jardim, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 114º, o qual se organizará com os guardas qualificados no districto de Milagres, pertencente à referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1282 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.

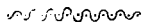
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Assaré, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 108º, o qual se organizará com os guardas nacionaes qualificados no municipio de Araripe, [pertencente à referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1283 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe.

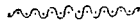
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Propriá, no Estado de Sergipe, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 53º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1284 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo.

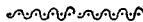
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 48º e 49º batalhões de infantaria do serviço activo e do de n. 174 do mesmo serviço, ora creado, e da 22ª secção da reserva, ora elevada a batalhão sob n. 87, todos com quatro companhias cada um, e dous regimentos de cavallaria, com quatro esquadrões cada um e as designações de 72º e 73º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1285 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Icó, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Icó, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 109º, o qual será organizado com os guardas qualificados no municipio de Varzea Alegre, pertencente á referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1286 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Approva o regulamento da Companhia Docas de Santos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar o regulamento da Companhia Docas de Santos, que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.

Regulamento da Companhia Docas de Santos, a que se refere o decreto n. 1286 de 17 de fevereiro de 1893.

Art. 1.º A Companhia Docas de Santos, de accordo com o determinado na lei n. 1746 de 13 de outubro de 1869, gosará, para os seus estabelecimentos, de todos os favores concedidos por lei aos armazens alfandegados e entrepostos.

Art. 2.º Além dos deveres que lhe incumbem pelo presente regulamento, a companhia fica sujeita a todas as responsabi-

dades, obrigações e onus estabelecidos nas leis e regulamentos fiscaes, para os armazens alfandegados e entrepostos.

Art. 3.º Compete ao inspector da Alfandega de Santos resolver sobre todos os casos de conflicto que occorrerem entre os empregados da mesma repartição e os da companhia, em objecto de serviço.

A escolha dos empregados da companhia será feita de accordo com o inspector da Alfandega, que poderá, quando julgar conveniente aos interesses fiscaes, exigir a suspensão ou a demissão de qualquer dos mesmos empregados.

Art. 4.º A entrada nos estabelecimentos da companhia será permittida sómente ás pessoas que estiverem nos casos mencionados nos regulamentos da Alfandega.

Art. 5.º A descarga das mercadorias se effectuará sempre em presença do capitão do navio ou do seu preposto, de um empregado da Alfandega e do conferente da companhia.

Art. 6.º Nos armazens da companhia poderão ser depositadas não só as mercadorias constantes da tabella H, como quaesquer outras que o inspector da Alfandega designar.

Art. 7.º Os livros de registro dos armazens serão rubricados pela Inspectoria da Alfandega, ou por delegado seu, e constituirão documentos decisivos para emissão de garantes (*warrants*) e todos os outros serviços feitos nos mesmos armazens.

Art. 8.º As folhas de descarga tomadas pelos empregados da Alfandega e por elles assignadas, juntamente com os capitães de navios, serão, depois de conferidas, assignadas tambem pelo fiel do armazem da companhia e rubricadas pelo representante da mesma, e constituirão documentos decisivos para todas as questões que se suscitarem sobre a responsabilidade da companhia pelos volumes mencionados nas sobreditas folhas de descarga, e para todas as reclamações quer dos negociantes, quer dos consignatarios ou capitães dos navios.

Art. 9.º A abertura dos volumes, a mudança de envoltorios e a extracção de amostras, não poderão ser feitas sem ordem do inspector da Alfandega.

Art. 10. São considerados postos fiscaes, para embarque e desembarque de mercadorias, os estabelecimentos custeados pela companhia e a que se referem as concessões em vigor.

Art. 11. A emissão e todo o serviço dos garantes (*warrants*) serão feitos de conformidade com o decreto n. 4450 de 8 de janeiro de 1870, e arts. 251 a 257 da *Consolidação das Leis das Alfandegas*.

Art. 12. Nenhuma embarcação atracará ao caes sem prévia licença da Alfandega.

Exibida a licença, a companhia designará o logar da atracação, tendo em vista o armazem onde hajam de ser descarregadas as mercadorias.

Art. 13. A Alfandega não dará livre pratica a nenhuma embarcação sem que prove estar quite com a companhia pelas taxas de atracação, carga e descarga.

Art. 14. O serviço de carga e descarga de mercadorias e o do seu recolhimento aos armazens da companhia será feito de sol a sol, o o expediente de sahida das mercadorias recolhidas aos armazens, ás horas que o inspector da Alfandega determinar.

Em casos extraordinarios, e com permissão do inspector da Alfandega, pòler-se-ha fazer o serviço de carga e descarga e remoção de mercadorias do caes, à noite, cobrando-se as taxas correspondentes ao serviço feito, em dobro.

Art. 15. Todos os despachos de mercadorias depositadas nos estabelecimentos da companhia, ou feitos sobre agua, e que tenham de transitar pelos mesmos, serão feitos em tres vias, afim de ser na terceira via calculadas as taxas devidas á companhia.

A Alfandega não dará livre transito ás mercadorias, sem que as mesmas estejam quites com a companhia.

Nenhuma mercadoria poderá sair dos armazens da companhia, sem despacho da Alfandega e pagamento dos respectivos direitos.

Art. 16. A terceira via do despacho, de que trata o artigo antecedente, depois de rubricada pelo conferente da Alfandega a quem houver sido distribuida a primeira via, para a respectiva conferencia de sahida, substituirá para todos os effeitos legais o bilheto ou ordem a que se referem os arts. 249 e 540 da *Consolidação*.

Art. 17. As mercadorias descarregadas no caes, que não forem retiradas no prazo de 48 horas, serão consideradas armazenadas e sujeitas ás taxas de armazenagem e capatazias.

Art. 18. Sem prejuizo das disposições contidas na secção 2ª, cap. 2º do tit. 5º da *Consolidação das Leis das Alfandegas*, a policia interna dos estabelecimentos da companhia lhe pertencerá, e para que seja effectiva fica a companhia autorisada a, no regulamento que para esse fim expedir, impôr multas iguaes ás estabelecidas nos regulamentos das Capitánias dos portos e nos das Alfandegas.

Destas multas terão as partes recurso para o inspector da Alfandega.

Art. 19. A companhia será representada por seus directores ou por prepostos, legalmente habilitados.

Art. 20. Pelos serviços prestados em seus estabelecimentos a companhia perceberá as taxas estabelecidas em suas concessões, que são as dos decretos ns. 9979 de 12 de julho de 1888 e 1072 de 5 de outubro de 1892, e avisos ns. 159 de 14 de junho, 205 de 4 de agosto e 212 de 8 de agosto de 1892, do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, e n. 30 de 28 de julho de 1892, do Ministerio da Fazenda.

Estas taxas são :

Por dia e por metro linear de caes occupado por navios a vapor.....	\$700
Por dia e por metro linear de caes occupado por navios que não sejam movidos a vapor.....	\$500
Pela carga e descarga de mercadorias e quaesquer generos, no caes, por kilogramma.....	\$001,5

A armazenagem e capatazias que não for cobrada pela Alfandega e pertencer à companhia, será cobrada de accordo com as que estão ou forem adoptadas para a Alfandega de Santos.

As mercadorias que não forem retiradas do caes depois da descarga e houverem de ser armazenadas em armazens externos da companhia, pagarão mais a taxa supplementar de transporte, por tonelada..... 8\$000

São livres de qualquer taxa a carga e descarga das bagagens de immigrantes, das malas do Correio e a atracação de botes, escaleres e outras embarcações miudas, de qualquer systema, que pertencerem a navios em carga e descarga.

Art. 21. Qualquer alteração no presente regulamento não poderá ser posta em execução antes de approvada pelo Ministerio da Fazenda.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893. — *Serzedello Corrêa*.



DECRETO N. 1287 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Approva e manda executar o regulamento sobre a venda dos bilhetes das loterias estadoaes no Districto Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para execução do art. 3º da lei n. 126 A de 21 de novembro de 1892, decreta:

Art. 1.º E' permittida a venda, no Districto Federal, dos bilhetes das loterias dos Estados federados, autorisadas pelos respectivos governos, ou sejam extrahidas na Capital Federal ou nos mesmos Estados, comtanto que se satisfaçam as condições estatuidas neste regulamento, emanadas do art. 3º da lei n. 126 A, de 21 de novembro de 1892 e do decreto n. 277 B, de 22 de março de 1890, na parte não alterada.

Art. 2.º Não podem ser expostos á venda na Capital Federal os bilhetes dos Estados, emquanto os thesoureiros, contractadores ou agentes não tiverem preenchido as seguintes formalidades:

1º, registrar na repartição fiscal das loterias do Districto Federal: a) cópia authentica da lei estadual que houver concedido ou autorisado a loteria; b) cópia authentica do plano approved, si não estiver incorporado na lei; c) o contracto ou cópia authentica do mesmo, quando o houver celebrado para a extração; d) documento de responsabilidade do Estado para o effectivo pagamento dos premios sorteados e dos bilhetes vendidos quando não se levar a effecto o sorteio;

2º, prestar fiança que será de 50:000\$ para as loterias, cujo capital for inferior a 300:000\$, e de 80:000\$, quando for superior;

3.º, recolher a importancia dos impostos, a saber : a) de 15 %/, de accordo com as leis em vigor ; b) de 2 %/, creado pela lei de 21 de novembro de 18 2, art. 1.º ; c) sello de 165 réis por bilheto, conforme o numero dos que figurarem de inteiros, qualquer que seja o seu valor e a subdivisão que o plano contiver.

§ 1.º A caução consistirá ou em moeda corrente, ou em apolices, letras hypothecarias e outros titulos autorisados por lei, observada a cotação do dia.

§ 2.º O sello de 165 réis por bilhete e o novo imposto de 2 %/ poderão ser pagos e arrecadados na competente repartição federal no Estado onde se extrahir a loteria.

§ 3.º O de 15 %/, poderá do mesmo modo ser pago na repartição federal do Estado quando o thesoureiro, contractador ou agente for pessoa estabelecida e residente no Estado, quando a impressão e distribuição dos bilhetes se fizer no Estado, e o numero de bilhetes a vender-se no Districto Federal for menor do que o dos destinados ao trafego no Estado.

§ 4.º Quando, porém, os 15 %/, tenham de reverter em beneficio das casas de caridade, estabelecimentos pios e de instrucção primaria, assim como nas loterias que forem extrahidas no Districto Federal, ou cujos thesoureiros, contractadores ou agentes nelle residem, e não se derem as circumstancias do paragrapho antecedente, serão pagos no Thesouro Federal, que os restituirá logo que forem reclamados pela parte beneficiada.

Art. 3.º O registro será precedido de rigoroso exame dos documentos exigidos por lei.

Não poderá ser registrada para a venda de bilhetes no Districto Federal a loteria em cuja concessão ou contracto tenha havido preterição das disposições das leis referentes ao assumpto, ou em que houver estipulação da qual resulte redução, por minima que seja, do beneficio consagrado naquellas leis.

Neste caso, o fiscal das loterias deve communicar o facto ao Ministerio da Fazenda, para que este o apresente ao governo do Estado que houver feito a concessão.

Art. 4.º Para o registro da loteria será computado o capital na totalidade de cada concessão, declarando-se o numero das loterias e das series, quando as houver.

A caução, porém, é relativa a cada loteria, ainda que dividida por series, e emquanto estiver intacta poderá passar de umas para outras sem dependencia de formalidades.

A quem requerer o registro dar-se-ha gratuitamente certidão, logo que estejam preenchidas as condições do art. 2.º, n. 2, fazendo-se menção de tudo.

Art. 5.º Não se permittirá que sejam expostos bilhetes á venda, sem que estejam arrecadados os impostos ; estes não serão aceitos sem prova de ter sido effectuada a caução, a qual somente poderá ser prestada mediante guia passada pela repartição fiscal das loterias do Districto Federal, assignada ou visada pelo fiscal.

Art. 6.º Quando não se effectuar o pagamento das multas dentro de tres dias, contados da imposição ou decisão do recurso, si o houver, a importancia sahirá da caução, e ficará por esse facto

interrompida a licença para a extracção da loteria ou sorteio da serie, até que seja reforçada a caução com a quantia igual à que tiver sahido della.

Art. 7.º As loterias, cujos bilhetes tiverem de ser vendidos no Districto Federal, ficam sujeitas à ordem em que se acharem inscriptas ou registradas, assignando-lhes o fiscal a data e hora em que deva-se proceder a sorteio, de accordo com os respectivos thesoureiros, contractadores ou agentes; tendo em vista a condição essencial de não as collocar em dia em que tenham de ser extrahidas as loterias ordinarias annuaes desta Capital, não as preterindo, nem as prejudicando as da Santa Casa da Misericordia e estabelecimentos annexos, do Montepio dos Servidores do Estado e dos Institutos dos Meninos Cegos e dos Surdos-Mudos, garantidos pelo art. 14 da lei n. 3348 de 20 de outubro de 1887.

Só em relação às loterias dos Estados poderá haver sorteio de mais de uma em um dia.

Art. 8.º E' prohibido annunciar a serie com os algarismos da totalidade da loteria. Cada serie deve ser annunciada por sua justa importancia.

O annuncio como o bilhete deve indicar o dia e a hora do sorteio, e, chegada esta, não poderá continuar exposto à venda bilhete algum da loteria ou serie a extrahir-se.

Art. 9.º Além das listas affixadas logo após a extracção ou publicadas pela imprensa por communicacão telegraphica, será feita a publicacão pelos jornaes, com a assignatura do thesoureiro, contractador ou agente, logo que receba a confirmacão da lista por via postal.

Art. 10. Por consideracão alguma será recusado ou adiado pagamento do premio quando apresentalo o bilhete a que a sorte o houver dado, ainda que por erro ou engano da communicacão telegraphica tenha sido o mesmo premio indevidamente pago a outro.

Art. 11. Quando, tendo deixado de ser pagos os premios ou de ser effectuado o sorteio annuciado, o Governo do Estado a que pertence a loteria houver providenciado fazendo effectivo o pagamento dos premios ou dos bilhetes vendidos no Districto Federal, o Ministerio da Fazenda entregará para completar a quantia necessaria ou a caução, si estiver intacta, ou o restante della, podendo fazel-o em dinheiro pelas cotações do dia, si a caução consistir em titulos e assim convier. Nesses casos, não será mais permittido sorteio de tal loteria.

Art. 12. Dadas as emergencias do artigo precedente, poderá o Ministerio da Fazenda encarregar do pagamento o thesoureiro das loterias da Capital Federal, mórmente si o Governo do Estado a que pertencer a loteria o requisitar.

Por esse serviço será abonada a gratificacão de 1 % da importancia que for paga.

Art. 13. A' repartição fiscal das loterias no Districto Federal incumbe :

1º, inscrever em livro especial a data em que lhe forem apresentados os documentos de que trata o n. 1º do art. 2º, com o extracto do que se contiver nelles ;

- 2º, archivar os ditos documentos no registro a seu cargo ;
 - 3º, anotar em protocollo especial as guias de que trata o art. 5º, mencionando as respectivas importancias e a data em que tiverem sido recolhidas ao Thesouro Federal ;
 - 4º, fazer no mesmo protocollo todas as declarações relativas ás occurrencias de cada loteria, começando pela effectividade da caução e pagamento dos impostos ;
 - 5º, fornecer a certidão do registro, nos termos do art. 4º ;
 - 6º, fazer apprehensão dos bilhetes de loterias estadoaes expostos em contravenção ás disposições deste regulamento ;
 - 7º, impedir, pelos meios legais ao seu alcance, ou mediante requisição ás autoridades competentes, a entrada e venda no Districto Federal, de bilhetes de loterias estrangeiras, e apprehendel-os onde os encontrar ;
 - 8º, impôr as multas indicadas neste regulamento ;
 - 9º, fazer lavar os autos ou termos de apprehensão e multas ;
 - 10, assistir a todos os sorteios de loterias que se operarem nesta Capital, fixando e publicando previamente o logar onde se procederá á extracção, de conformidade com o art. 7º ;
 - 11, delegar ao seu ajudante a assistencia ao sorteio, quando houver mais de um no mesmo dia ;
 - 12, dirigir e regular o processo dos sorteios, tendo sempre em consideração a brevidade da operação e a garantia do direito das partes ;
 - 13, communicar ao Ministerio da Fazenda e ao chefe de policia, quando deste dependerem as providencias, todas as infracções do presente regulamento ;
 - 14, suggerir ao Ministerio da Fazenda todos os alvitre e solicitar as providencias que parecerem convenientes para correctivo de abusos e plena garantia da execução da lei ;
 - 15, relatar nos dous primeiros mezes de cada anno as occurrencias do anterior, com as observações que a pratica aconselhar.
- Art. 14. O fiscal e seu ajudante perceberão os vencimentos determinados pelo § 2º do art. 3º da lei n. 125 A de 21 de novembro de 1892.
- Si as exigencias do serviço impuzerem a necessidade de mais empregados na repartição, o Ministerio da Fazenda proverá por acto especial, que será submettido á approvação do Poder Legislativo.
- Art. 15. O fiscal e seu ajudante, como qualquer outro empregado da repartição fiscal, não poderão accumular outras funções publicas.
- Art. 16. Consideram-se infractores das disposições legais :
- 1º, os thesoureiros, contractadores ou agentes de loterias estadoaes que venderem ou annunciarem á venda, pagarem premios, ou fizerem qualquer outra operação relativa a bilhetes de loteria, sem terem observado os requisitos do art. 2º e o que está prescripto nos arts. 6º a 10 ;
 - 2º, as pessoas, que passarem taes bilhetes, offerecendo-os á venda, ou de qualquer modo fizerem delles objecto de negocio em contravenção aos mesmos artigos ;

3.º, as que os venderem de loterias não annunciadas na fórmula da lei ;

4.º, as que receberem bilhetes de loterias estrangeiras ; as que os venderem por conta propria ou alheia, e as que os comprarem.

Art. 17. Nos casos de contravenção, o fiscal das loterias imporá as multas pelo modo seguinte :

§ 1.º Aos thesoureiros, contractadores ou agentes de loterias estadoaes que incorrerem na falta de observancia das disposições do art. 2.º, multa de 1:000\$000 ;

Aos mesmos, quando infringirem os arts. 7.º ou 8.º, multa de 500\$000 ;

Quando infringirem o art. 10, multa de 300\$000 ;

Si a infracção for do art. 9.º, multa de 100\$ 100.

§ 2.º As pessoas que infringirem a disposição do n. 2 do art. 16, multa de 200\$ e perda dos bilhetes. Na reincidencia, multa de 400\$, e assim por diante, até 1:000\$000.

§ 3.º Aos infractores do n. 4 do art. 16, perda dos bilhetes e multa correspondente ao valor dos mesmos.

Art. 18. Aos contraventores do art. 10 não será permittido continuarem no exercicio das funcções até que seja pago o premio devido ao portador do bilhete.

Art. 19. Os bilhetes apprehendidos serão recolhidos, sob a guarda da fiscalisação das loterias, em involucros lacrados com todas as declarações necessarias, e conservados até final julgamento da contravenção, sendo então incinerados os não premiados.

Art. 20. Pertencerá ao apprehensor metade dos premios porventura obtidos pelos bilhetes apprehendidos, e metade das multas em que incorrerem os infractores, sendo o resto recolhido ao Thesouro Federal e escripturado como receita eventual da União.

Art. 21. Além do que está determinado nos ns. 6 e 7 do art. 13, incumbe a apprehensão aos fiscaes do imposto de consumo de fumo, ao thesoureiro das loterias da Capital Federal e aos seus agentes e ás autoridades policiaes de qualquer categoria, que logo communicarão á repartição fiscal, para os fins convenientes.

Art. 22. Os termos de apprehensão e multas serão firmados pelas testemunhas presenciaes, quando as houver e se prestarem, consignando os valores e numeração dos bilhetes, a loteria ou serie a que pertencerem, os nomes do infractor e do apprehensor, e tudo mais quanto convenha a um documento de contravenção.

§ 1.º Quando não houver testemunhas ou estas não se prestarem a assignar o auto, não se admittirá contestação sobre o que elle contiver.

§ 2.º Não poderão figurar como testemunhas os guardas ou quaesquer pessoas do serviço que estiver incumbido aos funcionarios investidos da faculdade da apprehensão.

Art. 23. Não será admittida no Districto Federal a venda de

loteria que tenha deixado de fazer sorteio annuciado, que não tenha pago os premios opportunamente, que tenha incorrido em multa em cada extracção, ou em mais de uma multa em um sorteio.

Art. 24. Para o processo da contravenção, nos casos em que elle se torne necessario, é competente o pretor do districto em que se der a apprehensão.

A contravenção do art. 2º, o recebimento e venda de bilhetes de loterias estrangeiras, a venda de bilhetes de loterias depois da hora annunciada para a extracção, ou de bilhetes de loterias ou series já extrahidas ou ainda não annunciadas, serão actos equiparados aos de contrabando e processados como este.

Art. 25. As loterias ou series de loterias que na data da publicação deste regulamento se acharem annunciadas com dia fixado para o sorteio, podem continuar à venda e extrahir-se de conformidade com a legislação anterior, pagando, porém, desde logo o imposto de 2 1/2%, creado pelo art. 1º da lei de 21 de novembro de 1892.

Ao mesmo pagamento estão obrigadas as que foram extrahidas desde o dia 1 de janeiro, em que entrou em execução aquella lei.

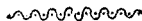
Art. 26. Das decisões do fiscal das loterias haverá recurso para o Ministro da Fazenda, dentro em tres dias, contados da data da decisão, ouvido o fiscal, que responderá em 48 horas.

Art. 27. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.



DECRETO N. 1288 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1893

Approva com modificações os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas nos trechos comprehendidos entre os kilometros 1 e 40 de Barra Mansa para Lavras e 30 e 130 de Lavras para Barra Mansa

O Vice-Presidente da Republica, attendendo ao que requereu Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, concessionaria do prolongamento da sua linha ferrea a partir da estação de Perdão de um lado até à cidade de Catalão e do outro até à Estrada de Ferro Central do Brazil, nos termos do decreto n. 862, de 16 de outubro de 1890, resolve approvar os estudos definitivos e

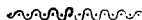
mesmo prolongamento na parte que se refere aos trechos comprehendidos entre os kilometros 10 e 40 de Barra Mansa para Lavras e 30 e 130 de Lavras para Barra Mansa; adoptado entre os kilometros 12. 721 e 27. 637 do 1º trecho mencionado o traçado que passa pela villa de Quatis e com as modificações indicadas a tinta azul nos referidos estudos que vão rubricados pelo director geral da Directoria de Viação, e em virtude das quaes a extensão do segundo trecho mencionado fica reduzida a 97^k,190.

O Dr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1289 — DE 21 DE FEVEREIRO DE 1893

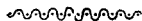
Concede á Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Geraes, na fórma do art. 311 do Código das disposições communs ás instituições de ensino superior, o titulo de Faculdade Livre, com todos os privilegios e garantias de que gosam as faculdades federaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em vista o parecer do delegado do Governo Federal, resolve conceder á Faculdade Livre de Direito do Estado de Minas Geraes, de conformidade com o art. 311 do Código das disposições communs ás instituições de ensino superior, approvado por decreto n. 1159, de 3 de dezembro de 1892, o titulo de Faculdade Livre com todos os privilegios e garantias de que gosam as faculdades federaes, ficando, porém, sujeita ás disposições do mesmo decreto.

Capital Federal, 21 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1290 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 2.495:556\$, no corrente exercicio, para attender á execução de diversos serviços.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo ouvido o Ministro dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, e

Reconhecendo que o Congresso Nacional, discutindo e votando a lei de orçamento para o exercicio de 1893, que tomou o n. 126 B de 21 de novembro de 1892, em relação aos serviços a cargo do Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, deixara de incluir na totalidade do credito pedido para — Obras diversas nos Estados — a quantia de 476:500\$ e £ 600-0-0, que ao cambio médio de 13 ds. sterlingos por 1\$ importam em 11:086\$, o que perfaz o total de 515:556\$000;

Reconhecendo mais que, tomadas as diversas addições de despesa autorizada pela mesma verba e confrontada a sua importancia com o total consignado na citada lei, verifica-se ter havido engano de somma na importancia de 28:000\$ para menos;

Reconhecendo ainda que na mesma lei não fôra consignado credito indispensavel para proseguimento da construcção do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia, na importancia de 1.900:000\$000; e

Reconhecendo finalmente que a quantia de 10:000\$, consignada na verba — Eventuaes — para despesas extraordinarias e imprevisas, e as de caracter eventual, é deficiente para fazer face a despesas dessa especie já conhecidas, como sejam: quota para manutenção do *Bureau de l'Union Internationale pour la protection de la propriété industrielle*, em Berne, a que está o Governo obrigado em virtude de accordo com as demais potencias signatarias da Convenção; salarios do pessoal encarregado da conservação e asseio do edificio da Secretaria de Estado; gratificações fixadas em regulamento por substituição de funcionarios legalmente impedidos, e outras;

Considerando os graves inconvenientes Moraes e prejuizos materiaes que adviriam ao Estado da suspensão de obras importantes, parte das quaes em execução em virtude de contractos legalmente celebrados, a cujo cumprimento não pôde o Governo faltar sem quebra dos compromissos contrahidos:

Resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 2.495:556\$, destinado a rectificar enganos e sanar omissões dadas na lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, e que será assim subdividido:

80:000\$ destinados a elevar a 770:000\$ a verba n. 2 art. 6º e applicaveis a despesas eventuaes do Ministerio;

1.900:000\$ destinados a augmentar a verba n. 13 do mesmo artigo, applicaveis ás despesas de construcção do prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia;

487:500\$ destinados á execução das obras do canal de accesso do porto do Rio Grande do Sul, no Estado do mesmo nome, incluídos na consignaçoão concedida para o 6º districto de portos marítimos, da verba — Obras diversas nos Estados; e finalmente

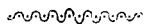
28:000\$ destinados a rectificar o engano de somma verificado na precitada verba — Obras diversas nos Estados — art. 6º da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, demonstrado na exposiçoão que a este acompanha.

O Ministro dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 22 de fevereiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1291 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve:

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, se comporá dos actuaes 9º e 10º batalhões de infantaria, reduzidos a quatro companhias cada um, da 1ª secção da reserva, elevada a batalhão, tambem com quatro companhias e a designação de 28º, 5º regimento de cavallaria, com quatro esquadrões, e de mais um regimento de cavallaria com a designação de 19.º

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de fevereiro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1291 A — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Felix do Paraguassu, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

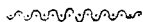
Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Felix do Paraguassu, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria, de

quatro companhias e a designação de 139º, e que se comporá dos guardas nacionaes qualificados no municipio da Tapera ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 22 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1292 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1893.

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 99:000\$ para as despezas com o material do Thesouro Federal, do Tribunal de Contas e das Delegacias Fiscaes, no exercicio de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que houve lacuna na lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892, deixando de consignar fundos para as despezas com o material do Thesouro Federal, Tribunal de Contas e Delegacias Fiscaes, do Ministerio da Fazenda, consignando, entretanto, as importancias necessarias para o pagamento do respectivo pessoal ;

Considerando que a respectiva lacuna traz desorganisação ao serviço publico, pela impossibilidade de funcionarem as alludidas repartições ;

Considerando que ao Governo cumpre, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, prover os meios materiaes para que não sejam paralyzados os serviços a cargo das mesmas repartições ; e

Usando da faculdade que lhe foi conferida no art. 8º da lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892, e tendo em vista o que dispõe o art. 35 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro do mesmo anno :

Resolve abrir ao Ministerio da Fazenda o credito extraordinario de 99:000\$, sendo: para as despezas com o material do Thesouro Federal 55:000\$, com o do Tribunal de Contas 20:000\$, e com os das Delegacias Fiscaes 24:000\$000.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim faça executar.

Capital Federal, 22 de fevereiro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.



DECRETO N. 1292 A — DE 1 DE MARÇO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Fazenda o credito extraordinario de 400:000\$ para as despesas a fazer com o Montepio Obrigatorio dos Empregados Civis, no exercicio de 1893.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que houve lacuna na lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892, deixando de consignar fundos para as despesas a fazer com o Montepio Obrigatorio dos Empregados Civis, tanto para a continuação do pagamento das pensões já estatuidas e das que forem concedidas no correr do exercicio, como tambem para o abono das quantias decretadas para o funeral e luto, de conformidade com o que preceituam os respectivos regulamentos;

Considerando que ao Governo cumpre, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, prover os meios materiaes para que não sejam paralyzados os serviços a cargo das repartições; e tendo sido observado o que dispõe o art. 35 do decreto n. 1160 de 17 de dezembro do mesmo anno:

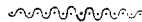
Resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Fazenda o credito extraordinario de 400:000\$ para as mencionadas despesas a fazer nesta Capital Federal e nos diversos Estados.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim faça executar.

Capital Federal, 1 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Sersedello Corrêa.



DECRETO N. 1294 (*) — DE 4 DE MARÇO DE 1893

Crea um regimento de artilharia de campanha de guardas nacionaes na comarca do Lagarto, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Lagarto, no Estado de Sergipe, um regimento de artilharia de campanha de guardas

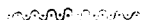
(*) O decreto com o n. 1293 não foi publicado.

nacionais, com quatro baterias e a designação de 2º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1295 — DE 4 DE MARÇO DE 1893

Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Villa Nova, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Villa Nova, no Estado de Sergipe, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 54ª, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1296 — DE 4 DE MARÇO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria da Guarda Nacional na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Capella, no Estado de Sergipe, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes

do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 55º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1297 — DE 4 DE MARÇO DE 1893

Crea um regimento de artilharia de campanha de guardas nacionaes na comarca da Capella, no Estado de Sergipe.

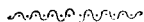
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado no commando superior da Guarda Nacional da comarca da Capella, no Estado de Sergipe, um regimento de artilharia de campanha, com quatro baterias e a designação de 1º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1298 — DE 4 DE MARÇO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo, um da reserva e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Areia, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Areia, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria do serviço activo e um da reserva, com quatro companhias cada um e a designação de

138º e 35º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e designação de 19º, que serão organisados com os guardas qualificados na mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1299 — DE 4 DE MARÇO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Campos Novos de Parapanema, no Estado de S. Paulo.

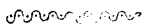
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Campos Novos do Parapanema, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá do 180º batalhão de infantaria do serviço activo, do 91º batalhão da reserva, com quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 76º, ora creados, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1300 — DE 4 DE MARÇO DE 1893

Reorganisa o commando superior de guardas nacionaes da comarca de Jacarehy, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

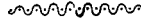
Artigo unico. O commando superior de guardas nacionaes da comarca de Jacarehy, no Estado de S. Paulo, se comporá

dos actuaes 14º e 15º batalhões de infantaria do serviço activo e 6º do da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, ora creado, com quatro esquadrões e a designação de 75º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1301 — DE 4 DE MARÇO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Ubatuba, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Ubatuba, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá do 8º batalhão de infantaria, ora desligado do commando superior da comarca de Santos, no mesmo Estado, e reduzido a quatro companhias, e de mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com a designação de 179º, e um batalhão da reserva, sob o n. 90, com quatro companhias cada um, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1302 — DE 4 DE MARÇO DE 1893

Cria um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Bariry, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º Fica creado na comarca de Bariry, no Estado de São Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se compoza do 53º corpo de cavallaria, para esse fim desligado do commando superior da comarca de Jahu, e dos seguintes batalhões ora creados : 177º batalhão de infantaria e 89º batalhão da reserva, com quatro companhias cada um, que serão organisados no districto da mesma comarca.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

~~~~~

## DECRETO N. 1303 — DE 4 DE MARÇO DE 1893

Crea-se um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jahu, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Jahu, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 178º, que se organisará com os guardas nacionaes qualificados no municipio de S. João da Bocaina, da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

~~~~~

DECRETO N. 1304 — DE 4 DE MARÇO DE 1893

Crea mais um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Taquary, no Estado do Rio Grande do Sul, mais um corpo de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 154º, o qual se organisará com es guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1305 — DE 7 DE MARÇO DE 1893

Approva, com alterações, os estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereram José Rabello e Francisco Marcelino Pinto, aos quaes por decreto n. 1073 de 11 de outubro de 1892 foi transferida a faculdade que, em vista do art. 9º dos estatutos approvados pelos decretos n. 662 de 12 de novembro de 1891 e n. 774 de 22 de março de 1892, tinha o Banco de Credito Brasileiro, com sede nesta Capital, de effectuar operações de empréstimos hypothecarios nos Estados de S. Paulo e de Minas Geraes, resolve approvar os estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas, por elles organizado, com as seguintes alterações :

§ 1º do art. 5º — Supprima-se.

§ 2º do mesmo artigo — Substituam-se as palavras — As 2.000 acções restantes — pelas seguintes : — As acções....

§ 2º do art. 6º — Supprima-se.

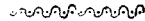
Accrescente-se — Art. 9.º Os directores e membros do conselho fiscal não poderão ter transacção de natureza alguma com o banco.

Art. 2º n. 1 — Supprimam-se as palavras — ou de terceiro.
 Art. 31 — Supprimam-se as palavras — ou ao portador, e o
 paragrapho — si ao portador, a transferencia se fará pela simples
 tradição.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim faça executar.
 Capital Federal, 7 de março de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.



DECRETO N. 1306 — DE 7 DE MARÇO DE 1893

Eleva à categoria de regimento o 2º esquadrão de cavallaria da Guarda
 Nacional da comarca de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil
 resolve decretar :

Artigo unico. Fica elevado à categoria de regimento, com
 quatro esquadrões e a designação de 11º, o 2º esquadrão de ca-
 vallaria da Guarda Nacional da comarca de Laranjeiras, no
 Estado de Sergipe ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de março de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1307 — DE 7 DE MARÇO DE 1893

Proroga por um anno o prazo concedido para a conclusão das obras da Estrada
 de Ferro da Tijuca.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
 attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro da
 Tijuca, cessionaria, nos termos do decreto n. 815 de 4 de
 outubro de 1890, de favores para a construcção da estrada de
 ferro a que se referem os decretos ns. 9550 de 23 de janeiro e

9620 de 31 de julho de 1886, 9731 de 26 de fevereiro de 1887, 706 de 30 de agosto de 1890 e 1057 de 27 de setembro de 1892, resolve prorogar por um anno o prazo concedido para conclusão das obras da referida estrada de ferro, de accordo com as clausulas que com este baixam, assignadas pelo Dr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro do Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, que assim faça executar.

Capital Federal, 7 de março de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 1307 desta data**

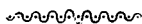
I

Fica prorogado por um anno, a findar em 31 de dezembro proximo futuro, o prazo estatuido na clausula IV do decreto n. 9550 de 23 de janeiro de 1886 para a conclusão das obras da estrada de ferro da Tijuca, já prorogado pelos decretos ns. 9731 de 26 de fevereiro de 1887, 706 de 30 de agosto de 1890 e 1057 de 27 de setembro de 1892.

II

A companhia obriga-se a contribuir com a quantia de 8:000\$000 annuaes, em duas prestações adeantadas, para occorrer ás despesas de fiscalisação.

Capital Federal, 7 de março de 1893. — *A. P. Limpo de Abreu.*



DECRETO N. 1308 — DE 8 DE MARÇO DE 1893

Autorisa o Banco da Republica do Brazil, de accordo com o art. 9º do decreto n. 1167 de 17 de dezembro de 1892, e na fôrma do capitulo II, titulo VII dos seus estatutos, a emittir *bonus* ao portador, até á somma de 100,000:000\$, do valor de 200\$ a 1:000\$ cada um, com juro de 4% ao anno, pago pelo mesmo banco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de accordo com o art. 9º do decreto n. 1167 de 17 de dezembro de 1892, e na fôrma do capitulo II titulo VII dos estatutos do Banco da Republica do Brazil, approvados pelo Governo;

Decreta :

Art. 1.º O Banco da Republica do Brazil emitirá, até á somma de 100.000:000\$, *bonus* ao portador, do valor de 200\$ a 1:000\$ cada um, com juro de 4% ao anno, pago semestralmente pelo mesmo banco.

Art. 2.º O pagamento dos juros semestraes será feito aos portadores, e comprovado pelo carimbo do banco no dorso dos titulos.

Art. 3.º Os *bonus* serão amortisados no prazo de vinte annos por sorteio ou recolhimento, devendo começar a amortisação no primeiro anno do segundo quinquennio, mas de modo que no referido prazo de 20 annos esteja resgatada a emissão total.

§ 1.º A emissão será dividida por series de 20.000:000\$, devendo o banco annunciar pela imprensa a serie a emitir, a numeração e os valores dos *bonus*, bem como a época do resgate parcial ou total.

Art. 4.º A fôrma do *bonus* será estabelecida de accordo com o modelo que for approvado pelo Governo; os titulos serão numerados e terão a assignatura do presidente e de um director do banco.

Art. 5.º A emissão far-se-ha entregando o banco directamente os *bonus* ao mutuario pelo seu valor nominal, ou negociando-os com terceiros a fim de dar a importancia do emprestimo em numerario.

Art. 6.º Os emprestimos serão effectuados a prazo que não exceda de 15 annos, mediante garantia de hypotheca, e de cinco annos no caso de penhor merantil.

O juro não excederá de 7% ao anno, pago semestralmente, sendo elevada a taxa com mais 3%, no caso de mora pela prestação que não for paga.

Paragrapho unico. A amortisação será estipulada de fôrma que seja o emprestimo resgatado dentro do prazo do contracto, devendo as respectivas quotas ser menores nos primeiros annos.

Art. 7.º Os mutuarios poderão realisar o pagamento dos juros ou da amortisação dos emprestimos em *bonus* pelo respectivo valor nominal.

Art. 8.º Só serão effectuados emprestimos a empresas que se acharem completamente expurgadas de vicios ou irregularidades em sua organização ou que não estejam em desacordo com as condições legais exigidas para sua constituição.

Art. 9.º Nenhum contracto será feito, mediante hypotheca, sem que ao banco seja dada a garantia de primeira hypotheca.

§ 1.º O penhor será constituido por apolices da divida publica federal ou dos Estados e por titulos que tenham cotação na praça.

§ 2.º A relação entre a quantia emprestada e os bens e titulos dados em hypotheca e em penhor, tanto quanto possível não será inferior a 1 para 2. Exceptuam-se os titulos da divida publica federal e dos Estados, a respeito dos quaes será observada a disposição do art. 8º n. 12, letra b, dos estatutos do banco.

§ 3.º Para a emissão dos *bonus* vigorará o disposto no art. 80 dos estatutos do banco.

Art. 10. Nenhum contracto será realizado sem prévia avaliação por pessoal de livre nomeação do banco, além de quaesquer diligencias e exames que forem julgados necessários.

Art. 11. O banco poderá, sempre que entender conveniente, manter junto ás empresas auxilliadas pessoal de sua confiança durante a constancia dos contractos.

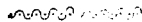
Art. 12. Os contractos consignarão os detalhes referentes aos demais accordos estabelecidos, para que fiquem discriminados todos os direitos e deveres reciprocos entre o banco e os mutuários.

Art. 13. Feita a emissão de cada serie, não se iniciará a de seguinte sem que o banco apresente ao Governo um relatório, encerrando a exposição dos contractos feitos, as propostas dos mutuários, a avaliação dos bens hypothecados ou a relação dos títulos dados em penhor, e a quantia emprestada em cada contracto.

Capital Federal, 8 de março de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Sersedello Corrêa.



DECRETO N. 1309 — DE 8 DE MARÇO DE 1893

Abre ao Ministério dos Negocios da Marinha o credito extraordinario de 32:150\$000 (trinta e dois mil e quinhentos mil réis) — Repartição da Costa Maritima — exercicio de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo aos motivos apresentados pelo Ministro dos Negocios da Marinha na exposição que a este acompanha, resolve, de conformidade com o § 3º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, abrir um credito extraordinario da importancia de trinta e dois contos cento e cincoenta mil réis (32:150\$), para attender, durante o exercicio de 1893, ás despezas com o pessoal e material dos pharões que se estão erigindo nos Estados do Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Espirito Santo, S. Paulo e Santa Catharina, para os quaes a lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892 não consignou fundos.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Custodio José de Mello.

Sr. Vice-Presidente da Republica — Venho submitter à vossa apreciação a demonstração junta, organizada pela Contadoria da Marinha, da necessidade de um credito extraordinario de 32:150\$, á verba § 77 — Repartição da Carta Maritima — secção pharões, para attender, durante o corrente exercicio de 1893, às despesas com o pessoal e material dos novos pharões que se estão erigindo nos Estados do Pará, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia, Espirito Santo, S. Paulo e Santa Catharina, para os quaes a vigente lei do orçamento não consignou fundos.

Nesta conformidade, sendo indispensavel dotar aquella verba com os necessarios recursos, apresento á vossa assignatura o respectivo decreto.

Capital Federal, 7 de março de 1893. — *Custodio José de Mello.*

Demonstração do credito preciso para attender ás despeza s com o pessoal e material dos novos pharões que se estão erigindo nos Estados abaixo declarados.

§ 17. REPARTIÇÃO DA CARTA MARITIMA

SECÇÃO PHARÕES

Credito votado pela lei n. 125 B de 21 de novembro de 1892.... 378:950\$000

DESPESA

A fazer-se com o pessoal dos actuaes pharões, de accordo com o orçamento do corrente exercicio de 1893.....	191:110\$000	
Idem com o custeio e conservação dos ditos pharões.....	187:550\$000	378:950\$000
Idem com o pessoal e material dos novos pharões que se estão erigindo:		
A saber:		

Pará

PHAROLETE DE TATUOCA

1 2º pharoleiro.....	1:080\$000	
1 3º "	810\$000	1:920\$000

TRAIPIU

1 1º pharoleiro	1:440\$000	
1 2º "	1:080\$000	
1 3º "	840\$000	
4 Remadores a 50\$000.....	2:400\$000	5:760\$000
	7:680\$000	
Custeio e conservação dos mesmos....	650\$000	8:330\$000

Rio Grande do Norte

PHAROL DE MACAU

1 2º pharoleiro	1:080\$000	
1 3º »	840\$000	1:920\$000
	<hr/>	

PHAROL DE MOSSORÓ

1 2º pharoleiro	1:080\$000	
1 3º »	840\$000	1:920\$000
	<hr/>	
	3:840\$000	
Custeio e conservação do mesmo	600\$000	4:440\$000
	<hr/>	

Ceará

PHAROL DE CAMOCIM

1 2º pharoleiro	1:080\$000	
1 3º »	840\$000	1:920\$000
	<hr/>	
Custeio e conservação do mesmo	400\$000	2:320\$000
	<hr/>	

Bahia

PHAROL DO MORRO DE PERNAMBUCO

1 1º pharoleiro	1:440\$000	
1 2º »	1:080\$000	
1 3º »	840\$000	3:360\$000
	<hr/>	
Custeio e conservação do mesmo	500\$000	3:860\$000
	<hr/>	

Espírito Santo

PHAROL DO RIO DOCE

1 1º pharoleiro	1:440\$000	
1 2º »	1:080\$000	
1 3º »	840\$000	3:360\$000
	<hr/>	
Custeio e conservação do mesmo	500\$000	3:860\$000
	<hr/>	

S. Paulo

PHAROL DE S. SEBASTIÃO

1 1º pharoleiro	1:440\$000	
1 2º »	1:080\$000	
1 3º »	840\$000	3:360\$000
	<hr/>	
Custeio e conservação do mesmo	500\$000	3:860\$000
	<hr/>	

Santa Catharina**PHAROL DA ILHA DA PAZ**

1 2º pharoleiro.....	1:080\$000	
2 3ºs » a 840\$000....	1:680\$000	2:760\$000

PHAROLETE DE ITAJAHY

1 2º pharoleiro.....	1:080\$000		
1 3º »	840\$000	1:920\$000	
		4:680\$000	
Custeio e conservação dos mesmos....	800\$000	5:480\$000	411:110\$000
CREDITO NECESSARIO.....			32:150\$000

1ª Secção da Contadoria da Marinha, 20 de fevereiro de 1893.—Pelo contador, o chefe de secção *José Maria Ferreira*.—O chefe de secção, *Bento de Carvalho e Souza Junior*.—O 1º escripturário, *Frederico de Castro Menezes*.

**DECRETO N. 1310 — DE 8 DE MARÇO DE 1893**

Proroga por mais um anno o prazo concedido ao cidadão Joaquim Barbosa dos Santos Werneck, para navegação por vapor no rio Preto, Estado do Rio de Janeiro.

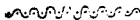
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o cidadão Joaquim Barbosa dos Santos Werneck, concessionario da navegação por vapor no rio Preto, a que se referem os decretos n. 741 de 12 de setembro de 1890 e n. 760 de 28 de dezembro de 1891, resolve prorogar por mais 12 mezes, a findar em 28 de dezembro do corrente anno, o prazo estabelecido na clausula XIII das que baixaram com o primeiro dos supracitados decretos para a inauguração do referido serviço.

O Dr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 8 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1310 A — DE 8 DE MARÇO DE 1893

Abre ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1.500:000\$, para a construcção de um lazareto no Estado de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Usando da authorisação conferida pelo decreto legislativo n. 122 de 11 de novembro de 1892, resolve abrir ao Ministério da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 1.500:000\$ para a construcção de um lazareto no Estado de Pernambuco.

Capital Federal, 8 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1311 — DE 10 DE MARÇO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Viçosa, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 115º, o qual será organizado com os guardas nacionaes qualificados no município de Campo Grande; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1312 — DE 10 DE MARÇO DE 1893

Autorisa o Banco de Credito Popular do Brazil, com sede nesta Capital, a transformar-se em Banco Hypothecario.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco de Credito Popular do

Brazil, representado por seu presidente, José Ferreira Ramos, resolve conceder-lhe autorização para se transformar em Banco Hypothecario, podendo emittir letras, nos termos da legislação em vigor, sob as seguintes condições :

1.^a Reducção do capital do banco, annullando-se as bonificações, incorporações, e dando-se a margem devida à depreciação da carteira ;

2.^a O banco assumirá a responsabilidade da divida do de Credito Popular para com o Thesouro Federal, assignando termo de responsabilidade e compromettendo-se, mediante contracto, ao pagamento, em prazo que será convencionado.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de março de 1893, 5^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.



DECRETO N. 1313 — DE 15 DE MARÇO DE 1893

Dá nova organização à Guarda Nacional da comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Oliveira, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 45^o batalhão de infantaria do serviço activo, 30^o da reserva, 4^a secção de infantaria, elevada a batalhão, com a designação de 174^o, com quatro companhias cada um, e do 6^o esquadrão de cavallaria, ora elevado a regimento, com quatro esquadrões e a designação de 48^o; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de março de 1893, 5^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1314 — DE 15 DE MARÇO DE 1893

Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Lorena,
no Estado de S. Paulo.

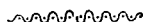
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil
decreta :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Lorena, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 23º batalhão do infantaria do serviço activo e 9º batalhão da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, do 55º regimento de cavallaria e de mais um batalhão de infantaria, ora creado, com quatro companhias e a designação de 181º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1315 — DE 15 DE MARÇO DE 1893

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito extraordinario de 200:000\$ para despesas com a pacificação de Estados em que a ordem e tranquillidade publicas forem perturbadas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tomando em consideração o que lhe expóz o Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a conveniencia de estar o Governo habilitado com os recursos necessarios para occorrer ás despesas que se tenham de fazer com a pacificação de Estados em que a ordem e tranquillidade publicas forem perturbadas, e tendo observado o que dispõe o art. 35 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, resolve abrir, de conformidade com o § 3º do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, o credito extraordinario de 200:000\$ para ser applicado a essas despesas.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim o faça executar.

Capital Federal, 15 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1316 — DE 15 DE MARÇO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Christina, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Christina, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 59.^o e 60.^o batalhões de infantaria do serviço activo e do 40.^o da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e do 11.^o esquadrão de cavallaria, ora elevado a regimento, com quatro esquadrões e a designação de 45.^o, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de março de 1893, 5.^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

~~~~~

## DECRETO N. 1317 — DE 17 DE MARÇO DE 1893

Abre ao Ministerio da Industria, Vição e Obras Publicas um credito extraordinario de 92:200\$,000, no corrente exercicio, para attender á execução de diversos serviços.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Reconhecendo que houve lacuna na lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892, deixando de consignar fundos para occorrer ao pagamento dos salarios do pessoal incumbido da conservação e asseio do edificio da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, que houve deficiencia de verba para pagamento de gratificações fixadas em regulamento por substituição legal de empregados, ou por serviços extraordinarios de que são elles incumbidos, ou pessoal extranho á referida secretaria, segundo a urgencia ou conveniencia do serviço publico, além de outras pequenas despesas, que occorrem na execução dos serviços;

Reconhecendo que, tomadas as diversas addições da despesa autorisada pelo credito consignado no art. 6.<sup>o</sup> da mesma lei, na verba —Obras diversas nos Estados— e confrontada a sua importancia com o total consignado na referida lei, verifica-se engano de somma na importancia de 28:000\$ para menos; e

Considerando que de taes factos resultam graves inconvenientes para o serviço publico, além do prejuizo imposto a funcionarios

que, na vigencia do respectivo regulamento, teem de ser retribuidos pelos serviços que prestaram e continuam a prestar, bem como a outros que os executam em cumprimento de ordem do Governo, sendo que ha tres mezes que o pessoal incumbido da conservação e asseio do edificio da Secretaria de Estado está privado de seus salarios, o que importa dizer, dos meios strictamente indispensaveis á sua subsistencia;

Considerando que ao Governo cumpre acautelar os direitos garantidos dos funcionarios, não os deixando expostos a vexames e privações, resultantes de um facto que reclama urgente providencia:

Resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito extraordinario de 99:200\$, sendo: 16:200\$ para o pagamento dos salarios do pessoal incumbido do asseio e conservação do edificio da Secretaria de Estado; 25:000\$ para o pagamento de gratificações provenientes da substituição de empregados e por serviços extraordinarios prestados no gabinete do Ministro; 23:000\$ destinados a rectificar o engano de somma verificado na alludida verba — Obras diversas nos Estados — art. 6º da lei, como se vê da demonstração junta; 30:000\$ para occorrer a outras despesas que se tornarem imprescindiveis durante o corrente exercicio.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 17 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*A. P. Limpo de Abreu.*

Demonstração do engano de 28:000\$000 verificado no credito consignado no art. 6º da lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892, na verba — Obras idversas nos Estados

A somma indicada nas tabellas explicativas  
( impressas ) do orçamento é de..... 5.737:458\$625

A lei mandou reduzir:

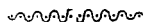
|                                                                                                                      |              |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| Consignação para melhora-<br>mento do rio Itapicuri....                                                              | 45:000\$000  |
| Na mesma consignação para<br>o porto do Recife.....                                                                  | 200:000\$000 |
| No pedido para as obras do<br>porto da Parahyba.....                                                                 | 50:000\$000  |
| Na consignação pedida para<br>obras do porto do Rio de Ja-<br>neiro ( ha erro typogra-<br>phico de 5:000\$000 )..... | 67:736\$750  |

|                                                    |              |                |
|----------------------------------------------------|--------------|----------------|
| Para obras dos portos de S. Paulo.....             | 27:200\$000  |                |
| Para construcção de açudes e poços artesianos..... | 500:000\$000 |                |
| Para as obras do porto de Sergipe.....             | 17:000\$900  | 906:936\$750   |
|                                                    |              | <hr/>          |
|                                                    |              | 4.830:521\$875 |

A lei concedeu mais:

|                                                                                   |              |                |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------------|
| Para melhoramento do rio Preto.....                                               | 50:000\$000  |                |
| Serviço hydraulico do 6º districto para desobstrucção dos baixios do rio Uruguay. | 20:000\$000  |                |
| Para melhoramentos do Alto Tocantins.....                                         | 50:000\$000  |                |
| Garantia de juros para as obras do porto da Laguna.....                           | 60:000\$000  |                |
| Garantia de juros para as obras do rio Jaraguá.....                               | 120:000\$000 |                |
| Auxilio à viação de Matto Grosso.....                                             | 40:000\$000  |                |
| Açudes e voltas do rio Mossoró.                                                   | 200:000\$000 |                |
| Para estudos dos portos da Victoria e Angra dos Reis.                             | 80:000\$000  |                |
| Para açudes em Poconé e Livramento.....                                           | 20:000\$000  |                |
| Estrada de Cuyabá a Nossa Senhora da Guia e Brotas.                               | 20:000\$000  |                |
| Melhoramento do porto de S. João da Barra.....                                    | 50:000\$000  | 710:000\$000   |
|                                                                                   |              | <hr/>          |
| Total.....                                                                        |              | 5.540:521\$875 |
| Indicado no n. 19 do art. 6º da lei como total.                                   |              | 5.512:521\$875 |
|                                                                                   |              | <hr/>          |
| Engano verificado.....                                                            |              | 28:000\$000    |

Capital Federal, 18 de março de 1893.— A. P. Limpo de Abreu.



Sr. Vice-Presidente — Submetto á vossa assignatura o decreto junto, pelo qual é aberto ao Ministerio a meu cargo o credito supplementar da quantia de 374:581\$670, destinada a de 285:875\$ á rubrica — Ajudas de custo — e a de 88:706\$670 á rubrica — Extraordinarias no exterior — do orçamento do exercicio de 1892.

O deficit da primeira das mencionadas rubricas proveiu da necessidade de se fazerem no Corpo Diplomatico e Consular pro-

moções, remoções para logares vagos por exonerações, disponibilidade e fallecimento dos respectivos serventuarios.

Justifica-se o *deficit* da segunda pelo desenvolvimento do serviço telegraphico, cuja despesa excede á somma concedida pela nomeação que se tornou conveniente fazer de inspectores de Consulados e por outras despesas indispensaveis, como vereis da demonstração que vos apresento.

Capital Federal, 17 de março de 1893. — *A. F. Paula Souza*.

# DECRETO N. 1318 — DE 17 DE MARÇO DE 1893

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 374:581\$370 para as despesas das rubricas — Ajudas de custo — e—Extraordinarias no exterior — exercicio de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, autorisado pelo decreto n. 36 de 26 de janeiro de 1892, resolve abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 374:581\$670, ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por mil réis, para serem applicados ás rubricas — Ajudas de custo, 285:875\$ — Extraordinarias no exterior, 88:706\$670, do orçamento do exercicio de 1892.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores o faça executar.

Capital Federal, 17 de março de 1893, 5<sup>a</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*A. F. Paula Souza*.

## Demonstração das despesas da 4<sup>a</sup> rubrica—Ajudas de custo, no exercicio de 1892

| 1892                                                                                                                                                        | Ajudas de custo |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
| FEVEREIRO 9. Ao bacharel Joaquim Francisco de Assis Brazil, pela nomeação de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario na Republica Argentina..... | 15:000\$000     |
| 18. Ao bacharel Cyro de Azevedo, ex-ministro na Republica Argentina, pela sua disponibilidade para regressar ao Brazil.....                                 | 7:500\$000      |
| MARÇO.... 5. Ao bacharel Arthur de Carvalho Moreira, para seu regresso, visto ter sido aposentado no cargo de                                               |                 |

|          |     |                                                                                                                                                                   |             |
|----------|-----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
|          |     | 1º secretario da Legação na Italia.....                                                                                                                           | 1:500\$000  |
| MARÇO... | 12. | Ao bacharel José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar, ex-ministro no Paraguay, pela sua disponibilidade para regressar ao Brazil.....                                 | 6:500\$000  |
| »        | 16. | Ao Barão de Alencar, ex-ministro na Hespanha, pela sua disponibilidade, para regressar ao Brazil.....                                                             | 6:500\$000  |
| »        | »   | Ao Visconde de Arinos, ex-ministro junto à Santa Sé, pela sua disponibilidade, para regressar ao Brazil.....                                                      | 6:500\$000  |
| »        | »   | Ao bacharel Luiz Cactano Pereira Guimarães, ex-ministro em Venezuela, pela sua disponibilidade, para regressar ao Brazil.....                                     | 6:250\$000  |
| »        | »   | Ao Barão de Aguiar de Andrada, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, pela remoção da Suissa para a Legação junto à Santa Sé.....                    | 13:000\$000 |
| »        | »   | Ao bacharel Julio Henrique de Mello e Alvim, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, pela remoção do Mexico para a Republica Oriental do Uruguay..... | 15:000\$000 |
| »        | »   | Ao bacharel Pedro de Araujo Boltrão, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, pela remoção de Portugal para a Suissa.....                              | 12:500\$000 |
| »        | »   | Ao bacharel Cyro de Azevedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em disponibilidade, por ter sido nomeado para o Mexico.....                       | 6:500\$0 6  |
| »        | 18. | A Antonio Soares Paiva, ex-2º secretario da Legação em Berlin, para regressar ao Brazil.....                                                                      | 1:250\$000  |
| »        | »   | Ao bacharel Francisco de Paula Araujo e Silva, 2º secretario, pela sua disponibilidade para regressar ao Brazil.....                                              | 1:250\$000  |
| »        | 19. | Ao Dr. Olynthio de Magalhães, pela nomeação de 2º secretario da Legação na Austria-Hungria.....                                                                   | 3:750\$000  |
| »        | »   | Ao bacharel Brazilio Itiberê da Cunha, pela promoção a enviado                                                                                                    |             |

|           |     |                                                                                                                                                  |                    |
|-----------|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|
|           |     | <b>extraordinario e ministro plenipotenciario na Bolivia.....</b>                                                                                | <b>12:500\$000</b> |
| MARÇO...  | 19. | Ao bacharel Pedro Candido Affonso de Carvalho, pela promoção a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario no Peru...                     | 12:500\$000        |
| »         | »   | Ao bacharel Henrique Mamele Lins de Almeida, pela promoção a enviado extraordinario e ministro plenipotenciario no Paraguay...                   | 12:500\$000        |
| »         | »   | Ao bacharel Cesar Augusto Vianna de Lima, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, pela remoção do Peru para Portugal.....            | 12:500\$000        |
| ABRIL.... | 9.  | A Oscar Reydner do Amaral, 1º secretario, pela remoção do Peru para a Legação na Republica Oriental do Uruguay.....                              | 3:000\$000         |
| »         | »   | Ao bacharel Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, 1º secretario, pela remoção da Gran-Bretanha para a Legação nos Estados Unidos da America.....     | 3:000\$000         |
| »         | »   | Ao bacharel Eduardo Felix Simões dos Santos Lisboa, 1º secretario, pela remoção da Suissa para a Legação na Gran-Bretanha....                    | 3:000\$000         |
| »         | »   | A Manoel de Oliveira Lima, 2º secretario, pela remoção de Portugal para a Legação no Imperio Allemão.....                                        | 2:500\$000         |
| »         | »   | Ao Dr. Alfredo de Barros Moreira, 2º secretario, mandado exercer o seu cargo na Legação no Peru                                                  | 1:250\$000         |
| »         | »   | Ao Dr. Graccho de Sá Valle, 2º secretario, mandado exercer o seu cargo na Legação na Republica Oriental do Uruguay.....                          | 1:250\$000         |
| »         | »   | Ao bacharel Augusto Montenegro, 2º secretario, mandado exercer o seu cargo na Legação na Suissa                                                  | 1:250\$000         |
| »         | »   | Ao bacharel Henrique Carlos Ribeiro Lisboa, 2º secretario, pela remoção do Paraguay para a Legação na Italia.....                                | 3:000\$000         |
| »         | »   | Ao bacharel José Augusto Ferreira da Costa, 1º secretario, pela remoção dos Estados Unidos da America para a Legação na Republica Argentina..... | 3:000\$000         |

|           |     |                                                                                                                                                                                |             |
|-----------|-----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| ABRIL.... | 9.  | Ao bacharel José Cordeiro do Rego Barros, 2º secretario, pela remoção do Paraguay para a Legação na Bolivia.....                                                               | 2:500\$000  |
| »         | »   | A Manoel Carlos Gonçalves Pereira, 2º secretario, pela remoção da Bolivia para a Legação em Lisboa.....                                                                        | 2:500\$000  |
| »         | 13. | A José Coelho Gomes, 2º secretario, mandado exercer o seu cargo na Legação em Londres.                                                                                         | 1:250\$000  |
| »         | »   | A Abilio Cesar Borges, 2º secretario, mandado exercer o seu cargo na Legação junto à Santa Sé.....                                                                             | 1:250\$000  |
| »         | 20. | A Alfredo Pereira Lima, consul geral de 2ª classe, pela remoção de Rotterdam para a Bolivia...                                                                                 | 5:000\$000  |
| »         | »   | A Antonio Joaquim Netto dos Reis, pela remoção de Trieste para Rotterdam, como consul geral.....                                                                               | 5:000\$000  |
| »         | »   | Ao Visconde do Desterro, consul geral aposentado, para regressar ao Brazil.....                                                                                                | 2:500\$000  |
| »         | »   | A João Vieira da Silva, ex-consul geral em Lisboa, para regressar ao Brazil.....                                                                                               | 3:000\$000  |
| »         | »   | Ao Dr. Manoel José Barbosa, ex-consul geral em Paris, para regressar ao Brazil.....                                                                                            | 2:375\$000  |
| »         | »   | A Manoel Jacintho Ferreira da Cunha, ex-consul no Rosario, para regressar ao Brazil.....                                                                                       | 2:000\$000  |
| »         | 30. | Ao Dr. Pedro de Castro Pereira Sodré, consul geral de 2ª classe, designado para exercer o seu cargo em S. Petersburgo.....                                                     | 2:725\$000  |
| JUNHO.... | 2.  | Ao Barão de Aguiar de Andrada, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario incumbido da missão especial em Washington                                                   | 9:500\$000  |
| »         | »   | Ao bacharel Alfredo Sergio Teixeira de Macedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em disponibilidade, designado para exercer o seu cargo junto à Santa Sé..... | 13:000\$000 |
| »         | 3.  | A Antonio Augusto de Castilho, pela promoção a consul geral de 1ª classe em Nova-York.....                                                                                     | 6:000\$000  |



|           |                                                                                                                                                                                                         |            |
|-----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| JUNHO.... | 3. Ao bacharel José Fortunato da<br>Silveira Bulcão Junior, consul<br>geral, pela remoção de Marselha<br>para Trieste.....                                                                              | 5:000\$000 |
| »         | » Ao bacharel Arthur Teixeira de<br>Macedo, consul geral, pela remo-<br>ção de Nova-York para Lisboa..                                                                                                  | 6:000\$000 |
| »         | » A Manoel da Silva Pontes, pela<br>promoção a consul geral de 1ª<br>classe em Marselha.....                                                                                                            | 6:000\$000 |
| »         | » A Antonio Fontoura Xavier, pela<br>promoção a consul geral de 2ª<br>classe em Genebra.....                                                                                                            | 5:000\$000 |
| »         | » A Joaquim Ferraz do Rego, consul<br>geral de 2ª classe, pela remoção<br>de Halifax para Valparaíso....                                                                                                | 5:000\$000 |
| »         | » A José Custodio Alves Lima, pela<br>nomeação de consul em Mon-<br>treal.....                                                                                                                          | 4:000\$000 |
| »         | » A Carlos Fraenkel, pela nomeação<br>de consul em Bremen.....                                                                                                                                          | 4:000\$000 |
| »         | 6. Ao Dr. José Calmon Nogueira<br>Valle da Gama, pela nomeação<br>de consul no Porto.....                                                                                                               | 4:000\$000 |
| »         | » Ao Dr. Raymundo de Sá Valle,<br>pela nomeação de consul no Ro-<br>sario.....                                                                                                                          | 4:000\$000 |
| »         | 20. Ao bacharel Francisco Regis de<br>Oliveira, enviado extraordinario<br>e ministro plenipotenciario, pela<br>remoção da Hespanha para a<br>Russia, supplemento da que an-<br>teriormente recebeu..... | 6:500\$000 |
| »         | 27. Ao bacharel Joaquim Osorio<br>Duque-Estrada, ex-2º secretario<br>da Legação no Paraguay, para<br>regressar ao Brazil.....                                                                           | 1:250\$000 |
| »         | » Ao bacharel João Marques de<br>Carvalho, pela nomeação de 2º<br>secretario da Legação no Para-<br>guay.....                                                                                           | 3:750\$000 |
| »         | 28. Ao Dr. Raymundo de Sá Valle,<br>complemento da que anterior-<br>mente recebeu pela nomeação<br>de consul no Rosario.....                                                                            | 2:000\$000 |
| »         | » A José Custodio Alves de Lima,<br>complemento da que anterior-<br>mente recebeu pela nomeação de<br>consul em Montreal.....                                                                           | 2:000\$000 |
| »         | » A Carlos Fraenkel, complemento<br>da que anteriormente recebeu                                                                                                                                        |            |

**Demonstração das despesas da 5ª rubrica — Extraordinarias no exterior — no exercicio de 1892**

**DESPEZAS EFFECTUADAS E DETERMINADAS**

|                                                                                                                                                                                                                                                             |                     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| Indemnisção a Ernesto Nahel.....                                                                                                                                                                                                                            | 1:500\$000          |
| Gratificações dos inspectores de Consulados, bachareis Carlos Augusto de Furton Bousquet e Olympio Adolpho de Souza Pitanga.....                                                                                                                            | 4:717\$391          |
| Ajudas de custo dos mesmos e do bacharel Vicente Machado da Silva Lima para despesas de viagem.....                                                                                                                                                         | 12:000\$000         |
| Telegrammas expedidos pelas diversas Legações na Europa e America.....                                                                                                                                                                                      | 45:282\$912         |
| Imprensa, Legações em Paris, Londres, Bruxellas e Buenos-Aires.....                                                                                                                                                                                         | 10:094\$221         |
| Passagens a brasileiros desvalidos, concedidas por diversos Consulados.....                                                                                                                                                                                 | 1:329\$900          |
| Alugueis das casas das Legações em Montevidéo e Lisboa, dirigidas por encarregados de negocios.                                                                                                                                                             | 3:820\$444          |
| Fundição e feitura de um metro de platina.....                                                                                                                                                                                                              | 1:107\$925          |
| Taxa estrangeira dos telegrammas expedidos pelo Ministerio, no 1º semestre.....                                                                                                                                                                             | 9:608\$770          |
| Livros comprados no estrangeiro e remessa dos mesmos.....                                                                                                                                                                                                   | 220\$077            |
| Estampilhas consulares, indemnisação à Casa da Moeda.....                                                                                                                                                                                                   | 1:958\$340          |
| Passagem do ministro Dr. Assis Brazil, que veio de Buenos-Aires a esta Capital a chamado do Governo.....                                                                                                                                                    | 444\$444            |
| Moveis para a Legação em Buenos-Aires e deposito do archivo da Legação em S. Petersburgo.                                                                                                                                                                   | 138\$350            |
| Despesas feitas com a machina do encouraçado <i>Riachuelo</i> que foi a Santos em serviço deste Ministerio ; indemnisação ao da Marinha.....                                                                                                                | 11:483\$896         |
|                                                                                                                                                                                                                                                             | <u>103:706\$670</u> |
| Para as despesas com a taxa estrangeira de telegrammas expedidos pelo Ministerio no 2º semestre, com telegrammas dirigidos pelas Legações na Europa e America, soccorros, passagens, cujos pagamentos não foram ainda solicitados, e mais a quantia de..... | 25:000\$000         |
|                                                                                                                                                                                                                                                             | <u>128:706\$670</u> |
| Credito.....                                                                                                                                                                                                                                                | 40:000\$000         |
| Deficit.....                                                                                                                                                                                                                                                | 88:706\$670         |

1ª Secção, 15 de fevereiro de 1893. — O director, *Luiz Caetano da Silva*.



## DECRETO N. 1319 — DE 17 DE MARÇO DE 1895

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Salinas no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Salinas, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá de dous batalhões, um de infantaria e outro da reserva, com as designações de 173º e 100º, com quatro esquadões e a designação de 47º ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1320 — DE 17 DE MARÇO DE 1895

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Marianna, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Marianna, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de guardas nacionaes que se comporá dos actuaes batalhões ns. 8º e 9º de infantaria e 30º da reserva, que serão desligados da comarca de Piranga, e de mais um regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 46º ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1321 — DE 21 DE MARÇO DE 1893

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Salinas Lindenberg de Cabo Frio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Salinas Lindenberg de Cabo Frio, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanhã, e que foram votados na assembléa geral de accionistas realisada em 7 de fevereiro proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 21 de março de 1893, 5<sup>o</sup> da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*A. P. Limpo de Abreu.*

**Alterações dos estatutos da Companhia Salinas Lindenberg de Cabo Frio, a que se refere o decreto. n. 1321 de 21 de março de 1893:**

Art. 4<sup>o</sup> — O capital da companhia será de 1.000:000\$ dividido em cinco mil acções de 200\$ cada uma.

Art. 5.<sup>o</sup> — A assembléa geral ordinaria reunir-se-ha annualmente no mez de setembro para exame de contas e approvação do relatório da directoria e conselho fiscal.

O anno social da companhia será de 1 de julho a 30 de junho de cada anno.

Art. — 11. A gestão da companhia será exercida por tres directores com mandato por quatro annos, sendo um o presidente, outro o secretario, e outro o thesoureiro.

Art. 12 — Os directores da companhia vencerão o honorario annual de 6:000\$ pagos mensalmente.

Art. 13 — *b* — Nomear o gerente e os empregados necessarios e marcar-lhes ordenados.

Art. 14 — O gerente poderá escolher um sub-gerente, de accordo com a directoria, para auxilia-lo e substitui-lo nos seus impedimentos.

Art. 15 — Para os fins determinados por lei serão eleitos na assembléa ordinaria tres fiscaes e tres supplentes com mandato por um anno.

Art. 23 — A directoria escolherá o estabelecimento bancario onde devem ser depositados os saldos existentes em caixa. Os

cheques para o movimento da conta corrente serão firmados pelo director-thesoureiro com o *visto* do presidente, bem como qualquer documento ou obrigação, com referencia aos negocios sociaes.

Art. 26.— Os accionistas reconhecem e acceitam a responsabilidade que lhes é attribuida por lei e approvam estas alterações.



### DECRETO N. 1323 (\*) — DE 21 DE MARÇO DE 1893

Divide o collegio commercial da Capital Federal em cinco secções  
e dá outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º E' dividido o collegio commercial da Capital Federal em cinco secções, competindo a presidencia da primeira ao presidente da Junta Commercial, e cada uma das outras a um dos quatro deputados de maior votação.

Art. 2.º Compõe-se a primeira secção, dos eleitores da lettra J; a segunda, dos da lettra A; a terceira, dos das lettras B, C e F; a quarta, dos das lettras D, E, G, H, I e M; e a quinta, dos das lettras L, N e O até Z.

Art. 3.º Nenhum deputado poderá eximir-se, sem motivo justificado, da presidencia da secção que lhe couber, sob pena de perda daquelle cargo, mediante processo de responsabilidade, nos termos da legislação vigente.

Art. 4.º O edital da convocação dos eleitores designará o logar da reunião de cada uma das secções.

§ 1.º No dia e logar annunciados reunir-se-ha a secção, ás 9 horas da manhã, sob a presidencia do presidente da Junta Commercial ou do deputado a quem competir e que a houver convocado.

§ 2.º O presidente nomeará dous eleitores para servirem, um de escrutador e outro de secretario interino, e immediatamente se procederá por escrutinio secreto á eleição de dous escrutadores e dous secretarios effectivos, declarando-se eleitos os que obtiverem maioria de votos, ou em favor de quem desempatar a sorte, e constituirão assim a mesa.

§ 3.º A acta da formação da mesa será assignada pelo presidente, escrutador e secretario interinos, incumbindo a este escrevel-a e nella mencionar as duvidas que se levantarem sobre a sua organização e as decisões proferidas.

§ 4.º Em seguida, declarando o presidente que a mesa effectiva tomará conhecimento de qualquer reclamação contra a exactidão

---

(\*) O decreto com o n. 1322 não foi publicado.

da lista affixada, ou denuncia de fraude, serão decididas as duvidas sobre materia de direito, pela mesa, e sobre materia de facto, pela secção eleitoral, conforme as qualificar o presidente.

§ 5.º Não levantadas ou resolvidas as duvidas, o 1.º secretario procederá á chamada dos eleitores, por cópia authentica da lista affixada; cada um dos chamados depositará sua cedula na urna collocada sobre a mesa e escreverá o seu nome no livro para esse fim destinado, tomando nota o 2.º secretario, dos que, comparecendo, deixarem de votar e do motivo deste facto.

Art. 5.º Além da lista dos respectivos eleitores, fornecerá a Junta Commercial a cada uma das secções uma urna para o recebimento das cedulas e um livro onde os eleitores escreverão os seus nomes á medida que forem votando.

Art. 6.º Nenhum eleitor poderá votar antes da chamada do seu nome, e os que comparecerem depois votarão em ultimo logar.

Art. 7.º Os presidentes das mesas eleitoraes votarão perante estas.

Art. 8.º As mesas de todas as secções, terminados os trabalhos, remetterão sem demora as suas actas á Junta Commercial, que fará a apuração geral, lavrando a acta respectiva, da qual enviará uma cópia a cada um dos eleitos para servir-lhes de titulo.

Art. 9.º O presidente da Junta Commercial marcará o segundo escrutinio, quando for caso delle, para o dia mais proximo que for possivel.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de março de 1893, 5.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1324 — DE 21 DE MARÇO DE 1893

Approva o perfil longitudinal, desenhos dos typos de obras d'arte e orçamento para a construcção de um trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos constantes do perfil longitudinal, desenhos dos typos de obras d'arte e orçamento apresentados pelo director da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, com o officio n. 2044 de 1 de dezembro ultimo, para a construcção do trecho do prolongamento da mesma estrada comprehendido

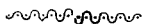
entre S. Caetano da Raposa e Bello Jardim, na extensão de 34.776<sup>k</sup>,57, estudos que a este acompanham, rubricados pelo director geral da Directoria de Viação da competente Secretaria de Estado.

O Engenheiro Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 21 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*A. P. Limpo de Abreu.*



#### DECRETO N. 1325 — DE 21 DE MARÇO DE 1893

Abre ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 16:200\$000 para occorrer ao pagamento de salarios dos serventes da respectiva Secretaria de Estado, durante o corrente exercicio.

Não tendo o Congresso Nacional, em sua ultima reunião, consignado na vigente lei do orçamento verba especial com destino ao pagamento de salarios dos serventes incumbidos do asseio e conservação do edificio em que funciona a Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, o Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que o § 2º do art. 6º da referida lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, não offerece margem para semelhante despesa, que em orçamentos anteriores sempre foi paga pela verba — Eventuaes —, e considerando que o serviço de que se trata é indispensavel: resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de dezeseis contos e duzentos mil réis (16:200\$), exclusivamente destinado a occorrer ao pagamento do referido pessoal durante o corrente exercicio.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 21 de março de 1893, 5º da Republica,

FLORIANO PEIXOTO.

*A. P. Limpo de Abreu.*



## DECRETO N. 1326 — DE 24 DE MARÇO DE 1893

Abre um credito de 12:779\$065 para occorrer ao excesso de despesas com os serviços da Inspectoria da Instrucção Primaria e Secundaria e com os da Instrucção Primaria do 1º e 2º grãos desta Capital.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que a consideravel alta nos preços dos objectos de expediente, a elevação nos alugueis das casas occupadas pelas escolas publicas e as despesas com a representação do Pedagogium na exposição preparatoria para a de Chicago, tornaram insufficiente o credito aberto pelo decreto n. 722 A, de 30 de janeiro de 1892, na parte destinada ao material:

Resolve, usando da autorisação conferida no art. 3º, n. 13, da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito de 12:779\$065, para occorrer ao pagamento do excesso de despesas no exercicio de 1892, constantes da demonstração junta.

Capital Federal, 24 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

Demonstração do credito preciso para occorrer ao excesso de despesas com os serviços da Inspectoria Geral da Instrucção Primaria e Secundaria, e com os da Instrucção Primaria do 1º e 2º grãos desta Capital, no exercicio de 1892, para as quaes foi insufficiente o credito aberto pelo decreto n. 722 A, de 30 de janeiro de 1892, na parte destinada ao material

|                                                                                                                       |            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Saldo do credito do decreto n. 722 A.                                                                                 | 1:821\$617 |
| A pagar :                                                                                                             |            |
| Importancia das contas de fornecimentos à Inspectoria Geral, inclusive a de 999\$999 de elevação aluguel de casa..... | 7:533\$949 |
| Idem da gratificação a um servente pelos serviços extraordinarios da Exposição Pedagogica.....                        | 83\$333    |
| Idem pelos serviços de exames geraes de preparatorios.....                                                            | 4:226\$000 |
| Idem de duas contas do despachante Ernesto Diniz do Amaral, de agencias e carretos.....                               | 385\$500   |



|                                                                                                 |            |             |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------|
| Importancia de uma conta de Soares & Niemeyer, pelo fornecimento de objectos de expediente..... | 2:251\$900 |             |
| Idem da taxa de esgotos de quatro predios, do 2º semestre de 1892...                            | 120\$000   | 14:600\$682 |
| Credito preciso.....                                                                            |            | 12:779\$065 |

Secção Geral de Contabilidade, 23 de março de 1893.— O director, *José Carlos de Souza Borcini*.



### DECRETO N. 1330 (\*) — DE 24 DE MARÇO DE 1893

Concede ao *Brasilianische Bank für Deutschland* autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade de S. Paulo, Estado do mesmo nome.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ao que requereu o *Brasilianische Bank für Deutschland*, fundado na cidade de Hamburgo, representado pelos directores de sua caixa filial nesta Capital, Paulo Boettzer e Waldemar Heralh, resolve conceder-lhe autorização para estabelecer uma caixa filial na cidade de S. Paulo, Estado do mesmo nome; observadas as condições impostas às caixas filiaes de bancos, pelas disposições em vigor.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim faça executar.

Capital Federal, 24 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



### DECRETO N. 1331 — DE 24 DE MARÇO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viacão e Obras Publicas um credito extraordinario de 150:000\$000 ao cambio de 27 ds. por 1\$000 para dar cumprimento ao disposto no art. 2º da lei n. 97 de 5 de outubro de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Usando da faculdade concedida pelo n. VI do art. 6º da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, que autorisou o Governo,

---

(\*) Os decretos com os ns. 1327, 1328 e 1329 não foram publicados.

entre outras providencias, a dar cumprimento ao disposto no art. 2º da lei n. 97 de 5 de outubro do mesmo anno, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 150:000\$, ao cambio de 27 dinheiros sterlingos por 1\$, afim de occorrer ás despesas da execução do tratado celebrado com a China em 6 de setembro de 1890; da celebração do tratado de commercio, paz e amizade com o Japão, e do estabelecimento de agentes diplomaticos e consulares nesses paizes, para manutenção de suas boas relações, e especialmente encarregados esses e outros agentes de fiscalisar a emigração que daquelles paizes se dirigir para o Brazil.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 24 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*A. P. Limpo de Abreu.*



#### DECRETO N. 1332 — DE 24 DE MARÇO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Araranguá, no Estado de Santa Catharina.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Araranguá, no Estado de Santa Catharina, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 21º e 22º, e um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 8º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1333 — DE 24 DE MARÇO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de S. Joaquim da Costa da Serra, no Estado de Santa Catharina.

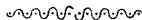
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Joaquim da Costa da Serra, no Estado de Santa Catharina, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 19º e 20º, e um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 7º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*



## DECRETO N. 1334 — DE 28 DE MARÇO DE 1893

Regula a parte civil do decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe compete pelo art. 48, § 1º, da Constituição, resolve expedir o regulamento que baixa com o presente decreto, para regular a execução da parte civil do decreto n. 1030 de 14 de novembro de 1890.

Capital Federal, 28 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

## Regulamento annexo ao decreto n. 1334 desta data

Art. 1.º A administração da Justiça Civil é incumbida ás seguintes autoridades no Districto Federal:

1.º Aos pretores;

2.º Ao juiz dos feitos da Fazenda Municipal;

3.º Ao Tribunal Civil e Criminal ;

4.º A' Côte de Appellação.

Art. 2.º Não se incluem no disposto no paragrapho anterior :

1.º As causas a que se referem o decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890, salvas as disposições dos arts. 15 §§ 1.º e 2.º, 16, 361 e 362 do decreto n. 481 de 11 de outubro de 1890 ;

2.º As causas que por determinação de lei federal ou municipal são julgadas administrativamente por juiz ou tribunal.

Art. 3.º E' mantida a competencia dos consules, vice-consules ou agentes consulares nos termos da legislação em vigor, salvo si outra cousa for determinada em tratado ou convenção.

Art. 4.º O juizo arbitral é admittido nos termos do decreto n. 3900 de 26 de junho de 1867.

#### JURISDIÇÃO DOS PRETORES

Art. 5.º O Districto Federal, emquanto outra divisão se não fizer, tem tantas circumscripções quantas as actuaes pretorias.

Art. 6.º Haverá em cada uma destas circumscripções um pretor nomeado pelo Presidente da Republica dentre os cidadãos brasileiros que forem graduados em direito e houverem exercido, durante dous annos, pelo menos, a judicatura, o ministerio publico ou a advocacia, sendo preferidos os que tiverem titulo de exame ou habilitação.

§ 1.º Os requerimentos dos pretendentes ao cargo de pretor devem ser informados, segundo os serviços que allegarem :

a) Si da judicatura, pela Côte de Appellação ;

b) Si do ministerio publico, pelo procurador geral do districto ;

c) Si da advocacia, pelo Instituto da Ordem dos Advogados, ou pelos juizes e tribunaes.

§ 2.º O pretor que ao tempo da nomeação não for magistrado, exercerá o cargo durante quatro annos e só poderá ser exonerado em virtude de sentença ou a seu pedido. Findo o quadriennio, poderá ser reconduzido com titulo de vitaliciedade.

Art. 7.º Além do pretor haverá tres supplentes, nomeados pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores, sob proposta do Conselho Municipal, sendo denominado sub-pretor o que for graduado em direito e que preferirá na substituição e no preenchimento da vaga.

Art. 8.º Cada Pretoria terá um escrivão e um ou mais escreventes juramentados. Ao Presidente da Côte de Appellação compete a nomeação daquelle serventuario, mediante proposta do respectivo pretor, dentre os cidadãos que houverem obtido titulo de habilitação.

Art. 9.º Servirão igualmente junto ao pretor um ou mais officiaes de justiça, por elle nomeados e que executarão suas ordens e despachos em todo o Districto Federal.

Art. 10. Nas diligencias que se effectuarem fóra da circumscripção do pretor, e sempre que for reclamada a presença de mais de um official de justiça, servirá o da Pretoria que houver

ordenado a diligencia, juntamente com um outro da Pretoria onde tiver de se effectuar a mesma diligencia.

Art. 11. As avaliações e arbitramentos se farão por simples mandado, ainda quando os bens, objectos de avaliação ou arbitramento estejam fóra da circumscripção do pretor.

Art. 12. O disposto no artigo antecedente applica-se à vistoria ou acto equivalente ; pelo que o pretor pôde, fóra da circumscripção em que exerce a jurisdicção, assistir ou mandar proceder à vistoria ou acto equivalente, como o depoimento em casa da testemunha ou da parte.

Art. 13. As testemunhas e as partes litigantes prestam os depoimentos no juizo da Pretoria, onde corre o feito.

Art. 14. Aos pretores compete:

1.º Conciliar as partes que perante elles comparecerem espontaneamente, guardando-se, tanto quanto possa ser applicavel, o disposto no decreto de 20 de setembro de 1829 ;

2.º Processar e julgar em primeira e ultima instancia as causas de valor inferior a 1:000\$000 ;

3.º Processar e julgar em primeira instancia as causas de valor de 1:000\$ até 5:000\$000 ;

4.º Exercer funcções não contenciosas como juiz dos casamentos (arts. 8º a 10, 12, 13, 19, 22 a 35, 41 e 42 do decreto n. 181 de 24 de janeiro de 1890) e conhecer dos impedimentos (art. 119 do decreto citado), com o recurso de agravo para o conselho do Tribunal Civil e Criminal ;

5.º Exercer os actos de jurisdicção voluntaria, como protesto para a conservação e resalva de direitos, homologação ou confirmação por sentença, incluindo-se, até o valor de 5:000\$, a homologação de decisão arbitral e a de partilha amigavel ;

6.º Processar, sempre que o valor exceder a 5:000\$, inventarios, ou *ex-officio* ou a requerimento de parte ; contas de tutela ; de curatela ; de testamentaria, e liquidações commerciaes.

§ 1.º Si no inventario houver questão de que se possa tomar conhecimento, ou por ser de direito ou quando, por ser de facto, admittir prova *in continenti*, o pretor mandará que as partes, sem prejuizo da marcha do feito, salvo o disposto no § 5º, façam as suas allegações, que serão appensas aos autos e decididas em occasião opportuna pelo juiz competente.

§ 2.º Nos casos de haver notificação para se proceder a inventario, e o notificado offerecer no prazo de cinco dias allegação ou embargos, o pretor, ouvida a parte contraria por outros cinco dias, concederá para prova uma só dilação de dez dias, que correrá desde a publicação do despacho em audiencia, e finda a mesma dilação será, pelo juiz competente, proferida sentença.

§ 3.º A partilha se faz por partidores nomeados a aprazimento das partes, ou pelo escrivão do feito, si houver annuencia de todos os interessados, tomada por termo nos autos.

§ 4.º Os partidores são em numero de dous, e, si não puder haver accordo na nomeação, é pelo juiz feita a escolha entre os propostos.

§ 5.º O pretor não pôde conhecer da questão de nullidade de testamento, quando mesmo arguida em inventario, cujo preparo e julgamento lhe possa competir ; e não proseguirá nos termos do inventario, enquanto não for pelo juiz competente decidida a prejudicial.

§ 6.º applica-se, tanto quanto possível, às contas de tutela, de curatela, de testamentaria e às liquidações commerciaes o disposto nos paragraphos anteriores.

Art. 15. Tambem compete aos pretores arrecadar e administrar os bens de ausentes nos termos da legislação em vigor.

§ 1.º Feita a arrecadação será o facto levado ao conhecimento do procurador seccional, que poderá officiar nos autos como representante da Fazenda Federal.

§ 2.º Do mesmo modo se procederá em relação à Fazenda Municipal, que intervirá no processo por intermedio do respectivo procurador dos feitos.

§ 3.º Julgada vaga a herança, a sentença deve ser ou notificada ao representante que haja intervindo nos termos do § 1º, ou communicada ao juiz seccional.

§ 4.º O pretor nomeará curador *ad hoc*, para tomar conta dos bens, até que, sob sua responsabilidade, o curador dos ausentes, a quem se officiará, ou confirme a nomeação feita ou nomeie pessoa, que receba os bens arrecadados ; podendo o curador conceder ao seu delegado os mesmos poderes que por lei lhe são outorgados.

§ 5.º A nomeação ou confirmação será junta aos autos, dos quaes deverá outrossim constar a resposta do curador, declarando os poderes que confere.

§ 6.º O curador *ad hoc* ou pessoa de nomeação do curador dos ausentes prestará contas perante estes, como si fôra depositario.

Art. 16. Por excellere in aliquid, compete só aos pretores o preparo dos processos seguintes : divorcio amigavel, cartas de emancipação e supplementos de idade, licenças para a subrogação de bens dotaes, ou para a venda de bens de raiz pelas mulheres menores, consentindo os maridos, insinuação de doação, supprimento do consentimento do pae ou tutor para o casamento, ou a do marido para poder a mulher revogar alienação por elle feita nos termos da Ord. L. 4ª, art. 48, § 2º.

Art. 17. Para se poder regular, no caso de appellação da sentença do pretor, a competencia da Camara Civil ou Commercial do Tribunal Civil e Criminal, devem as partes, na petição inicial da acção, declarar qual a natureza da causa.

Paragrapho unico. Não havendo declaração, fica prevalecendo a jurisdicção civil.

#### DO TRIBUNAL CIVIL E CRIMINAL

Art. 18. O Tribunal Civil e Criminal divide-se em tres camaras : criminal, civil e commercial ; e compõe-se de um presidente, dous vice-presidentes e nove juizes — todos magistrados.

Paragrapho unico. Estes magistrados serão nomeados dentre os cidadãos brasileiros graduados em direito e que se houverem distinguido durante seis annos, pelo 1. enos, na judicatura, ministerio publico ou advocacia. Terão preferencia :

I. Até á metade do numero dos membros do Tribunal, os que houverem exercido a judicatura, especialmente os pretores com titulo vitalicio ou de habilitação.

II. Até ao terço, os que houverem exercido o ministerio publico, especialmente com titulo de habilitação.

III. Até ao sexto, os que houverem exercido a advocacia, especialmente com titulo de habilitação e contando dous annos de serviço como advogado dos pobres.

A disposição do § 1º do art. 6º é applicavel aos candidatos aos cargos de juizes do Tribunal.

Art. 19. Cada camara compõe-se de tres juizes, além do presidente, funcionando em cada uma tres escrivães, nomeados da mesma fórma que os das Pretorias; e os officiaes de justiça necessarios, nomeados pelo presidente da respectiva camara.

Paragrapho unico. O Tribunal terá um porteiro privativo, que o presidente nomeará.

Art. 20. Todos os annos, no mez de dezembro, se reunirão os doze membros do Tribunal para a eleição do presidente e dos vice-presidentes.

Art. 21. Escolhendo o presidente eleito a camara que quer presidir, passará a distribuir a presidencia das outras duas pelos vice-presidentes, sujeitando o acto á approvação da maioria dos juizes.

Art. 22. O presidente do Tribunal, além de dirigir e regular os trabalhos da camara que preside, exerce a suprema direcção e preside as camaras reunidas.

Art. 23. Os dous vice-presidentes dirigem e regulam os trabalhos das suas camaras.

Art. 24. Além das camaras, ha um conselho, composto do presidente e dos dous vice-presidentes.

#### *Da camara civil*

Art. 25. A' camara civil compete :

1.º Processar e julgar em primeira instancia todas as causas contenciosas que, sendo de valor superior a cinco contos de réis, não tiverem juiz privativo ; e as de valor inestimavel, como as contenciosas de divorcio, as de nullidade do casamento, as que dizem respeito ao estado ou capacidade civil das pessoas, as de nullidade de testamento, as de desherdação e as de reducção de testamento á publica-fôrma ;

2.º Conhecer em segunda e ultima instancia das appellações das sentenças proferidas pelos pretores nas causas contenciosas de valor de um a cinco contos de réis ;

3.º Conhecer dos embargos ás sentenças proferidas em segunda instancia, e dos embargos á execução.

*Da camara commercial*

Art. 26. A' camara commercial compete :

- 1.º Processar e julgar as causas commerciaes de valor superior a 5:000\$ privativas do Juizo do Commercio, com excepção das indicadas no art. 15 lettra *g* do decreto n. 848 de 11 de outubro de 1890; e assim tambem as de fallencia ou liquidação forçada, que ficam sendo equiparadas ás de valor inestimavel;
- 2.º Conhecer das appellações das sentenças proferidas pelo pretor em causa commercial do valor de um a cinco contos de réis;
- 3.º Conhecer dos embargos ás sentenças proferidas em segunda instancia, e dos embargos á execução.

*Disposições communs ás camaras civil e commercial*

Art. 27. Incluem-se, porque poem termo ao feito, na competencia das camaras, os seguintes despachos, quer dellas caiba agravo, quer appellação :

- 1.º O da absolvição da instancia, si por elle for julgada premissa a acção;
- 2.º O da rejeição *in limine* de embargos do executado ou do terceiro;
- 3.º O de recebimento de embargos com condemnação nas acções decendiarías, ou nas de seguro terrestre;
- 4.º O de deserção de appellação;
- 5.º O de liquidação de sentença, exhibição e habilitação;
- 6.º O que julga afinal o embargo ou arresto, e a detenção pessoal;
- 7.º O de declaração de fallencia ou de liquidação forçada; e os preparatorios de concordata e moratoria, e a reabilitação.

Art. 28. Sempre que for possivel proferir-se decisão terminativa do feito, o despacho, ainda que na especie tenha de ser interlocutorio, será dado pela camara.

Art. 29. Todos os mais despachos não comprehendidos nos artigos antecedentes são proferidos por juiz singular; competindo-lhe, outrosim, o cumprimento de todas as precatorias ou rogatorias de dentro e de fóra do paiz dirigidas ás justças do Districto Federal.

Art. 30. Si as precatorias ou rogatorias forem dirigidas ás justças em geral, ou indicarem algum outro juiz que não os da camara civil ou commercial, seu cumprimento se fará pelo juiz da camara civil a quem for pelo presidente distribuido.

Art. 31. O juiz singular funciona por distribuição feita pelo presidente da camara respectiva.

*Do conselho*

Art. 32. O conselho, composto do presidente e dos dous vice-presidentes, se reunirá ao menos uma vez por semana e sempre que o presidente o convocar.



Paragrapho unico. Os juizes do conselho, excepção feita no julgamento do agravo, reveem os feitos em que tenham de proferir sentença.

Art. 33. Compete ao conselho :

§ 1.º Em primeira e ultima instancia, julgar das suspeições postas aos membros do Tribunal, ao juiz dos feitos da Fazenda Municipal e aos pretores, guardados os termos da legislação em vigor.

§ 2.º Proferir em primeira instancia sentença nas causas não contenciosas processadas pelos pretores, e homologar a decisão arbitral ou partilha amigavel, quando exceder a alçada do pretor.

§ 3.º Conhecer em segunda e unica instancia das appellações das sentenças do pretor, em causa não contenciosa ; e dos agravos interpostos dos despachos dos pretores, ou dos juizes das camaras civil e commercial.

§ 4.º Mandar proceder em sua presença a exame dos pretendentes a officio de justiça, servindo de examinadores um advogado e um serventuario do mesmo officio e com assistencia do sub-procurador geral do districto ; e impôr penas disciplinares aos empregados da secretaria e escrivães.

Art. 34. No caso do art. 87 do decreto n. 181 de 24 de janeiro de 1890, haverá appellação *ex-officio*.

A appellação voluntaria interpôr-se-ha perante o juiz relator, a quem compete o recebimento nos effeitos de direito, dando agravo para a Côte de Appellação.

Art. 35. A suspeição posta a membro do conselho será julgada pela camara que não for por elle presidida, guardada a seguinte ordem : a camara civil preferirá a criminal, a commercial á civil, e a criminal á commercial. Si, porém, a suspeição for posta a mais de um dos membros do conselho, o julgamento, se fará pelo conselho da Côte de Appellação.

#### DO JUIZO DOS FEITOS DA FAZENDA MUNICIPAL

Art. 36. Só poderá ser nomeado juiz dos feitos da Fazenda Municipal o cidadão brasileiro que tiver as qualidades exigidas para membro do Tribunal Civil e Criminal, sendo também considerado magistrado.

Paragrapho unico. Neste juizo haverá um escrivão, nomeado pelo presidente da Côte de Appellação, mediante proposta do juiz, e os officiaes de justiça que forem necessarios, um dos quaes exercerá as funções de porteiro.

Art. 37. É privativo do juiz dos feitos da Fazenda Municipal o processo e julgamento das causas em que for a mesma Fazenda Municipal autora, ré, assistente, oppoente ou chamada á autoria.

Art. 38. Propondo-se acção por outro juizo que não o dos feitos, mas acontecendo que nelle venha a ter interesse a Fazenda Municipal, serão os autos remettidos ao Juizo dos Feitos, onde continuará o processo.

Art. 39. A acção executiva fiscal é a competente para a cobrança das dividas activas do Conselho Municipal, desde que sejam provenientes :

- 1.º, de acto ou contracto celebrado com o mesmo conselho ;
- 2.º, de alcance dos responsaveis ;
- 3.º, do que for devido por impostos, contribuições, fóros, laudemios e multas ;
- 4.º, do valor liquido do danno causado aos proprios municipaes.

Art. 40. As dividas são exigiveis, quando liquidas, e á sua liquidação applica-se o mesmo processo estabelecido no Juizo dos Feitos da Fazenda Federal.

Art. 41. A alçada do Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal é de 2:000\$000.

Art. 42. Além do escrivão e mais officiaes do juizo, funcionam junto ao Juizo dos Feitos da Fazenda Municipal tres procuradores, a quem incumbe a promoção e defesa das causas em que intervier ou for interessada a mesma Fazenda, guardado o regulamento respectivo.

#### DA CÔRTE DE APPELLAÇÃO

Art. 43. Os membros da Côrte de Appellação serão nomeados dentre os juizes do Tribunal Civil e Criminal até dous terços por antiguidade e um terço por merecimento.

Art. 44. A Côrte de Appellação compõe-se de um presidente, um vice-presidente e mais dez juizes, e é dividida em duas camaras : civil e criminal.

§ 1.º Servirão em cada camara um escrivão e os officiaes de justiça necessarios, nomeados pelo presidente da Côrte, sendo o escrivão, mediante proposta do da camara respectiva.

§ 2.º Haverá um porteiro privativo da escolha do presidente da Côrte de Appellação.

Art. 45. O presidente e vice-presidente são eleitos annualmente, presidindo aquelle a camara que escolher.

Art. 46. Além das camaras ha um conselho supremo, composto do presidente, do vice-presidente e do juiz mais antigo.

Art. 47. O procurador geral do districto, além das suas actuaes attribuições, tem a de officiar nas causas em que por qualquer modo for interessada a Fazenda Municipal.

#### *Camara Civil*

Art. 48. A' camara civil da Côrte de Appellação compete julgar :

- 1.º Em segunda e ultima instancia, as causas de appellação e aggravos ;
- 2.º Em primeira e ultima instancia :
  - a) a reforma dos autos perdidos na Côrte de Appellação ;
  - b) as habilitações em autos pendentes.

Art. 49. Os accordãos proferidos nas causas de appellação podem ser embargados.

Art. 50. A suspeição posta ao presidente ou ao vice-presidente, como membro do conselho, é julgada pela camara que não for por um ou outro presidida ; mas si for posta aos dous, o será pelas camaras reunidas.

Art. 51. A suspeição posta ao juiz que faz parte do conselho é julgada pelo presidente e vice-presidente com o juiz mais antigo, immediato ao recusado.

### *Conselho Supremo*

Art. 52. Ao conselho da Côte de Appellação, como Tribunal de primeira e ultima instancia, compete :

1.º Conceder prorrogação até seis mezes para se proceder a inventario ;

2.º Julgar os conflictos de jurisdicção entre as autoridades judiciarias do districto ; e conhecer e julgar as suspeições postas aos juizes da Côte de Appellação.

Art. 53. Tambem compete-lhe:

1.º Nomear todos os annos, ouvido o Tribunal Civil e Criminal e o Instituto da Ordem dos Advogados, os doze advogados examinadores dos candidatos á judicatura e ao ministerio publico ;

2.º Proceder ao exame, depois de haver sorteado os dous examinadores e com assistencia do procurador geral do districto, e passar aos candidatos approvados os titulos de habilitação, que serão entregues aos interessados.

§ 1.º Para a admissão a esses exames é indispensavel a apresentação do diploma de bacharel em direito, que ficará registrado na secretaria da Côte, e dos documentos comprobatorios dos requisitos legaes, que se archivarão na mesma secretaria.

§ 2.º A approvação com o grão de distincção, obtida pelo pretor, servirá de base á proposta para ser reconduzido, si a regularidade do seu procedimento estiver igualmente comprovada.

Art. 54. O presidente é o relator nas causas que compete ao conselho conhecer e julgar, e tambem lhe cumpre sortear os dous examinadores a que se refere o anterior n. 2º, e marcar dia para se proceder a exame.

### DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 55. Na falta ou impedimento do pretor, a substituição para o preparo do processo far-se-ha de accordo com o art. 7º ; e para o julgamento, não havendo sub-pretor, pelo pretor da Pretoria mais proxima.

Art. 56. O presidente do Tribunal Civil e Criminal é substituido pelos vice-presidentes, e estes pelos juizes, guardada a ordem de antiguidade, e si for ella igual, preferirá o mais idoso.

Art. 57. No Tribunal Civil e Criminal, sendo impedido ou faltando juiz de uma das camaras, toma o presidente parte no julgamento, passando a funcionar no preparo o pretor que o mesmo presidente designar.

Art. 58. Si o impedimento ou falta estender-se a mais de um, funcionarão no preparo tantos pretores quantos os juizes que faltarem. Para o julgamento serão chamados os juizes da camara civil, dado o impedimento ou falta na camara commercial e vice-versa; recorrendo-se, em ultimo caso, á camara criminal, de modo que funcionem tres juizes, inclusive o presidente.

Art. 59. Os juizes, que no impedimento ou falta passarem a julgar em outra camara que não a sua, não deixarão o exercicio nesta.

Art. 60. O juiz preparador é sempre o relator; e o escrivão, estando a causa em termos de julgamento, far-lhe-ha os autos conclusos. Si, porém, o preparador for juiz de Pretoria e não tiver de julgar o feito, os autos serão conclusos ao presidente para indicar relator.

Art. 61. Os juizes de Pretoria exercerão jurisdição plena, sempre que o impedimento ou falta for tal que pela substituição dos juizes das camaras civil e commercial possa esgotar-se a lista dos juizes da camara criminal.

Art. 62. Dado o caso do artigo antecedente, os pretores substituem nas respectivas camaras os juizes impedidos.

Paragrapho unico. O pretor, juiz preparador na camara civil ou commercial, considera-se: no seu juizo impedido tão somente para o preparo.

Art. 63. Na Côte de Appellação o presidente é substituido pelo vice-presidente, e este pelo juiz mais antigo ou pelo mais idoso, si a ordem da antiguidade for igual.

Art. 64. Os juizes das camaras civil e criminal da mesma Côte de Appellação substituem-se reciprocamente, e só quando não puder reunir-se uma das camaras serão chamados os juizes do Tribunal Civil e Criminal, preferindo os da camara commercial aos da camara civil, e estes aos da camara criminal.

§ 1.º O disposto no art. 59 não se applica ao juiz da camara civil e criminal chamado para servir na Côte de Appellação.

§ 2.º O presidente da Côte de Appellação tomará parte no julgamento si, depois de aberta a discussão, um dos juizes da camara ficar impedido.

§ 3.º O disposto no paragrapho antecedente não se torna extensivo ao julgamento em camaras reunidas, sempre que estas possam contar pelo menos cinco juizes, salvo o caso do art. 80 paragrapho unico.

Art. 65. O juiz dos feitos da Fazenda Municipal, quanto ao julgamento, será substituido por um dos juizes da camara civil e criminal designado pelo presidente; e quanto ao preparo, pelo pretor da circumscripção.

## DOS RECURSOS

Art. 66. Cabe recurso de appellação das sentenças :

- a) proferidas pelos pretores nas causas de valor de um a cinco contos de réis ;
- b) proferidas em primeira instancia pela camara civil e commercial e pelo conselho do Tribunal Civil e Criminal ;
- c) proferidas pelo juiz dos Feitos da Fazenda Municipal e excedentes á sua alçada.

Art. 67. A appellação das sentenças do pretor será interposta segundo a natureza da causa para a camara civil ou commercial do Tribunal Civil e Criminal ou para o conselho; das sentenças da camara civil ou commercial, das do conselho e das do juiz dos feitos da Fazenda Municipal para a Côte de Appellação.

Art. 68. Ha recurso de agravo dos despachos:

- 1º, do pretor ;
- 2º, do juiz preparador do feito da camara civil ou commercial do Tribunal Civil e Criminal, e do presidente, quando membro do conselho ;
- 3º, da camara civil ou commercial do Tribunal Civil e Criminal ;
- 4º, do juiz dos feitos da Fazenda Municipal.

Art. 69. O agravo é interposto :

- 1.º Para o conselho do Tribunal Civil e Criminal, das decisões dos pretores, e das dos juizes das camaras civil ou commercial ;
- 2.º Para a Côte de Appellação, da decisão do juiz dos feitos da Fazenda Municipal, da do presidente, como membro do conselho do Tribunal Civil e Criminal, e da da camara civil ou commercial, quando profere despachos de que caiba agravo.

Art. 70. Para a interposição e processo nas appellações e agravos no juizo appellado, guardar-se-ha o disposto na legislação em vigor, observando-se o seguinte :

- a) Na Côte de Appellação será o agravo julgado por todos os juizes da camara civil ; e no conselho do Tribunal Civil e Criminal será julgado pelos tres membros, sendo, porém, relator o presidente da camara donde proceder o feito ;
- b) Nas appellações os juizes devem rever os autos no prazo de cinco dias, permittindo-se, depois de feito o relatorio, a discussão oral pelos advogados; quando houver litis-consortes, fallará um procurador por todos.

Art. 71. Na Côte de Appellação e no conselho do Tribunal Civil e Criminal escreverão nos agravos os respectivos secretarios; cumprindo ao deste ultimo Tribunal tomar por termo o agravo a que se refere o art. 34, 2ª parte, e nelle escrever até á remessa á superior instancia.

Parapho unico. Subsistem as cartas testemunhaveis.

## DAS DISPOSIÇÕES COMMUNS AOS TRIBUNAES E JUIZES

Art. 72. As sentenças nas causas de alçada só podem ser embargadas na execução.

Art. 73. Os embargos á sentença exequenda da alçada do pretor serão julgados pelo pretor que a proferiu, como juiz relator, e como revisores, por dous pretores das Pretorias mais proximas; e os oppostos á do juiz dos feitos da Fazenda Municipal, por este mesmo juiz como relator, e como revisores, por dous juizes do Tribunal Civil e Criminal, designados pelo presidente, a quem o juiz dos feitos, depois de haver visto o processo, mandará que sejam os autos conclusos.

Art. 74. Os autos serão vistos pelos juizes no mesmo tempo e forma por que são os que se processam na Corte de Appellação e no Tribunal Civil e Criminal, e a decisão será tomada, como nestes, por maioria de votos.

Art. 75. A causa será julgada na séde do juiz relator, e, marcados por este o dia e hora para o julgamento, o escrivão officiará aos revisores.

Art. 76. As sentenças proferidas em causis excedentes á alçada podem ser embargadas ou no Juizo da appellação ou no da execução.

Paragrapho unico. A sentença que não houver sido escripta conforme o vencido, póde ser corrigida por embargos de declaração.

Art. 77. Os embargos que concluirem por nullidade da sentença exequenda ou em que se cumular outra materia com a de nullidade, serão julgados pelas camaras reunidas.

Art. 78. Os embargos, oppostos na execução, serão distribuidos a qualquer dos juizes das camaras e julgados em dia em que funcionar a camara a que pertencer o juiz relator.

Art. 79. Os embargos oppostos no Juizo da appellação passarão, depois de vistos pelo juiz relator e pelos revisores, aos mais juizes na ordem da antiguidade.

Art. 80. Os demais embargos serão julgados pelos mesmos juizes que proferiram o accordão.

Art. 81. No caso de empate, o presidente terá o voto de desempate.

Art. 82. A falta ou impedimento de algum dos juizes até á decisão sobre os embargos tornará o juiz successor competente para outra qualquer sentença a proferir.

Art. 83. O disposto sobre embargos no Juizo da appellação ou no da execução é extensivo ao Tribunal Civil e Criminal.

Art. 84. Todos os juizes devem dar duas audiencias por semana; salvo no tempo das ferias, em que só haverá uma audiencia semanal.

§ 1.º As audiencias começarão ás 10 horas e terminarão ao meio-dia, combinando os juizes entre si as respectivas horas.

§ 2.º Si o dia da audiencia for feriado, os actes a se praticarem no referido dia se guardarão para a audiencia seguinte.

Art. 85. As camaras, assim como os juizes, se reunirão duas vezes na semana.

Paragrapho unico. A reunião das camaras do Tribunal Civil e Criminal far-se-ha do meio-dia ás 3 horas nos mesmos dias das audiencias.

Art. 86. Haverá, depois da sessão da camara, uma audiência dada pelo respectivo presidente, e nella publicar-se-hão sentenças e se farão intimações sob prégão.

§ 1.º Os escrivães deverão estar presentes para o recebimento dos autos, e para os mais actos que na audiência se praticarem.

§ 2.º Publicada a sentença, continuará, sem outra formalidade, a funcionar o juiz preparador, cabendo-lhe, outrossim, os termos da execução.

§ 3.º Sempre que se der impedimento do juiz preparador, passará a funcionar no feito o seu substituto ou successor.

Art. 87. As excepções de incompetencia e suspeição devem ser oppostas, com suspensão do andamento da causa, no prazo de tres dias depois do termo assignado para a contestação ou para os embargos.

Paragrapho unico. Passado o referido termo, só podem ser oppostas juntamente com a materia de defesa, e sem prejuizo do andamento da causa.

Art. 88. Uma e outra excepção podem tambem, dentro do mesmo prazo de tres dias, ser oppostas nas causas de alçada, dando-se o recurso de aggravado.

Paragrapho unico. Nestas causas, passado o prazo referido, a materia da excepção não pôde ter mais logar.

Art. 89. Decidida uma vez a excepção de incompetencia ou não opposta a sua materia em occasião opportuna, nenhuma allegação sobre incompetencia pôde ser attendida.

Art. 90. O juiz da acção será o da execução.

Art. 91. Si a appellação for recebida tão sómente no effeito devolutivo, fica salvo ao appellante marcar, com informação do escrivão, prazo ao appellado para fazer extrahir a respectiva carta.

Paragrapho unico. Fica entendido que o prazo mencionado se considera como embargo do Juizo, devendo ser assim descontado no tempo que tem o appellante para fazer seguir o recurso.

Art. 92. Tem sempre os dous effeitos a appellação interposta da sentença proferida ainda em acção summaria, desde que só houver custas a executar.

Art. 93. As sentenças estrangeiras serão executadas, guardando-se os termos do decreto n. 6982 de 27 de julho de 1878, determinada a competencia pelo disposto no presente regulamento.

Art. 94. Os embargos oppostos nos dias da penhora, ou nos 10 para a entrega da cousa, e a que se refere o citado decreto n. 6982, art. 8º, julgam-se pela mesma forma que os embargos de executado ou de terceiro.

Art. 95. Si a sentença estrangeira tiver de ser executada pelo Tribunal Civil e Criminal, compete à camara civil o conhecer della, se pela executoria nula se puder determinar sobre competencia.

Art. 96. Para haver reciprocidade, basta que a nação a que pertence o juiz ou o Tribunal que proferiu a sentença dê

execução ás sentenças brasileiras; pouco importando que a forma allí adoptada seja diversa da que é aqui observada.

Art. 97. Podem ser tratados durante as ferias, ou não se suspendem pela superveniencia dellas :

- 1.º Os actos da jurisdicção voluntaria ;
- 2.º O embargo ou arresto, e a detenção pessoal ;
- 3.º Os actos de execução, incluída a acção executiva, até á penhora inclusive ;
- 4.º As causas de divorcio e de nullidade de casamento ;
- 5.º As causas possessórias summarias.

#### DA POSSE E EXERCICIO

Art. 98. Todos os funcionarios devem tirar seu titulo de nomeação e tomar posse no prazo de 30 dias, contados da respectiva publicação, sob pena de considerar-se renunciado o logar.

Por motivo justificado poderá ser concedida prorrogação até metade do tempo.

Art. 99. Precede á posse a publica e solenne promessa de bem e fielmente cumprir o dever.

Art. 100. A posse dos presidentes da Corte e do Tribunal e do procurador geral será dada pelo Ministro da Justiça ; a de todos os outros funcionarios da ordem judiciaria, pelo presidente da Corte, Tribunal ou juiz perante quem servem ou a que são immediatamente subordinados ; e a dos funcionarios do ministerio publico, pelo procurador geral.

Art. 101. O pretor e seus officiaes devem residir na circumscripção.

Art. 102. Nenhum funcionario da ordem judiciaria ou do ministerio publico poderá ausentar-se do Districto Federal sem licença.

#### DAS INCOMPATIBILIDADES E ISENÇÕES DO SERVIÇO

Art. 103. Os cargos judiciarios e os do ministerio publico são incompativeis entre si e com quaesquer outras funcções publicas. Esta disposição não se applica aos deputados da Junta Commercial que forem chamados a funcionar junto ao Tribunal Civil e Criminal.

Art. 104. Não podem servir conjunctamente no mesmo Tribunal ou Juizo os magistrados e serventuarios que forem entre si ascendentes e descendentes em qualquer grão, ou collateraes dentro do segundo.

Art. 105. Os juizes e escrivães são isentos de todo serviço publico que não possam desempenhar sem interrupção de suas funcções.

Capital Federal, 28 de março de 1893.—*Fernando Lobo*.





## DECRETO N. 1335 — DE 28 DE MARÇO DE 1893

Manda executar o additamento do contracto approved pelo decreto n. 574 de 26 de setembro de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em consideração o que representou o Presidente do Estado de Minas Geraes sobre a omissão de que se resente o contracto celebrado com o Ministerio da Fazenda e approved pelo decreto n. 574 de 26 de setembro de 1891, em virtude do qual commetteu-se à Alfandega desta Capital a arrecadação dos impostos de exportação daquelle Estado, sem prover-se a fiscalisação dos generos, a elles sujeitos em sua entrada e entrega aos respectivos commissarios, no Districto Federal, de que depende essencialmente a cobrança exacta de semelhante receita, resolve :

Art. 1.º Fica approved o additamento ao contracto de 18 de setembro de 1891, que em data de 25 do corrente mez foi accordado entre o Ministerio dos Negocios da Fazenda e o Presidente de Minas Geraes para fiscalisação e cobrança dos respectivos impostos de exportação, por meio das Alfandegas da União, estabelecidas em portos por onde se exportarem generos de produção, manufactura e criação do mesmo Estado.

Art. 2.º Além dos dous conferentes e de um primeiro escriptuario, creidos para este serviço pelo referido decreto n. 574 serão nomeados mais dous conferentes e até 10 auxiliares, aquelles com vencimento igual ao dos já existentes e estes com o de 3:600\$ annuaes para cada um.

Todos estes funcionarios serão considerados em comissão, de nomeação do Governo Federal e subsistirão enquanto durarem os effeitos do contracto de que se trata.

Art. 3.º Fica elevada a 2  $\frac{1}{2}$  % a quota que, para pagamento dos mesmos empregados, é deduzida da comissão de 4 %,, com que o Estado de Minas Geraes concorre para este serviço.

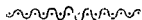
Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim faça executar.

Capital Federal, 28 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Serzedello Corrêa.*



## DECRETO N. 1336 — DE 28 DE MARÇO DE 1893

Faz nos orçamentos dos extinctos Ministerios da Justiça, Instrução Publica e Interior as modificações autorisadas pelo art. 6º da lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 6º da lei n. 25 de 30 de dezembro de 1891, resolve fazer nos orçamentos dos extinctos Ministerios da Justiça, Instrução Publica e Interior, de accordo com a lei n. 23 de 30 de outubro do mesmo anno, as modificações constantes da demonstração annexa, sem excesso do total votado para os diversos orçamentos parciaes, conforme determinou o citado art. 6º.

Capital Federal, 28 de março de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

Demonstração das modificações feitas nos orçamentos dos extinctos Ministerios da Justiça, Instrução Publica e Interior, a que se refere o decreto desta data.

| VERBAS                                                                                 | MODIFICAÇÕES NOS CREDITOS |
|----------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|
| Secretarias de Estado.....                                                             | 558:640\$000              |
| Justiça Federal.....                                                                   | 640:426\$000              |
| Justiça do Districto Federal.....                                                      | 400:000\$000              |
| Policia do Districto Federal.....                                                      | 4.000:000\$000            |
| Casa de Correção.....                                                                  | 160:000\$000              |
| Junta Commercial.....                                                                  | 33:000\$000               |
| Guarda Nacional.....                                                                   | 20:000\$000               |
| Ajudas de custo a magistrados.....                                                     | 25:000\$000               |
| Codigo civil.....                                                                      | 24:000\$000               |
| Faculdade de Direito de S. Paulo.....                                                  | 246:500\$000              |
| Secretaria e bibliotheca da Faculdade de Direito de S. Paulo.....                      | 59:500\$000               |
| Faculdade de Direito do Recife.....                                                    | 248:000\$000              |
| Secretaria e bibliotheca da Faculdade de Direito do Recife.....                        | 67:000\$000               |
| Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.....                                           | 329:600\$000              |
| Secretaria, bibliotheca e laboratorios da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro..... | 290:000\$000              |
| Faculdade de Medicina da Bahia.....                                                    | 323:200\$000              |
| Secretaria, bibliotheca e laboratorios da Faculdade de Medicina da Bahia.....          | 272:320\$000              |

|                                                        |                 |
|--------------------------------------------------------|-----------------|
| Escola Polytechnica.....                               | 274:780\$000    |
| Secretaria e bibliotheca da Escola Polytechnica.....   | 170:000\$000    |
| Escola de Minas de Ouro Preto.....                     | 163:000\$000    |
| Escola Normal.....                                     | 130:360\$000    |
| Gymnasio Nacional.....                                 | 369:000\$000    |
| Escola Nacional de Bellas Artes.....                   | 150:000\$000    |
| Instituto Nacional de Musica.....                      | 120:000\$000    |
| Instituto Benjamin Constant.....                       | 153:000\$000    |
| Instituto dos Surdos-Mudos.....                        | 78:000\$000     |
| Bibliotheca Nacional.....                              | 140:000\$000    |
| Museo Nacional.....                                    | 126:000\$000    |
| Correio Geral.....                                     | 4.778:603\$000  |
| Telegraphos.....                                       | 4.965:182\$500  |
| Estabelecimentos subsidiados pelo Estado.....          | 70:000\$000     |
| Pensões e commissões.....                              | 20:000\$000     |
| Subsidio do Presidente da Republica.....               | 120:000\$000    |
| Despezas com o palacio do Presidente da Republica..... | 70:000\$000     |
| Subsidio do Vice-Presidente da Republica.....          | 36:000\$000     |
| Subsidio dos senadores.....                            | 700:000\$000    |
| Secretaria do Senado.....                              | 260:000\$000    |
| Subsidio dos deputados.....                            | 2.300:000\$000  |
| Secretaria da Camara dos Deputados.....                | 353:000\$000    |
| Ajudas de custo aos senadores e deputados....          | 80:000\$000     |
| Serventuários do culto catholico, etc.....             | 312:000\$000    |
| Directoria Geral de Estatistica.....                   | 139:180\$000    |
| Archivo Publico.....                                   | 33:830\$000     |
| Inspectoria Geral de Saude dos Portos.....             | 320:000\$000    |
| Lazaretos e hospitaes maritimos.....                   | 68:000\$000     |
| Soccorros publicos.....                                | 2.645:029\$777  |
| Instituições subsidiadas.....                          | 39:000\$000     |
| Assistencia de Alienados.....                          | 351:800\$000    |
| Obras.....                                             | 1.000:000\$000  |
| Eventuaes.....                                         | 262:000\$000    |
|                                                        | <hr/>           |
|                                                        | 28.585:071\$277 |

Capital Federal, 28 de março de 1893.— *Fernando Lobo.*



#### DECRETO N. 1337 — DE 28 DE MARÇO DE 1893

Approva os estudos definitivos de diferentes trechos da linha ferrea de  
Ressaca a Santos, na extensão de 25 kilometros.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,  
attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas  
de Ferro e Navegação, concessionaria de privilegios e mais favo-

res para uso e gozo da linha ferrea de Ressaca ao porto de Santos, nos termos do decreto n. 977 de 5 de agosto de 1892, resolve approvar os estudos definitivos para a construcção da referida linha, relativos aos trechos comprehendidos entre os kilometros 5 a 10 da 1ª secção, 0 a 10 da 2ª e 0 a 10 da 3ª, os quaes com este baixam assignados pelo director geral da Directoria do Vição.

O Dr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 28 de março de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*A. P. Limpo de Abreu.*

~~~~~

DECRETO N. 1338 — DE 28 DE MARÇO DE 1893

Providencia sobre o pagamento do pessoal de cadeiras extintas do Gymnasio Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que propoz o Ministro da Justiça e Negocios Interiores ; e

Considerando que no recente regulamento do Gymnasio Nacional, approvado por decreto n. 1194 de 28 de dezembro de 1892, de accordo com a autorisação conferida pelo art. 3º, n. 3, da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, não operou-se a fusão dos dous externatos daquela instituição, deixando assim o Governo, por conveniencia do serviço publico, de usar de outra autorisação que lhe fôra facultada no art. 2º, § 4º, da lei n. 126 B, de 21 de novembro ultimo ;

Considerando que, segundo o regimen, consignado na reforma, de cadeiras privativas e de cadeiras communs aos dous estabelecimentos, verificou-se o excesso de : um lente de historia do Brazil ; dous substitutos, sendo um de italiano e outro de philosophia ; um professor de italiano, privativo do 1º externato ; um professor de portuguez e historia litteraria, privativo do 2º externato ; e quatro inspectores de alumnos, sendo dous de cada estabelecimento ; para cujo pagamento é insufficiente a dotação da verba orçamentaria :

Resolve que, sob sua responsabilidade, seja paga no Thesouro Federal a despeza que, com o referido pessoal, tem sido feita a

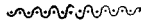
contar de 1 de janeiro proximo findo até à resolução definitiva do Congresso Nacional, ao qual será submettido o presente acto.

O Ministro da Justiça e Negocios Interiores requisitará do Ministerio da Fazenda a effectividade dos respectivos pagamentos, dos quaes se fará escripturação especial.

Capital Federal, 28 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1339 — DE 28 DE MARÇO DE 1893

Providencia sobre o pagamento de despesas com serviços sanitarios para os quaes não foi consignada verba.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que propôz o Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores :

Considerando que, não obstante haver determinado a lei n. 85 de 20 de setembro do anno findo, no art. 58, paragrapho unico, que nos serviços de hygiene, commettidos à administração municipal do Districto Federal, não se comprehenderiam : o estudo das endemias e epidemias e dos meios prophylacticos correspondentes ; a execução de providencias defensivas contra a invasão de molestias exoticas e disseminação das indigenas, a estatistica demographo-sanitaria e finalmente o exercicio da medicina e da pharmacia ; a lei de orçamento vigente n. 126 B, de 21 de novembro ultimo, não consigna verba especial para taes serviços, que continuariam a ser mantidos pela União ;

Considerando que, sob pena de grave prejuizo à administração e à saúde publica, não poderiam ser interrompidos os mesmos serviços, por sua natureza inadiaveis, os quaes desde longa data estavam a cargo da repartição de hygiene que foi transferida ao Governo Municipal ;

Considerando serem estes, em synthese, os fundamentos dos decretos ns. 1171 e 1172 de 17 de dezembro do anno passado, pelos ques foram reorganisadas, ainda que de modo provisorio, as repartições sanitarias federaes :

Resolve que, sob sua responsabilidade, seja paga no Thesouro Federal a despesa que tem sido feita com o pessoal em commissão e material empregados nos alludidos serviços, a contar de 1 de janeiro ultimo até definitiva resolução do Congresso Nacional, ao qual, em sua proxima reunião, serão submettidos não só o presente acto, mas também os regulamentos da Directoria

Sanitaria e do Laboratorio de Bacteriologia, bem assim a demonstração das despesas que se houverem effectuado.

O Ministro da Justiça e Negocios Interiores requisitará do Ministerio da Fazenda a effectividade dos respectivos pagamentos, dos quaes se fará escripturação especial.

Capital Federal, 28 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

DECRETO N. 1310 — DE 28 DE MARÇO DE 1893

Manda reservar no Thesouro Federal, com applicação extra-organamentaria, a quantia de 65:000\$900, para execução dos decretos ns. 1338 e 1339 desta data.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em conformidade da providencia extraordinaria adoptada pelos decretos ns. 1338 e 1339 desta data, resolve:

Art. 1.º Ficam á disposição do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, no Thesouro Federal, sessenta e cinco contos de réis (65:000\$), affin de occorrer ás despesas inaliaveis com os serviços mencionados nos ditos decretos, vencidas já no primeiro trimestre do corrente exercicio e por vencer até 30 de junho proximo futuro, época em que o Congresso Nacional, ac qual serão presentes os actos mencionados, poderá ter resolvido definitivamente a respeito do assumpto.

Art. 2.º Da referida quantia applicar-se-hão:

§ 1.º Para pagamento do pessoal em comissão e material do serviço incumbido á Directoria Sanitaria, a que se refere o decreto n. 1172 de 17 de dezembro ultimo, com exclusão dos hospitaes de isolamento, a quota de 50:000\$, em conformidade das folhas e contas remettidas mensalmente pelo dito Ministerio ao da Fazenda.

§ 2.º Para pagamento de um lente, dous substitutos, dous professores e quatro inspectores de alumnos do Gymnasio Nacional, pela forma anteriormente estabelecida, a de 15:000\$000.

Capital Federal, 28 de março de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

DECRETO N. 1341 — DE 7 DE ABRIL DE 1893

Declara caduca a concessão relativa ao prolongamento da Estrada de Ferro Príncipe do Gram-Pará, da estação do Areal a Entre-Rios.

O Vice-Presidente da Republica, considerando que a *Rio de Janeiro and Northern Railway Company, limited*, cessionaria, em virtude do decreto n. 10.032 de 15 de setembro de 1888, do privilegio para a construção, uso e gozo do prolongamento da Estrada de Ferro Príncipe do Gram-Pará, da estação do Areal a Entre-Rios, deixou de dar cumprimento á clausula segunda do decreto n. 10.164 B, de 5 de janeiro de 1889, pela qual foi estipulado que as obras deveriam ficar concluidas no prazo de um anno, a contar da approvação dos respectivos estudos, prazo que expirou a 21 de setembro de 1890, resolve declarar caduca a referida concessão, em conformidade com a clausula IV do decreto n. 6995 de 10 de agosto de 1873 e III do decreto n. 9932 de 11 de abril de 1888.

O Dr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 7 de abril de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1342 — DE 7 DE ABRIL DE 1893

Approva os estudos para a construção de um trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, na extensão de 30 kilometros além de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos constantes de plantas, perfil longitudinal e orçamento apresentados pelo engenheiro-chefe do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, com o officio n. 264 de 3 de março do corrente anno, para a construção de um trecho do mesmo prolongamento, na extensão de 30 kilometros além da cidade de Sete Lagoas, no Estado de Minas Geraes, estudos que a este acompanham, rubricados pelo chefe da Directoria Geral de Viação da competente Secretaria de Estado.

O Engenheiro Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 7 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1343 — DE 7 DE ABRIL DE 1893

Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Entre-Rios, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Entre-Rios, no Estado de Minas Geraes, se comporá do actual 7º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, da 3ª secção da reserva, ora elevada á categoria de batalhão, tambem com quatro companhias e a designação de 101º, e de mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com igual numero de companhias e a designação de 175º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 49º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1344 — DE 7 DE ABRIL DE 1893

Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Palma, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca da Palma, no Estado de Goyaz, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do

serviço activo, com quatro companhias e a designação de 40º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de abril de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1345 — DE 7 DE ABRIL DE 1893

Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jardim, no Estado do Ceará.

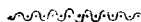
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Jardim, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 116º, o qual se organizará com os guardas qualificados no municipio de Maurity, pertencente á referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de abril de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1346 — DE 7 DE ABRIL DE 1893

Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario da quantia de 33:280\$000.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, supprimindo no art. 4º, rubrica 25ª — Fabricas— a consignação de 45:068\$500 para a Fabrica de Armas, referente ao pagamento do pessoal administrativo e do material, conservou, entretanto, a de 114:450\$ destinada ás officinas de espingardeiros e coronheiros, restabelecendo assim a 3ª secção do Arsenal de Guerra desta Capital, de que trata o regulamento que baixou com o decreto

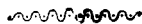
n. 5118 de 19 de outubro de 1872 ; considerando que é imprescindível o pessoal administrativo dessa secção, por isso que as ditas officinas continuam a funcionar na fortaleza da Conceição, onde se acham montadas as suas machinas e respectivos depositos ; e tendo em vista o que representou a Contadoria Geral da Guerra, resolve, de accordo com a authorisação conferida pelo § 3º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850, satisfeito o preceito do art. 35 do regulamento mandado observar pelo decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, abrir ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario da quantia de trinta e seis contos duzentos e oitenta mil réis (36:280\$) para, no actual exercicio, occorrer á supracitada despesa ; devendo esta providencia ser opportunamente levada ao conhecimento do Congresso Nacional.

O General de Brigada Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, assim tenha entendido e expeça os despachos necessario-.

Capital Federal, 7 de abril de 1893. 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Francisco Antonio de Moura.



DECRETO N. 1347 — DE 7 DE ABRIL DE 1893

Manda executar o regulamento reunindo em uma só as repartições dos pharões, hydrographica e meteorologica, sob a denominação de Repartição da Carta Maritima do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo, de accordo com o exposto pelo Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, á conveniencia de regularisar os serviços affectos ás repartições de pharões, hydrographica e meteorologica, e á necessidade de fundil-as em uma unica repartição, pela correlação existente entre os mesmos serviços:

Resolve, de conformidade com o disposto no § 3º do art. 1º da lei n. 56 de 13 de junho de 1892, approvar o regulamento que a este acompanha, fundindo em uma só repartição, sob a denominação de Repartição da Carta Maritima do Brazil, as repartições dos pharões, hydrographica e meteorologica, assignado pelo Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, que o fará executar, excepto na parte relativa aos estacionarios, que fica dependente de approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 7 de abril de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Custodio José de Mello.

Regulamento da Repartição da Carta Maritima do Brazil

DA REPARTIÇÃO

Art. 1.º A Repartição da Carta Maritima do Brazil incumbê:

§ 1.º A administração e direcção geral do serviço hydrographico do Brazil.

§ 2.º A administração e direcção geral do serviço da iluminação e balisamento da costa, portos, rios e lagoas nos pontos mais convenientes.

§ 3.º A administração e direcção geral do serviço meteorologico do Brazil e do magnetismo terrestre, principalmente no interesse da navegação.

DO PESSOAL

Art. 2.º A Repartição da Carta Maritima funcionará com o seguinte pessoal:

- 1 Chefe da Carta Maritima.
- 3 Directores.
- 10 Ajudantes.
- Auxiliares, os necessarios.
- 1 Secretario e ajudante de ordens.
- 2 Desenhistas.
- 1 Mecanico.
- 1 Official archivista.
- 1 Amanuense.
- 3 Escreventes.
- 1 Porteiro.
- 1 Continuo.
- 1 Commissario.
- 1 Fiel.
- 1 Operario serralheiro e lampista.
- 3 Serventes.

distribuido do seguinte modo:

§ 1.º Directoria Geral:

- 1 Chefe, official general, capitão de mar e guerra ou capitão de fragata.
- 1 Secretario e ajudante de ordens.
- 1 Escrevente.

§ 2.º Directoria de Hydrographia:

- 1 Director, official superior ou 1.º tenente da Armada.
- 4 Ajudantes.
- Auxiliares, os necessarios.

- 1 Desenhista.
- 1 Escrevente.
- § 3.º Directoria de Pharões:
- 1 Director, official superior ou 1.º tenente da Armada.
- 3 Ajudantes.
- 1 Official archivista.
- 1 Amanuense.
- 1 Desenhista.
- 1 Mecanico.
- 1 Operario serralheiro e lampista.
- § 4.º Directoria de Meteorologia:
- 1 Director, official superior ou 1.º tenente da Armada.
- 3 Ajudantes.
- Auxiliares, os necessarios.
- 1 Escrevente.
- § 5.º Outros empregados :
- 1 Porteiro.
- 1 Continuo.
- 1 Commissario.
- 1 Fiel.
- 3 Serventes.

DO CHEFE DA CARTA

Art. 3.º Ao chefe da Carta compete :

- § 1.º A direcção geral e distribuição do serviço da repartição.
- § 2.º Manter a boa ordem e disciplina da repartição.
- § 3.º Approvar as instrucções que forem formuladas pelas respectivas directorias para execução dos diversos serviços que lhes forem affectos.
- § 4.º Entender-se directamente com o Ministro e com os chefes de todas as repartições publicas sobre tudo quanto disser respeito ao serviço da repartição.
- § 5.º Corresponder-se com os directores de identicas repartições no estrangeiro para permuta de trabalhos; com as fabricas, observatorios e outros estabelecimentos scientificos, podendo, quando julgar conveniente, delegar essas attribuições aos directores das secções.
- § 6.º Preparar a aquisição dos instrumentos e mais material necessario a repartição, de accordo com os respectivos directores.
- § 7.º Informar ao Ministro sobre os trabalhos que devam ser impressos, e destes os que convenha expôr à venda e qual o seu preço, indicando os estabelecimentos que mereçam confiança para esse fim.
- § 8.º Determinar os dias de sahida dos navios empregados no serviço da repartição, para comissões fóra da Capital.
- § 9.º Inspeccionar, quando julgar conveniente, ou mandar inspeccionar pelos directores ou ajudantes, os trabalhos que estiverem sendo executados pelo pessoal sob suas ordens.

§ 10. Remetter annualmente ao Ministro um relatório circumstanciado do andamento dos trabalhos da repartição, propondo as medidas que lhe parecerem mais convenientes para o desenvolvimento do serviço.

§ 11. Autorisar todas as despesas que julgar necessárias, nos limites do orçamento.

DO SECRETARIO E AJUDANTE DE ORDENS

Art. 4.º Ao secretario e ajudante de ordens compete :

Parapho unico. Receber, distribuir e redigir a correspondencia official da Directoria Geral.

DA DIRECTORIA DE HYDROGRAPHIA

Art. 5.º A Directoria de Hydrographia conterá duas secções hydrographicas funcionando nos navios do serviço da Carta Maritima, e uma secção astronomica funcionando no seu observatorio.

Art. 6.º A Directoria de Hydrographia incumbem :

§ 1.º O levantamento e construcção da carta geral das costas do Brazil, comprehendendo portos, rios e lagos navegaveis.

§ 2.º O regulamento dos chronometros da Marinha e determinação da hora do porto.

§ 3.º A determinação dos pontos para o balisamento da costa, portos e lagos.

§ 4.º Fornecer aos navios da esquadra as cartas, planos e instrumentos nauticos e astronomicos necessarios á navegação e recebê-los para conservá-los e concertá-los.

DO PESSOAL

Art. 7.º O seu pessoal compor-se-ha de :

1 Director.

4 Ajudantes.

Auxiliares, os necessarios.

1 Desenhista.

1 Escrevente.

Art. 8.º Dos quatro ajudantes, um será o ajudante do director, um o encarregado da secção astronomica e os outros dois serão os encarregados das secções hydrographicas.

DO DIRECTOR

Art. 9.º Compete ao director :

§ 1.º Formular e apresentar á approvação do chefe da Carta as instrucções que devam regular o serviço hydrographico a cargo dos encarregados das secções.

§ 2.º Examinar as cadernetas de trabalho, calculos e mais dados fornecidos pelas secções, para a construcção da carta geral da costa e dos planos que forem levantados.

§ 3.º Dirigir os trabalhos das secções quando julgar conveniente e for ordenado pelo chefe da Carta.

§ 4.º Entender-se com os encarregados das secções no que diz respeito ao serviço a seu cargo.

§ 5.º Propôr ao chefe da Carta a aquisição de cartas, planos e roteiros dos diversos mares do globo que forem necessarios.

§ 6.º Redigir e publicar, sob sua assignatura, com authorisação do chefe da Carta, nas gazetas de maior circulação da Republica, todas as noticias referentes à segurança da navegação no litoral do Brazil.

§ 7.º Confeccionar um minucioso roteiro geral da nossa costa, baseado em dados obtidos com os trabalhos da repartição e com os que forem fornecidos por officiaes de nossas marinhas de guerra e mercante, e pelos praticos de confiança.

§ 8.º Apresentar ao chefe da Carta um relatório annual sobre os trabalhos hydrographicos a seu cargo, propondo o que julgar acertado para o bom desempenho do serviço.

DOS AJUDANTES

Art. 10. Ao ajudante da directoria incumbem :

§ 1.º A direcção da catalogação das cartas, planos e impressos da directoria.

§ 2.º Preparar as collecções de planos, roteiros e avisos hydrographicos destinadas aos estabelecimentos estrangeiros, aos navios e repartições da Republica.

§ 3.º Consignar nas cartas, planos e roteiros construidos e publicados pela repartição, todas as alterações que se forem dando.

§ 4.º Secundar o director em todas as suas incumbencias.

Art. 11. Ao ajudante, encarregado da secção astronomica, compete :

§ 1.º O regulamento dos chronometros e determinação da hora do porto.

§ 2.º O exame dos instrumentos nauticos, opticos, geodesicos e astronomicos que forem adquiridos para o serviço da repartição e para uso geral da Marinha.

Art. 12. Aos ajudantes, encarregados das secções hydrographicas, compete :

§ 1.º O commando do navio ao serviço da sua secção, tendo sob suas ordens os auxiliares necessarios que serão o immediato e officiaes do navio.

§ 2.º Dar fiel execução ás ordens e instrucções que receberem para o levantamento de que forem encarregados.

§ 3.º Reconhecer immediatamente qualquer banco, pedra ou escolho, na secção a seu cargo, que for annunciado pelos navegantes, e em seguida comunicar o resultado.

§ 4.º Colher todos os dados relativos às marés, correntes marítimas, pontos de reconhecimento da costa, marcas de entradas de portos, declinação magnetica, recursos locais e tudo quanto interessar á organização do « roteiro geral ».

DOS OFFICIAES AUXILIARES

Art. 13. Farão parte do pessoal da directoria os auxiliares, que forem necessários às conveniencias do serviço.

Art. 14. Os auxiliares das secções, além do serviço de bordo, desempenharão o serviço hydrographico determinado pelo comandante do navio.

DO DESENHISTA

Art. 15. Compete ao desenhista :

§ 1.º Transferir todos os trabalhos que lhe forem entregues, por ordem do director, para a escala que este designar e substituir fielmente os originaes para serem archivados.

§ 2.º Desenhar com cuidado e pericia as plantas que lhe forem confiadas para tal fim, bem como as cópias que se fizerem necessarias.

§ 3.º Corrigir as provas de todos os trabalhos lithographados e impressos e passal-os ao ajudante para o exame final.

§ 4.º Auxiliar o serviço da catalogação, sempre que lhe for ordenado.

DO ESCRIVENTE

Art. 16. Além do serviço que lhe é peculiar, será encarregado do archivo da directoria, conservando-o em boa ordem e asseio.

DA DIRECTORIA DE PHAROES

Art. 17. Compete a esta directoria a administração e direcção do serviço da illuminação da costa, portos, rios e lagoas da Republica.

Art. 18. O seu pessoal se comporá de :

- 1 Director.
- 3 Ajudantes.
- 1 Official archivista.
- 1 Amanuense.
- 1 Desenhista.
- 1 Operario serralheiro e lampista.

Art. 19. Continuará a cargo das capitancias dos portos a administração especial dos pharões nos respectivos Estados, com as

modificações consignadas neste regulamento. Os pharóes da Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro ficam sob a administração directa desta directoria.

Art. 20. Para inspecção e melhoramento dos pharóes existentes, collocação de novos e execução de outros serviços a cargo desta directoria, será destinado um navio da Armada para esse fim apropriado, commandado por um dos ajudantes designado pelo chefe da carta.

Art. 21. Para o acondicionamento dos pharóes eapparelhos de luz que foram encommendados, do oleo, mechas e chaminés necessários ao abastecimento dos pharóes, terá esta directoria depositos onde serão recebidos os referidos objectos.

Art. 22. Terá esta directoria tambem uma pequena officina onde serão concertadas pelo operario serralheiro e lampista as lampadas e mais objectos remettidos dos pharóes para concerto.

DO DIRECTOR

Art. 23. Compete ao director :

§ 1.º A direcção, distribuição e fiscalisação do serviço da sua directoria.

§ 2.º Mandar imprimir e publicar sob sua assignatura, com authorisação do chefe da carta, nas gazetas de maior circulação da Republica e sendo preciso, nas de paizes estrangeiros, as noticias sobre pharóes de interesse á navegação.

§ 3.º Formular e apresentar á approvação do chefe da Carta as instruções para execução dos serviços affectos á sua directoria e bem assim a organização de planos, regulamentos, circulares e ordens.

§ 4.º O exame e acceptação dos apparelhos de luz e bem assim de todo o material necessário aos pharóes.

§ 5.º Fazer acquisição, com authorisação do chefe da Carta, de todo o material preciso para os pharóes e dos sobresalentes necessários, de modo a estar sempre convenientemente abastecido o deposito da directoria.

§ 6.º Effectuar todos os concertos e obras precisos nos pharóes desta Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro e fazer com que as capitancias dos portos executem o mesmo nos pharóes sob sua jurisdição, solicitando do chefe da Carta os creditos para esse fim precisos, uma vez que as verbas orçamentarias não importem aquellas despezas.

§ 7.º Inspeccionar por si ou seus ajudantes, conforme as conveniências do serviço, e pelo menos uma vez por anno, toda a illuminação da costa, portos, rios e lagóas da Republica.

§ 8.º Redigir annuncios chamando a concorrência para os contractos que tenham de ser feitos, na forma das disposições em vigor, informando ao chefe da Carta sobre cada proposta.

§ 9.º Procurar obter, pelos meios que julgar mais efficazes, dos navegantes nacionaes e estrangeiros quaesquer noticias ou informações sobre o modo por que é executado o serviço dos pharóes,

assim como acerca dos melhoramentos que convenha adoptar para maior perfeição desse serviço.

§ 10. Nomear e demittir, com a authorisação do chefe da Carta, todo o pessoal dos pharões, segundo as informações dos capitães dos portos.

§ 11. Propôr os melhoramentos e alterações que julgar convenientes a bem do serviço.

§ 12. Apresentar annualmente ao chefe da Carta um relatório circumstanciado do serviço a cargo da sua directoria.

DOS AJUDANTES

Art. 24. Compete aos ajudantes :

§ 1.º Commandar o navio ao serviço desta directoria, conforme designação do chefe da Carta.

§ 2.º Substituir o director por ordem de antiguidade nas suas faltas e impedimentos em todos os seus deveres, attribuições e autoridade.

§ 3.º Auxiliar o mesmo director executando todas as ordens, que por elle lhes forem dadas e encarregar-se do serviço que lhes for designado.

§ 4.º A fiscalização da escripturação do commissario na parte relativa a esta directoria.

DO OFFICIAL ARCHIVISTA

Art. 25. Compete ao official archivista :

§ 1.º Escripitar, conforme indicação do director, os livros que por este forem julgados necessarios ao bom andamento do serviço e desempenhar qualquer outro serviço de escripturação que lhe for ordenado.

§ 2.º Ter a seu cargo e em boa ordem o archivo da directoria.

DO AMANUENSE

Art. 26. Ao amanuense compete:

Parapho unico. Substituir o official archivista nas suas faltas e impedimentos e auxiliar-o no serviço de escripturação.

DO DESENHISTA

Art. 27. Ao desenhista compete:

§ 1.º Executar o desenho de plantas, modelos, riscos e outros trabalhos proprios de sua arte, conforme as indicações do director.

§ 2.º Tirar cópias e reduzir cartas segundo a escala que lhe for indicada pela mesma autoridade.

Art. 28. O desenhista pôr-se encaregado da administração de qualquer trabalho nesta Capital ou fóra della, abonando-se uma gratificação extraordinaria, além dos seus vencimentos, a qual será arbitrada e proposta pelo director ao chefe da Carta.

DO MECANICO

Art. 29. O mecanico, que será contractado e mantido emquanto for conveniente, será encarregado da montagem dos pharões de ferro e de todos osapparelhos de luz de qualquer pharol e bem assim de qualquer concerto que elles precisarem; e quando não houver nenhum desses serviços a executar se occupará do fabrico e concerto de lampadas e reparo de todos os objectos remittidos para esse fim pelas capitania dos portos.

DA DIRECTORIA DE METEOROLOGIA

Art. 30. A directoria de meteorologia será o centro de toda a meteorologia, trabalhos magneticos e os demais relativos á physica terrestre.

Art. 31. Esta directoria terá a seu cargo, no interesse da navegação, da climatologia em geral, e outros, o estudo do annuncio do tempo provavel e do magnetismo terrestre e por isso caber-lhe :

§ 1.º Os avisos meteorologicos aos portos e á agricultura, o estudo do movimento da atmosphera, a organização dos observatorios e estações meteorologicas e magneticas, a nomeação das comissões estaduais e de districtos, a publicação de seus trabalhos e as pesquisas sobre meteorologia em geral e climatologia.

§ 2.º A aquisição e os exames de todos os trabalhos referentes á meteorologia em geral e ao magnetismo terrestre.

§ 3.º A publicação das cartas e boletins meteorologicos e divulgação de todas as noticias que interessem aos navegantes.

§ 4.º Preparar as bases dos contractos que o chefe da Carta Maritima determinar para gravura das cartas meteorologicas e magneticas, publicações de boletins e impressão de quaesquer trabalhos da directoria.

§ 5.º O exame de todos os instrumentos meteorologicos e magneticos e outros, antes de comprados para uso da Marinha, assim como verifical-os antes e depois de concertados, para julgar do valor e preço do mesmo concerto e da precisão dos instrumentos para de novo entrarem no serviço da marinha de guerra e no da meteorologia e magnetismo terrestre.

§ 6.º A organização de uma perfeita e minuciosa carta meteorologica e magnetica do Brazil e principalmente de sua costa.

§ 7.º A publicação do boletim diario das observações meteorologicas, o estudo das probabilidades do tempo, os avisos aos portos e á agricultura, e as observações simultaneas.

§ 8.º A organização das estações meteorologicas, magneticas e semaphoricas do Brazil e a coordenação, discussão e publicação methodica de seus trabalhos.

§ 9.º A coordenação de todos os trabalhos impressos ou manuscritos pertencentes á directoria, os quaes serão archivados cuidadosamente e relacionados em fôrma de catalogo em um livro proprio.

§ 10. A comparação dos instrumentos meteorologicos, coordenação e publicação das observações meteorologicas, tanto dos navios de guerra como dos mercantes.

§ 11. A discussão das observações e construção das cartas meteorologicas maritimas.

§ 12. A determinação dos desvios das agulhas dos navios do Estado e das marinhas estrangeiras, quando lhe for ordenado, fazendo as respectivas tabellas de correcções.

§ 13. As observações directas dos tres elementos magneticos: declinação, inclinação e componente horisontal, calculo da força total.

§ 14. O exame das observações magneticas nas estações meteorologicas, a discussão destas observações e a construção da carta magnetica do Brazil.

§ 15. A verificação dos instrumentos de variação, as observações de registro photographico, a coordenação, a discussão e a publicação dos resultados.

DO PESSOAL

Art. 32. A Directoria de Meteorologia terá o seguinte pessoal:

1 Director.

3 Ajudantes.

Auxiliares, os necessarios.

1 Escrevente.

DO DIRECTOR

Art. 33. Ao director compete:

§ 1.º Regularisar o trabalho da directoria a seu cargo.

§ 2.º Manter a ordem na directoria, de conformidade com a lei e no interesse do serviço.

§ 3.º Rever e corrigir todos os trabalhos que forem desempenhados no serviço meteorologico, não permittindo que elles se vulgarisem sem prévia approvação.

§ 4.º Inspeccionar por si ou seus ajudantes e pelo menos uma vez por anno, as estações meteorologicas e semaphoricas das costas, portos, rios e lagos do Brazil, assim como as do interior do paiz.

§ 5.º Formular instrucções que, depois de approvadas pelo chefe da Carta, serão distribuidas aos commandantes dos navios da Armada e da Marinha mercante, e a outros officiaes e paisanos

encarregados em casos especiaes, pelo Governo, de commissões meteorologicas e magneticas em qualquer parte do Brazil ou em paiz estrangeiro.

§ 6.º Requisitar os navios e outras embarcações, assim como os auxiliares indispensaveis para o bom andamento do serviço.

§ 7.º Indicar os instrumentos e mais material preciso para o bom andamento dos trabalhos.

§ 8.º Remover, em caso urgente, os empregados de uma para outras estações, dando depois conta ao chefe da Carta.

§ 9.º Dispensar do serviço o pessoal que seja desnecessario ou que proceder menos convenientemente, justificando a medida perante o chefe da Carta.

§ 10. Informar ao chefe da Carta sobre os trabalhos que devem ser impressos e destes os que convenha expôr á venda e qual o seu preço.

§ 11. Informar ao chefe da Carta, do movimento da directoria e do progresso dos seus trabalhos, apresentando annualmente um relatorio circumstanciado de tudo quanto houver occorrido em relação ao serviço a seu cargo, propondo as medidas indispensaveis para o desenvolvimento e maior perfeição dos trabalhos.

DOS AJUDANTES

Art. 34. Compete aos ajudantes :

§ 1.º Auxiliar o director em todos os trabalhos relativos aos diferentes ramos de serviço desta directoria, do que forem encarregados, e executar todas as ordens que por elle lhes forem transmittidas.

§ 2.º Substituir o director, por ordem de antiguidade, em todos os seus deveres, attribuições e autoridade.

§ 3.º Commandar o navio ao serviço desta directoria, conforme a designação do chefe da Carta.

§ 4.º Fiscalisar a escripturação do commissario, na parte relativa a esta directoria.

DOS OFFICIAES AUXILIARES

Art. 35. Farão parte do pessoal desta directoria os officiaes auxiliares que forem necessarios ás conveniencias do serviço.

Art. 36. Os officiaes auxiliares, além do serviço de bordo, desempenharão as diferentes incumbencias previamente determinadas nas instrucções para o serviço meteorologico.

DO ESCRIVENTE

Art. 37. Além do serviço que lhe é peculiar, será encarregado do archivo da directoria, conservando-o em boa ordem e asseio.

DAS ESTAÇÕES

Art. 38. Para crear o serviço meteorologico do Brazil o Governo estabelecerá estações no litoral e no interior do paiz, as quaes serão denominadas semaphoricas ou meteorologicas, segundo a natureza dos serviços de que forem encarregadas e trabalharão todas uniformemente.

Art. 39. As estações serão divididas por classes conforme a importancia dos trabalhos de que forem incumbidas e se regularão pelas instrucções expedidas por esta directoria.

Art. 40. E' expressamente prohibido existir ou crear em toda a União serviço meteorologico sem ser de accordo com esta directoria.

Art. 41. Fica creada desde já a estação meteorologica de 1ª classe annexa a esta directoria, que deve possuir os padrões necessarios para aferir os instrumentos do serviço meteorologico do Brazil e servir de escola pratica para officiaes e praças, à semelhança do que se faz na estação do Forte Mayer, Estados Unidos da America do Norte.

Art. 42. Os arsenaes, capitancias dos portos, escolas de aprendizes marinheiros, pharões, hospitaes, flotilhas do Alto Amazonas, Uruguay, Matto Grosso e Rio Grande do Sul, assim como qualquer outro estabelecimento naval, e todos os navios da esquadra e das companhias subvencionadas pelo Governo, farão observações meteorologicas de accordo com as instrucções expedidas pela directoria.

Art. 43. Nas estações das linhas telegraphicas, estações das estradas de ferro, escolas publicas, nucleos coloniaes, colonias civis e militares, estações dos Correios e, em geral, em qualquer estabelecimento dependente do Governo da União, dever-se-ha, segundo as verbas votadas para o desenvolvimento do serviço meteorologico, procurar desde já montar as estações meteorologicas do interior do paiz.

DOS ESTACIONARIOS

Art. 44. Os estacionarios serão de 1ª, 2ª e 3ª classes, podendo ser escolhidos os de primeira d'entre os officiaes reformados da Armada e do Exercito e paisanos, e os de segunda e terceira dentre os officiaes marinheiros reformados ou praças que tenham bem servido à marinha e mostrem aptidão e habilitações para os trabalhos a desempenhar.

Art. 45. A categoria e o numero dos estacionarios de cada estação, assim como os seus vencimentos, serão fixados por aviso, de conformidade com a tabella annexa a este regulamento.

Tabella do pessoal das estações e seus vencimentos*Estação de 1ª classe*

1	Estacionario de 1ª classe a	150\$000	mensaes
1	» de 2ª » a	120\$000	»
1	» de 3ª » a	80\$000	»

Estação de 2ª classe

1 Estacionario de 2ª classe
 2 » de 3ª »

Estação de 3ª classe

1 Estacionario de 2ª classe
 1 » de 3ª »

OBSERVAÇÕES

As estações collocadas em pharões terão para estacionarios os proprios pharoleiros, aos quaes se abonará a gratificação mensal de 30\$, além dos seus vencimentos.

Aos estacionarios estabelecidos em estações isoladas se abonarão as rações do porão, como se faz aos pharoleiros em identicas circumstancias.

DO COMMISSARIO

Art. 46. O commissario da Repartição da Carta Maritima será do quadro activo ou do dos reformados dos commissarios da Armada.

Art. 47. Compete-lhe :

§ 1.º Ter sob sua guarda e responsabilidade a mobilia e todos os instrumentos,apparelhos e mais objectos existentes na repartição e os que a ella forem destinados.

§ 2.º Escripturar convenientemente e ter em boa ordem todos os livros necessarios ao serviço a seu cargo, e bem assim aquelles que lhe forem determinados pelo chefe da Carta.

§ 3.º Encarregar-se do embarque e desembarque de todos os objectos remettidos por esta repartição ou a ella destinados, e do despacho na Alfandega daquelles vindos do estrangeiro.

§ 4.º Receber na Contadoria da Marinha as quantias necessarias para pagamento do pessoal dos estabelecimentos directamente affectos a esta repartição e dar-lhes o conveniente destino, e bem assim aquellas que forem determinadas pelo chefe da Carta para execução de qualquer trabalho.

§ 5.º Proceder aos inventarios annuos de verificação nos estabelecimentos desta Capital Federal e Estado do Rio de Janeiro que se acham sob a jurisdicção immediata desta repartição.

Art. 48. Para as despezas necessarias com a remessa de objectos para os diversos Estados em paquetes não subvencionados pelo Governo, carretos e outras eventuaes, receberá o commissario trimensalmente na Contadoria da Marinha as quantias para esse fim necessarias, por meio de requisições, rubricadas pelo chefe da Carta e dellas prestará contas de accordo com as leis de Fazenda.

Art. 49. Além do fiel, terá o commissario á sua disposição os serventes precisos para o perfeito acondicionamento dos objectos a seu cargo.

DO FIEL

Art. 50. O fiel será da brigada de fleis, proposto pelo commissario; o auxiliará e o substituirá de accordo com as leis de Fazenda.

DO PORTEIRO E DO CONTINUO

Art. 51, § 1.º O porteiro dirigirá o serviço da limpeza, arrumação e asseio do edificio, sua mobilia e accessorios.

§ 2.º Receberá e transmittirá aos empregados todos os papeis a elles dirigidos e enviará a seu destino a correspondencia que lhe for confiada.

§ 3.º Abrirá diariamente a repartição pouco antes das 9 horas da manhã e fechal-a-ha pouco depois das 3 horas da tarde, salvo casos extraordinarios, em que as horas para um e outro fim serão determinadas pelo chefe da Carta.

Art. 52. Ao continuo compete o serviço da transmissão dos papeis e recdos dentro e fóra da repartição, coadjuvar e substituir o porteiro em suas faltas e impedimentos.

DAS NOMEAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

Art. 53. Serão nomeados por decreto o chefe da Carta, directores e ajudantes; por actos do Ministro, todos os outros empregados, á excepção dos serventes que serão nomeados pelo chefe da Carta, e do commissario, fiel e operario serralleiro que o serão pelo prefeito marítimo.

O pessoal das directorias será nomeado sob proposta dos respectivos directores ao chefe da Carta.

Art. 54. As vagas de chefe, directores e ajudantes da repartição serão sempre preenchidas de preferencia pelo pessoal da mesma Carta.

Art. 55. O chefe da Carta será substituido, nas suas faltas e impedimentos, pelo director mais antigo; os directores, pelos seus respectivos ajudantes por ordem de antiguidade e, na falta destes, por quem for designado pelo chefe da Carta.

DAS LICENÇAS E APOSENTADORIAS

Art. 56. As licenças e aposentadorias dos empregados civis serão reguladas pelas mesmas disposições estabelecidas para os empregados dos Arsenaes de Marinha.

Aos militares, por motivo de molestia, será concedida licença, abonando-se-lhes além do soldo dous terços das suas gratificações até seis mezes e metade até um anno.

DOS VENCIMENTOS

Art. 57. Os vencimentos dos empregados da Repartição da Carta Marítima serão os fixados na tabella annexa a este regulamento.

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 58. Os capitães dos portos nos respectivos Estados são os auxiliares da Repartição da Carta Marítima e a elles compete :

§ 1.º Além da administração especial dos pharões e serviço meteorológico, o trabalho do balisamento e sua conservação de accordo com as indicações desta repartição.

§ 2.º Remetter trim nsalmente a esta repartição o mappa de consumo dos artigos despendidos durante o trimestre com os pharões, declarando os que se tornam precisos para o trimestre seguinte; e semestralmente um mappa do pessoal dos mesmos pharões e estações meteorologicas e semaphoricas com as alterações occorridas durante o semestre, e bem assim o relatório da inspecção feita aos mesmos estabelecimentos e balisas.

§ 3.º Remetter os planos e orçamentos para execução de qualquer trabalho que for preciso executar, prestando a esta repartição todas as informações necessarias.

Art. 59. Só por intermedio do chefe da Carta poderão os capitães dos portos se dirigir ao ministro sobre assumpto relativo ao serviço a cargo desta repartição.

Art. 60. Para a execução dos serviços a cargo desta repartição designará o ministro os navios de guerra para esse fim precisos e apropriados, os quaes ficarão sob a jurisdicção do chefe da Carta.

Art. 61. Além das incumbencias especiaes determinadas nos artigos antecedentes, compete ás directorias auxiliarem-se mutuamente e executar todos os trabalhos determinados pelo chefe da Carta.

Art. 62. Pela natureza do serviço a cargo desta repartição será contado como de effectivo embarque a bordo dos navios de guerra, para todos os effeitos legais, o tempo em que os officiaes servirem na mesma repartição.

Art. 63. O chefe da Carta, directores e ajudantes serão do quadro activo dos officiaes da Armada.

Art. 64. As nomeações dos commandantes dos navios ao serviço da repartição e seus auxiliares serão feitas sob proposta dos respectivos directores ao chefe da Carta.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 65. Competindo a esta repartição o regulamento dos chronometros e a determinação da hora do porto, passará este serviço a ser feito pela mesma repartição logo que se achar ella convenientemente installada, e delle encarregado um dos ajudantes da repartição da Carta.

Tabella dos vencimentos dos empregados da Repartição da Carta Marítima

EMPREGO	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Chefe da Carta.....		1:800\$000	1:800\$000
Secretario e ajudante de ordens.....		\$	\$
Directores.....		1:600\$000	1:600\$000
Ajudantes.....		600\$000	600\$000
Desenhistas.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Mecanico.....		6:000\$000	6:000\$000
Official archivista.....	1:600\$000	900\$000	2:500\$000
Amanuense.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Escriptores.....	800\$000	400\$000	1:200\$000
Commissario.....		\$	\$
Fiel.....		\$	\$
Porteiro.....	1:500\$000	500\$000	2:000\$000
Continuo.....	900\$000	500\$000	1:400\$000
Serventes.....		\$40\$000	\$40\$000
Operario serralheiro e lampista.....		\$	\$

Observações

1.^a Além das gratificações marcadas nesta tabella, o chefe da Carta perceberá os vencimentos de commando de força em Matto Grosso; e os directores, ajudantes, secretario e ajudante de ordens, os vencimentos de commandantes de navio em Matto Grosso correspondentes ás suas patentes.

2.^a O commissario e o fiel perceberão os vencimentos de embarcados em navio de 1.^a classe na Capital Federal.

3.^a O operario serralheiro e lampista perceberá os vencimentos de serralheiro de 1.^a classe da respectiva brigada embarcado, na Capital Federal.

4.^a Ao pessoal dos navios da Carta Maritima, não incluido na tabella acima, será abonada a gratificação de embarque em Matto Grosso, durante o tempo em que estiverem em serviço effectivo de hydrographia, pharóas ou meteorologia.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 7 de abril de 1892.—
Custodio José de Mello.



DECRETO N. 1348 — DE 7 DE ABRIL DE 1893

Dá novo regulamento ao Corpo de Saude da Armada.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação concedida ao Poder Executivo pelo § 3º do art. 1º da lei n. 54 de 13 de junho de 1892 :

Resolve que no Corpo de Saude da Armada seja observado o regulamento que a este acompanha ; ficando revogadas as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim faça executar.

Capital Federal, 7 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Custodio José de Mello.

Regulamento do Corpo de Saude da Armada

TITULO I

Da organização

Art. 1.º O Corpo de Saude da Armada será constituido por medicos, pharmaceuticos, alumnos pensionistas, praticos de pharmacia e enfermeiros, com os postos e vantagens consignados no presente regulamento, conforme o quadro seguinte:

- 1 Inspector geral do serviço sanitario, contra-almirante.
- 2 Medicos inspectores, capitães de mar e guerra.
- 6 Medicos sub-inspectores, capitães de fragata.
- 9 Medicos de 1ª classe, capitães-tenentes.
- 20 Medicos de 2ª classe, 1ºs tenentes.
- 28 Medicos de 3ª classe, 2ºs tenentes.
- 1 Pharmaceutico, inspector do serviço de pharmacia, capitão de fragata.
- 2 Pharmaceuticos sub-inspectores, capitães-tenentes.
- 3 Pharmaceuticos de 1ª classe, 1ºs tenentes.
- 3 Pharmaceuticos de 2ª classe, 2ºs tenentes.
- 3 Pharmaceuticos de 3ª classe, guardas-marinha.
- 4 Alumnos pensionistas, guardas-marinha graduados.
- 2 Praticos de pharmacia, pilotos graduados.
- 1 Enfermeiro-mór, piloto graduado.
- 1 Ajudante de enfermeiro-mór, sargento-ajudante.
- 60 Enfermeiros de 1ª classe, 1ºs sargentos.
- 40 Enfermeiros de 2ª classe, 2ºs sargentos.

TITULO II

Dos medicos

CAPITULO I

DA ADMISSÃO

Art. 2.º Nenhum medico poderá fazer parte do Corpo de Saude da Armada sem satisfazer as seguintes condições :

1.ª Ser doutor em medicina por alguma das Faculdades da Republica Federal dos Estados Unidos do Brazil ou legalmente habilitado ;

2.ª Ser cidadão brasileiro e estar no gozo dos direitos civis e politicos ;

3.ª Ter, no maximo, trinta annos de idade, o que será provado por certidão de idade ou documento equivalente, que em Juizo produza fé e a substitua ;

4.ª Ser morigerado, o que será tambem documentalmente provado ;

5.ª Ter a necessaria robustez e saude para o serviço, o que será julgado pela Junta de Saude Naval ;

6.ª Obter approvação em concurso, de accordo com as instrucções annexas.

Art. 3.º Em igualdade de classificação, terá a preferencia o candidato que apresentar trabalhos scientificos reconhecidamente bons. Na falta destes, porém, recahirá a escolha sobre o mais velho.

Art. 4.º Os medicos do Corpo de Saude da Armada serão nomeados por decreto e contarão antiguidade, tempo de serviço e vencerão o soldo da data de sua apresentação ao chefe do Estado-Maior General o ao inspector geral do serviço sanitario. Este lhes dará posse do logar, fazendo lavrar do facto um termo em livro proprio, no qual assignará conjunctamente com o medico empossado.

Art. 5.º Os melicos admittidos no Corpo de Saude da Armada, que deixarem de se apresentar, sem motivo justificado, dentro de quatro mezes, contados da data da publicação das nomeações no *Diario Official*, perderão o direito a essas mesmas nomeações.

CAPITULO II

DEVERES E REGALIAS DOS MEDICOS

Art. 6.º Os officiaes do Corpo de Saude da Armada estão sujeitos a todas as regras de disciplina militar e gosam das honras, privilegios, liberdades, isenções e franquezas, que competem aos officiaes de marinha de iguaes postos. Além disso,

percebe-n o soldo correspondente a seus postos e, nas diversas circunstâncias do serviço, as vantagens que lhes são marcadas por lei.

Art. 7.º Os princípios de precedencia, prioridade e subordinação entre os officiaes do Corpo de Saude, em acto de serviço, serão os mesmos que dirigem taes relações entre os officiaes de marinha.

Art. 8.º O montepio, a reforma e em geral todas as vantagens feitas aos officiaes da Armada, competem aos officiaes do Corpo de Saude.

Art. 9.º A reforma voluntaria ou compulsoria dos officiaes do Corpo de Saude da Armada será regida pelo decreto n.º 336 A, de 16 de abril de 1899, sendo-lhes extensivas, na parte que lhes for applicavel, as disposições do decreto n.º 108 A, de 30 de dezembro de 1841.

CAPITULO III

DO INSPECTOR GERAL DO SERVIÇO SANITARIO

Art. 10. O inspector geral do serviço sanitario dirige o serviço de saude da Armada e por isso exerce toda a autoridade, no que diz respeito a esse mesmo serviço, por si ou por delegados de sua confiança.

Art. 11. O serviço na Capital Federal fica sob sua immediata fiscalização em tudo quanto se referir ao pessoal, material e hygiene das praças, navios e estabelecimentos da Armada. Nos diferentes Estados da União, esse mesmo serviço será executado por delegados e chefes de saude de sua escolha.

Art. 12. Compete-lhe nomear os medicos que tiverem de servir no Hospital Central, hospitales de 2ª classe, corpos, navios, esquadras, forças e quaesquer outras comissões de marinha.

Art. 13. Dará instrucções a seus subordinados em tudo quanto se referir á hygiene e á saude dos officiaes e praças da Armada.

Art. 14. Além da autonomia profissional, compete ainda ao inspector geral do serviço sanitario manter a ordem e disciplina entre os officiaes do Corpo de Saude da Armada, para o que poderá prendel-os até oito dias, si assim o julgar necessario, e nesse caso communicara o occorrido á autoridade superior.

Art. 15. O inspector geral do serviço sanitario poderá dar até oito dias de licença aos que estiverem sob suas immediatas ordens.

Art. 16. Não obstante o seu dever de dirigir e fiscalisar todo o serviço de saude, não poderá, contudo, o inspector geral do serviço sanitario impôr aos medicos do corpo systemas ou doutrinas medicas.

Si, porém, se der o facto de reconhecer que da applicação de um tratamento medico ou cirurgico possa resultar compro-

mettimento para a saude e vida de qualquer doente, e após haver inutilmente aconselhado ao medico outra linha de conducta, não hesitará em proceder como julgar acertado. Neste caso assumirá toda a responsabilidade e communicará o occorrido ao poder competente.

Art. 17. O inspector geral do serviço sanitario se corresponderá directamente com o Quartel General em tudo quanto for relativo ao serviço da Armada.

Art. 18. O inspector geral do serviço sanitario informará além disso ao Governo sobre todas as pretensões dos medicos e daquelles que tiverem de ser admittidos ao serviço da Armada.

Art. 19. O inspector geral do serviço sanitario terá ás suas ordens, como assistente, um medico de 1ª ou 2ª classe, o qual será de sua escolha e nomeação do Governo, e se incumbirá do detalhe do serviço.

Art. 20. O inspector geral do serviço sanitario dirigirá a Repartição Sanitaria da Armada, e será o presidente do Conselho Superior de Saude.

Art. 21. O inspector geral do serviço sanitario será substituido em sua falta ou impedimento pelo seu immediato em gradação.

CAPITULO IV

DOS MEDICOS INSPECTORES E SUB-INSPECTORES

Art. 22. Os medicos inspectores servirão :

- 1.º Como chefes de saude das esquadras ;
- 2.º De director do Hospital Central ;
- 3.º Como 1.ºs medicos e 1.ºs cirurgiões do Hospital Central ;
- 4.º De chefe do serviço de saude da Escola Naval e outros estabelecimentos da Capital Federal ;
- 5.º Como membros do Conselho Superior de Saude e das Juntas de Saude da Capital Federal ;
- 6.º De delegados e inspectores do serviço sanitario nos Estados.

Art. 23. Os medicos sub-inspectores serão empregados na direcção dos hospitaes de 2ª classe e como 2.ºs medicos e 2.ºs cirurgiões do Hospital Central, chefes de saude ou delegados do inspector geral do serviço sanitario, e na falta dos medicos inspectores os substituirão nos serviços que competem a estes.

Art. 24. Os medicos inspectores e sub-inspectores, empregados no Hospital Central, cumprirão restrictamente os regulamentos que regem aquelle estabelecimento, na parte que lhes disser respeito.

Art. 25. Os que forem delegados do inspector geral do serviço sanitario nos Estados federaes ou servirem de chefes de saude nas forças navaes se regularão pelo disposto no art. 11 deste regulamento e cumprirão todas as ordens dos commandantes em

chefe e do inspector geral do serviço sanitario relativas ao serviço de saude.

Art. 26. Velarão na execução dessas ordens e assim na do presente regulamento.

Art. 27. Si julgarem conveniente ao serviço das forças navaes em que se acharem, para preservar ou conservar a saude das guarnições, dar instrucções, reclamadas por circumstancias extraordinarias, como seja o desenvolvimento de uma epidemia a bordo de qualquer navio, não deverão pô-las em execução sem prévia audiencia do commandante em chefe.

Art. 28. Visitarão frequentemente os navios de que se compuzer a força naval e darão parte ao commandante em chefe das irregularidades que encontrarem no serviço de saude e das medidas que tiverem tomado para fazel-as desaparecer.

Art. 29. Exigirão quinzenalmente dos medicos da força naval uma nota do estado sanitario dos respectivos navios, do numero e estado dos doentes, das medidas tomadas para conservar a saude das guarnições e a salubridade dos navios e do local destinado aos medicamentos, viveres e quesequer objectos embarcados para a guarnição.

Art. 30. Quando na força naval houver algum navio que sirva de hospital, proporão ao commandante em chefe um medico para dirigir ali o serviço como 1º e os que forem necessarios para coadjuval-o.

Art. 31. Antes de serem submettidos a despacho do commandante em chefe os pedidos de medicamentos ou de quaesquer outros objectos para uso dos doentes, apresentados pelos medicos dos navios, os examinarão, fazendo as alterações e observações que julgarem convenientes.

Para este fim serão taes pedidos apresentados em manuscrito pelos medicos ou pharmaceuticos dos navios, que os converterão, depois de examinados, em requisições, as quaes, com aquelles conferidas, serão rubricadas pelos chefes de saude para subirem a despacho do commandante em chefe.

Art. 32. Trimestralmente ou quando se recolherem das commissões, remetterão directamente ao inspector geral do serviço sanitario um relatorio, não só das molestias que tiverem reinado nos navios da força, mas ainda das occurrencias do serviço. Nas mesmas épocas enviarão tambem um mappa estatístico nominal dos doentes.

Art. 33. Antes da partida de uma força naval, o chefe de saude respectivo visitará os navios de que ella se compuzer e inspecionará especialmente a enfermaria de cada um.

Art. 34. No caso dos navios terem de entrar em combate, fará com que os medicos desses mesmos navios preparem tudo que for necessario ao tratamento dos feridos.

Art. 35. Depois do combate e após communicação ao commandante em chefe, o chefe de saude se dirigirá a bordo dos navios que tiverem entrado em acção, visitará os feridos e se informará de tudo que lhes disser respeito, afim de dar as providencias que forem necessarias, e confeccionará um relatorio, que entre-

gará ao mesmo commandante em chefe, para ser transmittido ao Governo pelos tramites competentes.

Art. 36. Nos casos de arribada ou naquelles em que, se achando estacionada a força naval, os doentes ou feridos, que se devam tratar em terra, não possam ser recebidos nos hospitaes do logar e se torne indispensavel o seu desembarque, o chefe de saude, autorisado pelo commandante em chefe, escolherá um sitio conveniente, onde se estabeleça uma enfermaria provisoria, que se regerá, no que for applicavel, pelo regulamento do Hospital Central, ou por instrucções que elle fizer e o mesmo commandante approvar, ou pelas que forem determinadas pelo Governo.

Art. 37. Os chefes de saude, quando se acharem estacionadas as forças navaes a que pertencerem, nomearão, de 24 em 24 horas, com approvação dos commandantes em chefe, um medico, que se denominará de dia, para visitar os respectivos navios.

Art. 38. Os chefes de saude farão parte do estado-maior dos commandantes das forças navaes, receberão directamente dos mesmos as ordens para o serviço e com elles se corresponderão tambem directamente.

CAPITULO V

DOS MEDICOS DE 1ª, 2ª e 3ª CLASSES

Art. 39. Os medicos de 1ª classe servirão como 3ªs medicos e 3ªs cirurgiões do Hospital Central, como medicos dos hospitaes de 2ª classe, estabelecimentos navaes, nos navios de 1ª classe, como chefes de saude nas flotilhas e nas faltas dos medicos sub-inspectores nos serviços que competirem a estes.

Art. 40. Os medicos de 2ª e 3ª classes poderão servir no Hospital Central como 3ªs medicos, nos navios, hospitaes de 2ª classe e estabelecimentos navaes.

Art. 41. Nenhuma commissão de terra poderá ser exercida pelos medicos de 2ª e 3ª classes por mais de tres annos, salvo o caso de não haver quem os substitua em iguaes patentes.

Art. 42. Nenhum medico de 1ª, 2ª e 3ª classes exercerá emprego de terra, sem completar o tempo de embarque exigido por lei para a promoção.

Art. 43. Os medicos de 1ª, 2ª e 3ª classes empregados nos corpos de marinha, na Escola Naval e nas escolas de aprendizes marinheiros terão uma ambulancia para tres mezes.

Art. 44. Tratarão nesses estabelecimentos de todas as praças affectadas de molestias que forem passageiros ou não offereçam nisso inconveniente, remettendo para os hospitaes as que não se acharem nessas condições.

Não havendo na localidade hospital de marinha, serão os doentes enviados aos do Exercito; caso não existam tambem estes, para os civis.

Art. 45. Os médicos empregados nas escolas, quartéis, navios ou quaesquer estabelecimentos navaes farão diariamente visita aos doentes, ás horas que forem convencionadas com os commandantes, aos quaes entregarão todos os dias uma relação das praças que tiverem ido para os hospitaes e das que ficarem em tratamento ou em convalescença, praticando o mesmo fora da hora da visita, sempre que haja necessidade.

Art. 46. Cumprirão, no que diz respeito à escripturação, o que está determinado nos regulamentos competentes, e no principio de cada mez enviarão, por intermedio do respectivo commandante, a estatística das molestias tratadas no mez antecedente.

Art. 47. Quando haja nos hospitaes doentes que pertençam aos corpos, navios e escolas onde servirem, irão uma vez por semana visitá-los e informar-se do seu estado, dando parte aos commandantes do resultado da visita.

Art. 48. Os médicos empregados nos corpos, navios e outros estabelecimentos navaes inspecionarão, sempre que for necessario, as praças, devendo as que forem encontradas com molestias contagiosas ser logo removidas.

Art. 49. Além do estabelecido no artigo precedente, todas as vezes que observarem molestia contagiosa em alguma praça, mandarão logo separar-a das outras e a remetterão para os hospitaes; e, no caso de desenvolvimento de epidemia, darão immediatamente parte aos commandantes, para que, em a-to continuo, communicuem o facto á autoridade sanitaria, atim de serem tomadas as providencias necessarias.

Art. 50. Sempre que houver de se applicar qualquer castigo corporal a alguma das praças da companhia correccional, creada pelo decreto n. 328 de 12 de abril de 1890, o medico que tiver de assistir a esse castigo examinará si o estado do individuo o admittit. No caso contrario, o declarará, emittindo seu juizo por escripto.

Art. 51. Exercerão, no que for concernente ao serviço de saúde, autoridade immediata sobre os médicos mais modernos, pharmaceuticos e enfermeiros.

Nas faltas de serviço e insubordinação, prenderão os delinquentes, dando parte ao commandante.

Art. 52. Os medicos de 1ª, 2ª e 3ª classes, quer nas comissões de terra, quer nas de embarque, fiscalisarão e providenciarão em tudo que for relativo á hygiene dos estabelecimentos, navios e praças, como sejam a iluminação, ventilação, alimentação, vestuario, etc.

Art. 53. Os medicos de 1ª, 2ª e 3ª classes farão parte das comissões nomeadas para examinar os viveres destinados aos navios e estabelecimentos. Poderão tambem isoladamente ser nomeados para esse fim.

Art. 54. Quando armar-se ou aprestar-se qualquer navio, o medico para elle nomeado inspecionarà, á medida que forem chegando a bordo, os marinheiros e soldados destinados a formar a guarnição do mesmo navio, e fará uma relação das praças, que não julgar aptas para o embarque, relação que, com a indicação

das molestias de cada uma, entregará ao respectivo commandante.

Art. 55. Si na inspecção a que proceder tiver observado alguma molestia contagiosa de qualquer natureza que seja, o participará ao commandante e remetterá logo para os hospitaes o individuo ou individuos affectados.

Art. 56. Durante os exercicios geraes, os medicos e seus subordinados se conservarão em seu posto, para occorrerem a qualquer accidente.

Art. 57. Assim que morrer qualquer doente, darão parte ao commandante ou seu immediato, marcarão a hora em que devalter logar o enterramento e proporão as medidas hygienicas indispensaveis.

Art. 58. Dando-se o caso de desembarque em occasião de combate, um ou mais medicos acompanharão a força, levando consigo um ou mais enfermeiros e as praças necessarias para condução dos instrumentos e aprestos para os primeiros curativos.

Art. 59. Depois de qualquer combate, quer este tenha tido logar a bordo, quer em terra, curados os feridos e collocados em seus leitos, farão uma relação, notando a natureza e gravidade das feridas e a entregarão ao commandante; e quando servirem em alguma força naval, darão uma relação semelhante ao respectivo chefe de saude.

Art. 60. Nos navios em que houver mais de um medico, o mais molrno terá a seu cargo os instrumentos chirurgicos.

Art. 61. Si o navio não tiver pharmaceutico, o medico que reunir as duas funcções perceberá uma gratificação pelo acrescimo de trabalho e para as quebras no peso dos medicamentos.

Art. 62. Aos medicos de dia compete:

§ 1.º Dar conta por escripto ao chefe de saude do que occorrer no dia antecedente, a fim de que o participe ao commandante em chefe.

§ 2.º Acudir a qualquer chamado dos navios.

§ 3.º Enviar para os hospitaes os individuos que adoecerem depois da visita diaria dos medicos dos navios e não puderem ser nelles tratados, classificando a molestia.

As baixas serão por elles assignadas.

Art. 63. Os medicos da 1.ª, 2.ª e 3.ª classes que servirem nas escolas, hospitaes e outros estabelecimentos navaes deverão apresentar, ao deixarem a sua commissão, um trabalho sobre as molestias mais frequentes nas localidades em que tiverem servido, acompanhado dos dados e esclarecimentos que julgarem de utilidade. O mesmo farão os que servirem nos navios e flotilhas.

Todos estes trabalhos serão dirigidos ao inspector geral do serviço sanitario, que os submeterá ao Conselho Superior de Saude, para interpor sobre elles o juizo que merecerem, juizo que será levado ao conhecimento do Ministro e lançado nos assentamentos do livro-mestre.

Art. 64. Além do que fica determinado no artigo precedente, são os medicos de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, qualquer que seja a sua

commissão, obrigados a escrever um diário das molestias que affectarem os individuos submettidos a seus cuidados. Esse diário será apresentado mensalmente, ou antes, no caso de terminarem as comissões, ao chefe de saúde.

CAPITULO VI

PROMOÇÕES

Art. 65. As promoções dos melicos do Corpo de Saude da Armada se farão de accordo com os principios geraes que regulam as dos officiaes do Corpo da Armada e conforme o determinado neste regulamento.

Art. 66. Essas promoções serão por antiguidade e merecimento.

Art. 67. Constituem condições de merecimento:

- a) Aptidão, zelo e coragem no cumprimento dos deveres profissionais;
- b) Maior tempo de embarque e de viagem;
- c) Desempenho satisfactorio de commissão importante e apresentação de trabalhos reconhecidos bons sobre medicina e cirurgia.

Art. 68. Para a promoção dos melicos de 3.^a e 2.^a classes é imprescindivel o tempo de embarque exigido por lei, incluindo nelle um anno de flotilha, pelo menos.

§ 1.^o Para preencher as condições deste artigo far-se-ha uma escala dos melicos de 2.^a e 3.^a classes, de modo a começar o serviço successivamente do mais antigo para o mais moderno.

§ 2.^o Levár-se-ha em conta aos actuaes 1.^{os} tenentes melicos o tempo de embarque e de flotilha que já tiverem.

Art. 69. O tempo de embarque para a promoção de melicos de 1.^a classe a melicos sub-inspectores será de dous annos, pelo menos.

Art. 70. A condição de embarque não é exigida para a promoção dos melicos sub-inspectores e inspectores.

Art. 71. A promoção se fará do modo seguinte:

- a) De medico de 3.^a a medico de 2.^a classe, dous terços por merecimento e um terço por antiguidade;
- b) De medico de 2.^a a medico de 1.^a classe, metade por merecimento e metade por antiguidade;
- c) De medico de 1.^a classe a medico sub-inspector e de medico sub-inspector a medico inspector, dous terços por antiguidade e um terço por merecimento;
- d) De medico inspector a inspector geral, exclusivamente por merecimento.

TITULO III**Dos pharmaceuticos****CAPITULO I****ADMISÃO E PROMOÇÃO**

Art. 72. Para a admissão dos pharmaceuticos são necessarias as mesmas condições do art. 2º, em relação à profissão e individualidade do candidato.

Art. 73. As promoções dos pharmaceuticos serão feitas de accordo com o disposto nos arts. 66, 67, 68, 69 e 70 deste regulamento e do modo seguinte:

As promoções de pharmaceutico de 3ª à 2ª classe e de 2ª à 1ª classe serão como as dos medicos das mesmas classes; as de pharmaceutico de 1ª classe a sub-inspectores, como as dos medicos de 1ª classe a medicos sub-inspectores; e a de pharmaceuticos sub-inspectores a pharmaceutico inspector, como as de medico inspector a inspector geral.

Paragrapho unico. Fica subentendido que nas promoções de pharmaceutico sub-inspector a pharmaceutico inspector não é exigida a condição de embarque.

CAPITULO II**DEVERES, COMMISSÕES E REGALIAS**

Art. 74. O pharmaceutico inspector terá sua séde no Hospital Central, se encarregará da direcção e fiscalisação do pessoal e material e se corresponderá directamente com o inspector geral do serviço sanitario em tudo que for relativo ao serviço de saude.

Art. 75. Os pharmaceuticos sub-inspectores dirigirão, um a pharmacia e o outro o laboratorio chimico do mesmo hospital, sendo responsaveis pelo material contido nesses officinas de trabalho.

Paragrapho unico. O pharmaceutico sub-inspector encarregado da pharmacia terá sua residencia no Hospital Central.

Art. 76. Os pharmaceuticos de 1ª, 2ª e 3ª classes alternarão no serviço dos hospitais, navios e estabelecimentos de marinha.

Art. 77. Nenhum pharmaceutico terá emprego de terra, sem satisfazer as condições de embarque exigidas pelos arts. 68 e 69.

Art. 78. Os pharmaceuticos privados de emprego por motivo alheio à sua vontade serão addidos ao Hospital Central, terão as vantagens correspondentes às suas classes e entrarão na escala de serviço.

Art. 79. Os pharmaceuticos empregados nos hospitaes, navios e estabelecimentos navaes executarão as prescripções que lhes forem ordenadas e farão a escripturação de suas contas, de accordo com os regulamentos.

TITULO IV

Alumnos pensionistas

CAPITULO I

ADMISSÃO, DEVERES, ATTRIBUIÇÕES E REGALIAS

Art. 80. Para a admissão exigem-se, além dos documentos relativos à moralidade e approvação nas materias do 3º anno medico, o exame de sanidade e approvação em concurso, de accordo com as instrucções annexas.

Art. 81. Serão nomeados por portaria do Ministro da Marinha e contarão o tempo de serviço desde a data da sua apresentação ao director do hospital.

Art. 82. Os alumnos pensionistas servirão nos hospitaes como auxiliares das clinicas medicas e chirurgicas e como taes acompanharão e coadjuvarão os medicos de dia no serviço que lhes competir.

Terão a graduação de guardas-marinha e gosarão das regalias e isenções correspondentes aos officiaes de sua graduação ; estarão sujeitos à disciplina militar, residirão nos hospitaes, por onde serão municiaes e terão as vantagens consignadas nas tabellas.

Art. 83. Nas vagas que se derem na 3ª classe dos medicos do Corpo de Saude serão preferidos no concurso, si a elle se sujeitarem, em igualdade de condições, os que tiverem servido como alumnos pensionistas.

Paragrapho unico. Os que entrarem para o quadro dos medicos contarão como tempo de serviço o que houverem prestado nos hospitaes de marinha.

TITULO V

Praticos de pharmacia

CAPITULO I

ADMISSÃO, DEVERES, ATTRIBUIÇÕES E REGALIAS

Art. 84. Para sua admissão exige-se, além da condição de cidadão brasileiro, a apresentação de attestados de moralidade e a approvação em um exame pratico de pharmacia.

Paragrapho unico. Sua nomeação será feita por portaria do Ministro da Marinha, mediante proposta do inspector geral do serviço sanitario.

Art. 85. Serão auxiliares do serviço de pharmacia e do laboratorio chimico do Hospital Central, onde residirão e por onde serão municiados.

Art. 86. Terão a graduação e as regalias de piloto, estarão sujeitos a disciplina militar, perceberão os vencimentos marcados nas tabeillas e obterão a reforma de accordo com o estabelecido para os officiaes de suas graduações.

TITULO VI

CAPITULO I

DOS ENFERMEIROS

Art. 87. O Corpo de Enfermeiros ficará sob a direcção immediata do inspector geral do serviço sanitario, que nomeará os que tiverem de servir nas differentes commissões exigidas pelo serviço de saude.

Art. 88. Do Corpo de Enfermeiros farão parte todos os enfermeiros ao serviço da Armada.

Art. 89. Para a admissão de enfermeiros exige-se :

1.º Ser cidadão brasileiro ;

2.º Ter uma idade que não exceda a 30 annos e bom comportamento, o que será documentalmente provado, e aptidão physica para o serviço naval ;

3.º Saber ler e escrever e conhecer as operações fundamentaes da arithmetica e o systema metrico ;

4.º Ter os conhecimentos indispensaveis do material cirurgico e do que diz respeito ao curativo dos doentes em geral.

Art. 90. Os enfermeiros, no tocante a seus serviços profissionais, ficam immediatamente subordinados aos medicos com quem servirem, cujas ordens e prescripções cumprirão fielmente.

Art. 91. Serão nomeados por portaria do Ministro da Marinha, mas só depois de julgados habilitados por uma commissão examinadora.

Art. 92. Terão as mesmas vantagens para a reforma, asylo e outras, que competirem aos inferiores da Armada.

Art. 93. Os vencimentos dos enfermeiros serão os estabelecidos nas tabeillas que estiverem em vigor.

Art. 94. Os enfermeiros que estiverem sem commissão por motivos alheios á sua vontade, ficarão addidos ao Hospital Central com as vantagens correspondentes á sua classe e entrarão em escala de serviço.

Paragrapho unico. Os que adoecerem e forem tratados no hospital, terão as vantagens estabelecidas no regulamento do hospital.

Art. 95. Em igualdade de circumstancias, terão preferencia os individuos que houverem servido como praças da Armada.

TITULO VII

CAPITULO I

REPARTIÇÃO SANITARIA

Art. 96. A Repartição Sanitaria da Armada terá as mesmas incumbencias que competiam á 2ª secção do Quartel-General e mais o que for determinado neste regulamento.

Art. 97. A Repartição Sanitaria da Armada será dirigida pelo inspector geral do serviço sanitario e terá os seguintes empregados :

1 Secretario, official superior do corpo ou reformado, á escolha do inspector geral do serviço sanitario.

1 Amanuense, medico ou official de fazenda reformado.

Art. 98. A' Repartição Sanitaria compete tudo quanto se referir :

§ 1.º A' organização, movimento, economia e disciplina do Corpo de Saude da Armada.

§ 2.º A' inspecção de saude nos navios, corpos de marinha, hospitaes e escolas de aprendizes marinheiros.

§ 3.º Ao supprimento de medicamentos e instrumentos cirurgicos para os navios, corpos e estabelecimentos navaes.

§ 4.º Ao inventario e prestação de contas dos officiaes do Corpo de Saude da Armada, dentro dos limites marcados no decreto n. 4542 A. de 30 de junho de 1870, e sem offensa das disposições do de n. 277 C, de 22 de março de 1890, na parte referente a este assumpto.

§ 5.º Ao fornecimento de livros para a escripturação das boticas dos navios, corpos, escolas e hospitaes.

§ 6.º Ao contracto, em caso de necessidade, de medicos, pharmaceuticos e enfermeiros.

§ 7.º A' hygiene em geral.

§ 8.º A' inspecção de saude dos officiaes e praças e empregados civis.

§ 9.º A' admissão, concurso, licenças, tempo de serviço, vencimentos, promoções, pensões, demissões e reforma do pessoal do Corpo de Saude.

§ 10. A' escripturação do livro-mestre do pessoal do Corpo de Saude, de modo a se conservar em dia e ser feita de accordo com as disposições vigentes.

§ 11. A' apresentação, de accordo com o Conselho Superior de Saude, quando haja alguma vaga no corpo, de uma relação dos officiaes desse corpo, que tenham preenchido os requisitos legais para a promoção.

§ 12. A' indicação dos medicos e pharmaceuticos, que houverem attingido a idade legal e tenham de ser reformados compulsoriamente.

§ 13. A' organização, nos primeiros mezes do anno, conforme os dados fornecidos pelo Hospital Central e os de 2ª classe,

escolas e estabelecimentos de marinha, do mappa dos doentes ahí tratados durante o anno findo.

Art. 99. Annexado á Repartição Sanitaria haverá um local destinado a uma bibliotheca composta de obras de anatomia, medicina, cirurgia, hygiene, jornaes scientificos, á escolha do inspector geral do serviço sanitario.

Essa bibliotheca, destinada aos officiaes do Corpo de Saude, ficará a cargo do secretario, e se regerá, quanto á sahida de livros, pelo que a esse respeito dispõe o regulamento da Bibliotheca da Marinha.

TITULO VIII

CAPITULO I

DO CONSELHO SUPERIOR DE SAUDE

Art. 100. O Conselho Superior de Saude será constituído pelo inspector geral do serviço sanitario, como presidente, o director e os dous chefes de clinica do Hospital Central, o inspector de pharmacia e os dous medicos sub-inspectores mais antigos que se acharem na Capital Federal.

O secretario será o da Repartição Sanitaria.

§ 1.º As decisões deste conselho serão por votação nominal, na qual tomarão parte todos os membros, inclusive o presidente, que, no caso de empate, terá o voto de qualidade.

Art. 101. Compete ao Conselho Superior de Saude :

§ 1.º Organisar o regulamento indicativo das molestias que isentam do serviço da Armada.

§ 2.º Examinar o formulario annualmente, afim de ver si convem ser modificado, propondo ao Governo a impressão da nova edição, si for necessario.

§ 3.º Tratar de todas as questões de hygiene, relativas á conservação da saude da gente de Marinha e examinar os trabalhos apresentados pelos medicos.

§ 4.º Propór ao Governo, nos casos de epidemia ou de imminencia della, os meios convenientes para suspênder o seu progresso ou evital-a, organisando, para este fim, instrucções, que deverão ser executadas pelos officiaes do Corpo de Saude, e em que os autorisará a desviar-se dellas, sob sua responsabilidade, si assim for necessario.

§ 5.º Propór igualmente ao Governo o material necessario para o uso dos doentes, preparação dos medicamentos e alimentos, assim como a qualidade e quantidade destes, para a formação das dietas.

§ 6.º Decidir as questões relativas, nos casos de recurso, sobre exame e parecer emitido, de viveres e aguada, conforme pre-

ceitua o decreto n. 4542 A, de 30 de junho de 1870, e mais disposições a respeito.

Art. 102. As actas das sessões do conselho, que se reunirá sempre que seu presidente o convocar, serão lavradas pelo secretario em livro especial e assignadas pelos membros presentes.

CAPITULO II

DAS JUNTAS DE SAUDE

Art. 103. Haverá na Capital Federal, e nos logares onde existirem estabelecimentos e forças de Marinha, Juntas de Saude.

Art. 104. A Junta de Saude na Capital Federal será constituída pelos dous chefes de clinica e o 2º medico mais antigo do Hospital Central. Terá como presidente o medico mais graduado e como secretario o da Repartição Sanitaria.

Art. 105. As outras Juntas de Saude serão constituídas pelos tres medicos da Armada mais antigos e serão presididas pelo chefe de saude, e, na falta deste, pelo medico mais graduado.

Paragrapho unico. Não havendo medico da Armada, serão as Juntas constituídas por medicos do Exercito, e, na falta destes, por medicos civis.

Art. 106. Compete às Juntas :

Inspeccionar os officiaes e praças de pret, empregados civis e outros, que para esse fim se apresentarem por ordem superior.

Art. 107. As actas das Juntas serão lavradas em livro proprio, na Capital pelo secretario da Repartição Sanitaria, e nos Estados e forças pelo medico mais moderno, e assignadas por todos os membros.

Art. 108. Do resultado das inspecções de saude dos officiaes, praças, empregados civis, etc., as Juntas remetterão um extracto circunstanciado à autoridade, que as houver mandado examinar e assim tambem das demais resoluções, adim de se tomarem as providencias que o assumpto reclamar.

Qualquer membro das Juntas, quando não se conformar com as decisões da maioria, dará sua opinião em termos precisos, expondo as razões que para isso tenha.

Paragrapho unico. No caso de qualquer inspeccionado não se conformar com o parecer das Junta-, poderá recorrer para o Ministro da Marinha, que, si assim entender, mandará inspeccional-o de novo pelo Conselho Superior de Saude.

Art. 109. A Junta de Saude nesta Capital se reunirá, pelo menos, uma vez por semana e no logar para isso determinado, e em outras quando convocada.

TITULO IX

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 110. Os primeiros medicos do hospital, os delegados e chefes de saude procederão, em relação a seus subalternos, no que diz respeito ao tratamento dos doentes, do mesmo modo que o inspector geral do serviço sanitario.

Art. 111. Sempre que qualquer medico for empregado nos corpos de marinha, escolas de aprendizes marinheiros ou mandados embarcar em algum dos navios da Armada, será immediatamente nomeado um enfermeiro para acompanhá-lo, si não houver no navio, corpo ou escola para que tiver sido designado, ficando subentendido que nenhum medico servirá sem enfermeiro.

Paragraphe unico. Nas viagens de longo curso terão os navios dous medicos e dous enfermeiros.

Art. 112. Os officiaes do Corpo de Saude da Armada receberão as ordens concernentes ao serviço de saude, directamente nesta Capital, do inspector geral do serviço sanitario, e nos Estados federados, bem como nas forças navaes, dentro ou fóra da Republica, por intermedio dos delegados do mesmo inspector geral do serviço sanitario ou dos chefes de saude.

Art. 113. Os instrumentos chirurgicos destinados ao Corpo de Saude da Armada serão marcados com as iniciaes C. S. A., e os medicos que os receberem ficarão por elles responsaveis e os levarão, no caso de passagem de um para outro navio.

Art. 114. Os officiaes da Armada de qualquer graduação, nos limites de sua autoridade disciplinar e administrativa, não contrariarão de nenhuma forma a acção dos facultativos, em tudo que puder influir sobre a saude das praças da mesma Armada; mas, no caso de occorrerem a esse respeito particularidades manifestamente contrarias aos principios comensinhos da hygiene e tratamento dos enfermos, a autoridade disciplinar e administrativa procederá como julgar mais conveniente, communicando o facto á autoridade competente.

Art. 115. Si o serviço da Armada exigir, em tempo de guerra ou em circumstancias extraordinarias, maior numero de facultativos ou pharmaceuticos do que o fixado no art. 1º, o Governo poderá contractar temporariamente medicos e pharmaceuticos civis, dando-lhes os vencimentos e vantagens de medico e pharmaceutico de 3ª classe e levando-se-lhes em conta o tempo que assim servirem, quando venham a pertencer ao quadro do Corpo de Saude da Armada. Esta medida, porém, deverá cessar logo que cesse a necessidade que a houver determinado.

Art. 116. Os medicos desembarcados, por se acharem sem commissão, independente de sua vontade, serão addidos ao Hospital de Marinha, com os vencimentos que lhes competirem e farão o serviço de accordo com as suas patentes.

Art. 117. De tres em tres annos ou antes, si assim o entender o Governo, irão em commissão um ou mais medicos do Corpo de Saude da Armada aos paizes estrangeiros, afim de estudarem os progressos realisados em relação á medicina, especialmente sob o ponto de vista do serviço sanitario da Armada.

Nenhuma escolha será, porém, feita, sem prévia audiencia do inspector geral do serviço sanitario, que organizará um programma dos assumptos que devam constituir o fim especial da commissão.

Art. 118. O navio, cuja lotação for inferior de 40 praças, não terá medico, salvo si for em commissão especial.

DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Art. 119. A exigencia do serviço em flotilha, estatuida pelo art. 68, só entrará em vigor dous annos depois da promulgação deste regulamento.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 7 de abril de 1893.—*Custodio José de Mello.*

Instruções para o concurso de admissão de medicos e pharmaceuticos do Corpo de Saude da Armada e alumnos pensionistas.

CAPITULO I

DO CONCURSO PARA A ADMISSÃO DOS MEDICOS

Art. 1.º As vagas de medicos de 3ª classe serão preenchidas mediante concurso, cuja inscripção ficará aberta, por espaço de 90 dias, devendo os candidatos satisfazer as condições 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª do art. 2º do regulamento do Corpo de Saude.

§ 1.º Encerrada a inscripção, será annuciado o concurso nas folhas de maior circulação, com a declaração do logar, dia e hora em que se deve effectuar a primeira prova.

§ 2.º Este annuncio, bem como outros para a inscripção de candidatos, será mandado publicar pela Repartição Sanitaria.

Art. 2.º Antes do dia marcado para o concurso será nomeado um conselho de julgamento, composto de nove membros, a saber: do inspector geral do serviço sanitario, dos dous chefes de clinicas do hospital, de tres outros medicos das classes activas do Corpo de Saude da Armada e de mais tres de entre os medicos da Armada reformados ou do Corpo de Saude do Exercito, ou mesmo de entre os professores da Faculdade de Medicina, ou dos clinicos de provada competencia.

Paragrapho unico. Estas seis ultimas nomeações serão feitas pelo inspector geral do serviço sanitario.

Art. 3.º O conselho de julgamento será presidido pelo inspector geral do serviço sanitario, servindo de secretario o medico da Armada mais moderno dos que fizerem parte do conselho, ou aquelle que pelo mesmo inspector geral do serviço sanitario for designado.

Art. 4.º Os candidatos serão submettidos a tres provas, duas praticas e uma escripta.

Art. 5.º As provas praticas constarão : de clinica uma e de medicina operatoria a outra.

Art. 6.º A prova de clinica se realisará no Hospital de Marinha, sendo dados dous doentes, um de medicina e outro de cirurgia, escolhidos pela commissão examinadora.

Os candidatos terão meia hora para o exame de cada doente e vinte minutos, no maximo, para a exposição, que será feita logo após o exame.

Si o numero dos candidatos exceder a dous, serão dados tantos doentes das duas clinicas, quantos forem necessarios para tocar um de cada uma dessas clinicas a cada grupo de dous candidatos.

No caso de ser impar o numero destes, ao candidato excedente tocarão dous doentes novos.

Art. 7.º A prova de medicina operatoria effectuar-se-ha sobre cadaver, na Escola de Medicina, tendo para esse fim os candidatos o tempo que a commissão julgar necessario.

Art. 8.º A prova escripta será realisada na Repartição Sanitaria e versará sobre um ponto de hygiene naval e regulamentação quarentenaria ou sobre geographia medica.

Para esta prova disporão os candidatos de duas horas e para fiscalisar-a serão sorteadas pelo inspector geral do serviço sanitario duas commissões de dous membros cada uma, sendo a primeira sorteadas para a primeira hora e a segunda para a segunda hora.

Art. 9.º Para cada uma das provas de medicina operatoria e escripta, a commissão formulará uma lista de 15 pontos, a qual, depois de numerados os mesmos pontos, será guardada em uma caixa, competentemente fechada e lacrada.

Os pontos serão formulados no dia de cada prova e tirados a sorte pelo primeiro candidato inscripto.

Art. 10. Si o numero dos candidatos não exceder a tres, as provas se realisarão em tres dias successivos, salvo o caso do dia em que não funcionarem as repartições publicas. Si, porém, for maior o numero dos candidatos, o concurso demorará o tempo que a commissão julgar indispensavel.

Art. 11. Por occasião das provas de clinica e medicina operatoria, a commissão julgadora poderá, si assim o entender, arguir os candidatos.

Art. 12. As provas escriptas, logo que os candidatos as terminarem, serão rubricadas por todos elles e pelos membros da commissão, que fiscalisarem o concurso durante a ultima hora.

Feito isto e encerrada cada uma das provas em um involucre lacrado e rubricado pelo autor, serão guardadas em uma caixa, que terá duas chaves, que ficarão em poder dos membros da comissão fiscalisadora.

Art. 13. No dia immediato ao da prova escripta reunir-se-ha a comissão julgadora e perante ella, depois de aberta com todas as formalidades a caixa contendo as provas escriptas, procederão os candidatos à leitura das mesmas, na ordem da inscrição.

A' medida que se effectuar a leitura, será ella fiscalisada pelo candidato immediato e a do ultimo pelo primeiro.

No caso de só haver um candidato, será sua prova fiscalisada pelo membro do conselho mais moderno do serviço activo do corpo.

Art. 14. Depois da leitura da prova escripta e em sessão secreta, procederá a comissão ao julgamento dos candidatos, que será feito por votação nominal e segundo a ordem da inscrição dos mesmos, devendo cada juiz escrever em uma cedula por elle assignada, o nome do candidato e o numero de pontos correspondente à nota que julgar merecida.

Art. 15. O n. 1 corresponderá à nota má, os ns. 2, 3 e 4 à soffrivel, os ns. 5, 6 e 7 à boa, o n. 8 à muito boa e o n. 9 à optima.

Art. 16. Logo que for conhecido o numero resultante da somma dos pontos que obtiver cada candidato, será o dito numero proclamado.

Art. 17. Os candidatos, cujas votações sommadas não attingirem o n. 18, serão considerados inhabilitados, e os que obtiverem de 18 para cima serão classificados conforme o numero de pontos a que attingirem.

Art. 18. Quando occorrerem circumstancias de força maior, independentes da vontade de qualquer dos candidatos e que opponham impedimento ao seu comparecimento ao concurso, este poderá ser adiado até oito dias, si o candidato impedido por aquella forma o requerer.

Paragrapho unico. Si o candidato fôr dasquellas condições deixar de comparecer ou retirar-se do concurso, será considerado como tendo desistido deste.

Art. 19. Apurada a votação, o medico que servir de secretario organizará a relação dos candidatos classificados e não classificados, na ordem do maior numero de pontos que houverem os mesmos obtido, e transcreverá esta relação na acta, juntamente com as occurrencias havidas durante o concurso.

Paragrapho unico. A referida relação, assignada por todos os membros do conselho de julgamento, será remettida ao chefe do Estado-Maior General da Armada pelo inspector geral do serviço sanitario, que a fará acompanhar das considerações que julgar opportunas.

CAPITULO II

DO CONCURSO PARA ADMISSÃO DE PHARMACEUTICOS

Art. 20. Os candidatos ao logar de pharmaceuticos de 3ª classe do Corpo de Saude da Armada, depois de preenchidas as condições do art. 72 do regulamento do Corpo de Saude, prestarão, pela forma abaixo especificada, as provas de concurso, o qual versará sobre as materias seguintes:

- 1.ª Pharmacia pratica.
- 2.ª Materia medica e arte de formular.
- 3.ª Chimica pratica e analytica em suas applicações à medicina e toxicologia em geral.

Art. 21. Para cada uma dessas materias serão formulados dez pontos, em relação aos quaes se procederá do mesmo modo que o estabelecido no art. 9º.

Art. 22. Os candidatos exhibirão todas as provas praticamente e poderão ser arguidos sobre a acção, propriedade, uso das substancias medicinaes em geral e sobre appparelhos e processos empregados nos laboratorios pharmaceuticos.

Art. 23. O conselho de concurso para os pharmaceuticos será composto dos seguintes membros:

Do director do Hospital Central, como presidente; 1º e 2º medicos do Hospital de Marinha, do inspector de pharmacia, dos dous pharmaceuticos encarregados do laboratorio e da pharmacia do mesmo hospital, e mais dous pharmaceuticos do Corpo de Saude da Armada, da classe activa ou reformados; e na falta destes, por pharmaceuticos do Corpo de Saude do Exercito ou pharmaceuticos civis de reconhecida competencia.

Art. 24. O concurso dos pharmaceuticos se effectuará no Hospital Central, em um ou mais dias, conforme o numero dos concurrentes, vigorando para elle as disposições prescriptas para o concurso dos medicos, em tudo que lhes possa ser applicavel, e funcionando como secretario o mais moderno dos pharmaceuticos da Armada, que fizer parte do conselho ou que para tal fim seja designado pelo director do hospital.

Paragrapho unico. A relação de que trata o art. 19 será remettida ao inspector geral do serviço sanitario.

CAPITULO III

DO CONCURSO PARA ADMISSÃO DOS ALUMNOS PENSIONISTAS

Art. 25. Os candidatos aos logares de alumnos pensionistas só serão admittidos a concurso depois de satisfazerem as condições exigidas pelo art. 80 do regulamento do Corpo de Saude.

Art. 26. O concurso terá logar no Hospital Central, em um ou mais dias, conforme o numero dos candidatos.

Art. 27. A comissão julgadora será constituída pelo director do hospital, os dous chefes de clinica e mais dous medicos, que serão de nomeação do director.

Art. 28. As provas constarão: da observação de um doente, que será o mesmo para dous candidatos, de uma questão pratica, que, sendo commun a todos, será tirada á sorte pelo primeiro inscripto. Esta questão poderá ser substituída pela applicação de um aparelho.

Art. 29. Cada candidato terá meia hora para observar o doente, meia hora para escrever a observação e duas horas, no maximo, para desenvolvimento da questão da segunda prova.

Art. 30. Findas as provas, retirar-se-hão os candidatos e a comissão de julgamento procederá á votação de accordo com o estabelecido para o concurso de medicos e pharmaceuticos, e remetterá a lista dos candidatos ao inspector geral do serviço sanitario.

Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, 7 de abril de 1893.—*Custodio José de Mello.*

Instruções para admissão dos praticos de pharmacia e dos enfermeiros

PARA PRATICOS DE PHARMACIA

Art. 1.º Os pretendentes aos logares de praticos de pharmacia, depois de satisfazerem as condições estabelecidas no art. 84 do regulamento do Corpo de Saude, terão de soffrer um exame, a fim de poderem ser admittidos.

Art. 2.º O exame, que será exclusivamente pratico, consistirá:

1.º Na preparação das formulas apresentadas em numero sufficiente para verificar si os candidatos são capazes de preparar pomadas, pilulas, infusões, decocções, etc. ;

2.º No reconhecimento das substancias vegetaes, mineraes e animaes, que entram no preparo dos remedios ;

3.º Na dosagem dos remedios e nas suas incompatibilidades.

Art. 3.º Os candidatos terão, para mostrar suas habilitações, os dias que a comissão julgar necessarios.

Art. 4.º A comissão julgadora será constituída por quatro membros : o inspector de pharmacia, como presidente ; os dous pharmaceuticos sub-inspectores e mais um pharmaceutico designado pelo inspector de pharmacia.

Art. 5.º No primeiro dia do exame, a comissão julgadora organisará uma lista de dez pontos, dos quaes cada um conterá diversas preparações. Dentre esses pontos, a respeito dos quaes se procederá, como para o concurso dos medicos e pharmaceuticos, cada candidato tirará á sorte um, a fim de que a prova

possa ser feita por todos ao mesmo tempo. Esta prova será fiscalizada pelos membros da comissão.

Art. 6.º Logo que estiver completada essa prova, os juizes arguirão os candidatos sobre o reconhecimento das substancias empregadas em medicina e suas incompatibilidades.

Art. 7.º Terminadas as provas, a comissão se reunirá, afim de proceder à votação, que será de accordo com o estabelecido para o julgamento dos medicos e pharmaceuticos.

Art. 8.º Em seguida à votação, o presidente enviará ao inspector geral do serviço sanitario a lista dos candidatos, na ordem de sua classificação, a qual será assignada por todos os membros da comissão. O inspector geral do serviço sanitario a remetterá, por sua vez, ao Ministro, propondo os primeiros classificados.

PARA ENFERMEIROS

Art. 9.º Para ser admittido no quadro de enfermeiros navaes é preciso, para execução completa das condições estabelecidas no art. 89 do regulamento do Corpo de Saude, mostrar-se habilitado :

1.º No conhecimento dos instrumentos mais usuaes no tratamento dos doentes, como sejam : escarificadores, pinças, tenaculos, bisturis, facas de amputação, pinças incisivas, etc;

2.º No conhecimento das peças de curativo e das substancias mais usadas no serviço ;

3.º Na applicação do thermometro, deapparelhos curativos, de injeções hypodermicas e na administração dos remedios.

Art. 10. O tempo necessario para se conhecer da aptidão dos candidatos será marcado pela comissão e não deverá ser inferior a seis dias.

Art. 11. A comissão julgadora será constituida pelos dous chefes de clinica e os dous segundos medicos do Hospital Central, e presidida pelo medico mais antigo.

Art. 12. Terminado o exame, a comissão procederá ao julgamento dos candidatos e proporá os que julgar habilitados, classificando-os. A proposta será remettida ao inspector geral do serviço sanitario, que a enviará ao Ministro.

Secretaria do Estado dos Negocios da Marinha, 7 de abril de 1893.— *Custodio José de Mello.*



DECRETO N. 1349 — DE 7 DE ABRIL DE 1893

Approva os novos estatutos da Companhia Alliança Mercantil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Alliança Mercantil,

devidamente representada, resolve approvar os seus novos estatutos, que a este acompanham e que se acham redigidos de accordo com as alterações votadas na assemblea geral de accionistas de 27 de dezembro de 1892.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 7 de abril de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.

Novos estatutos da Companhia Alliança Mercantil, a que se refere o decreto n. 1349 de 7 de abril de 1893.

CAPITULO I

DA CONSTITUIÇÃO, SÉDE, DURAÇÃO, FINS, E DISSOLUÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º Fica creada uma companhia anonyma com a denominação de Companhia Alliança Mercantil.

Art. 2.º A séde da companhia será nesta Capital Federal.

Art. 3.º O prazo de sua duração será de 30 annos, contados da data da publicação destes estatutos, podendo ser prorogado esse prazo, si a assemblea geral dos accionistas, expressamente convocada para esse fim, assim o entender e resolver.

Paragrapho unico. Antes, porém, da época fixada, pôde a companhia ser dissolvida, em qualquer dos casos verificados na lei.

Art. 4.º A liquidação da companhia, em caso de dissolução, será feita conforme determinar a assemblea geral dos accionistas, de accordo com a lei.

Art. 5.º A companhia, contraria a intuitos monopolisadores, tem por fim :

§ 1.º Explorar de conta propria ou alheia o commercio de carne secca, gorduras, molhados e cereaes.

§ 2.º Explorar por conta de terceiros o commercio de commissões de café, assucar, fumos, cereaes, e outros productos nacionaes ou estrangeiros.

§ 3.º Importar directamente do estrangeiro ou dos Estados, por conta propria ou alheia, todos os generos do seu negocio, assim como tambem exportar os mesmos productos.

§ 4.º Estabelecer armazens especiaes para ensaque e beneficio dos generos que convenham.

§ 5.º Contractar com o Governo Geral ou com os dos Estados toda a classe de fornecimentos.

§ 6.º Realisar as operações de carteira que sejam necessarias ao movimento commercial, inclusive fazer adeantamentos sobre commissões que lhe forem feitas.

CAPITULO II

DO FUNDO DA COMPANHIA, DAS ACÇÕES E DOS ACCIONISTAS

Art. 6.º O capital da companhia é de 1.500:000\$000, dividido em 15.000 acções de 100\$000 cada uma.

Art. 7.º As acções ou cautelas, depois de integralisadas, serão nominativas ou ao portador, assignadas pelo presidente e thesoureiro, e em cada uma dellas se fará expressa mensão do valor nominal que representar.

Art. 8.º Cada acção é indivisivel com relação à companhia, a qual não reconhecerá mais de um proprietario para cada uma acção.

Art. 9.º A transferencia das acções só póde effectuar-se no escriptorio da séde da companhia, por termo assignado pelo cedente e cessionario, ou procuradores com poderes especiaes para o acto.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 10. A companhia será administrada por uma directoria composta de quatro membros eleitos de tres em tres annos, devendo cada director, antes de empossado do cargo, caucionar 50 acções á sua gestão.

§ 1.º Os directores assim eleitos escolherão entre si: presidente um, thesoureiro e secretario um e gerentes dous.

§ 2.º Durante todo o tempo de sua gestão e até serem approvadas as contas relativas ao periodo de sua administração, cada director é obrigado a caucionar a responsabilidade de sua gestão, com o numero de acções fixadas neste artigo, cuja caução se fará por termo no livro de registro.

§ 3.º Os membros da directoria poderão ser reeleitos.

§ 4.º Não poderão exercer conjunctamente o cargo de director, pae e filho, sogro e genro, irmão e cunhado durante o cunhado, e parentes por consanguinidade até ao 2º grão.

§ 5.º A falta de qualquer director será supprida por escolha dos demais directores de entre os accionistas elegiveis até á reunião da assembléa geral, observando-se o disposto na primeira parte do § 2º deste artigo.

§ 6.º Cada director vencerá o honorario de 6:000\$ annuaes pagos mensalmente, e os que occupam os logares de gerentes, 12:000\$ annuaes, pagos da mesma forma.

Art. 11. O presidente é o órgão da directoria e como tal compete-lhe :

§ 1º, superintender diariamente todos os serviços da administração ;

§ 2º, executar e fazer executar todas as deliberações da assembléa e da directoria, tomadas em sessão ;

§ 3º, representar a companhia em Juizo ou fóra d'elle ;

§ 4º, presidir as sessões da directoria ;

§ 5º, convocar ordinaria ou extraordinariamente a assembléa geral dos accionistas ;

§ 6º, aceitar conjunctamente com o thesoureiro as obrigações da companhia ;

§ 7º, manter e assignar a correspondencia commercial da companhia, contractos, balancetes, assim como pôr o — Pague-se — em todas as dividas da companhia.

Art. 12. Compete ao director thesoureiro e secretario :

§ 1º, ter sob sua guarda e unica responsabilidade todos os dinheiros da companhia, organisando mensalmente um balancete no qual demonstrará o estado geral da caixa a seu cargo, cujo balancete será apresentado na 1ª sessão de cada mez da directoria, e bem assim de tres em tres mezes um balancete que será apresentado ao conselho fiscal até á 2ª quinzena seguinte para pôr o visto e exame ;

§ 2º, depositar em bancos escolhidos pela directoria para banqueiros da companhia, todas as quantias que forem recebidas ;

§ 3º, pagar todas as contas e obrigações da companhia ;

§ 4º, receber, dar quitação, inclusive em cofres publicos, em Juizo ou fóra d'elle, por toda e qualquer quantia de que seja a companhia credora por letras, contas e titulos de qualquer natureza ;

§ 5º, aceitar conjunctamente com o presidente os titulos de responsabilidade da companhia ;

§ 6º, lavrar em livro apropriado as actas das sessões da directoria ;

§ 7º, ter sob sua direcção a inspecção do archivo da companhia ;

§ 8º, ter sob sua inspecção o livro das transferencias das acções, titulos exercidos pelo decreto de 17 de janeiro de 1890 ;

§ 9º, organizar procurações conjunctamente com o presidente para execução de qualquer mandato da directoria,

Art. 13. Aos directores gerente competes :

§ 1º, dirigir todo o movimento de compras e vendas da companhia, sempre de commum accordo com os demais directores ;

§ 2º, visar todas as contas e mais documentos das compras que fizerem e propor á directoria todas as medidas e providencias necessarias ao bom andamento dos negocios da companhia ;

§ 3º, dirigir o serviço diario externo das operações da companhia, auxiliando-se mutuamente.

Art. 14. São attribuições da directoria :

§ 1º, resolver ácerca do commissio das acções ;

§ 2º, organizar o regulamento interno, dirigir a escripturação e todos os negocios da companhia e deliberar sobre todos os assumptos de interesse social, ouvindo quando houver divergencia o conselho fiscal que deliberará por maioria de votos conjunctamente com a directoria;

§ 3º, nomear, suspender e demittir os empregados necessarios ao serviço do escriptorio central e dos armazens da companhia e marcar-lhes os respectivos ordenados e gratificações;

§ 4º, os directores poder-se-hão substituir mutuamente nos casos de impedimento transitorio, nunca excedente de 30 dias, salvo força maior a juizo da directoria.

CAPITULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 15. O conselho fiscal compõe-se de tres membros e outros tantos supplentes, eleitos pela assembléa geral nas sessões ordinarias.

§ 1.º O mandato dos fiscaes durará um anno, mas poderá ser renovado.

§ 2.º As funcções do conselho fiscal serão retribuidas com a quantia de 100\$ mensaes a cada um dos seus membros.

Art. 16. Ao conselho fiscal compete examinar, sempre que julgar conveniente, a escripturação da companhia, e tambem os balancetes apresentados pela directoria, pelo menos em cada tres mezes, nos quaes lançará seu — visto.

Art. 17. Durante o trimestre que preceder a reunião da assembléa geral ordinaria o conselho fiscal procederá ao competente exame da escripturação da companhia afim de dar o seu parecer.

Art. 18. O conselho fiscal poderá convocar extraordinariamente a assembléa geral, quando entender que occorrem motivos urgentes e a convocação for recusada pela directoria.

Art. 19. Quando qualquer membro do conselho fiscal deixar de comparecer ás sessões para que for convidado por tres vezes consecutivas, a directoria poderá julgar vago o logar e deverá chamar a substituir o 1º supplente mais votado.

CAPITULO V

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 20. A assembléa geral compõe-se de accionistas em numero legal, regularmente convocados, cujas acções estejam inscriptas em seus nomes com a antecedencia minima de 60 dias.

Art. 21. Os accionistas podem fazer-se representar em assembléa geral por seus procuradores bastantes, que sejam igualmente accionistas. Cada procurador poderá representar mais de um constituinte.

Art. 22. A assembléa geral é installada pelo director presidente e, na falta, por qualquer dos outros directores.

Em seguida é nomeado por aclamação o presidente da assembléa, o qual designará os secretarios.

Art. 23. A reunião ordinaria é convocada com antecedencia de 15 dias e a extraordinaria com a de oito dias, por meio de annuncios respectivos.

§ 1.º Na reunião ordinaria delibera-se sobre o relatorio, contas da administração e parecer do conselho fiscal, assim como sobre qualquer assumpto que interesse á companhia.

§ 2.º Nas extraordinarias só se delibera o assumpto que a motivar, constante da ordem do dia, declarada em annuncios de convocação.

Art. 24. As deliberações da assembléa serão tomadas por maioria absoluta de votos.

Art. 25. A assembléa entende-se regularmente constituida quando concorrerem accionistas que representem um quarto do capital social. Todavia, nos casos do § 4º do art. 15 do decreto de 17 de janeiro de 1890, é necessario que se achem assim representados dous terços do capital.

Paragrapho unico. As deliberações das assembléas, accordes com os estatutos e a lei, obrigam todos os accionistas, ainda que ausentes ou dissidentes.

Art. 26. A reunião da assembléa geral terá logar até ao ultimo dia do mez de abril de cada anno.

Art. 27. A ordem da votação é de um voto por dez acções, até duzentas, que terão vinte votos. Além deste numero de votos, nenhum mais contará seja qual for o numero de acções que o accionista possuir, ou representar por procuração.

Paragrapho unico. Podem assistir, propôr, discutir, mas não votar em assembléa geral, os accionistas de menos de 10 acções.

Art. 28. Compete á assembléa geral:

§ 1º, resolver acerca de todos os negocios sociaes;

§ 2º, eleger os membros que devem compôr a directoria, findo o prazo do mandato dos designados nestes estatutos, ficando, depois de terminado o mandato destes directores, a directoria reduzida a tres directores;

§ 3º, deliberar sobre qualquer proposta iniciada pela directoria ou por qualquer accionista;

§ 4º, reformar os presentes estatutos ou alteral-os, achando-se para isso legalmente constituida;

§ 5º, exercer todos os actos previstos nestes estatutos, e bem assim tomar deliberação sobre os casos omissos ou imprevistos, respeitando as prescripções da lei que regula as sociedades anonyms;

§ 6º, resolver os conflictos entre directores.

CAPITULO VI

DO FUNDO DE RESERVA E DOS DIVIDENDOS

Art. 29. O fundo de reserva é tirado dos lucros liquidos de cada semestre, na conformidade do art. 31.

§ 1.º Este fundo é exclusivamente destinado a fazer face ao desfalque do capital social e para o substituir.

§ 2.º Desde que o fundo de reserva attingir á cifra de mil contos de réis (1.000:000\$), a verba destinada a este fim reverterá em favor dos dividendos.

Art. 30. Dos lucros liquidos serão tirados 10 % para fundo de reserva, 5 % para lucros suspensos, 75 % para dividendos aos accionistas e 10 % para serem distribuidos em partes iguaes pelos incorporadores ou seus herdeiros e successores, durante a existencia da companhia.

Art. 31. Para repartição de dividendos a directoria fará annunciar pelos jornaes, declarando a quantia por acção ou porcentagem equivalente a ella.

Art. 32. Os dividendos não reclamados não obrigam a companhia a pagamento de juros e prescreverão, dentro do prazo de tres annos, em beneficio do fundo de reserva.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 33. De accordo com o decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890, art. 10, são nomeados para a administração, como directores effectivos, nos primeiros cinco annos, os accionistas :
José Rodrigues de Azevedo Machado.

Domingos José Dias Pereira.

José Marcos Nunes Belfort.

Miguel de Pino Machado.

Art. 34. Semelhantemente, o primeiro conselho fiscal será constituído pelos accionistas, que forem eleitos pela primeira assembléa ordinaria, visto terem sido reduzidos a tres os cinco membros em exercicio.

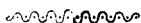
Art. 35. Desde que o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil tenha necessidade de comprar cereaes e xarque para soccorros publicos, a companhia concederá uma vantagem de 5 % dos preços por que vender na occasião.

Art. 36. Em observancia do art. 5º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890, a primeira assembléa geral para constituição da companhia deliberará que todas as despesas strictamente necessarias á sua fundação corram por conta da companhia.

Art. 37. Todos os casos omissos nestes estatutos serão regulados pelo decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

Os abaixo assignados, incorporadores, declaram estar de per feito accordo com as estipulações dos presentes estatutos, na parte que lhes é referente, para todos os effeitos legaes, assignando os mesmos com os subscriptores de acções, declarando estes ultimos que reconhecem e acceitam a responsabilidade que lhes é attribuida pela lei e força destes estatutos, que approvam para todos os legaes effeitos.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1892.— *José Rodrigues de Azevedo Machado.*—*Domingos José Dias Pereira de Almeida.*—*J. M. N. Belfort.*—*Pinheiro Valle Sobrinho.*—*Araujo Goulart.*



DECRETO N. 1350 — DE 15 DE ABRIL DE 1893

Crea mais dous batalhões de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Atalaia, no Estado das Alagoas

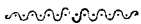
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Ficam creados no commando superior da Guarda Nacional da comarca de Atalaia, no Estado das Alagoas, mais dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 46° e 47°, os quacs serão organisados, o primeiro com os guardas qualificados no municipio da Parahyba e o segundo com os guardas qualificados no municipio de Atalaia; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de abril de 1893, 5° da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1351 — DE 15 DE ABRIL DE 1893

Crea um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

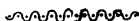
Artigo unico. Fica creado na comarca de Maroim, no Estado de Sergipe, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes

do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 56º, o qual será organizado com os guardas do mesmo serviço qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1352 — DE 15 DE ABRIL DE 1893

Crea um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na capital de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na capital do Estado de Sergipe um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes, com quatro baterias e a designação de 2º, o qual será organizado com os guardas qualificados para o mesmo serviço nos districtos da referida capital; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1353 — DE 15 DE ABRIL DE 1893

Proroga por um anno o prazo de dous annos, marcado no decreto n. 1177, de 17 de dezembro de 1890, autorisando o lançamento de cabos submarinos e terrestres entre a Capital Federal e a cidade de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o cidadão José Cordeiro da Graça Junior, autorizado, pelo decreto n. 1177, de 17 de dezembro de 1890, a lançar diversos cabos, submarinos e terrestres, entre a

Capital Federal e a cidade de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro:

Resolve prorogar por um anno, contado desta data, o prazo de dous annos, marcado na clausula 5ª das que baixaram com o supracitado decreto n. 1177, para começo das respectivas obras, ficando o concessionario obrigado a empregar no interior desta cidade exclusivamente conductores subterraneos.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 15 de abril de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.



DECRETO N. 1354—DE 20 DE ABRIL DE 1893

Crea na comarca de Juiz de Fôra, no Estado de Minas Geraes, mais tres battalhões de guardas nacionaes, sendo um de infantaria, um de artilharia e um da reserva.

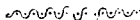
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Juiz de Fôra, no Estado de Minas Geraes, mais tres battalhões, sendo um de infantaria, um de artilharia e um da reserva, com quatro companhias cada um e as designações de 176ª, 1ª e 102ª, os quaes serão organisados com os guardas nacionaes qualificados na mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1355 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de S. João Nepomuceno, no Estado de Minas Geraes, mais dous batalhões de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes, com quatro companhias cada um e as designações de 177º e 178º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1356 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Porto Feliz, no Estado de S. Paulo.

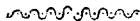
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Porto Feliz, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo sob n. 184, de um batalhão da reserva sob n. 93, com quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 78º, ora creados, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1357 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Itapira, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Itapira, no Estado de S. Paulo, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 182º e 183º, de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 92º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 77º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1358 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 34:808\$252, para occorrer ás despezas com o pessoal da Repartição da Policia e com os vencimentos dos magistrados do Estado da Parahyba, durante o periodo anterior á reorganisação definitiva desses serviços.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação contida no art. 4º das disposições transitórias da Constituição e § 1º do art. 2º da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, que mandou vigorar a disposição do art. 4º, n. 4, da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de trinta e quatro contos oitocentos e oito mil duzentos cincoenta e dous réis (34:808\$252), para occorrer ao pagamento das despezas com o pessoal da Repartição da Policia, na importancia de 2:253\$330, e com os vencimentos que, na de 32:554\$922, competem aos magistrados do Estado da Parahyba, de 1 de janeiro a 28 de fevereiro ultimos, data da definitiva organização da Justiça estadual.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1359 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Manda observar o regulamento para as funções dos corretores de fundos publicos e operações da Bolsa.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Considerando que é da maior conveniencia regular as funções dos corretores de fundos publicos e as operações da Bolsa, de modo a proporcionar inteira segurança aos que recorrem ao officio de taes intermediarios, e imprimir um cunho de firmeza e exactidão ás cotações dos titulos, letras de cambio e especies metallicas ;

Considerando que o mecanismo e systema de organização estabelecidos no decreto de 26 de julho de 1851, e actos posteriores, para o officio dos corretores de fundos e negociações da Bolsa, já não se coadunam com o grande desenvolvimento das operações da praça desta Capital Federal :

Resolve mandar que se observe o regulamento annexo ao presente decreto.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim : faça executar.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.

Regulamento para os corretores de fundos publicos da Praça da Capital Federal

TITULO I

DA ORGANIZAÇÃO

CAPITULO I

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO, INVESTIDURA, SUSPENSÃO E PERDA DO CARGO

Art. 1.º O cargo de corretor de fundos constitue um officio publico.

Art. 2.º Para ser corretor de fundos publicos é essencial :

- a) Ser cidadão brasileiro ;
- b) maior de 25 annos ;
- c) estar no goso pleno dos direitos civis e politicos.

Art. 3.º Não podem ser corretores :

- a) os que não podem ser commerciantes ;
- b) as mulheres ;
- c) os corretores destituídos nos termos do art. 14 deste decreto ;
- d) Os fallidos não rehabilitados e os rehabilitados, quando a quebra houver sido qualificada culposa ou fraudulenta.

Art. 4.º Os corretores de fundos publicos são de nomeação do Presidente da Republica, por decreto expedido e referendado pelo Ministro da Fazenda.

Art. 5.º Antecedem à nomeação :

- a) proposta da Camara Syndical ;
- b) prestação da caução.

Art. 6.º A proposta da Camara Syndical deve ser instruida :

- a) com a certidão de idade do pretendente ;
- b) com attestado da autoridade policial da circumscripção do domicilio do candidato, de ter este residencia por mais de um anno na Capital Federal ;
- c) com certificado, devidamente authenticado pelo reconhecimento da firma, de haver o pretendente praticado, por tempo nunca menor de dous annos, em escriptorio de corretor de fundos publicos, ou funcionado em casa bancaria, ou commercial de grosso trato, na qualidade de guarda-livros ou socio gerente ;
- d) com folha corrida.

Art. 7.º A caução que deve prestar o candidato antes de obter a nomeação e de lhe ser passada a patente de corretor consiste em :

- a) deposito da quantia de cincoenta contos de réis no Thesouro Nacional, a titulo de fiança ;
- b) prestação de vinte contos de réis, para o cofre que fica especialmente creado para garantir a responsabilidade dos corretores entre si, e que será administrado e fiscalizado pela Camara Syndical.

Art. 8.º A fiança do corretor só pôde consistir em dinheiro, apolices da divida publica da União, letras do Thesouro, letras hypothecarias, hem cotadas, de bancos de credito real com séde no Districto Federal.

Art. 9.º A prestação para o cofre do fundo de garantia deverá ser feita em moeda corrente.

Art. 10. Antes de entrar em exercicio deve o corretor :

- a) fazer-se inscrever na repartição competente para pagamento do imposto de sua profissão ;
- b) tomar perante o syndico compromisso de desempenhar suas funcções com probidade e de accordo com as leis em vigor ;
- c) exhibir, para serem paginados e rubricados pelo syndico e registrados na Camara Syndical, o caderno manual e o protocollo.

Art. 11. O corretor pôde ser suspenso :

- a) pela Camara Syndical, com recurso para o Ministro da Fazenda, por tempo não excedente de um mez ;
- b) pelo Ministro da Fazenda, sem recurso, até tres mezes.

Art. 12. A Camara Syndical impõe a suspensão *ex-officio* ou mediante queixa, devidamente instruida com documentos ou

justificação, que demonstrem falta ou erro de officio commettidos pelo corretor.

Art. 13. A suspensão pôde ser imposta *ex-officio* :

a) si o corretor não tiver em estado de integridade a fiança depositada no Thesouro ;

b) si der-se redução na importancia recolhida ao cofre do fundo de garantia ;

c) si o corretor constituir-se em móra na liquidação de negociações a prazo em que haja figurado como intermediario ;

d) si achar-se em atraso do pagamento do imposto de industrias e profissões.

Paragrapho unico. Reputa-se constituido em móra o corretor que não liquidar qualquer negociação a prazo, no dia seguinte ao do vencimento deste, fixado de accordo com o regimento dos corretores.

Art. 14. Incorre o corretor na perda do cargo, com inhabilitação para nova nomeação :

a) si for condemnado, por sentença passada em julgado, em crime de falsidade, estellionato, furto e roubo, ainda quando agraciado com perdão ;

b) si fizer reverter em proveito proprio a transacção em que figurar como intermediario.

Art. 15. Incorre na perda do cargo, podendo ser readmittido no quadro, por nova nomeação, o corretor que não integrar a fiança e o fundo de garantia dentro de tres mezes da data da suspensão a que se refere a lettra a) do art. 13.

Verificado o lapso do tempo pela Camara Syndical, levará esta o facto ao conhecimento do Ministro da Fazenda, de quem solicitará a destituição do corretor.

Art. 16. A fiança responde :

a) pela execução e liquidação das operações em que o corretor for intermediario, para entrega e pagamento do que houver vendido e comprado ;

b) pelas multas em que incorrer o corretor ;

c) pelas indemnisações que for condemnado a prestar, em virtude de sentença do Poder Judiciario.

Art. 17. O fundo de garantia responde precipuamente, para com os outros corretores, e subsidiariamente para com os committentes, pela liquidação das negociações effectuadas.

Art. 18. Sómente depois de liquidada pela fiança toda a responsabilidade do corretor, poderá o restante da importancia da mesma fiança ser objecto de acções, sequestros e arrestos para solução e garantia de dividas particulares do corretor.

Art. 19. A fiança não poderá ser levantada antes de decorridos seis mezes da exoneração do corretor ou de seu fallecimento.

Findo este prazo, se considerará prescripta a responsabilidade do corretor, salvos os casos em os quaes, segundo direito, não corre o tempo para a prescripção.

Art. 20. A Camara Syndical, quando occorrer o fallecimento ou exoneração de qualquer corretor, mandará publicar a vaga, du-

rante trinta dias, nos boletins commerciaes e affixar editaes no recinto da Bolsa, chamando os interessados em transacções em que houvesse intervindo o corretor a virem liquidal-as no prazo de seis mezes.

Findo o prazo, a Camara Syndical expedirá em favor dos herdeiros e seus representantes, ou dos interessados, requisitoria ao Ministro da Fazenda para levantamento da fiança depositada no Thesouro.

Art. 21. Em igual prazo pôde a Camara Syndical fazer restituir aos herdeiros, no caso de fallecimento do corretor, ou ao proprio corretor, no de exoneração deste, a importancia da prestação recolhida ao fundo de garantia, na hypothese de achar-se o mesmo fundo *re-integra*, ou o que restar delle, no caso de haver tido a applicação prevista no art. 17.

Art. 22. Occorrendo vaga de officio de corretor, o syndico procederá immediatamente á arrecadação de todos os livros e papeis pertencentes ao mesmo e ao exame do estado em que se acharem, na presença das partes interessadas e de duas testemunhas, e levará o facto ao conhecimento do Ministro da Fazenda.

Art. 23. Os livros e papeis arrecadados pelo syndico, na hypothese do artigo antecedente, serão examinados pela Camara Syndical, na sua primeira reunião; do exame se fará declaração na acta da sessão e bem assim de se haver resolvido guardar os livros e papeis no archivo, para serem entregues ao corretor que for provido no officio vago.

Art. 24. A vaga do officio de corretor será preenchida temporariamente, para os effeitos de fazer operações e expedir certidões das escripturadas pelo corretor demissionario, suspenso ou fallecido, por um dos membros da corporação que a Camara Syndical designar.

Art. 25. Si a vaga occorrer por molestia incuravel ou por fallecimento do corretor, será permittido á Camara Syndical propor, de preferencia a outrem, um filho do corretor para substituto no officio, dada a igualdade de circumstancias, quanto á idoneidade.

Art. 26. Em tal caso, a Camara exigirá a apresentação dos documentos a que se refere o art. 6º e, julgando idoneo o substituto, fará ao Ministro da Fazenda proposta para a nomeação, preenchidas as condições exigidas no art. 5º.

CAPITULO II

COMPETENCIA, EXERCICIO, RESPONSABILIDADE

Art. 27. São da competencia exclusiva dos corretores de fundos publicos:

- a) a compra, a venda e a transferencia de quaesquer fundos publicos nacionaes ou estrangeiros;
- b) a negociação de letras de cambio e de emprestimos commerciaes;

c) a de títulos susceptíveis de cotação na Bolsa, segundo o boletim da Camara Syndical;

d) a compra e venda de metaes preciosos amoedados, ou em barra.

Art. 28. São nullas, de pleno direito, as negociações dos títulos a que se refere o artigo antecedente, feitas por pessoas extranhas á corporação dos corretores.

Paragrapho unico. Esta disposição não comprehende as negociações realisadas entre o comprador e o vendedor directamente, sem intermediario, e fóra da Bolsa.

Art. 29. As pessoasque exercitarem, sem a investidura do cargo de corretor, as funcções mencionadas no art. 26, incorrerão no art. 224 do Código Penal, soffrerão multa igual ao triplo da corretagem recebida e ficarão inhabilitadas para o cargo de corretor.

Art. 30. O corretor de fundos publicos, que assignar notas de transacções que não haja effectuado, incorrerá na multa de um a dous contos de réis, em suspensão pelo tempo de seis mezes e responderá pela negociação, como si a houvesse pessoalmente realisado.

Art. 31. O corretor que reincidir no facto de que trata o artigo antecedente será destituido, mediante representação da Camara Syndical, ou queixa, devidamente instruida, de qualquer corretor de fundos.

Art. 32. O corretor não poderá encarregar-se de operação alguma, sem ordem escripta dos committentes.

A ordem dada ao corretor não o autorisa a operar, em nome do committente, além do dia em que foi dada, salvo declaração expressa em contrario.

Art. 33. O corretor fica definitivamente autorizado a operar em nome e por conta do committente, desde que receber do mesmo ordem escripta acompanhada dos fundos destinados a satisfazerem a importancia da negociação, ou dos títulos a negociar.

Art. 34. Opera o effeito do art. 33 a prestação por parte do committente de quantia dada em segurança da negociação, ou a de títulos em caução, sendo neste ultimo caso a entrega dos títulos acompanhada de autorização para transferencia á ordem do corretor.

Art. 35. O corretor que deixar de dar cumprimento á ordem de compra e venda, devidamente transmittida e acceita, responderá perante o committente pelos prejuizos resultantes da não execução da operação, salvo prova de força maior.

Art. 36. Occorrendo o caso do artigo antecedente, o committente levará o facto ao conhecimento da Camara Syndical; esta, examinando a reclamação, executará a ordem não cumprida e cobrará, para a parte, do corretor omisso a differença da cotação dos títulos entre a data da ordem e a da sua execução.

Art. 37. O corretor que for omisso em dar execução a uma ordem devidamente transmittida, nos termos do art. 33, e por elle acceita, responderá perante o committente pelos lucros

cessantes e damnos emergentes e incorrerá em suspensão pelo tempo de tres mezes, verificando-se que a omissão foi devida a má fé.

Art. 38. Reputar-se-ha originada de má fé a omissão a que se referem os arts. 33, 34 e 35, sempre que com ella auferir o corretor provento de qualquer especie.

Art. 39. O committente que retirar a ordem dada e aceita, antes do prazo convencionado para a operação, pagará integralmente a corretagem, como si a ordem houvesse sido executavel.

Art. 40. O committente que, já tendo recebido do corretor encarregado da operação a nota de haver sido a mesma executada, deixar de fazer boa a transacção e a fizer por intermedio de outro corretor, será obrigado a pagar a corretagem ao primeiro corretor e responderá por perdas e damnos perante a parte com quem o mesmo corretor houver tratado.

A requerimento do corretor poderá affixar-se na Bolsa o nome do committente remisso com um resumo da operação.

Paragrapho unico. Provando-se que houve dolo para fraudar o corretor, será o committente obrigado a pagar o decuplo da corretagem devida pela operação.

Art. 41. O committente que deixar de cumprir um contracto de corretor, sem aviso prévio, responderá integralmente pela transacção, que em virtude de sua ordem escripta e de conformidade com ella houver realisado o corretor.

Este, em tal caso, revenderá os titulos, que houver adquirido para o committente e que este não tiver pago, ou restituirá o preço da venda dos que não houverem sido fornecidos pelo committente.

Em todo caso, responderá este pelos prejuizos que de sua falta resultarem.

Art. 42. Nas negociações de letras e papeis endossaveis é o corretor obrigado a entregar ao tomador os titulos e ao cedente a importância ajustada dos mesmos.

Art. 43. O corretor que realisar operações de cambiaes e descontos, sobre metaes preciosos e empréstimos commerciaes, deverá exhibir, no mesmo dia e até á hora de encerrar-se a Bolsa, as suas notas para a cotação, sob pena de incorrer na multa de um a cinco contos de réis.

Art. 44. O corretor que negociar letras, titulos e quaesquer valores pertencentes a pessoas cujo estado de fallencia, ulteriormente declarada, seja notorio, incorrerá em suspensão por trinta dias e em multa de um conto de réis.

Art. 45. Si, na hypothese do artigo antecedente, provar-se que o corretor procedeu com má fé, sendo connivente com o committente, no intuito de angariar lucros para este, ou de auferir proventos para si proprio, será destituido e inlemnisará, pela fiança e pelo patrimonio particular, na insufficiencia daquella, as perdas e damnos que resultarem da operação para os adquirentes dos titulos e possuidores das letras não pagas.

Art. 46. O corretor que houver entregado, em liquidação de operação, um titulo irregular, amortisado, embargado, perdido

ou furtado e incluído no boletim official dos titulos cuja transfe-rencia estiver suspensa ou impedida, por qualquer fundamento legal, será obrigado a fornecer outro titulo, dentro de tres dias, a contar da reclamação, e responderá pelas perdas e damnos resultantes do facto.

Art. 47. Sempre que este decreto declara o corretor responsavel por perdas e damnos, não pôde o mesmo ser obrigado a elles sinão em virtude de sentença condemnatoria obtida pelos meios ordinarios.

Art. 48. O corretor deve guardar segredo sobre os nomes dos committentes; para mencional-os faz-se precisa autorisação destes por escripto ou que a natureza da operação o exija.

Art. 49. A Camara Syndical, sempre que instituir exame sobre o caderno manual, o protocollo e demais livros do corretor, é obrigada, debaixo de segredo profissional, a guardar sigillo sobre os nomes dos committentes de operações correntes nelles in-scriptas.

Art. 50. As negociações de Bolsa não assentam sinão sobre quantidades, sem especificação dos numeros dos titulos, salva a hypothese do art. 56.

Art. 51. É vedado aos corretores, sob pena de destituição do cargo, além das mais em que possam incorrer :

a) formarem entre si associação particular para operações de sua profissão ;

b) fazerem toda a especie de negociação e trafico directo ou indirecto, debaixo do seu ou de alheio nome e contrahirem socie-dade de qualquer denominação ou classe que seja ;

c) adquirirem para si, ou para pessoa de sua familia, cousa cuja venda lhes houver sido incumbida, e venderem as que lhes pertencerem, quando tenham ordem de comprar da mesma especie ;

d) encarregarem-se de cobranças ou pagamentos por conta alheia, salvo no caso de liquidação de seus contractos ;

e) exercerem cargos de administração ou fiscalização de socie-dades anonymas.

Art. 52. Os corretores são obrigados a dar aos committentes recibos dos fundos e dos valores que lhes forem confiados.

Art. 53. Todo corretor deve ter os seguintes livros :

a) um caderno manual aberto, numerado, encerrado e rubricado pela Camara Syndical ;

b) um protocollo aberto, numerado, encerrado e rubricado pela Junta Commercial.

Art. 54. No caderno manual deverão ser lançadas, apenas concluidas, as transacções realisadas pelo corretor ou por seu proposto, com toda a clareza e individuação, afim de proporcionar noção exacta da operação realisada.

Art. 55. No protocollo deverão ser diariamente lançados os assentos do caderno manual, por cópia litteral, por extenso e sem emendas, rasuras, entrelinhas, transposições e abreviaturas, guardada a ordem de numeração sob a qual estiverem as opera-ções escripturadas no caderno manual e mencionando-se os

nomes do comprador, do vendedor, a natureza, o preço, o prazo e todas as condições das operações.

Art. 56. Nos assentos das negociações de letras de cambio deverá o corretor mencionar as datas, os termos das mesmas, os vencimentos, as prazos onde e sobre as quaes forem sacadas, os nomes dos sacadores, endossantes e pagadores, e as estipulações relativas ao cambio, si as fizer.

Nas negociações de titulos ao portador deverá declarar não somente a natureza do titulo, mas ainda a serie e os numeros, si os committentes o exigirem e indemnizarem o trabalho.

Art. 57. O protocollo terá as formalidades exigidas para os livros dos commerciantes no art. 13 doCodigo do Commercio, sob pena de não terem fô os assentos nelle lançados.

Art. 58. Os livros dos corretores, que se acharem escripturados na fôrma dos arts. 54, 55, 56 e 57 supra, sem vicio nem defeito, terão fô publica.

Art. 59. O corretor, cujos livros forem achados sem as formalidades do art. 53 e sem as declarações mencionadas nos arts. 54 a 57, será obrigado a indemnisar as partes dos prejuizes, que dahi lhes resultarem, multado em quantia correspondente á quarta parte da fiança e suspenso por tempo de tres mezes.

No caso de reincidencia, ser-lhe-ha imposta multa na importancia de metade da fiança e perderá o officio.

Prozada a fraude, perderá toda a fiança.

Presume-se a fraude sempre que nas operações de cambio não forem mencionados nos livros os nomes de committentes de reconhecida idoneidade ou quando taes operações não estiverem escripturadas no protocollo.

Art. 60. Os livros não escripturados em fôrma regular e não revestidos das formalidades legais não fazem prova em Juizo em favor do corretor.

Art. 61. O exame parcial dos livros do corretor terá logar, por ordem da Camara Syndical, sempre que se originarem duvidas ou ventilar questão sobre operações de Bolsa em que o mesmo corretor houver funcionado.

O exame geral somente poderá ter logar nos casos do art. 19 doCodigo do Commercio, do art. 23 deste decreto e sempre que a Camara Syndical julgar necessario tal exame para apurar os casos regidos pelos arts. 30, 35 a 38.

Art. 62. A recusa de exhibição dos livros, ordenada por autoridade competente e nos casos do art. 61, sujeitará o corretor á applicação do disposto no art. 20 doCodigo do Commercio.

Art. 63. Os livros do corretor, quando arrecadados pela Camara Syndical, serão, na hypothese do art. 26 deste decreto, entregues ao successor no officio; fôrta deste caso, serão guardados pela Camara Syndical em seu archivo.

Art. 64. As certidões extrahidas dos livros com referencia á folha em que os actos se acharem escripturados, sendo pelos corretores subscriptas e assignadas, terão fôrça de instrumento publico para prova dos contractos respectivos.

Art. 65. O corretor, que passar certidão contra o que constar dos seus livros, incorrerá nas penas do crime de falsidade, perderá a fiança por inteiro e será destituído.

Art. 66. O corretor é pessoalmente responsável para com o outro corretor com quem operar, e para com o seu committente, pela entrega dos títulos vendidos e pelo pagamento do que houver comprado, nas negociações à vista.

Não subsistirá a responsabilidade do corretor, si o committente consentir em declarar o seu nome, quando der a ordem para a negociação.

Art. 67. A responsabilidade do corretor é restricta à execução da negociação e não às consequências desta, desde que os títulos estiverem em forma regular, quer quanto ao direito do transferente, quer quanto às qualidades substanciaes e intrinsecas dos referidos títulos.

Art. 68. A responsabilidade do corretor é inteira e completa pela liquidação das operações feitas a prazo sempre que no acto da transacção não for revelado, de modo regular (arts. 48 e 66), o nome do committente.

Art. 69. Nas hypothèses dos arts. 66 e 67 a fiança do corretor responde pela liquidação das operações, a qual será feita pela Camara Syndical, pela maneira que for estabelecida no regimento interno dos corretores.

Art. 70. Nas operações sobre títulos nominativos, que não sejam apolices da divida publica federal, a transferencia se poderá realizar para o corretor, no caso de não querer o committente revelar seu nome, sendo tal transferencia a titulo provisorio, devendo o corretor transferir, por sua vez, dentro de oito dias, ao corretor com quem houver negociado, ou ao proprio committente deste, os títulos por termo nos livros das respectivas sociedades anonymas.

Art. 71. Os corretores são responsaveis pela authenticidade da ultima assignatura das letras e outros títulos que negociarem.

Art. 72. Na falta de acceitação ou de pagamento dos títulos pelo corretor comprador e da entrega pelo corretor vendedor, a revenda e a compra dos valores negociados pôde ser, a requerimento do corretor com o qual houver sido feita a negociação, realisada por intermedio do syndico, correndo todos os riscos por conta do corretor omisso.

Paragrapho unico. Na revenda e na compra o syndico regular-se-ha pelo regimento interno dos corretores.

Art. 73. O corretor, salvo convenção em contrario, responde perante seu committente pelo outro corretor com o qual houver contractado, quanto à liquidação da negociação.

Art. 74. Si, não havendo embaraço judicial opposto à execução da negociação feita por intermedio do corretor, este não fizer ao committente entrega dos títulos adquiridos, ou do preço dos vendidos, dentro do prazo fixado neste decreto e no regimento interno dos corretores, para a liquidação das negociações, o committente poderá pedir à Camara Syndical a prompta liquidação da operação.

Art. 75. A Camara Syndical, tomando conhecimento da operação e do fundamento que assistir á reclamação, liquidará a operação no mais breve prazo possível e expedirá ao Ministro da Fazenda requisitoria para levantamento, por conta da fiança do corretor, da quantia precisa para a aquisição dos títulos, ou entrega do preço dos vendidos, segundo o caso.

Art. 76. A requisição será acompanhada do processo que a Camara Syndical houver organizado para apurar a legalidade do fundamento da reclamação.

Art. 77. Quando chegar ao conhecimento da Camara Syndical facto de omissão de corretor em desempenho de obrigações contrahidas para com outros corretores em negociações da Bolsa, a referida Camara chamará a si a liquidação das operações, pelo fundo de garantia e de accordo com o regimento interno, tomando por base o curso médio do dia em o qual se der a verificação.

Paragrapho unico. Os creditos que por essa liquidação se apurarem em favor do corretor omissio não serão exigiveis sinão no vencimento primitivo de cada uma das operações liquidadas.

CAPITULO III

NUMERO DOS CORRETORES, ASSEMBLÉAS E ELEIÇÃO DA CAMARA SYNDICAL

Art. 78. É fixado em quarenta o numero dos corretores de fundos publicos da Capital Federal, sem prejuizo dos actuaes, fazendo-se a redução á medida que vagarem os logares.

Art. 79. Os corretores matriculados na Junta Commercial (art. 12, § 1º, do decreto n. 596 de 19 de julho de 1890) reunir-se-hão todos os annos e elegerão dentre si, por escrutinio e maioria absoluta de suffragios, uma Camara Syndical composta de um syndico e cinco membros.

Art. 80. Da eleição lavrar-se-ha uma acta em livro para esse fim destinado e della se extrahirão cópias authenticadas, que serão enviadas ao Ministro da Fazenda e á Junta Commercial.

Art. 81. Os corretores não se poderão reunir extraordinariamente, a não ser por convocação da Camara Syndical.

Art. 82. Os corretores poderão solicitar a convocação de uma assembléa geral para deliberar sobre caso urgente e de justificada gravidade occorrente no funcionamento da Bolsa e com referencia á cotação dos cursos dos títulos, das especies e dos cambios.

O pedido de convocação deve ser formulado por escripto e assignado por dous corretores em exercicio activo da profissão.

Art. 83. A assembléa geral constituir-se-ha com a maioria absoluta dos corretores e será presidida pelo syndico; as suas deliberações constarão de actas lavradas em livro proprio confiado á guarda da Camara Syndical; servirá de secretario da reunião o corretor que o syndico designar. As actas serão assi-

gnadas por todos os corretores presentes, não sendo permissivel delegação para este fim.

Art. 84. A Camara Syndical servirá por um anno, mas os seus membros poderão ser reeleitos. Será presidida pelo syndico que designará o secretario, dentre os membros da Camara.

Art. 85. A nenhum corretor é lícito eximir-se de ser membro da Camara Syndical, salvo por molestia grave e continuada, provada perante o Ministro da Fazenda e, no caso de reeleição, antes de decorrido um anno entre a antecedente e a nova nomeação.

O corretor que recusar o cargo de membro da Camara Syndical, fora dos dous casos acima referidos, pagará uma multa de um conto de réis, e si, notificado para que sirva o cargo por portaria do Ministro da Fazenda, continuar a recusar-se, será destituído do officio.

Art. 86. A Camara Syndical poderá deliberar, sempre que se achar presente metade e mais um dos seus membros; os negocios serão decididos por maioria absoluta de votos presentes; no caso de empate o presidente terá o voto de qualidade.

Das deliberações deverão ser lavradas actas em livro aberto, numerado e rubricado pelo presidente da Junta Commercial e devidamente sellado. As actas serão assignadas por todos os membros da Camara Syndical, que houverem tomado parte na sessão.

Art. 87. São attribuições da Camara Syndical:

a) velar para que os corretores se conttenham nos limites de suas funcções legais, podendo ordenar-lhes a apresentação dos seus livros e prescrever-lhes todas as medidas de precaução que julgar necessarias;

b) infligir censura aos actos dos corretores, quando irregulares, e, segundo a gravidade do caso, interdizer-lhes a entrada na Bolsa durante um prazo não excedente de trinta dias, suspendel-os por igual tempo e representar ao Ministro da Fazenda sobre a conveniencia da destituição;

c) fiscalisar que nenhum individuo, sem titulo legal, exerça as funcções de corretor, promovendo contra os infractores, pelos meios competentes, a applicação das penas do art. 28 deste decreto;

d) decidir as contestações que se suscitarem entre os corretores relativamente ao exercicio de suas funcções, com recurso para o Ministro da Fazenda;

e) propor ao Ministro da Fazenda as medidas, que julgar convenientes para regularisação das funcções dos corretores, da marcha das operações da Bolsa e da fixação das cotações dos titulos e dos cambios;

f) cotar ou fixar diariamente, ainda quando se não tenha reunido a metade e mais um de seus membros, e, á vista dos votos de todos os corretores, o preço dos cambios, fundos publicos e metaes preciosos.

Art. 88. As penas disciplinares serão impostas por deliberação da maioria da Camara Syndical e ouvido previamente o corretor accusado.

Art. 89. Ao syndico compete :

- a) representar a Camara Syndical e a corporação dos corretores perante o Governo, as autoridades constituídas e em juizo ;
- b) presidir as reuniões da Camara Syndical, dirigir a discussão, apurar as deliberações e votar em ultimo logar e para desempate no caso de ser necessario ;
- c) executar as deliberações da Camara Syndical ;
- d) promover reuniões diarias da Camara Syndical para verificação do resultado das operações, determinação do curso do cambio e cotação dos fundos, e valores negociados pelos corretores ;
- e) fiscalisar a escripturação do livro dos preços correntes em que deverão ser registrados os boletins apresentados pelos corretores, nos quaes estiverem mencionadas as propostas e transacções que se houverem realisado e tiverem sido inscriptas nas notas affixadas no recinto da Bolsa ;
- f) assignar e remetter ao Ministro da Fazenda e á Junta Commercial o boletim da cotação cambial.

CAPITULO IV

AUXILIARES DOS CORRETORES, COMMISSÃO E IMPOSIÇÃO DE MULTAS

Art. 90. Aos corretores de fundos é permittido terem como auxiliares prepostos seus, nomeados, sob indicação dos mesmos corretores, pela Camara Syndical.

Taes prepostos devem reunir os requisitos exigidos no art. 2º deste decreto para o officio de corretor.

Art. 91. Os auxiliares ou prepostos dos corretores são considerados mandatarios legaes dos mesmos para os effeitos :

a) de praticarem todos os actos de que forem encarregados pelos corretores e attinentes ao officio, menos os de negociações da competencia dos corretores, lançamento desses actos no caderno manual e no protocollo e expedição de certidões dos assentos lavrados nos mesmos livros, estando o corretor em exercicio ;

b) substituir o corretor nos seus impelimentos por molestia, salva a disposição do art. 26 ; neste caso tem o preposto competencia para praticar todos os actos do officio de corretor.

Art. 92. Os corretores respondem solidariamente por seus prepostos.

Para sua segurança poderão exigir, no acto da proposta para a nomeação, que o auxiliar entre para o fundo de garantia de que trata o art. 7º deste decreto com quantia igual á metade da prestação dos corretores.

Art. 93. Os prepostos dos corretores podem ser suspensos e destituídos *ad nutum* pela Camara Syndical.

Art. 94. Os corretores, nas negociações que realisarem, perceberão como remuneração a commissão que for estabelecida em decreto referendado pelo Ministro da Fazenda, expedido sob informação da Camara Syndical.

Emquanto não for promulgado o decreto, regularão para a percepção da corretagem o art. 30 do decreto n. 806 de 26 de julho de 1851 e o art. 1º, parte final, do decreto n. 2800 de 5 de junho de 1861.

Art. 95. As multas estabelecidas neste decreto serão impostas administrativamente pela Camara Syndical, com recurso para o Ministro da Fazenda.

Paragrapho unico. O recurso terá effeito suspensivo, deverá ser interposto dentro de cinco dias, a contar da notificação pelo syndico, e será decidido dentro de quinze dias.

Art. 96. O producto das multas será recolhido ao Thesouro como renda da União.

Art. 97. Estas multas serão cobradas executivamente, pelo mesmo modo estabelecido para a cobrança da divida activa da Fazenda Publica.

TITULO II

DAS OPERAÇÕES

CAPITULO I

A BOLSA. NEGOCIAÇÕES DE FUNDOS PUBLICOS: 1º À VISTA; 2º A PRAZO: a) COM TRANSFERENCIA REAL, b) LIQUIDADAS POR PRESTAÇÃO DE DIFFERENÇA DAS COTAÇÕES, c) A PREMIO, d) FIRMES. LIQUIDAÇÃO GERAL DAS OPERAÇÕES. OPERAÇÕES POR ORDEM JUDICIAL

Art. 98. A Bolsa é o lugar, no salão da Praça do Commercio, destinado ás operações de compra e venda de títulos publicos, de acções de bancos e companhias, de valores commerciaes e de metaes preciosos.

Art. 99. Só aos corretores de fundos é permittido o accesso dentro da balaustrada da Bolsa.

Art. 100. A Camara Syndical compete tornar effectiva a disposição do artigo antecedente, vedando ás pessoas extranhas á classe dos corretores de fundos o ingresso no lugar reservado á Bolsa, em quanto esta funcionar.

Art. 101. Fóra do lugar especial e das horas designadas no regimento interno dos corretores é prohibida qualquer reunião, quer composta de corretores de fundos, quer de pessoas extranhas á profissão, para effectuar operações de Bolsa.

Art. 102. A violação desta disposição sujeitará os corretores á multa de 500\$ a 1:000\$ imposta pela Camara Syndical e á suspensão por trinta dias, na reincidência.

Os extranhos á profissão incorrerão na disposição do art. 224 do Código Penal.

Art. 103. Os corretores de fundos publicos reunir-se-hão na Bolsa á hora marcada no regimento interno e immediatamente começarão a propôr em alta voz as transacções que desejarem effectuar, determinando as condições em que devam ser baseadas.

Art. 104. Logo que qualquer corretor acceitar a proposta e as condições da negociação, reputar-se-ha fechada a transacção. Os corretores a inscreverão em seus cadernos manuaes e, acto continuo, trocarão entre si um *memorandum* assignado em que estejam consignadas todas as condições da operação que acabarem de effectuar.

Art. 105. A operação ultimada será immediatamente inscripta em uma taboa collocada proxima á Bolsa e em logar visivel para todos.

Art. 106. O corretor, comquanto não obrigado a declarar a quantidade total dos titulos e valores que tenha de negociar, deverá determinar o numero, que se proponha a comprar e vender.

Art. 107. Encerrados os trabalhos da Bolsa, reunir-se-hão a Camara Syndical e os corretores em logar designado no regimento, para procederem á fixação do curso do cambio e da cotação dos fundos e valores negociados, taxando os limites maximo e minimo.

Art. 108. Para determinação do curso do cambio e dos valores, a que se refere o artigo antecedente, apresentarão os corretores á Camara Syndical boletins por elles assignados contendo as notas correspondentes ás transacções effectuadas nesse dia, com menção dos limites maximo e minimo das cotações.

Art. 109. Com os elementos fornecidos pelos boletins dos corretores, que serão registrados em livro proprio, verificará a Camara o resultado das operações do dia e fixará, de modo definitivo, o curso do cambio e da cotação dos titulos e valores negociados.

Art. 110. Em livro proprio se lavrará, em fôrma de termo, a deliberação da Camara Syndical e se expedirá, de conformidade com ella, o boletim da cotação official e do curso do cambio.

Deste boletim serão enviadas cópias, authenticadas pelo Syndico, ao Ministro da Fazenda e aos presidentes da Associação e Junta Commerciaes.

Art. 111. Os titulos de empréstimos estrangeiros só poderão ser cotados na Bolsa mediante autorisação do Ministro da Fazenda, concedida sob informação da Camara Syndical.

Art. 112. Os titulos de emprezas nacionaes e estrangeiras sel-o-hão sómente com consentimento da Camara Syndical.

Esta responderá civilmente pelos prejuizos resultantes da admissão á cotação de titulos e acções de associações illegalmente constituídas, ou que não tenham realisado o capital exi-

gido na lei reguladora do anonymato para que as suas acções sejam negociáveis, e de sociedades sem existencia real e actividade effectiva, mas apenas organisadas no intuito de tentar a negociação de titulos e a exploração de operação sobre os mesmos.

Art. 113. A Camara Syndical fará inserir no boletim de que trata o art. 108 os valores admittidos até então á cotação e os que o forem desse dia em diante.

As apolices da divida publica federal figurarão sempre no boletim.

Art. 114. A venda de titulos ao portador reputa-se perfeita com a tradição dos titulos pelo corretor vendedor ao corretor comprador, ou pela escripturação dos valores nos livros daquelle em nome deste.

Art. 115. A dos titulos nominativos não se opéra pelo só facto da transferencia real (ao comprador) ou á ordem (ao corretor do comprador) nos livros da sociedade emissora das acções, mas dependem do pagamento do preço e da effectiva tradição dos titulos.

Paragrapho unico. A transferencia de titulos nominativos poderá ser feita nos escriptorios dos corretores em termo avulso, conforme modelo que expedirá a Camara Syndical. A transferencia terá logar á vista de certificado fornecido pela sociedade emissora dos titulos, no qual se declare que a pessoa é legitima possuidora dos mesmos.

A' vista do termo, o comprador mandará averbar em seu nome os titulos nos livros da companhia.

Art. 116. O tempo em que devem ser liquidadas as operações á vista dos titulos ao portador e dos nominativos — será fixado no regimento interno.

Art. 117. O corretor tem o direito de exigir, antes de executar a transacção, que o committente lhe forneça os titulos a negociar ou os fundos precisos para a operação.

Art. 118. Si o committente não fornecer os titulos ou os fundos, para ser ultimada a operação já pactuada pelo corretor, deverá este notificar-o, por carta registrada, para fazel-o dentro de 48 horas, que decorrerão da expedição da carta, verificada pelo conhecimento do registro, avisando o committente de que no caso de omissão se executará a operação por sua conta e risco.

Art. 119. Deixando o committente de proporcionar ao corretor os meios de fazer effectiva a operação no prazo fixado, passará o corretor a vender os titulos que houver adquirido e pagará, com o producto, o preço da compra, ou adquirirá os titulos cuja compra houver convencionado.

Paragrapho unico. Em qualquer destas hypotheses responderá o committente pela differença que, com a demora da operação, haja occorrido na cotação dos titulos. A acção executiva é o meio judicial de apuração dos direitos e da responsabilidade provenientes destas disposições.

Art. 120. As operações da Bolsa serão liquidáveis em tempo diverso daquelle em que forem contractadas.

Art. 121. As liquidações poderão, na hypothese do artigo antecedente, ser realisadas pela effectiva entrega dos titulos e pagamento dos preços, ou pela prestação da differença entre a cotação da data do contracto e a da época da liquidação. São exceptuadas desta disposição as operações sobre lettras de cambio, que sómente serão liquidaveis pela entrega effectiva dos titulos.

Art. 122. O tempo para a liquidação das negociações a prazo será fixado no regulamento interno, não podendo exceder do fim do mez seguinte a ellas, em que houverem sido ajustadas. O prazo para a liquidação das operações de cambio não poderá exceder de 15 dias.

Art. 123. Nas negociações a prazo liquidaveis por prestação da differença, tem o corretor, conforme o preceito do art. 68 deste decreto, inteira responsabilidade pela effectiva execução da operação.

Paraphrasso unico. Perante o committente, responde com a sua fiança; para com o outro corretor, com o fundo da garantia.

A liquidação, em um e outro caso, é feita pela Camara Syndical.

Art. 124. O corretor tem o direito de exigir do committente, nas negociações a prazo, uma garantia destinada a pô-lo a abrigo da impontualidade, ou da insolvabilidade do mesmo committente.

Art. 125. A garantia pôde consistir em valores ou em dinheiro; deve constar de documento escripto pelo punho do committente, contendo declaração de que o dinheiro ou os valores são consignados a pôrem o corretor a coberto dos riscos da operação e das differenças da cotação dos titulos, e autorizando o corretor a vender estes para liquidação da operação, no caso de omissão por parte do committente.

Art. 126. As diversas operações effectuadas pelo corretor, por ordem de um mesmo committente, são liquidaveis por compensação em dinheiro ou em titulos da mesma especie, conforme houver sido accordado.

Art. 127. As operações realisadas por mais de um corretor, e por ordem e conta de um ou mais committentes, podem ser, do mesmo modo do artigo antecedente, liquidadas por compensação, si os interessados nisso convierem.

Art. 128. A Camara Syndical compete dar instrucções para as liquidações de que tratam os artigos antecedentes, de accordo com os cursos cotados.

Estes servirão de base para estabelecer-se o curso uniforme para tais liquidações.

Art. 129. A operação a prazo pôde ser feita com a faculdade de desistência por parte do committente, mediante o abandono de uma quantia convencionada e paga como premio de indemnisação da realisação do contracto.

Art. 130. O premio é estipulado sobre o valor de cada titulo e não impede que o corretor exija a prestação da garantia da operação, a que se refere o art. 122 na hypothese de consolidação.

Art. 131. O regimento interno fixará a época em que deverão ser feitas as declarações de abandono do premio e de confirmação da operação.

A falta de declaração na época precisa importará a consolidação da operação e a responsabilidade do committente pela liquidação da mesma, a qual ficará sujeita a todas as regras das negociações firmes.

Art. 132. Em todas as operações a prazo o comprador tem o direito de exigir a entrega dos valores negociados, por antecipação, isto é, antes da época fixada para a execução da transacção.

Art. 133. Os descontos podem ter lugar, quer nos contractos firmes, quer nos feitos a premio, e dão lugar a liquidações antecipadas das operações.

Taes liquidações serão reguladas no regimento interno dos corretores.

Art. 134. É prohibido o desconto nas operações de *report*.

Art. 135. Nas negociações a prazo a liquidação das operações affecta a responsabilidade dos corretores entre si e para com seus clientes, nos termos do art. 68.

Art. 136. A Camara Syndical compete prover á liquidação central das operações dos corretores de conformidade com os preceitos do regimento interno, fazendo apurar em dinheiro ou em titulos os saldos, que serão pagos por seu intermedio.

Art. 137. Quando algum corretor houver sido encarregado de proceder á venda de valores negociaveis na Bolsa, por ordem do juiz competente e para execução de sentença proferida em juizo contradictorio, ou de acção de jurisdicção voluntaria, será a negociação annunciada por meio de aviso ou edital affixado no recinto da Bolsa.

Art. 138. Neste aviso far-se-ha menção dos titulos a negociar e de sua quantidade, da decisão do juiz que houver ordenado a negociação e do nome do corretor della incumbido.

Art. 139. Os valores que não tiverem sido admittidos á cotação, nos termos do art. 111, serão vendidos em leilão sob a responsabilidade do corretor e mediante as formalidades estabelecidas no regimento interno.

Art. 140. A Camara Syndical pôde resolver que se faça em leilão a venda de titulos admittidos á cotação, sempre que esta não se der, por falta de negociações de taes valores, ou pela occorrença de qualquer circumstancia que torne prejudicial aquelle meio de transferencia.

Art. 141. A venda dos titulos, que se acharem no caso do art. 33 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, será levada a effeito pelo modo estabelecido nos artigos antecedentes.

Art. 142. A Camara Syndical organisará, dentro de dous mezes da publicação deste decreto, um regimento interno, que ficará sendo parte integrante deste acção e no qual serão regulados, de modo preciso, todos os factos referentes á organização e ao funcionamento da corporação dos corretores e da Camara Syndical, e todas as operações da Bolsa.

CAPITULO II

NEGOCIAÇÕES DE LETRAS DE CAMBIO E DE ESPECIES METALLICAS.
COTAÇÃO DOS RESPECTIVOS CURSOS

Art. 143. As negociações sobre letras de cambio, quando a prazo, não produzirão effeito para o fim de serem apuradas em Juizo, e serem objecto de cotação, si não puderem ser provadas por certidão extrahida dos livros dos corretores e que faça menção das declarações a que se refere o art. 56 deste decreto.

Art. 144. As negociações de especies metallicas provar-se-hão por meio de certidões extrahidas dos livros dos corretores — que deem indicação da quantidade, natureza e preço das especies.

Art. 145. Os estabelecimentos bancarios, que negociarem sobre cambio, são obrigados a remetter diariamente ao syndico o resultado das operações de balcão sobre letras de cambio, com declarações das taxas a que tiverem operado.

Art. 146. A falta de cumprimento desta obrigação sujeitará os bancos nacionaes a multa de cinco a dez contos de réis e os estrangeiros a ser-lhes cassada a autorisação para funcionarem em qualquer praça da Republica.

Art. 147. As operações realisadas pelos bancos e pelos corretores servirão de elemento para a fixação do curso official do cambio pela Camara Syndical.

Art. 148. A cotação á vista, quando não se derem transacções nesta conformidade, será a fixada para as operações a 90 dias, com deducção de 1/4.

Art. 149. A Camara Syndical, além dos boletins diarios do curso official do cambio, fundos publicos e especies metallicas, remetterá mensalmente ao Ministro da Fazenda um quadro do movimento da Bolsa, com fixação da média dos cursos cotados.

Art. 150. A Camara Syndical é responsavel pela exactidão dos preços cotados no mercado de cambio e de fundos publicos.

A falta de exacção na cotação acurreta para os membros da referida Camara a incursão no crime de falsidade, a perda da totalidade da fiança e a destituição.

Art. 151. Si o erro da Camara Syndical for devido á inexactidão das notas dos corretores ou dos bancos — incorrerão os corretores nas referidas penas — e os bancos na multa ou cassação da autorisação para funcionarem de que trata o art. 144, segundo forem nacionaes ou estrangeiros.

Art. 152. Este preceito tem applicação á cotação do preço das especies metallicas.

Art. 153. Depois da fixação do boletim da cotação nenhuma alteração pôde ser nelle feita — ainda que no intuito de rectificar a cotação.

E' licito, porém, rectificar o boletim para o effeito unico de completal-o, incluindo fundos, cuja cotação não tiver sido mencionada por omissão involuntaria.

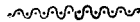
Art. 154. A cotação official do cambio determinará o curso authenticico do mesmo, e será fixada de accordo com as instruções do regimento interno dos corretores ; della será expedido boletim pela Camara Syndical, o qual será registrado no livro competente pelo secretario da mesma Camara.

Art. 155. A' Camara Syndical da Capital Federal serão enviadas de todas as praças commerciaes da Republica communicações telegraphicas das taxas cambiaes do dia. A Camara Syndical organisará com estes dados um boletim central da cotação cambial da Republica no referido dia e com os limites maximo e minimo de cada praça.

Art. 156. O presente decreto será submettido á approvação do Congresso Nacional, em sua primeira sessão, na parte que excede as faculdades do Poder Executivo.

Art. 157. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893.— *Serzedello Corrêa.*



DECRETO N. 1360 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Abre um credito extraordinario de 400:000\$000 á verba -- Pensionistas — do § 5º do art. 7º da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo á insufficiencia, reconhecida pelo Thesouro Federal, da verba de 2.533:007\$, consignada na lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, sob a rubrica — Pensionistas — do respectivo art. 7º, n. 5, para as despesas no actual exercicio com o abono de meios soldos, montepios e pensões ás familias dos officiaes do Exercito, corpo da Armada e classes annexas, de accordo com a proposta do Ministerio da Fazenda, que sómente contemplou o augmento occorrido até março do mesmo anno, sem contar talvez com o resultante do decreto n. 475 de 11 de junho de 1890, que concedeu meio soldo ás viúvas e orphãos dos officiaes da Armada e classes annexas e o de n. 695 de 28 de agosto do mesmo anno, que creou o montepio para as familias dos officiaes do Exercito, e assim :

Considerando que, comquanto não sejam ainda decorridos nove mezes do exercicio, como exige o art. 20, § 1º, da lei n. 3140 de 30 de outubro de 1882, é indispensavel reforçar aquella verba afim de não serem suspensos os beneficios que os poderes publicos, convictos de cumprir dever imperioso, solemnemente comprometteram-se de prestar a orphãos, viúvas, filhas e mães dos fallecidos servidores da patria, que se impoem aos maiores sacrificios assim na paz como na guerra ;

Considerando que a stricta observancia da alludida disposição da supradita lei n. 3140 não pôde ter applicação aos casos, como

o vertente, de despesas que sobreveem fatalmente e não podem ser adiadas, sob pena de justas queixas dos prejudicados contra o obstaculo, embora temporario, levantado a effectividade das garantias que lhes competem, asseguradas pelo legislador com o fim de attenuar-lhes o infortunio ;

Considerando, finalmente, que ao Governo cumpre prover o Thesouro dos meios de attender aos direitos adquiridos e reconhecidos das familias dos officiaes do Exercito, corpo da Armada e das classes annexas em relação ao pagamento do meio soldo, montepio e pensões de conformidade com a legislação em vigor, a cujo espirito de justiça e previdencia nenhuma razão ponderosa pôde ser opposta :

Resolve, sob sua responsabilidade, abrir um credito extraordinario da importancia de quatrocentos contos de réis (400:000\$) á verba orçamentaria acima indicada, para occorrer ás despesas proprias, já verificadas e a verificar-se no corrente exercicio, até á resolução do Congresso, ao qual, em sua proxima reunião, será submittido o presente acto.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.



DECRETO N. 1361 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Approva com alterações os estatutos do Banco Hypothecario do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo ao que requerem o Banco Hypothecario do Brazil, resolve approvar, com as alterações abaixo indicadas, os estatutos do mesmo banco :

Art. 1.º paragrapho unico — Supprima-se.

Art. 5.º — Diga-se : — O capital nominal do Banco Hypothecario será de 8.000:000\$ em 40.000 acções nominativas de 200\$ cada uma, sendo considerado realisado 4.000:000\$ ou 50 % sobre cada uma acção.

§ 1.º—Para os efeitos deste artigo, a directoria deverá receber em pagamento das dividas do banco as proprias acções.

§ 2.º— Sem o exacto cumprimento deste artigo, o banco não poderá emittir letras hypothecarias concedidas pelo presente decreto.

Art. 8.º— Supprima-se.

Art. 9.º— Diga-se:—Quando o accionista não effectuar as entradas no prazo estipulado, cabe ao banco, salvo a sua acção de pagamento contra os subscriptores e cessionarios, o direito de

fazer vender em leilão as acções, por conta e risco do seu dono, à cotação do dia, depois de notificado o accionista, mediante uma intimação judicial, publicada por dez vezes, durante um mez, em duas folhas, das de maior circulação, na sédo do banco.

Paragrapho unico — Quando a venda não se effectuar por falta de compradores, o banco poderá declarar perdida a acção e apropriar-se das entradas feitas, ou exercer contra o subscritor e os cessionarios os direitos derivados de sua responsabilidade.

Art. 10. — Accrescente-se: Paragrapho unico. As acções serão todas nominativas.

Art. 13 — Supprimam-se as palavras — com a modificação de que trata o paragrapho unico do art. 1º dos presentes estatutos.

Art. 16 — Supprima-se.

Art. 18 — Supprima-se.

Art. 19 — Supprimam-se as palavras — decreto n. 612 de 31 de julho de 1890.

Art. 27 — Depois das palavras — sendo, porém, a emissão das letras hypothecarias — accrescente-se : — sómente.

Art. 29 — Depois das palavras — capital social — accrescente-se : — effectivamente.

Art. 32 — Accrescente-se: sendo, porém, neste caso constituido o capital correspondente em ouro.

Art. 38, n. 3 — Em vez de — 5 %/, diga-se : — 10 %/.

Art. 63 — Depois das palavras — as suas acções divididas por dez — accrescente-se : — até ao maximo de 200 votos, que não poderá ser excedido, qualquer que seja o numero de acções.

Art. 64 — Onde lê-se — 24:000\$ — leia-se: — 18:000\$; e onde lê-se — 18:000\$ — leia-se : — 12:000\$000.

Art. 71 — Accrescente-se: — nenhum director ou membro do conselho fiscal poderá ter transacção de especie alguma com o banco.

Art. 74 — Accrescente-se : — salvo quando se tratar da emissão de letras hypothecarias, que não será feita sem parecer do conselho fiscal opinando pela regularidade da operação, ficando por isso o mesmo conselho responsavel com a directoria pelos abusos que se praticarem.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.



DECRETO N. 1362 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Approva o regulamento da Escola de Machinistas e Pilotos do Estado do Pará, creada pelas leis ns. 101 e 102 de 13 de outubro de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :
Resolve que, na execução das leis ns. 101 e 102 de 13 de outubro de 1892 se observe o regulamento, que este acompanha, assignado pelo Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, que o fará cumprir.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Custodio José de Mello.

Regulamento da Escola de Machinistas e Pilotos¹ do
Estado do Pará, a que se refere o decreto n. 1362,
de 20 de abril de 1893.

TITULO I

CAPITULO I

DA ESCOLA

Art. 1.º Fica creada no Arsenal de Marinha do Estado do Pará uma escola de machinistas e de nautica, com a denominação de — Escola de Machinistas e Pilotos — cujo fim é preparar machinistas industriaes e pilotos para a marinha mercante.

Art. 2.º O curso de machinistas constará de tres annos, sendo dous theoreticos e um pratico, comprehendendo as seguintes materias :

1º anno

1ª cadeira — Mecanica geral : estudo das leis geraes, principios e theorias mais indispensaveis ao estudo das machinas, do seu trabalho e da transformação dos seus movimentos.

2ª cadeira — Physica experimental : estudo completo das differentes theorias que compoem a physica e das suas applicações mais immediatas, sobretudo ás machinas e á applicação da electricidade á illuminação.

3ª cadeira — Desenho detalhado e nomenclatura das machinas a vapor, com especialidade das applicadas ás industrias e á navegação.

2º anno

1ª cadeira—Mecanica applicada: estudo completo das machinas a vapor, especialmente das applicadas ás industrias e á navegação.

2ª cadeira—Desenho: continuação do desenho das machinas e levantamento de rascunhos, á vista das peças, dos detalhes das mesmas.

3º anno

Pratica nas officinas do arsenal, a bordo, officinas fabris e outros estabelecimentos industriaes.

Art. 3.º O curso de nautica será de tres annos, sendo dous theoricos e um pratico, e constará das seguintes materias:

1º anno

Cadeira—Applicação da theoria dos logarithmos, algebra até equações do 2º grão; geometria e trigonometria rectilinea.

Aula—Apparelho e nomenclatura dos navios em geral.

2º anno

Cadeira—Geometria e trigonometria esphorica; noções de astronomia, com applicação á navegação— Navegação.

Aula—Manobra dos navios á vela e a vapor.

3º anno

Pratica de um anno, sendo seis mezes em alto mar, a bordo dos navios de guerra da armada nacional, ou nos da marinha mercante de qualquer paiz, findo o qual prestarão o exame de derrotas e noções praticas de machinas a vapor.

Art. 4.º O pessoal docente da escola constará de :

a) Curso de machinistas—Um professor para as 1ªs cadeiras dos 1º e 2º annos; um professor para a 2ª cadeira do 1º anno; um professor de desenho e um instructor de machinas, que será o director das officinas de machinas do Arsenal de Marinha;

b) Curso de nautica—Um professor para a cadeira do 1º anno; um professor para a do 2º anno, e um professor para as duas aulas.

CAPITULO II

DAS MATRICULAS

Art. 5.º Ninguem será admittido á matricula em qualquer dos cursos sem provar:

1º, que é cidadão brasileiro, maior de 17 e menor de 30 annos ;

2º, que foi approved em portuguez, francez, geographia e arithmetica;

3º, si o candidato pretender matricular-se no curso de machinistas devera tambem ter approvaçao em algebra, até equações do 2º grão inclusive, geometria e trigonometria.

Art. 6.º São validos para a matricula os exames, de que tratam os ns. 2 e 3 do artigo anterior, prestados na Instrução Publica da Capital Federal, na instrução publica dos Estados, nos estabelecimentos de instrução superior da Republica, nas delegacias da instrução publica nos Estados e perante commissão de tres examinadores, nomeados pelas governadores dos Estados em que não houver directoria de instrução publica, nem delegacias.

Art. 7.º A inscripção dos candidatos á matricula em qualquer dos cursos será feita mediante requerimento assignado pelo candidato, e instruido de documentos que provem achar-se elle nas condições exigidas pelo art. 5º.

Paragrapho unico. A idade será provada por certidão de baptismo até ao anno de 1907, e dessa data em diante, por certidão do registro civil.

Art. 8.º Os candidatos á matricula pagarão na Alfandega, depois de obterem do secretario o documento de que trata o art. 13, a taxa de vinte mil réis.

Art. 9.º No fim do anno, depois de encerradas as aulas, os alumnos pagarão nova taxa de vinte mil réis, afim de poderem ser admittidos a exame.

Art. 10. Ficam dispensados do pagamento das taxas mencionadas nos douts artigos prece'tentes os filhos dos officiaes e praças das diversas classes da Armada e do Exercito, tanto da activa como reformados, e os orphãos que provarem absoluta falta de recursos.

Art. 11. Será matriculado o candidato que apresentar ao secretario o documento, passado pela Alfandega, que prove ter pago a taxa mencionada no art. 8º.

Art. 12. Os requerimentos pedindo matricula em qualquer dos cursos serão apresentados ao director até ao dia 15 de febreiro.

Art. 13. Para o pagamento da taxa marcada no art. 8º para a matricula no primeiro anno de qualquer dos cursos, o secretario dará ao candidato um attestado, declarando estar elle em condições de ser matriculado; e para a matricula nos annos successivos basta a apresentação do certificado de approvaçao no anno anterior, passado pelo secretario ou por elle subscripto.

Para o pagamento da taxa do art. 9º, basta certidão, passada pelo secretario ou por elle subscripta, do pagamento da anterior. Estas certidões serão gratuitas e só servem para o pagamento das taxas.

Art. 14. Si o alumno perder qualquer das certidões mencionadas no artigo anterior, poderá pedir nova, pagando neste caso os emolumentos, que serão cobrados em sello.

CAPITULO III

DO TEMPO DOS TRABALHOS

Art. 15. O anno lectivo começa no primeiro dia util do mez de março e termina no dia 31 de outubro.

Art. 16. A abertura das aulas poderá ser adiada e prorogada o seu encerramento, quando as circumstancias o exigirem.

Art. 17. O adiamento da abertura das aulas, bem como a prorrogação das mesmas, será ordenado pelo director, que submeterá o acto, com uma exposição das causas que o motivaram, á approvação do Ministro da Marinha.

Art. 18. Além dos domingos, só serão feriados na escola os decretados pelo Governo da Republica.

Art. 19. As ferias para o pessoal da escola começam no dia em que terminarem todos os trabalhos do anno lectivo, e acabam no ultimo dia de fevereiro, sendo interrompidas para serviço de exames ou outros urgentes, a juizo do director.

Art. 20. Durante as ferias os alumnos do curso de machinistas são obrigados a frequentar as officinas de machinas e suas dependencias, do Arsenal de Marinha, e a trabalhar nas mesmas, sob a direcção do instructor. Farão visitas a officinas particulares, sendo obrigados á apresentação de relatorios.

Art. 21. O director convocará para o primeiro dia util depois do dia 15 de fevereiro os professores dos dous cursos, para a apresentação dos programmas e distribuição do tempo lectivo em cada curso.

Art. 22. As aulas não poderão durar menos de uma hora, havendo entre ellas um intervallo de 15 minutos.

CAPITULO IV

DOS EXAMES

Art. 23. Encerradas as aulas, o secretario da escola affixará no estabelecimento um mappa, authenticado com a sua assignatura, contendo os nomes dos alumnos de cada curso habilitados para os exames.

Art. 24. Só constarão do mappa de que trata o artigo anterior os alumnos que tiverem pago as taxas estabelecidas pelos arts. 8º e 9º.

Art. 25. No dia do encerramento das aulas os professores entregarão ao director os programmas dos pontos para os exames das materias que leccionaram, com excepção de desenho e ensinos praticos.

Art. 26. O director convocará os professores e o instructor para, reunidos em conselho, que terá lugar dentro de cinco dias, contados do encerramento das aulas, tomar conhecimento dos programmas mencionados no artigo precedente, nomear as com-

missões examinadoras, as turmas de examinandos e a ordem a seguir nos mesmos, podendo deliberar sobre quaesquer medidas necessarias á boa marcha dos mesmos. O programma definitivo dos exames será affixado no estabelecimento dous dias depois da reunião do conselho, para conhecimento dos alumnos.

Art. 27. Os exames começarão no primeiro dia útil depois do dia 10 de novembro.

Art. 28. As notas de exame são: *reprovado, approvado simplesmente, approvado plenamente, approvado com distincção.*

Art. 29. As notas de exame, mencionadas no artigo anterior, serão conferidas por maioria de votos dos examinadores, votação que não será por escrutinio secreto.

Art. 30. As commissões examinadoras se comporão de tres membros, um dos quaes será o presidente, de accordo com o disposto no art. 60.

Art. 31. Os exames constarão de duas provas, uma escripta e outra oral; com excepção, porém, dos exames de desenho, apparelho e manobra dos navios, e os de ensino pratico, que só terão prova oral; no julgamento do exame de desenho serão considerados os trabalhos feitos durante o anno.

Art. 32. Os pontos conterão uma serie de questões ou a indicação das materias que devem ser desenvolvidas pelos examinandos e que tenham sido ensinadas durante o anno.

Art. 33. O ponto para a prova escripta é commum a todos os examinandos da turma do dia e será tirado á sorte com uma hora de antecedencia, e o da prova oral é singular para cada examinando, sendo tirado á sorte com igual antecedencia. Estes pontos serão dados pelo secretario na presença de um membro do magisterio.

Art. 34. Para a confecção da prova escripta será concedido o prazo de duas horas.

Art. 35. A prova oral durará no maximo meia hora para cada arguente, podendo o presidente arguir ou não, conforme entender, sem tempo marcado para a arguição, que julgar conveniente fazer.

Art. 36. Os exames praticos do curso de machinistas serão feitos de accordo com os programmas annexos ao presente regulamento.

Art. 37. No exame em que houver duas provas, a nota da escripta será levada em conta no julgamento final. As notas para as provas escripta e oral são: *má — soffrivel — regular — boa — optima.*

Art. 38. Findos os exames, em cada dia, a commissão examinadora procederá immediatamente ao julgamento de cada alumno, pela forma indicada no art. 29, e em presença do secretario, que, acto continuo, lavrará um termo do occorrido, que será assignado por elle e pelos examinadores.

Art. 39. O alumno que deixar de prestar exame em novembro, depois de ter pago a taxa do art. 9º, poderá fazer o exame em fevereiro, sujeitando-se ao pagamento de nova taxa. Exceptua-se

desta regra o alumno que provar, com tres attestados medicos, não ter comparecido ao exame por motivo de molestia.

Art. 40. Os alumnos approvados nos tres annos de qualquer dos cursos receberão a carta de machinistas de segunda classe ou de pilotos, conforme o curso que tiverem frequentado.

Art. 41. As cartas de que trata o artigo anterior serão lavradas pelo secretario, de accordo com os modelos annexos, e assignadas pelo director e pelo professor presidente do exame pratico.

CAPITULO V

DA NOMEAÇÃO E DEMISSÃO DO PESSOAL DOCENTE

Art. 42. Os professores da Escola serão nomeados por decreto, precedendo concurso. Terão preferencia os officiaes da Armada e do Exercito, os machinistas navaes, e os pilotos e machinistas que tiverem o curso escolar.

Art. 43. O instructor do curso de machinistas é o engenheiro director das officinas de machinas do arsenal, e será nomeado por portaria do Ministro da Marinha.

Art. 44. Os professores são vitalicios e só poderão ser exonerados a pedido seu ou pelos motivos seguintes :

1º, si forem condemnados á pena de um anno de prisão ou mais ;

2º, si estiverem incursos no art. 238 do Codice Penal ;

3º, si reincidirem na falta prevista no artigo seguinte.

Art. 45. Incorre nas penas do art. 211, § 1º, do Codice Penal, que só poderão ser impostas pelo Ministro da Marinha, o professor que deixar de exercer suas funcções, mesmo temporariamente, sem prévia licença, ou exceder a que lhe foi concedida.

Art. 46. O professor que dentro de trinta dias, contados da data da nomeação, não tomar posse e assumir o exercicio, perderá o direito ao logar.

Paragrapho unico. Este prazo poderá ser prorogado por mais quinze dias pelo Ministro da Marinha, a pedido do nomeado e por motivo justificado.

Art. 47. Os professores não poderão dirigir por sua propria conta estabelecimentos de construcção cujas materias se relacionem com as dos cursos, nem poderão leccional-as particularmente.

Art. 48. O professor que infringir as disposições do artigo anterior será admoestado pelo director, que levará o facto ao conhecimento do Ministro da Marinha.

§ 1.º Si apezar da admoestação o professor continuar a infringir as disposições do art. 47, o director o suspenderá immediatamente do exercicio de suas funcções, pelo tempo de 15 a 30 dias, e submeterá o seu acto á approvação do Ministro da Marinha.

§ 2.º Si houver reincidencia, o Ministro poderá demittir o professor.

Art. 49. Os professores poderão leccionar particularmente materias differentes das dos cursos, com prévia licença do Ministro.

CAPITULO VI

DAS JUBILAÇÕES

Art. 50. As jubilações e tempo de serviço dos professores da escola serão regulados pelo que for estabelecido para os membros do magisterio da Escola Naval, na parte que aquelles for applicavel.

CAPITULO VII

DOS VENCIMENTOS, FALTAS E LICENÇAS

Art. 51. Os vencimentos do pessoal docente e mais funcionarios da escola são regulados pela tabella annexa a este regulamento.

Art. 52. Nenhum vencimento será pago pela verba — Escola de Machinistas e Pilotos do Pará — a qualquer membro do magisterio, quando empregado em commissões extranhas ao mesmo magisterio, que o afastam do ensino escolar.

Art. 53. Os vencimentos são independentes do soldo da patente que tiverem os membros do magisterio.

Art. 54. A percepção das gratificações marca-las na tabella só terá logar pelo serviço effectivo do magisterio e durante as ferias.

Paragrapho unico. Fóra do exercicio os membros do magisterio só perceberão os seus vencimentos integralmente nos seguintes casos:

- 1º, de impedimento por serviço publico e obrigatorio por lei ;
- 2º, de desempenho de commissões scientificas ;
- 3º, de duas faltas por mez, a juizo do director.

Art. 55. As licenças com ordenado por inteiro, fóra do tempo das ferias, só serão concedidas por motivo de molestia, não excedendo de seis mezes ; por outro qualquer motivo, as licenças poderão ser concedidas tambem por seis mezes dentro de um anno, mas com metade do ordenado e si o motivo for justificavel.

§ 1.º Quando a licença concedida pelo prazo de seis mezes e com o ordenado por inteiro não bstar, por prolongar-se a molestia, o Governo poderá prorogar-a, por igual tempo, com metade do ordenado, e depois de um anno, sem ordenado, não excedendo, porém, de dous annos a somma do tempo da primitiva licença com o das prorogações.

§ 2.º Si a molestia ainda prolongar-se além de dous annos. o licenciado será jubilado com ordenado proporcional ao tempo de serviço do magisterio, si tiver mais de dez annos de serviço effectivo no magisterio, e no caso contrario perderá o logar.

Art. 56. O professor que substituir a outro e desempenhar as funções do seu cargo, perceberá, além dos vencimentos que lhe competem, a gratificação do substituido.

Art. 57. Haverá um livro de ponto em que se lançarão as faltas de comparecimento dos membros do magisterio ás aulas, ou a qualquer outro acto de serviço da escola. Incorre em falta, como si não tivesse vindo á aula, o membro do magisterio que comparecer 15 minutos depois da hora marcada.

Art. 58. A folha de pagamento do corpo docente, que se remetter á competente repartição fiscal, mencionará as faltas para, á vista dellas, se fizerem os devidos descontos ; si as faltas forem justificadas, o desconto será feito nas gratificações, e si não forem justificadas serão descontados todos os vencimentos.

CAPITULO VIII

DAS PRECEDENCIAS

Art. 59. A precedencia no magisterio deve regular-se pela antiguidade, que será contada da data em que cada membro tomar posse. Sendo esta do mesmo dia, da data da nomeação, e, na igualdade da posse e da nomeação, observar-se-ha:

1º, entre dous militares precede a maior graduação, e na igualdade desta, a antiguidade ;

2º, entre dous militares de iguaes patentes, sendo um da activa e outro reformado, precede aquelle si o decreto de sua promoção for de data anterior ao da reforma do outro official, no caso contrario precede este ; e si forem ambos reformados, precede aquelle que tiver mais tempo de serviço ;

3º, entre um militar e um civil, precede o primeiro ;

4º, entre dous civis, precede o mais velho, e si as idades forem iguaes, decidirá á sorte.

CAPITULO IX

DOS DEVERES DO PESSOAL DOCENTE

Art. 60. Os professores e mestres sómente serão obrigados á regencia de suas cadeiras e aulas, e lhes cumpre :

1º, comparecer ás aulas e dar lições nos dias e horas marcados no horario ;

2º, exercer a fiscalisação immediata das aulas e do procedimento que dentro dellas tiverem os alumnos ;

3º, interrogar ou chamar á lição os alumnos quando julgarem conveniente, afim de ajuizarem do seu aproveitamento ;

4º, marcar, com 24 horas de antecedência, a materia das sabatinas escriptas, habituando os alumnos a este genero de prova para os exames ;

5º, dar ao director, para ser presente ao conselho de instrucção na época competente, o programma do ensino de sua cadeira ou aula ;

6º, requisitar do director todos os objectos necessarios ao ensino de sua cadeira ou aula ;

7º, satisfazer a todas as exigencias do director, a bem do serviço do ensino e dos exames dos alumnos e dos pilotos e machinistas, nas épocas ordinarias e extraordinarias, afim de que não soffra o mesmo serviço nos casos não previstos pelo conselho de instrucção ;

8º, comparecer ao conselho de instrucção, quando lhes for ordenado pelo director, e satisfazer as incumbencias que lhes são proprias como membros do mesmo conselho ;

9º, comparecer aos exames nos dias e horas marcados pelo horario, ou pelo director nos casos extraordinarios, funcionando nos mesmos exames como presidentes ou como arguentes, conforme lhes competir ;

10, comparecer aos actos para provimento dos logares de concurso ;

11, conferir as approvações ou reprovações que merecerem os alumnos, machinistas e pilotos examinados e tambem os que formam o conselho de concurso. as notas que merecerem os concurrentes, classificando, por ordem de merecimento relativo, os que devem ser incluídos na proposta do Governo.

Art. 61. Ao professor de mecanica tambem compete acompanhar os alumnos do curso de machinistas nas visitas que fizerem aos navios e estabelecimentos particulares.

Art. 62. Ao instructor de machinas compete, além do marcado para os professores e mestres, no que lhe for applicavel, dirigir os trabalhos dos alumnos do curso de machinistas nas officinas do arsenal.

CAPITULO X

DO CONSELHO DE INSTRUÇÃO

Art. 63. Haverá na escola um conselho de instrucção, que se comporá :

1º, do director da escola, como presidente ;

2º, do secretario, que será o da escola ;

3º, dos professores ;

4º, do mestre e do instructor.

Art. 64. Quando se tratar do provimento dos logares do magisterio, o conselho de instrucção será constituído de accordo com o disposto no art. 73 deste regulamento, e neste caso se denominará — conselho de concurso.

Art. 65. São attribuições privativas do conselho de instrução :

1º, organizar programmas circumstanciados para os concursos e bem assim a distribuição das materias, os programmas e os horarios para os exames e para o ensino theorico e pratico dos alumnos; extremando as materias relativas a cada uma das aulas, de modo que a pratica acompanhe a theoria;

2º, nomear commissões examinadoras, quer para os concursos, quer annualmente para os actos dos alumnos e para os exames dos pilotos e machinistas que não houverem frequentado a escola;

3º, consultar sobre tudo que seja relativo á instrução e ao ensino theorico e pratico dos alumnos, e propôr ao Governo o que julgar conveniente a bem do ensino;

4º, designar os compendios provisionarios que devam ser adoptados nos cursos;

5º, propôr ao Governo a demissão dos membros do corpo docente que estiverem incursos nos arts. 44 e 48 e seus paragraphos;

6º, propôr ao Governo quaesquer medidas que convenha adoptar, não só para tornar mais completa e vantajosa a execução deste regulamento, como para supprir quaesquer omissões que nelle haja e fôrem concernentes ao ensino.

Art. 66. A bem das sessões do conselho para os fins aqui especificados, o director poderá convocar-o sempre que entender ou vil-o sobre qualquer assumpto, ou quando lhe for requerido por dous ou mais de seus membros e julgar de proveito a convocação requerida.

Art. 67. As deliberações do conselho serão tomadas por maioria dos membros presentes, e em votação nominal.

Art. 68. As deliberações do conselho, quando contrarias á opinião do director, não obrigam a execução dellas, sinão por decisão do Ministro da Marinha, para quem, em taes casos, o director recorrerá.

Art. 69. O conselho não poderá funcionar sem que se reuna mais de metade do numero total de seus membros, e será regulado pelo regimento interno do conselho de instrução da Escola Naval, no que lhe for applicavel.

Art. 70. O director, como presidente do conselho, além do voto singular, terá o de qualidade nos casos de empate.

CAPITULO XI

DOS CONCURSOS

Art. 71. Na escola são logares de concurso os de professor e mestre.

Art. 72. Os concursos se effectuarão perante o conselho de concurso e o secretario desse conselho será o da escola.

Art. 73. O conselho de concurso se comporá dos professores, mestre e instructor.

Art. 74. O concurso para preenchimento das vagas ao magisterio se verificará mediante as provas seguintes:

Prova oral;

Prova pratica, nas materias que a elle hñtrem ;

Prova escripta.

Art. 75. Em todos os actos do concurso o conselho será presidido pelo director da escola.

Art. 76. Todas as disposições relativas ao modo pratico da inscripção dos concorrentes, á organização dos pontos, ao processo das provas e dos julgamentos, serão reguladas conforme o que se estabelecer no programma para os concursos da Escola Naval, no que for applicavel á escola.

Art. 77. Serão sempre preferidos os officiaes da Armada e do Exercito para o preenchimento das vagas do magisterio.

TITULO II

CAPITULO XII

DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

Art. 78. O pessoal administrativo da escola se comporá de :

Um director, que será o inspector do Arsenal de Marinha ;

Um secretario ;

Um porteiro ;

Dous serventes.

CAPITULO XIII

DO DIRECTOR

Art. 79. O director da escola é a primeira autoridade do estabelecimento, suas ordens são terminantes e obrigatorias para todos os empregados, inclusive os do magisterio. Exerce superior inspecção sobre a execução dos programmas dos concursos, dos exames e do ensino, regula e determina, de conformidade com o presente regulamento e ordens do Governo, tudo que pertencer á mesma escola e não for especialmente encarregado ao conselho de instrucção.

Art. 80. O director, como chefe do estabelecimento, é o unico responsavel pelas medidas que mandar executar.

Art. 81. O director é o unico órgão official e legal que põe o estabelecimento em relação immediata com o Ministro da Marinha, e sempre que fizer subir á presença do Governo as propostas do conselho de instrucção, dará sua opinião sobre ellas.

Art. 82. O director da escola, no exercicio de suas attribuições, se communica directa e verbalmente com o pessoal em tudo quanto for concernente ao serviço do estabelecimento.

Art. 83. Além das attribuições que lhe são conferidas pelo presente regulamento, ao director incumbem:

1ª, corresponder-se directamente, em objecto de serviço do estabelecimento, com qualquer autoridade civil e militar, exceptuando os ministros e os governadores dos Estados;

2ª, informar ao Governo sobre os individuos que julgar idoneos para os empregos relativos á administração do estabelecimento, quando não lhe competir a nomeação;

3ª, nomear dentre os empregados da administração, na falta ou impedimento de qualquer delles, quem os substitua interinamente, dando logo parte desse acto ao Governo, si o provimento do emprego não for de sua competência;

4ª, com excepção do pessoal docente, dar licença aos empregados da escola, sem perda de vencimento, não excedendo de tres dias de uma vez, nem de quinze em um anno;

5ª, informar annualmente ao Governo sobre o comportamento e modo por que desempenham seus deveres os empregados da escola, inclusive os do magisterio;

6ª, manter no estabelecimento a maior ordem e regularidade, procurando inspirar a todos os alumnos principios de disciplina e boa educação;

7ª, fiscalisar o dispendio de todas as quantias recebidas para as despesas do estabelecimento;

8ª, determinar e regularisar o serviço da secretaria;

9ª, impôr correccional e administrativamente as seguintes penas:

reprehensão simples e suspensão até 15 dias, por negligencia ou falta de cumprimento de deveres, aos empregados sob suas ordens, podendo estes recorrer para o Ministro da Marinha;

suspensão por oito a 30 dias aos empregados sob suas ordens, por desobediencia e insubordinação, ou por falta contra a moralidade e disciplina, podendo estes recorrer para o Ministro da Marinha;

advertencia, em particular, a qualquer membro do corpo docente que se descuidar ao cumprimento de seus deveres. Si houver reincidencia, será a falta levada ao conhecimento do Ministro da Marinha, que poderá impôr ao delinquente a pena de suspensão de um a tres mezes;

10, apresentar annualmente ao Governo, até ao dia 31 de dezembro, um relatório do estado do estabelecimento, sob os pontos de vista do ensino, da administração e da disciplina, comprehendendo a conta dos trabalhos do anno findo, o orçamento das despesas para o anno seguinte e a proposta dos melhoramentos, modificações ou reformas que, de accordo com o conselho de instrução, julgar convenientes á boa marcha dos trabalhos da escola;

11, convocar, presidir, adiar, prorrogar e suspender as sessões do conselho de instrução, quando julgar conveniente; no

caso de suspensão, deverá immediatamente communicar ao Governo ;

12, marcar a hora das sessões do conselho de instrucção, de modo que não seja prejudicado o serviço lectivo ;

13, assignar, com os membros presentes do referido conselho, as actas das sessões, fazendo tomar o ponto dos membros ausentes, ainda que tenham dado aula no mesmo dia ;

14, fazer tomar o ponto do corpo docente e dos outros empregados pelo porteiro da escola ;

15, presidir a todas as commissões julgadoras dos concursos que tiverem logar na escola, e dar sobre cada uma dellas e dos respectivos concurrentes as informações que possam interessar ao Governo ;

16, assistir, sempre que julgar conveniente, ao serviço lectivo ;

17, rubricar os pedidos mensaes para as despesas da escola ; ordenar a execução das autorisadas e assignar as folhas dos respectivos empregados, que mensalmente são enviadas à repartição fiscal ;

18, requisitar a compra de livros especiaes de assentamentos e registros para o pessoal docente e demais empregados, onde serão lançadas pontual e regularmente todas as occorrencias e notas relativas a cada um e os livros que forem necessarios para as matriculas e termos de exames dos alumnos ;

19, rubricar todos os livros da escola.

CAPITULO XIV

DO SECRETARIO

Art. 84. Ao secretario incumbe:

1.º, redigir, expedir e receber toda a correspondencia official, sob as ordens do director e segundo suas instrucções ;

2.º, receber, dar as necessarias informações e encaminhar todos os requerimentos feitos à directoria ;

3.º, assistir às sessões do conselho de instrucção ;

4.º, lavrar e subcrever, com os examinadores e com o conselho de concurso, os termos e actas dos exames e dos concursos ;

5.º, escripturar os livros especiaes de assentamentos e registros e livro de matricula dos alumnos ;

6.º, fazer mensalmente a folha de pagamento de todos os empregados da escola, inclusive os do magisterio, que tem de ser remettida para a repartição fiscal ;

7.º, cumprir as ordens do director, e, com licença deste, prorrogar a hora do expediente, sempre que for preciso para trazel-o em dia ;

8.º, propor ao director tudo o que for a bem do serviço da secretaria e da celeridade do expediente ;

9.º, instruir com os necessarios documentos todos os negocios que subirem ao conhecimento do director, fazendo succinta e

clara exposição delles, com declaração do que a respeito houver occorrido e interpondo o seu parecer nos que versarem sobre interesses de partes, quando lhe for ordenado pelo director ;

10, preparar os esclarecimentos que devam servir de base aos relatorios do director ;

11, fornecer aos alumnos os documentos de que tratam os arts. 8.º, 9.º e 13 ;

12, lavrar as cartas de pilotos e de machinistas, de accordo com os modelos annexos.

CAPITULO XV

DO PORTEIRO

Art. 85. E' obrigação do porteiro :

1.º tomar o ponto dos alumnos, em livro ou caderno para este fim destinado, e todos os dias apresental-o ao respectivo docente, que o authenticará ;

2.º declarar diariamente ao director quaes as aulas que não funcionaram ;

3.º conservar em estado de asseio as aulas, bem como a respectiva mobilia e mais material da escola ;

4.º detalhar o serviço dos serventes, de conformidade com as ordens do director ;

5.º receber os requerimentos e papeis das partes para lhes dar a conveniente direcção ;

6.º ter á seu cargo toda a mobilia que pertencer ao serviço da escola.

CAPITULO XVI

DOS SERVENTES

Art. 86. Compete aos serventes auxiliar ao porteiro em suas attribuições ; substituil-o, no caso de falta ou impedimento, de accordo com as ordens do director ; preparar as salas das aulas para as lições e entregar a correspondencia da escola.

CAPITULO XVII

DA NOMEAÇÃO, VENCIMENTOS E VANTAGENS

Art. 87. O secretario será nomeado por decreto, o porteiro por portaria do Ministro da Marinha e os serventes pelo director da escola.

Art. 88. Os vencimentos dos empregados, de que trata o artigo anterior, são os fixados na tabella annexa a este regulamento.

Art. 89. As aposentadorias serão reguladas pela lei em vigor.

Art. 90. Aos empregados da administração são extensivas as disposições relativas aos membros do magisterio nos casos de faltas e licenças, e ficam sujeitos ao regimen militar.

CAPITULO XVIII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 91. O Governo providenciará sobre os casos omissos do presente regulamento, podendo fazer, no prazo de um anno, as alterações indicadas pela experiencia, e que serão apresentadas pelo director, depois de ouvido o conselho de instrucção.

Art. 92. Os officiaes da Armada e do corpo de machinistas flavaes, que pertencerem ao magisterio, passarão para o quadro extraordinario, no qual terão accesso de conformidade com o que for estabelecido na lei de promoções da Armada.

Art. 93. Haverá na escola, além do livro de matricula dos alumnos e outro de exames, livros para os assentamentos do pessoal docente e da administração, para as actas dos conselhos de instrucção e de concurso, para registro da correspondencia e para actas de exames dos pilotos e machinistas que não frequentaram a escola.

Art. 94. Nenhum machinista de 2ª classe poderá ser admittido a exame para tirar a carta de primeiro, sem ter, pelo menos, um anno naquella classe, como machinista em viagem.

Art. 95. O candidato a machinista de 1ª classe requererá o exame ao director, que mandará submittel-o ás provas necessarias, de accordo com o programma annexo, depois de ter elle pago a taxa de dezeseis mil réis (16\$), que será cobrada em estampilhas. Este pagamento será feito depois de deferido o requerimento, e nelle o secretario collocará e inutilizará as estampilhas.

Art. 96. Os candidatos á carta de piloto e á de machinista, que não houverem cursado a escola, são obrigados a prestar exames de todas as materias do curso respectivo e ao pagamento da taxa de 20\$ por cada anno, e só serão admittidos a exame os candidatos maiores de 20 annos.

Art. 97. Os exames a que se refere o artigo anterior constarão de prova escripta e oral, com excepção dos exames praticos, que só terão prova oral.

Art. 98. O exame para machinista de 1ª classe só terá prova oral, excepto no que for exigido sobre desenho, de accordo com o respectivo programma.

Art. 99. Nenhum candidato á carta de machinista de 2ª classe, que não for alumno da escola, poderá ser admittido a exame nos termos do art. 96, sem provar que trabalhou durante 300 dias em officinas, sendo a terça parte desse tempo na de ajustador. Essa pratica poderá ser adquirida em officinas particulares ou nos arsenaes da Republica, e será provada com certidão ou documento equivalente. Os candidatos á carta de piloto, que não forem alumnos da escola, deverão provar que teem seis mezes, pelo menos, de viagem em navio de vela.

CAPITULO XIX

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 100. As disposições do art. 96 só entrarão em vigor quatro annos depois da execução do presente regulamento.

Art. 101. Durante quatro annos, contados da data da execução deste regulamento, os candidatos à carta de piloto prestarão exame de: calculo numerico por logarithmos; geometria elementar; trigonometria rectilinea e espherica; noções fundamentais de astronomia physica; pratica do uso da bussola, do chronometro e do sextante; perfeito conhecimento dos processos empregados na determinação da latitude e longitude no mar, sendo as longitudes deduzidas tanto das indicações do tempo dado pelo chronometro, como das distancias lunares; determinação da variação e desvio da agulha; apparelho, manobra e derrota dos navios. Este exame terá prova escripta e oral. Os candidatos à carta de machinista terão a de machinista de 3ª classe, cujo exame oral será feito de accordo com o programma annexo.

Os exames oraes para machinistas de 2ª e 1ª classes serão feitos de accordo com os programmes annexos.

Art. 102. Nenhum cidadão sera admittido aos exames de que trata o artigo anterior sem provar que é maior de 20 annos e que pagou a taxa de 16\$, cobra-la pelo modo marcado no art. 95.

Art. 103. Além do exigido pelo artigo precedente, o candidato à carta de machinista de 3ª classe deverá provar que tem o tempo de officina marcado no art. 99, e do modo estabelecido no mesmo artigo.

Igualmente devem satisfazer os candidatos à carta de piloto as exigencias do dito art. 99, na parte que lhes for referente.

Art. 104. Nenhum machinista de 3ª classe sera admittido a exame de machinista de 2ª classe sem provar que pagou a taxa estabelecida pelo art. 95 e que tem um anno de viagem como machinista.

Art. 105. Para o exame de machinista de 1ª classe serão observadas as disposições dos arts. 94 e 95.

Art. 106. A prova escripta dos exames de machinistas constará de: Machinista de 3ª classe—Um trecho citado, com o fim de provar que o candidato escreve corrente e correctamente o portuguez; calculos numericos sobre as quatro operações fundamentais da arithmetica sobre numeros inteiros, fracções ordinarias e decimaes, e complexos; systema metrico decimal; cubagem de carvoeiras de forma regular. Machinista de 2ª classe—O mesmo que para o machinista de 3ª classe e mais: cubagem de carvoeiras de forma irregular; calculos relativos a valvulas de segurança. Machinista de 1ª classe—O mesmo que é exigido para os machinistas de 2ª e 3ª classes, e mais—redacção de um relatorio sobre objecto de serviço, ou parte do estado de uma machina e do seu funcionamento durante uma viagem.

cujo enunciação será dado pela commissão examinadora; calculo de interpretação de um diagramma de indicador; traçado graphico de uma peça de machina destinado á execução.

A prova escripta do exame de piloto será exclusivamente pratica.

Art. 107. Os exames oraes de machinistas limitar-se-hão a questões de maior e immediata applicação pratica, de accordo com os programmas annexos.

Art. 108. Os actuaes machinistas de 4.^a, 3.^a e 2.^a classes, para melhorar de classe, ficam sujeitos ás disposições dos arts. 94, 99, 102, 103, 104, 105 e 106 do presente regulamento.

Art. 109. Enquanto não houver escolas de machinistas e pilotos em outros Estados, os candidatos á carta de machinista e piloto prestarão exames nos arsenaes de marinha da Republica, de accordo com este regulamento.

As commissões examinadoras compor-se-hão do inspector, como presidente, e do Director das officinas de machinas e de um ajudante do inspector, para os exames de machinistas; e de dous ajudantes do inspector, e na falta destes, de dous officiaes da Armada convidados pelo inspector, para os exames de pilotos. As cartas serão remettidas á Secretaria de Estado para serem assignadas pelo Ministro da Marinha.

Art. 110. Na Capital Federal, os exames de machinistas e pilotos continuarão a ser feitos como até hoje, observadas as disposições dos arts. 94, 99 e 102 a 108.

Art. 111. Por occasião da execução do presente regulamento o Governo nomeará os professores, sem dependencia de concurso.

Art. 112. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893. — *Custodio José de Mello.*

Tabella dos vencimentos do pessoal da Escola de Machinistas e Pilotos do Estado do Para

EMPREGOS	VENCIMENTOS		TOTAL
	Ordenado	Gratificação	
5 Professores.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
1 Professor de desenho.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1 Constructor de machinas.....	1:200\$000	1:200\$000
1 Secretario	1:333\$334	666\$666	2:000\$000
1 Porteiro	666\$666	333\$334	1:000\$000
2 Serventes	720\$000	720\$000

Capital Federal, 20 de abril de 1893. — *Custodio José de Mello.*

PROGRAMMAS PARA EXAMES PRATICOS DOS MACHINISTAS

Machinistas de 3ª classe

Estudo das machinas a vapor, tanto maritimas como locomoveis ou fixas ;

Nomenclatura de todos os orgãos de cada typo de machinas, modo do funcionamento dos mesmos orgãos ;

Definição de cavallo-vapor, força nominal, força indicada ;

Distribuição do vapor, utilidade e limites das expansões ;

Condensação por contacto e por injeção, condensadores ;

Propulsores, recuo, passo de helice, utilização da força propulsora, coeﬃciente de utilização em relação á área da secção immersa, coeﬃciente de utilização em relação ao deslocamento ;

Preceitos que devem ser observados quer para a boa conservação das machinas, quando em repouso, quer para a boa direcção, quando em movimento ;

Avarias que se podem dar em uma machina, quaes as mais frequentes, quaes as que podem ser reparadas com os recursos ordinarios de bordo ; quaes as providencias que, em geral, devem ser tomadas na eventualidade de avaria ; modo de fazer as reparações ;

Bombas, encanamentos, valvulas e torneiras ; seu uso e emprego ;

Lubrificantes ;

Descripção dos principaes typos de caldeiras em uso, quer a bordo, quer em terra ; seus accessorios ; preceitos para a boa conservação das caldeiras ; cuidados attinentes á alimentação, extracção e encrustação ; emprego do zinco como anti-calcareo ; utilização dos geradores ou poder de vaporisação ;

Ebullicão tumultuosa ou revolução nos geradores ; causas determinantes destes phenomenos, meios de evital-os ou impedil-os ;

Explosões, causas desses terriveis accidentes, meios de evital-os ;

Regras para a boa alimentação dos fogos, preceito concernente ao registro das chaminés, depois de extinctos os fogos ;

Avarias que se podem dar com frequencia nas caldeiras, meios de reparal-as ;

Manómetros, seu uso e emprego, graduação destes instrumentos ;

Combustão, tiragem natural e tiragem forçada ;

Indicadores, seu uso e emprego ;

Cubagem das carvoeiras ;

Escolha de combustiveis ; consumo de combustivel por hora e por cavallo indicado ;

Precauções a tomar para evitar a combustão espontanea do carvão nas carvoeiras ; meios de evitar sua propagação ;

Instrumentos proprios para apreciar o grão de concentração da agua nas caldeiras ;

Salinómetros ; saturometros ou pesa-saes ; quaes os meios empregados ; descripção e emprego ;

Valvulas de segurança ; calculos e exemplos relativos ás mesmas ;

Processos praticos mais empregados para alinhar uma machina.

Machinistas de 2ª classe

Diversos empregos das machinas a vapor: principio fundamental das mesmas ;

Definição das machinas de duplo e simples effeito ;

Principio das machinas atmosphericas ;

Expansão ;

Pressão do vapor durante a expansão ; vantagens e inconvenientes da expansão; expansão fixa ou natural e expansão variavel ; classificação dos órgãos de expansão variavel, quanto ao proprio órgão e quanto ao movimento dos mesmos ; vantagens e inconvenientes das differentes especies de expansão variavel ; expansão pelo systema Wolf ; machinas de triplice e quadrupla expansão ; vantagens e inconvenientes das mesmas ;

Classificação dosapparelhos a vapor empregados na navegação, sob os pontos de vista da pressão do vapor com que trabalham, do modo por que este é utilizado, da transmissão do movimento do embolo ao eixo motor, da posição dos cylindros e, finalmente, da especie do propulsor empregado ; vantagens e inconvenientes das machinas consideradas sob cada um destes pontos de vista ;

Distribuidores de vapor ao cylindro; classificação e regulamento dos mesmos ;

Cobro, avanço, angulo de calar em, angulo de avanço ;

Condensação : condensadores ; seu fim principal, vantagens e inconvenientes dos empregados a bordo ;

Manómetros : seu uso e emprego ; gradação ; quaes os mais empregados ;

Vacuo absoluto ; vacuo effectivo ;

Metaes mais empregados nas construcções das machinas ;

Avarias nas machinas e modo de remedial-as ;

Differentes maneiras de exprimir a força das machinas: cavallo-vapor ; força nominal ; força indicada ou absoluta ; força real ou effctiva ; formulas e calculos referentes ás mesmas ;

Indicador de pressão de Watt ; tipos de indicadores mais usados ; descripção detalhada ; uso e principio dos mesmos ; instalação do apparelho segundo o systema da machina, precaução antes de usar o apparelho, linha atmosphérica e seu traçado ; analye das curvas obtidas pelo indicador, deducção das curvas do indicador ou diagramma da pressão média e os tratallhos sobre o embolo ; calcular diagrammas e por elles conhecer os defeitos da machina ;

Propulsores empregados na navegação; rodas; elemento-dímetro; contas de pressão; velocidade da roda; angulo de entrada e de sahida; passo, avanço, rectio, differentes systemas de rodas; as vantagens e inconvenientes correspondentes;

Helice: classificação em relação à natureza da superficie das pás (variedades de helice), helice de passo constante e de passo variavel, a disposição das pás sobre a balsa, e a ligação com o respectivo eixo; abas ou pás; diametro; passo; avanço; rectio;

Caldeiras: classificação sob os pontos de vista da tensão do vapor, da configuração exterior e da disposição interna; descripção minuciosa das caldeiras em uso; methodo de estagnamento; serventia e manobra das valvulas: torneiras e encanamentos, que compoem os accessorios de uma caldeira; vantagens e inconvenientes das differentes especies de caldeiras; material empregado na sua construcção; installação a bordo e em terra; quaes as mais usadas; prova hydraulica das caldeiras e modo de realisal-a; conservação das caldeiras; meios de evitar os depositos em geral e particularmente as incrustações; vantagens e inconvenientes dos differentes meios empregados para esse fim; enchimento das caldeiras; alimentação com agua do mar; extrações continuas e periodicas; accidentes; suas causas e meios de attender-os; perigo especial dos depositos graxos; medidas a tomar quando a agua desaparece do tubo de vidro; sobre-aquecedores; vantagens e inconvenientes dos mesmos; agua nos cylindros; providencias a tomar; dizer de prompto os reparos que se devem effectuar no caso de avaria total ou parcial;

Trabalho das bombas e quaes as peças da machina e caldeira que soffrem os esforços directos do agente motor;

Conhecer o modo de construcção das differentes especies de machinas, tanto terrestres como maritimas, e detalhar suas differentes peças;

Lubrificadores; combustão; tiragem natural; tiragem forçada;

Cubagem das carvoeiras e escolha de combustiveis;

Por a machina em movimento: preparativos da partida; purgação; acceleração e diminuição de marcha; marcha lenta; parada; inversão de marcha;

Instrumentos proprios para apreciar o grão de concentração da agua nas caldeiras;

Salinometros; saturometros ou pesa-saes; quaes os mais empregados; descripção e modo de usal-os; meios de construir um pesa-sal a bordo; thermometro empregado como pesa-sal;

Valvulas de segurança: verdadeiro objecto das mesmas nos geradores, cuidados que lhes devem ser dispensal-os, de quantos modos podem ser carregadas, regras, exemplos e calculos relativos ás mesmas;

Combustão espontanea nas carvoeiras; precaução para evital-a; meios de combater o fogo nas carvoeiras;

Processos empregados para alinhar uma machina;

Machinas electricas e hydraulicas.

Machinistas de 1ª classe

O programma para o exame de machinistas de 2ª classe e mais :

Fazer um rascunho ou desenho de qualquer peça principal de machina, de modo que esse rascunho ou desenho, com as dimensões marcadas nelle, possa servir para a construção da peça ;

Calcular valvulas de segurança ; o esforço do corpo da caldeira ; os estaes e modo de cravação dos arrebites ;

Calcular as proporções que devem guardar entre si as diferentes peças de uma machina ; os esforços de tracção, de tracção e flexão em barras de ferro cylindricas, e os de tracção e flexão nas rectangulares, com pesos dados ;

Verificação e alterações necessarias na distribuição do vapor pelas valvulas divisoras, indicando quaes as diferenças produzidas nos diagrammas, rectificação e verificação do parallelismo dos eixos e modo de acerta-los ;

Combustiveis diversos, sua escolha ; poder vaporizador ;

Limpeza das caldeiras, fornalhas e chaminés, precauções a tomar nas paradas, precauções e disposições a tomar por occasião de render o quarto ; perdas de calor ; causas que podem produzir um abaixamento anormal do nivel de agua, medidas a tomar neste caso ;

Substituição dos arrebites e parafusos ; substituição de uma chapa da caldeira ;

Lubrificação e emprego das principaes materias lubrificantes ; meios praticos de conhecer si ellas contem acidos ou outras quaesquer substancias prejudiciaes às machinas.

Capital Federal, 20 de abril de 1893.— Custodio José de Mello

MODELOS DE CARTAS

Carta de machinista de 2ª classe

Republica dos Estados Unidos do Brazil

Escola de Machinistas e Pilotos do Estado do Pará

Em nome do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Eu (nome e posto do director), director da Escola de Machinistas e Pilotos do Estado do Pará, ten'lo presente os termos de approvação nos exames das materias do curso de machinas prestados pelo Sr....., natural

filho de, nascido em de de 18, ao qual foi conferido, no dia de 18, o titulo de machinista de segunda classe de navios a vapor do commercio e industrial, maudei passar-lhe, em virtude da autoridade que me confere o regulamento, a

presente carta, afim de poder elle exercer a sua profissão nos Estados Unidos do Brazil.

Belém, em de de 18

O director da Escola, O presidente do exame pratico

O secretario da Escola,

(Logar do sello)

As cartas dos pilotos que houverem cursado a escola são, *mutatis mutandis*, iguaes ás de machinista de 2ª classe.

Carta de machinista de 1ª classe

Republica dos Estados Unidos do Brazil

Escola de Machinistas e Pilotos do Estado do Pará

Em nome do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Eu (nome e posto do director), director da Escola de Machinistas e Pilotos do Estado do Pará, tendo presente o termo de approvação no exame pratico, feito de accordo com o respectivo programma, prestado pelo Sr., natural de , filho de de 18 , ao qual foi conferido no dia de 18 , o titulo de machinista de primeira classe de navies a vapor do commercio e industrial, mandei passar-lhe, em virtude da autoridade que me confere o regulamento, a presente carta, afim de poder elle exercer a sua profissão nos Estados Unidos do Brazil.

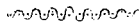
Belém, em de de 18

O director da Escola, O presidente do exame pratico,

O secretario da Escola,

(Logar do sello),

As cartas de piloto e de machinista de 3ª classe, que não cursaram a escola, são, *mutatis mutandis*, iguaes ás de machinista de 1ª classe.



DECRETO N. 1 63 — DE 29 DE ABRIL DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jarim, no Estado da Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Jarim, no Estado da Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 1191, o qual será organizado com os guardas qualificados no districto do Brejo das Serras, pertencente á referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de abril de 1893. 5.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

—————

DECRETO N. 1364 — DE 29 DE ABRIL DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sobral, no Estado da Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Sobral, no Estado da Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 1183, que se organizará com os guardas nacionaes qualificados no districto de Ipueriras, pertencente á referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de abril de 1893. 5.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

—————

DECRETO N. 1365 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará.

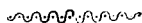
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Aracaty, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 117º, o qual será organizado com os guardas qualificados no districto de Limoeiro, pertencente á referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1366 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Crea na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Maragogipe, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 20º, que se organizará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1367 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Crea na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia, mais um batalhão do serviço activo e eleva a regimento o 9º esquadraão de cavallaria de guardas nacionaes.

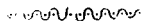
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 141ª, e é elevado a regimento, com quatro esquadraões e a designação de 22ª, o 9º esquadraão de cavallaria, os quaes se organisarão com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1368 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Crea na comarca da Capital do Estado da Bahia mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes.

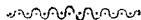
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca da Capital do Estado da Bahia mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 140, que se organisará com os guardas nacionaes alistados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5ª da Republica .

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1369—DE 20 DE ABRIL DE 1893

Crea na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 22º, que se organisará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1370 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo

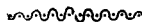
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca da Faxina, no Estado de S. Paulo, um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 79º, que se organisará com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1371 — DE 20 DE ABRIL DE 1893

Autorisa a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens* a construir um novo armazem na estação de Curitiba, por conta do custeio de sua estrada de ferro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie Générale de Chemins de Fer Brésiliens*, cessionaria, nos termos do decreto n. 7420 de 12 de agosto de 1879, los direitos e obrigações constantes dos decretos ns. 5912 e 6035, de 1 de maio e 20 de outubro de 1875, 6198 de 17 de maio de 1876 e 7035 de 5 de outubro de 1878, relativos à Estrada de Ferro de Paranaguá a Curitiba, resolve conceder-lhe autorisação para construir um novo armazem para mercadorias na estação de Curitiba, por conta do custeio da referida estrada, podendo despendir com as obras até a quantia maxima de 37:040\$268, de accordo com o projecto e orçamento que com este baixam assignados pelo director geral da Directoria de Viação.

O Dr. Antonio Paulino Limpo de Abreu, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 20 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. P. Limpo de Abreu.

Ante o Typographo

DECRETO N. 1372 — DE 27 ABRIL DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca de Muricy, no Estado das Alagoas

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

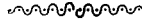
Artigo unico. Fica creado na comarca de Muricy, Estado das Alagoas, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá do 17º batalhão de infantaria, desligado do commando superior da comarca da União, reduzido a quatro companhias, de um batalhão de infantaria, com quatro companhias, com a designação de 48º, de um batalhão da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 17º, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões, sob a designação de 5º, ora creados, os quaes se organisarão com os guardas qualificados

nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1373 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Crea na Capital do Estado das Alagoas mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes.

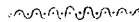
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na Capital do Estado das Alagoas mais um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes, que se compoza de quatro baterias e terá a designação de 2º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1374 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Abre um credito extraordinario de 5:200\$000, para pagamento do premio ao

Dr. José Luiz de Almeida Couto, lente cathedratico da Faculdade de Medicina da Bahia, e da impressão de sua obra intitulada « Lições de clinica medica e therapeutica ».

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, conformando-se com o parecer unanimemente approvado pela congregação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em sessão de 25 de janeiro de 1892, que considerou de valor scientifico e um prestantissimo livro de consultas pelos estudantes de clinica medica a obra do Dr. José Luiz de Almeida Couto, lente cathedratico da Faculdade de Medicina da Bahia, e de

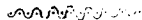
acordo com o art. 77 dos estatutos das Faculdades de Medicina approvados pelo decreto n. 9311 de 25 de outubro de 1884, e como a autorização contida no § 6º, n. 48, do art. 2º da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892:

Resolve abrir ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito extraordinario de 5:280\$, sendo 2:000\$ para pagamento do premio pecuniario ao Dr. José Luiz de Almeida Couto e 3:280\$ para a impressão da obra intitulada « Lições de clinica medica e therapeutica ».

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1375 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Crea mais um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes.

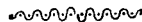
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Mar de Hespanha, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 103º, o qual será organizado com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1376 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Bomfim no Estado de Minas Geraes, mais um regimento de cavallaria, com quatro

esquadrões e a designação de 50º, o qual será organizado com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1377 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes.

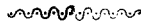
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Rio Novo, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 104º, o qual se comporá dos guardas nacionaes qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO,

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1378 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca de S. Simão, Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

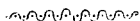
Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de S. Simão, no Estado de S. Paulo, se comporá do 39º e 60º batalhões de infantaria, já organizados e ora reduzidos a quatro companhias cada um, de um batalhão do serviço da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 94º,

e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 80^o, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1379 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia.

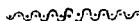
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Ilhéos, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 142^o, que se organisará com os guardas qualificados nas villas de Una e Olivença, pertencentes á referida comarca ; revoga-las as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1380 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Autorisa o vice-presidente do Banco da Republica do Brazil a assignar tambem os *bonus* emitidos pelo mesmo banco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil' attendendo á conveniencia de apres-sar a emissão de *bonus* a que se refere o decreto n. 1167 de 17 de dezembro de 1892, e na impossibilidade de serem elles assignados em curto prazo sómente pelo presidente do Banco da Republica do Brazil, resolve autorisar o vice-presidente do dito banco a assignar tambem esses

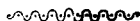
titulos, ficando nesse ponto alterados o art. 61 dos estatutos do mesmo banco e o art. 9º, § 2º, do citado decreto.

O Ministro dos Negocios da Fazenda assim faça executar.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Serzedello Corrêa.



DECRETO N. 1381 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de quinze mil dollars ao cambio de 27 dinheiros, sterlingos por mil réis, para pagamento devido á via ferrea Intercontinental.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que a vigente lei de orçamento não consigna verba para occorrer ás despesas dos trabalhos preliminares do tracção da Estrada de Ferro Intercontinental ;

Attendendo ao compromisso a que o Brazil está obrigado:

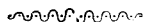
Resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de quinze mil dollars (\$ 15.000), ao cambio de 27 dinheiros sterlingos por mil réis, para satisfazer o pagamento da 3ª quota destinada aquella despesa.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1382 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Faz extensivo á Armada o decreto n. 1029 de 11 de novembro de 1890 que elevou a 21 annos a idade dos filhos varões dos officiaes do Exercito, para a percepção do meio soldo

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que dispõe o art. 85 da Constituição Federal:

Resolve elevar a 21 annos a idade de 18 fixada no art. 1º do decreto n. 475 de 11 de junho de 1890, para a cessação do abono

do meio soldo aos filhos varões dos officiaes da Armada e classes annexas, de harmonia com o que se pratica no Exercito, em virtude do decreto n. 1029 de 14 de novembro d'aquelle anno.

O Contra-Almirante Custodio José de Mello, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim faça executar.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Custodio José de Mello.



DECRETO N. 1.383 — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Autorisa a Companhia Banha Rio-Grandense Alves a integralizar as suas acções por meio da redução do seu capital.

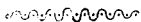
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Banha Rio-Grandense Alves, devidamente representada, resolve autorisa-la a integralisar as suas acções por meio da redução do seu capital, recebendo cada accionista duas acções de cem mil réis (100\$) por cinco com 40 % realisados, de conformidade com a resolução tomada na assemblea geral de accionistas de 8 e 9 de março do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viagem e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1383 A — DE 27 DE ABRIL DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca da Capital do Estado do Ceará mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com

quatro companhias e a designação de 118º, o qual ficará pertencendo à brigada de infantaria e se organizará com os guardas nacionaes qualificados no municipio de Porangaba, da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 27 de abril de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1384 — DE 6 DE MAIO DE 1893

Declara caduca a concessão feita à *Brasil Great Southern Railway Company, limited*, para prolongar a Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy, até Santo Angelo, com um ramal para Passo de S. Borja.

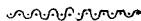
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a *Brasil Great Southern Railway Company, limited*, concessionaria, nos termos do decreto n. 380 de 9 de maio de 1890, do privilegio e garantia de juros para construcção do prolongamento da Estrada de Ferro de Quarahim a Itaquy, até Santo Angelo, com um ramal para Passo de S. Borja, interrompeu os respectivos trabalhos de construcção por mais de tres mezes, resolve, de conformidade com a clausula XI do supra mencionado decreto n. 380, declarar caducos o privilegio e garantia referidos.

O Dr. Antonio Francisco de Paula Souza, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 6 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1385 — DE 6 DE MAIO DE 1893

Prorroga o prazo marcado no decreto n. 9152 de 27 de junho de 1885.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requeru a Companhia de Seguros Garantia,

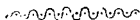
da cidade do Porto, devidamente representada, resolve prorogar por mais cinco annos o prazo que lhe foi marcado para funcionar pelo decreto n. 9452 de 27 de junho de 1885; ficando, porém, a mesma companhia obrigada a cumprir não só as clausulas que acompanharam o citado decreto, como também as formalidades prescriptas no art. 1º, § 2º, ns. 2 e 3 do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 6 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1386 — DE 6 DE MAIO DE 1893

Autorisa a Empresa União Industrial dos Estados Unidos do Brazil para transferir à Companhia S. Paulo-Rio Grande a concessão relativa á Estrada de Ferro de Itararé á Cruz Alta.

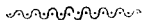
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Empresa Industrial dos Estados Unidos do Brazil, resolve conceder-lhe autorisação para transferir à Companhia S. Paulo-Rio Grande os direitos e obrigações referentes á Estrada de Ferro Itararé á Cruz Alta, nos termos dos decretos ns. 397 de 20 de junho de 1891 e 968 de 1 de agosto de 1892.

O Dr. Antonio Francisco de Paula Souza, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 6 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1387 — DE 6 DE MAIO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de S. José de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de S. José de Além Parahyba, no Estado de Minas Geraes, ficará reorganizado do seguinte modo:

Dos actuaes corpos ns. 90 do serviço activo, 61 do da reserva e 6 de cavallaria, reduzidos, este a quatro esquadras e aquelles a igual numero de companhias ;

Dos batallhões do serviço activo ora creados, com quatro companhias cada um e as designações de 179º e 180º, que se comporão dos guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1388 — DE 6 DE MAIO DE 1893

Concede authorisação á sociedade commanditaria por acções — Rodrigues Fontes, Oliveira & Comp., para funcíonar.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a sociedade commanditaria por acções — Rodrigues Fontes, Oliveira & C.^a, devidamente representada, resolve conceder-lhe authorisação para funcíonar com os estatutos que com este baixam ; não podendo, porém, constituir-se definitivamente sem que haja preenchido as formalidades prescriptas nos arts. 79 e 80 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891.

O Ministro do Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 6 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Sousa.

Estatutos da sociedade commanditaria por acções- Rodrigues Fontes, Oliveira & Comp., a que se refere o decreto desta data.

Art. 1.º Fica estabelecida nesta praça uma sociedade em commandita, por acções, sob a firma de— Rodrigues Fontes, Oliveira & Comp., a qual succederá em todos os haveres, direitos, pertenças e obrigações da Companhia de Molhados, Cereaes e Commissions.

Art. 2.º São socios solidarios Manoel Rodrigues Fontes e Francisco Guedes de Oliveira, commanditarios os demais accionistas da referida companhia.

Art. 3.º O capital social será de 450:000\$ do qual pertencem a cada um dos socios solidarios 10:000\$ e aos commanditarios 30:000\$ valor dado aos haveres da companhia, pela assembléa proporcionalmente ao numero de acções possuidas por cada um o quite do capital correspondente.

Art. 4.º Si produzir quantia superior a liquidação do activo e passivo da companhia, a differença será levada á conta de fundo de reserva, a cuja conta serão levados os prejuizos que se verificarem na liquidação do activo da referida companhia.

Art. 5.º O prazo de duração da sociedade sera de quatro annos, podendo ser prorogado.

Art. 6.º A firma Rodrigues Fontes, Oliveira & C.ª assume toda a responsabilidade do passivo da companhia, dividindo-se do seguinte modo as funcções dos dous socios solidarios:

a) O socio Manoel Rodrigues Fontes será o gerente;

b) O socio Francisco Guedes de Oliveira será o caixa e substituirá o gerente em suas faltas ou impedimentos.

Art. 7.º Durante o prazo da duração da sociedade não poderá ser alterada a firma social ora constituida.

Art. 8.º Os lucros sociaes serão divididos do seguinte modo: 10 % para fundo de reserva; 10 % para gratificação aos empregados, ao criterio do socio gerente; 40 % para os socios commanditarios; 20 % para o socio Manoel Rodrigues Fontes; 20 % para o socio Francisco Guedes de Oliveira, sendo que os socios solidarios nenhuma outra remuneração perceberão a titulo de ordenado ou gratificação.

Art. 9.º Será dado balanço nos haveres sociaes no dia 31 de dezembro de cada anno.

Art. 10. Os lucros verificados serão distribuidos até 31 de março do anno seguinte, a comegar de 1894.

Art. 11. Os lucros dos socios solidarios que não forem retirados ou quaesquer supprimentos que elles façam á sociedade, vencerão os juros de 7 % ao anno.

Art. 12. Cada um dos socios solidarios retirará, mensalmente, para suas despesas, um conto de réis, sendo-lhes esta importancia, que não poderá ser excedida, debitada para ser deduzida dos lucros que lhes couberem.

Art. 13. Os socios commanditarios nomearão annualmente uma commissão de tres, que verificará o balanço e sobre elle dará parecer; suas funcções serão gratuitas, exercendo seus direitos todas as vezes que lhe aprouver ou forem chamados para consulta.

Art. 14. O socio commanditario terá o direito de transferir o seu quinhão ou acção, sendo sempre ouvidos os solidarios, que terão preferencia em igualdade de condições: para sua resalva, o commanditario exigirá dos solidarios, que serão obrigados a dar, a resposta por escripto dentro de cinco dias.

Art. 15. O socio Francisco Guedes de Oliveira obriga-se a não levantar o aluguel da casa da rua Primeiro de Março n. 58 e Visconde de Itaboraí n. 7, durante o prazo de tres annos a contar de 28 de fevereiro deste anno, recebendo o aluguel mensal de 835\$000, sem direito a qualquer reclamação; fica entendido que, expirado o prazo do seu contracto ou accordo com o proprietario do predio, a sua renovação, ainda que seja feita por elle individualmente, pertencerá á firma social, si ella existir, sem que a firma pague ao Sr. Francisco Guedes de Oliveira mais do que o preço pelo qual elle a houver arrendado, ficando sujeito á multa de 15:000\$000.

Art. 16. Si no correr do prazo social se der o fallecimento de algum dos socios solidarios ou commanditarios, os seus haveres serão regulados pelo ultimo balanço e seus herdeiros serão embolsados por lettras aos prazos de seis, 12 e 18 mezes, ou com o abatimento de 10 % a receberem no prazo de nove mezes. Si o fallecimento se der antes do 1º balanço, se procederá a elle o o solidario ou solidarios convocarão a commissão que represente os commanditarios para resolverem.

Art. 17. Qualquer divergencia entre os socios solidarios será resolvida pela commissão de que trata a clausula XIII, que decidirá definitivamente.

Art. 18. Aos accionistas que não fizerem parte e que excluïrem-se por motivos legais da sociedade como commanditarios, indemnizará a nova firma do valor de suas acções pela quota da liquidação do activo e passivo da companhia.

Rio de Janeiro, 18 de março de 1893.— Os socios solidarios: *Munuel Rodrigues Fontes*.— *Francisco Guedes de Oliveira*.



DECRETO N. 1389 — DE 6 DE MAIO DE 1893

Approva com modificações os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo, comprehendidos entre os kilometros 10 e 182.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo ao que requerem a Companhia Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo, resolve approvar os estudos definitivos

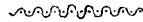
do prolongamento da sua linha ferrea relativos ao trecho comprehendido entre a parada do Faxinal, no kilometro 40, e a estrada em construcção de Pelotas ás colonias de S. Lourenço, no kilometro 189, com as modificações indicadas a tinta azul nas plantas rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação, independente das modificações que foram exigidas por occasião da locação da linha, devendo, além disso, ser adoptadas as seguintes variantes: 1ª Entre as estacas 3412 e 3700, afim de evitar concorrentemente com curvas de 101^m,28, de raio, rampas de 0^m,030; 2ª Entre as estacas 4351 x 10 e 4700 (kilometros 87 e 94), afim de evitar, não só o grande movimento de terras, como ainda a declividade maxima de 0^m,030, concorrentemente com curvas de 109^m,10 e 101^m,28 de raio, de modo que o declive maximo não exceda de 0^m,020; e 3ª Entre as estacas 7875 e 8234 (kilometros 157 e 164,6), afim de evitar rampas e contra-rampas de 0^m,030, concorrentemente com curvas de 100^m,10 de raio.

O Dr. Antonio Francisco de Paula Souza, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 6 de maio de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1390 — DE 6 DE MAIO DE 1893

Declara caduca a concessão feita para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Catalão a Matto Grosso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

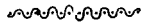
Attendendo a que o Banco Constructor do Brazil como concessionario e a Companhia Viação Ferrea Sapucahy como cessionaria do privilegio para construcção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Catalão a Matto Grosso, deixaram de apresentar á approvação do Governo os estudos definitivos e o orçamento da 1ª secção dentro do prazo de dous annos, nos termos da clausula V do decreto de concessão n. 862 de 16 de outubro de 1890, resolve declarar caduca a concessão e termo de transferencia, de accordo com o disposto na clausula LXII do supracitado decreto n. 862 de 16 de outubro de 1890 e o de n. 511 de 29 de agosto de 1891.

O Dr. Antonio Francisco de Paula Souza, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 6 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1391 — DE 6 DE MAIO DE 1893

Restabelece por ponto inicial a cidade das Alagôas para construcção da Estrada de Ferro Alagôas a Paulo Afonso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Attendendo a conveniencia de melhor conciliar os interesses geraes e locais, resolve restabelecer por ponto inicial a cidade das Alagôas para a construcção da Estrada de Ferro de Alagôas a Paulo Afonso, nos termos do contracto firmado entre o Governo do Estado das Alagôas e Tiburcio Alves de Carvalho em 22 de outubro de 1890 e consolidado pelo Governo Federal pelo decreto n. 993 de 8 de novembro desse mesmo anno; ficando por esta fôrma annullado dos estudos approvados pelo decreto n. 988 de 12 de agosto de 1892 o trecho comprehendido entre a referida cidade das Alagôas e o porto de Jaraguá, na extensão total de 25 kilometros.

O Dr. Antonio Francisco de Paula Souza, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 6 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1392 — DE 6 DE MAIO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da Capital do Estado das Alagôas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º A Guarda Nacional da Capital do Estado das Alagôas se comporá dos batalhões sob ns. 1 e 2 do serviço activo, 1 do

da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e 1 e 2 de artilharia de posição, com igual numero de baterias, e mais dos seguintes corpos, ora creados:

49º batalhão de infantaria e 18º batalhão da reserva, com quatro companhias cada um;

6º e 7º regimentos de cavallaria, com quatro esquadrões cada um;

1º e 2º regimentos de artilharia de campanha, com quatro baterias cada um.

Art. 2.º Todos esses corpos serão organisados:

O 1º batalhão de infantaria, o 1º da reserva, o 6º regimento de cavallaria, o 1º regimento de artilharia de campanha e o 1º e 2º batalhões de artilharia de posição, no districto de Maceió;

O 49º batalhão de infantaria e o 2º regimento de artilharia de campanha no districto de Jaraguá;

O 2º batalhão de infantaria e o 7º regimento de cavallaria, no districto de Pioca;

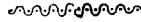
O 18º batalhão da reserva, nos districtos de Pioca e Jaraguá.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1393 — DE 6 DE MAIO DE 1893

Concede aos cidadãos Ferdinand Rodde e Antonio José Ferreira Martins

Filho autorização para fundarem na Capital Federal uma estação telephonica em communicação com a rede telephonica do Estado do Rio de Janeiro privilegiada pelo Governo daquelle Estado.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolve conceder aos cidadãos Ferdinand Rodde e Antonio José Ferreira Martins Filho autorização para fundarem na Capital Federal uma estação da rede telephonica do Estado do Rio de Janeiro, concedida ao segundo daquelles cidadãos por decreto do Governo do referido Estado de 30 de julho de 1891, sendo a ligação com a dita rede por meio de conductores aereos e devendo ser observadas as seguintes clausulas :

1.ª A concessão não importa privilegio, e o seu prazo será de vinte annos, contados da data do respectivo contracto;

2.ª Os concessionarios não podem estabelecer communicações telephonicas entre assignantes seus da Capital Federal sem prévio accordo com a Companhia Telephonica já estabelecida, nem os assignantes da Capital Federal e os da cidade de Nitheroy, sem prévio accordo com a empreza que explora a feita ao cidadão

Orozimbo Muniz Barreto pelo decreto n. 500 de 22 de agosto de 1891.

3.ª As linhas telephonicas dos concessionarios, em caso de cruzamento com as linhas telegraphicas e telephonicas da União, passarão sempre por baixo destas;

4.ª Os concessionarios pagarão aos cofres da União dez por cento (10%) sobre a terça parte da renda bruta annual de toda a rede que explorarem;

5.ª O centro telephonico da Repartição Geral dos Telegraphos será ligado á estação que os concessionarios estabelecerem na Capital Federal; communicando-se gratuitamente com todas as estações estabelecidas pelos mesmos;

6.ª Si, por conveniencia federal, o Governo tiver necessidade de resgatar a estação e as ligações a que esta concessão se refere, obriga-se a companhia a cedel-as, mediante accordo, baseado na importancia effectivamente nellas empregada, com o abatimento correspondente ao tempo decorrido e ao seu estado;

7.ª O Governo Federal reserva-se o direito de fiscalisar a empreza do modo que entender mais conveniente, devendo correr por conta della qualquer despeza que por ventura custar o serviço da fiscalisação;

8.ª Caducará esta concessão, si dentro do prazo de seis mezes, contados da data da approvação do plano da estação, não tiverem começo as respectivas obras, ou si, começadas, não estiverem concluidas um anno depois. Importará igualmente na caducidade da concessão a transgressão de qualquer das presentes clausulas, ou a caducidade da concessão feita pelo Estado do Rio de Janeiro;

9.ª A concessão não poderá ser transferida sem acquiescencia do Governo Federal.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 6 de maio de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1395 (*) — DE 18 DE MAIO DE 1893

Manda executar o accordo ampliativo sobre a execução das cartas rogatorias, concluido entre o Brazil e a Republica do Perú em 8 de junho de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º Tendo o Congresso Nacional approved o accordo ampliativo, para a execução das cartas rogatorias, concluido nesta

(*) Com o n. 1394 não houve acto.

Capital entre o Brazil e o Perú, em 8 de junho de 1891, que foi igualmente approvado pelo Poder Legislativo dessa Republica, mando que seja observado e cumprido tão inteiramente como nelle se contém.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim faça executar.

Capital Federal, 18 de maio de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.

Tendo o Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil e o da Republica do Perú julgado conveniente ampliar o accordo para a reciproca execução de cartas rogatorias concluido em Lima em 29 de setembro de 1879, afim de facilitar a transmissão de rogatorias que tenham por objecto simples citação ou intimação, os abaixo-assignados, Justo Leite Chermont, Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brazil, e Guilherme A. Seoane, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Perú, para isso devidamente autorizados, convêm no seguinte :

As cartas rogatorias para simples citação ou intimação, que tenham de ser cumpridas nos Estados do Pará ou do Amazonas e no Departamento de Loreto, serão legalizadas pelos consules dos respectivos paizes e transmittidas aos juizes deprecante e deprecado, por via dos governadores dos referidos Estados e do prefeito peruano.

A execução deste accordo fica dependente, nos dous paizes, de approvação do Poder Legislativo.

Em fé do que os abaixo-assignados firmam e sellam o presente accordo em duplicata nos dous idiomas.

Feito na cidade do Rio de Janeiro aos oito dias do mez de junho de mil oitocentos noventa e um.

(L. S.) *Justo Leite Chermont.*

(L. S.) *Guillermo A. Seoane.*

Juzgando conveniente el gobierno de la Republica de los Estados Unidos del Brasil y el del Perú la ampliación del pacto sobre cumplimiento reciproco de las cartas rogatorias o exhortos ajustado en Lima el 29 septiembre de 1879, afim de facilitar la transmisión de los que tengan por objeto la simple citación o emplazamiento, los infrascritos Justo Leite Chermont, Ministro de Estado de las Relaciones Exteriores del Brasil, y Guillermo A. Seoane, Enviado Extraordinario y Ministro Plenipotenciario

del Perú, para ello debidamente autorizados, convienen en lo siguiente :

Las cartas rogatorias o exhortos de simple citación o emplazamiento que hayan de cumplirse en los Estados del Pará o Amazonas o en el Departamento de Loreto, se legalizarán en los consulados de los respectivos países y se transmitirán a los juices deprecante y deprecado por los gobernadores de los referidos Estados y el prefeito peruano.

El cumplimiento de este acuerdo queda em ambos países sujeto a la aprobación del Poder Legislativo.

En fé de lo cual los infrascritos firman y sellan el presente acuerdo por duplicado en ambos idiomas.

Hecho en la ciudad de Rio Janeiro a los ocho dias del mes de junio de mil ochocientos noventa y uno.

(L. S.) *Justo Leite Chermont.*

(L. S.) *Guillermo A. Seoane.*

~~~~~

#### DECRETO N. 1396 — DE 18 DE MAIO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Petropolis, no Estado do Rio de Janeiro, se comporá dos actuaes 21º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, e 9º corpo de cavallaria, com quatro esquadrões, 3ª secção de batalhão de infantaria, ora elevada a batalhão, com quatro companhias e a designação de 56º, 4ª e 5ª secções de batalhão da reserva, tambem elevadas a batalhão e igualmente com quatro companhias cada um e as designações de 29º e 30º, e mais um batalhão de infantaria, ora creado, com quatro companhias e a designação de 57º.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

~~~~~

DECRETO N. 1397 — DE 18 DE MAIO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de S. João Marcos (antiga S. João do Principe), no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de S. João Marcos (antiga S. João do Principe), no Estado do Rio de Janeiro, se compora do 28º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, do 14º corpo de cavallaria, elevado a regimento com quatro esquadrões, da 4ª secção de batalhão de infantaria e 9ª secção do serviço da reserva, ora elevadas a batalhões com quatro companhias cada um, aquelle com a designação de 58º e este com a de 31º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1398 — DE 18 DE MAIO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca do Pomba, no Estado de Minas Geraes, ficará constituida dos batalhões do serviço activo sob ns. 36, ora reduzido a quatro companhias, 154, já creado com quatro companhias, e do 22º batalhão da reserva, igualmente reduzido a quatro companhias.

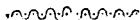
Art. 2.º Além desses corpos ficam creados mais um batalhão do serviço da reserva sob n. 105, que se organizará com os guardas nacionaes alistados na 5ª, 6ª, 7ª e 8ª companhias, do 22º batalhão e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a denominação de 51º, que se formará com os guardas desse serviço alistados nos districtos da comarca.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1399 — DE 18 DE MAIO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 379:185\$141 para occorrer ás despesas com o serviço da illuminação publica até ao fim do 2º trimestre do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, emquanto não se achar definitivamente organizado o Districto Federal, não pôde a Intendencia Municipal assumir a direcção de serviços que em virtude de lei lhe foram transferidos da União; e

Attendendo que o serviço da illuminação publica, contractado com a *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, por ser de natureza inadiavel, não pôde, sem gravame geral, deixar de ser mantido em sua plenitude;

Usando da faculdade outorgada pelo § 2º do art. 8º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, cujos effeitos perdurarão até á definitiva organização do Districto Federal; tendo ouvido o Tribunal de Contas, de conformidade com o art. 35 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro do anno proximo passado:

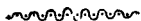
Resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 379:185\$141 com destino ao pagamento das despesas da illuminação publica e sua fiscalisação durante o 2º trimestre do corrente anno, as quaes em tempo opportuno, como as do 1º trimestre, serão indemnizadas pela Intendencia Municipal.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 18 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1400 — DE 18 DE MAIO DE 1893

Substitue o art. 9º das instrucções ~~regulamentares~~ da Estrada de Ferro Minas e Rio, pelo art. 11 das que vigoram na Estrada de Ferro Central do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Minas e Rio, resolve substituir o art. 9º das instrucções regulametaes em vigor naquella estrada que foram approvadas pelo

decreto n. 9889 de 19 de abril de 1884, pelo art. 11 das que vigoram na Estrada de Ferro Central do Brazil, seguinte :

« O viajante encontrado no trem, sem bilhete ou que não o apresentar á chegada, pagará o preço de sua viagem, augmentada de 50 %, contado da estação inicial da partida do trem, si não puder provar em que estação embarcou ; no caso contrario, pagará o preço da viagem, augmentado tambem de 50 %, a contar da estação em que tiver embarcado. O viajante encontrado no trem, com bilhete não carimbado ou perempto, além de pagar o preço de sua viagem, como acima, será passivel de uma multa de 10\$000.

« Considera-se perempto o bilhete que indicar dia ou trem diverso do da arrecadação e o de ida e volta que tiver excedido o prazo. »

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 18 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1402 (*) — DE 18 DE MAIO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Fructal, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Fructal, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de Guarda Nacional, que se comporá de um regimento de cavallaria, com quatro esquadroes e a designação de 44º, e do 172º batalhão de infantaria e 99º batalhão da reserva, ora creados, com quatro companhias cada um, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



(*) Com o n. 1401 não houve acto.

DECRETO N. 1403 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca da Laguna, no Estado de Santa Catharina.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca da Laguna, no Estado de Santa Catharina, um commando superior de Guarda Nacional, que se compora de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 23º, um regimento de artilharia de campanha, com quatro baterias e a designação de 3º, e um batalhão da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 9º, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1404 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Itú, no Estado de S. Paulo.

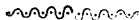
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Itú, no Estado de S. Paulo, se comporá do actual 9º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, e de mais dous batalhões de infantaria do serviço activo e um batalhão da reserva, com as designações de 185º, 186º e 95º, e um regimento de cavallaria sob o n. 81, aquelles com quatro companhias cada um e este com igual numero de esquadões, os quaes serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1405 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Campos Novos do Paranapanema, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Campos Novos do Paranapanema, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 187º, que será organizado com os guardas do mesmo serviço qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1406 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Sacramento, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 181º, que será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1407 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca da Lapa, no Estado do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca da Lapa, no Estado do Paraná, mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 4º, o qual será organizado com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1408 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de S. Domingos do Prata, no Estado de Minas Geraes.

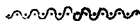
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de S. Domingos do Prata, no Estado de Minas Geraes, um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 52º, e um batalhão da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 106º, os quaes serão organizados com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1409 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Araxá, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Araxá, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 70º batalhão de infantaria do serviço activo e 48º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e de mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 182º, um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 107º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 53º.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organisados: o 70º, nos districtos de Conceição e Dores; o 182º, nos de S. Pedro e Pratinha; os 48º e 107º da reserva e 53º do regimento de cavallaria, nos districtos da mesma comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1410 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Declara sem effeito o decreto n. 550 de 17 de setembro de 1891, que autorisa a concessão para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre Ponta Grossa e Corumbá, e ramaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que o engenheiro architecto Francisco Joaquim Bethencourt da Silva e Christiano Cesar Continho deixaram de assignar o contracto que, pelo decreto n. 550 de 17 de setembro de 1891, faria effectiva a concessão para construcção, uso e gozo de uma estrada de ferro entre Ponta Grossa, no Estado do Paraná, e Corumbá, no de Matto Grosso, com dous ramaes que de Nioac se dirigissem para Bahus e ponto navegavel do rio Apa e mais tres ramaes que unissem Jatoby, Guarapuava e Tibagy,

resolve declarar sem effeito o referido decreto n. 550 de 17 de setembro de 1891.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1411 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Approva os estudos e orçamento para construção do 4º trecho do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil além de Sete Lagoas, na extensão de 30 kilometros entre as estacas 4500 e 5890+9.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos e orçamento apresentados pelo engenheiro chefe do prolongamento da Estrada de Ferro Central do Brazil, com o officio n. 281 de 27 de março ultimo, para construção do 4º trecho do mesmo prolongamento além da cidade de Sete Lagoas, entre as estacas 4500 e 5890+9, na extensão de 30 kilometros, estudos que a este acompanham rubricados pelo chefe da competente Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1412 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Approva os estudos e orçamento para construção do trecho de 35.300 kilometros do prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, comprehendido entre Bello Jardim e Pesqueira.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos e orçamento apresentados pelo director da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, com o officio n. 307 de 20 de março ultimo, para construção do trecho de prolongamento da mesma estrada comprehendido entre Bello Jardim e Pesqueira, na extensão de 35.300 kilometros a partir da estaca 2092 da 4ª secção, estudos que a este acompanham

rubricados pelo chefe da competente Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1413 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Approva o perfil longitudinal, planta e orçamento para a construção de um trecho da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos constantes do perfil longitudinal, planta e orçamento apresentados pelo engenheiro chefe da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, como officio n. 261 de 23 de março do corrente anno, para a construção do trecho da mesma estrada de ferro, da linha de Guarabira a Nova Cruz, na extensão de 20 kilometros, da estaca 0 a 1.000, estudos que a este acompanham rubricados pelo chefe da Directoria Geral de Viação, da competente Secretaria de Estado.

O Engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim fará executar.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1414 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Distillação e Aguas Mine-
raes *Christoffel-Stupakoff*.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de Distillação e Aguas Mine-
raes *Christoffel-Stupakoff*, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as modificações votadas pela assembléa geral de accionistas realisada a 14 de abril do corrente anno, ficando, porém, a mesma

companhia obrigada ao cumprimento das formalidades de que trata o art. 6.º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.

Estatutos da Companhia Distillação e Aguas Mine- raes «Christoffel-Stupakoff», a que se refere o de- creto acima.

CAPITULO I

DA COMPANHIA, SEUS FINS, SEDE, DURAÇÃO E CAPITAL SOCIAL

Art. 1.º Sob a denominação de Companhia Distillação e Aguas Mineraes *Christoffel-Stupakoff*, autorisada por decreto n. 306 de 14 de fevereiro de 1891, continúa a funcionar a sociedade anonyma, installada em 24 de janeiro de 1891 ; a qual se regerá pelos presentes estatutos, e nos casos omissos, pela legislação em vigor, tendo por fins :

1.º A fabricação e importação de bebidas alcoolicas e de aguas mineraes, proseguindo na exploração das fabricas por ella adquiridas, de G. Christoffel & C^a, H. Stupakoff & C.^a e J. Vilela & C.^a

2.º A montagem de alambiques para fabricação de aguardente, quando a directoria julgar conveniente.

3.º A exploração de quaequer outras industrias congeneres e que forem julgadas de interesse para a companhia.

Art. 2.º A companhia tem sua sede na Capital do Estado de S. Paulo e durará pelo prazo de trinta annos, contados da data de sua installação.

Paragrapho unico. O capital social é fixado em 1.400:000\$, divididos em quatorze mil acções de 100\$ cada uma.

CAPITULO II

DOS ACCIONISTAS

Art. 3.º E' accionista da companhia todo o possuidor de acção devidamente inscripta no respectivo registro da companhia.

Art. 4.º A companhia não reconhece mais do que um proprietario em cada acção e, quando por qualquer motivo ou titulo

uma acção pertencer a mais de uma pessoa, ficarão, a respeito daquella acção, suspensos todos os direitos até que uma só pessoa ou entidade legalmente represente todos os co-participantes da mesma acção.

Art. 5.º As acções serão nominativas ou ao portador. A conversão das acções nominativas em outras ao portador e vice-versa, se fará mediante proposta escripta, firmada pelo respectivo accionista, que sujeitará ao pagamento de uma taxa de 1\$000 por certificado, além dos sellos exigidos por lei.

Art. 6.º Os accionistas, que transferirem acções em caução ou penhor mercantil, conservam o direito de representação nas assembléas geraes, assim como o de receberem os respectivos dividendos, salvo estipulação em contrario, communicada por escripto á companhia.

Art. 7.º O accionista é responsavel pelo capital correspondente ás acções que houver subscripto ou lhe forem cedidas ; e aquelle que não realisar as suas entradas nos prazos annunciados, ou dentro dos trinta dias subsequentes, incorrerá na multa de dez por cento (10 %), além de ficar sujeito ás disposições da lei, que no caso couberem.

CAPITULO III

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 8.º A assembléa geral é a reunião dos accionistas inscriptos no registro da companhia, com antecedencia minima de trinta dias, regularmente convocados e em numero que represente pelo menos um quarto do capital social nos casos ordinarias e dous terços nos extraordinarios. A assembléa geral reunir-se-ha uma vez por anno, no mez de março, e extraordinariamente sempre que for convocada.

§ 1.º A reunião ordinaria terá por fim a discussão e deliberação sobre as contas da administração e parecer do conselho fiscal, a eleição da directoria e dos fiscaes, conhecimento e decisão de qualquer negocio de interesse para a companhia.

§ 2.º Nas reuniões extraordinarias não se poderá deliberar sobre assumpto alheio ao da convocação.

§ 3.º As convocações serão sempre motivadas e feitas, guardadas as formalidades legais, com quinze dias de antecedencia as primeiras ; e as outras, com a que for julgada conveniente.

Art. 9.º A assembléa geral será installada e presidida pelo presidente da companhia, que chamará dous accionistas para vogaes, os quaes serão incumbidos de verificar o numero de accionistas presentes, contar os votos, fazer a apuração dos mesmos, ler o expediente e redigir as actas, lavrando-as no livro competente.

Art. 10. O presidente e os dous vogaes constituem a mesa ; competindo ao presidente dirigir e regularisar os trabalhos.

Art. 11. As deliberações da assembléa serão tomadas pela maioria relativa dos accionistas presentes. As votações serão

feitas *per capita*, a menos que qualquer accionista, com direito de voto, reclame a votação por acções.

§ 1.º O presidente da assemblea geral, além do seu voto ordinario, terá o de qualidade.

§ 2.º Nenhum dos membros da directoria poderá votar em materia que tenha relação com os actos da administração.

§ 3.º Os possuidores de acções ao portador não poderão fazer parte das assembleas, sem que tenham depositado as mesmas acções no escriptorio da companhia, até 15 dias antes do fixado para a 1ª reunião.

§ 4.º As eleições serão feitas por acções e por escrutinio secreto.

§ 5.º Cada accionista terá direito a um voto por dez acções, até cinquenta votos, qualquer que seja o numero de acções que possuir.

§ 6.º O accionista que tiver menos de dez acções poderá comparecer á assemblea e discutir, mas não terá voto deliberativo.

Art. 12. Compete á assemblea geral: exercer as attribuições definidas nestes estatutos, deliberar sobre a reforma dos mesmos, prorrogação do prazo, dissolução, liquidação, e em geral sobre todos os negocios da companhia.

CAPITULO IV

DA DIRECTORIA E CONSELHO FISCAL

Art. 13. A directoria será composta de dous directores, eleitos em assemblea geral, sendo um director presidente e outro director gerente.

Art. 14. O mandato da directoria é de tres annos, podendo esta, no entanto, ser reeleita.

§ 1.º Quando algum director se achar impedido por mais de trinta dias, observar-se-hão as disposições do art. 18 dos presentes estatutos.

§ 2.º Si algum director eleito não aceitar o cargo depois de dissolvida a assemblea geral que o houver eleito, ou si elle vier a fallecer ou resignar o cargo, se procederá como no caso do paragrapho precedente, exercendo o accionista chamado para preencher a vaga as funcções de director até á primeira reunião da assemblea geral, á qual cabe prover definitivamente o cargo pelo resto do tempo do mandato da directoria.

§ 3.º Haverá um sub-gerente, nomeado pela directoria, percebendo o vencimento de sete contos e duzentos mil réis annuaes, que serão escripturados em despesas geraes, além da gratificação que annualmente lhe for marcada pela assemblea geral.

Art. 15. Como mandatarios, os directores são solidariamente responsaveis por sua gestão, nos termos da legislação em vigor, cessando essa responsabilidade quanto ao periodo de que prestarem contas, desde que estas forem approvadas pela assemblea geral, salvas as excepções da lei.

Art. 16. Cada director, antes de entrar em exercicio como titular ou interino, deverá depositar no cofre da companhia cem acções em caução de sua gestão.

Art. 17. São attribuições e deveres da directoria: administrar, superintender e fiscalisar, collectiva ou individualmente, os interesses da companhia e exercer todas as attribuições inherentes ao mandato, especificadas ou não nestes estatutos.

Art. 18. O director gerente é o substituto nato do presidente; para substituí-lo, em suas faltas ou impedimentos, o conselho fiscal convidará accionistas que reúnam as condições exigidas para o exercicio do cargo.

Art. 19. O director presidente terá de honorarios a quantia de seis contos de réis annuaes.

O director gerente terá nove contos de réis, como ordenado fixo, e mais dous por cento (2%) dos lucros liquidos, como gratificação *pro labore*.

Art. 20. Ao conselho fiscal compete:

1.º Zelar pela restricta execução dos estatutos e resoluções da assemblea geral;

2.º Examinar os balancos e contas, contractos, inventarios e apresentar á assemblea geral, juntamente com o relatorio da directoria, o seu parecer, com as observações que julgar convenientes, denunciando os erros, fraudes ou faltas que possam haver.

Art. 21. A commissão fiscal será composta de tres membros eleitos annualmente pela assemblea geral.

Na mesma occasião elegerá a assemblea tres supplentes que substituirão os titulares, em sua falta ou impedimento na ordem de votação ou na ordem do numero de acções que lhes pertencerem, no caso de igualdade de votos.

Art. 22. Para exercer o cargo de membros da commissão fiscal, o accionista eleito deverá possuir 25 acções.

Cada membro em exercicio perceberá o rendimento annual de seiscentos mil réis, que será lançado á conta de despesas.

Art. 23. Os deveres e attribuições da commissão fiscal são, além do que fica estabelecido nestes estatutos, os que determina a lei de sociedades anónimas, comprehendendo mais, quando julgar conveniente, reclamar da directoria circumstanciadas informações sobre o estado dos negocios sociaes.

CAPITULO V

DOS LUCROS DA COMPANHIA, DIVIDENDOS E FUNDOS DE RESERVA

Art. 24. Só se farão dividendos dos lucros liquidos effectivamente realisados no semestre.

Art. 25. No fim do 1º semestre de cada anno, a directoria, de accordo com o conselho fiscal, distribuirá um dividendo provisorio; e, no fim do anno do producto liquido verificado deduzir-se-ão: 10 % para fundo de reserva, 5 % para lucros suspensos, 2 % para o director gerente, como gratificação *pro labore*,

as percentagens de que trata o § 2º deste artigo, e do restante se fará o dividendo definitivo.

§ 1.º As percentagens destinadas ao fundo de reserva e a de lucros suspensos deixarão de ser deduzidas, para serem levadas à conta de dividendos, desde que aquelle fundo atinja a vinte por cento (20 %) do capital social, e a dez por cento (10 %) à conta de lucros suspensos.

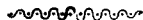
§ 2.º Do activo serão gradualmente excluidos os gastos de incorporação, instalação e outros titulos que, de momento, não possam ser convertidos em especie.

§ 3.º O fundo de reserva poderá ser convertido em apolices do Estado de S. Paulo, em predios urbanos na Capital do mesmo Estado; bem assim em titulos que offereçam real garantia de renda e de prompta realisação na venda, caso esta se torne necessaria.

Art. 26. Não serão distribuidos dividendos enquanto o capital desfalcado em razão de prejuizos não for de todo restabelecido, si para tanto não bastarem os fundos de reserva.

Art. 27. O anno financeiro para a companhia será contavlo pelo anno civil.

S. Paulo, 27 de abril de 1893.—*J. Wallace da Gama Cochrane.*



DECRETO N. 1415 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Mirador,
no Estado do Maranhão.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca do Mirador, no Estado do Maranhão, uma brigada de infantaria de guardas nacionaes, com a designação de 31ª, a qual se comporá dos batalhões de infantaria ns. 91, 92 e 93, e do da reserva n. 32, ora creados com quatro companhias cada um, e organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1416 — DE 25 DE MAIO DE 1893

Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Sant'Anna do Curralinho, no Estado do Maranhão.

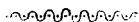
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Sant'Anna do Curralinho, no Estado do Maranhão, uma brigada de guardas nacionaes com a designação de 32ª, a qual se comporá dos batalhões de infantaria ns. 94, 95 e 96, e do da reserva n. 33, ora creados com quatro companhias cada um e organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de maio de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1417 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

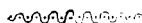
Concede á Escola de Pharmacia de Ouro Preto as vantagens de que gosam os estabelecimentos congêneres da União.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ás informações prestadas pelo commissario fiscal do Governo sobre os programmas de ensino e modo por que são executados na Escola de Pharmacia de Ouro Preto, resolve conceder a este estabelecimento, na forma do disposto no art. 309 do Código das disposições communs ás instituições de ensino superior, approved por decreto n. 1159, de 3 de dezembro de 1892, as vantagens de que gosam os estabelecimentos congêneres da União.

Capital Federal, 2 de junho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1418 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

Altera clausulas da concessão feita aos cidadãos Ferdinand Rodde e Antonio José Ferreira Martins Filho, por decreto n. 1393, de 6 de maio de 1893, para estabelecerem na Capital Federal uma estação telephonica.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Resolve alterar as clausulas 4.^a, 7.^a e 8.^a da concessão feita por decreto n. 1393, de 6 de maio de 1893, aos cidadãos Ferdinand Rodde e Antonio José Ferreira Martins Filho para fundarem na Capital Federal uma estação da rede tel-phonica do Estado do Rio de Janeiro, concedida ao segundo daquelles cidadãos por decreto do Governo do referido Estado de 30 de julho de 1891; ficando as ditas clausulas substituidas pelas que se seguem :

4.^a Os concessionarios pagarão aos cofres da União 5 % da renda bruta annual da estação telephonica ora concedida.

7.^a O Governo Federal reserva-se o direito de fiscalisar a empreza do modo que entender mais conveniente, devendo correr por conta della qualquer despeza que por ventura custar o serviço de fiscalisação; despeza que, porém, não poderá exceder a dous contos e quatrocentos mil réis (2:400\$) por semestre, os quaes os concessionarios depositarão adeantadamente no Thesouro Federal, no principio do periodo correspondente. Começará a fiscalisação por parte do Governo desde que forem apresentados á sua approvação os projectos referentes á presente concessão.

8.^a Caducará esta concessão, si, dentro do prazo de seis mezes, contados da data da approvação do plano da estação, não tiverem começo as respectivas obras, ou si, começadas, não estiverem concluidas um anno depois, ou si os concessionarios não apresentarem na Secretaria da Industria, Viação e Obras Publicas o contracto correspondente á presente concessão dentro de 60 dias da sua publicação no *Diario Official*.

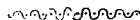
Importará igualmente na caducidade da concessão a transgressão de qualquer das presentes clausulas ou a caducidade da concessão feita pelo Estado do Rio de Janeiro.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 2 de junho de 1893, 5.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1419 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Hydraulica Pelotense.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Hydraulica Pelotense, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas na assemblea geral dos accionistas, realisada em 19 de julho do anno proximo passado; devendo, porém, a companhia satisfazer as formalidades ultteriores de que trata o art. 6.º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 2 de junho de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.

Alterações dos estatutos da Companhia Hydraulica Pelotense a que se refere o decreto acima.

Art. 2.º Em vez de 30 — diga-se 50 (cincoenta annos).

Art. 4.º Acrescente-se — e additamento de 28 de novembro de 1888.

Art. 5.º Substitua-se pelo seguinte: — O capital da companhia é de 1.000:000\$, dividido em 5.000 (cinco mil) acções de 200\$ cada uma, das quaes 3.000 (tres mil) no valor de 600:000\$ (seiscentos contos de réis) já estão integralisadas nas obras e encanamentos de que trata o contracto effectuado com Hygino Corrêa Durão em 1871. As restantes 2.000 (duas mil) acções, no valor de 400:000\$ (quatrocentos contos de réis), com 30 % (trinta por cento) realisados, sendo 20 % (vinte por cento) em bense effeitos segundo avaliação feita por tres louvados, approvada pela assemblea geral, e 10 % (dez por cento) em dinheiro, serão integralisadas em prestações á proporção das necessidades, nunca em prazos menores de trinta dias, a juizo da directoria e conselho fiscal.

§ 1.º O accionista que não realisar as suas entradas nos prazos marca los e annunciados nos jornaes desta cidade, fica sujeito ao commissão ou ao que dispoem os arts. 33 e 34 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, á opção da directoria e conselho fiscal, devendo correr todas as despezas por sua conta.

§ 2.º As 2.000 (duas mil) acções restantes, de que trata este artigo, serão em tudo equiparadas ás 3.000 acções anteriores, para todos os effeitos.

Art. 8.º Diga-se : — As acções são nominativas e as transferencias continuarão a ser feitas no livro de registro respectivo, por meio de termos assignados pelos cedente e cessionario, ou seus legitimos procuradores.

Paragrapho unico. Como está.

Art. 10. Elimine-se a palavra « nova ».

Art. 15. Substitua-se pelo seguinte: — Dos lucros liquidos de cada semestre serão deduzidos 2 % (dous por cento) para fundo de reserva, enquanto os dividendos não attingirem a 10 % (dez por cento) ao anno; dahi em diante a deducção será de 5 % (cinco por cento), até completar o quinto de capital da companhia. O fundo de reserva será convertido em apolices da divida publica geral ou estadual, á opção da directoria e conselho fiscal.

Paragrapho unico. Como está.

Art. 16. Diga-se: — A direcção e administração da companhia compor-se-ha de dous directores e um gerente, que serão eleitos na forma do art. 38, n. 1.

Paragrapho unico. Não poderão servir conjunctamente o cargo de directores o pae e o filho, o sogro e o genro, os irmãos e os cunhados durante o cunhadio, e os socios de uma mesma firma.

Art. 19. Diga-se — As suas decisões só serão válidas sendo unanimes.

No caso de accordo, será convocado o conselho fiscal, que, em reunião presidida pelo director mais velho, decidirá por maioria de votos.

Art. 21. Os directores perceberão um honorario de 1:000\$ annual cada um, pagos semestralmente. A assembléa geral ordinaria tem competencia para alterar o *quantum* ahi fixado, desde que a resolução seja tomada por dous terços dos votos presentes.

Art. 25. Diga-se — O conselho fiscal será composto de tres accionistas eleitos annualmente como do art. 38 e serão remunerados com 200\$ cada um, no fim de cada anno social.

Art. 31. Acrescente-se depois da palavra reunião — a palavra « ordinaria ».

O mais como está.

Art. 33. Em vez de — nomeado — diga-se — eleito por escrutinio.

O mais como está.

Art. 38. Em seu n. 1, onde se diz — tres directores — diga-se — dous.

Art. 42. Elimine-se.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

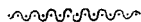
Art. 42. A actual directoria servirá como está até á primeira reunião ordinaria da assembléa geral, em que principiará a vigorar o disposto na emenda aos arts. 16, 19, 21 e 25, *in fine*.

Art. 43. A primeira entrada de 10 % (dez por cento) e as que se lhe seguirem, realisadas em dinheiro, relativas ás novas acções, perceberão o dividendo que lhes couber na proporção dos lucros havidos desde a data em que forem effectuadas.

A bonificação de 20 % (vinte por cento), de que trata o art. 5º, sómente perceberá dividendo depois de começadas as novas obras.

Nos artigos em que estiver a palavra — Imperial, substitua-se pela palavra — Federal; e — Provincial, por — Estadual. E onde se disser — Lei n. 3150, de 4 de novembro de 1882 — diga-se — legislação em vigor.

Pelotas, 3 de outubro de 1892.— *Joaquim T. da Costa Leite*, presidente.— *Julio J. da Silva*, secretario.— *Felix Antonio Gonçalves*.



DECRETO N. 1420 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercial.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Commercial. devidamente representada, resolve approvar a reforma dos seus estatutos, de accordo com as alterações votadas pela assembléa geral dos accionistas, realisada a 29 de março ultimo; ficando, porém, a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades de que trata o art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal. 2 de junho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PREIXOTO

A. F. Paula Souza.

**Alterações dos estatutos da Companhia Commercial
votados em assembléa geral de accionistas de 29
de março de 1893, a que se refere o decreto acima**

CAPITULO I

Art. 3º e suas alíneas substituido pelo seguinte:

A companhia tem por fim comprar, ensacar e vender café neste mercado ou em outro qualquer.

CAPITULO II

Art. 4.º Substituído pelo seguinte: O capital é de 966:800\$, dividido em 9.668 acções de 100\$ cada uma, podendo ser elevado quando se fizer preciso e assim o entender a assembléa geral dos accionistas; cabendo de preferéncia a distribuição das novas acções aos accionistas que na occasião representarem o capital da companhia.

Arts. 6º, 7º e 8.º Supprimidos.

Art. 9.º Passou para o art. 6º, alterando de 5 % para 10 % a percentagem nunca menos a tirar para fundo de reserva.

O § 1º do art. 9º passou a ser § 1º do art. 6º.

O § 2º do art. 9º passou a ser § 3º do art. 6º; accrescentando-se a este artigo (6º) o § 2º seguinte: Emquanto o fundo de reserva não tiver attingido a 50% do capital realiado, os dividendos não serão superiores a 20 %.

CAPITULO III

Art. 10 e seus paragraphos. Passou a ser o art. 7º e seus paragraphos.

Art. 11. Passou a ser o art. 8º.

Art. 12. Passou a ser o art. 9º.

O paragrapho unico do art. 12 passou a ser paragrapho unico do art. 9º.

Art. 13 e suas alineas. Passou a ser art. 10 e suas alineas.

Art. 14. Passou a ser art. 11.

Art. 15. Passou a ser art. 12; referindo-se na sua primeira parte ao art. 7º e não ao art. 10.

CAPITULO IV

Art. 16. Passou a ser o art. 13, substituído pelo seguinte:
A administração será composta de dous directores: presidente e director gerente.

Art. 17. Passou a ser o art. 14.

Art. 18. Passou a ser o art. 15, substituído pelo seguinte:

A eleição da directoria será feita pela assembléa geral ordinaria dos accionistas, por maioria absoluta de votos em escrutinio secreto, contendo as cédulas a indicação do nome para presidente e director gerente, e externamente a declaração do numero de votos que tem o accionista. Si no primeiro escrutinio não se verificar maioria absoluta, proceder-se-ha a segundo escrutinio entre os nomes mais votados, em numero duplo dos que tiverem de ser reeleitos, sendo bastante, neste caso, a maioria relativa de votos. Havendo empate, decidirá a sorte.

Art. 19. Passou a ser o art. 16.

Art. 20. Passou a ser o art. 17, substituído pelo seguinte:
No caso de vaga de um dos cargos de director, o director em

exercício conjunctamente com o conselho fiscal poderão nomear substituto de entre os accionistas que estiverem nas condições, provendo o lugar definitivamente a assembléa geral na sua primeira reunião.

Art. 21. Supprimido.

Paragrapho unico do art. 21. Passou a ser art. 18.

Art. 22. Passou a ser art. 19.

Art. 23. Passou a ser art. 20.

Art. 24. Passou a ser art. 21, substituido pelo seguinte: As reuniões da directoria serão conjunctas com o conselho fiscal, e terão lugar quando forem convocadas pelo presidente, lavrando sempre a competente acta, que será assignada pelos presentes.

Art. 25. Passou a ser art. 22, supprimindo-se as alíneas *a*, *b* e *d*; passando as alíneas *c*, *e*, *f* e *g* a serem *a*, *b*, *c*, *d*, deste artigo (22).

Art. 26. Passou a ser art. 23, substituido pelo seguinte: Cada director terá annualmente 12:000\$ de ordenado.

Art. 27. Passou a ser art. 24, substituido pelo seguinte: E' de competencia do presidente representar a companhia em todas as suas relações officiaes e em Juizo e fóra delle, fazer executar os estatutos, regulamentos e resoluções da directoria e das assembléas geraes, gerir o escriptorio e suas dependencias, e constituir mandatarios.

Art. 28. Passou a ser art. 25, substituido pelo seguinte: Ao director gerente compete a direcção do movimento de compra, ensaque e venda de café.

Art. 29. Passou a ser art. 26, substituido pelo seguinte: No caso de divergencia entre o presidente e o director gerente, será consultado o conselho fiscal, si porém, ouvida a opinião deste, os directores não chegarem a accordo, será o assumpto da divergencia submettido a uma assembléa geral de accionistas para resolver a respeito.

CAPITULO V

Art. 30. Passou a ser art. 27, referindo-se na sua ultima parte ao art. 10 e não ao art. 13.

Art. 31. Passou a ser art. 28.

Art. 32. Passou a ser art. 29, substituido pelo seguinte: Ao conselho fiscal compete, além dos casos previstos por lei, tomar parte nas reuniões da directoria, quando for por esta convocado.

Art. 33. Passou a ser o art. 30.

Art. 34. Passou a ser art. 31, substituido pelo seguinte: Cada membro do conselho fiscal terá o honorario de 1:200\$ annuaes.

CAPITULO VI

Art. 35. Passou a ser art. 32.

Paragrapho unico do art. 35. Supprimido.

Arts. 36 e 37. Supprimidos, substituindo-se pelos seguintes:

Art. 33. E' confirmado o mandato dos actuaes directores

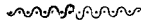
Custodio Monteiro de Carvalho Castanheira e Alberto Ferreira Moniz, que terminam a sua gestão em 31 de dezembro de 1894, passando o Sr. Alberto Moniz à categoria de director gerente.

Art. 34. O capital actual da companhia, de 3.000:000\$ passa a ser de 966:800\$, pela seguinte forma : Cada grupo de cinco acções com 40 % da direito a quatro acções de 100\$ integralisadas ; cada grupo de cinco acções com 30 % da direito a tres acções de 100\$ integralisadas.

Art. 35. Fica extincta a secção bancaria da companhia, que entra em liquidação.

Art. 38. Passou a ser art. 36.

Art. 39. Passou a ser art. 37.



DECRETO N. 1421 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de S. Joaquim da Costa da Serra, no Estado de Santa Catharina.

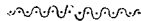
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Joaquim da Costa da Serra, no Estado de Santa Catharina, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 24^o, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de junho de 1893, 5^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1422 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca do Piranga, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

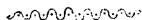
Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca do Piranga, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos

actuaes 10º e 11º batalhões de infantaria do serviço activo e 4º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e mais dous batalhões de infantaria, com igual numero de companhias e as designações de 183º e 184º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 54º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1423 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Carmo do Parnahyba, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Carmo do Parna-hyba, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de Guarda Nacional, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo e um batalhão da reserva, com quatro companhias cada um e as designações de 185º, 186º e 108º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 55º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districto da mesma comarca; revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1424 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Araguay, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Araguay, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de Guarda Na-

cional, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo e outro do da reserva, com quatro companhias cada um e as designações de 187º e 109º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 56º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1425 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

Crea mais um corpo de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul.

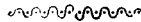
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca da Cachoeira, no Estado do Rio Grande do Sul, mais um corpo de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 155º, o qual será organizado com os guardas nacionaes qualificados no 6º districto da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1426 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

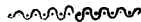
Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Sapucaia, no Estado do Rio de Janeiro, se comporá de um commando superior que será organizado com os actuaes 22º e 23º batalhões de infantaria, 10º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e 10º corpo de cavallaria, com quatro esquadões.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 2 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1427 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

Proroga por dous annos o prazo marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para o inicio da construcção de quatro saladeiros no referido Estado.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação constante do art. 6º, § 22, n. 6, da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, e attendendo ao que requerem a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da concessão feita pelo decreto n. 840, de 11 de outubro de 1890, resolve prorogar por mais dous annos o prazo estabelecido pelo decreto n. 584, de 3 de outubro de 1891, para o inicio da construcção dos saladeiros naquelle Estado, de que trata a clausula VI do primeiro destes dous decretos.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 2 de junho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1428 — DE 2 DE JUNHO DE 1893

Proroga por um anno o prazo fixado na clausula 3ª do decreto n. 862 de 15 de outubro de 1890, com a pena imposta na clausula 33ª, para conclusão das obras de construcção da estrada de ferro de Uberaba a Catalão.

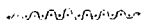
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Navegação, resolve conceder-lhe prorrogação por um anno do prazo fixado na clausula III do decreto n. 862 de 15 de outubro de 1890, com a imposição do maximo da multa indicada na segunda parte da clausula XXXIII do referido decreto e observadas integralmente as demais disposições da supradita clausula XXXIII.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 2 de junho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1429 — DE 10 DE JUNHO DE 1893

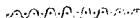
Crêa na China uma Legação e tres Consulados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, autorizado pela lei n. 97, de 5 de outubro de 1892, resolve crear na China uma Legação de 1ª classe com um 1º secretario, um Consulado Geral de 1ª classe e dous Consulados.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores o faça executar.
Capital Federal, 10 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.



DECRETO N. 1429 A — DE 10 DE JUNHO DE 1893

Prorroga até 31 de julho do corrente anno o prazo fixado na clausula 6ª de decreto n. 10250 de 31 de maio de 1889 para conclusão das obras de construção da Estrada de Ferro de Caxias a Cajueiros.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão e nos termos da autorisação constante do n. 6, art. 6º, da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, resolve conceder-lhe prorrogação, até 31 de julho do corrente anno, do prazo fixado na clausula VI do decreto n. 10.250 de 31 de maio de 1889 para conclusão das obras de construção da Estrada de Ferro de Caxias a Cajueiros, de que é concessionaria; com a obrigação, porém, de concorrer com a quota de 12:000\$ annuaes, por prestações semestraes a vencer, para despesas de fiscalisação, conforme dispõe o n. 3 do supra citado artigo e lei.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 10 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Sousa.



DECRETO N. 1430 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Crea mais um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de S. Sebastião do Cahy, no Estado do Rio Grande do Sul

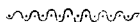
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Sebastião do Cahy, no Estado do Rio Grande do Sul, mais um batalhão do serviço da reserva, com oito companhias e a designação de 68º, o qual será organizado com os guardas nacionaes qualificados nos districts da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1431 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Marca o vestuario que, no exercicio de suas funcções e solemnidades publicas, devem usar os membros do Tribunal Civil e Criminal e pretores do Districto Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, à vista do disposto no art. 222 do decreto n. 1030, de 14 de novembro de 1890, resolve decretar que os membros do Tribunal Civil e Criminal e pretores do Districto Federal no exercicio de suas funcções e solemnidades publicas usem do vestuario marcado para os juizes de direito pelo decreto n. 1326, de 10 de fevereiro de 1854, devendo, porém, para os pretores ser a facha de chamalote encarnado.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1432 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na Capital do Estado do Ceará.

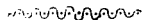
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na Capital do Estado do Ceará mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 119º, o qual ficará pertencendo á 2ª brigada de infantaria e se organisará com os guardas qualificados na respectiva região; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1433 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda nacional na comarca do Parahybuna, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica desligada do commando superior da comarca de Mogy das Cruzes a força de Guarda Nacional qualificada na de Parahybuna, ambas no Estado de S. Paulo, e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá do actual 13º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, da 5ª secção do serviço da reserva, elevada a categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 96º, e de mais um batalhão de infantaria, com igual numero de companhias e a designação de 188º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 189º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 82º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1434 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, um regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 18º, o qual será organizado com os guardas nacionaes qualificados nos districtos do municipio de Entre-Rios, da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1435 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Peçanha, no Estado de Minas Geraes.

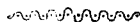
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Peçanha, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 189º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 57º, que serão organizados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1436 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Declara de nenhum effeito a concessão de juros feita pelo decreto n. 10.127 de 22 de dezembro de 1883 á Companhia Progresso Agricola, para o estabelecimento de um engenho central no Maranhão.

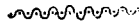
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Progresso Agricola, resolve declarar de nenhum effeito o decreto n. 10.127 de 22 de dezembro de 1888, pelo qual foi concedida á mesma companhia garantia de juros e mais faveres, para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar, com a denominação de engenho central S. Pedro, no valle do Pindaré, municipio de Monção, Estado do Maranhão.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1437 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes, se comporá do 27º, 37º e 38º batalhões de infantaria do serviço activo e 14º e 23º batalhões da reserva, já creados e ora reduzidos a quatro companhias cada um, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1438 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Autoriza a *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, Limited* para desapropriar a praça Silveira Martins, na cidade do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, Limited*, resolve conceder-lhe autorisação para desapropriar os terrenos da praça Silveira Martins, na cidade do Rio Grande do Sul, em beneficio do serviço da estação marítima da sua estrada de ferro, de conformidade com a planta e clausulas que com este baixam assignadas pelo director geral da Directoria de Viagem.

O Dr. Antonio Francisco de Paula Souza, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viagem e Obras Publicas, assigna e faz executar.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.

Clausulas a que se refere o decreto desta data

I

A *Southern Brazilian Rio Grande do Sul Railway Company, Limited*, fica autorizada para desapropriar, em beneficio da estação marítima da sua estrada de ferro, os terrenos da praça Silveira Martins, na cidade do Rio Grande do Sul.

II

Dos referidos terrenos será reservada para transito publico uma zona de 20 metros de largura, conforme a indicação feita na respectiva planta, devendo, no traçado das linhas que tiverem de ser construidas nessa parte, ser attendida a necessidade de não ficar impedida nem difficultada a passagem de carruetas, bonds e peões.

Capital Federal, 15 de junho de 1893. — A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1439 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Approva a modificação do trecho destinado ao estabelecimento da estação de S. Vicente, no prolongamento para Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana.

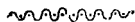
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, resolve approvar a modificação do trecho destinado ao estabelecimento da estação de S. Vicente, da linha do prolongamento para Santos, entre os kilometros 9839 a 10.940,988 equivalente ás estacas 491+19 antiga—489+3,39 até 547+0,88, assignalada a tinta amarella na planta que com este baixa rubricada pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1440 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Approva os estudos definitivos da variante entre os kilometros 421,798 e 490 da linha de Botucatu á foz do Tibagy, no rio Paranapanema, da Estrada de Ferro Sorocabana.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, resolve approvar os estudos definitivos da variante ao trecho já approvado entre os kilometros 421,798 e 490 da linha de Botucatu á foz do Tibagy, no rio Paranapanema; os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1441 — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Approva os estudos definitivos do prolongamento para Santos, da Estrada de Ferro Sorocabana, dos trechos entre os kilometros 13, 1-24 (S. Vicente e Serra) e 22-36 (Pinheirinhos e Santos).

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Sorocabana, resolve approvar, dos estudos definitivos apresentados do prolongamento de sua linha para Santos, os trechos entre os kilometros 13, 1 a 24 (S. Vicente e Serra) e 22 a 36 (Pinheirinhos e Santos); cujos estudos com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação; devendo ser modificados os restantes com uma variante entre os kilometros 73 da linha em trafego, a ligar-se mais ou menos no kilometro 20 do ultimo trecho (Pinheirinhos e Santos).

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1441 A — DE 15 DE JUNHO DE 1893

Crea uma brigada de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Iguará, no Estado do Maranhão.

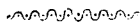
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creada na comarca de Iguará, no Estado do Maranhão, uma brigada de infantaria de guardas nacionaes com a designação de 33ª, a qual se compoza dos batalhões de infantaria ns. 97, 98 e 99, e o da reserva n. 33, ora creados com quatro companhias cada um, e organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de junho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1442 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Approva a mudança de local para ponto inicial da Estrada de Ferro de Santa Maria à Cruz Alta.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Compagnie de Chemins de Fer Sud Ouest Bresiliens*, resolve approvar a mudança do local designado como ponto inicial da Estrada de Ferro de Santa Maria à Cruz Alta, para outro mais apropriado indicado por-O-^{ra} planta que com este heixa rubricada pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1443 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Bambuí, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Bambuí, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de Guarda Nacional que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo com a designação de 197º e de um batalhão da reserva sob o n. 114, com quatro companhias cada um, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1444 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Dorés de Indaiá, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Dorés de Indaiá, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de Guarda Nacional que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo com a designação de 196º e de um batalhão da reserva sob o n. 113, com quatro companhias cada um, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1445 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Proroga por mais seis mezes o prazo para terminação das obras da Companhia Telephonica S. Paulo e Rio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Telephonica S. Paulo e Rio, concessionaria, pelo decreto n. 889 de 18 de outubro de 1890, de uma linha telephonica entre a Capital do Estado de S. Paulo e a Capital Federal, resolve prorogar por mais seis mezes, a contar de 1 de maio ultimo, o prazo que pelo decreto n. 1243 de 26 de janeiro do corrente anno lhe foi concedido para terminação das respectivas obras.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1446 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Approva os estudos e orçamento para a construção do trecho do prolongamento da Estrada de Ferro de Baturité, comprehendido entre os kilometros 288,800 em Humaytã e 389,690 em Quinquoé.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Resolve approvar os estudos e orçamento apresentados pelo director e engenheiro chefe da Estrada de Ferro de Baturité, com o officio n. 111 de 13 de junho ultimo, para a construção do trecho do prolongamento da mesma estrada, comprehendido entre os kilometros 288.800 em Humaytã e 389.690 em Quinquoé, estudos e orçamento que com este baixam rubricados pelo chefe da competente Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1447 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Considera de nenhum effeito o decreto n. 602 de 17 de outubro de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

A' vista do que propôz a directoria da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, resolve considerar de nenhum effeito o decreto n. 602 de 17 de outubro de 1891, que autorison a desapropriação da casa n. 2 situada á rua Desembargador Philippe, em Jaboatão, no Estado de Pernambuco, visto não ser necessaria ao prolongamento do desvio existente na estação do mesmo nome, na Estrada de Ferro Central daquelle Estado.

O Engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1448 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Approva o perfil longitudinal, planta e orçamento para a construção do trecho da estaca 1000 a 1500, da linha de Guarabira a Nova Cruz, na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

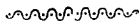
Resolve approvar os estudos constantes do perfil longitudinal, planta e orçamento que foram apresentados pelo engenheiro chefe da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, com officio n. 291 de 3 de abril ultimo, affin de ser construido o trecho na extensão de 10 kilometros, da estaca 1000 a 1500 da linha de Guarabira a Nova Cruz, na mesma estrada de ferro, estando os referidos estudos, que a este acompanham, rubricados pelo chefe da Directoria Geral de Vição da respectiva Secretaria de Estado.

O Engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, assim fica executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1449 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Approva os estudos constantes de planta geral, perfil longitudinal e orçamentos para a construção do trecho do ramal ferreo de Guarabira a Nova Cruz, comprehendido entre as estacas 1500 e 2711 17,5

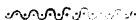
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Resolve approvar os estudos constantes de planta geral, perfil longitudinal e orçamento, apresentados pelo director da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, com o officio n. 540 de 2 de junho ultimo, para a construção do trecho do ramal ferreo de Guarabira a Nova Cruz, comprehendido entre as estacas 1500 e 2711 + 17,5, os quaes com este baixam rubricados pelo chefe da competente Directoria da Secretaria de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1450 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Declara caducos o privilegio, a garantia de juros adicional e mais favores do decreto n. 10.124 de 15 de dezembro de 1888, para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro de Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que os concessionarios da Estrada de Ferro de Victoria a Santa Cruz do Rio Pardo, para a effectividade dos favores geraes firmados pelo decreto n. 10.124, de 15 de dezembro de 1888, deixaram de promover junto ao Governo do Estado do Espirito Santo as modificações necessarias do contracto respectivo, nos termos da clausula XXX, resolve declarar caducos o privilegio, a garantia de juros adicional de 2 % e os demais favores geraes conferidos pelo referido decreto n. 10.124, de 15 de dezembro de 1888.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1451 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Declara caducos o privilegio, a garantia de juros e mais favores concedidos pelo decreto n. 10.409 de 19 de outubro de 1889, para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro do Rio Bonito a Cabo Frio.

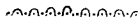
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a Companhia Estrada de Ferro Rio Bonito a Cabo Frio deixou de realisar as obras de construção da estrada de ferro de que é cessionaria, dentro do prazo fixado na clausula VII do decreto de concessão n. 10.409, de 19 de outubro de 1889, e de accordo com o disposto na clausula XXXVIII do mesmo decreto, resolve declarar caducos o privilegio, a garantia de juros e mais favores fixados no supradito decreto.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1452 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Petropolis Industrial e Agricola.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Petropolis Industrial e Agricola, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas pela assembléa geral de accionistas realisada a 23 de setembro do anno proximo passado.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.

Alterações dos estatutos da Companhia Petropolis Industrial e Agricola, a que se refere o decreto acima.

O art. 9º fica alterado e redigido do seguinte modo:

A companhia será administrada por tres directores, sendo um o presidente e gerente; outro, o secretario; outro, o thesoureiro, com as disposições indicadas já nos estatutos e nas disposições em vigor.

O art. 15 fica desta forma:

Os directores serão eleitos pelos accionistas em assembléa geral e servirão pelo prazo de seis annos e dentre si elegerão o presidente, secretario e thesoureiro.

O art. 17 fica assim concebido:

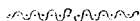
A directoria se reunirá sempre que for necessario.

O art. 20 é conservado, accrescentando-se no final as palavras seguintes:— de accordo com o conselho fiscal.

As disposições contidas nos paragraphos do art. 22 serão reunidas ás dos paragraphos do art. 25, em relação ao gerente; ficando, portanto, eliminado o referido art. 25.

O art. 27 fica modificado por esta forma: onde se lê 100 acções, diga-se — 10 acções.

Ficam revogados os arts. 40 e 41 dos estatutos.



DECRETO N. 1453 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Cantagallo, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

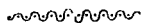
Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Cantagallo, no Estado do Rio de Janeiro, compor-se-ha dos actuaes 20º batalhão de infantaria e 9º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, 8º corpo de cavallaria, reduzido a quatro esquadrões, e mais dous batalhões de infantaria, com quatro companhias e as designações de 59º e 60º, e um corpo de cavallaria, com quatro esquadrões, e a designação de 20º, ora creados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1454 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Jardim, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Jardim, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 120º, o qual será organizado com os guardas qualificados no districto do Brejo dos Santos, pertencente á referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1455 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Concede autorização á sociedade anonyma *Norton, Megaw & C.^a, limited*, para funcionar no Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a sociedade anonyma *Norton, Megaw & C.^a, limited*, devidamente representada, resolve conceder-lhe autorização para funcionar no Brazil, mediante as clausulas que com este baixam assignadas pelo Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas; ficando outrossim a mesma companhia obrigada ao que dispõe o art. 1º, § 2º, ns. 2 e 3, do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras. Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 1455 desta data**

I

A sociedade anonyma *Norton, Megaw & C.^a, limited*, é obrigada a ter um representante no Brazil, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida sociedade anonyma reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, nem recorrer á intervenção diplomatica, sob pena de nullidade da presente autorização.

III

A companhia não poderá funcionar enquanto não depositar no Thesouro Nacional a quantia de vinte contos de réis (20:000\$) em ouro ao cambio par, para garantir o pagamento de futuros direitos e obrigações.

IV

O deposito de que trata a clausula anterior será feito pela companhia com a declaração do fim a que é destinado, e que não poderá ser levantado sinão por ordem do presidente da Junta Commercial da Capital Federal.

V

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos. Ser-lhe-ha cassada a licença para funcionar no Brazil si infringir esta clausula.

VI

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de duzentos mil réis (200\$) a dous contos de réis (2:000\$000).

Capital Federal, 5 de julho de 1893.— *A. F. Paula Souza.*

Eu abaixo assignado Henry de Meray, tabellião publico da cidade de Londres, por nomeação real, devidamente juramentado e em exercicio, certifico que a traducção em idioma portuguez, que vae aqui annexa sob o sello do meu officio, é versão fiel e conforme do exemplar official, na lingua ingleza, da escriptura de constituição e estatutos sociaes da sociedade *Norton, Megaw & Comp. limited*, e que o dito exemplar official, tendo a paginas 3 e 18 a assignatura, que certifico verdadeira, do Sr. John Samuel Purcel, registrador de sociedades anonymas da Inglaterra, tem todas as provas de authenticidade que exigem as leis inglezas, e é digno, portanto, assim como o é a referida traducção, de toda fé e credito tanto nos tribunaes de justiça como fóra dos mesmos. Em testemunho do que, para fazer constar onde convier, e para todos os effeitos legais, passo o presente, que assigno e sello com o sello do meu dito officio em Londres aos 30 dias de novembro de 1892. Resalvo as emendas que dizem — estabelece—navios—prelaticios—encerrar. *In fulcm.*— *H. de Meray*, notario publico.

(Traducção)

37.635. C. N. L.— 36.684/2 — Registrado — 20.703 — 26 de novembro de 1892 (estampilhas e sello).

Leis de 1862 a 1890, relativas ás companhias.

Companhia de responsabilidade, limitada por acções.

Escriptura social constitutiva de Norton, Megaw & Comp., limited.

1º, o titulo da companhia é *Norton, Megaw & Comp., limited*.

2º, a sede social será estabelecida na Inglaterra.

3º, são os fins para os quaes se estabelece a companhia:

a) adquirir os negocios brazileiros e os bens, navios, barcos ou quinhões ou interesses em quaesquer bens, navios e barcos da Norton, Megaw & Comp., e continuar ou dedicar-se a todos ou quaesquer dos seus ramos ;

b) dedicar-se no Brazil (a saber. na área do territorio nesta data sito na Republica do Brazil):

1) aos commercios de negociantes geraes ;

2) aos negocios de contractantes ou agentes de empréstimos, publicos ou particulares, e à compra e venda de acções e valores ;

3) aos negocios de proprietarios armadores, agentes ou gerentes ou estivadores de navios, barcaças, lanchas ou outras embarcações ;

c) fazer o que quer que for necessario para que se estabeleça um domicilio brazileiro para a companhia ;

d) pôr em execução os diversos negocios particularisados nesta escriptura, quer por si só, quer em união a quaesquer outras companhias ou pessoas ;

e) executar quaesquer outras cousas que a companhia de tempos a outros possa considerar como incidentes ou conducentes à obtenção de quaesquer dos fins antes indicados ou que de outra forma sejam a beneficio da companhia, e em assim quaesquer outros fins addicionaes ou extensivos que decidir e resolver a companhia de tempos a outros por deliberação especial ;

f) praticar todas as cousas que sejam incidentes ou conducentes aos objectos acima indicados.

4) a responsabilidade dos accionistas é limitada ;

5) o capital nominal da companhia é de £ 100.000, dividido em 20.000 acções de £ 5 cada uma.

Nós, as diversas pessoas cujas assignaturas e direcções vão subscriptas, desejamos organisar-nos em uma companhia, de conformidade com esta escriptura social constitutiva, e concordamos respectivamente subscrever o numero de acções do capital social que se vê ao lado dos nossos nomes respectivos.

Nomes direcções e qualidades dos accionista — numero de acções assignadas por cada accionista

Robert Norton, negociante, 36 Line Street, Londres E. C., nove mil novecentas e noventa e sete ; Matthew George Megaw, negociante, 36 Line St. Londres, E. C., nove mil novecentas e noventa e sete ; John Valentine Hall, negociante, Princes Chambers, 56 Pall Mall, S. W., uma ; Rees Lloyd Rice, antigo negociante, 15 ; Fulham Place W., uma ; Bernard Byrne, negociante antigo, Hill House, Wembleton, uma ; Matthew Patterson, negociante, 36 Line St. E. C., uma ; William Hux, solicitador, e East India Avenue, Londres E. C., uma ; Charles Weston Leugley Hux, solicitador, 3 East-India Avenue, Londres E. C. uma.

Em data de 24 de novembro de 1892. — Testemunha das assignaturas supra, John James Nelson, caixeiro dos Srs. Hux Son & Comp., 3 East India Avenue, Londres. E. C., solicitadores.

E' exemplar conforme. — J. S. Purcell, registrador de sociedades anonymas (estampilha).

37.635 — C. N. L. — 36684/3 — Registrado — 29.704 — 26
de novembro de 1892. (Estampilhas e sellos.)

Leis de 1862 a 1890, relativas a companhias.

Companhia de responsabilidade limitada por acções.

Estatutos sociaes de Norton, Megaw & Comp., limited

I

CONSTITUIÇÃO

1. As clausulas do appendice A da lei de companhias do anno de 1862 não serão applicaveis. Os regulamentos da companhia serão os seguintes, mas serão sujeitos á revogação e alteração, na fôrma que determinam as leis e os presentes estatutos.

II

NEGOCIOS E ADMINISTRAÇÃO GERAL

2. Os negocios da companhia poderão comprehender todos os objectos autorisados pela escriptura social, e poderão ser começados ao tempo da incorporação da companhia ou em qualquer data posterior.

3. Sujeito ás disposições abaixo consignadas, os negocios da companhia serão administrados e dirigidos por um ou mais gerentes geraes, e todos os actos, materiaes e assumptos executados ou mandados executar, em relação á companhia e seus negocios e administração, pelo gerente geral, serão considerados como feitos pela companhia.

4. A firma de Megaw and Norton, de Londres (conforme se achar constituida de tempos a outros), serão os gerentes geraes da companhia (sendo algumas vezes designados «os gerentes» nesta escriptura). Elles continuarão em exercicio até que a companhia nomeie outros gerentes, e só se poderá effectuar uma mudança qualquer na administração geral por uma resolução votada em assembléa geral extraordinaria, á qual deverão assistir pessoalmente e votar accionistas que possuam tres quartas partes em valor das acções emitidas nessa época.

5. Os gerentes escripturarão ou farão escripturar contas exactas de todas as quantias recebidas e gastas pela companhia, e dos assumptos relativos, aos quaes dão-se os mesmos recibos ou gastos, dos capitaes, activos, creditos e passivos da companhia e de todos os outros assumptos necessarios para expôr o verdadeiro estado e condições da companhia e dos seus negocios.

6. Os gerentes escripturarão ou farão escripturar contas exactas e livros em que se lançarão correcta, fiel e devidamente todos os negocios e transacções referentes á companhia, e todos

os livros, contabilidade e papeis numerarios e valores em representação de numerarios e outros assumptos relativos aos negocios da companhia ou quaesquer delles poderão ser escripturados no Brazil ; mas os gerentes enviarão á séde social cópia de todos os documentos que forem necessarios para demonstrar o estado actual dos assumptos sociaes, e as ditas cópias e bem assim todos os outros livros, archivos, registros ou outros documentos que as leis ou estes estatutos exijam que sejam escripturados, serão conservados pelos gerentes na séde central.

7. Os gerentes farão dar balanço aos livros da companhia até ao 31 de dezembro de cada anno, e farão escripturar em Londres um balancete completo e exacto.

8. Em cada reunião annual da assembléa, os gerentes geraes apresentarão o dito balancete á assembléa, acompanhado de um relatorio sobre o estado e condição da companhia e sobre a quantia que recommen lem que dos lucros se deva distribuir por dividendos aos accionistas, na fórma que vae abaixo mencionada.

9. Poderão os gerentes, além dos poderes e faculdades que por direitos ou por estes estatutos lhos sejam expressamente outorgados ou conferidos, exercer todos os poderes, dar todos os consentimentos, fazer todos os ajustes e em geral executar todos os actos e cousas que os presentes estatutos indiquem ou autorizem que sejam exercidos, dados, feitos e executados pela companhia, sujeitando-se, porem, ás disposições das leis e destes estatutos, e sujeitando-se tambem aos regulamentos (havendo-os) que de tempos a outros prescrever a companhia reunida em assembléa. Mas nenhum regulamento feito pela companhia reunida em assembléa invalidará qualquer acto anterior praticado pelos gerentes, que, a não ter se prescripto o regulamento, teria sido válido.

10. Os gerentes providenciarão quanto á boa custodia do sello social. Não se empregará o sello sinão por ordem dos gerentes, e sómente pela fórma que elles indicarem. E cada escriptura ou documento de outra natureza a que for necessario affixar o sello, será referendado com a assignatura da firma dos gerentes.

11. Os gerentes poderão, sem precisar mais poder ou autorização dos accionistas, praticar as cousas seguintes, a saber :

a) poderão, a seu juizo, dar todos os passos, outorgar todos os documentos, celebrar todos os compromissos e effectuar todos os pagamentos que houverem por bem para fazer domiciliar devidamente a companhia no Brazil ou *incorporar-a no Brazil* ; e do mesmo modo nomear (quer no Reino Unido, quer no Brazil ou em outros logares) banqueiros, advogados e gerentes ou superintendentes da companhia, revogar essas nomeações, nomear e demittir todos os outros empregados, engenheiros, operarios, artifices, caixeiros e criados, quer em serviço temporario, permanentemente ou especial, segundo de tempos a outros entenderem, para dar andamento aos negocios sociaes, e poderão determinar os deveres dessas pessoas, fixar os seus salarios ou vencimentos e pagar-lhos com os fundos sociaes. Poderão, em todos os em quaesquer casos que assim entenderem, exigir que seja prestada

fiança por todos os empregados, caixeiros, criados e officiaes da companhia, até á quantia que julgarem sufficiente para garantir o desempenho fiel dos seus respectivos deveres ou serviços ;

b) poderão empregar os agrimensores, avaliadores, agentes ou corretores, nos logares que melhor entenderem para desenvolver os interesses sociaes, e poderão pagar-lhes os honorarios, comissões ou outras remunerações que julgarem justas ;

c) poderão passar, dar, acceitar, endossar, transferir descontar e negociar quaesquer letras de cambio, ou escriptos de divida, cheques de bancos ou outros, ou outras obrigações semelhantes, conforme entenderem convenientes para fazer os negocios da companhia ;

d) poderão construir, demolir, alterar, remover ou converter quaesquer trapiches, casas ou edificios pertencentes á companhia, e poderão erigir o edificar outros trapiches, casas e edificios em logar daquelles, em quaesquer terrenos pertencentes á companhia ou por ella comprados, arrendados ou alugados, e poderão de tempos a tempos alterar ou converter quaesquer dos mesmos trapiches, casas ou edificios antes mencionados, pela fórma que considerarem necessaria ou conveniente para fazer proseguir os negocios sociaes ;

e) poderão comprar, adquirir, vender, arrendar ou alugar terras, propriedades, bens corporeos, edificios, machinas, materias fixos ou bens mobiliarios, ou immobiliarios e effectos e outros requisitos para os objectos da companhia, e quer por si só, ou em união a quaesquer outras companhias ou particulares ;

f) não poderão tomar dinheiro emprestado em nome, ou de outra fórma, por parte da companhia, por meio de hypotheca sobre todos ou quaesquer dos bens sociaes ou por meio de obrigações ou titulos de *debentures* ;

g) poderão instituir, demandar, defender, transigir, louvar em arbitros e desistir de quaesquer acções juridicas ou outras e reclamações feitas pela companhia ou contra ella, e que de qualquer outro modo digam respeito aos negocios sociaes ;

h) sem prejuizo da generalidade de todos ou quaesquer dos poderes e faculdades dos ditos gerentes, poderão elles de tempos a tempos, para qualquer um ou mais dos fins sociaes, obrar fóra do Reino Unido da Gran-Bretanha e Irlanda por intermedio de um ou mais procuradores (ou seus substabelecidos), autorizados por escriptura de procuração bastante para que obrem fóra do dito Reino Unido assim e com o objecto de que possam os ditos gerentes, em todos ou quaesquer dos assumptos da companhia, obrar por intermedio dos mesmos seus procuradores, tão plena e effectivamente como o podem ou qualquer um ou mais socios da firma dos gerentes poderiam obrar por intermedio de procuradores, em quaesquer assumptos de causa propria, e isso quer em nome da companhia ou no nome da citada firma ;

i) poderão, a seu juizo, passar e outorgar escripturas de procuração sobre o sello symbolico social, com ou sem poderes de substabelecer ;

j) poderão determinar a forma do sello symbolico da companhia, e poderá o sello symbolico ser de tempos a outros alterado, quebrado ou destruido por elles, ou segundo resolvam, e de tempos a tempos empregar a seu juizo o sello symbolico social.

12. Os gerentes receberão todas as quantias de dinheiro e as conservarão em seu poder quer como fundos separados, quer com os seus proprios dinheiros, ou as depositarão, ou a parte que não for necessaria immediatamente para ser reempregada para os fins sociaes em mãos dos banqueiros da companhia ao credito da companhia, e terão tambem a faculdade de fazer ou autorisar qualquer pagamento por parte da companhia, e bem assim a de assignar ou de autorisar qualquer agente ou empregado da companhia a assignar qualquer recibo de dinheiro ou effeitos, e o mesmo recibo exonerará as pessoas que pagarem ou entregarem taes dinheiros ou effeitos de toda responsabilidade a respeito do seu emprego ou da forma propria ou regular de quaesquer operações ou transacções anteriores ou relativas ao pagamento ou entrega, e bem assim a de transigir ou desistir de quaesquer dividas pagaveis á companhia, assignar ou outorgar qualquer escriptura de transacção, transferencia ou cessão de immoveis ou effeitos, passada por qualquer devedor a favor da companhia, seja ella accionista ou não, conceder moratorias a qualquer devedor para o pagamento de suas dividas, com garantia ou sem ella, em nome da companhia assignar a certidão ou outra quitação de qualquer fallido, insolvente ou outra pessoa individuada para com a companhia, seja accionista ou não, receber quaesquer quotas *pro rata* e obrar em todos os assumptos que se originem ou que de qualquer forma se retirem á mesma fallencia ou insolvabilidade, e constituir-se e obrar como cessionarios de bens por qualquer fallencia, ou da massa de qualquer devedor insolvente, em nome e representação da companhia.

13. Terão a faculdade de empregar ou emprestar quaesquer dinheiros pertencentes á companhia, pela forma que considerarem mais vantajosa aos interesses da companhia.

14. Poderão emitir ou reemitir acções a quaesquer accionistas ou accionistas propostos e em geral terão a administração completa dos negocios sociaes, mas com sujeição ás regras e regulamentos aqui expressos e contidos.

15. Farão e manterão toda a correspondencia da companhia, de que conservarão bastantes memorias para todas as referencias e informações tocantes aos negocios sociaes e em geral farão tudo quanto for ordinariamente executado e feito por companhias publicas da mesma natureza que a desta companhia e que for necessario para a administração e explorações dos negocios sociaes.

16. Farão compras para a companhia e em geral tratarão dos negocios da companhia.

17. Os gerentes, seus herdeiros, testamentarios ou administradores não serão responsaveis por qualquer perda ou damno que se originar na quebra, insolvabilidade ou acto injusto de

qualquer pessoa em cujas mãos forem depositados quaesquer dinheiros, valores ou effeitos, nem pela perda, damno ou infortunio qualquer que occorrer no cumprimento dos deveres de seu cargo ou em relação ao mesmo acontecendo por seus proprios actos e faltas voluntarias.

18. Os gerentes e cada uma das pessoas que constituirem a sua firma, seus testamenteiros e administradores serão pela companhia indemnisados de todas as perdas e gastos que respectivamente incorrerem no cumprimento de suas obrigações, excepto no que diz respeito aos seus ou a qualquer dos seus respectivos actos ou faltas voluntarias.

19. Os gerentes ficarão inhabilitados e deixarão de obrar como taes, no caso de quebrarem, fazerem composição com os seus credores, outorgarem escriptura de fiscalisação ou conciliação ou consignação para o beneficio de credores, ou si se tornarem insolventes.

20. Os honorarios dos gerentes serão fixos pela primeira assembléa de accionistas na base em que ficar concordado reciprocamente.

III

CAPITAL E AUGMENTO DE CAPITAL

21. O capital social consistirá de £ 100.000 e será dividido em 20.000 acções de £ 5 cada uma, que serão pagaveis pela forma que exigirem os gerentes. Poderá a companhia de tempo a tempos, por deliberação especial, augmentar o seu capital emitindo novas acções dos valores e nas condições (quer com privilegios especiaes relativos a dividendos ou interesses prelatícios, garantidos ou outros, quer não), segundo entender conveniente, ou poderá reduzir o seu capital pela forma autorisada pelas leis, ou poderá consolidar, dividir ou subdividir o seu capital ou qualquer parte do mesmo em acções de maior ou menor valor, ou converter as acções integralisadas ou quaesquer dellas em valores fraccionarios.

22. Si as prestações que houverem de ser satisfeitas por conta de qualquer acção não forem pagas dentro de 10 dias, a contar do assignalado para o seu pagamento, o proprietario da acção nessa actualidade ficará sujeito a pagar juros a esse respeito, na razão de oito por cento ao anno desde o dia fixo para o seu pagamento até que seja elle satisfeito.

23. Sujeito a qualquer disposição em contrario que for estabelecida pela assembléa que sancionar o augmento do capital social, as novas acções serão applicadas da forma que os gerentes entenderem mais beneficiosa aos interesses da companhia.

24. Qualquer capital levantado pela creação de novas acções será considerado como parte do capital original, e ficará sujeito aos mesmos regulamentos quanto a venda ou commisso de acções por falta de pagamento de prestações ou outros como si houvesse sido parte do capital inicial.

IV

ACÇÕES

25. Qualquer pedido de acções assignado pelo pretendente ou em representação delle, seguido da adjudicação de quaesquer acções por conta delle, constituirá acceitação de acções dentro do espirito dos presentes estatutos ; e toda a pessoa que desta ou de outra fôrma acceitar qualquer acção, e cujo nome se achar inscripto no registro, será accionista para todos os effeitos destes estatutos.

26. Cada accionista terá direito a um titulo que especifique a acção ou acções que elle possuir e a somma paga por conta dellas.

27. No caso de gastar-se ou perder-se um titulo, poderá elle ser renovado, sujeitos ás provas que os gerentes julgarem razoaveis do direito que assistira a parte que pedir a sua renovação.

28. A companhia terá o primeiro e principal direito de retenção sobre as acções de qualquer accionista para responder por todas as quantias que elle dever á companhia, quer por si só, quer em união a qualquer outra pessoa ; e no caso de uma acção que pertencer a mais que uma pessoa, a companhia terá esse direito de retenção por todos os dinheiros que lhe forem assim devidos por todos ou quaesquer dos seus co-proprietarios.

29. Si uma acção se achar averbada em nome de duas ou mais pessoas, aquella cujo nome for o primeiro inscripto no registro, ou, em sua ausencia, a seguinte, será considerada sua unica proprietaria no que diz respeito á votação em quaesquer assembléas, recibos de dividendos, serviço de notificações, e todos os outros assumptos que se ligarem com a companhia (excepto quanto á transferencia da acção).

30. Não será subdividida acção alguma.

31. A companhia não ficará obrigada por, nem reconhecerá qualquer interesse equitativo contingente, futuro, ou parcial em qualquer acção, nem (salvo o que aqui se dispõe de outra fôrma) qualquer outro direito a qualquer acção que não um direito absoluto a ella, de accordo com os presentes estatutos, a favor da pessoa que de tempos a outros se achar inscripta como proprietaria della.

32. Nenhum accionista que mudar de nome ou de residencia terá o direito de receber qualquer dividendo ou de votar emquanto não houver dado a companhia aviso por escripto da mudança para que seja ella inscripta.

33. Cada accionista entregará no escriptorio da sêde social um escripto com a direcção para que se lhe possa end-reçar to los os avisos, a qual direcção será considerada, para todos os effeitos, a direcção inscripta desse accionista, e deixando elle de assim fazel-o, o escriptorio da sêde social será considerado a sua direcção.

V

TRANSFERENCIA E TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

34. Os gerentes terão um livro, que se chamará— Registro de transferencia — no qual serão lançados clara e distintamente os pormenores de cada transferencia ou transmissão de qualquer acção ou acções, e em cada transmissão de uma ou mais acções, e em cada occasião em que os gerentes receberem uma escriptura de transferencia, os Srs. Matthew George Megaw e Robert Norton (assignantes da escriptura social), em união, ou o sobrevivente delles, terão a opção de comprar a acção ou acções ao par, e, sujeito a isso, os gerentes terão a opção de comprar a acção ou acções ao par, operando cada exercicio de opção por transmissão retroactivamente até a data da origem da transmissão.

35. Poderão os gerentes recusar-se a registrar qualquer transferencia de acções enquanto o accionista que a outorgar se achar, por qualquer motivo que for, indviduado para com a companhia, já por si só já em união a uma outra pessoa qualquer, ou poderão tambem recusar-se a registrar uma tal transferencia si o cessionario não for pessoa que approve os gerentes.

36. Os testamenteiros ou administradores de um accionista que houver fallecido serão as unicas pessoas reconhecidas pela companhia como tendo qualquer direito à sua acção.

37. Sujeito ao que aqui se consigna, qualquer pessoa que vier a ter direito a uma acção por qualquer meio licito, outro que não o de transferencia de conformidade com estes estatutos, poderá fazer-se registrar a si mesma como proprietaria da acção ou nomear outra pessoa por escripto para que seja inscripta como proprietaria, fornecendo primeiro as provas que abaixo se dispõe ou que os gerentes consideram sufficientes.

38. As acções da companhia serão transferiveis por escriptura de transferencia outorgada tanto pelo cedente como pelo cessionario, e continuará o cedente a ser considerado como proprietario da mesma acção até que seja inscripto o nome do cessionario no registro social com relação à mesma acção.

39. Quando for assim registrada a escriptura de transferencia, será accionista o cessionario e será considerado como tal, e, a partir da data do registro, terá direito aos mesmos privilegios e vantagens e terá as mesmas responsabilidades no que diz respeito às suas acções como um accionista original.

40. Nem o pai ou tutor, curador, ou marido de qualquer accionista que for menor, demente ou iliota, nem o testamenteiro ou administrador de um que houver fallecido, nem o cessionario de um fallido, nem o curador da massa de um accionista insolvente será accionista em tal qualidade enquanto não se fizer inscrever como tal.

41. Em cada transferencia de acções, o titulo ou titulos que possuir o cedente deverão ser entregues para serem cancellados, sendo de conformidade cancellados immediatamente e emitindo-se um novo titulo a favor do novo proprietario em relação às

acções que lhe forem transferidas; e si quaesquer das acções inclusas no titulo entregue por esta fôrma forem conservadas pelo cedente, emittir-se-lhe-hão um ou mais titulos novos relativos a ellas, e a exhibição de quaesquer desses titulos será evidencia *prima facie* em todos os tempos do direito do accionista, a quem forem elles emittidos, ás acções inclusas nelles.

42. Antes que qualquer testamenteiro ou administrador de um accionista que haja fallecido, cessionario de um accionista, fallido, ou insolvente, ou qualquer marido de uma accionista, ou qualquer pessoa que reclamar ou vier a ter direito a quaesquer acções, em virtude da operação da lei ou por outra fôrma, venda ou transfira qualquer acção de que se ache revestido em virtude de quaesquer de taes direitos, ou venha a constituir-se accionista da companhia por causa de taes acções ou reciba quaesquer dividendos a ellas referentes, deverá entregar no escriptorio da séde social em Londres, para que se proceda a seu exame, a escriptura de cessão, cópia do testamento homologado ou carta de administração ou outro documento que comprove o titulo pelo qual reclamar o direito ás mesmas acções, ou de outro modo provar e estabelecer o seu direito, à satisfação dos gerentes.

43. Os gerentes terão o poder de fazer regulamentos de tempos a outros, relativos ás escripturas de transferencia e provas de transmissão de acções, celebração e custodia de taes documentos, e as provas que lhes parecerem convenientes.

VI

COMMISSO DE ACÇÕES

44. Si qualquer accionista deixar de pagar a importancia das suas acções dentro do prazo fixo para o seu pagamento, poderão os gerentes em qualquer época successiva, durante o tempo em que ella continuar por satisfazer, expedir-lhe aviso exigindo o pagamento da mesma importancia com quaesquer juros que se hajam vencido, em consequencia da dita falta de pagamento.

45. O referido aviso indicará um dia (que não sera menos de 21 dias, a contar da data do aviso) e um ou mais logares em que devem ser satisfeitos a dita importancia e juros, e estabelecerá mais o aviso que, no caso de falta de pagamento dos mesmos, na data e logar mencionados, a acção ou acções por cuja conta são devidos esses dinheiros poderão ser confiscado.

46. Si não se observarem as exigencias contidas em qualquer de taes avisos, todas ou quaesquer dessas acções poderão ser confiscadas pela companhia reunida em assembléa geral.

47. Quando for declarada em commissio qualquer acção pela fôrma indicada, expedir-se-ha ao proprietario della aviso da confiscação, e far-se-ha immediatamente no registro um lançamento relativo à confiscação com a data da mesma.

48. Todas as acções que forem confiscadas passarão a pertencer á companhia, e poderão ser vendidas, readjudicadas, ou

ter qualquer outra applicação e disposição, nos termos e pela forma que melhor entenderem os gerentes.

49. Todo o accionista cujas acções forem confiscadas continuará, não obstante o seu commisso, a responder á companhia pelo pagamento das prestações e juros vencidos.

50. A confiscação de uma acção envolverá a extincção, ao tempo do commisso, de todos os interesses, e todas as reclamações e direitos contra a companhia em relação com a dita acção, e quaesquer outros direitos, excepto os que ficarem expressamente reservados nestes estatutos.

51. Uma certidão por escripto, assignada pelos gerentes, estabelecendo que uma acção foi devidamente confiscada na conformidade dos presentes estatutos, e o tempo em que foi confiscada, fará prova concludente da mesma confiscação, e lançar-se-ha nas actas dos trabalhos dos gerentes nota de cada uma destas certidões.

VII

ASSEMBLÉAS DE ACCIONISTAS

52. A primeira assembléa ordinaria dos accionistas da companhia se reunirá em Londres, em qualquer dia, dentro de quatro mezes, a contar da data da incorporação da companhia, que designarem os gerentes em aviso.

53. As assembléas ordinarias successivas se reunirão todos os annos nos logares e datas que determinarem os gerentes de tempos a outros, mas terão logar estas reuniões não mais tarde que o dia 30 de junho de cada anno.

54. Não se effectuará nem se tratará de negocio algum em qualquer assembléa ordinaria, *si não se acharem pessoalmente presentes dous ou mais accionistas.*

55. Si houver menos de dous accionistas presentes em qualquer assembléa ordinaria, depois de passada meia hora, a contar da marcada para a reunião, a assembléa ficará adiada para o dia seguinte, e assim por diante, de dia em dia, até que se apresente o numero exigido de accionistas.

56. Os gerentes poderão, quando quer que entenderem, convocar uma assembléa extraordinaria dos accionistas, afim de considerar e determinar quaesquer assumptos que julguem necessarios.

57. Os gerentes deverão tambem convocar a assembléa extraordinaria em qualquer época, a pedido, por escripto, de 10 ou mais accionistas que possuam em conjuncto não menos de 1.000 acções.

58. Qualquer pedido feito assim pelos accionistas deverá expôr especificadamente o objecto para que se propõe convocar a assembléa, e será entregue no escriptorio da séde social.

59. Ao receberem um tal pedido, os gerentes farão immediatamente convocar uma assembléa extraordinaria, e no caso de não o fazerem durante um mez, a contar da data da entrega do

pedido no escriptorio da companhia, poderão os requerentes mesmo convocar a assembléa, ficando, porém, entendido que nenhuma resolução que nella se votar será obrigatória para com a companhia si não tiverem estado presentes nessa assembléa dez ou mais accionistas, que possuam ou representem em conjunto o numero de 1.000 acções pelo menos, e sinão depois de ter sido ella confirmada por uma segunda assembléa extraordinaria, convocada para esse fim pelo presidente da assembléa extraordinaria antecedente, na qual assembléa deverão assistir pelo menos um numero igual de dez ou mais accionistas que possuam ou representem pelo menos o numero identico de 1.000 acções.

60. Os avisos das assembléas convocadas pelos accionistas de conformidade com os presentes estatutos serão assignados pelos accionistas que as convocarem, em por qu'esquer cinco ou maior numero dellos.

61. Si, passada meia hora, a contar da marcado para a reunião da assembléa convocada pelos accionistas, não se achar presente o numero exigido de accionistas que possuam ou representem o numero exigido de acções, será dissolvida a assembléa.

62. O presidente, com o consentimento da assembléa, poderá adiar qualquer destas assembléas de tempos a outros e de um lugar para outro; mas não se poderá tratar de outros negocios em qualquer sessão adiada, sinão os que ficaram por concluir na assembléa cuja sessão se adiou.

63. Em todos os adiamentos de uma assembléa convocada pelos accionistas devesa assistir o numero identico de dez ou mais accionistas que possuam ou representem em conjunto pelo menos 1.000 acções, como se dispõe para a assembléa inicial.

64. Todas as propostas que se apresentarem em uma assembléa serão decididas symbolicamente em primeiro lugar, e no caso de empate terá o presidente um voto preponderante, além do seu proprio, tanto na votação symbolica como no escrutinio, que se effectuará pela fórma que abaixo se indica.

65. A declaração do presidente de qualquer assembléa, estabelecendo que foi approvada uma resolução della por votação symbolica, fará prova, e o lançamento nesse sentido no livro das actas será evidencia sufficiente desse facto, sem ser preciso provar o numero ou proporção dos votos dados em *pro* ou em contra dessa resolução, salvo o caso de pedir-se o escrutinio, immediatamente que se fizer a declaração, pelo menos por dous accionistas presentes e com o direito de votar nessa assembléa, ou por um accionista possuidor de 1.000 acções.

66. No caso de exigir-se o escrutinio, se effectuará este ao tempo e no lugar que o presidente indicar e quer por votação aberta quer secreta, o resultado do escrutinio será considerado a resolução da assembléa em que se pediu o escrutinio.

67. Os trabalhos de qualquer assôblea, devidamente convocada e constituida, e todas as resoluções e deliberações da mesma assembléa, serão válidos e obrigatorios para a companhia.

68. Os gerentes farão consignar em livros, que serão fornecidos para este fim, actas dos trabalhos de todas as assembleas da companhia, as quaes serão assignadas pelos presidentes das assembleas.

VIII

VOTOS DOS ACCIONISTAS

69. Sujeitos a estes regulamentos, cada accionista « terá o o direito de votar » nas assembleas da companhia « por cada acção de que for » o proprietario inscripto.

70. Si mais de uma pessoa tiver solidariamente direito a uma ou mais acções, só aquella cujo nome se achar inscripto em primeiro logar no registro dos accionistas, e nenhuma outra, terá o direito de representar ou de votar em relação as mesmas acções.

71. Os votos podem ser emitidos quer pessoalmente, por procuração bastante devidamente passada e outorgada para esse fim ou representativamente, mas cada representante será nomeado por escripto assignado pelo representado, ou sob o sello symbolico de qualquer corporação que for a representada, e não podem ser nomeados representantes sinão accionistas da companhia.

72. A escriptura que nomear um representante deverá ser depositada no escriptorio da sede social ao mais tardar tres dias antes da data indicada para a sessão da assemblea em que pretender votar o representante.

IX

AVISOS

73. Com a antecedencia de quando menos dez dias, expedirse-ha aviso indicando o logar, dia e hora da reunião da assemblea, e os objectos e fins da reunião, á discreção dos gerentes já por annuncio, já mandando-se o aviso pelo Correio, ou de outro modo, á direcção inscripta de cada accionista ou si assim houverem por bem os gerentes, tanto por annuncio como por aviso, segundo dito fica, e nella não se tratará de outro negocio sinão os assumptos especificados no mesmo aviso.

74. Todos estes avisos serão dados pelos gerentes, excepto no caso de uma assemblea convocada pelos accionistas, na forma dos presentes estatutos.

75. Todos os avisos ou outros documentos que for necessario que a companhia expeça aos accionistas, poderão ser expedidos ou pessoalmente ou entregando-os ou enviando-os pelo Correio em cartas endereçadas aos accionistas com as suas direcções inscriptas, e os avisos mandados pelo Correio serão considerados como dados ao tempo de deital-os no Correio.

76. Todos os avisos que houverem de ser dados de parte dos accionistas serão entregues no escriptorio da sede social.

77. Qualquer pessoa que por operação da lei, transferencia ou qualquer outro meio vier a ter o direito a qualquer acção,

ficará obrigada por todos e quaesquer avisos ou outros documentos que houverem sido expedidos à pessoa de quem derivar o seu direito, antes de se inscrever o seu nome e direcção no registro social relativamente a ella.

78. Quando for qualquer aviso ou documento entregue ou mandado, de accordo com estes estatutos, a direcção inscripta de um accionista, então, não obstante o facto de ser elle então fallecido, e quer a companhia tenha noticias do fallecimento ou não, o serviço do aviso ou outro documento será, para todos os effeitos dos presentes estatutos, considerado como serviço de expedição aos seus herdeiros, testamenteiros e administradores e a qualquer um delles.

79. A omissão em expedir-se qualquer destes avisos a qualquer accionista, si o aviso foi annuciado previamente, não invalidará qualquer resolução votada em qualquer assembléa.

X

DIVIDENDO

80. Immediatamente que seja conveniente depois do dia 31 de dezembro de cada anno, os negocios da companhia serão investigados completamente e os gerentes farão ou mandarão fazer um calculo do valor dos lucros auferidos pela companhia, e os gerentes annunciarão a porção destes que a seu juizo possa ser apropriada a salvo para distribuição de dividendos; si forem approvados pela assembléa ordinaria seguinte, serão satisfeitos aos accionistas.

81. Nenhum dividendo que estiver por pagar vencerá juros contra a companhia.

82. A companhia terá o direito de retenção sobre todos os dividendos e outros dinheiros pagaveis pela companhia a qualquer accionista, por todas as quantias de dinheiro que elle dever à companhia por conta de prestações ou outra qualquer, podendo os gerentes descontar o dinheiro ultimamente mencionado dos mesmos dividendos e outros dinheiros.

83. Expedir-se-ha a cada accionista, que a elle tiver direito, aviso de qualquer dividendo pagavel.

XI

DISSOLUÇÃO DA COMPANHIA

84. No caso de que em qualquer tempo as perdas da companhia tenham reduzido pela metade o seu capital integralizado, os gerentes farão immediatamente convocar a assembléa geral extraordinaria, e lhe apresentarão uma exposição completa dos assumptos sociaes.

85. No caso de ser manifesto nessa assembléa extraordinaria que as perdas da companhia chegaram ao ponto mencionado na clausula precedente, o presidente dessa assembléa declarará dissolvida a companhia, a qual ficará dissolvida immediatamente nessa

conformidade, salvo para os fins de sua liquidação de negocios, a menos que for nessa assembléa extraordinaria resolvido, por uma maioria representante de tres quartas partes das acções sociaes, que é inconveniente a dissolução da companhia, no qual caso o methodo a adoptar será decidido por essa assembléa extraordinaria, e sendo elle confirmado por outra assembléa extraordinaria, que para esse fim será convocada pelos gerentes e se reunirá em não menos de 14 dias nem mais de um mez depois da sessão da antes mencionada assembléa extraordinaria, o methodo assim decidido será seguido, e será obrigatorio para a companhia definitivamente.

86. No caso da dissolução da companhia, os gerentes deverão, com toda a presteza, liquidar, encerrar e ajustar finalmente as suas contas e negocios, continuando e subsistindo os poderes dos gerentes para os fins da liquidação e ajuste, mas não para outros.

87. Quando os negocios da companhia forem liquidados, encerrados e ajustados, a parte do capital que restar depois de pagos tollos os passivos, será distribuida entre os accionistas, na proporção a que tiverem direito; os presentes estatutos ficarão sem vigor, e a dissolução valerá tanto em direito como em equidade como quitação final e geral entre todas as partes nella interessadas.

88. Para ajular, effectuar a liquidação, encerro e ajuste de contas, como dito fica, será licito aos gerentes declarar que qualquer divida, má ou duvidosa, não pôde ser cobrada, e vender a qualquer pessoa quaesquer reclamações ou direitos sobre as massas de quaesquer fallidos e outras pessoas, ou sobre as successões de quaesquer pessoas fallecidas, si estes direitos e reclamações não são recebiveis immediatamente.

Nomes, direcções e qualidades dos accionistas

Robert Norton, negociante, 36 Line Street, Londres, E. C.

Matthew George Megaw, negociante, 36 Line St. Londres, E. C.

John Valentine Hall, negociante, Princes Chambers, 56 Pall Mall, S. W.

Rees Lloyd Rice, antigo negociante, 15 Fulkam Place, W.

Bernard Byrne, antigo negociante, Hill House, Wimbledon.

Matthew Patterson, negociante, 36 Line St., Londres, E. C.

William Hux, solicitador, 3 East-India Avenue, Londres, E. C.

Charles Weston Langley Hux, solicitador, 3 East-India Avenue, Londres, E. C.

Datada de 24 de novembro de 1892.

Testemunha das assignaturas supra:

John James Nelson, caixeiro dos Srs. Hux Son, Comp., solicitedores, 3 East-India Avenue, Londres, E. C.

E' exemplar conforme.— J. E. Pursell, registrador de sociedades anonymas. (Estampilha.)



DECRETO N. 1456 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Proroga o prazo concedido ao engenheiro Guilherme de Capanema para lavrar mineraes nos Estados do Pará e Maranhão.

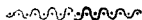
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o engenheiro Guilherme de Capanema, a quem, por decreto n. 10.284 de 30 de julho de 1889, foi concedida permissão para lavrar mineraes, na parcella explorada entre os afluentes dos rios Peria, no Estado do Pará, e Tury-assú, no do Maranhão, resolve, de accordo com o art. 6º, § 2º, n. 9º, da lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892 e circular n. 13 de 14 de dezembro do mesmo anno, prorogar por um anno o prazo estipulado no sobre-lito decreto para a medição e demarcação das respectivas datas mineraes.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1457 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Approva com modificações os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Barra Mansa a Catalão, na extensão de 279k,500.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Oeste de Minas, resolve approvar os estudos definitivos da Estrada de Ferro de Barra Mansa ao Catalão, sendo 129 kilometros e 500 metros da linha de Barra Mansa a Lavras e 150 kilometros de Lavras a Catalão, com as modificações indicadas a tinta azul nas plantas que com este baixam rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1458 — DE 5 DE JULHO DE 1893

Autorisa a *Alagôas Railway Company, limited*, a desapropriar o predio necessario ao serviço do trafego da Estrada de Ferro Central das Alagôas.

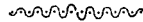
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Alagôas Railway Company, limited*, resolve autorisar a desapropriação do predio necessario ao serviço do trafego da Estrada de Ferro Central das Alagôas, figurada a tinta azul na planta que com este baixa rubricada pelo director geral da Directoria de Viação; devendo a despeza resultante ser levada á conta de custeio em partes iguaes por dous semestres.

O Ministro do Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 5 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1459 — DE 12 DE JULHO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca da União, no Estado das Alagôas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca da União, no Estado das Alagôas, ficará constituida do seguinte modo :

Dos batalhões ns. 15, 16 e 35 do serviço activo e 3 do da reserva, já creados e ora reduzidos a quatro companhias cada um, e mais dous regimentos de cavallaria, com quatro esquadões cada um e as designações de 8º e 9º; um regimento de artilharia de campanha, com quatro baterias e a denominação de 3º; de um batalhão de artilharia de posição, com igual numero de baterias e a designação de 3º.

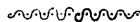
Art. 2.º Os corpos ora creados organisar-se-hão nos districtos da comarca.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1460 — DE 12 DE JULHO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca da Atalaya, no Estado das Alagôas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Atalaya, no Estado das Alagôas, ficará composto do 1º regimento de cavallaria, com quatro esquadrões, dos batalhões 7º, 8º e 9º do serviço activo e 2º do da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e dos ora creidos com as designações de 51º do serviço activo e 22º do da reserva a que fica elevada a 3ª secção de batalhão do mesmo serviço, ambos de quatro companhias, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a denominação de 13º.

Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1461 — DE 12 DE JULHO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca da Viçosa, no Estado das Alagôas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º Fica creado na comarca da Viçosa, no Estado da Alagôas, um commando superior de Guarda Nacional que ses comporá do 14º regimento de cavallaria, com quatro esquadrões, 5º batalhão de artilharia de posição, com quatro baterias, 52º e 53º batalhões de infantaria do serviço activo, e do 23º batalhão do serviço da reserva, com quatro companhias cada um.

Art. 2.º Os referidos corpos organisar-se-hão com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da comarca.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1462 — DE 12 DE JULHO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Anadia, no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Anadia, no Estado das Alagoas, ficará reorganizado com os actuaes batalhões sob os ns. 18, 19 e 32 do serviço activo e 4 do da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1463 — DE 12 DE JULHO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Traipú, no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Traipú, no Estado das Alagoas, se comporá dos actuaes batalhões ns. 27, 37 e 42 do serviço activo e 9 da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e do 10º regimento de cavallaria, ora creado com quatro esquadrões.

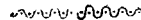
Art. 2.º Os referidos corpos se reorganisarão : os de ns. 27 e 42, com os guardas qualificados no municipio de Traipú ; o de n. 37, com os do municipio de Bello Monte; os de ns. 9 e 10, com os de ambos os municipios.

Art 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1464 — DE 12 DE JULHO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Pilar, no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados-Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca do Pilar, no Estado das Alagoas, ficará composto dos actuaes batalhões sob ns. 5, 6 e 45 do serviço activo e 6 do da reserva, e dos ora creados com as designações de 4º batalhão de artilharia de posição, 4º regimento de artilharia de campanha, com quatro baterias cada um, 11º e 12º regimentos de cavallaria, com quatro esquadões cada um, e do 21º batalhão da reserva, com quatro companhias.

Art. 2.º Os referidos corpos se reorganisarão :

O 5º e 45º do serviço activo, 21º do da reserva, 4º de artilharia de posição e 11º de cavallaria, com os guardas nacionaes qualificados no municipio do Pilar ;

Os de ns. 6 do serviço activo, 6 do da reserva, 12º de cavallaria e 4º de artilharia de campanha, com os guardas qualificados no municipio de Santa Luzia do Norte.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 12 de julho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1465 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Approva o plano de uniformes para os alumnos e inspectores de alumnos do Collegio Militar.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar o plano de uniformes, que a este acompanha, para os alumnos e inspectores de alumnos do Collegio Militar, assignado pelo General de Divisão Antonio Enéas Gustavo Galvão, que assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antonio Enéas G. Galvão.

**Plano de uniforme para os alumnos e inspectores
de alumnos do Collegio Militar, approved pelo
decreto n. 1465 desta data.**

PARA OS ALUMNOS

UNIFORME EXTERNO

Kepi

Modelo identico ao dos alumnos das Escolas Militares, sendo porém de flanela marron n. 4, com listra encarnada, e tendo na frente o emblema do collegio.

Dolman

De flanela marron n. 4, com a gola em pé, tendo esta um trapesio encarnado nas pontas para o emblema do collegio, duas ordens de seis botões sobre alamares de cadarço preto de dous centímetros, cosidos e dispostos parallelamente, terminando as mangas de canhões em angulo, na parte anterior, com tres botões pequenos na costura; gola e canhões avivados de encarnado; e passadeiras do mesmo panno marron rodeadas de uma ordem de dous trancelins de ouro.

Calças

De flanela marron com uma listra encarnada.

Emblema

De modelo identico ao do que usam os alumnos das Escolas Militares, porém sobre flanela encarnada.

Botões

Iguaes aos do fardamento dos mesmos alumnos, guardadas as dimensões.

Galões dos officiaes alumnos

Dispostos como os do exercito francez, devendo ser de trancelim de ouro.

Divisas e bandas para inferiores

Divisas de flanela encarnada dispostas em angulo acompanhando o canhão, e bandas iguaes ás que são adoptadas actualmente no Exercito, tendo, porém, dimensões relativamente menores.

Capote

Igual ao actualmente usado no collegio, devendo, porém, adaptar-se-lhe um capuz.

UNIFORME INTERNO

Gorro

De brim pardo, como o actualmente usado no collegio.

Calças

De brim pardo, como as actualmente usadas no collegio.

Blusa

De brim pardo fechada como a dos alumnos da Escola Militar, conservando-se os distinctivos do actual uniforme interno.

Collete

De flanela escura, com mangas.

PARA OS INSPECTORES DE ALUMNOS

UNIFORME EXTERNO

Igual ao do que usam os officiaes honorarios do Exercito, ou substituindo-se o emblema pelo do collegio, bordado a prata no bonnet e nas passadeiras.

UNIFORME INTERNO

Bonnet

(Com capa de brim branco ou oleado)

O mesmo dos officiaes honorarios, substituindo-se o emblema pelo do collegio, porém bordado a prata.

Dolman

De flanela azul preta com duas ordens de botões iguaes aos da sobrecasaca e

De brim pardo, sem vivo algum, com duas ordens de botões de osso, pretos, estes com o emblema do collegio, tendo na gola o mesmo emblema, porém de metal prateado.

Calças

De brim pardo sem vivo algum.

De flanela azul ferrete.

Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, 13 de julho de 1893.—*Antonio Enéas G. Galvão*.



DECRETO N. 1466 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Approva os estudos definitivos da 4ª secção da linha de Jaguará a Catalão.

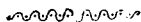
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, resolve approvar os estudos definitivos da 4ª secção da Estrada de Ferro de Jaguará a Catalão, de que é concessionaria, comprehendendo a variante entre os kilometros 214 e 216 e com as modificações assignaladas por tinta azul nas respectivas plantas; as quaes com este baixam rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1467—DE 13 DE JULHO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia, um commando superior de Guarda Nacional

que será composto de dous batalhões de infantaria, com quatro companhias e as designações de 142º e 143º e um dito da reserva, também com quatro companhias e a designação de 36º ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1468 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Declara caduca a concessão constante do decreto n. 955 de 5 de novembro de 1890 para construção, uso e gozo da Estrada de Ferro da cidade de Maceió a Leopoldina, com um ramal para Porto Calvo.

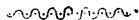
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a Companhia Promotora de Industrias e Melhoramentos, cessionaria da Estrada de Ferro de Maceió a Leopoldina, com um ramal para Porto Calvo, deixou de cumprir com o disposto na clausula 4ª do decreto n. 955 de 5 de novembro de 1890, resolve declarar caducos o privilegio, a garantia de juros e mais favores para construção, uso e gozo da mesma estrada, a que se refere o citado decreto n. 955 de 5 de novembro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1469 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 1.418:345\$000 para occorrer ás despesas com o serviço a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal durante o 2º semestre do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo que pela Intendencia Municipal do Districto Federal ainda não foram dadas as providencias necessarias no sentido de administrar e custear os serviços a cargo da Inspeção

Oeral das Obras Publicas desta Capital, transferidos por lei especial áquella M^{unicipal}idade ; e

Considerando que são por natureza inadiaveis as providencias que urge tomar sobre taes serviços, entre os quaes se acha o abastecimento de agua a esta Capital ;

Usando da autorisação concedida pelo art. 8º, § 2º, da lei n. 26 de 20 de dezembro de 1891, e tendo ouvido o Tribunal de contas :

Resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de mil quatrocentos e dezoito contos trescentos quarenta e cinco mil réis (1.418:345\$) para occorrer ás despesas com o serviço a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal durante o 2º semestre do corrente anno, os quaes deverão ser indemnizados pela Intendencia Municipal, logo que assuma a administração dos referidos serviços ; excluidas, porém, as que se referirem á Estrada de Ferro do Rio d'Ouro.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1470 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 1.828:832\$635 para occorrer ao pagamento de passagens de imigrantes, durante o corrente exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe foi concedida pelo decreto legislativo n. 144 de 5 de julho do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito supplementar de 1.828:832\$635 á verba — Terras Publicas e Colonisação, art. 6º da vigente lei do orçamento, afim de occorrer ao pagamento de passagens de imigrantes.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1471 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Agricola e Commercial do Brazil, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, de accordo com as alterações que a este acompanham e que foram votadas em assembléa geral de accionistas realisada em 12 de junho do corrente anno; devendo, porém, a mesma companhia satisfazer as formalidades ulteriores de que trata o art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.

Alterações dos estatutos da Companhia Agricola e Commercial do Brazil, a que se refere o decreto acima

Art. 5.º E' substituida a primeira parte deste artigo pela seguinte:

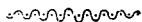
O capital da companhia fica reduzido a 1.500:000\$ (mil e quinhentos contos de réis), representados por 7.500 (sete mil e quinhentas) acções do valor de 200\$000, (duzentos mil réis, cada uma integradas, amortisando-se duas mil e quinhentas acções já resgatadas.

Art. 8.º Fica substituido pelo seguinte:

As acções serão ao portador.

No caso de haver augmento de capital, as acções respectivas serão igualmente ao portador, desde que se achem integradas.

(Seguem-se as assignaturas.)



DECRETO N. 1472 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Rio Pardo, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

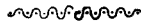
Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca do Rio Pardo, no Estado de Minas Geraes, será composto dos actuaes 84.º e 85.º batalhões de infantaria, 58.º e 59.º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, 10.ª secção de batalhão de infantaria, ora elevada a batalhão, com quatro companhias e a designação de 190.º, e mais um batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 110.º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 58.º, ora creados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1473 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Fixa provisoriamente em 5.269:440\$000 o capital empregado na 1.ª, 2.ª, 3.ª, e 5.ª secções dos prolongamentos e ramaes da Estrada de Ferro do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, de accordo com o que dispõe o § 3.º da clausula XXXII do decreto n. 10.152 de 5 de janeiro de 1889, resolve fixar provisoriamente em 5.269:440\$ o capital empregado na 1.ª, 2.ª, 3.ª e 5.ª secções dos prolongamentos e ramaes da Estrada de Ferro do Paraná.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viacção e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1474 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Declara caduca a concessão de favores feita ao cidadão José Thomaz Pires Machado Portella para estabelecer um engenho central na antiga Província de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve declarar caduca a concessão de garantia de juros e mais favores, feita á companhia organisada pelo coronel José Thomaz Pires Machado Portella, pelo decreto n. 10.436, de 9 de novembro de 1889, para o estabelecimento de um engenho central destinado ao fabrico de assucar e de alcool de canna, no municipio de Muribeca, Estado de Pernambuco, visto não terem sido observadas as disposições do regulamento approved pelo decreto n. 10.393, de 9 de outubro daquelle anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1475 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Coruripe, no Estado das Alagôas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Coruripe, no Estado das Alagôas, ficará reorganizada do seguinte modo:

Dos batalhões de infantaria ns. 20 e 34, reduzidos a quatro companhias cada um;

Da 5ª e 9ª secções da reserva, elevadas á categoria de batalhões, com as designações de 19º e 20º;

Do 50º batalhão de infantaria, ora creado com quatro companhias, que serão organisadas nos districtos da comarca.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1476 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Crea um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca da Capital do Estado do Piahy.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca da Capital do Estado do Piahy um batalhão de artilharia de posição, com a designação de 1º, com quatro baterias, o qual se organisará com os guardas nacionaes qualificados na referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1477 — DE 13 DE JULHO DE 1893

Fixa definitivamente o maximo do capital garantido para o prolongamento da Estrada de Ferro da Companhia *Tram-road de Nazareth*.

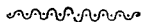
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve fixar definitivamente em 1.890:000\$ o maximo do capital garantido pelo decreto n. 10.125 de 15 de dezembro de 1888 para o prolongamento da estrada de ferro da Companhia *Tram-road de Nazareth*, desde a villa de Santo Antonio de Jesus até á da Amargosa, no Estado da Bahia.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 13 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1478 — DE 24 DE JULHO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo e outro da reserva de guardas nacionaes na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará.

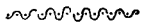
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Iguatú, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 121º, e outro da reserva, com igual numero de companhias e a designação de 44º, os quaes serão organisados com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1479 — DE 24 DE JULHO DE 1893

Crea na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Caeteté, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 145º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1480 — DE 24 DE JULHO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Monte Alto, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 144º, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1481 — DE 24 DE JULHO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria e um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca da Boa Vista do Tremedal, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Ficam creados na comarca da Boa-Vista do Tremedal, no Estado de Minas Geraes, um regimento de cavallaria, com quatro esquadões e a designação de 61º, e um batalhão da reserva, com igual numero de companhias e a denominação de 115º, os quaes se organizarão com os guardas nacionaes qualificados na referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1482 — DE 24 DE JULHO DE 1893

Approva o regulamento para as Faculdades de Medicina da Republica .

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe faculta o n. III do art. 3º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891 e de accordo com o Codigo das disposições communs ás instituições de ensino superior que baixou com o decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892, resolve approvar, para as Faculdades de Medicina da Republica, o regulamento que a este acompanha, assignado pelo Ministro de Estado Dr. Fernando Lobo.

Capital Federal, 24 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Regulamento das Faculdades de Medicina e de
Pharmacia dos Estados Unidos do Brazil

CAPITULO I

CONSTITUIÇÃO DAS FACULDADES E SEUS FINS

Art. 1.º As Faculdades de Medicina e de Pharmacia serão regidas pelo presente regulamento especial, complementar do Codigo das disposições communs ás instituições de ensino superior dependentes do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, approvado pelo decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892.

Art. 2.º Teem por fim principal ensinar a medicina em todos os seus ramos e a pharmacia, dando-lhes o maior desenvolvimento.

Art. 3.º E' de sua exclusiva competencia:

§ 1.º Conferir diplomas de doutor em medicina.

§ 2.º Conferir diplomas de pharmaceutico.

§ 3.º Conferir titulos de parteira.

§ 4.º Conferir titulos de cirurgião-dentista.

§ 5.º Examinar os profissionaes formados por instituições congeneres, afim de ser-lhes permitido o exercicio no paiz, de conformidade com os respectivos titulos.

Art. 4.º Sobre todas as questões que dizem respeito ao ensino medico, na orbita de suas attribuições, e ao reconhecimento de habilitações, tanto para o magisterio, como para o exercicio profissional, as Faculdades decidem com plena autonomia.

Art. 5.º Cada Faculdade, designada pelo nome da cidade em que tem sua sede, será regida pelo director e pela congregação.

Art. 6.º Em cada Faculdade haverá os seguintes cursos:

§ 1.º O de sciencias medicas e chirurgicas.

§ 2.º O de pharmacia.

§ 3.º O de obstetricia.

§ 4.º O de odontologia.

CAPITULO II

ORGANISAÇÃO DOCENTE, PESSOAL E MATERIAL

Art. 7.º Em cada Faculdade haverá as seguintes cadeiras, cujo ensino estará a cargo de 29 lentes cathedromaticos:

- 1.^a Physica medica.
- 2.^a Chimica inorganica medica.
- 3.^a Chimica organica e biologica.
- 4.^a Chimica analytica e toxicologica.
- 5.^a Botanica e zoologia medicas.
- 6.^a Materia medica, pharmacologia e arte de formular.
- 7.^a Anatomia descriptiva.
- 8.^a Anatomia medico-cirurgica.
- 9.^a Histologia.
- 10.^a Physiologia.
- 11.^a Anatomia e physiologia pathologicas.
- 12.^a Pathologia geral.
- 13.^a Obstetricia.
- 14.^a Pathologia chirurgica.
- 15.^a Pathologia medica.
- 16.^a Operações eapparelhos.
- 17.^a Therapeutica:
- 18.^a Hygiene.
- 19.^a Medicina legal.
- 20.^a Clinica propedeutica.
- 21.^a Clinica chirurgica (1.^a cadeira).
- 22.^a Clinica chirurgica (2.^a cadeira).
- 23.^a Clinica medica (1.^a cadeira).
- 24.^a Clinica medica (2.^a cadeira).
- 25.^a Clinica obstetrica e gynecologica.
- 26.^a Clinica pediatria.
- 27.^a Clinica ophthalmologica.
- 28.^a Clinica dermatologica e syphiligraphica.
- 29.^a Clinica psychiatrica e de molestias nervosas.

Art. 8.º As disciplinas, a que se refere o artigo precedente, serão classificadas da maneira seguinte:

1.º — *Sciencias physicas e naturaes*

Physica medica.

Chimica inorganica medica.

Chimica organica e biologica.
 Chimica analytica e toxicologica.
 Botanica e zoologia medicas.
 Materia medica e pharmacologia.

2º— *Sciencias que se referem á estatica e dynamica do homem em estado hygido*

Anatomia descriptiva.
 Histologia.
 Physiologia.

3º— *Sciencias que se referem á estatica e dynamica do homem em estado morbido*

Pathologia cirurgica.
 Pathologia medica.
 Anatomia e physiologia pathologicas.
 Operações eapparelhos.
 Therapeutica.
 Pathologia geral.
 Clinica propedeutica.
 Clinica cirurgica.
 Clinica medica.
 Clinica gynecologica.
 Clinica pediatria.
 Clinica ophthalmologica.
 Clinica dermatologica e syphiligraphica.
 Clinica psychiatrica e de molestias nervosas.

4º — *Sciencias que se referem á estatica e dynamica do homem, em estado hygido e em estado morbido*

Hygiene.
 Medicina legal.
 Anatomia medico-cirurgica.
 Obstetricia.
 Clinica obstetrica.

Art. 9.º Em cada Faculdade haverá 12 lentes substitutos, distribuidos pelas seguintes secções :

1ª secção

Physica medica.
 Chimica inorganica medica.
 Chimica organica e biologica.

2ª secção

Materia medica, pharmacologia e arte de formular.
Chimica analytica e toxicologica.
Botanica e zoologia medicas.

3ª secção

Anatomia descriptiva.
Histologia.
Anatomia medico-cirurgica.

4ª secção

Physiologia.
Anatomia e physiologia pathologicas.
Pathologia geral.

5ª secção

Medicina legal.
Hygiene.

6ª secção

Pathologia chirurgica.
Operações eapparelhos.
Clinica chirurgica.

7ª secção

Pathologia medica.
Therapeutica.
Clinica propedeutica.
Clinica medica.

8ª secção

Obstetricia.
Clinica obstetrica e gynecologica.

9ª secção

Clinica pediatrica.

10ª secção

Clinica ophthalmologica.

11ª secção

Clinica dermatologica e syphiligraphica.

12ª secção

Clinica psychiatrica e de molestias nervosas.

Art. 10. O ensino pratico das cadeiras especificadas no art. 7º comprehende :

§ 1.º O ensino das clinicas medica, cirurgica e obstetrica, o da clinica propedeutica e o das clinicas especiaes, a saber: gynecologica, pediatria, ophthalmologica, dermatologica e syphili-graphica, psychiatria e de molestias nervosas.

§ 2.º Os cursos e trabalhos praticos nas cadeiras a que estiverem ligados os laboratorios discriminados no art. 13.

Art. 11. Para o ensino clinico o Governo dotará as Faculdades:

§ 1.º De um hospital, que será installado com todos os requisitos hygienicos e dotado dos aperfeiçoamentos reclamados pelos progressos do ensino, tendo cada lente, além dos serviços clinicos, sedentario e ambulatorio, um gabinete provido do material necessario ás pesquisas clinicas, histologicas e bacteriologicas, conforme as exigencias de cada cadeira.

§ 2.º De uma Maternidade para o ensino da clinica obstetrica e gynecologica.

§ 3.º O ensino da cadeira de clinica psychiatria e de molestias nervosas, no Rio de Janeiro, será feito no Hospicio Nacional de Alienados.

Art. 12. Como auxiliares do ensino clinico terá cada Faculdade :

§ 1.º Treze assistentes, doutores em medicina, sendo dous para a cadeira de clinica propedeutica e para cada cadeira de clinica cirurgica e um para cada uma das outras cadeiras de clinica.

§ 2.º Vinte internos, alumnos matriculados no curso de sciencias medicas e cirurgicas, sendo dous para cada cadeira.

§ 3.º Uma parteira para a clinica obstetrica e gynecologica.

Art. 13. Em cada Faculdade haverá os seguintes laboratorios, destinados à instrucção pratica dos alumnos matriculados, aos estudos e pesquisas scientificas dos cathedricos, substitutos e preparadores:

- 1.º Physica.
- 2.º Chimica inorganica.
- 3.º Chimica organica e biologica.
- 4.º Chimica analytica e toxicologica.
- 5.º Botanica e zoologia.
- 6.º Pharmacologia.
- 7.º Anatomia descriptiva.
- 8.º Anatomia medico-cirurgica.
- 9.º Histologia.
- 10.º Physiologia.
- 11.º Anatomia pathologica.
- 12.º Operações eapparehos.
- 13.º Therapeutica.
- 14.º Hygiene.
- 15.º Medicina legal.
- 16.º Odontologia.

Art. 14. Para auxiliar o ensino pratico, quer na parte relativa ás demonstrações e experiencias dos cursos, quer nos tra-

balhos dos laboratorios, terá cada Faculdade 17 preparadores, sendo um para cada uma das cadeiras a que estão ligados os laboratorios de que trata o artigo precedente, á excepção da cadeira de anatomia descriptiva, que terá dous preparadores.

Art. 15. Cada Faculdade terá um museo anatomico, cujas secções deverão comprehender as collecções necessarias á instrucção dos alumnos, e cuja direcção será confiada a um profissional, doutor em medicina, que será tambem o chefe dos trabalhos anatomicos.

Art. 16. Além do preparador do laboratorio de odontologia, haverá outro profissional que terá a seu cargo o ensino das materias especificadas no art. 34.

CAPITULO III

CURSOS DAS FACULDADES

SECÇÃO I

CURSO DE SCIENCIAS MEDICAS E CIRURGICAS

Art. 17. As materias do curso de sciencias medicas e cirurgicas serão ensinadas na seguinte seriação :

1ª serie

Physica medica.
Chimica inorganica medica.
Botanica e zoologia medicas.
Anatomia descriptiva (1ª parte).

2ª serie

Anatomia descriptiva (2ª parte).
Histologia.
Chimica organica e biologica.
Physiologia (1ª parte).

3ª serie

Physiologia (2ª parte).
Pathologia geral.
Anatomia e physiologia pathologicas.
Chimica analytica e toxicologica.
Clinica propedeutica.
Clinica dermatologica e syphiligraphica.

4ª serie

Pathologia medica.
 Pathologia chirurgica.
 Materia medica, pharmacologia e arte de formular.
 Clinica propedeutica.
 Clinica chirurgica (2ª cadeira).
 Clinica ophthalmologica.

5ª serie

Operações e apparatus.
 Anatomia medico-cirurgica.
 Therapeutica.
 Clinica chirurgica (1ª cadeira).
 Clinica medica (2ª cadeira).
 Clinica pediatrica.

6ª serie

Hygiene.
 Medicina legal.
 Obstetricia.
 Clinica medica (1ª cadeira).
 Clinica obstetrica e gynecologica.
 Clinica psychiatrica e de molestias nervosas.

Art. 18. A excepção das cadeiras de chimica analytica e toxicologica, de materia medica, pharmacologia e arte de formular, de clinicas especiaes, a saber : gynecologica, pediatrica, ophthalmologica, dermatologica e syphiligraphica, psychiatrica e de molestias nervosas, e da de obstetricia, as materias do curso de sciencias medicas e chirurgicas constituirão objecto de seis series de exames, prestados na ordem seguinte:

1ª serie

Physica medica.
 Chimica inorganica medica.
 Botanica e zoologia medicas.

2ª serie

Anatomia descriptiva (estudo completo).
 Histologia.
 Chimica organica e biologica.

3ª serie

Physiologia (estudo completo).
 Pathologia geral.
 Anatomia e physiologia pathologicas.

4ª serie

Pathologia medica.
Pathologia cirurgica.

5ª serie

1ª parte — Operações eapparelhos.
Anatomia medico-cirurgica.
Therapeutica.
2ª parte — Clinica cirurgica.
Clinica propedeutica.

6ª serie

1ª parte — Hygiene.
Medicina legal.
2ª parte — Clinica medica.
Clinica obstetrica.

Art. 19. Os alumnos approvados successivamente nas materias do curso de sciencias medicas e cirurgicas, comprehendidas no artigo precedente, deverão, como ultima prova de habilitação, complementar da sexta serie, apresentar theses impressas, afim de serem defendidas de conformidade com o disposto nos arts. 164 a 182 deste regulamento.

Art. 20. Aos alumnos que tiverem sido approvados em defesa de theses será conferido o grão de doutor em medicina.

SECÇÃO II

CURSO DE PHARMACIA

Art. 21. O curso de pharmacia comprehenderá as cadeiras seguintes :

- 1.ª Physica.
- 2.ª Chimica inorganica.
- 3.ª Chimica organica e biologica.
- 4.ª Chimica analytica e toxicologica.
- 5.ª Botanica e zoologia.
- 6.ª Prolegomenos de therapeutica.
- 7.ª Materia medica, pharmacologia e pharmacia pratica.

Art. 22. As materias deste curso serão leccionadas na seguinte seriação :

1ª serie

Physica.
Chimica inorganica.
Botanica.

2ª serie

Chimica organica e biologica.

Zoologia.

Pharmacologia (1ª parte).

3ª serie

Pharmacologia (2ª parte).

Chimica analytica e toxicologica.

Prolegomenos de therapeutica.

Art. 23. O ensino destas materias será dado em commum com o do curso de sciencias medicas e chirurgicas, quer nas aulas theoricas, quer nos cursos praticos, salvo as seguintes alterações :

§ 1.º O curso de zoologia da 2ª serie será feito pelo substituto da 2ª secção durante os tres primeiros mezes do anno lectivo, em prolecções que terão logar em dias alternados, e exercicios praticos uma vez por semana.

§ 2.º O curso de chimica biologica da 2ª serie será feito pelo substituto da 1ª secção durante os tres mezes que succederem ao prazo marcado no paragrapho anterior, em prolecções que terão logar em dias alternados, e exercicios praticos duas vezes por semana.

§ 3.º O substituto da 2ª secção, depois de terminar o curso de zoologia, deverá, em uma lição pratica hebdomadaria, exercitar os alumnos da 2ª serie na classificação dos vegetaes e reconhecimento das plantas medicinaes vivas.

Art. 24. Os alumnos da 2ª serie deverão entregar-se, durante todo o anno lectivo, a trabalhos praticos no laboratorio de pharmacacia, e a estudos de chimica concernentes á preparacão dos medicamentos inorganicos, á verificacão de suas impurezas e falsificações, e aos processos de purificacão; estes trabalhos serão excentados sob a direcção do preparador do laboratorio de pharmacologia.

Art. 25. Os alumnos da 3ª serie, durante o tempo em que, no respectivo curso, occupar-se o lente com o ensino da parte da pharmacologia pertencente á 2ª serie, farão, no laboratorio de pharmacacia sob as vistas do preparador, exercicios sobre o aviaamento de formulas medicamentosas, prescriptas pelos alumnos do curso medico que, desta sorte, se habilitarão na arte de formular.

Art. 26. Nos trabalhos relativos á parte da pharmacologia pertencente á 3ª serie, os alumnos desta serie farão ensaios sobre a verificacão da pureza e dosagem dos productos organicos, e das drogas e preparações pharmaceuticas.

Art. 27. As materias do curso pharmaceutico serão objecto de tres series de exames, os quaes serão prestados na mesma ordem especificada no art. 22.

Art. 28. Além destas series de exames, haverá, a titulo de prova pratica de habilitação profissional, complementar da 3ª

serie, um exame de pharmacia, que versará sobre a pharmacia em geral e questões relativas a ensaios sobre a pureza e dosagem das drogas medicinaes e suas preparações pharmaceuticas.

Art. 29. Aos alumnos que houverem sido approvados em todas as materias deste curso será conferido o título de pharmaceutico.

SECÇÃO III

CURSO DE OBSTETRICIA

Art. 30. O curso de obstetricia comprehenderá as seguintes materias, que serão objecto de duas series de exames, a saber :

1ª serie

Anatomia, descriptiva e medico-cirurgica, da bacia e dos órgãos genito-urinarios da mulher, a cargo do substituto da 3ª secção.

Obstetricia, a cargo do cathedratico respectivo.

2ª serie

Clinica obstetrica, limitada á pratica do parto natural e á pequena intervenção obstetrica, a cargo do respectivo cathedratico.

Art. 31. As alumnas que forem approvadas nas materias deste curso será conferido o título de parteira.

SECÇÃO IV

CURSO DE ODONTOLOGIA

Art. 32. O curso de odontologia comprehende as seguintes materias :

1.ª Anatomia, descriptiva e medico-cirurgica, da cabeça, a cargo do substituto da 3ª secção ;

2.ª Histologia da bocca e seus annexos, a cargo do substituto da 3ª secção ;

3.ª Physiologia dentaria, a cargo do substituto da 4ª secção ;

4.ª Hygiene dentaria, a cargo do substituto da 5ª secção ;

5.ª Pathologia dentaria ;

6.ª Therapeutica dentaria ;

7.ª Clinica odontologica ;

8.ª Prothese dentaria.

Art. 33. Os cursos, a que se refere o artigo anterior, effectuar-se-hão :

§ 1.º O de anatomia, no primeiro mez do anno lectivo, em prelecções que terão logar em dias alternados, acompanhadas de demonstração, e exercicios praticos nos dias que não forem de prelecção.

§ 2.º O de histologia, no segundo mez do anno lectivo, do mesmo modo estabelecido para o curso de anatomia especial;

§ 3.º O de physiologia, no terceiro mez do anno lectivo, em prelecções, que serão feitas em dias alternados.

§ 4.º O de hygiene, no quarto mez do anno lectivo, em prelecções, que serão feitas em dias alternados.

§ 5.º Os de pathologia e therapeutica dentarias, durante a primeira metade do anno lectivo, em prelecções feitas em dias alternados.

§ 6.º Os de clinica odontologica e prothese dentaria, diariamente, para os alumnos de ambas as series.

Art. 34. O ensino da prothese dentaria ficará a cargo do preparador do laboratorio de odontologia; o da clinica respectiva, e bem assim o da pathologia e therapeutica dentarias, será incumbido a outro profissional, nomeado em virtude de concurso o por indicação nominal da congregação.

Art. 35. As materias do curso de odontologia serão divididas em duas series de exames, a saber :

1ª serie

Anatomia, descriptiva e medico-cirurgica, da cabeça.

Histologia da bocca e seus annexos.

Physiologia dentaria.

Hygiene dentaria.

2ª serie

Pathologia dentaria.

Therapeutica dentaria.

Prothese dentaria.

Clinica odontologica.

Art. 36. Os exames destas materias serão prestados perante uma commissão assim composta :

§ 1.º Para a 1ª serie, dos substitutos da 3ª, 4ª e 5ª secções, sob a presidencia do mais antigo em exercicio.

§ 2.º Para a 2ª serie, do substituto mais antigo dentre os que formam a commissão precedente e dos profissionais encarregados do ensino da clinica e da prothese dentarias, como examinadores, sob a presidencia do substituto.

Art. 37. Aos alumnos que forem approvados em todas as materias do curso de odontologia será conferido o titulo de cirurgião-dentista.

CAPITULO IV

DOS AUXILIARES DO ENSINO

SECÇÃO I

DOS PREPARADORES

Art. 38. Os preparadores serão nomeados por decreto do Governo, mediante concurso e indicação nominal da congregação.

Art. 39. A função dos preparadores é vitalicia, salvo os casos seguintes :

§ 1.º Falta de cumprimento dos deveres a seu cargo, ou outra circumstancia especial, allegada pelo cathedratico e julgada, após inquerito, pela congregação, que levará o facto ao conhecimento do Governo.

§ 2.º Não entrar em exercicio dentro do prazo de dois mezes, a contar da data de sua nomeação, deixando de justificar-se perante o Governo; neste caso, a nomeação será considerada de nenhum effeito.

§ 3.º Ausencia da séde da Faculdade, durante o anno lectivo, por mais de oito dias, sem licença do Governo.

§ 4.º Faltas por mais de 30 dias sem justificação perante o director.

Art. 40. Aos preparadores que provarem invalidez será concedida aposentadoria, nos termos das disposições do Codigo do ensino superior.

Art. 41. Aos logares de preparadores das cadeiras de sciencias physicas e naturaes poderão concorrer, além dos doutores em medicina, os bachareis em pharmacia e os pharmaceuticos diplomados pelas Escolas Federaes, e aos logares do laboratorio de odontologia, os cirurgiões-dentistas devidamente habilitados.

Art. 42. No impedimento dos preparadores, ou em caso de vaga, o director designará quem deva preencher interinamente estes logares, tendo sempre preferencia algum dos preparadores de outras cadeiras a qualquer profissional extranho ás Faculdades.

Art. 43. Aos preparadores incumbe :

§ 1.º Comparecer diariamente no laboratorio antes da hora das aulas, afim de dispôr, segundo as determinações dos lentes, tudo quanto for necessario para as demonstrações e exercicios praticos.

§ 2.º Demorar-se no laboratorio o tempo preciso para o cabal desempenho dos trabalhos a seu cargo.

§ 3.º Assistir ás aulas theoricas e praticas, realisando as demonstrações experimentaes determinadas pelo lente.

§ 4.º Dispôr tudo quanto lhes for determinado para as investigações do cathedratico, ou seu substituto, e executar os trabalhos praticos que lhes forem designados.

§ 5.º Exercitar os alumnos no manejo dosapparelhos e instrumentos, guial-os nos exercicios praticos, segundo as instruções do lente, e fiscalisar os trabalhos que os alumnos tiverem de executar, por ordem do lente, no respectivo laboratorio.

§ 6.º Fiscalisar com todo o zelo a conservação dos instrumentos e apparelhos, sendo obrigados a substituir os que se inutilisarem por negligencia ou erro de officio.

Art. 44. Além dos deveres communs a todos os preparadores, os das cadeiras de anatomia terão por obrigação :

§ 1.º Auxiliar o chefe dos trabalhos anatomicos na execução dos processos applicados à conservação dos cadaveres.

§ 2.º Executar as preparações anatomicas para as demonstrações nos cursos, e dirigir os exercicios de disseccão feitos pelos alumnos.

§ 3.º Preparar peças dignas de serem conservadas para estudo no museo anatomico das Faculdades, guiando os alumnos de maneira a habilital-os a fazer preparações que possam ter aquelle destino.

Art. 45. O preparador do laboratorio de anatomia pathologica será tambem obrigado a praticar as autopsias dos cadaveres pertencentes ás clinicas da Faculdade, chamando por turnas os alumnos que deverão auxilial-o, e registrando em livro especial as alterações reveladas pela necropsia e outras notas explicativas que possam servir para esclarecer os diagnostics, remettendo de tudo cópia authentica aos lentes de clinica, em cujo serviço se houver dado o obito.

Art. 46. Os preparadores mandarão fazer pelos conservadores, em um livro rubricado pelo director, uma relação de todos os objectos pertencentes ao laboratorio, e, em outro livro tambem rubricado, escreverão os pedidos, declarando no talão respectivo a data da entrada e mandando lançal-os no livro respectivo.

Art. 47. Os preparadores mandarão fazer pelos conservadores uma relação dos objectos que se inutilisarem, a qual será por elles assignada e apresentada pelo lente ao director, afim de que este mande inutilisal-os, ordenando a venda daquelles que ainda tiverem algum valor.

Art. 48. Os preparadores não poderão entreter cursos livres remunerados, sendo-lhes, todavia, permittido, no interesse do ensino e a titulo de repetição, dar explicações dos trabalhos praticos, segundo o programma da cadeira, sem prejuizo dos deveres a seu cargo e da regularidade do serviço.

Art. 49. Os preparadores assignarão a sua presença nas cadernetas das aulas.

SECÇÃO II

DOS ASSISTENTES DE CLINICA

Art. 50. Os assistentes de clinica, a que se refere o § 1º do art. 12, serão nomeados pelo director, precedendo proposta do cathedratico, e, na qualidade de auxiliares da confiança

immediata deste ultimo, serão conservados enquanto bem servirem.

Art. 51. Aos assistentes de clinica incumbem:

§ 1.º Comparecer nas enfermarias antes da hora das aulas, afim de tomarem conhecimento de qualquer occorrença sobre-vinda no serviço e levar-a ao conhecimento do cathedratico.

§ 2.º Exercer, na ausencia do lente, a policia nas enfermarias, velando sobre o comportamento dos alumnos e participando-lhe qualquer acto de infracção da disciplina.

§ 3.º Dividir os leitos das enfermarias entre os alumnos aos quaes adextrarão no exame dos doentes, guiando-os nas pesquisas e explorações necessarias, fazendo-os tomar notas e ensinando-lhes a redigir convenientemente as observações clinicas.

§ 4.º Registrar minuciosamente em livro da enfermaria, que estará sob sua guarda, as observações de todos os casos que tiverem servido para o ensino clinico; neste serviço serão auxiliados pelos internos.

§ 5.º Inscrever no registro de observações as considerações importantes que forem suscitadas, mencionando systematicamente as particularidades de cada caso morbido.

§ 6.º Proceder a exame e analyse dos liquidos organicos que, por ordem do lente, forem recolhidos dos enfermos.

§ 7.º Assistir ás visitas e lições do lente, prescrevendo, na ausencia deste, a medicação adequada.

§ 8.º Fazer com que as prescripções do lente sejam rigorosamente cumpridas pelos internos e que estes escrevam o receituário e tomem nota das curvas thermometricas e sphygmographicas e de tudo o mais que deva servir para as observações do lente, as quaes serão redigidas definitivamente pelos assistentes.

§ 9.º Ajudar as operações chirurgicas, podendo praticar as que forem de urgencia, na ausencia do lente ou por sua determinação; praticar os curativos designados pelo lente, applicar osapparelhos com o auxilio dos internos.

§ 10. Dirigir a applicação dos apparelhos e os curativos de que forem encarregados os internos e alumnos, seguindo em tudo as instrucções do lente.

§ 11. Assistir ás autopsias com os internos e os alumnos por elles designados, e preparar as peças pathologicas que devem ser apresentadas aos alumnos pelo lente no intuito de combinar as lesões cadavericas com os phenomenos observados durante a vida, cumprindo-lhes, outrosim, restituil-as ao preparador do laboratorio de anatomia pathologica, para serem conservadas no museo, si forem dignas de nota.

§ 12. Organisar com os internos a estatistica do serviço clinico a seu cargo, com especial menção dos methodos e agentes therapeuticos empregados, devendo estas estatisticas ser publicadas na Revista dos cursos da Faculdade.

§ 13. Comparecer á tarde nas enfermarias, acompanhados dos internos, afim de observarem si as prescripções foram cumpridas, e prestarem cuidados aos enfermos que tiverem entrado durante sua ausencia.

§ 14. Passar a visita aos enfermos, quando faltar o lente, ao qual, todavia, não poderão substituir como membros do magisterio.

§ 15. Conservar em perfeito estado o arsenal cirurgico pertencente a Faculdade e osapparelhos destinados aos estudos clinicos.

SECÇÃO III

DOS INTERNOS DE CLINICA

Art. 52. Os internos de clinica serão nomeados pelo director, sob proposta do cathedratico, dentre os alumnos matriculados que tenham sido approvados nas materias da 3ª serie do curso medico.

Art. 53. Sua função durará enquanto servirem a contento do cathedratico, e seu exercicio terminará ao prestarem a defesa de theses.

Art. 54. Aos internos de clinica incumbe :

§ 1.º Comparecer nas enfermarias antes da chegada do lente e desempenhar as incumbencias que lhes forem affectas por este e pelo assistente, aos quaes são subordinados.

§ 2.º Visitar, á tarde, as enfermarias, desempenhando as ordens que lhes tiverem sido dadas na visita da manhã pelo lente e pelo assistente.

§ 3.º Fazer a vigilia aos operados, acudindo a qualquer hora da noite ás occorrencias supervenientes.

SECÇÃO IV

DA PARTEIRA

Art. 55. Como auxiliar do serviço da Maternidade, haverá uma parteira, devidamente habilitada, a qual será nomeada pelo director, precedendo proposta do cathedratico.

Paragrapho unico. A parteira empreexecutar os serviços profissionais que lhe forem determinados pelo lente e pelo assistente de clinica obstetrica e gynecologica.

SECÇÃO V

DO CHEFE DOS TRABALHOS ANATOMICOS

Art. 56. Em cada Faculdade haverá um chefe dos trabalhos anatomicos, que será também o director do museo anatomico, nomeado por decreto do Governo, sob indicação nominal da congregação, mediante concurso.

Art. 57. Cumpre ao chefe dos trabalhos anatomicos :

§ 1.º Distribuir os cadáveres de modo que sirvam para as preparações dos diversos cursos de anatomia, e para os exercicios de dissecação feitos pelos alumnos sob sua fiscalisação.

§ 2.º Pôr em pratica, auxiliado pelos preparadores de anatomia, os processos mais efficazes para a conservação dos cadáveres, afim de que sejam estes devidamente aproveitados.

§ 3.º Preparar e conservar as colleções necessarias à instrução pratica dos alumnos, cumprindo-lhe recolher e classificar as peças que forem depositadas no museo.

§ 4.º Reparar, ou mandar reparar, os modelos que tiverem alguma deterioração.

§ 5.º Preparar e colleccionar peças anatomicas e anatomo-pathologicas afim de augmentar o cabedal do ensino pratico.

§ 6.º Habilitar os alumnos na preparação de peças dignas de figurarem no museo.

§ 7.º Organisar o catalogo especificado das diversas colleções que compoem o museo, acompanhado de uma noticia sobre os casos pathologicos e de todas as informações e explicações que possam ser de utilidade para o estudo destas colleções.

Art. 58. O museo se comporá, além das peças naturaes colleccionadas pelo chefe dos trabalhos anatomicos e pelos preparadores das respectivas cadeiras, das que, tendo sido executadas pelos alumnos, forem pelos lentes de anatomia julgadas dignas desse destino.

Art. 59. Conterá também o museo colleções de peças anatomicas e anatomo-pathologicas artificiaes, modeladas em cera ou outra substancia appropriada, esqueletos e quaesquer outros objectos que possam servir para os estudos praticos dos alumnos e demonstrações nos cursos, e principalmente para o ensino das cadeiras de anatomia, obstetricia, medicina legal e das clinicas.

Art. 60. O catalogo, de que trata o § 7º do art. 57, deverá ser publicado, quando assim o entender o director da Faculdade.

Art. 61. Nenhuma peça, ou preparação, poderá ser retirada do museo sem authorisação expressa do director da Faculdade, salvo para as demonstrações nas aulas, devendo neste caso a requisição ser feita, por escripto, pelo lente, que será responsavel pela sua restituição opportuna.

Art. 62. O chefe dos trabalhos anatomicos é subordinado ao director e aos lentes das cadeiras de anatomia, no que diz respeito, quanto a estes ultimos, á superintendencia dos trabalhos anatomicos.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS CONCURSOS

SECÇÃO I

CONCURSOS PARA OS LOGARES DE SUBSTITUTOS

Art. 63. O prazo concedido aos candidatos para a prova escripta será de quatro horas.

Art. 64. Os pontos para a prova pratica, em numero de dez para cada cadeira, serão organisados no mesmo dia da prova por uma commissão composta dos cathedricos da secção, que os submeterá á approvação da Faculdade, seguindo-se no sorteio do ponto o mesmo processo das provas oral e escripta, salvo a reserva prevista no artigo seguinte.

Paragrapho unico. A mesma commissão apresentará um relatório sobre o valor da prova pratica, o qual será lido no dia da leitura da prova escripta, antes do julgamento.

Art. 65. No primeiro dia util depois da prova oral, os candidatos farão immediatamente, pela ordem da inscripção, a prova pratica que lhes tiver cabido por sorte, não podendo os subsequentes assistir ás provas dos anteriores nem conhecer o enunciado do ponto sorteado sinão no momento de prestarem a prova.

Art. 66. O tempo para a prova pratica será marcado pela congregação, tendo o candidato, quanto á de clinica, vinte minutos para o exame do doente e meia hora no maximo para a exposição oral.

Art. 67. Si houver mais de tres candidatos, serão divididos em duas ou mais turmas, de modo que a cada uma seja apresentado enfermo differente, que cada concorrente examinará separadamente, segundo a ordem da inscripção.

Art. 68. Em papel rubricado pelo director da Faculdade os concorrentes poderão expôr os processos e meios empregados para a resolução das questões technicas que lhes couberam por sorte, bem como o resumo da observação feita no doente, ou as alterações que encontraram na autopsia.

Cada candidato terá vinte minutos, no maximo, para explicar e justificar as suas preparações e analyses, e os processos de que se tiver servido na prova technica.

SECÇÃO II

CONCURSOS PARA OS LOGARES DE PREPARADORES

Art. 69. Serão admittidos á inscripção para o concurso aos logares de preparadores :

§ 1.º Os doutores em medicina.

§ 2.º Os pharmaceuticos, nas cadeiras de sciencias phisicas e naturaes.

§ 3.º Os cirurgiões-dentistas, para o curso de odontologia.

Art. 70. O prazo para a inscripção será de tres mezes, começando tres dias depois de verificada a vaga e encerrando-se no ultimo dia do prazo ás 2 horas da tarde.

Art. 71. O concurso será annunciado no *Diario Official* e na folha official da séde da Faculdade, devendo a publicação do edital ser renovada e pelo mesmo modo repetida em cada um dos ultimos oito dias do prazo da inscripção.

Art. 72. Si este prazo expirar durante as ferias, a inscripção conservar-se-ha aberta nos tres primeiros dias uteis que se seguirem ao termo dellas, procedendo-se ao encerramento no terceiro, ás 2 horas da tarde.

Art. 73. No caso de haver mais de uma vaga, a congregação resolverá qual a ordem em que devem ser postos os logares em concurso, começando o prazo da inscripção do segundo a correr dous mezes depois da abertura da inscripção do primeiro, de sorte que haja um concurso especial para cada vaga.

Art. 74. No dia do encerramento da inscripção serão eleitos pela congregação cinco lentes cathedromaticos, encarregados de formular os pontos sobre que deverão versar as provas.

Art. 75. Nos concursos para os logares de preparadores serão observadas, em tudo quanto lhes seja applicavel, as disposições e formalidades prescriptas para os concursos de substitutos, desde que não haja explicita disposição em contrario.

Art. 76. As provas dos concursos para os logares de preparadores serão em numero de tres, a saber:

§ 1.º Prova escripta sobre um ponto sorteado dentre vinte formulados pela commissão, dando-se aos candidatos o prazo de tres horas para a sua dissertação.

§ 2.º Prova oral, cujo tempo será de meia hora, sobre um ponto sorteado, com antecedencia de 24 horas, dentre vinte formulados pela commissão.

§ 3.º Prova pratica, especial ao laboratorio affecto ao cargo, marcando a congregação o tempo que julgar necessario para a execução do trabalho. Para esta prova organizará a commissão uma lista de 10 pontos no mesmo dia em que tiver logar a prova.

Art. 77. Todas as provas do concurso serão feitas perante a congregação.

Art. 78. Em seguida á leitura da prova escripta proceder-se-ha á votação, devendo ser proposto ao Governo o concurrente mais votado na qualificação por ordem de merecimento.

Art. 79. No dia immediato á leitura da prova escripta e á votação, o director levará ao conhecimento do Governo o resultado do concurso, segundo a decisão da Faculdade, cumprindo-lhe informar quanto ao preenchimento das formalidades legais.

SECÇÃO III

CONCURSO PARA O LOGAR DE CHEFE DOS TRABALHOS ANATOMICOS

Art. 80. No concurso para o logar de chefe dos trabalhos anatomicos serão observadas as seguintes disposições:

§ 1.º No acto da inscripção deverão os candidatos apresentar seus diplomas de doutor em medicina, ou as publicas-formas, e quaesquer titulos que comprovem sua idoneidade e moralidade.

§ 2.º O concurso será feito perante uma comissão composta dos cathedricos de anatomia descriptiva, anatomia medico-cirurgica, anatomia pathologica, histologia, clinica cirurgica e operações, sob a presidencia do lente mais antigo em exercicio, servindo de secretario o mais moderno.

§ 3.º O concurso constará de cinco provas praticas, feitas em dias successivos, na ordem seguinte: 1ª, anatomia descriptiva; 2ª, anatomia medico-cirurgica; 3ª, anatomia pathologica; 4ª, histologia; 5ª, operações. Para a execução destas provas disporá o candidato do tempo que for marcado pela comissão.

§ 4.º Apóz a execução de cada prova, o candidato fará, em breve dissertação, a exposição do processo seguido e a demonstração da preparação executada.

§ 5.º Terminadas as provas, será apresentado à congregação um relatorio circumstanciado das occurrencias havidas e do julgamento definitivo, procedendo-se em seguida à communicação ao Governo pelo director, que proporá, de accordo com o resolvido pela congregação, o candidato mais habilitado.

SECÇÃO IV

CONCURSO DE CLINICA ODONTOLOGICA

Art. 81. No concurso para o logar de profissional encarregado do ensino da clinica odontologica observar-se-ha o processo indicado para os concursos aos logares de preparador.

CAPITULO VI

DOS EMPREGADOS DO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Art. 82. Além do secretario, sub-secretario, bibliothecario, sub-bibliothecario e porteiro, haverá, em cada Faculdade, os seguintes empregados para o serviço administrativo:

- 3 amanuenses.
- 8 conservadores.
- 5 bedéis.
- 3 continuos.

Art. 83. Compete aos amanuenses fazer todo o trabalho de escripturação que lhes for determinado pelo secretario e pelo sub-secretario, cabendo ao mais antigo archivar os papeis, segundo as instrucções que receber.

Art. 84. Aos conservadores incumbem os seguintes encargos :

§ 1.º Ter sob sua guarda e responsabilidade o material tecnico e scientifico dos laboratorios que lhes forem designados pelo director, e cuidar com todo o zelo da conservação dosapparelhos, instrumentos e productos, quer durante o anno lectivo, quer no periodo das ferias.

§ 2.º Fiscalisar o trabalho dos serventes, fazendo com que estes tratem do asscio do recinto, dos moveis e de todos os objectos utilizados nos cursos theoricos e praticos.

§ 3.º Verificar si, á hora competente, são fechadas as janellas e portas do laboratorio, e entregar ao porteiro a chave da porta principal da repartição a seu cargo.

§ 4.º Provenir, opportunamente, o preparador de tudo quanto possa faltar ao laboratorio, affin de que não seja prejudicado o andamento regular dos trabalhos.

§ 5.º Proceder, no fim do anno lectivo, a um inventario no material que lhe está confiado, apresentando-o ao lente, que o remetterá ao director.

§ 6.º Cumprir as determinações que receberem dos lentes e dos preparadores, aos quaes são immediatamente sublinados.

§ 7.º Apresentar ao director da Faculdade, sob pena de demissão, pessoa idonea que os substitua, sob sua responsabilidade, quando não puderem comparecer por motivo de molestia prolongada ou de licença.

§ 8.º Responsabilisar-se pelos objectos que desaparecerem, quebrarem-se ou deteriorarem-se fóra das experiencias e preparações dos cursos, e por todas as perdas e damnos occorridos no laboratorio, si não for conhecido o seu autor.

Art. 85. Aos bedéis compete manter o silencio nas salas em que se estiver procedendo a algum acto escolar, e em suas proximidades ; exercer, em summa, a policia no recinto da Faculdade.

Art. 86. Ao bedel da bibliotheca, o qual fará o officio de guarda do edificio e de tudo quanto este contiver, compete :

§ 1.º Attender aos leitores, inscrevendo, em um livro especial, os seus nomes a par dos pedidos.

§ 2.º Auxiliar o sub-bibliothecario nos trabalhos do expediente.

§ 3.º Fiscalisar as salas de leitura, no que será auxiliado pelo servente, impedindo o extravio e estrago dos livros.

§ 4.º Expedir, por intermedio da secretaria, a correspondencia da bibliotheca.

Art. 87. Aos continuos compete entregar os officios e mais correspondencia concernente ao expediente.

CAPITULO VII

REGIMEN ESCOLAR

Art. 88. E' livre o ingresso nos cursos theoricos a todas as pessoas que se portarem convenientemente.

Art. 89. Nos laboratorios o ingresso é permittido exclusivamente, ás h's as destinadas aos trabalhos praticos, aos alumnos matriculados na serie de materias a que estiverem ligadas os mesmos laboratorios e áquelles que, tendo sido approvados nas referidas materias, obtiverem para este fim autorisação do cathedratico.

Art. 90. Nas aulas de clinica, o ingresso é facultado sómente aos alumnos matriculados que houverem prestado exames da 2ª serie medica, e aos doutores em medicina, nacionaes ou estrangeiros, que tiverem obtido annuencia do lente.

Art. 91. A matricula em uma Faculdade não será válida na outra sinão em caso excepcional, em virtude de força maior, a juizo da congregação, que permittirá ou não a transferencia requerida.

Art. 92. Os alumnos matriculados gosarão das seguintes regalias :

§ 1.º Direito ao ensino pratico, servindo-se dosapparelhos e mais objectos dos laboratorios e das clinicas de que carecerem para seus trabalhos praticos, os quaes serão sempre feitos sob a direcção dos lentes, auxiliados pelos preparadores e assistentes de clinica.

§ 2.º Preferencia nas salas de aulas e na ordem dos exames.

§ 3.º Direito aos premios escolares.

Art. 93. Os alumnos matriculados deverão frequentar os laboratorios e as clinicas, assistindo aos cursos praticos, tomando parte nos exercicios respectivos e respondendo ás arguições dos lentes.

Art. 94. Cada laboratorio terá por director o lente da respectiva cadeira, ao qual ficará immediatamente subordinado o pessoal do mesmo laboratorio, devendo o cathedratico, ou quem suas vezes fizer, considerar-se um auxiliar do director da Faculdade no tocante ao regimen escolar e á policia academica.

Art. 95. Nenhum objecto poderá ser retirado dos laboratorios sem expressa autorisação escripta do director da Faculdade e mediante recibo.

Art. 96. Os lentes de clinica deverão fiscalisar, auxiliados pelos assistentes, o desempenho do serviço de suas enfermarias, executando e fazendo executar os artigos concernentes á policia da Faculdade.

CAPITULO VIII

EXERCICIO DOCENTE

Art. 97. Os lentes farão tres prelecções por semana, em dias alternados, por espaço de uma hora, as quaes, nos cursos que assim o reclamarem, serão acompanhadas de demonstrações practicas em relação aos programmas e à natureza das disciplinas, de modo a satisfazer as necessidades do ensino no ponto de vista pratico.

Paragrapho unico. Desta disposição exceptuam-se os lentes das cadeiras de clinica, que darão aulas todos os dias durante o anno lectivo e lições oraes duas vezes por semana, e tambem os lentes de pathologia medica e chirurgica, os quaes farão cinco prelecções semanaes, sendo por isso equiparados em vencimentos aos lentes de clinica.

Art. 98. Os lentes serão tambem encarragados dos cursos praticos das cadeiras a seu cargo, devendo as lições praticas o os exercicios de laboratorio durar pelo menos uma hora, e ter logar em dias alternados com os das prelecções.

Art. 99. Os exercicios praticos serão feitos sob a direcção dos lentes, auxiliados pelos preparadores, sendo os alumnos interrogados pelo lente sobre os trabalhos que executarem.

Art. 100. Os lentes de clinica, na parte que competir ás respectivas cadeiras, deverão dirigir os alumnos na observação e estudo pratico das molestias, podendo interrogar-os e estabelecer entre elles conferencias medicas. Deverão tambem os mesmos lentes, sempre que for possivel, presidir as autopsias.

Art. 101. Ao lente e ao preparador da cadeira de chimica analytica e toxicologica incumbe o encargo de proceder ao exame das visceras e outras materias que lhes forem remettidas como elemento do ensino da cadeira de medicina legal pelo respectivo lente, a quem deverá aquelle communicar o resultado da analyse toxicologica a que tiver procedido.

Art. 102. Ao laboratorio de anatomia pathologica ficarão affectas as autopsias dos cadaveres pertencentes ás clinicas, devendo estas autopsias ser praticadas pelo preparador deste laboratorio e pelo chefe dos trabalhos anatomicos.

Art. 103. Ao lente de medicina legal será facultado, à testa de pequenas turmas de alumnos, proceder na Policia, no Necrotério ou onde lhe for designado pela autoridade, aos exames medico-legaes de character tanatologico ou biologico, cumprindo-lhe, nestes casos, fornecer os relatorios e todos os esclarecimentos exigidos pela autoridade policial a respeito dos exames em que tomar parte.

Art. 104. O laboratorio de odontologia, destinado ao ensino concreto das materias de cujo conhecimento depende a pratica desta especialidade no respectivo curso annexo, embora consi-

derado dependencia da cadeira de operações, estará a cargo de um cirurgião-dentista, com o título de preparador, o qual será coadjuvado por outro profissional.

Paragrapho unico. Este profissional será nomeado por decreto do Governo, mediante concurso, e terá, principalmente, a seu cargo o ensino da clinica odontologica, cuja sede será no laboratorio de odontologia.

Art. 105. Compete aos substitutos, além das funções especificadas no Codigo do ensino superior, o ensino especial das materias que nas respectivas secções comprehendem as series dos cursos de pharmacia, de obstetricia e de odontologia.

Art. 106. Os cursos de anatomia da 1ª serie e de physiologia da 2ª serie do curso de sciencias medicas e chirurgicas ficarão a cargo dos substitutos das secções a que taes disciplinas pertencem.

Art. 107. Os cursos complementares, de que estiverem encarregados os substitutos, terão lugar duas vezes por semana, nas horas que forem designadas pela congregação, segundo o programma proposto pelos lentes das cadeiras a que estes cursos se referirem.

Art. 108. Nenhuma resolução concernente ao ensino será tomada pelos substitutos sem audiencia dos cathedromaticos, e, no impedimento prolongado destes ultimos, sem prévia authorisação do director da Faculdade.

Art. 109. Os lentes cathedromaticos, e os substitutos que houverem regido cadeiras ou feito cursos de qualquer materia, deverão apresentar, na sessão de encerramento dos trabalhos, uma exposição circumstanciada do modo por que desempenharam seus programmas e dos factos mais notaveis que tiverem occorrido nos cursos a seu cargo, fazendo especial menção da frequencia média dos alumnos nas aulas theoricas e praticas.

CAPITULO IX

EXERCICIOS ESCOLARES

Art. 110. Os trabalhos escolares começarão no dia 16 de março, e terminarão quando estiverem concluidos todos os exames e actos da Faculdade.

Art. 111. Além do periodo comprehendido entre o encerramento dos trabalhos e o dia de sua abertura no anno seguinte, serão feriados os dias de festa nacional e do enterramento do director e de qualquer lente, effectivo ou jubilado, das Faculdades.

Art. 112. As aulas serão abertas no dia 1 de abril e encerradas no dia 14 de novembro.

Art. 113. No dia 16 de março terá lugar a sessão de abertura dos trabalhos, reunindo-se a congregação afim de distribuir as horas das aulas, verificar a presença dos lentes, designar, na falta

dos substitutos, quem deva reger as cadeiras dos lentes que estiverem impedidos, eleger a comissão de redacção da Revista, e designar aos substitutos as funções complementares que houverem de preencher no anno lectivo.

Art. 114. O horario approved no principio do anno lectivo só poderá ser alterado pela congregação, si assim o exigirem as conveniencias do ensino.

CAPITULO X

DAS MATRICULAS

Art. 115. As matriculas para todos os cursos das Faculdades estarão abertas desde o dia 16 até ao dia 31 de março.

Art. 116. As materias exigidas como preparatorios para os cursos de pharmacia, de obstetricia e de odontologia são as seguintes:

Para o curso de pharmacia :

Portuguez.

Francez.

Arithmetica.

Algebra até equações de 2º grão inclusive.

Geometria elementar e trigonometria rectilinea.

Historia e geographia do Brazil.

Elementos de physica e chimica.

Elementos de botanica, zoologia e geologia.

Para o curso de obstetricia :

Portuguez.

Francez ou inglez.

Arithmetica até proporções inclusive.

Geometria plana.

Para o curso de odontologia :

Portuguez.

Francez ou inglez.

Arithmetica até proporções inclusive.

Geometria plana.

Elementos de physica e chimica.

CAPITULO XI

DA INSCRIÇÃO DE EXAMES

Art. 117. A inscrição para os exames estará aberta nas seguintes épocas :

De 1 a 14 de novembro para a 1ª época.

De 1 a 15 de março para a 2ª época.

Art. 118. Os candidatos á inscripção de exames da serie inicial de qualquer dos cursos da Faculdade deverão apresentar certidões de approvação nas materias exigidas como preparatorios para a matricula.

Art. 119. Os alumnos do curso de sciencias medicas e chirurgicas serão dispensados de prestar exames das cadeiras de chimica analytica e toxicologica, de materia medica, pharmacologia e arte de formular, de obstetricia e das clinicas especiaes especificadas no art. 18, si provarem com attestados, passados pelos cathedromaticos, ou quem suas vezes fizer nas respectivas disciplinas, que frequentaram estes cursos durante o anno lectivo correspondente a cada uma destas materias.

Paraphrasis unico. Exceptuam-se desta disposição os internos das clinicas das Faculdades, e os alumnos que provarem, com documento firmado pelo director do serviço sanitario do hospital da Misericordia, ser internos effectivos deste estabelecimento, aos quaes serão dispensados os attestados relativos ás clinicas, mas não o que se refere a frequencia do curso pratico de chimica analytica e toxicologica, de pharmacologia e da aula de obstetricia.

Art. 120. O attestado de frequencia da penultima cadeira será apresentado no acto da inscripção para os exames da 3ª serie medica, e da ultima no da inscripção para a 4ª serie, e os das clinicas especiaes, bem como o de obstetricia, no acto da inscripção dos exames da 6ª serie.

Art. 121. Além dos attestados de frequencia, a que se referem os arts. 119 e 120, os candidatos á inscripção deverão :

§ 1.º Os da 3ª serie medica, provar, com documento firmado pelo cathedratico, que fizeram, no laboratorio de chimica analytica e toxicologica, durante o anno lectivo, dous trabalhos de chimica clinica acompanhados dos relatorios correspondentes.

§ 2.º Os da 6ª serie, entregar na secretaria tres observações, sendo uma para cada cadeira de clinica, medica, chirurgica e obstetrica, referindo-se a casos observados no anno lectivo.

Art. 122. Os candidatos a exames livres e os alumnos que não apresentarem os attestados exigidos para a inscripção ficarão sujeitos a exames nas materias respectivas.

CAPITULO XII

DOS EXAMES

Art. 123. As commissões examinadoras serão constituídas pelos cathedromaticos, ou seus substitutos, conforme as cadeiras de cada serie.

Art. 124. As commissões examinadoras, que não puderem ser formadas segundo o disposto no artigo precedente, serão organisadas pelo director com approvação da congregação, a qual deverá reunir-se no dia 16 de novembro para tratar de todos os assumptos que se referem aos exames.

Art. 125. Nesta sessão, os cathedrauticos, ou quem suas vezes fizer, apresentarão à congregação as listas dos pontos, tirados dos respectivos programmas, para as provas praticas das cadeiras em que forem ellas exigidas.

Art. 126. Com excepção dos exames de clinica e das materias a que não estiverem ligados laboratorios, haverá, para cada cadeira, tres provas, a saber:

§ 1.º Uma prova pratica.

§ 2.º Duas provas theoricas, sendo uma escripta e a outra oral.

Art. 127. O candidato que faltar à chamada para qualquer das provas de exame só poderá ser chamado de novo na mesma época, salvo o caso previsto no art. 152, si justificar perante a commissão examinadora o motivo de sua falta, não podendo, porém, em caso algum, ser chamado mais de duas vezes na mesma época e perdendo o direito à inscripção.

Art. 128. As commissões examinadoras serão presididas pelo cathedratico mais antigo, a quem incumbe, de accordo com as disposições vigentes, decidir todas as questões de ordem e levar ao conhecimento do director qualquer irregularidade observada no acto dos exames.

SECÇÃO I

DA PROVA PRATICA

Art. 129. A prova pratica de cada uma das cadeiras a que estão ligados os laboratorios precederá às provas theoricas, e versará sobre os pontos apresentados à congregação pelos respectivos lentes.

Art. 130. Cada examinando tirará um ponto para a sua prova, e os pontos que forem extrahidos voltarão para a urna nos dias seguintes.

Art. 131. Cada turma de examinandos será composta do numero de alumnos que a commissão examinadora indicar, de accordo com a indole de cada cadeira e o total dos examinandos. Cada alumno só fará, por dia, prova pratica de uma materia, e será chamado tantas vezes quantas forem necessarias para se completarem as provas praticas de todas as materias da serie, ou das materias de que os examinandos tiverem requerido exame.

Art. 132. Si o numero de alumnos submettidos a exame for inferior a seis, poderão as provas praticas das diversas cadeiras effectuar-se successivamente no mesmo dia.

Art. 133. O candidato, que prestar a prova pratica de uma materia e faltar à chamada para a prova pratica de outra materia da serie por elle requerida, não perderá a primeira, mas só será chamado quando todos os outros inscriptos tiverem sido examinados.

Art. 134. A turma de examinandos de cada dia será pela commissão examinadora distribuida pelos respectivos laboratorios, e os lentes inspecionarão cuidadosamente os trabalhos.

Art. 135. O examinando será obrigado a dar, sobre as experiências ou preparações que executar, os esclarecimentos que forem pedidos pelo lente e responder á arguição que lhe for feita.

Art. 136. Terminados os trabalhos de cada turma diaria, os examinadores procederão á apreciação das provas por meio de notas, que serão lançadas em boletins impressos.

Art. 137. O alumno, que tiver obtido nota *mé* na prova pratica, perderá o direito de prestar as provas theoricas da respectiva cadeira, e será considerado *inhabilitado*.

SECÇÃO II

DA PROVA ESCRIPTA

Art. 138. A prova escripta será feita a portas fechadas, sob a fiscalisação da commissão examinadora. O presidente da commissão chamará, diariamente, para a prova escripta até 20 alumnos de cada serie no maximo.

Art. 139. Haverá, para cada materia, uma urna contendo tiras de papel, convenientemente enroladas, com tantos numeros quantos forem os pontos correspondentes aos programmas de cada cadeira.

Art. 140. O primeiro alumno da turma tirará da urna duas tiras de papel, que entregará ao presidente da commissão, e este, em voz alta, lerá os numeros e verificará os pontos correspondentes. Sobre cada um desses pontos sorteados a commissão indicará a parte que deva ser tratada, ou proporá questões, tendo o examinando o direito de escolher um dos dous pontos para objecto de sua prova.

Art. 141. Os assumptos indicados e as questões propostas serão transcriptos em um quadro negro á vista de todos os examinandos.

Art. 142. Feito o sorteio dos pontos e chamado cada examinando pelo presidente do acto, este lhe entregará, rubricadas pelos membros da commissão examinadora, tantas folhas de papel da mesma qualidade e cor, e de igual formato para toda a turma, quantas forem as materias em que tiver de prestar a prova, a qual será assignada e datada pelo seu autor.

Art. 143. É vedado aos examinandos levar consigo quadernos papeis ou livros e communicarem-se entre si durante o trabalho das provas. Si algum precisar sahir da sala de exame antes de terminado o mesmo trabalho, só podera fazel-o com licenca do presidente da commissão, que mandará acompanhá-lo por pessoa de confiança.

Art. 144. A commissão examinadora fiscalisará todo o trabalho dos examinandos, não consentindo que estes consultem livros ou apontamentos.

Art. 145. O examinando terá uma hora para a prova escripta de cada materia da serie.

Art. 146. Será considerado reprovado o que tiver escripto sobre assumpto differente do que lhe coube por sorte, ou não tiver escripto cousa alguma, e o que for surprehendido em consulta de livros ou apontamentos será igualmente eliminado do exame.

Art. 147. Recollidas, no fim do tempo marcado, as provas de toda a turma no estado em que se acharem, dará a commissão examinadora sobre cada uma dellas a nota que merecer.

Art. 148. Terminadas as provas escriptas de todos os alumnos inscriptos na serie, começará a prova oral.

SECÇÃO III

DA PROVA ORAL

Art. 149. A prova oral será feita sobre quaesquer dos assumptos comprehendidos nos programmas das cadeiras, á vontade do lente, e cada turma será composta de seis alumnos no maximo, os quaes serão arguidos segundo a ordem da inscripção.

Art. 150. Nenhum lente poderá arguir por mais de um quarto de hora.

Art. 151. A arguição de cada lente versará sobre a materia da respectiva cadeira, começando pelo examinador mais moderno e arguindo o presidente em ultimo logar.

Art. 152. O examinando que faltar á prova oral, tendo nota *má* em alguma prova escripta, será considerado reprovado na respectiva materia, podendo, todavia, ser chamado, na mesma época, para prova oral das outras materias da serie, depois de terminados os exames de todos os alumnos inscriptos, si justificar o motivo da falta.

Art. 153. Terminada diariamente a prova oral de todos os alumnos da turma, os membros da commissão examinadora, tendo presentes os boletins das provas praticas e as provas escriptas, procederão ao julgamento dos exames, em votação nominal.

Art. 154. A qualificação do julgamento será feita por materia, de accordo com as disposições doCodigo do ensino superior, perdendo todas as provas do exame o alumno que for reprovado.

SECÇÃO IV

DOS EXAMES DE CLINICA

Art. 155. As cadeiras de clinica serão objecto de exames essencialmente praticos, os quaes versarão sobre um caso de cada uma das clinicas geraes, a saber: medica, cirurgica, obstetrica e propedeutica.

Art. 156. O exame constará de duas provas : pratica e oral.

§ 1.º A prova pratica consistirá na exploração de um caso clinico pertencente a cada uma das cadeiras, em presença da comissão examinadora, sendo concedido a cada examinando o tempo de vinte minutos para a prova de cada clinica.

§ 2.º A prova oral consistirá na arguição feita pelos lentes sobre os casos clinicos escolhidos para a prova pratica e sobre as observações apresentadas pelos alumnos.

Art. 157. A prova oral terá logar em seguida à prova pratica e durará, para cada lente, o prazo maximo de um quarto de hora.

Art. 158. As commissões julgadoras dos exames de clinica serão em numero de duas : a 1ª, composta dos lentes da 1ª e 2ª cadeiras de clinica cirurgica e do lente de clinica propedeutica; a 2ª constituída pelos lentes da 1ª e 2ª cadeiras de clinica medica e pelo de clinica obstetrica e gynecologica.

Art. 159. As turmas de examinandos de clinica não excederão de quatro alumnos para cada mesa examinadora.

Art. 160. Si algum exame de clinicas especiaes houver de ser prestado, as mesas examinadoras serão formadas pelos lentes, cathedratico e substituto respectivos o por outro lente cathedratico de clinica designado pelo director.

Art. 161. As mesas examinadoras de clinica farão com que os casos escolhidos para as provas praticas sejam sempre diferentes para cada turma de examinandos.

Art. 162. O julgamento será feito separadamente para cada clinica geral, medica, cirurgica, propedeutica e obstetrica, escripto na capa das provas escriptas das materias da 1ª parte da serie e assignado pelos membros da commissão examinadora.

CAPITULO XIII

DA DEFESA DE THESES

Art. 163. Os alumnos approvados em todas as series de exames, constantes do art. 18, são obrigados a defender theses afim de obterem o grão de doutor em medicina.

Art. 164. As theses constarão de uma dissertação sobre assumpto importante de qualquer das cadeiras ensinadas nas Faculdades, à livre escolha dos candidatos, e de tres proposições sobre cada uma das disciplinas do curso, devendo a dissertação preceder as proposições.

Art. 165. Serão impressas a expensas dos autores, em formato *in quarto* grande, segundo o modelo adoptado, conterão na primeira pagina o assumpto escolhido para a dissertação e no verso o quadro do corpo docente e a declaração de que — a Faculdade não approva nem reprova as opiniões exaradas nas theses pelos seus autores.

Art. 166. As theses não serão sujeitas a censura prévia, devendo, porém, seus autores apresentar o autographo ao secretario da Faculdade, afim de que este declare com o seu — visto — si estão conforme as disposições deste regulamento.

Art. 167. Si, nas theses impressas, verificar a comissão examinadora o emprego de linguagem desrespeitosa ao Governo, à Faculdade ou a qualquer membro do magisterio, levará o facto ao conhecimento do director, o qual convocará a congregação afim de que esta resolva si a these em questão pôde ser acceita à defesa.

Art. 168. No caso de recusa do trabalho por deliberação da congregação, o autor deverá apresentar outra these no prazo que lhe aprouver, perdendo o direito da inscripção.

Art. 169. Os candidatos serão obrigados a entregar 36 exemplares de suas theses à secretaria da Faculdade até ao dia 30 de novembro.

Art. 170. No dia 1 de dezembro reunir-se-ha a congregação afim de designar as diversas comissões examinadoras das theses, as quaes deverão ser formadas de cinco lentes, cathedromaticos e substitutos, sob a presidencia do cathedratico mais antigo.

Paragraphe unico. As mesas examinadoras de theses serão organisadas pelo director, e, sob proposta deste, submettidas à approvação da congregação, afim de servirem até à mesma época do anno seguinte.

Art. 171. A arguição das theses começará pelo lente mais moderno da comissão e terminará pelo mais antigo.

Art. 172. Nenhuma comissão arguirá mais de duas theses por dia.

Art. 173. O tempo concedido a cada examinador não poderá exceder de 20 minutos.

Art. 174. Os dias para as defesas de theses serão marcados segundo a ordem em que forem ellas entregues à secretaria; em identicas circumstancias, prevalecerá a ordem da inscripção nos exames da 6ª serie.

Art. 175. O secretario publicará, por edital affixado em logar apropriado, os dias da sustentação das theses dos doutorandos, e remetterá a cada lente examinador um exemplar das mesmas theses, com antecedencia de oito dias pelo menos.

Art. 176. Terminada a defesa das theses, a comissão procederá ao julgamento, o qual deve versar sobre o merito do trabalho e os conhecimentos que o candidato houver exhibido por occasião da defesa.

Art. 177. O julgamento será feito por votação nominal segundo o processo estabelecido para os exames, lançado no boletim impresso que deve acompanhar as provas de exames prestados pelos candidatos em todo o curso, e assignado pela comissão examinadora.

Art. 178. O resultado do julgamento será registrado pelo secretario em livro especial, e o respectivo termo assignado no dia seguinte pelos lentes examinadores.

Art. 179. A inhabilitação em defesa de theses importa a obrigação de apresentar o candidato outro trabalho sobre assumpto diverso do primeiro.

Art. 180. Os candidatos são obrigados a entregar 100 exemplares de suas theses, afim de receberem o diploma de doutor em medicina.

Art. 181. O director remetterá ao Governo quatro exemplares das theses, e á outra Faculdade um numero sufficiente para serem distribuidas por todos os lentes, ficando alguns exemplares na bibliotheca.

Art. 182. O alumno que for approved simplesmente poderá defender novas theses, prevalecendo neste caso a nota do ultimo julgamento.

CAPITULO XIV

DA COLLAÇÃO DO GRÃO

Art. 183. O dia para a collação do grão de doutor em medicina será designado pelo director e annuciado por edital e nas folhas de maior circulação.

Art. 184. No mesmo dia será conferido o titulo de pharmaceutico aos que tiverem terminado o curso da pharmacia.

Art. 185. Para esta sessão solemne da Faculdade serão avisados os lentes cathedraes, substitutos e jubilados, e convidadas pessoas distinctas por titulos scientificos ou litterarios, ou por sua posição social.

Art. 186. Será permittido aos doutorandos e aos pharmaceuticos promover para a collação do grão o que é de estylo neste acto, para que seja elle feito com toda a solemnidade.

Art. 187. Dará começo a sessão solemne da collação dos grãos a leitura, feita pelo secretario, das notas de approvação nas defesas de theses, e em seguida serão chamados, um a um, todos os doutorandos para receberem a respectiva investidura. O primeiro a quem for esta conferida fará na integra a promessa constante do annexo n. 2, dizendo os outros somente — « Assim o prometto. »

Art. 188. O grão de doutor será conferido a cada um pela ordem dos dias da defesa de theses.

Art. 189. Durante a collação do grão os lentes e os espectadores conservar-se-hão de pé.

Art. 190. Os distinctivos de doutor em medicina são as vestes doutoraes conforme o modelo em uso, e o anel de esmeralda.

O distinctivo de pharmaceutico será um anel de topazio.

Art. 191. Ao conferir o grão a cada doutorando, o director lhe entregará o anel, pronunciando as palavras constantes do annexo sob n. 2.

Art. 192. Aos doutorandos que não quizerem receber o grão em acto solenne o director o conferirá no dia que julgar conveniente, mediante requerimento dos pretendentes.

Art. 193. De todos os actos da solemnidade se lavrará um termo, que será assignado pelo director e subscripto pelo secretario.

Art. 194. Todos os diplomas serão passados segundo os modelos do annexo sob n. 1, e assignados pelo director, pelo secretario e por aquelles a quem os titulos pertencerem.

CAPITULO XV

DA HABILITAÇÃO DOS PROFISSIONAES QUE TIVEREM DIPLOMAS OU TITULOS POR INSTITUIÇÕES EXTRANGEIRAS

Art. 195. Os doutores, ou bachareis em medicina ou cirurgia, os pharmaceuticos, dentistas e parteiras, formados ou diplomados por instituições estrangeiras reconhecidas pelos respectivos Governos, deverão sujeitar-se a exames de sufficiencia perante alguma das Faculdades da Republica, si quizerem exercer a sua proffissão no paiz.

Art. 196. Para serem admittidos á primeira inscripção de exames deverão apresentar ao director os documentos seguintes:

§ 1.º Diplomas ou titulos originaes, e, na falta destes devida a motivo de força maior, justificado perante a congregação, documentos authenticos que lhes sejam equivalentes.

§ 2.º Prova de identidade de pessoa, feita por meio de documento firmado pelo Governo, pelo ministro ou pelo consul do paiz a que pertencerem.

§ 3.º Prova de moralidade.

Art. 197. Os titulos ou documentos que exhibirem os candidatos deverão estar reconhecidos pelos representantes do Brazil no paiz em que tiverem sido passados.

A falta desse reconhecimento poderá ser supprida por informações officiaes dos agentes diplomaticos ou consulares da respectiva nação, residentes no Brazil, declarando a legalidade e o valor dos titulos exhibidos.

Art. 198. Reconhecida a authenticidade do titulo e verificada a identidade da pessoa pelo director da Faculdade, o secretario passará guia ao pretendente para o pagamento da respectiva taxa; satisfeita esta, o director marcará dia para o exame, nas épocas proprias.

Art. 199. Os candidatos que não apresentarem diplomas ou não provarem identidade de pessoa só poderão exercer a sua proffissão depois de terem prestado todos os exames do curso correspondente da Faculdade.

Art. 200. Os que pretenderem obter o diploma de doutor em medicina por qualquer das Faculdades da Republica, tendo já o dito grão ou o de bacharel em medicina e cirurgia por alguma

instituição medica estrangeira, deverão prestar exames de todas as materias do respectivo curso, com dispensa dos preparatorios exigidos dos alumnos, e defender theses, de accordo com as disposições deste regulamento.

Art. 201. Os que pretenderem sòmente exercer a sua profissão na Republica, sem direito aos titulos das Faculdades, passarão pelos exames exigidos no art. 203.

Art. 202. Os exames das series para sufficiencia serão feitos segundo a fórmula prescripta para os exames dos alumnos, perante uma commissão composta dos lentes das respectivas materias, ou seus substitutos, presidida pelo cathedratico mais antigo.

Art. 203. Os exames de habilitação a que se refere o art. 201 constarão das seguintes series e materias:

1ª serie

Operações.
Anatomia medico-cirurgica.
Therapeutica.

2ª serie

Clinica cirurgica.
Clinica propedeutica.

3ª serie

Clinica medica.
Clinica obstetrica.

4ª serie

Defesa de theses.

Art. 204. Não se admittirá exame feito por intermedio de interprete, nem poderão os lentes examinar em lingua estrangeira.

Art. 205. Fora das condições expressas neste regulamento, nenhum doutor ou bacharel em medicina ou cirurgia por instituições medicas estrangeiras poderá dizer-se formado por alguma das Faculdades da Republica.

Art. 206. Todos os demais profissionaes formados no estrangeiro, para se habilitarem no exercicio de sua profissão na Republica, passarão pelos exames das materias dos respectivos cursos da Faculdade.

Art. 207. Os candidatos comprehendidos nos artigos antecedentes pagarão por serie de exame a mesma taxa que pagam os alumnos da Faculdade.

Art. 208. Os que forem inhabilitados na prova pratica não poderão prestar as outras provas, perderão as quantias que tiverem pago, e só poderão ser admittidos a novo exame na seguinte época.

Art. 209. Os candidatos, apesar de reprovados por mais de uma vez, poderão ser admittidos a novo exame sempre que o requererem, pagando a respectiva taxa e de accordo com o disposto na parte final do artigo antecedente e mais disposições relativas.

Art. 210. Aos candidatos ao grão de doutor, que forem aprovados, se passará carta como aos alumnos de Faculdade. Para os outros, será sufficiente apostillar as cartas ou diplomas por elles apresentadas. A carta, ou a apostilla, será registrada em livro especial e ficará sujeita ao pagamento dos mesmos direitos a que estão obrigados por seus diplomas os alumnos das Faculdades.

Art. 211. Tanto no caso de approvação como no de reprovação, o director de uma Faculdade communicará immediatamente ao da outra o occorrido, para seu conhecimento e governo.

Art. 212. Os lentes effectivos ou jubilados de instituições medicas estrangeiras, reconhecidas pelos respectivos governos e acreditadas no conceito da congregação, poderão obter licença para exercer a medicina na Republica independentemente de exames, si justificarem aquella condição perante as Faculdades por meio de certidão dos agentes diplomaticos e, na falta destes, dos consules brasileiros do paiz em que tiverem leccionado.

Art. 213. Independentemente dos casos previstos no artigo precedente, poderá o Governo dispensar de exames para o exercicio da medicina na Republica os profissionaes graduados pelas instituições estrangeiras de ensino, quando a congregação abonar a idoneidade scientifica dos mesmos.

Art. 214. Admittida pela congregação a justificação dos artigos antecedentes, a qual será acompanhada da prova de identidade de pessoa, o director fará passar um titulo em que se declare o reconhecimento daquella qualidade pela mesma congregação e a licença concedida ao pretendente, observando-se o disposto na ultima parte do art. 210 em relação ao pagamento da taxa.

CAPITULO XVI

DOS PREMIOS ESCOLARES

Art. 215. Além do premio de viagem, a congregação da Faculdade da Capital Federal conferirá os premios Gunning, Dr. Manoel Feliciano e Alvarenga, além de outros que venham a ser instituidos para o futuro.

Art. 216. A concessão destes premios será feita, segundo as instruções estabelecidas pelos instituidores, em acto solenne que terá logar no dia da collação do grão.

CAPITULO XVII

DA REVISTA

Art. 217. A Revista, a que se refere o Código do ensino superior, será designada com o título de — Revista dos Cursos Theoricos e Praticos da Faculdade.

Art. 218. A commissão de cinco lentes, nomeada pela congregação, será composta de tres cathedricos e dous substitutos, e não poderá ser reeleita sinão depois de decorridos cinco annos.

Art. 219. Os lentes cathedricos e substitutos, os assistentes de clinica e os preparadores deverão contribuir, quanto lhes seja possivel, para que a Revista seja uma publicação que represente o estado de desenvolvimento do ensino theorico e pratico das Faculdades.

Art. 220. A Revista será distribuida gratuitamente pelos lentes, preparadores, assistentes de clinica e alumnos da Faculdade; será objecto de permuta com as revistas medicas nacionaes e estrangeiras, e enviada, por intermedio do bibliothecario, às instituições scientificas mais importantes.

CAPITULO XVIII

DA MEMORIA HISTORICA

Art. 221. Na primeira sessão que tiver logar depois da abertura das aulas, designará a congregação um de seus membros para redigir a Memoria historica dos mais notaveis acontecimentos escolares do anno lectivo.

Art. 222. Neste trabalho será especificado o grão de desenvolvimento a que tiver attingido neste mesmo periodo a exposição das doutrinas, tanto nos cursos officiaes como nos particulares, e para este fim serão enviadas ao relactor da Memoria as informações que, a respeito de seus cursos, deverão apresentar os lentes na sessão de encerramento dos trabalhos escolares.

Art. 223. A Memoria historica consistirá na exposição de todas as occurrencias relativas ao corpo docente e á marcha do ensino.

Art. 224. O lente que for eleito redactor da Memoria historica não poderá, salvo o caso de força maior, recusar-se ao cumprimento deste encargo, nem deixar de apresental-a, sob pena de ser levado o facto ao conhecimento do Governo.

Art. 225. Todos os lentes cathedricos, e os substitutos que tiverem feito cursos durante o anno lectivo, serão obrigados a concorrer com suas informações para a confecção da Memoria historica.

Art. 226. A' medida que fizer a exposição dos factos, o redactor do trabalho fará as apreciações e commentarios que entender.

Art. 227. Os actos do Governo, e os da Directoria no que diz respeito á parte economica e administrativa, não constituem materia da Memoria historica.

Art. 228. A Memoria historica será apresentada na sessão de abertura dos trabalhos do anno lectivo seguinte, e lida na mesma occasião pelo seu autor, affin de ser discutida e julgada pela congregação, que poderá approval-a ou rejeital-a, e terá competencia para emendal-a, tanto na narração como na fórma.

Art. 229. A Memoria historica, depois de approvada, será remettida ao Governo affin de ser impressa e distribuida.

CAPITULO XIX

DISPOSIÇÕES GERAES E TRANSITORIAS

Art. 230. Enquanto não estiver em execução o exame de madureza no Gymnasio Nacional, as materias exigidas como preparatorios para a matricula e exame inicial do curso de sciencias medicas e chirurgicas serão as seguintes :

Portuguez.

Francez.

Inglez ou allemão.

Latim.

Historia universal (em particular a do Brazil).

Geographia (em particular a do Brazil).

Arithmetica.

Algebra até equações do 2º grão inclusive.

Geometria elementar e trigonometria rectilinea.

Elementos de physica e chimica.

Elementos de botanica, zoologia e geologia.

Art. 231. Os alumnos do curso de sciencias medicas e chirurgicas, que contarem approvações antes da promulgação deste regulamento, serão admittidos a completar as series do art. 18 sem retrocederem para prestar exames de disciplinas novas, constantes de series que hajam percorrido.

Paragrapho unico. Nesta mesma disposição ficarão comprehendidos os alumnos dos cursos de pharmacia, de obstetricia e de odontologia.

Art. 232. Enquanto as Faculdades não forem dotadas do hospital de clinicas, a que se refere o § 1º do art. 11, o ensino destas disciplinas, no Rio de Janeiro, continuará a ser feito no Hospital Geral da Santa Casa da Misericordia.

Paragrapho unico. O mesmo entender-se-ha a respeito da clinica obstetrica e gynecologica, até que esteja concluido o edificio em construcção para a Maternidade, a qual ficará sob a jurisdicção do cathedratico respectivo.

Art. 233. Enquanto o ensino clinico funcionar no hospital da Misericordia, os casos de morte occorridos nas enfermarias serão objecto de estudo no laboratorio de anatomia pathologica.

Art. 234. Enquanto for necessario ao engrandecimento do museu anatomico, os directores das Faculdades incluirão no orçamento para cada exercicio os vencimentos de um modelador, cujos trabalhos serão executados segundo as instrucções dos cathedraticos.

Art. 235. Quando vagarem os logares de assistentes das clinicas especiaes, serão occupados pelos substitutos das secções respectivas.

Art. 236. Vagando as cadeiras de clinica medica ou as de clinica cirurgica, serão ellas definitivamente providas pelos lentes cathedraticos das respectivas secções, a juizo da congregação, cabendo accessso ao substituto a cadeira cujo lente foi transferido.

Paragrapho unico. Fica salvo o direito ao lente escolhido de preferir a sua cadeira, sendo neste caso designado outro, nos termos deste artigo.

Art. 237. As vagas dos logares actuaes de conservador só serão preenchidas depois que estes logares se reduzirem a oito, art. 82, ficando então dous laboratorios a cargo de cada um destes funcionarios.

Paragrapho unico. Logo que se der uma vaga, o director incumbirá do logar, conforme achar conveniente, a um dos conservadores existentes.

Art. 238. Excepto na parte relativa á organização do ensino, que começará a ser cumprida no anno lectivo de 1894, o presente regulamento entrará desde já em vigor.

Capital Federal, 24 de julho de 1893.—*Fernando Lobo.*

ANNEXO N. 1

Modelos dos diplomas

Diploma de doutor em medicina

Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Faculdade de Medicina e de Pharmacia de...

Em nome do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Eu (nome e titulos do director), director da Faculdade de Medicina e de Pharmacia de..., tendo presente o termo de collação do grão de doutor em medicina conferido no dia... de..... de 189... ao Sr..... natural de....., filho de....., nascido em... de..... de 18....., depois de ter sido approved (nota da approvação) em defesa de theses, mandei passar-lhe, em virtude da autoridade que me confere o Regulamento, este diploma de doutor em medicina, afim de que possa exercer a sua profissão nos Estados Unidos do Brazil, com os privilegios concedidos pelo Regulamento das Faculdades de Medicina e de Pharmacia da Republica.

Rio de Janeiro (ou Bahia), em... de..... de 189...

O director da Faculdade

.....

Assignatura do doutorado

.....

O secretario da Faculdade

.....

(Logar do sello)

Diploma de pharmaceutico

Republica dos Estados Unidos do Brazil — Faculdade de Medicina e de Pharmacia de...

Em nome do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Eu (nome e titulos do director), director da Faculdade de Medicina e de Pharmacia de..., tendo presentes os termos de approvação nos exames das materias do curso pharmaceutico prestados pelo Sr..., natural de..., filho de..., nascido em... de... de 18...., ao qual foi conferido o titulo de pharmaceutico no dia ... de ... de 189..., mandei passar-lhe, em virtude da autoridade que me confere o Regulamento, o presente diploma, afim de poder exercer a sua profissão nos Estados Unidos do Brazil, com os privilegios concedidos pelo Regulamento das Faculdades de Medicina e de Pharmacia da Republica.

Rio de Janeiro (ou Bahia), em ... de de 189...

O director da Faculdade

(Assignatura do pharmaceutico)

.....

O secretario da Faculdade

.....

(Logar do sello)

Diploma de parteira

Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Faculdade de Medicina e de Pharmacia de...

Em nome do Governo da Republica dos Estados Unidos do Brazil, eu (nome e titulos do director), director da Faculdade de Medicina e de Pharmacia de..... em virtude da autoridade conferida pelo Regulamento, tendo presentes os termos de approvação nos exames das materias do curso de obstetricia, prestados pela Sra....., natural de....., filha de....., nascida em... de..... de 18...., mandei passar-lhe o presente diploma, afim de poder exercer a profissão de parteira nos Estados Unidos do Brazil, de conformidade com o Regulamento desta Faculdade e as leis vigentes.

Rio de Janeiro (ou Bahia), em... de..... de 189...

O director da Faculdade

Assignatura da parteira

..... O secretario da Faculdade

.....

(Logar do sello)

Diploma de cirurgião-dentista

E' o mesmo de parteira, *mutatis mutandis*.

**Modelo das apostillas dos profissionaes formados
por instituições estrangeiras**

Considerado habilitado pela Faculdade de Medicina e de Pharmacia do Rio de Janeiro (ou da Bahia), na fôrma do seu Regulamento, para exercer a profissão de..... na Republica dos Estados Unidos do Brazil.

Rio de Janeiro (ou Bahia), em..... de..... de
189....

O director da Faculdade

.....

O secretario da Faculdade

.....

ANNEXO N. 2

Formulas das promessas para a collação dos grãos

De doutor em medicina

Prometto que, no exercicio da medicina, serei sempre fiel aos deveres da honra, da sciencia e da caridade.

Penetrando no interior das familias, os meus olhos serão cegos, minha lingua calará os segredos que me forem confiados ; nunca me servirei da minha profissão para corromper os costumes nem para favorecer o crime.

De pharmaceutico, dentista e parteira

Prometto que no exercicio da profissão de.... serei sempre fiel aos deveres da honra, da sciencia e da caridade.

Nunca me servirei da minha profissão para corromper os costumes nem para favorecer o crime.

Formula da collação do grão de doutor em medicina

O director, ao terminar o doutorando a sua promessa, conferir-lhe-ha o grão com as seguintes palavras :

« Lêde e meditai as obras do pae da medicina ; regule-se a vossa vida pela delle, e os homens cobrirão de benções o vosso nome.

« Recebei este annel como symbolo do grão que vos confiro.

« Podeis praticar e ensinar a medicina. »

ANNEXO N. 3

Modelo do frontispicio das theses escolares

(Antes da defesa)

FACULDADE DE MEDICINA E DE PHARMACIA DE.....

THESE

Apresentada á Faculdade de Medicina e de Pharmacia de....
 em..... de..... de 189....
 para ser defendida por.....
 natural de.....
 a fim de obter o grão de doutor em medicina.

DISSERTAÇÃO

CADEIRA DE.....

PROPOSIÇÕES

Tres sobre cada uma das cadeiras do curso de sciencias medicas
 e chirurgicas.

(Depois da approvação)

FACULDADE DE MEDICINA E DE PHARMACIA DE.....

THESE

Apresentada á Faculdade de Medicina e de Pharmacia de....
 em..... de..... de 189....
 e defendida em..... de..... de 189....

pelo

Dr.
 natural de.....

Tendo sido approved (nota de approvação) (1)

(1) A declaração da nota de approvação é facultativa.

DISSERTAÇÃO

CADEIRA DE.....

PROPOSIÇÕES

Tres sobre cada uma das cadeiras do curso de sciencias medicas e chirurgicas.

Modelo do frontispicio das theses de concurso**DISSERTAÇÃO**CADEIRA DE.....
..... (Titulo do ponto)

PROPOSIÇÕES

Tres sobre cada uma das cadeiras comprehendidas na.... secção.

These de concurso para o lugar de lente substituto da ... secção apresentada a Faculdade de Medicina e de Pharmacia de..... em..... de..... de 189....
pelo Dr.....

CONCURRENTES

Os DES.....

.....

DECRETO N. 1482 A — DE 24 DE JULHO DE 1893

Altera o quadro do pessoal da Recebedoria da Capital Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que pela lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891 foi o Poder Executivo autorizado a reorganisar as Repartições de Fazenda :

Considerando que pela passagem, para a? renda municipal, dos impostos predial, penna de agua, industrias e profissões, sobre o gado e transmissão de propriedade, ficou o expediente da Recebedoria desta Capital restricto aos impostos não lançados ;

Decreta:

Art. 1.º O numero, classes e vencimentos dos empregados da Recebedoria da Capital Federal serão os constantes da tabella que a este acompanha.

§ 1.º Aos empregados que excederem do quadro, enquanto addidos, serão abonados os vencimentos que actualmente percebem, e entrarão para o quadro a proporção que se forem dando vagas nas respectivas classes.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de julho de 1893, 5ª da Republica.

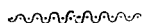
FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.

Tabella do numero classes vencimentos dos empregados da Recebedoria da Capital Federal, a que se refere o decreto n. 1482 A desta data

EMPREGO	ORDENADO	GRATIFICACÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1 director.....	6:000\$000	3:600\$000	9:600\$000	9:600\$000
1 sub-director.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	7:200\$000
4 1ª escripturarios.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	19:200\$000
4 2ª ditos.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	14:400\$000
6 3ª ditos.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	11:600\$000
8 4ª ditos.....	800\$000	400\$000	1:200\$000	9:600\$000
1 thesoureiro.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	7:200\$000
3 fieis.....	2:600\$000	1:300\$000	3:900\$000	12:000\$000
1 porteiro.....	1:800\$000	900\$000	2:700\$000	2:700\$000
4 continuos.....	900\$000	450\$000	1:350\$000	5:400\$000
				102:050\$000

Capital Federal, 24 de julho de 1893.—*Felisbello Freire.*



DECRETO N. 1482 B — DE 24 DE JULHO DE 1893

Autorisa a funcionar a sociedade anonyma Loteria Nacional, e approva os respectivos estatutos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe representou a sociedade anonyma Loteria

Nacional, e tendo ouvido a repartição fiscal competente, resolve approvar os seus estatutos, e autorisa a mesma sociedade a funcionar, com os contractos que adherirem ao plano de fusão e os que de futuro adherirem, preenchidas as formalidades legais para definitiva constituição das sociedades anonymas e observadas as seguintes clausulas:

1ª, deve ser considerado como parte integrante dos estatutos o regulamento de 17 de fevereiro de 1893, em todas as disposições que forem applicaveis ;

2ª, a sociedade organizará os seus planos de extracção lotérica, adoptando as combinações que mais convierem, comtanto que a porcentagem destinada para premios nunca seja inferior a 60 % do capital de cada loteria, e sejam opportunamente recolhidas aos cofres publicos as quotas que lhes pertencem ;

3ª, será por tempo de quinze annos, contados da installação da sociedade, o prazo da presente concessão ;

4ª, na Directoria do Contencioso do Thesouro Federal lavrar-se-ha o competente contracto, de conformidade com as presentes clausulas e os pareceres fiscaes, que serviram de base ao despacho que autorizou a fusão das loterias.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim faça executar.

Capital Federal, 24 de julho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.



DECRETO N. 1484 (*) — DE 25 DE JULHO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Pão de Assucar, no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de Pão de Assucar, no Estado das Alagoas, ficará reorganizada do seguinte modo:

Com os batalhões de infantaria sob ns. 28, 31, 36, 41 e 44 do serviço activo, 7 e 15 do da reserva e dos regimentos de cavallaria de ns. 3 e 4, estes de quatro esquadrões e aquelles de quatro companhias cada um.

(*) Com o n. 1483 não houve acto.

Art. 2.º Fica elevada à categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 55ª, a 2ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de julho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1485 — DE 25 DE JULHO DE 1893

Torna extensivo à Armada o disposto no n. 1 do § 1º do art. 7º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, relativo ao Exército.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe expóz o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, e

Considerando que, pelo art. 85 da Constituição Federal, os officiaes do quadro e das classes annexas da Armada terão as mesmas patentes e vantagens que os do Exército nos cargos de categoria correspondente.

Resolve tornar extensivo à Marinha o disposto no n. 1 do § 1º do art. 7º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, que concede aos officiaes e praças de pret do Exército que baixarem ao hospital, em consequencia de ferimentos ou desastre occorrido em acto de serviço o soldo integral de seus postos durante o tratamento.

O Contra Almirante Felippe Firmino Rodrigues Chaves, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim faça executar.

Capital Federal, 25 de julho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Firmino Chaves.



DECRETO N. 1486 — DE 28 DE JULHO DE 1893

Approva os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana, de Resaca a Santos, do trecho que comprehende o Alto da Serra do Mar á estação do Guayó, na Estrada de Ferro Central, o ramal desse ponto á cidade de Mogy das Cruzes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve approvar os estudos definitivos apresentados pela Com-

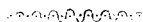
panhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, do prolongamento de Resaca a Santos, do trecho que comprehende o Alto da Serra do Mar a estação do Guayô, na Estrada de Ferro Central, na extensão de 12 kilometros e ramal dessa ponto à cidade de Mogy das Cruzes, na de 13^k. 16.377^m, os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 28 de julho de 1893, 5^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1487 — DE 28 DE JULHO DE 1893

Equipara os primeiros e segundos patrões do Arsenal de Guerra da Capital Federal aos machinistas do mesmo arsenal, eleva à categoria de terceiros patrões os patrões arvorados; equipara os vencimentos dos machinistas das lanchas daquelle arsenal aos machinistas de igual categoria do Arsenal de Marinha e approva a tabella dos respectivos vencimentos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 129 de 18 de maio do corrente anno, resolve :

Art. 1.^o Ficam equiparados os primeiros e segundos patrões do Arsenal de Guerra da Capital Federal aos machinistas do mesmo arsenal e elevados a categoria de terceiros patrões os patrões arvorados.

Art. 2.^o Ficam equiparados os vencimentos dos machinistas das lanchas daquelle arsenal aos dos machinistas das lanchas de igual categoria do Arsenal de Marinha desta Capital.

Art. 3.^o Na conformidade das disposições precedentes, os vencimentos dos supracitados patrões e machinistas serão pagos de accordo com a tabella que com este baixa e a contar da data do referido decreto n. 129 de 18 de maio ultimo.

O General de Divisão Antonio Enéas Gustavo Galvão assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 28 de julho de 1893, 5^a da Republica.

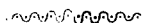
FLORIANO PEIXOTO.

Antonio Enéas G. Galvão.

Tabella dos vencimentos dos patrões e machinistas do Arsenal de Guerra da Capital Federal, a que se refere o decreto n. 1487 desta data.

CLASSIFICAÇÃO		DIARIA
1º	} Patrões.....	78123
2º		
3º	ditos (patrões arvorados).....	35000
	Machinistas.....	78123

Capital Federal, 28 de julho de 1893.— *Antonio Enéas G. Galvão.*



DECRETO N. 1488 — DE 31 DE JULHO DE 1893

Approva com modificações os estudos definitivos da Estrada de Ferro do Peçanha ao Araxá do trecho de Araxá à Confusão.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro do Peçanha ao Araxá, resolve approvar os estudos definitivos da Estrada de Ferro do Peçanha ao Araxá, do trecho de Araxá à Confusão, na extensão de 141^k, 196^m, com as modificações, assinaladas a tinta azul nas plantas que com este baixam rubricadas pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 31 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1489 — DE 31 DE JULHO DE 1893

Cria mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Estancia, no Estado de Sergipe.

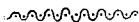
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca da Estancia, no Estado de Sergipe, mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 12º, o qual sera organizado com os guardas qualificados nos districtos da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1490 — DE 31 DE JULHO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Vizen, no Estado do Pará.

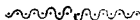
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Vizen, no Estado do Pará, um commando superior de Guarda Nacional que se comporá dos batalhões de infantaria do serviço activo sôb ns. 12 e 92, desligados do commando superior da mesma guarda da comarca de Bragança, no referido Estado, e de um batalhão da reserva, ora creado com quatro companhias e a designação de 19º, que se comporá dos guardas desse serviço qualificados nos districtos da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1491 — DE 31 DE JULHO DE 1893

Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Bragança, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Bragança, no Estado do Pará, mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 20º, e que organisar-se-ha com os guardas desse serviço qualificados na villa de Guatipurú ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1492 — DE 31 DE JULHO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Pirajú, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Pirajú, no Estado de S. Paulo, um commando superior de Guarda Nacional, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 189º, de um dito da reserva, tambem com quatro companhias e a designação de 97º, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 83º, os quaes se organisarão com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1493 — DE 31 DE JULHO DE 1893

Cria mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Bom Jesus dos Meiras, no Estado da Bobia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Bom Jesus dos Meiras, no Estado da Bobia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 146ª, o qual será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1494 — DE 31 DE JULHO DE 1893

Cria mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca do Rio Maranhão, no Estado de Goyaz.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Rio Maranhão, no Estado de Goyaz, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 147ª, o qual será organizado com os guardas qualificados na cidade de Pyrenopolis da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de julho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1495 — DE 31 DE JULHO DE 1893

Approva os estudos e plantas apresentados pela Empresa do arrasamento do Morro do Castello, para a construcção das obras a seu cargo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requeru a Empresa do arrasamento do Morro do Castello, resolve approvar os estudos e plantas apresentados para a execução das obras a que se refere o decreto n. 758 de 18 de setembro de 1890, devendo ser observados, não só no alinhamento como na construcção do caes entre o Outeiro da Gloria e o Morro da Viuva, as especificações e o perfil-tipo propostos pela Inspectoria do 4º districto dos Portos Maritimos, e que, bem como os referidos estudos e plantas, com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria das Obras Publicas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 31 de julho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1496 — DE 31 DE JULHO DE 1893

Faz extensivas aos mestres da Fabrica de Ferro de S. João de Ypanema as disposições dos arts. 235 e 236 do regulamento dos Arsenaes de Guerra.

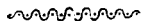
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe representou o director da Fabrica de Ferro de S. João de Ypanema, resolve fazer extensivas aos mestres da mesma fabrica as disposições dos arts. 235 e 236 do regulamento para os Arsenaes de Guerra, approvado pelo decreto n. 5118, de 19 de outubro de 1872.

O General da Divisão Antonio Enas Gustavo Galvão assim tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 31 de julho de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antonio Enas G. Galvão.



DECRETO N. 1497 — DE 3 DE AGOSTO DE 1893

Proroga por dois annos o prazo fixado na clausula 6ª, do decreto n. 905 de 18 de outubro de 1890, para conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de S. Jeronymo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em conformidade da **autorisação** constante do decreto legislativo

n. 133 de 25 de maio do corrente anno e attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro e Minas de S. Jeronymo, resolve prorogar por dous annos o prazo fixado na clausula VI do decreto n. 906 de 18 de outubro de 1890, para conclusão das obras do prolongamento da Estrada de Ferro de S. Jeronymo.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 3 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1498 — DE 3 DE AGOSTO DE 1893

Dá por lido a Convenção Sanitaria celebrada entre o Brazil, a Republica Argentina e a Republica Oriental do Uruguay.

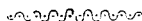
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tomando em consideração os fundamentos da notificação feita a 14 de junho do anno proximo passado, resolve que desde hoje cesse em todos os seus effeitos a Convenção Sanitaria celebrada entre o Brazil, a Republica Argentina e a Republica Oriental do Uruguay, promulgada pelo decreto n. 10.318 de 22 de agosto de 1889 e posta em pratica por acto da mesma data que ordenou a execução do Regulamento Sanitario Internacional.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim faça executar.

Capital Federal, 3 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

J. Felipe Pereira.



DECRETO N. 1499 — DE 3 DE AGOSTO DE 1893

Dá categoria á Alfandega da cidade de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro, creada pelo decreto legislativo n. 31 de 12 de janeiro de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Tendo de dar categoria á Alfandega da cidade de Macahé, no Estado do Rio de Janeiro, creada pelo decreto legislativo n. 31 de 12 de janeiro de 1892,

Decreta:

Art. 1.º A tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega da cidade de Macahé, no Estado do Rio

de Janeiro, será annexa sob a lettra Q ao regulamento que acompanha o decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro e Secretario dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 3 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO

Felisbello Freire.



DECRETO N. 1500 — DE 3 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Ibitinga (antiga Boa-Vista das Pedras), no Estado de S. Paulo.

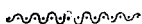
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Ibitinga (antiga Boa Vista das Pedras), no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 191º, e que organisar-se-ha com os guardas desse serviço qualificados na referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1501 — DE 3 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo.

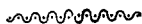
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Jaboticabal, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 190º, e que organisar-se-ha com os guardas nacionaes qualificados no distrito de Bebedouro, da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1502 — DE 3 DE AGOSTO DE 1893

Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Santos, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica reorganizado o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Santos, no Estado de S. Paulo, o qual se comporá do 7º e 54º batalhões de infantaria, já existentes e reduzidos a quatro companhias cada um, do 192º da mesma arma, ora creado, e da 1ª secção de batalhão da reserva, elevada á categoria de batalhão e com a designação de 98º, tambem com quatro companhias cada um; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

~~~~~

## DECRETO N. 1503 — DE 3 DE AGOSTO DE 1893

Eleva á categoria de batalhão a 1ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 37º, a 1ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca da Cachoeira, no Estado da Bahia; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 3 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*

~~~~~

DECRETO N. 1504 — DE 3 DE AGOSTO DE 1893

Approva as plantas e orçamento das obras d'arte a construir na linha principal e ramal da Estrada de Ferro Central da Bahia.

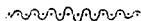
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a *Brasilian Imperial Central Bahia Railway*, resolve approvar as plantas e orçamento das obras d'arte a construir na linha principal e ramal da Estrada de Ferro Central da Bahia, os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 3 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1505 — DE 5 DE AGOSTO DE 1893

Approva os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana, do trecho de Atibaia á garganta do Pinhal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, resolve approvar os estudos definitivos do prolongamento da Estrada de Ferro Mogyana, trecho de Atibaia á garganta do Pinhal, na extensão de 36^k,750^m, os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 5 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1506 — DE 9 DE AGOSTO DE 1893

Altera o plano de uniforme da Guarda Nacional da Republica.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que representam commandantes superiores da Guarda Nacional em diversos Estados da União, resolve mandar substituir no 3º uniforme, marcado pelo decreto n. 1167 de 13 de dezembro de 1890, para os officiaes da Guarda Nacional da Republica, a blusa, ora em uso, pelo dolman constante da descripção inclusa assignada pelo Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores.

Capital Federal, 9 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Descripção do dolman adoptado para o 3º uniforme dos officiaes da Guarda Nacional da Republica, e ao qual se refere o decreto n. 1506 desta data.

DOLMAN

De panno azul ferrete, abotoado ao centro por uma ordem de oito botões, dispostos do mesmo modo que na sobrecasaca, do comprimento do braço estendido até ao meio da palma da mão, carettas de 0^m, 22 de comprimento nas costuras da parte trazeira e com tres botões pequenos cada uma; abertura ao lado esquerdo para dar passagem aos copos da espada; mangas, gollas e divisas em tudo iguaes ás da sobrecasaca; sobre as costuras das costillas e em toda a volta, a partir da base da golla, guarnecido de cadarço preto de lã e seda com 0^m, 018 de largura, que acompanhará a abertura do lado esquerdo e terá disposição symetrica do lado direito, sendo este cadarço por sua vez tambem guarnecido em todo o comprimento e á distancia de 0^m, 01 por um cordão de *soutache* preto de 0^m, 002 de espessura.

No peito oito ordens de alamares de *soutache* preto de lã e seda de 0^m, 007 de espessura, pregados lateralmente, a prender nos botões do centro, terminados na base pelo mesmo desenho da platina.

Platinas de duas ordens de cordão liso de fleira de ouro de 0^m, 005 de espessura cada uma, formando uma meia lua com 0^m, 07 de eixo maior, terminando por uma flecha com 0^m, 14 de comprimento, avivadas de fazenda da cor distinctiva da arma ou corpo a que pertencer o official e presas nas extremidades por pequenos botões em uso.

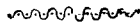
As carcellas, trapesios, pestanas e vivos, e bem assim os emblemas da arma ou corpo, serão iguaes aos actualmente em uso.

A golla será também guardada na extremidade por um *sou-tache* preto de lã e seda de 0^m,007 de espessura.

O dolman para os officiaes da reserva e reformados será semelhante aos da activa, com as variantes estabelecidas para aquelles, e actualmente em uso.

Os officiaes do estado-maior, quando armados, deverão trazer no dolman os alamares pendentes de cordão com agulhetas de que usam actualmente.

Capital Federal, 9 de agosto de 1893.—*Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1507 — DE 10 DE AGOSTO DE 1893

Revoga o § 7º do art. 1º das instrucções para a habilitação ao monte-pio e meio soldo dos officiaes do Exército, da Armada e classes annexas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, no intuito de remover os embaraços que provêm da execução do § 7º do art. 1º das instrucções mandadas observar pelo decreto n. 471 de 1 de agosto de 1891 para a habilitação ao monte-pio e meio soldo dos officiaes do Exército, da Armada e classes annexas, resolve permittir que as declarações de que trata o supracitado artigo sejam recebidas em qualquer tempo, ficando assim revogado o disposto no dito § 7º.

O Contra-Almirante Felipe Firmino Rodrigues Chaves e o General de Divisão Antonio Enéas Gustavo Galvão assim o tenham entendido e façam executar.

Capital Federal, 10 de agosto de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antonio Enéas G. Galvão.

F. Chaves.



DECRETO N. 1508 — DE 10 DE AGOSTO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Santa Maria Magdalena, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Santa Maria Magdalena, no Estado do Rio de Janeiro, com-

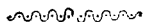
pôr-se-ha dos actuaes 19º batalhão de infantaria, 8º da reserva, reduzi-os a quatro companhias cada um, 18º corpo de cavallaria, com quatro esquadrões, e mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 61º, um dito da reserva, também com quatro companhias e a designação de 32º, e um regimento de cavallaria com quatro esquadrões e a designação de 21º ora creatos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1509 — DE 10 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Inhaúma, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 198º, que se organisará com os guardas qualificados nos districtos da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1510 — DE 10 DE AGOSTO DE 1893

Proroga por vinte e quatro mezes o prazo fixado na clausula 8ª do decreto n. 10.150 de 5 de janeiro de 1889, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté á Ubatuba.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Estrada de Ferro Norte de S. Paulo, resolve prorogar por vinte e quatro mezes o prazo

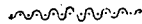
fixado na clausula 8ª do decreto n. 10.150 de 5 de janeiro de 1889, para conclusão das obras da Estrada de Ferro de Taubaté a Ubatuba, de que é cessionaria; com applicação, porém, da multa de 2 %, nos termos da clausula 35ª do referido decreto, sobre as quantias que deveriam ter sido pagas pelos juros garantidos do capital representado por obras já executadas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 10 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1511 — DE 10 DE AGOSTO DE 1893

Amplia até 31 de dezembro do corrente anno a prorrogação do prazo concedido pelo decreto n. 135 de 10 de junho ultimo, para conclusão das obras de construção da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, e dá outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão e nos termos da autorisação constante do n. 6, art. 6º, da lei n. 126 D de 21 de novembro de 1892, resolve ampliar até 31 de dezembro do corrente anno a prorrogação do prazo concedido pelo decreto n. 135 de 10 de junho deste anno, até 31 de julho, para conclusão das obras de construção da Estrada de Ferro de Caxias a Cajazeiras, com a condição, porém, de referida companhia entrar para os cofres publicos, no principio de cada semestre a vencer, com a quota de 6:000\$ para despesas de fiscalisação das estradas de ferro de que é cessionaria.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 10 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1512 — DE 10 DE AGOSTO DE 1893

Proroga por um anno o prazo marcado á Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão para a promptificação de dous engenhos centraes no referida Estado.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação constante do art. 6º, § 22, n. 6, da lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892, e attendendo ao que requereu a Companhia Geral de Melhoramentos no Maranhão, cessionaria da concessão a que se referem os decretos n. 610, de 31 de julho de 1890, n. 1329, de 2 de fevereiro, e n. 286, de 14 de maio de 1891, resolve prorogar por mais um anno o prazo de que trata o decreto n. 561, de 24 de setembro de 1891, para a promptificação de dous engenhos centraes no valle do Pericumán, Estado do Maranhão.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 10 de agosto de 1893. 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1513 — DE 10 DE AGOSTO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas hum credito de 114:997\$848, para ser applicado á indemnisação, a que tem direito D. Maria Carolina Rheingantz, do valor de sua propriedade *Colônia S. Lourenço*, no Estado do Rio Grande do Sul.

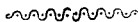
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Usando da faculdade conferida pelo decreto legislativo n. 152 de 31 de julho do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito da quantia de cento e quatorze contos novecentos noventa e sete mil oitocentos quarenta e oito réis (114:997\$848), destinado ao pagamento reclamado por D. Maria Carolina Rheingantz, como indemnisação do valor de sua propriedade *Colônia S. Lourenço*, no Estado do Rio Grande do Sul, de conformidade com a decisão do juizo arbitral de 25 de julho de 1892.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 10 de agosto de 1893. 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1514 — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

Approva os estudos definitivos do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana, na extensão de 18^k.436.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro e Navegação, resolve approvar os estudos definitivos do prolongamento a Santos, da Estrada de Ferro Mogyana, na extensão de 18^k.436, comprehendidos entre o kilometro 12, além do alto da Serra do Mar, e o cruzamento com a Estrada de Ferro Central do Brazil, proximo à estação de Guayô; os quaes com este baixam rubricados pelo director geral da Directoria de Viação.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1515 — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

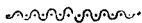
Abre os creditos: de 12:317\$174, para pagamento das despesas feitas, no Estado de Santa Catharina, por conta da verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1891; e de 2:000\$, para o dos vencimentos a que tem direito, durante o exercicio de 1893, o continuo da Secretaria da Camara dos Deputados, Luiz Ferreira de Barros.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto n. 160 de 14 do corrente mez, resolve abrir os creditos de 12:317\$174, para pagamento das despesas feitas, por conta da verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1891, com o tratamento de indigentes atacados de molestias epidemicas, no Estado de Santa Catharina, conforme a demonstração apresentada pela respectiva Thesouraria de Fazenda; e de 2:000\$, para o dos vencimentos a que tem direito, durante o exercicio de 1893, o continuo da Secretaria da Camara dos Deputados, Luiz Ferreira de Barros, dispensado do serviço, em virtude da resolução da Camara dos Deputados de 6 de setembro de 1892.

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1516 — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Art. 1.º A Guarda Nacional da comarca de S. Felix, no Estado da Bahia, se comporá de um commando superior organizado com o 139º, 141º e 143º batalhões de infantaria e 36º da reserva, existentes naquella comarca, e 17º, 18º, 19º, 20º, 25º e 105º, tambem de infantaria, e 5º da reserva, desligados do commando superior da comarca da Cachoeira, no mesmo Estado, reduzidos a quatro companhias cada um, e 11º regimento de cavallaria, reduzido a quatro esquadras.

Art. 2.º Os referidos batalhões serão organizados :

O 105º, no districto de Nossa Senhora do Desterro do Outeiro Redondo ;

O 18º, no de S. Pedro de Muritiba ;

O 19º, no de Nossa Senhora do Bom Successo da Cruz das Almas e Sapé ;

O 20º, no de Carralinho e Santo Antonio de Arguim ;

O 25º e 142º, no de Nossa Senhora da Conceição do Almeida, e 139º no de Giltoia ;

O 17º e 143º, na sêde da comarca ;

O 11º regimento de cavallaria, 5º e 36º batalhões da reserva, nos districtos da referida comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1517 — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Paraguassú (antiga do Andarahy), no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

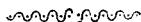
Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Paraguassú (antiga do Andarahy), no Estado da Bahia, se comporá de um commando superior, que será organizado com os actuaes 86º, 87º, 116º e 117º batalhões de infantaria, reduzidos a quatro companhias cada um, 23ª secção da reserva, ora elevada a

batalhão, com quatro companhias e a designação de 39º, e mais um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 24º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1518 — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Brejo Grande (antiga Bom Jesus dos Meiras), no Estado da Bahia.

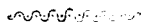
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca do Brejo Grande (antiga Bom Jesus dos Meiras,) no Estado da Bahia, se comporá de um commando superior organiado com os actuaes batalhões de infantaria ns. 76, 91 e 146, com quatro companhias cada um, 18º batalhão da reserva, tambem com quatro companhias, 24ª secção de batalhão da reserva, elevada a batalhão, com quatro companhias e a designação de 38º, e do 6º esquadrão de cavallaria, elevado a regimento com quatro esquadrões e a designação de 23º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1519 — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

Crea um commando superior de guardas nacionaes na comarca do Carmo, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

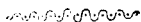
Artigo unico. Fica creado na comarca do Carmo, no Estado do Rio de Janeiro, um commando superior de guardas nacionaes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 62º

e 63º, de um batalhão do serviço da reserva, também com quatro companhias e a designação de 33º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 22º, os quaes serão organisados nos municipios do Carmo e do Sumidouro, o primeiro desmembrado da comarca de Cantagallo e o segundo da de Nova Friburgo.

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1520 — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de S. Manoel no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Manoel, no Estado de S. Paulo, um commando superior de Guarda Nacional, que se comporá de tres batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 192º, 193º e 194º, de um batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 98º, e um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 84º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1521 — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

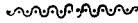
Artigo unico. Fica creado na comarca de Uberaba, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria de guardas

nacionais, com quatro companhias e a designação de 199º, e que organizar-se-ha com os guardas desse serviço qualificados na referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5º da Republica

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1522 — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Commercio e Industrial do Brazil.

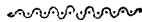
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Commercio e Industrial do Brazil, devidamente representada, resolve approvar a reforma do art. 3º dos respectivos estatutos, votada em assembléa geral dos accionistas de 25 de maio ultimo e que reduz o seu capital a oitocentos contos de réis (800:000\$); ficando obrigada ao cumprimento das formalidades anteriores recommendadas no art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.



DECRETO N. 1522 A — DE 17 DE AGOSTO DE 1893

Dá nova redacção ao art. 155 do decreto n. 431 de 4 de julho de 1891, sobre a dissolução das sociedades anonymas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que na redacção do art. 155 do decreto n. 431, de 4 de julho de 1891, que consolidou as disposições legislativas e regulamentares sobre as sociedades anonymas, existe inexactidão, quando se refere ás disposições do mesmo decreto, que

entendem com a dissolução e liquidação das referidas sociedades, resolve :

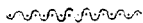
O art. 155 do decreto n. 434, de 4 de julho de 1891, fica redigido da seguinte forma :

Dissolvida a sociedade, por qualquer dos fundamentos do art. 148, com excepção do da cessação de pagamentos, e dos do art. 153, a liquidação poderá ser feita amigavelmente (lei n. 3150 de 4 de novembro de 1882, art. 19, § 2º, decreto n. 8821 de 1882, art. 84, decreto n. 164 de 1890, art. 19, § 2º).

Capital Federal, 17 de agosto de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.



DECRETO N. 1523 — DE 18 DE AGOSTO DE 1893

Approva e reforma dos estatutos da Companhia Antartica Paulista.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requer a Companhia Antartica Paulista, devidamente representada, resolve approvar a reforma de seus estatutos, votada em assembleia geral de accionistas de 27 de julho ultimo, excepto a seguinte parte do primeiro periodo do art. 31 ; ficando a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades ultimas recommendadas no art. 6º do decreto n. 164, de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 18 de agosto de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paulo Souza.

Estatutos reformados da Companhia Antartica Paulista, a que se refere o decreto acima

CAPITULO I

DA ORGANIZAÇÃO, SÉDE, OPERAÇÕES E DURAÇÃO DA COMPANHIA

Art. 1.º Continúa constituida a sociedade anonyma denominada — Companhia Antartica Paulista — a qual será regida pelas leis em vigor na parte que lhe forem applicaveis, e bem assim

pelas disposições dos presentes estatutos, tendo sede e fôro na cidade de S. Paulo, Capital do Estado do mesmo nome (Brazil).

Art. 2.º A companhia tem por fim :

I. Explorar a fabrica de cerveja — Antartica Paulista, e des-
envolve-la no sentido de alargar a producção, de accordo com a
procura e aceitação desse producto.

II. Fabricar gelo para uso da fabrica e para venda.

III. Fabricar o — maltz — (cevada germinada), pelo systema
mais aperfeiçoado.

IV. Promover a cultura da cevada e applicar os residuos da
mesma á engorda e criação de gado, conforme convier.

V. Utilisar o terreno urbano da rua de S. João e rua Formosa,
pertencente á companhia.

Art. 3.º O prazo da companhia será de 30 annos, a contar da
data da installação.

CAPITULO II

DO CAPITAL E DAS ACÇÕES

Art. 4.º O capital social fica reduzido a 1.710:000\$ distribuido
em 17.100 acções integralisadas com 100\$ cada uma, das quaes
8.600 serão entregues a Zerrenner, Bulow & Comp., desta
praça, em pagamento da divida que a companhia tem com esta
firma, na importancia de 589:985\$022, conforme approvação da
assembléa geral, e as restantes distribuidas aos antigos accio-
nistas em proporção ás entradas por elles feitas.

CAPITULO III

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 5.º A companhia será administrada por uma directoria
composta de tres membros, dos quaes um será o presidente.

Art. 6.º A directoria será eleita pela assembléa geral de
accionistas, que designará qual deve ser o presidente. A dire-
ctoria elegera dentre si um membro para occupar o cargo de
secretario e outro para thesoureiro. O mandato da directoria
durara cinco annos. O tempo do mandato será contado desde a
posse.

Art. 7.º O accionista que não possuir, pelo menos, 50 acções
registradas nos livros da companhia 30 dias antes da eleição,
não poderá ser director.

Durante o seu exercicio na directoria o accionista conservará
depositadas em caução no escriptorio da companhia, sem poder
alienal-as por qualquer forma, as 50 acções a que se refere este
artigo.

Art. 8.º Não poderão servir conjuntamente na mesma directoria accionistas que forem : pae e filhos, sogro e genro, cunhados durante o cunhadio, ou parentes consanguineos até ao 2º grão e socios das mesmas firmas commerciaes.

Art. 9.º Fica entendido que resignou o logar o director que por mais de tres mezes deixar de exercer as funcções de seu cargo, salvo motivo justo.

Art. 10. Para preencher o logar de director, vago por justo motivo, por mais de tres mezes, será designado pelos outros directores um accionista que reuna as condições de elegibilidade exigidas por estes estatutos, o qual desempenhará o cargo até o comparecimento do director proprietario, percebendo os respectivos vencimentos.

Si a vaga for por motivo de renuncia, o preenchimento do cargo será até á primeira reunião da assemblea geral, quer seja ordinaria ou extraordinaria, que deverá fazer a eleição do substituto do director, o qual exercerá o cargo até á conclusão do mandato da directoria em exercicio.

Art. 11. Os directores perceberão annualmente cada um a quantia de tres contos e seiscentos mil réis, pagos em quotas mensaes.

Art. 12. São conferidos á directoria plenos poderes para decidir todos os negocios da companhia, inclusive o de poder transigir, celebrar contractos, contrahir empréstimos por meio de obrigações ao portador e fazer qualquer outra operação de credito, arrendar, alugar ou adquirir bens de raiz, si assim for necessario para os fins da companhia, dispondo e ordenando todos os serviços em bem da companhia, para o que lhe ficam concedidos plenos geraes e especiaes poderes ; é, porém, essencial, para a directoria funcionar, a presença de dous membros.

Art. 13. Fica excluido dos poderes da directoria o direito de hypothecar e alienar os bens de raiz da companhia, salvo resolução da assemblea geral dos accionistas.

Art. 14. Compete á directoria :

I. Convocar as assembleas geraes ordinarias nas épocas designadas e extraordinarias todas as vezes que o interesse da companhia assim o exigir ; e sempre que requererem a sua convocação mais de sete accionistas, possuidores de acções que representem mais de um quinto do capital social.

II. Representar a companhia em juizo e nas suas relações com terceiros, podendo constituir procuradores, intentar e defender acções judiciais.

III. Decidir todas as questões e regular todos os negocios da companhia, salvo os de competencia, privativa da assemblea geral dos accionistas.

IV. Nomear, demittir e marcar os vencimentos do gerente tecnico, pessoal do escriptorio e mais empregados da companhia.

V. Fazer aquisição de todo o material necessario para a marcha regular e o desenvolvimento dos negocios da companhia.

Reunir-se no escriptorio da companhia todas as vezes que os negocios da mesma assim o exigirem ; e pelo menos uma vez todas as semanas.

Todas as deliberações serão tomadas por maioria de votos, e, em caso de empate, o presidente terá o voto de qualidade.

VII. Fazer a distribuição dos dividendos, de accordo com o art. 30 destes estatutos.

Art. 15. Ao director presidente compete :

a) presidir as sessões da directoria, executar as deliberações da mesma e, com mais outro director, assignar os documentos necessarios ;

b) convocar extraordinariamente a directoria, sempre que julgar conveniente ;

c) organizar os balanços semestrais e o relatorio que annualmente deve ser apresentado à assemblea geral ;

d) procurar ultimar, por meio amigavel ou em juizo arbitral, as contestações que se possam suscitar entre a companhia e seus devedores ou terceiros, ouvida a directoria.

Art. 16. Ao director-secretario compete :

a) substituir o presidente no seu impedimento ;

b) ter a seu cargo todo o expediente da directoria, assim como ter sob sua guarda os livros e mais papeis e documentos ;

c) organizar e fazer executar o regulamento interno ;

d) auxiliar o presidente na confecção do relatorio annual.

Art. 17. Ao director-thesoureiro compete :

a) ter debaixo de sua fiscalisação a escripturação da companhia e sob sua guarda o saldo em caixa, escolhendo para este, de accordo com os outros directores, o deposito mais conveniente ;

b) substituir o secretario, quando impedido.

Art. 18. Poderá, a juizo da directoria, ser entregue a um de seus membros, que a isso queira dedicar todo o seu tempo e actividade, a gerencia commercial da companhia, mediante uma gratificação, não excedendo de 700\$ mensaes.

CAPITULO IV

DO CONSELHO FISCAL

Art. 19. O conselho fiscal será composto de tres membros e tres supplentes, eleitos annualmente pela assemblea geral ordinaria, de entre os accionistas que possuirem, pelo menos, 20 acções.

Cada membro do conselho fiscal perceberá a gratificação de 100\$, paga mensalmente.

CAPITULO V

DA ASSEMBLEA GERAL

Art. 20. A assemblea geral reunir-se-ha ordinariamente uma vez por anno, no mez de março, para tomar conhecimento dos

negocios sociaes e deliberar sobre a approvação das contas da directoria e eleger o conselho fiscal, e extraordinariamente todas as vezes que a directoria ou conselho fiscal julgar conveniente.

Art. 21. É necessario, para que a assembléa geral possa funcionar, que a reunião tenha sido annunciada, pelo menos, em dous dos mais conhecidos jornaes da praça, declarando-se o motivo della, com antecedencia nunca menos de 15 dias.

Art. 22. Não estando representado no dia e logar designado o numero legal de accionistas, será novamente convocada a assembléa, na fórma da lei, mas nunca com um intervallo menor de cinco dias.

Art. 23. O accionista que não possuir, pelo menos, 10 acções registradas com antecedencia de 30 dias nos livros da companhia, não poderá votar na assembléa geral, mas pôde tomar parte na discussão. O accionista terá um voto por cada grupo de 10 acções registradas.

As procurações e documentos comprobatorios do direito de votar deverão ser apresentados no escriptorio da séde da companhia, dous dias, pelo menos, antes de cada reunião da assembléa geral.

Art. 24. A assembléa geral convocada extraordinariamente não poderá votar sobre assumpto alheio á sua convocação.

Art. 25. As deliberações da assembléa geral serão tomadas por maioria de votos, e por escrutinio secreto nas eleições.

Art. 26. A assembléa será provisoriamente presidida pelo director presidente e, estando em termos de funcionar, se procederá, antes de tudo, por aclamação á escolha do presidente, que poderá recahir em qualquer dos accionistas presentes.

Art. 27. O presidente da assembléa convidará para secretarios dous accionistas, que se incumbirão de verificar o numero dos membros presentes ou representados, contar os votos, fazer a apuração e ler o expediente.

Ao que servir de 2º secretario incumbirá a organização da acta, que será assignada pela mesa, depois de approvada na mesma assembléa.

Art. 28. A ordem dos trabalhos da assembléa ordinaria será a seguinte:

- a) Eleição do presidente e nomeação do secretario ;
- b) Leitura do expediente pelo 1º secretario ;
- c) Leitura, exame, discussão e deliberação relativa ás contas, inventario, balanço, relatorio da directoria e parecer do conselho fiscal ;
- d) Propostas diversas, sua discussão e votação ;
- e) Eleições. Na eleição da directoria a votação deverá ser feita com designação de presidente e directores ;
- f) Approvação da acta da reunião.

Art. 29. O anno financeiro da companhia será contado de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

Os balanços serão dados semestralmente em 30 de junho e 31 de dezembro, sendo este ultimo remetido ao conselho fiscal para examinar e dar parecer, afim de ser presente á assembléa geral ordinaria.

CAPITULO VI

DO FUNDO DE RESERVA E DIVIDENDO

Art. 30. Dos lucros liquidos serão deluzidos semestralmente 5 % para o fundo de reserva e 5 % para deterioração do material.

Do excedente se deduzirá, em primeiro lugar, o dividendo para ser distribuido aos accionistas na razão de 12 % ao anno do capital social realizado, e, si houver excesso, uma terça parte será levada ao fundo de reserva e as outras duas partes serão: ou distribuidas aos accionistas, ou conservadas na conta de lucros e perdas, passando ao semestre seguinte, conforme a directoria julgar mais conveniente aos interesses da companhia.

Art. 31. O fundo de reserva é destinado exclusivamente a fazer face ás perdas do capital social.

Cessará a accumulção do fundo de reserva, quando elle attingir a 50 % do capital social realizado.

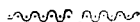
Art. 32. Cessará igualmente a accumulção do fundo destinado a fazer face á deterioração do material, attingindo o valor pelo qual esteja elle representado na occasião.

Art. 33. Os dividendos serão pagos semestralmente, nos mezes de março e setembro de cada anno; e os que não forem reclamados no prazo de cinco annos, contados da data de sua exigibilidade, prescrevem em beneficio da companhia.

Art. 34. Tudo o mais será regulado pela legislação das sociedades anonymas.

Sala das sessões da assembléa geral da Companhia Antarctica Paulista, em S. Paulo, 27 de julho de 1893.

(Seguem-se as assignaturas.)



DECRETO N. 1524 — DE 18 DE AGOSTO DE 1893

Approva a reforma dos estatutos da Companhia Industrial de Productos Nacionais.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia Industrial de Productos Nacionais, devidamente representada, resolve approvar a reforma dos respectivos estatutos votada em assembléa geral de

seus accionistas de 29 de março ultimo e que acompanha o presente decreto, ficando obrigada ao cumprimento das formalidades ultteriores recommendadas no art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 18 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.

Reforma dos estatutos da Companhia Industrial de Productos Nacionais e que acompanha o decreto acima.

Art. 3.º O capital social fica reduzido a duzentos contos de réis (200:000\$), distribuido em cinco mil acções de quarenta mil réis (40\$) cada uma, podendo ser elevado a trescentos contos de réis (300:000\$), por deliberação da assemblea g.ªl. (Prejudicados o art. 3.º e seus paragraphos dos estatutos primitivos.)

Art. 5.º A renda social, que se constitue de todos os proventos da empresa, deduzidos o custeio e ordenados, será distribuida da seguinte forma: Da renda liquida se tirará, em primeiro logar, vinte por cento (20 %) para «fundo de reserva» que tem por fim amparar o capital social; em segundo logar se tirará cinco por cento (5 %) para renovação de machinismos e o resto se dividirá com os accionistas. (Prejudicados a 2ª parte e § 1º do art. 5º dos estatutos primitivos.)

Art. 6.º A companhia será administrada por um gerente eleito annualmente pela assemblea geral, a qual nomeará os auxiliares de sua commissa que julgar necessarios, ouvindo o conselho fiscal.

§ 1.º O gerente receberá de ordenado quinhentos mil réis (500\$) mensaes e mais dez por cento (10 %) sobre o lucro liquido.

§ 2.º O gerente, em suas faltas, ou nos impedimentos, será substituido por quem for designado pelo conselho fiscal, até a reunião da assemblea geral.

Art. 7.º A gerencia competem todos os actos da administração da companhia, que pertenciam à directoria pelos arts. 7º e 8º dos primitivos estatutos.

§ 1.º O gerente caucionará a sua gestão com a importancia de dez contos de réis (10:000\$) ou equivalente em titulos ou immoveis, e não poderá occupar-se em negocios extranhos à companhia, por dever consagrar a sua actividade unica e exclusivamente aos interesses della. (Seguem-se as assignaturas.)



DECRETO N. 1525 — DE 18 DE AGOSTO DE 1893

Prorroga o prazo concedido á Companhia de Seguros Fidelidade, de Lisboa, para continuar a funcção no Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requerem a Companhia de Seguros Fidelidade, estabelecida em Lisboa e devidamente representada, resolve prorrogar, por mais 10 annos, o prazo que lhe foi concedido pelo decreto n. 8686 de 23 de setembro de 1882 para funcção no Brazil, com agencia no Estado de Pernambuco, mediante as clausulas que com este baixam.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 18 de agosto de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.

**Clausulas a que se refere o decreto
n. 1525 desta data**

I

A Companhia de Seguros Fidelidade, estabelecida em Lisboa, é obrigada a ter um representante no Brazil com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com os particulares.

II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e a jurisdicção de seus tribunaes judiciorios ou administrativos, sem que em tempo algum possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos, sob pena de nulidade da presente concessão.

III

A companhia não poderá continuar a funcção sem que tenha depositado no Thesouro Nacional ou na Thesouraria de Fazenda respectiva a quantia de vinte contos de réis (20:000\$) em ouro, ao cambio par, para garantir o pagamento de futuros direitos e obrigações.

IV

O deposito de que trata a clausula anterior será feito pela companhia, com a declaração do fim a que é destinado e de que não poderá ser levantado senão por ordem do presidente da Junta Commercial competente.

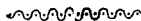
V

Fica dependente de autorisação do Governo Federal qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos seus estatutos. Ser-lhe-há cassada a autorisação para funcionar no Brazil si infringir esta clausula.

VI

A infracção de qualquer das clausulas, para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 200\$ á 2:000\$000.

Capital Federal, 18 de agosto de 1893.— *A. F. Paula Souza.*



DECRETO N. 1526 — DE 24 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

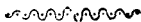
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Ponta Grossa, no Estado do Paraná, mais um regimento de cavallaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro esquadrões e a designação de 4º, o qual será organizado com os guardas qualificados na villa de Entre-Rios, pertencente á referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.


Fernando Lobo.



DECRETO N. 1527 — DE 24 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço da reserva na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia.

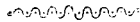
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. Felix, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 40º, o qual será organizado com os guardas alistados nos districtos da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 24 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1528 — DE 28 DE AGOSTO DE 1893

Abre no corrente exercicio um credito supplementar de 955:123\$106, para as obras do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto n. 163 desta data, resolve abrir, no corrente exercicio, um credito supplementar de 955:123\$106, para as obras do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, a saber: para as obras sanitarias 643:299\$176; para as obras na Camara dos Deputados 156:331\$930; para as obras do quartel do regimento de cavallaria da Brigada Policial 155:494\$000.

Capital Federal, 28 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1529 — DE 29 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na Capital do Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte :

Artigo unico. Fica creado na Capital do Estado da Bahia mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 147^a, que se constituirá com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de agosto de 1893, 5^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1530 — DE 30 DE AGOSTO DE 1893

Concede authorisação á Associação de Seguros Mutuos Brazil para funcçãoar e approva os respectivos estatutos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Associação de Seguros Mutuos Brazil, devidamente representada, resolve conceder-lhe authorisação para funcçãoar e approva os respectivos estatutos, com as clausulas, condições e tabellas de seguros mutuos sobre vida, contra fogo, e de credito e montepio commercial annexas aos mesmos estatutos e que acompanham o presente decreto ; ficando obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 30 de agosto de 1893, 5^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

A. F. Paula Souza.

Estatutos da Associação de seguros mutuos sobre vida, contra fogo e de credito e montepio commercial—Brazil.

CAPITULO I

ORGANISAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 1.º Sob a denominação — Brazil — estabelece-se uma Associação de seguros mutuos, sobre vida, contra fogo, e de credito e montepio commercial, com os capitales que já se acham ou foram inscriptos, de accordo com os estatutos e clausulas das respectivas apolices.

Art. 2.º A séde da associação é na Capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brazil, podendo estender suas operações a toda a Republica ou fóra della.

Art. 3.º A duração da associação será de 60 annos, contados do dia em que tiverem começo as operações, na fórma do art. 46 destes estatutos, podendo prolongar-se por mais tempo, si o Governo da União autorisar e precedendo autorização da assembléa geral dos associados.

Art. 4.º Constitue a administração da associação uma direcção geral, um conselho fiscal, commissões de classe e syndicos tirados de entre os associados, segundo estabelecem os caps. V, VI e VII.

CAPITULO II

FINS, OPERAÇÕES, BASES E APOLICES

Art. 5.º Os fins a que se propõe a associação são :

1º, nas operações de seguro sobre vida, facilitar a todas as pessoas, ainda as menos abastadas, a accumulção de suas economias pela creação de capitales, pensões, heranças, rendas, etc., por meio de contribuições feitas, quer por uma só vez, quer annualmente ou por semestres ou trimestres ;

2º, nas operações de seguro contra fogo, segurar sob as clausulas que se estabelecem na apolice respectiva e de conformidade com a tabella dos riscos, toda e qualquer propriedade movel ou immovel que o fogo possa destruir ou deteriorar ; assim como, garantir contra os prejuizos causados pela explosão do gaz ou por exhalações electro-atmosphericas, sempre que produzam incendio ;

3º, nas operações de seguro de credito e montepio commercial, tomar por base o activo de qualquer estabelecimento commercial para a formação do referido seguro, pagando o *passivo*, no caso

de ameaça de insolvencia e no de fallencia, de conformidade com as clausulas da respectiva apolice ou estabelecendo uma *pensão* ao associado ou a sua familia, de accordo com as referidas clausulas.

Art. 6.º As clausulas geraes das apolices de todos os grupos de seguro desta associação, bem como as correspondentes tabellas de riscos, fazem parte integrante dos presentes estatutos e são, portanto, obrigatorias, tanto para a associação, como para o subscriptor, associado ou segurado.

CAPITULO III

CONVERSÃO E EMPREGO DE CAPITAES

Art. 7.º Os fundos que entrarem para a associação e seus juros serão convertidos :

1º, para o seguro sobre vida, na compra e venda de apolices da divida publica ou outros titulos de credito e operações garantidas pelo Governo da União, dos Estados ou serão conservados em conta corrente a juros no estabelecimento de credito que for escolhido pela direcção geral, quando não possam dar melhor rendimento applicados a quaesquer dos outros grupos desta mesma associação ;

2º, para o seguro contra fogo, serão depositadas as quantias no estabelecimento de credito escolhido pela direcção geral, as quaes, com os respectivos juros, não terão outra applicação que não seja o pagamento dos sinistros occorridos depois de reconhecidos pelo conselho fiscal, ou a sua distribuição pelos mesmos segurados depois de pagos os referidos sinistros, de satisfeitas as obrigações e mais despezas, e desde que esteja completo um fundo especial de reserva de sinistros de 200:000\$, sem prejuizo de que, a juizo da direcção geral, possam ser convertidos em apolices ou titulos, como se indica no paragrapho anterior ;

3º, para o seguro de credito e montepio commercial, serão as quantias depositadas, na forma pre-scripta no § 2º, as quaes com os seus juros não terão outra applicação que não seja o pagamento da pensão do segurado e do seu passivo, de conformidade com as clausulas da respectiva apolice, depois de reconhecido o seu direito pelo conselho fiscal e bem assim das despezas produzidas em Juizo ou sua distribuição pelos mesmos segurados depois de satisfeitas aquellas condições, assim como as obrigações e mais despezas e depois de completo um fundo especial de reserva de prejuizos de 200:000\$, sem prejuizo de sua conversão, na forma indicada no citado § 2º deste artigo.

Paragrapho unico. A aquisição de apolices e outros titulos, assim como as operações que se praticarem em relação a estas transacções, far-se-hão sempre por intermedio de corretores, com certificado da cotação do dia e com as formalidades e garantias requeridas em semelhantes operações.

Art. 8.º O iniciador cooperador e collaborador, para levar a effeito a presente associação, Augusto Simeão de Brito Simpaio ou seus legitimos e legaes herdeiros e successores, perceberá pelo seu trabalho 12 % sobre a importancia a que os subscriptores associados são obrigados annualmente para fundos de sinistros no grupo de — Seguros contra fogo — e para fundos de prejuizos no grupo de — Seguros de credito e montepio commercial — e dupla percentagem sobre os direitos administrativos em geral.

CAPITULO IV

DO FUNDO DE SUPPRIMENTOS

Art. 9.º Cada associado segurado e segurador, além das quotas a que é obrigado, pagará annualmente, na época das demais referidas quotas, para o fundo de supprimentos, no grupo de — Seguro contra fogo — a quantia de 300 réis por cada conto de réis de somma responsavel a que se obrigar; e no grupo de — Seguro de credito e montepio commercial — a de 500 réis por cada conto de réis, a que tambem se obrigar de somma responsavel.

Paragrapho unico. As quotas expressas neste artigo cessarão a juizo da directoria geral.

CAPITULO V

DO CONSELHO FISCAL

Art. 10. O conselho fiscal será composto de cinco membros eleitos pela assembléa geral entre os subscriptores associados domiciliados na Capital Federal; isto na sêde da associação, salvo a disposição do art. 47, e nos Estados e fóra da Republica, pelos subscriptores associados das respectivas filiaes.

No primeiro anno, porém, da creação da filial, estas ultimas nomeações serão feitas pelo conselho fiscal da sêde.

Art. 11. O mandato do conselho fiscal durará um anno e a sua eleição será feita por escrutinio secreto, por maioria relativa de votos dos associados presentes, em listas de oito nomes, servindo os tres immediatos em votos de supplentes dos effectivos quando impedidos; em igualdade de votos a sorte decidirá.

Paragrapho unico. Os membros effectivos do conselho fiscal da sêde da associação perceberão como retribuição de seu trabalho 3:000\$ annualmente. A importancia destes honorarios, que poderão ser augmentados pela assembléa geral dos associados, será paga pelas verbas: — Direitos de administração, fundos de sinistros e fundo de prejuizos, rateada pelas ditas verbas, conforme a importancia produzida por cada uma.

O conselho fiscal da sêde, de accordo com a directoria geral, marcará o *quantum* que devem perceber os membros do conselho das filiaes.

Art. 12. Dous membros, pelo menos, do conselho fiscal deverão ser reeleitos.

Art. 13. Formado o conselho fiscal, este nomeará de entre os seus membros o presidente e secretario.

Parágrafo unico. A eleição da mesa será biennial e, no caso de impedimento do presidente, fará suas vezes o secretario e, na falta deste o conselheiro de maior idade.

Art. 14. O conselho fiscal poderá funcionar e deliberar desde que estejam presentes tres de seus membros accordes.

Art. 15. O conselho fiscal reunir-se-ha ordinariamente uma vez por mez, em dia previamente designado pelo seu presidente e extorcer finalmente sempre que o serviço o exigir.

São suas attribuições:

1ª, rubricar o borrador ou memorial dos segurados do grupo de seguro de credito e montepio commercial, que para esse fim apresentarem as competentes apolices, devendo o borrador (que será encadernado e numerado) ser rubricado por um conselheiro fiscal, em todas as suas folhas, com termos de abertura e encerramento, assignados pelo presidente e subscriptos pelo empregado que for encarregado do respectivo registro.

Nos ditos termos deverá constar o nome do segurado, a casa commercial e onde situada, o numero da ordem, o numero da folha e o do fido do registro, e o nome do conselheiro que o tiver rubricado.

2ª, o conselheiro que rubricar o primeiro borrador ou memorial de um segurado só poderá rubricar o terceiro desse mesmo segurado e assim successivamente em todos os outros.

O presidente e o secretario são incompetentes para esse fim.

3ª, os requerimentos feitos a associação pelos associados do grupo de seguro de credito e montepio commercial, pedindo auxilios, serão apresentados sem demora ao conselho fiscal convocado para effeito pelo director geral, afim de deliberar a respeito do pedido.

O conselho nomeará dous dentre si para o exame dos livros, balanços e mais documentos do associado, tomando todas as notas e esclarecimentos necessarios, de fórma a fundamentarem o seu parecer por escripto, que apresentarão ao presidente, apreciando o estado do associado.

Este parecer será dado no prazo improrogavel de oito dias da apresentação do requerimento á associação.

4ª, o exame dos dous fiscoes deve ser feito em uma sala secreta da associação, presente o segurado com um guarda-livros da contabilidade da associação.

O segurado deve apresentar para este exame o seu diario, razão, o memorial ou borrador registrado pela associação, o seu balanço geral apreciado em todos os seus valores e responsabilisado e assignado por elle, devendo o dito balanço ser annexo ao processo conjunctamente com o pedido do segurado. Dará mais o segurado todas as informações e prestará todos os documentos que lhe forem exigidos, para bem se scientificarem do seu estado e terem e ser porcos os ditos dous fiscoes.

5ª, recebendo o presidente o parecer, de que tratam os parágraphos precedentes, reunirá sem demora o conselho em sessão extraordinária e este, à vista do mesmo parecer e das informações colhidas, deliberará sobre a apresentação do associado.

Si a pretensão for deferida, formular-se-ha na mesma sessão a coarveniente proposta de concordata, que o presidente, em acto contínuo, enviará com o balanço e sua apreciação à respectiva comissão de classe, para ser apresentada aos interessados.

6ª, informado o presidente do que se houver resolvido entre os interessados credores e a comissão de classe, assim o comunicará ao director geral, a quem remetterá na mesma occasião o respectivo processo.

a) si tiver sido aceita e assignada por todos os credores a proposta da associação, o presidente expedirá, conjunctamente com o processo, aviso ao director-geral para este realisar a transacção com os ditos credores no prazo de tres dias;

b) mas, para que essa transacção se realise, o segurado terá previamente de fazer escriptura de penhor mercantil de todos os seus bens à associação, conferindo-lhe poderes especiais e amplas para liquidar os referidos bens, como procurador em causa própria, e como melhor e bem entender até ao completo e real pagamento da responsabilidade que tomar para com os credores do segurado, porém sómente do capital sem juros;

c) a associação por seu lado se obrigará na mesma escriptura a satisfazer aos credores do segurado a proposta por elles aceita e de que se trata na condição 6ª n. A;

d) além do que dito fica, e enquanto durar a liquidação, a associação adonará mensalmente ao associado uma pensão marcada pelo conselho fiscal a titulo de alimento.

No caso porém de não ser aceita pelos credores do segurado a proposta da associação, o presidente remetterá a nota desse resultado ao director geral conjunctamente com todo o processo para ser archivado e o associado passará procuração bastante à associação, si lhe aprouver, para esta o defender em Juizo, independente do que quer despoza, caso seja aberta a fallencia do mesmo associado;

e) em qualquer das duas hypotheses referidas, o segurado prestará as informações de que carecer a associação, concernentes à liquidação do mesmo segurado.

7ª, o presidente mandará aviso à comissão de classe para ella nomear os syndicos afim de que estes procedam à liquidação depois da escriptura de penhor mercantil feita entre o segurado e o director geral, assim como, no caso de não aceitarem os interessados a proposta da associação, mandará aviso à dita comissão de classe para nomear os syndicos, que assistam a todos os actos e tramites, no caso de ser aberta a fallencia do segurado.

8ª, o conselho tomará conhecimento, à vista dos respectivos balanços, das operações verificadas no mez anterior e de tudo quanto tenha relação com a associação, assim como resolverá as reclamações de indemnisações e ordenará os pagamentos do si-

nistros e prejuizos, e fixará as pensões e montepios, providenciando para que tenham inteiro cumprimento as obrigações e onus da associação determinados e impostos por estes estatutos.

9ª, fará depositar, até 15 de cada mez, no estabelecimento bancario que for escolhido pela direcção geral, por intermédio da mesma direcção, os fundos da associação, dispondo destes com seus juros para os pagamentos necessários, na forma do capitulo III destes estatutos, art. 5º das clausulas da apolice de seguro contra fogo e art. 5º das clausulas geraes da apolice de seguro de credito e montepio commercial.

10ª, decidirá as difficuldades ou desacordos que possam occorrer entre a direcção geral e um ou mais associados.

11ª, examinará os relatorios e operações que a direcção geral deva apresentar á assembléa geral, dando a esta todas as explicações e informações precisas relativamente ao seu estado, assim como apresentará qualquer reforma estabelecida no § 6º do art. 32.

12ª, reunir-se-ha extraordinariamente, quando o julgar conveniente ou quando receber pedido pela direcção geral.

13ª, concorrerá com a direcção geral em tudo quanto seja conducente ao engrandecimento e utilidade da associação, sempre com o espirito da letra dos estatutos e mais clausulas e disposições regulamentares, cujo fiel cumprimento lhe está confiado.

1ª, terá um livro especial de suas actas, que serão assignadas pelos presentes, assim como na primeira pagina dos livros da associação, o presidente e o secretario do conselho fiscal farão constar com a sua assignatura o nome e o objecto de cada livro, numero de ordem, data da inscripção e numero de folhas uteis e numeradas que contenham.

Art. 16. Além das sessões do que trata o artigo antecedente, o conselho fiscal terá uma reunião extraordinaria nas quatro épocas trimestraes para examinar as contas que, approvadas, serão publicadas na forma do § 4º do art. 33.

Art. 17. Em caso de morte, demissão ou ausencia prolongada de qualquer membro do conselho fiscal, este procederá á sua substituição interna, sem prejuizo da eleição definitiva que compete á proxima assembléa geral.

Art. 18. O director geral e, na ausencia deste, seu substituto, assistirá as reuniões e deliberações do conselho fiscal, dando ou podendo quaesquer esclarecimentos.

Art. 19. Não podem ser eleitos membros do conselho fiscal os subscriptores associados incurso nas penas do art. 30.

Art. 20. Não podem ser membros, nem ter voto no conselho fiscal: o director geral, sub-director, nem empregado algum da administração da associação, os membros da comissão de classe, bem como os parentes dentro do segundo grau de afinidade, enquanto durar o casamento, ou do quarto de consanguinidade, nem tambem dons ou mais subscriptores associados que tenham sociedade entre si.

CAPITULO VI

DA COMMISSÃO DE CLASSE

Art. 21. As commissões de classe serão tiradas de cada ramo de negocio a que pertençam os subscriptores-associados do grupo de seguro de credito e montepio commercial, e nomear-se-hão tantas quantos forem esses diversos ramos de negocio.

Art. 22. Cada commissão de classe será composta de tres membros nomeados pelo conselho fiscal, de accordo com a direcção geral.

Nas filiaes se procederá na mesma conformidade.

Paragrapho unico. As primeiras commissões de classe serão nomeadas pela forma indicada neste artigo, com a differença, porém, de que poderão ser compostas por negociantes independentes de serem subscriptores-associados, sendo que posteriormente a aceitação da nomeação terão elles de se inscrever na associação, como segurados, para funcionar.

Art. 23. As funcções da commissão de classe durarão por dous annos e serão gratuitas.

Art. 24. Um dos membros da commissão de classe será novamente nomeado e assim successivamente e biennalmente.

Art. 25. A commissão de classe deve reunir-se todas as vezes que o presidente julgar conveniente, dando-lhe aviso da hora certa da reunião, a qual terá lugar em uma sala destinada para esse fim.

São suas attribuições:

1ª, nomear dous membros de entre si, depois da communicação do presidente, para convocarem os interessados e lhes fazerem a proposta da associação decidida no conselho fiscal, devendo, no menor prazo possível, dar conhecimento ao presidente do resultado obtido, remettendo-lhe o balanço do associado, a proposta da associação e o dito resultado escripto e assignado por ambos;

2ª, nomear, todas as vezes que lhe for reclamado, os dous synlicos do seu ramo ou classe de commercio, para serem liquidantes, quando a associação tiver de proceder a qualquer liquidação nos bens do segurado, bem assim para assistirem a todos os termos da fallencia, dando em ambos estes casos, depois de accetto o cargo, o competente aviso ao presidente;

3ª, agenciar o maior numero possível de subscriptores, concorrendo assim para o maior desenvolvimento do philanthropico e humanitario grupo de seguro de credito e montepio commercial;

4ª, o membro da commissão de classe que grangear de 50 subscriptores para cima ou effectuar 20 concordatas no philanthropico e beneficente grupo de seguro de credito e montepio commercial, representará por cinco votos em todas as decisões que se houverem de tomar em assembléa geral e ser-lhe-ha conferido diploma de associado benemerito do montepio commercial.

Paragrapho unico. O membro da commissão de classe, a quem foi concedido o referido diploma do paragrapho antecedente,

além das demais vantagens que lhe são conferidas por estes estatutos, terá 5 % sobre a importância da pensão que lhe garante o contracto de seguro de credito e montepio commercial, o que se fará effectivo, retirando-se importância que produza o sufficiente da verba — Fundo de prejuizos do referido grupo de seguro — para a compra das apolices da divida publica necessarias á renda do supradito fim.

Art. 26. Não podem ser nomeados membros, nem ter voto na comissão de classe, os membros do conselho fiscal, director geral, o sub-director, nem empregado algum da associação, nem os parentes dentro do segundo grau de afinidade, emquanto durar o cunhalio, ou do quarto de consanguinidade, nem tambem dous ou mais associados que tenham sociedade entre si, nem os subscriptores associados incurso nas penas do art. 30.

CAPITULO VII

LOS SYNDICOS

Art. 27. Os syndicos serão nomeados de entre os subscriptores associados do grupo de seguro de credito e montepio commercial, pela comissão de classe respectiva.

Paragrapho unico. O cargo de syndico é gratuito, mas de tola e qualquer liquidação em que, como tal, tenha de intervir, perceberá uma comissão, que lhe for marcada pela direcção geral, até ao maximo 3 % da quantia que liquidar e esta percentagem será paga pelo seguro-lo e de lauda da respectiva massa.

Art. 28. O syndico deve ser sempre negociante, de probidade e moralidade reconhecida e do mesmo ramo de negocio para o fim que for nomeado, e são suas attribuições e deveres :

1º, responder e ministrar á direcção geral ou ao conselho fiscal tolas as informações e esclarecimentos necessarios em relação ás funcções que exerce e que lhe dizem respeito, e isto sem mal ou diariamente, conforme os acontecimentos o exigirem ;

2º, assistir na fallencia a todos os seus termos, dando por escripto informações e aviso de tudo que for occorrendo á directoria geral e esta ao conselho fiscal, até á terminação do processo, e será ainda obrigado a cumprir fielmente as ordens que durante esta época lhe forem dadas pela direcção geral, de accordo com o conselho fiscal, ficando a associação, nesse caso, na principal obrigação de lhe facultar um procurador e um advogado, para bem cumprir as funcções de seu cargo ;

3º, será nas liquidações feitas pela associação o liquidante dellas e prestará á directoria geral contas e informações exactas de tudo, as quaes serão assignadas sempre por elle e pelo associado, na forma do § 1º deste artigo ;

4º, na fallencia de qualquer segurado, si a associação for nomeada judicialmente syndico, esse cargo será exercido pelo syndico da associação, que procederá na forma dos §§ 1º e 2º deste artigo.

Art. 29. Os syndicos nomeados são sempre obrigados a acceitar o cargo, salvo provando impedimento justificado por molestia, por inimidade com o seguro-lo ou por lhe ser devedor.

Art. 30. Si qualquer associado segurado recusar acceitar o cargo de syndico, não sendo a recusa fundada nos motivos referidos no art. 29, não poderá mais exercer na associação cargo algum.

CAPITULO VIII

ATTRIBUIÇÕES E OBRIGAÇÕES DA DIRECTORIA

Art. 31. O director geral da sede da associação será eleito pela assembleia geral, por maioria relativa de votos dos associados presentes, e os das filiaes serão nomeados pelo director geral da mesma sede, com approvação do conselho fiscal, sendo que o da sede uma vez nomeado só poderá ser demittido por dolo, má fé ou negligencia culpavel, provada na gerencia da associação, guardando-se a mesma formalidade da nomeação.

Os sub-directores serão nomeados pelo respectivo director geral e pela mesma forma demittidos, quando assim convenha aos interesses da associação.

Paragrapho unico. O director geral da sede da associação perceberá 7:200\$ annualmente e o sub-director 6:000\$000. A importancia desses honorarios, que poderão ser augmentados pela assembleia geral dos associados, será paga pela verba — Direitos de administração — e em insufficiencia desta verba, pela de fundo de sinistros e fundo de prejuizos, rateada a quantia necessaria ao complemento da effectividade do pagamento pelas ditas verbas conforme a importancia produzi-la por cada uma. (Vide art. 33, n. 7.)

A direcção geral, de accordo com o conselho fiscal da sede, marcará o vencimento que devem perceber os directores das filiaes.

Art. 32. São attribuições do director geral :

1ª, a direcção geral e gerencia da Associação — Brazil, que a exercerá e desempenhará amplamente, sob a inspecção do conselho fiscal ;

2ª, terá a faculdade de representar e ser orgão da associação para com terceiros e poderá demandar e ser demandado, passando procuração para qualquer acto em Juizo e tramites legais ;

3ª, poderá transferir o seu cargo, funções e direitos a pessoa que reuna as convenientes condições ; não poderá, porém, retirar-se definitivamente da associação e da sua administração, nem fazer abandono total ou parcial dos deveres que lhe impoem os presentes estatutos, sinão depois de decorridos quatro mezes do dia em que a pessoa por elle proposta seja acceita pelo conselho fiscal e tenha tomado posse do respectivo cargo ;

4ª, nomeará e demittirá livremente os advogados, agentes, representantes, o secretario e empregados da associação, aos quaes marcará ordenados ou porcentagens ;

5ª, nomeará os representantes e delegados da associação para a formação das filiaes e agencias dentro e fóra dos Estados Unidos do Brazil, sendo que nas ditas filiaes se seguirá a pratica das mesmas formalidades prescriptas nos presentes estatutos e mais clausulas. Aos ditos representantes ou delegados nomeará suas attribuições, bem como aos agentes e mais empregados, suas comissões, podendo renovar-os ou demittir-os;

6ª, organizar, de accordo com o conselho fiscal, os regulamentos internos e propor quaesquer reformas convenientes à associação, nos termos do art. 45.

Art. 33. São obrigações da direcção geral:

1ª, velar pelo exacto cumprimento dos presentes estatutos, regulamentos e mais disposições da associação;

2ª, manter sempre em dia uma escripturação technica, clara e minuciosa, fazendo escripturar com toda a individuação os registros e os livros necessarios para a contabilidade, os quaes estarão sempre no escriptorio à disposição do conselho fiscal e dos iniciadores da associação e nas sessões da assembléa geral à disposição dos associados que queiram examinal-os;

3ª, archivar todos os processos da associação com os seguros, bem como todos os avisos, notas e finalmente todos os documentos e quanto por estes estatutos e mais clausulas se exige;

4ª, assignar a correspondencia e todos os documentos da associação, assim como fazer publicar periodicamente o estado dello;

5ª, convocar a assembléa geral *ordinaria e extraordinariamente*, de accordo com o conselho fiscal ou quando for necessario ou requerer um terço ou mais associados que sejam tambem segurados e que estejam quites com a associação: na séde da associação pelos domiciliados na Capital Federal e nas filiaes pelos seus respectivos associados (vide art. 38);

6ª, organizar os relatorios e todas as contas e balanços, de accordo com o conselho fiscal, que tenham de ser publicados ou apresentados à assembléa geral;

7ª, satisfazer, por meio de producto dos direitos de administração, não só as despesas de escriptorio gerencia, pessoal, agentes, publicações, como as demais obrigações estabelecidas nos presentes estatutos, sendo as remanescentes dos mesmos direitos administrativos distribuidas na seguinte proporção: 25 % para o director geral da séde da associação, 15 % para o respectivo sub-director e 10 % para o respectivo secretario, que será sempre o chefe da contabilidade da associação; 30 % para os membros effectivos do conselho fiscal e 20 % para formar um fundo especial de reserva de direitos de administração.

No caso de não haver remanescentes e de não ser sufficiente a verba dos direitos de administração, para occorrer ao exacto cumrimento das obrigações da direcção geral prescriptas nos presentes estatutos, retirar-se-ha quanto baste para o completo pagamento proporcionalmente do fundo de sinistros e de prejuizos;

8ª, os directores das filiaes são obrigados a remetter trimen-

salmente á direcção geral da sêde da associação, não só os relatórios em geral concernentes aos actos que se tenham praticado, como também os remanescentes da taxa dos direitos de administração, que os subscriptores associados são obrigados a pagar, visto ser a administração central a mais onerada de gastos.

Art. 34. O sub-director substituirá interinamente o director geral nos casos de impedimentos temporários e nos casos de vaga até que o cargo seja provido; auxiliará activamente o director geral em todas as suas obrigações, sendo com este solidário na responsabilidade da gestão dos negócios sociais.

Art. 35. A approvação dada pela assembléa geral ao balanço e contas de gestão, desonera os gestores e os membros do conselho fiscal da associação, salvo fraude que a todo tempo se prove da parte dos gestores ou dos membros do dito conselho fiscal.

CAPITULO IX

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 36. A assembléa geral compõe-se dos subscriptores associados e segurados, que estejam quites para com a associação, representa a totalidade dos mesmos e como tal serão tomadas e executadas suas deliberações, ficando sempre em vigor o que dispõe o art. 45.

Art. 37. A convocação da assembléa geral será feita na forma do § 5º do art. 33 e só poderá funcionar:

1º, achando-se representado pelos presentes, ou por procuração, um terço do capital subscripto, na sêde pelos domiciliados na Capital Federal e nas filiaes pelos seus respectivos associados; exceptuam-se, porém, os casos de alteração ou reforma dos estatutos, deposição do director geral, liquidação ou dissolução da associação em que a assembléa geral só se poderá julgar constituída achando-se representados pelos presentes ou por procuração dous terços pelo menos do capital subscripto;

2º, em caso de não estar representado o capital indicado, far-se-ha nova convocação e na segunda reunião se deliberará com os que forem presentes; menos nos casos das excepções indicadas no § 1º deste artigo;

3º, nenhum subscriptor associado poderá fazer representar-se sinão por outro subscriptor associado, mediante procuração especial;

4º, nenhum subscriptor associado terá mais de um voto além do seu proprio, quer represente um ou mais associados, salvo a disposição do § 4º do art. 25;

5º, o presidente da assembléa geral será nomeado por maioria de votos de entre os presentes, e servirá para as reuniões do anno e este designará de entre os associados dous secretários, os quaes serão secundados pelo secretario da direcção geral;

6º, cabe á assembléa geral nomear uma commissão de exame de contas composta de tres associados, que pertençam pelo menos

a dous grupos de seguros de especies distinctas, para dar parecer sobre os relatorios e balanços apresentados pela direcção geral e conselho fiscal.

Art. 38. A assemblea geral *ordinaria* se reunirá nos mezes de julho ou agosto de cada anno e as *extraordinarias* todas as vezes que forem requeridas, segundo o § 5º do art. 33.

Art. 39. Compete á assemblea geral :

1º, o exame e approvação dos balanços e relatorios dos respectivos grupos da associação ;

2º, a eleição do conselho fiscal e do director geral da sédo da associação, na forma dos arts. 10, 11 e 31.

Art. 40. Nas assembleas geraes ordinaria e extraordinaria não se poderá tratar de cousas alheias ao motivo da convocação, ficando na mesa qualquer proposta em contrario.

Art. 41. Não podem ter voto na assemblea geral, nem por direito proprio nem por delegação, o director geral, mais empregados da associação e os subscriptores associados que não estejam quites com a associação.

Art. 42. A assemblea geral terá a faculdade de resolver a liquidação da associação, quando se der o caso previsto no art. 46, sendo a liquidação feita pela direcção geral, além de tres associados que a assemblea geral designar.

CAPITULO X

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 43. As questões que um ou mais associados suscitarem contra a associação serão decididas amigavelmente por meio de arbitros nomeados um por cada parte e em caso de discordancia nomearão os arbitros um terceiro que decidirá. Desta ultima decisão não haverá mais appellação nem recurso.

No caso, porém, de alguma das partes se recusar, a escolha do arbitro fica desde já expressamente convencionado que ao juiz competente caberá tal nomeação, e o que for resolvido afinal, será cumprido na forma dos presentes estatutos.

Art. 44. O pessoal, agente ou representantes e mais empregados da associação, prestarão fiança idonea, e são individualmente responsaveis pelos abusos que commetterem no exercicio de suas funcções.

Art. 45. Os presentes estatutos, excepção feita do art. 8º, suas clausulas e tabelas, poderão ser alterados na forma do § 6º do art. 32 por deliberação da assemblea geral e prévia approvação do Governo da União.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 46. A Associação de seguros mutuos sobre vida — contra fogo e de — credito e montepio commercial — Brazil — depois de approvados por decreto do Governo da Republica dos Estados

Unidos do Brazil os presentes estatutos e mais clausulas, se julgará installada e constituida para começar seguidamente suas operações, desde que se tenham subscripto e segurado capitães e valores que representem pelo menos 800:000\$, podendo elevar estes ao maximo que se subsciever e segurar ; devendo suspender suas operações sempre que, depois de cinco annos, os capitães e valores subscriptos e segurados não attingam a quantia de 4.000:000\$, salva a sua liquidação segundo o art. 42.

Art. 47. Os abaixo assignados aceitam os presentes estatutos e seguintes clausulas e tabellas da Associação de seguros mutuos sobre vida — contra fogo — e de — credito e montepio commercial — Brazil — e declaram-se subscriptores associados e segurados da mesma e, desde já, por excepção a estes estatutos, nomeam para exercer o cargo de director geral, na sede da associação, durante os primeiros seis annos de sua existencia, ao iniciador Augusto Simeão de Brito Sampaio e ao dito iniciador autorisam a que conjunctamente com dous subscriptores associados, pelo mesmo iniciador convidados, nomeem o conselho fiscal que tem de servir na mesma sede no primeiro anno tambem de sua existencia ; como ainda autorisam o mesmo iniciador a requerer a approvação destes estatutos, aceitando as alterações ou suppleções que o Governo da União julgar conveniente fazer, quer assignando-se só o dito iniciador ou conjunctamente com os associados subscriptos e segurados por elle convidados para esse fim.

(Seguem-se as assignaturas.)

Clausulas e condições do seguro mutuo sobre vida da Associação Brazil

Art. 1.º A pessoa que subsciever-se na Associação — Brazil, chamar-se-ha subscriptor associado, e o individuo a favor de quem for instituido o seguro chamar-se-ha segurado.

Paragrapho unico. Qualquer pessoa pôde ser no mesmo contracto subscriptor associado e segurado. O segurado não pôde ser substituido em toda a duração do contracto.

Art. 2.º A quota minima das contribuições é fixada em 10\$ para as annuaes e em 50\$ as unicas.

Art. 3.º As apolices serão validas quando forem inscriptas no registro geral da associação e deverão conter :

- 1º, o numero de ordem ;
- 2º, o numero de matricula do registro geral ;
- 3º, o nome, domicilio e naturalidade do subscriptor associado ;
- 4º, o nome, domicilio, naturalidade e idade do segurado ;
- 5º, o valor da contribuição feita ou a fazer da importancia, seja unica ou por annuaes, com determinação da época ou épocas em que deverão ser realisalas, logar e data da realisação do contracto ;
- 6º, o fim, condições, tempo e termo do contracto ;
- 7º, a indicação dos documentos indispensaveis que deverá apresentar o segurado para justificar seus direitos á liquidação ;

6.º, as assignaturas indicadas no artigo seguinte e mais o selo da associação ;

9.º, na apolice se transcreverão as presentes clausulas.

Art. 4.º O capital imposto na associação e as obrigações reciprocas entre esta e o associado constarão de um duplo contracto, na forma do artigo anterior, assignado pelo subscriptor e pelo director respectivo.

Art. 5.º No caso de se perder ou inutilisar alguma apolice, o interessado poderá reclamar outra por escripto á respectiva direcção, declarando a causa da perda ou detrimento. As despesas correrão por conta do reclamante e estes novos titulos serão registrad's em livro especial, ficando nulos os anteriores.

Art. 6.º No prazo de seis mezes, contados da data do contracto, o subscriptor é obrigado a apresentar a certidão autentica da idade do segurado, ficando arquivada na respectiva direcção até á liquidação do contracto ; na falta deste documento o segurado soffrerá as penas seguintes :

1.ª, será considerado e collocado no grupo que se julgar menos vantajoso na liquidação, isto é, na idade em que ha menos risco ;

2.ª, qualquer inexactidão na fixação da idade do segurado, como nos documentos ou nas declarações, cujos effeitos façam alterar as condições do contracto em prejuizo dos mais associados, importará a perda de todos os lucros que lhe corresponder na época da liquidação e só receberá o capital com que tiver entrado, si então for vivo o segurado.

Paragrapho unico. São dispensados dessa apresentação os subscriptores da quarta combinação ou grupo, de que trata o art. 11 destas clausulas.

Art. 7.º As contribuições ou pagamentos deverão ser feitos para os segurados da Capital Federal, na séde da associação, e para os demais, nas suas respectivas filiaes ou agencias, em quaesquer das seguintes épocas, março, junho, setembro ou dezembro.

Art. 8.º A direcção geral, bem como as filiaes poderão recusar a admissão de qualquer contracto de seguro, sem dar o motivo de sua recusa.

Art. 9.º Nas operações da associação formam parte de uma classe ou grupo todos os subscriptores, cujo fim ou época da liquidação não exijam combinações differentes ; nos ditos grupos se poderá acceitar pagamentos até 1 de janeiro do anno anterior á liquidação, para facilitar a admissão de contractos para um ou mais annos. (Arts. 11, 12 e 13 destas clausulas.)

Art. 10. A graduação do risco de morte para o segurado, na liquidação dos lucros que lhe corresponder, se fará com relação ás pautas formadas sobre as tabellas de mortalidade de *Deparcievz*

Art. 11. O seguro de vida divide-se em quatro classes ou grupos, segundo a idade, importancia das subscrições e o anno em que foram effectuados os contractos, podendo optar o subscriptor por qualquer delles na forma seguinte :

1.º grupo — Com perda do capital e lucros, no caso de morte do segurado, com faculdade de liquidar cada cinco annos.

2º grupo — Com perda sómente dos lucros e não do capital imposto, no caso de morte do segurado, com faculdade de liquidar cada cinco annos.

3º grupo — Com perda do capital e lucros por morte do segurado, com faculdade de liquidar todos os annos depois do primeiro quinquennio.

4º grupo — Sem perda do capital nem lucros em caso algum, nem mesmo com a morte do segurado, com faculdade de liquidar cada um anno, depois dos primeiros cinco.

Art. 12. A duração do compromisso nos grupos de seguro sobre vida é fixada entre cinco e 25 annos.

Art. 13. Os quinquennios do compromisso são sempre completos para as respectivas liquidações e principiarão em 1 de janeiro seguinte ao anno em que se fizer o primeiro pagamento, á excepção do primitivo, cujo começo será depois do que fica determinado no art. 46 dos estatutos.

Art. 14. As contribuições que a associação receber no decurso de qualquer anno até á data prefixa no artigo antecedente terão a applicação determinada no § 1º do art. 8º dos estatutos.

Art. 15. Os subscriptores que quizerem adquirir os direitos na partilha dos lucros dos grupos respectivos, sem sujeição no art. 13 destas clausulas, no mesmo anno em que se inscreverem, devem pagar sobre a contribuição, unica ou annual que fizerem, 1 % por cada mez, ainda quando incompleto, que tiver decorrido desde 1 do mez de janeiro anterior.

Art. 16. Para aproveitar as faculdades concedidas pelo art. 11 destas clausulas para as liquidações voluntarias dos grupos, o subscriptor deverá avisar á respectiva directoria, tres mezes antes de expirar o quinquennio ou o anno em que quizer liquidar, aliás o fundo liquidado, passará ao quinquennio seguinte.

Art. 17. Os effeitos do compromisso dos contractos cessam para o subscriptor e para com as associações nos casos seguintes :

1º, por morte do segurado nos grupos 1º, 2º e 3º de que trata o art. 11 destas clausulas ;

2º, por se vencer o prazo do seguro ou pela conclusão voluntaria, facultada no mesmo art. 11, preenchido o dever imposto no art. 16, anterior.

No primeiro caso, o subscriptor por annuidades fica livre dos pagamentos posteriores á morte do segurado e, no segundo caso, o segurado começa a receber o resultado da liquidação que tiver escolhido.

Art. 18. Os associados do 4º grupo, estabelecido no art. 11 destas clausulas, poderão prolongar a liquidação do seguro depois da morte do segurado até á conclusão do termo que tenham escolhido.

Art. 19. Os contractos de seguro caducam :

1º, pelas circumstancias estabelecidas no § 2º do art. 6º destas clausulas ;

2º, por falta ou demora de pagamento de qualquer das annuidades no prazo marcado na apolice.

Paragrapho unico. Com antecipaçaõ de tres mezes do prazo

marcado, a direcção geral annunciará no Rio de Janeiro, sede da associação, em um dos jornaes da Capital Federal e nos Estados, nas folhas dos logares em que estiverem estabelecidas as respectivas filiaes, a numeração das subscripções que se acharem incursas no paragrapho anterior.

Art. 20. O subscriptor que quizer evitar a caducidade do seguro e fizer o pagamento atrazado dentro do anno do respiro, de que falla o § 2º do artigo anterior, pagará sobre a annuidade devida 5% por trimestre, ainda que incompleto, salvando-se assim a pena do artigo anterior.

Paragrapho unico. Esta forma de pagamento só poderá ser feita no escriptorio da respectiva direcção.

Art. 21. Os direitos dos subscriptores do 4º grupo do art. 11 destas clausulas não caducam em caso algum, e a liquidação verificar-se-ha segundo a importancia das contribuições e o tempo da imposição na associação.

Art. 22. Nas épocas dos termos dos grupos dos seguros sobre vida proceder-se-ha á liquidação no principio do anno seguinte, e deverá estar prompta em 30 de julho proximo, em cuja data terá logar a distribuição dos capitaes e lucros nas mesmas especies em que forem convertidas as contribuições e lucros e pela mesma forma receberão os subscriptores :

- 1º, os capitaes impostos ;
- 2º, a data em que principiar o pagamento dos dividendos ;
- 3º, os capitaes dos segurados fallecidos antes da época da liquidação ;
- 4º, os juros accumulados dos mesmos capitaes ;
- 5º, os capitaes e interesses produzidos pelas imposições das subscripções caducadas por falta de pagamento dentro do anno de prazo que concedem estas clausulas ;
- 6º, os capitaes impostos pelos que não apresentarem os documentos necessarios para justificar seus direitos á liquidação ;
- 7º, os premios vencidos pelos depositos em conta corrente, multa e juros dos capitaes de que trata o paragrapho anterior.

Paragrapho unico. As contribuições serão feitas na forma estabelecida nos arts. 11 e 12 destas clausulas.

Art. 23. Os capitaes e os lucros liquidos e não reclamados pelo segurado, ou seus herdeiros, nos seis mezes seguintes á época fixada para a terminação das liquidações, serão conservados por conta e risco de quem pertencer, na forma do art. 14 destas clausulas.

Art. 24. Os documentos que se devem apresentar para ter direito ao dividendo são :

- 1º, certidão authentica de vida do segurado ;
- 2º, certidão de que o segurado vivia á meia-noute do dia 31 de dezembro do anno em que terminou o contracto ;
- 3º, igual documento deverão apresentar todos os que tenham parte na liquidação, ainda que não queir um liquidar, sob pena de serem considerados incursos no § 2º do art. 6º destas clausulas, sem direito a reclamação alguma.

Paragrapho unico. São dispensados da apresentação destes

documentos os associados no quarto grupo do art. 11 destas clausulas.

Art. 25. Todos os documentos serão entregues à respectiva direcção, devidamente legalizados e livres de despezas para a associação, sendo os remettidos de paizes estrangeiros visados pelos consules brasileiros e dentro do prazo de seis mezes, sendo da competencia do subscriptor cobrar um recibo delles, assignado pelo director respectivo e com os sellos da associação.

Paragrapho unico. O prazo e termo fixado para a justificação dos direitos dos associados são peremptorios e produzem, para aquelles que o não cumprirem, a perda de todas as vantagens em favor da classe ou grupo respectivo, sem que haja necessidade de notificação prévia.

Art. 26. No caso de morte do segurado, os seus herdeiros, ou os que o forem nos beneficios do respectivo contracto, e que se mostrarem legalmente habilitados, devem fazer-se representar por um só e mesmo procurador para todos os actos que houverem de se celebrar com a associação.

Art. 27. Como remuneração de todos os encargos que a direcção competente toma para desempenho dos deveres que incumbem à associação, perceberá a dita direcção, dos subscriptores, uma commissão de 5 % sobre a importancia das contribuições e mais 1.000 por cada apolice de contracto, além dos sellos e outro qualquer imposto devido à Fazenda Nacional, que serão pagos no acto de assignarem o contracto.

Paragrapho unico. A commissão e sellos a que todo subscriptor é obrigado no acto de se inscrever na associação, será para elle de nenhum effeito sinão realisar na época fixada, o contracto na forma da inscripção.

Art. 28. A associação só fica obrigada pelos seus estatutos e especialmente pelas clausulas geraes e particulares, impressas e manuscritas, na apolice. Assim, para sua interpretação, só se attenderá para a sua propria lettra e suas referencias, e a associação não contrahe obrigação para com outras pessoas, a não serem as que mencionar o contracto, ou seus legitimos herdeiros ou representantes, devidamente reconhecidos.

(Seguem-se as assignaturas.)

Clausulas e condições da apolice de seguro mutuo contra fogo da Associação — Brazil.

Art. 1.º A Associação — Brazil estabelece um quinto grupo, com destino ao seguro mutuo contra fogo, no qual segura sob as condições geraes e particulares que se seguem :

1ª, toda a classe de bens moveis ou immoveis, ainda que o incendio seja produzido por exhalações electro-atmosphericas ou por explosão de gaz ;

2ª, si os objectos garantidos soffrerem deteriorações, ou se deteriorarem por ordem da autoridade civil para deter ou combater

os progressos do incendio, a associação indemnizará ao associado neste grupo da importancia das perdas.

Paragrapho unico. No caso de sinistro originado por explosão de gaz ou por exhalações electro-atmosphericas, a associação só se responsabilisa pelo damno que for produzido pelo fogo.

Art. 2.º A associação não segura em logares despovoados, nem garante os incendios que provenham de guerra, invasão, sellicão, hostilidade, commoção popular, força militar, explosões, terremotos e de quaesquer actos deliberatos de prepostos ou inquilinos do segurado. Tambem exclue do seguro os titulos, documentos ou manuscritos, pedras preciosas, ouro, prata, ourivesaria, assim como os theatros, as fabricas, ou depositos especiaes de polvora, de fogo artificial, de kerosene, de phosphores e alcool, e mais materias e considerados inflammaveis, bem como os edificios que contenham fabricas e depositos especiaes de artigos exceptuados na presente clausula. Não se consideram comprehendidos no seguro as rendas (enfiteas), cachemiras, retratos a oleo e em geral todo objecto raro e precioso. Não se responsabilisa igualmente a associação por qualquer outro prejuizo que não seja material ou que não esteja explicitamente consignado na apolice.

Art. 3.º Todo associado, na dupla qualidade de segurado e segurador, é responsavel pelo sinistro que possam soffrer os mais co-associados da respectiva direcção na razão do seu seguro, e do risco que offerecerem os objectos submettidos ao seguro. (Vide art. 26 destas clausulas.)

Art. 4.º Haverá um fundo de sinistros com destino ao pagamento dos incendios que soffrerem os segurados, reconhecidos que sejam pelo conselho fiscal. O dito fundo compôr-se-ha de um por mil (1 %) sobre a somma total responsavel que os associados devem pagar annualmente com anticipação em 1 de janeiro de cada anno até á conclusão do seguro, e a *pro rata* que houver de realisar-se far-se-ha em qualquer época, tomando por base os mezes completos que tiverem decorrido desde aquella data.

Paragrapho unico. Estes pagamentos se farão na forma estabelecida no § 2º do art. 7º dos estatutos.

Art. 5.º A quantia fixada para indemnisação será paga aos sinistrados 90 dias depois de liquidado e reconhecido o sinistro pelo conselho fiscal. O pagamento verificar-se-ha na Capital Federal para os sinistrados da sede da associação e, para os outros, nas suas respectivas filiaes. Si, porém, durante o anno os segurados soffrerem incendios cujo pagamento esgote o fundo de que trata o artigo anterior, ou o torne insufficiente para completar a importancia dos damnos, a associação entregará ao sinistrado letras pela quantia reconhecida ou que faltar para completal-a, venciveis nas épocas que fixar a direcção geral, de accordo com o conselho fiscal, não devendo, porém, o prazo das respectivas letras exceder de 12 mezes, concedendo-se, na hypothese figurada, faculdade ao conselho fiscal para decretar o dividendo extraordinario, que corresponder a cada um dos

associados, além do premio annual que prescreve o artigo antecedente.

Art. 6.º Os contractos de seguro effectuar-se-hão por cinco annos, que serão contados de 1 de janeiro do anno em que se assignar a apolice; poderá, entretanto, a associação realisar contractos por um prazo menor, attentas as circumstancias especiaes que concorrão nos objectos submettidos ao seguro. Serão sempre considerados renovados por igual prazo por que houverem sido estipulados os contractos dos associados que não declararem por escripto, com antecipaçaõ pelo menos de tres mezes, a intenção de dal-os por terminados no fim do periodo fixado na respectiva apolice e que tenham cobrado identica declaraçaõ da competente direcção geral.

Paragrapho unico. Os effeitos do seguro cessam unicamente:

1º, por desaparecimento dos objectos segurados ;

2º, por terminação do prazo fixado na apolice ;

3º, por fallencia do segurado ou termo da associaçaõ.

Os capitães segurados e os premios annuaes podem ser reduzidos si, durante a época do seguro, diminuir a importancia deste e, neste caso, o segurado assim o declarará á direcção respectiva, remettendo a competente apolice, para se lhe fazer a differença do premio correlativo.

Art. 7.º O associado, ao assignar a apolice de seguro, deve declarar si são seus, no todo ou em parte, os objectos garantidos, ou si é usufructuario, credor, arrendatario, enfim, em que qualidade trata.

Paragrapho unico. Toda reticencia ou falsidade da parte do segurado, que tender a diminuir a classificaçaõ do risco ou a alterar a natureza ou objecto della, tira ao segurado o direito a qualquer indemnisaçaõ, ainda quando as ditas circumstancias não hajam influido sobre o damno ou perdas do objecto segurado.

Art. 8.º Em caso de venda ou traspasse dos objectos garantidos, o vendedor ou o cedente tem obrigaçaõ de exigir do comprador ou novo proprietario o cumprimento da apolice; no de morte ou de doação os herdeiros ou successores estão obrigados a manter o contracto de seguro e, no caso contrario, tanto estes como aquelles, poderão eximir-se dessa obrigaçaõ entrando para os cofres da associaçaõ, a titulo de indemnisaçaõ, com uma quantia igual á metade da que estava o associado obrigado a pagar annualmente para fundo de sinistros e em relação ao valor do seguro, e tanto os premios pagos antecipadamente, como as quantidades devidas na época da rescisãõ do contracto e a alludida indemnisaçaõ, ficarão adjudicados em beneficio desse quinto grupo da associaçaõ.

Paragrapho unico. No caso de dissoluçaõ da sociedade commercial, o socio ou socios que se fizerem cargo dos objectos segurados ficam solidariamente obrigados a manter o contracto do seguro e, no caso de fallencia de um segurado, os credores ficam obrigados a satisfazer integralmente á associaçaõ as quantias que lhe forem devidas, em razãõ de incendios occorridos e bem assim os direitos de administraçaõ até aquella data.

Art. 9.º Sempre que se fizerem construcções que augmentem o risco designado na apolice em vigor, que se estabeleçam nos edificios segurados outros contiguos com fabricas a vapor, industrias ou outros misteres que augmentem os perigos de incendios; quando os objectos submittidos ao seguro forem trasladados para outro local ou passarem a ser propriedade de outras pessoas, ou de propriedade individual passem a pertencer a uma sociedade sob qualquer denominação que seja; quando a firma segurada admitir novo socio, embora seja este simples interessado nos lucros ou desligar-se de algum; quando o segurado fizer garantir ou tiver já garantido, no acto de expedir-se a apolice, por outra ou outras associações ou companhias os objectos sobre que recahir o seguro, ou enfim, quando não haja cumprido com o que prevê o art. 7.º destas clausulas, cessa a obrigação da associação para com o segurado até que este tenha informado, por escripto, a direcção competente, de todas as alludidas condições e que aquella declare do mesmo modo que entra novamente em suas obrigações anteriores.

Paragrapho unico. A responsabilidade, porém, do segurado para com a associação, cessa unicamente depois que esta tenha declarado, por escripto, ter rescindido definitivamente o contracto do seguro.

Art. 10. A direcção respectiva, com prévio accordo do conselho fiscal, pôde por uma simples notificação annullar ou reduzir em qualquer época o importe do seguro, mediante a devolução da totalidade ou parte dos premios que o segurado houver já satisfeito.

Art. 11. Ao declarar-se o incendio, o segurado tem por dever:

1.º, empregar todos os meios que estiverem ao seu alcance afim de poder salvar os objectos garantidos e cuidar de sua conservação, por isso que a associação não se responsabilisa por quaesquer extravios ou roubos que se passam dar por ocasião em consequencia do sinistro;

2.º, dar aviso, em acto continuo, do successo ao representante mais immediato da associação, cobrando recibo desse aviso, e declarar, dentro das 24 horas que se seguirem, perante a autoridade competente, todas as circumstancias geraes e particulares que tenham occorrido, devendo esta declaração indicar a época precisa do sinistro, o tempo que durou, as causas conhecidas ou que se presumam, a natureza e valor approximado dos objectos queimados, avariados e salvos, assim como os meios empregados para combater os progressos do sinistro;

3.º, entregar ao representante da associação, já indicado, de quem cobrará recibo, dentro de tres dias que se seguirem ao acontecimento attestado expedido pela autoridade de que trata o paragrapho antecedente, provando haver cumprido perante ella o que recommenda o citado paragrapho, e bem assim demonstrar á mesma associação, com todos os documentos que tenha em seu poder, a existencia, o valor e o estado dos objectos indicados.

Paragrapho unico. O segurado que nos prazos estipulados

deixar de dar cumprimento ás obrigações que no caso de incendio impõe-lhe o presente artigo, perde todo o direito a ser indemnizado pela associação.

Art. 12. A associação declara, terminantemente, que o seguro contra fogo não dá lugar a lucros de especie alguma, e tão somente a indemnização das perdas reaes em relação sempre à quantia segurada, embora no momento do sinistro o objecto danificado tenha valor superior ao do seguro ou a importancia do danno o cubra ou exceda, pelo que é o segurado obrigado a justificar, não só a existencia do objecto do seguro no momento e no lugar do incendio, mas ainda seu real valor e a verdadeira importancia do danno.

Art. 13. No caso de incendio, a associação tem a faculdade de mandar proceder a toda e qualquer especie de investigação para esclarecimento do successo e exigir do segurado o juramento que prescreve a lei.

Paragrapho unico. O segurado não pôle fazer abandono total ou parcial dos objectos garantidos, estejam ou não avariados, sob pena de perder o direito a qualquer indemnização.

Art. 14. O segurado que exigir mais do que o importe das perdas causadas pelo incendio ou que allegue terem sido destruidos pelo sinistro, objectos que não existiam quando occorreu o incendio, o que sonegar ou subtrahir tollos ou parte dos objectos salvos ou avariados ou que para justificar as perdas se valer de meios illi-itos, ou de documentos falsos, ou que, enfim, haja causado voluntariamente por si ou terceira pessoa o incendio dos objectos segurados, perde todo direito a ser indemnizado pela associação, que reserva-se o direito de rescindir todas as apólices que com o mesmo segurado houver assignado.

Art. 15. As perdas materiaes que resultarem do incendio serão taxadas e avaliadas por dous peritos, que nomearão os interessados, devendo aquelles, com anticipação, designar um terceiro para o caso de não chegarem os dous a um accordo, e sempre que alguma das partes interessadas se negar a nomear o respectivo perito, dar-se-ha cumprimento ao que estabelece o art. 13 dos estatutos.

Paragrapho unico. As despesas que se fizerem com avaliações serão pagas pelo segurado.

Art. 16. Tanto os immoveis, não comprehendido o valor do terreno, como os objectos amoviveis, serão avaliados, segundo o preço da venda, no momento do incendio, exceptuados os materiaes e generos de fabricação que serão estimados pelo valor que tiverem em praça no dia do sinistro, devendo-se-lhes aggregar as despesas de fabricação feitas até aquelle momento.

Paragrapho unico. A avaliação dos peritos ou qualquer outra operação que se praticar no sentido de averiguarem-se os danos, não prejudicará em cousa alguma os direitos ou excepções que a associação possa ter contra o segurado e outras quaesquer pessoas.

Art. 17. Si do exame dos peritos e de sua avaliação resultar que os objectos garantidos valem menos do que a quantia seguri-

ra-la ou em que forem seguros, o sinistrado só terá direito ao reembolso da perda efectiva e justificada; si, pelo contrario, não tiver sido segurado o valor integral do objecto, a associação no caso de danno só responde pelo valor proporcional do seguro, reputando-se o excedente a descoberto ou seguro pelo proprio segurado para a distribuição do valor total do danno ou perda.

Art. 18. Quando sobre um mesmo seguro existam varios seguradores e o associado tenha feito constar opportunamente esta circumstancia, segundo prescreve o art. 9º destas clausulas, a associação indemnizará proporcionalmente a parte que corresponder a cada um d'elles, fazendo-se a liquidação dos dannos soffridos, segundo as clausulas desta apolice; em caso algum, porém, póde-se obrigar a associação a pagar maiores quantias do que as seguradas.

Art. 19. Dentro dos prazos convencionados póde a associação mandar reparar ou reconstruir, e ao preço da avaliação os edificios destruidos pelo fogo e tambem a faculdade de chamar a si os objectos avariados, ou fazel-os substituir por outros de igual natureza e valor, segundo a avaliação.

Art. 20. No seguro de um edificio estão tambem comprehendidas todas as partes ou compartimentos que não estejam expressamente declarados na apolice, fóra do contracto.

Art. 21. No caso de pagamento de sinistro, qualquer que seja a sua importancia, a associação tem o direito de rescindir o contracto ou renovar-o, pagando o segurado novo premio.

Art. 22. Dada a indemnização de qualquer danno e sinistro a que a associação esteja obrigada, esta se reserva o exercicio e todos os direitos e acções que possam competir ao segurado em quoesquer casos, contra quem de direito for, em virtude do que o segurado os subroga à associação integralmente e sem restricção alguma, sem que seja necessaria qualquer outra cessão ou transferencia ou procuração geral ou especial e a constitue procurador em causa propria para o exercicio e uso de taes acções e direitos. E no caso que a associação o exija, se obriga a fazer este transpasse, cessão ou transferencia por acto separado ou por qualquer meio e via de direito.

Art. 23. O direito de reclamar contra as resoluções do conselho fiscal caluca 60 dias depois de terem sido communicadas ao segurado ou seu procurador; e passado esse termo, nenhum direito assiste ao sinistrado para pretender qualquer modificação, seja qual for a causa em que ella se fundar.

Art. 24. Para attender às despezas de administração e gerencia, cada segurado pagará à direcção respectiva, independente das outras porcentagens, uma commissão annual sobre a quantia segurada, a qual sera de um e meio por mil (1 e 1/2 ‰) para os segurados da sede na Capital Federal e dois por mil (2 ‰) para os outros das respectivas filiaes da associação.

Paragrapho unico. As contribuições devem ser satisfeitas pelo segurado, do mesmo modo e fórmula que estabelece o art. 4º para

o pagamento dos premios e quotas destinadas a um fundo de sinistros ou reserva.

Art. 25. O segurado, estabelecido na Capital Federal, pagará suas respectivas quotas no escriptorio da direcção geral, sé-le da associação, e os outros nas respectivas filiaes, dentro dos quinze dias que se seguirem ao prazo designado nas clausulas das apolices. No caso de o não fazer, pagará o segurado uma multa de 10% além do juro decorrido desde o ultimo dia do prazo concedido, a razão de 1 % mensal, cessando a garantia da associação ou qualquer direito do associado na mesma associação, enquanto as quotas em que estiver em debito não tiverem sido satisfeitas, e sem prejuizo da faculdade que assiste á direcção respectiva de reclamar e requerer por todos os meios legais o pagamento ao associado omisso, o qual ficará responsavel pelas custas, gastos e mais despesas que occasionar o processo.

Paragrapho unico. Fica expressamente entendido, ajustado e declarado que todos os bens moveis e immoveis segurados ficam e estão especialmente sujeitos ao pagamento dos premios e quotas que lhes corresponder, e a todos os outros encargos a que os associados estejam ou estão como taes obrigados.

Art. 26. Os objectos submettidos ao seguro e sujeitos aos diferentes riscos serão classificados pela tabella da associação, e, de conformidade com ella, a quantia segurada converte-se (multiplicando-a pelo premio annual que lhe corresponder) em somma responsavel sobre a qual se decretará o dividendo que for necessario para se preencher a importancia dos incendios que occorrerem e mais obrigações dos associados prescriptos nos estatutos.

Art. 27. As desintelligencias que possam surgir entre a direcção respectiva em um ou mais associados serão resolvidas sem recurso pelo conselho fiscal, e as questões que puderem suscitar-se por um ou mais segurados contra a associação, serão resolvidas pela forma prescripta no art. 43 dos estatutos; sendo que esta disposição não prevalece quando se trata de questões da associação contra um ou mais segurados.

Paragrapho unico. Em todos e em cada um destes casos o conselho fiscal, de accordo com o sinistrado, fixará os honorarios que deverão perceber os arbitros que tratarem do assumpto, e as disposições que comprehende este artigo não são em caso algum applicaveis aos sinistrados que estiverem em falta para com a associação no momento do incendio.

Art. 28. Tratando-se de seguros realisdos sobre construcções feitas em terreno alheio, ou que o segurado celebrar na qualidade de inquilino ou arrendatario, a associação declara que, no caso de incendio, a indemnisação, que competia ao sinistrado, em virtude das clausulas da apolice, será especialmente empregada no reparo ou na reconstrucção, sobre o mesmo terreno do edificio incendiado; dado este caso, a associação indemnizará das perdas até a quantia que se concordar, e á medida que se verificar a reconstrucção ou o reparo, em vista das contas devidamente justificadas.

Art. 29. A associação, si for condemnada por sentença e esta se achar appellada, ainda que sem effeito suspensivo, isto por virtude de incendio occorrido, não poderá ser obrigada a recolher a deposito ou a pagar a importancia em litigio, sinão depois da ultima decisão e esgotados os recursos legaes, e ainda neste caso o pagamento se effectuará na forma prescripta pelo art. 5º destas clausulas.

Art. 30. A associação só fica obrigada pelos seus estatutos e especialmente pelas clausulas geraes particulares impressas e manuscriptas na apolice; assim, para a sua interpretação só se terá em vista a sua letra e referencias, não contrahindo a associação obrigação alguma para com quaesquer outras pessoas que não sejam as mencionadas no contracto, seus legitimos herdeiros ou representantes devidamente reconhecidos.

(Seguem-se as assignaturas.)

Clausulas e condições da apolice de seguro mutuo — de credito e montepio commercial da Associação — Brazil.

Art. 1.º A Associação — Brazil estabelece um sexto grupo com destino ao seguro de credito e montepio commercial, sob as condições geraes e particulares que se seguem :

1ª, o segurado é obrigado a registrar e rubricar na associação o seu livro borrador ou memorial, segundo estabelecem os §§ 1º e 2º do art. 15 dos estatutos.

2ª, nesse borrador ou memorial, o segurado é obrigado a lançar, com individuação e clareza, todas as suas operações de commercio, letras e outros quaesquer papeis, que passar a aceitar, affiançar ou endossar e em geral tudo quanto receber ou despendar de sua ou alheia conta, seja por que titulo for, sendo sufficiente que as parcellas de despesas domesticas se lancem englobadamente na data em que forem extrahidas da caixa. Os segurados de retulho deverão lançar diariamente nesse borrador ou memorial a somma total de suas vendas a dinheiro e fazer os assentos das vendas feitas no mesmo dia.

3ª, a escripturação desse borrador ou memorial será seguida, por ordem chronologica, do dia, mez e anno.

4ª, esse borrador ou memorial deverá concorlar com o *Diario*, que está sujeito ás disposições doCodigo Commercial e mais disposições em vigor, e que por ellas produz os legaes e juridicos effeitos.

5ª, o segurado que não tiver o livro borrador ou memorial, na forma prescripta nos §§ 1º, 2º, 3º e 4º que lhe impõe este artigo, perde todo o direito a ser contemplado com os beneficios da associação; visto que esse borrador ou memorial é, como não pôde deixar de ser, uma das condições mais essenciaes para manter a confiança mutua.

6ª, a associação toma o activo de qualquer estabelecimento commercial, qualquer que seja sua importancia, unicamente

para base do seguro de credito e montepio commercial, obrigando-se, para evitar a fallencia do associado segurado, como **responsavel fiadora**, de accordo com os credores, ao pagamento integral do passivo, quando pelo conselho fiscal for reconhecido que o segurado está no caso de merecer moratoria.

a) quando, porém, não seja possível evitar a fallencia do associado e esta for julgada casual, ou mesmo que, sem ser aberta a dita fallencia, esteja ella na condição referida de casual, a associação obrigar-se-ha, como responsavel fiadora e isto de accordo com os ditos credores, ao pagamento da proposta que o conselho fiscal lhe fizer ;

b) quer no primeiro, quer no segundo caso, proceder-se-ha conforme o prescripto nos §§ 3º a 7º do art. 15 dos estatutos ; para que, porém, em qualquer dessas duas hypotheseas se verifiquem as referidas obrigações da associação, cumpre que o associado não tenha dado, para base do seguro, quantia superior ao seu activo, a menos que a differença que posteriormente se verificar exelua toda a idea de fraude ou má fé de sua parte. (Vid. art. 15 destas clausulas.)

7ª, a associação fica obrigada a dar quitação ao segurado no caso do § 6º deste artigo, logo que seja paga e exonerada da obrigação que houver por elle tomado.

8ª, desde que o associado esteja nas condições ou estado de fallencia casual e não seja aceita pelos credores a proposta da associação, estabelecerá ella em favor do mesmo associado uma pensão proporcional ao activo que houver sido declarado na respectiva apolice.

Para tornar-se effectiva esta disposição, a direcção geral de accordo com o conselho fiscal, retirará do fundo de prejuizos (art. 4º destas clausulas) quantia correspondente a 20 % do activo com que o associado se houver inscripto e tal quantia será convertida em apolices da divida publica, sendo que os respectivos juros constituirão o montepio a que o dito associado, a titulo de alimento, terá direito enquanto vivo, passando por sua morte á viuva que se conservar nesse estado, ou filhas até sua maioridade e filhas enquanto solteiras, revertendo com a maioridade daquelles para estas e ainda das que se casarem para as que ficarem solteiras ou, na falta de filhas, aos paes quando indigentes e irmãos que se acharem nas indicadas condições e viverem a expensas do associado.

9ª, quando a inscripção for effectuada em favor de uma firma commercial a pensão resultante dos referidos 20 % será distribuida entre os socios componentes da mencionada firma na proporção dos interesses, segundo o contracto commercial que houverem feito.

Paraphrasis unico. A associação não dará nem por forma alguma auxiliará ao segurado que se achar nas condições ou estado de fallencia culposa ou fraudulenta, e nestes casos o contracto que houver realizado torna-se nullo para o effeito dos favores supra declarados.

Art. 2.º Nas crises commerciaes, que provenham da invasão.

sedição, hostilidades, guerra, commoção popular ou de força militar, a associação não toma obrigação alguma para com o segurado e credores deste, quando por taes emergencias se torne o referido associado insolvente ou lhe seja aberta a fallencia.

Art. 3.º Todo associado na dupla qualidade de segurado e segurador é responsavel pelos prejuizos que possam soffrer os demais co-associados em cada uma das suas respectivas direcções, na proporção da quantia com que se houver subscripto. (Vid. art. 19 destas clausulas.)

Art. 4.º Haverá um fundo destinado á realisação do montepio commercial e ao pagamento não só dos prejuizos que soffrerem os co-associados, de conformidade com as condições 6ª, 7ª, 8ª e 9ª do art. 1º destas clausulas, como das demais obrigações impostas pelos estatutos que cumpre ser satisfeitas pelo dito fundo denominado fundo de prejuizos.

O dito fundo compor-se-ha de quatro por mil, sobre a somma total responsavel, equivalente ao activo inscripto, quota esta que os associados devem pagar annualmente com antecipação no 1º de janeiro de cada anno até á conclusão do seguro e a *pro rata* que houver de realizar-se se fará em qualquer época, tomando-se por base os mezes completos que houverem decorrido da referida data de 1 de janeiro.

Paragrapho unico. Estes se farão pela fórma estabelecida no § 4º do art. 7º dos estatutos.

Art. 5.º Os pagamentos de que trata a condição 6ª do art. 1º destas clausulas serão realisados em dinheiro, por contractos de obrigação por letras sem juros, depois de fixado por mutuo accordo entre a associação e os credores e as quantias determinadas das pensões, de que trata a condição 8ª do referido art. 1º destas clausulas, terão a devida applicação 60 dias depois de reconhecido pelo conselho fiscal o direito do associado.

Para os segurados ou credores, no Rio de Janeiro, esses pagamentos terão logar na sede da associação e, para os outros, nas competentes filiaes ou agencias.

Dado, porém, que no correr do anno o fundo de que trata o artigo antecedente seja insufficiente para pagamento dos prejuizos que soffrerem os associados desse grupo, realisação do montepio e mais pagamentos (condições 6ª, 7ª, 8ª e 9ª do art. 1º destas clausulas e obrigação dos estatutos), a associação dará, no primeiro caso letras pagaveis em épocas convenientemente fixadas pelo conselho fiscal, no segundo caso retirará nos dias 31 de janeiro, 28 de fevereiro e 31 de março do anno seguinte quantia sufficiente para a compra das apolices da divida publica, sem prejuizo do pagamento das pensões estabelecidas, que serão, entretanto, pagas pelo referido fundo de que trata o artigo antecedente, concedendo-se nestes casos a faculdade ao conselho fiscal para decretar o dividendo extraordinario que corresponder a cada associado, além do premio annual fixado no artigo precedente.

Art. 6.º Os contractos de seguro effectuar-se-hão por cinco annos, que se contarão de 1 de janeiro do anno em que se assignar a apolice, podendo, porém, a associação realisar contractos

por termo menor, attentas as circumstancias que concorrerem para esse fim.

§ 1.º Serão sempre considerados renovados, por igual tempo por que houverem sido estipulados; os contractos dos associados que declararem por escripto, com anticipação pelo menos de tres mezes, a intenção de dal-os por terminados no fim do periodo fixado na respectiva apolice e que tenham cobrado identica declaração da respectiva direcção geral.

Paragrapho unico. Os effeitos do seguro cessam unicamente:

1º, por conclusão do periodo fixado na apolice ;

2º, por liquidação, feita antes ou na fallencia do segurado, dos valores, bens e effeitos submettidos ao seguro :

3º, por terminação da associação ;

4º, por penas impostas nos diversos artigos e paragraphos destas clausulas, bem como nos estatutos, que importem perda de pagamento, auxilio e nullidade da apolice do segurado.

Os cabedaes por virtude do activo inscripto, sujeito aos onus e vantagens do contracto de seguro (art. 3º destas clausulas), e os premios annuaes podem ser reduzidos, si, durante a época do seguro, diminuir a importancia destes, e, neste caso, o segurado o participará á direcção competente, remettendo a respectiva apolice para se lhe fazer a differença no premio correlativo.

Art. 7.º Todo e qualquer negociante, ainda não sendo matriculado, poderá inscrever-se associado deste grupo e auferir as respectivas vantagens.

Art. 8.º Verificando-se antes ou na fallencia que o subscriptor associado e segurado já estava insolvel quando se inscreveu no grupo de seguro de credito e montepio commercial, a associação por tal facto não só deixará de auxilial-o, como não lhe dará a pensão do seu montepio, perdendo ainda o associado todo e qualquer direito á reclamação dos premios que houver pago.

Art. 9.º Em caso de venda ou traspasse do activo sujeito ao seguro, o vendedor ou o cedente teem obrigação de exigir do comprador ou novo proprietario o cumprimento da apolice, e no caso de morte ou doação os herdeiros e successores são tambem obrigados a manter com a associação o contracto de seguro, podendo unicamente eximir-se dessa obrigação entrando para a associação, como indemnisação, com uma quantia igual á metade da que era obrigado o segurado a pagar annualmente para fundo de prejuizos, e tanto os premios pagos annualmente como as quantias devidas na época da rescisão do contracto e a alludida indemnisação ficarão adjudicados em beneficio deste 6º grupo da associação e competente direcção.

Paragrapho unico. No caso de dissolução de sociedade commercial, o socio ou socios que ficarem de posse de bens, effeitos e valores componentes do activo inscripto e sujeitos aos onus e vantagens do seguro, são solidariamente obrigados a manter com a associação o contracto do seguro ; e, no caso de fallencia de qualquer segurado, seus credores serão obrigados a satisfazer integralmente todas as contribuições que forem devidas pelo mesmo fallido até á data da fallencia.

Art. 10. Sempre que houver alteração nos negocios dos segurados que augmente os valores designados na apolice em vigor, e quando os bons effeitos e valores que servem de base á formação dos contractos de seguro (isto é, o activo inscripto) forem trasladados para outra localidade ou passarem a ser propriedade de outras pessoas ou firmas, e quando o segurado fizer garantir ou tiver já garantido no acto de se lhe assignar a apolice, por outras associações ou companhias, os valores, motivo do seguro, cessam as obrigações da associação, até que o segurado, herdeiro, comprador, novo possuilor, etc., tenha disso informado por escripto a direcção respectiva e esta haja declarado, tambem por escripto, que continuam as obrigações da associação.

Art. 11. O segurado, para entrar no gozo das vantagens de que tratam as condições 6ª, 7ª, 8ª e 9ª do art. 1º destas clausulas e 6ª *in fine* do art. 16 dos estatutos, requererá ao presidente, declarando o estado de seus negocios; isto, porém, logo que se achar em qualquer difficuldade ou embaraço commercial de que possa resultar-lhe abalo de credito e da confiança da praça, ou ser causa de sua fallencia. Ao referido requerimento juntará o seu balanço geral, apreciado em todas as suas verbas, devendo ser este assignado pelo segurado. Nesse caso, applicar-se-ha o determinado nos §§ 3º a 7º do art. 15 dos estatutos.

Art. 12. Ao declarar-se ou quando for declarado fallido, o segurado tem de cumprir os seguintes deveres:

1º, dar aviso do successo por escripto em acto continuo ao director geral da associação e dentro das 24 horas seguintes, relatar tambem por escripto todas as circumstancias geraes e particulares que tenham occorrido e principalmente a causa da fallencia. O recibo dessas declarações e o aviso assignado pelo director geral são a unica prova de ter o associado cumprido essa obrigação;

2º, apresentar e entregar na arrecadação de seus livros, a quem de direito, os borradores ou memoriaes que houverem sido rubricados pela associação, os quaes deverão se achar nas condições prescriptas pelos §§ 1º a 5º do art. 1º destas clausulas, para que, sendo confrontados com o *Diario*, os assentos nelles feitos sirvam desde logo na fallencia como documentos authenticos, prova contra ou a favor do segurado.

Paragrapho unico. O segurado que nos prazos estipulados deixar de dar cumprimento ás obrigações que lhe impõe este artigo, no caso de fallencia, perde todo o direito a ser auxiliado e á pensão, e sua apolice tornar-se-ha nulla, sem comtudo ter direito á reclamação dos premios que houver pago.

Art. 13. A associação declara que o seguro do grupo de credito e montepio commercial tem por fim garantir as vantagens prescriptas nas condições 6ª, 7ª, 8ª e 9ª destas clausulas.

Entretanto, o que se liquidar na terminação dos contractos será proporcionalmente distribuido entre os co-associados desse grupo que não tiverem tido no periodo do seu contracto necessidade das respectivas vantagens e quando satisfeito o determinado no § 3º do art. 7º dos estatutos.

Art. 14. No caso de fallencia do segurado, a associação terá a faculdade de praticar toda e qualquer investigação para esclarecimento da verdade e procederá ainda por todos os meios permittidos aos fiadores nas condições das obrigações da associação prescriptas no § 6º do art. 1º destas clausulas, e ainda nas de que tratam os §§ 7º, 8º e 9º do mencionado art. 1º.

Art. 15. Quando a associação puder provar que o segurado empregou meios illicitos, ou usou de documentos falsos, antes ou depois da fallencia, com o fim de illudil-a, perderá o mesmo segurado todos os seus direitos, e a sua apolice, ou apolices, ficará desde logo nulla e sem effeito legal, e em tempo algum poderá ser subscriptor associado ou segurado da associação.

Art. 16. Em qualquer questão que se possa suscitar ou se dê com a associação, sera ella sempre decidida de conformidade com o art. 43 dos estatutos, sendo que esta disposição não prevalece quando se trate de questões da associação contra um ou mais segurados.

Paragrapho unico. As despesas que se fizerem correrão por conta do segurado.

Art. 17. Para attender ás despesas de administração e gerencia cada associado entrará para a associação, independentemente dos mais pagamentos que haja de fazer, com uma comissão annual de um e meio por mil ($1\frac{1}{2}\%$) sobre a importancia do activo inscripto.

Paragrapho unico. As contribuições devem ser satisfeitas pelo segurado, do mesmo modo e forma que estabelece o art. 4º para pagamento dos premios e quotas destinadas a um fundo de prejuizos ou reserva.

Art. 18. Os segurados estabelecidos na Capital Federal devem pagar suas respectivas quotas no escriptorio da direcção geral, séde da associação, e os outros nas respectivas filiaes e agencias, dentro dos quinze dias seguintes ao prazo que designarem as clausulas da apolice, e no caso de não o fazerem pagarão uma multa de 10 % além do juro decorrido á razão de 1 % mensal, cessando a garantia da associação ou qualquer direito do associado na mesma associação enquanto as quotas em que estiver em debito não houverem sido pagas e sem prejuizo da faculdade que assiste á direcção respectiva de reclamar e requerer, por todos os meios legais, o pagamento ao associado remisso ou em atraso, o qual ficará responsavel pelas custas, gastos e mais despesas que occasionar o processo.

Paragrapho unico. E' expressamente entendido e ajustado que os bens, effeitos e valores componentes do activo inscripto ficam e estão especialmente sujeitos aos premios e quotas que forem mister e que lhes corresponderem e a todos os demais encargos a que os associados como taes estão ou possam estar sujeitos e obrigados.

Art. 19. O referido activo, tomado para base da formação do seguro de credito e montepio commercial, na forma prescripta nos estatutos da associação e nas presentes clausulas, é a somma responsavel sobre a qual se terá de calcular o pagamento do

premio de quatro por mil (4 ‰) a que se refere o art. 4º destas condições, em virtude do qual está o segurado obrigado a pagar annualmente o dito premio para fundo de prejuizos, e servirá tambem de base para o calculo que se torne necessario de fixação de rateio ou de dividendo extraordinario que corresponder a cada associado para preencher-se a importancia dos riscos ou prejuizos que tenham occorrido ou de qualquer outro compromisso a satisfazer, a que por estas clausulas e estatutos esteja o associado segurado obrigado na qualidade de segurado e segurador. (Vide art. 3º destas clausulas.)

Art. 20. A associação só fica obrigada pelos seus estatutos e especialmente pelas clausulas geraes e particulares da apolice impressas e manuscriptas; assim, para sua interpretação, não se considerará sinão a sua propria letra e suas referencias, e a associação não contrahe obrigação para com outras pessoas, que não sejam as que mencionar o contracto, ou seus legitimos herdeiros ou representantes legalmente constituidos.

Seguem-se as assignaturas.)

Tabellas de mortalidade, segundo Deparcieux, a que se refere o art. 10 das clausulas e condições do seguro mútuo sobre vida da Associação—Brazil

IDADES	SOBRE-VIVENTES	SOMMA DOS SOBRE-VIVENTES	DURAÇÃO DA VIDA			
			Média		Provavel	
			Annos	Mezes	Annos	Mezes
0	1.283	51.467	39	8	42	0
1	1.071	50.181	46	4	53	2
2	1.003	49.110	48	4	54	11
3	970	48.104	49	1	55	4
4	917	47.134	49	4	55	2
5	930	46.187	49	2	54	10
6	917	45.257	48	10	54	4
7	906	44.340	48	5	53	9
8	896	43.434	48	0	53	2
9	887	42.538	47	5	52	6
10	879	41.651	46	11	51	10
11	872	40.772	46	3	51	1
12	866	39.900	45	7	50	3
13	859	39.031	44	11	49	6
14	851	38.171	44	2	48	9
15	848	37.320	43	6	47	11
16	842	36.472	42	10	47	2
17	835	35.630	42	2	46	5
18	828	34.795	41	6	45	8
19	821	33.967	40	10	44	11
20	814	33.146	40	3	44	2
21	805	32.332	39	7	43	5
22	798	31.526	39	0	42	9
23	790	30.728	38	5	42	0
24	782	29.938	37	9	41	3
25	774	29.156	37	2	40	6
26	766	28.382	36	7	39	10
27	758	27.616	35	11	39	1
28	750	26.858	35	8	38	4
29	742	26.103	34	4	37	7
30	731	25.366	34	1	36	10
31	725	24.632	33	5	35	1
32	718	23.906	32	9	35	3
33	710	23.188	32	2	34	6
34	702	22.478	31	6	33	9
35	694	21.776	30	11	33	0
36	686	21.082	30	3	32	3
37	678	20.396	29	7	31	5
38	671	19.718	28	11	30	8
39	664	19.047	28	2	29	10
40	657	18.383	27	6	29	0
41	650	17.725	26	9	28	3
42	643	17.076	26	1	27	5
43	636	16.433	25	4	26	7
44	629	15.797	24	7	25	9
45	622	15.168	23	11	24	11
46	615	14.546	23	2	24	2
47	607	13.931	22	5	23	4
48	599	13.321	21	9	22	7
49	590	12.725	21	1	21	9

IDADES	SOBRE- VIVENTES	SOMMA DOS SOBRE- VIVENTES	DURAÇÃO DA VIDA			
			Média		Provavel	
			Annos	Mezes	Annos	Mezes
50	581	12.435	20	5	21	0
51	571	11.554	19	9	20	3
52	560	10.983	19	1	19	7
53	550	10.423	18	6	18	10
54	535	9.874	17	10	18	1
55	526	9.336	17	3	17	5
56	516	8.810	16	8	16	8
57	502	8.296	16	0	15	0
58	489	7.794	15	5	15	4
59	475	7.305	14	10	14	8
60	463	6.829	14	3	14	0
61	450	6.366	13	8	13	4
62	437	5.916	13	0	12	7
63	423	5.479	12	5	12	0
64	409	5.056	11	10	11	4
65	395	4.647	11	3	10	8
66	380	4.252	10	8	10	1
67	364	3.872	10	2	9	6
68	347	3.508	9	7	9	0
69	329	3.161	9	1	8	5
70	310	2.832	8	8	7	11
71	291	2.522	8	2	7	6
72	271	2.231	7	9	7	9
73	251	1.960	7	1	6	7
74	231	1.709	6	11	6	2
75	211	1.478	6	6	5	9
76	192	1.257	6	1	5	1
77	173	1.075	5	9	4	11
78	154	902	5	1	4	7
79	135	748	5	0	4	3
80	118	612	4	8	4	0
81	101	494	4	5	3	9
82	85	393	4	1	3	7
83	71	308	3	10	3	3
84	59	237	3	6	2	11
85	48	178	3	2	2	9
86	38	130	2	11	2	6
87	29	92	2	8	2	4
88	22	63	2	4	2	0
89	16	41	2	1	1	9
90	11	25	1	9	1	6
91	7	14	1	6	1	3
92	4	7	1	3	1	0
93	2	3	1	0	1	0
94	1	1	0	6	0	6
95	0	0				

Rio de Janeiro, 22 de março de 1893.

Tabella dos premios annuos para fundo de sinistros do seguro
mutuo contra fogo da Associação—Brazil |

CLASSIFICAÇÕES E OBJECTOS	CONSTRUÇÕES DOS EDIFICIOS				
	CLASSES				
	1a	2a	3a	4a	5a
	Material só	Em que prevalecer o material	Material e madeira	Em que prevalecer a madeira	Madeira só
	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil
1a CATEGORIA					
<i>Móveis e mercaderias de pouco risco</i>					
Açougues.....					
Bancos (mobilia).....					
Escriptorios.....					
Estatuarios, marmori- tas.....	Os edificios.	1 1/2	3	4	6
Móveis (uso de familias).	As mercado- rias.....	1 1/4	2	4 1/2	6 1/2
Roupas de uso.....					
Utensilios de familias...					
Viveres (consumo do- mestico).....					
2a CATEGORIA					
<i>Móveis e mercaderias de pouco risco</i>					
Agencias (mobilia).....					
Alfaiates.....					
Arameiros.....					
Armazens de couros....					
Ditos de ferro, aço, co- bra, etc.....					
Banhos publicos.....					
Barbeiros e cabelleirei- ros.....					
Caldeireiros.....					
Casas mobiladas.....					
Ditas de saude (mobilia).					
Clubs, companhias e so- ciedades (mobilia).....	Os edificios.	1 1/2	4	5	7
Consultorios (dita).....	As mercado- rias.....	2	2 1/2	4 1/2	7 1/2
Cutileiros.....					
Depositos de aguas mi- neraes.....					
Ditos de fogões.....					
Ditos de machinas de costura.....					
Douradores e prote- dores.....					
Espelheiros.....					
Floristas.....					
Formeiros e tamancos..					
Lapidarios.....					

CLASSIFICAÇÕES E OBJECTOS	CONSTRUÇÕES DOS EDIFÍCIOS				
	CLASSES				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
	Material só	Em que prevalecer o material	Material e madeira	Em que prevalecer a madeira	Madeira só
	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil
2ª CATEGORIA					
<i>Móveis e mercadorias de pouco risco</i>					
Loja de arrendamentos de bordar.....					
Ditas de balanças, pesos e medidas.....					
Ditas de bandejas.....					
Ditas de calçado.....					
Ditas de couros, sellins e arreios.....					
Ditas de crystaes, louça, porcellanas e vidros..					
Ditas de roupa feita....					
Ditas de fazendas secas, lã, seda, algodão, etc.					
Ditas de ferragens.....					
Ditas de instrumentos cirurgicos, mathematicos, nauticos e opticos, etc.....					
Os edificios. As mercadorias...	1 ½	2	4	5	7
Ditas de modas e fazendas estrangeiras..	2 2	½	4 ½	5 ½	7 ½
Ditas de perfumarias e objectos de fantasia..					
Machinas de lavoura (deposito).....					
Modistas e costureiras.					
Naturalistas.....					
Olarias.....					
Padaria (sem forno)...					
Pasteleiros.....					
Salsicheiros.....					
Sapateiros.....					
3ª CATEGORIA					
<i>Móveis e mercadorias de facil deterioração</i>					
Apparelhos de gaz.....					
Armeiros.....					
Armazens de arroz.....					
Ditas de araruta e asucar.....					
Ditas de café, chá e gomma.....					
Ditas de instrumentos de musica.....					
Os edificios. As mercadorias...	1 ½	2	4	5	7
Ditas de café, chá e gomma.....	2 ½	3	5	6	8

CLASSIFICAÇÕES E OBJECTOS	CONSTRUÇÕES DOS EDIFÍCIOS				
	CLASSES				
	1a	2a	3a	4a	5a
	Material só	Em que prevalecer o material	Material e madeira	Em que prevalecer a madeira	Madeira só
	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil
3a CATEGORIA					
<i>Moreis e mercadorias de facil deterioração</i>					
Armazens de mantimentos seccos					
Ditos de moveis, bilhares e pianos.....					
Ditos de papel e objectos de escriptorio...					
Ditos de queijos.....					
Ditos de sal, tapioca, trigo e grãos em geral.....					
Ditos de velas para navios.....					
Concertadores de leques.....					
Ditos de chapéus de sol e chuva.....					
Confeitarias (sem forno)					
Cortumes.....					
Depositos de farinhas..					
Entalhadores e esculptores.....					
Estamparias e gravuras					
Estofadores e tapeceiros					
Fabricas de balões e bonnets.....					
Ditas de caixas para sabão, velas e sollins.					
Ditas de chapéus de castor, seda e lebre, de palha, de sol, bengalas, etc.....					
Ditas de colletes, caixas para chapéus e charutos.....					
Funileiros e latoceiros...					
Gaioleiros.....					
Gravadores e abridores.					
Lampistas.....					
Livrarias.....					
Lojas de objectos de vime, pinceis, plumeiros e vassouras.....					
Officinas de pintura....					
Retratos a óleo.....					
Torneiros.....					
Os edificios.	1 1/2	2	4	5	7
As mercadorias...	2 1/2	3	5	6	8

CLASSIFICAÇÕES E OBJECTOS	CONSTRUÇÕES DOS EDIFÍCIOS				
	CLASSES				
	1a	2a	3a	4a	5a
	Material só	Em que prevalecer o material	Material e madeira	Em que prevalecer a madeira	Madeira só
	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil
3a CATEGORIA					
<i>Móveis e utensílios pertencentes</i>					
3					
Afinadores e concertadores de pianos e órgãos.....					
Afinadores de galas e funeres.....					
Aracinhos e quinqui-lharias.....					
Arcações de charutos.....					
Ditos de esteiras da Índia.....					
Ditos de fumo em rama e em rôlo.....					
Ditos de generos norte-americanos e utensis domesticos.....					
Ditos de trastes.....					
Bronzadores e envernizadores.....					
Cadeirinhas.....					
Colechoeiros.....					
Confitaria (com forno).....	2 1/2	3	1 1/2	5 1/2	7 1/2
Correiras e borradores de carros.....	3	3 1/2	4	7	9
Depositos de colla, sabão e velas.....					
Ditos de rapé.....					
Empilhadores.....					
Fabricas de boias de salvação e collotes de natção.....					
Ditos de canutilhos, fios e galoes.....					
Ditos de graxa de lustro e tintas.....					
Ditos de charutos e cigarros.....					
Ditos de conservas alimentares.....					
Ditos de folles.....					
Ditos de massas.....					
Ditos de pentes.....					
Ditos de rapé e tabaco em pó.....					

CLASSIFICAÇÕES E OBJECTOS	CONSTRUCÇÕES DOS EDIFICIOS				
	CLASSES				
	1a	2a	3a	4a	5a
	Material só	Em que prevalecer o material	Material e madeira	Em que prevalecer a madeira	Madeira só
	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil
1a CATEGORIA					
<i>Móveis e mercadorias perigosas</i>					
Fabricas de rolhas.....					
Ditas de selins.....					
Ditas de tecer e fiar (sem vapor).....					
Lithographias.....					
Lojas de fazendas para armadores.....					
Ditas de brinquedos.....					
Ditas de imagens.....					
Padarias (com forno).....					
Pasteleiros (idem).....					
Photographias.....					
Tanoeiras.....					
Typographias.....					
Vidraceiros.....					
Os edificios. As mercadorias.....	2 1/2 3	3 3 1/2	4 1/2 6	5 1/2 7	6 1/2 9
5a CATEGORIA					
<i>Móveis e mercadorias duplamente perigosas</i>					
Algodão (fructo em deposito).....					
Apparellhos electricos em geral.....					
Armazens de azeite.....					
Ditos de cabos (massame).....					
Ditos de carvão de pedra e lenha.....					
Ditos de licres.....					
Ditos de madeiras.....					
Ditos de molhados (por atacado e a varejo)...					
Ditos de pannos.....					
Ditos de vinhos.....					
Bahuleiros.....					
Boticas.....					
Cal viva (deposito).....					
Carpinteiros.....					
Carrões, carroças, segres, liteiras (de aluguel)...					
Cavallariças e cocheiras.....					
Os edificios. As mercadorias.....	3 4	3 1/2 4 1/2	5 7	7 8	9 10

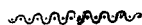
CLASSIFICAÇÕES E OBJECTOS	CONSTRUÇÕES DOS EDIFÍCIOS				
	CLASSES				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
	Material só	Em que prevalecer o material	Material e madeira	Em que prevalecer a madeira	Madeira só
	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil
5ª CATEGORIA					
<i>Móveis e mercaderias de pequeno valor</i>					
Depositos de drogas....					
Ditas de licores e vinhos....					
Estancias (moradia de madeira).....					
Fabricas de asphalto....					
Ditas de bilhares.....					
Ditas de burras, balanças e tornos.....					
Ditas de café torrado e pedúlio.....					
Ditas de camas de ferro....					
Ditas de carros, carroças, etc.....					
Ditas de cerveja e aguas gazosas.....					
Ditas de chocolate.....					
Ditas de cigarros e charutos.....					
Ditas de envernizado e oleos.....					
Ditas de fogos.....					
Ditas de instrumentos em geral.....					
Ditas de machinas.....					
Ditas de moveis.....					
Ditas de pannos.....					
Ditas de papel.....					
Ditas de pianos e organos.....					
Ditas de tecer e fiar.....					
Ditas de soda a vapor....					
Ditas de ouro a vapor....					
Ferreiros e serralheiros....					
Fundicões.....					
Hotéis, restaurants e cafés.....					
Laboratorio metallurgico e pharmaceuticos....					
Marcenarias.....					
Moinhos.....					
Pharmacias.....					
Serrecarias.....					
Tibularias.....					
Tropiche particular....					
Os edificios, As mercaderias.....	3	3 1/2	6	7	9
	4	4 1/2	7	8	10

CLASSIFICAÇÕES E OBJECTOS	CONSTRUÇÕES DOS EDIFÍCIOS				
	CLASSES				
	1a	2a	3a	4a	5a
	Material só	Em que prevalecer o material	Material madeira	Em que prevalecer a madeira	Madeira só
	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil	Por mil
6a CATEGORIA					
<i>Movéis e mercadorias muito perigosas</i>					
Artigos navaes.....	Os edificios As mercadorias.....				
Distillações e laboratorios chimicos.....					
Fabricas de sabão, velas, oleos purificados e licores de 20º para cima.....		4	4 ½	7	8
Navios em construção		5	5 ½	8	9
Refinações de assucar e toda outra mercadoria ou trafico reputado muito perigoso.....					10
<i>Base proporcional do seguro segundo as categorias e classificações anteriores</i>					
1.a Edificios e mercadorias de pouco risco.....	120:000\$	110:000\$	80:000\$	60:000\$	40:000\$
2.a Edificios e mercadorias que augmentam o risco.	100:000\$	90:000\$	70:000\$	50:000\$	30:000\$
3.a Edificios e mercadorias de facil deterioração.					
4.a Edificios e mercadorias perigosas.	90:000\$	80:000\$	50:000\$	30:000\$	A consultar.
5.a Edificios e mercadorias duplamente perigosas.					
6.a Edificios e mercadorias muito perigosas.....	70:000\$	60:000\$	30:000\$	A consultar.	Dito.

NOTA — A' tabella precedente applicar-se-ha, sem nenhum augmento, *simmente* quando os objectos que se propoza segurar não sejam comprehendidos em algumas das seguintes disposições:

CLASSIFICAÇÕES E OBJECTOS	CONSTRUÇÕES DOS EDIFÍCIOS				
	CLASSES				
	1a	2a	3a	4a	5a
	Material só	Em que prevalecer o material	Material e madeira	Em que prevalecer a madeira	Madeira só
<i>Circunstâncias que augmentam os riscos</i>					
VIZINHANÇA — Entender-se-ha como risco de vizinhança quando os objectos submettidos ao seguro acharem-se ligados a outros cuja construção ou natureza augmenta o perigo de communicar o incendio. Desapparece este risco tratando-se de edificios cujas paredes de alvenaria estejam de tal maneira construídas que afastem todo o perigo de incendio, ainda mesmo que os edificios contiguos contenham estabelecimentos perigosos.					
Fóra este unico caso, os premios fixados na tabella que precede serão carregados nas seguintes proporções:					
<i>Edifícios, mercadorias em armazéns contiguos</i>					
A. Mercadorias de pouco risco, 1a categoria			$\frac{1}{2}$	1	$1 \frac{1}{2}$
B. { Ditas que augmentam o risco, 2a dita		$\frac{1}{2}$	1	$1 \frac{1}{2}$	2
{ Ditas de facil deterioração e risco, 3a dita					
C. Ditas perigosas, 4a dita....	$\frac{1}{2}$	1	$1 \frac{1}{2}$	2	$2 \frac{1}{2}$
D. Ditas duplamente perigosas, 5a dita	1	$1 \frac{1}{2}$	2	$2 \frac{1}{2}$	3
E. Ditas muito perigosas, 6a dita	$1 \frac{1}{2}$	2	3	$3 \frac{1}{2}$	4
F. Iluminação a gaz — Sofrerá um augmento de 1.5 por mil annual sobre o premio que pela tabella simples e de contiguidade lhe corresponder todo o edificio ou estabelecimento com luz de gaz.					
G. Apparelhos a vapor — Tratando-se de estabelecimentos movidos á força de vapor, tanto estes como os edificios que os contenham sofrerão um augmento de dois					

CLASSIFICAÇÕES E OBJECTOS	CONSTRUÇÕES DOS EDIFÍCIOS				
	CLASSES				
	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª
	Material só	Em que prevalecer o material	Material e madeira	Em que prevalecer a madeira	Madeira só
<p>por mil annual sobre o premio que lhe corresponder pelas disposições desta tabella.</p> <p>H. Toda mercadoria que não esteja em logar coberto ou cercado será classificada na ultima classe da categoria a que corresponder.</p> <p>I. A mesma disposição é applicavel ás mercadorias collocadas nos depositos geraes da Alfandega ou trapiches.</p> <p>J. Mercadorias de varias classes — Nos seguros sobre estabelecimentos de mercadorias comprehendidas em duas ou mais categorias da tabella, se lhe fixará o premio annual que, por termo médio, lhe corresponder, sempre e quando a quantia das mercadorias de mais perigo não prevalecer sobre as outras, em cujo caso o premio se applicará conforme a do maior risco.</p> <p>L. A mesma regra deverá observar-se para com os edificios que as contenham.</p> <p><i>Circunstancias que diminuem os riscos</i></p> <p>M. A collocação de um ou mais <i>para-raios</i> nos edificios e estabelecimentos seguros, e</p> <p>A existencia de bombas ou outro material proprio para extinguir os effeitos do incendio dão direito, por cada uma das expressadas circumstancias, ao desconto de $\frac{1}{2}$ por mil annual do premio que lhe corresponder pagar.</p> <p>Nota — Os premios sobre objectos não comprehendidos na presente tabella e que não estejam exceptuados pelas clausulas geraes da apolice, serão fixados pelo conselho fiscal respectivo, ouvida a proposta e de accordo com a direcção competente.</p>					



DECRETO N. 1531 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Altera o n. 1 do art. 1º do decreto n. 2323 de 14 de maio de 1862.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, sobre proposta da Junta Commercial do Districto Federal, e de conformidade com o art. 12 § 11 do decreto n. 596 de 19 de julho de 1890, decretar o seguinte :

Artigo unico. Cada um dos interpretes do commercio da Praça do Rio de Janeiro cobrará de emolumentos de cada meia folha de certidão, que passar, e de traducção, que fizer, nos termos do art. 10, § 1º, do decreto n. 863 de 17 de novembro de 1851 a quantia de tres mil réis, ficando nesta parte alterado on. 1 do art. 1º do decreto n. 2923 de 14 de maio de 1862.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1532 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo da Guarda Nacional na Capital Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na Guarda Nacional da Capital Federal mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 14º, o qual será organizado com os guardas qualificados na freguezia de Campo Grande.

Art. 2.º O referido batalhão ficará pertencendo á 4ª brigada de infantaria da mesma guarda.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1533 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Condeuba (antigas de Santo Antonio da Barra e Victoria), no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Condeuba (antigas de Santo Antonio da Barra e Victoria), no Estado da Bahia, se comporá de um commando superior organizado com os actuaes batalhões de infantaria ns. 93, 94 e 118, e 25º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, do 10º esquadrao de cavallaria, elevado a regimento com quatro esquadrões e a designação de 26º, da 26ª secção da reserva, elevada a batalhão com quatro companhias e a designação de 41º, e mais um dito de infantaria, igualmente com quatro companhias e a designação de 151º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1534 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo na comarca de Caravellas, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Caravellas, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 149º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1536 (*) — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Chique-Chique, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Chique-Chique, no Estado da Bahia, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 148º, o qual será organisa lo com os guardas qualificados no districto de Casa Nova; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1537 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da Capital do Estado da Bahia.

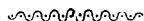
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. A Guarda Nacional da Capital do Estado da Bahia se comporá de um commando superior organisa do com os actuaes 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 140º e 147º batalhões de infantaria, e 1º, 2º e 28º da reserva, com quatro companhias cada um, 1º corpo de cavallaria, elevado a regimento com quatro esquadrões e a designação de 27º, do 1º e 2º batalhões de artilharia de posição, com quatro baterias cada um, e mais dous batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 154º e 155º, e dous ditos da reserva, igualmente com quatro companhias cada um e as designações de 42º e 43º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



(*) O decreto com o n. 1535 não foi publicado.

DECRETO N. 1538 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea um batalhão de artilharia de posição de guardas nacionaes na comarca de Santarém, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Santarem, no Estado do Pará, um batalhão de artilharia de posição, com quatro baterias e a designação de 4º, que se formará com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1539 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Soure, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Soure, no Estado do Pará, um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 5º, que se comporá dos guardas nacionaes alistados no municipio de Monsarás; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1540 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Crathens, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Crathens, no Estado do Ceará, mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 45º, que será organizado com os guardas do mesmo serviço, qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1541 — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca do Crato, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Crato, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 122º, que será organizado com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1541 A — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Fazenda um credito de 9.601:830\$972 para regularisar os pagamentos de dividas de exercicios findos feitos de accordo com o disposto no n. 3, art. 1º, da lei n. 36 de 26 de janeiro de 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pela lei n. 36 de 26 de janeiro de 1892 e satisfeita a urgencia do art. 35 do regulamento que baixou com o decreto n. 1166 de 17 de dezembro daquelle anno, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Fazenda o credito de nove mil seiscientos e um contos oitocentos e trinta mil novecentos setenta e dous réis (9.601:830\$972) para regularisar os pagamentos de dividas de exercicios findos, comprehendidos nos effeitos do art. 18 da lei n. 3018 de 5 de novembro de 1880, realisados em virtude do disposto no n. 3, art. 1º, da referida lei n. 36 de 26 de janeiro do anno passado, durante o exercicio de 1892.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda o faça executar.
Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.



DECRETO N. 1541 B — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Leopoldina, no Estado de Minas Geraes, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 62º, que se comporá dos guardas qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1541 C — DE 31 DE AGOSTO DE 1893

Dá novo regulamento á Imprensa Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia do serviço publico, resolve que na Imprensa Nacional se observe o regulamento que a este accompanha.

O Ministro e Secretario dos Negocios da Fazenda assim faça executar.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893, 5.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.

Regulamento para a Imprensa Nacional a que se
refere o decreto n. 1541 C desta data

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.^o A Imprensa Nacional funcionará sob a direcção e responsabilidade de um chefe, com o titulo de administrador, immediatamente sujeito á autoridade do Ministro da Fazenda, que a exercerá por si e pela Directoria Geral das Rendas Publicas.

Art. 2.^o A Imprensa Nacional tem por fim :

§ 1.^o Executar todos os trabalhos graphicos e accessorios de que precisarem as Camaras Legislativas, as Secretarias de Estado, os Tribunaes de Justiça e as repartições e estabelecimentos publicos da Capital Federal, mediante a devida indemnisação.

§ 2.^o Encarregar-se de iguaes trabalhos, sem preterição dos mencionados no paragrapho anterior, para os Governos dos Estados, Camaras Municipaes e particulares, sob a mesma condição.

§ 3.^o Vender em collecções, ou em avulso, as leis, decretos e actos do Governo, assim como os varios productos de suas officinas.

§ 4.^o Editar o *Diario Official*.

Art. 3.^o E' effectivo para a Imprensa Nacional o privilegio que pertence á Fazenda Publica, em virtude do art. 35 da lei n. 369 de 18 de setembro de 1845, decreto n. 2491 de 30 de setembro de 1859 e art. 19 da lei n. 2940 de 31 de outubro de 1879.

CAPITULO II

DA ORGANISAÇÃO

Art. 4.º Haverá na Imprensa Nacional duas secções:—A SECÇÃO CENTRAL e a SECÇÃO DE ARTES.

§ 1.º A Secção Central comprehende a secretaria, a contabilidade, a thesouraria e o almoxarifado.

§ 2.º A Secção de Artes subdivide-se do seguinte modo:

I. TYPOGRAPHIA, comprehendendo duas secções : uma destinada à *composição, revisão e impressão* das publicações a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 2º, e outra destinada especialmente à *composição, revisão, impressão e distribuição* do *Diario Official*, sem exclusão, entretanto, de outros trabalhos, quando houver urgencia ;

II. ESTAMPARIA, comprehendendo os *serviços de gravura* de diferentes especies, e o da respectiva *impressão* ;

III. SERVIÇOS ACCESSORIOS, comprehendendo a officina de *encadernação, cartonagem e brochuras* e os *serviços de pautaço e de expedição de encomendas* ;

IV. FUNDIÇÃO DE TYPOS, com o *serviço de estereotypia e galvanoplastia* ;

V. OFFICINA DE MACHINAS, comprehendendo os *serviços de reparo e assentamento de machinas*, dos *motores e transmissões*, de *carpinaria e obras* ;

VI. OFFICINAS DE COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO e o *serviço de distribuição* do *Diario Official*.

CAPITULO III

DO PESSOAL, SUAS CONDIÇÕES, DEVERES E ATTRIBUIÇÕES

Art. 5.º Além do administrador, haverá na Secção Central e na Secção de Artes o pessoal constante das tabellas A e C, e mais os escreventes de officinas, revisores, conferentes, chefes de turma, artistas pagos a jornal ou por obra, aprendizes, empregados avulsos e serventes que forem necessarios.

Art. 6.º O numero e vencimentos do pessoal pago a jornal, de que trata o artigo anterior, constará de um quadro organizado annualmente, antes de começar o exercicio, pelo administrador, que o submeterá à approvação do Ministerio da Fazenda.

Art. 7.º Os artistas que trabalharem por obra serão pagos pela tarifa que for annualmente estabelecida pela Administração.

§ 1.º O numero destes, variavel conforme a abundancia ou deficiencia de trabalhos, poderá ser augmentado ou reduzido como convier.

§ 2.º Excepção feita da maneira por que são pagos, serão elles em tudo o mais equiparados ao pessoal pago a jornal com relação a quaesquer deveres ou direitos que para estes existam.

Art. 8.º O attestado de frequencia dos empregados da Secção Central será assignado pelo administrador, e pelo chefe da Secção Central as duas fêrias, uma dos operarios e empregados que ordinariamente trabalham durante o dia e outra dos que trabalham sômente à noute, distinguindo-se sob rubrica especial na primeira fêria o trabalho nocturno e o trabalho diurno.

Art. 9.º As fêrias, depois de processadas no Thesouro Federal, serão pela Pagadoria entregues com a respectiva importancia ao thesoureiro para fazer o pagamento, com assistencia de um dos escripturarios e do apontador geral, e devolvidas, oito dias depois, com as quitações assignadas pelo chefe da Secção Central e o thesoureiro.

Art. 10. Serão nomeados :

§ 1.º Pelo Presidente da Republica — o administrador, o chefe da Secção Central, os escripturarios e o thesoureiro.

§ 2.º Pelo Ministro da Fazenda — o fiel do thesoureiro (por proposta deste, informada pelo administrador), o almoxarife, o porteiro e o continuo.

§ 3.º Pelo administrador — o chefe da Secção de Artes, os chefes de serviços e mais empregados constantes da tabella C.

§ 4.º Todos os outros operarios, artistas e empregados avulsos serão admittidos por simples papeleta assignada pelo administrador.

Art. 11. Serão substituidos:

§ 1.º O administrador pelo chefe da Secção Central, e na falta deste por quem o Ministro da Fazenda designar.

§ 2.º O chefe da Secção Central pelo 1º escriptuario.

§ 3.º O thesoureiro pelo seu fiel e o almoxarife pelo agente do almoxarifado, sob a respectiva responsabilidade.

§ 4.º O chefe da Secção de Artes, os mestres, contramestres, chefes de serviço e o porteiro pelos seus immediatos, e na falta por quem o administrador designar.

Art. 12. Aos empregados constantes da tabella A, annexa a este regulamento, são applicaveis as disposições em vigor para os do Thesouro Federal, com referencia ao ponto, concursos, accessos, transferencias e aposentadorias.

Art. 13. Ao operario ou empregado, pago pela fêria, ainda válido, de reconhecido merecimento, que, depois de 30 annos de effectivo serviço, continuar a trabalhar, poderá o Ministro da Fazenda, sob proposta do administrador, mandar abonar uma gratificação em caso algum superior a 25 % do seu vencimento. Esta gratificação não ficará sujeita á contribuição de que trata o art. 52 § 1º e nem lhe será computada para a pensão.

Art. 14. Ao administrador compete :

§ 1.º Superintender todos os serviços a cargo da Imprensa Nacional.

§ 2.º Corresponder-se directamente com os Ministros de Estado, funcionarios publicos e pessoas particulares sobre negocios attinentes ao estabelecimento.

§ 3.º Contractar com officinas particulares a execução de qualquer trabalho do Estado que, por affluencia de serviço ou outra causa, o estabelecimento não puder executar.

§ 4.º Contractar mestres, contramestres e operarios para qualquer officina, dentro ou fóra do paiz.

§ 5.º Comprar os utensilios, machinas, materia prima e outros objectos que o serviço das officinas exigir.

§ 6.º Advertir e reprehender verbalmente, ou por escripto, e suspender correccionalmente, até 15 dias, qualquer empregado da Secção Central, levando immediatamente ao conhecimento do Ministro da Fazenda as razões justificativas do acto de suspensão.

§ 7.º Multar, suspender e dispensar os empregados e operarios de sua nomeação.

§ 8.º Mandar autoar pelo porteiro, e enviar á autoridade, qualquer individuo extranho ou não á repartição, encontrado em flagrante delicto dentro do estabelecimento.

§ 9.º Chamar os empregados da Secção Central a serviço extraordinario, independente de qualquer remuneração, sempre que houver atrazo na escripturação ou trabalho urgente.

§ 10. Organizar o indice de todos os actos que tiverem de ser incluídos nas collecções de leis, conforme preceituam os decretos ns. 1 e 11, de 1 de janeiro e 24 de fevereiro de 1838.

§ 11. Fixar o preço dos impressos e productos destinados á venda, ouvida a Secção Central.

§ 12. Ordenar os reparos de que carecerem as machinas do estabelecimento, requisitando do engenheiro encarregado das obras do Ministerio da Fazenda o orçamento dos concertos importantes de que precisar o edificio, podendo, entretanto, autorisar os pequenos reparos, reconhecidamente urgentes, até á quantia de 500\$000.

§ 13. Ordenar as despesas precisas por conta da prestação adeantada ao thesoureiro para gastos miudos.

§ 14. Estabelecer tarifas para os trabalhos que possam ser feitos por obra em todas as officinas.

§ 15. Abonar gratificações aos jornaleiros, que durante tres mezes seguidos apresentarem, em vista das tarifas, féria superior á diaria que perceberem.

§ 16. Legalisar com a sua rubrica não só os pedidos de material modificando-os quando julgar conveniente, como quaesquer outros documentos que importem despesa.

§ 17. Mandar vender em leilão, ou mediante concorrência publica, os utensilios, machinas e mais objectos que se tornarem inúteis ou desnecessarios.

§ 18. Eliminar da responsabilidade do thesoureiro a importancia dos impressos, cuja venda tiver cessado, ou que se achem deteriorados, conservando em deposito os primeiros para distribuição gratuita a estabelecimentos publicos.

§ 19. Apresentar ao Ministro da Fazenda, 30 dias antes da abertura do Congresso, um relatorio do estado do estabelecimento e o orçamento da receita e despesa.

Art. 15. O chefe da Secção Central auxilia o administrador,

inspeciona e dirige todos os serviços que correm pelas subdivisões da mesma secção mencionadas no art. 4.º § 1.º, e por si, e pelos empregados que lhe são immediatamente subordinados, executará e fará executar :

§ 1.º A escripturação e a liquidação das contas.

§ 2.º Os balanços semestrais da receita e despesa e o definitivo do exercício, acompanhado da relação da dívida activa.

§ 3.º O inventário que se deve fazer em cada exercício, e, quando convier, de todos os objectos a cargo do almoxarifado, dos mestres e do porteiro.

§ 4.º A conferência e fiscalisação das facturas dos fornecedores, das contas de prompto pagamento e das guias para o recolhimento da renda ao Thesouro Federal.

§ 5.º A extracção trimestral das contas das repartições e estabelecimentos publicos, não só relativas aos trabalhos que encomendarem, como das publicações feitas no *Diario Official*, e semestralmente as contas das assignaturas do mesmo *Diario*, não só autorisadas pelos differentes Ministerios, como pelos funcionarios a que se refere o art. 29 § 1.º.

§ 6.º A extracção das contas dos devedores particulares, logo que estiver prompto o trabalho encomendado.

§ 7.º A confecção e verificação das fêrias.

§ 8.º A organização das contas correntes de cada uma das officinas, pelas quaes se conheça o movimento mensal de sua receita e despesa.

§ 9.º A remessa ao Thesouro, seis mezes depois de findo o trimestre adicional de cada exercício, de todos os livros e documentos relativos á responsabilidade do thesoureiro e do almoxarife.

§ 10. O calculo do preço das encomendas e o orçamento das mesmas quando for exigido.

§ 11. A estatística geral do estabelecimento.

§ 12. Extracção das guias que devem acompanhar as encomendas.

§ 13. O encerramento do ponto á hora regulamentar, e a minuta do attestado de frequencia dos empregados.

§ 14. A fiscalisação do pagamento da fêria.

Art. 16. Ao thesoureiro incumbe :

§ 1.º Arrecadar a receita, assignando com algum dos escripturarios as guias de caixa.

§ 2.º Vender impressos, productos das officinas, e quaesquer outros objectos para que for autorizado.

§ 3.º Proceder, na Capital Federal, á cobrança da importancia das assignaturas e das publicações do *Diario Official*, assim como das contas devidas por particulares, podendo, com sciencia e consentimento do administrador, abonar a um cobrador a percentagem de tres a cinco por cento, conforme a maior ou menor difficuldade da cobrança.

§ 4.º Promover nas repartições publicas o pagamento das contas de fornecimentos de impressões e trabalhos officiaes.

§ 5.º Ter sob sua guarda e responsabilidade os papeis de

valor, taes como sellos, estampilhas, etc., e expedil-os, devidamente acondicionados e com as precisas cautelas, a seus destinos, conforme as ordens que receber.

§ 6.º Pagar as fêrias de conformidade com o disposto no art. 9º.

§ 7.º Fazer as despesas miudas e de prompto pagamento autorisadas pelo administrador.

§ 8.º Entrar para o Thesouro Federal, até ao dia 5 de cada mez, com a receita do mez antecedente.

Art. 17. Ao almoxarife compete :

§ 1.º Receber, guardar e conservar em ordem a materia prima, utensilios e quaesquer objectos de consumo pertencentes ao estabelecimento.

§ 2.º Fornecer o material e objectos necessarios às officinas, em vista de pedidos, authenticados pelo administrador.

§ 3.º Obter no mercado amostras e preços dos objectos precisos às officinas, e que não existirem nos depositos do almoxarifado, submettendo tudo ao conhecimento do administrador, para ulterior decisão.

§ 4.º Fazer a distribuição official das leis e de outras obras impressas, conforme as ordens que receber.

§ 5.º Escripturnar os livros de entradas e sahidas do almoxarifado, o livro-mappa, e o de apontamentos da distribuição official dos volumes da legislação.

Art. 18. O thesoureiro prestará a fiança de quinze contos de réis, e o almoxarife a de tres contos; o fiel e o agente do almoxarifado servirão sob as responsabilidades do thesoureiro e do almoxarife.

Art. 19. O chefe da Secção de Artes deve ter conhecimento pratico ou theorico de todas as artes que se exercitam na Imprensa Nacional, e representa a administração em suas relações diarias e multiplas com os mestres e chefes de serviço. As attribuições e deveres de todos estes empregados serão minuciosamente enumerados no regimento interno a que se refere o art. 70.

CAPITULO IV

DO DIARIO OFFICIAL

Art. 20. O *Diario Official* será confiado á responsabilidade de um director, sujeito administrativamente ao Ministerio da Fazenda, o qual entender-se-ha directamente com o Governo a respeito da funcção politica da folha.

Art. 21. Além do director, haverá o pessoal fixado na tabella B; e mais os revisores, conferentes e continuos fixados annualmente de conformidade com o art. 6º.

Art. 22. Serão nomeados :

§ 1.º Pelo Presidente da Republica, o director.

§ 2.º Pelo Ministro da Fazenda, sob proposta do director, o redactor, os auxiliares e o agente externo.

Art. 23. Será substituído o director por quem o Ministro da Fazenda designar, servindo interinamente o redactor, em falta de designação.

Art. 24. Ao director compete :

§ 1.º Corresponder-se directamente com os Ministros de Estado e funcionarios publicos sobre negocios referentes ao *Diario Official*.

§ 2.º Organisar o jornal official, estabelecendo a ordem e precedencia dos autographos a publicar, fazendo a selecção das materias de que tratam os §§ 5º, 6º e 7º do art. 27, e resolvendo sobre a admissão ou rejeição das mencionadas no § 9º do mesmo artigo.

§ 3.º Designar trabalhos ao redactor, aos auxiliares e ao agente externo, e fixar as horas em que cumpre a cada um estar presente na sala da redacção.

§ 4.º Rubricar ou fazer rubricar pelo redactor e auxiliares todos os autographos ou provas de composição que houverem de ser materia de publicação do *Diario Official*.

§ 5.º Requisitar da Administração da Imprensa Nacional, por meio de talão, o material preciso ao expediente e trabalhos da redacção.

§ 6.º Assignar o attestado de frequencia dos empregados da redacção.

Art. 25. Ao redactor compete :

§ 1.º Redigir a correspondencia, de accordo com o director, archivando as minutas e documentos que a isso se refiram.

§ 2.º Escrever, traduzir ou transcrever, com permissão do director, artigos ou noticias, segundo os §§ 6º e 7º do art. 27 deste regulamento.

§ 3.º Organisar os registos especiaes que forem necessarios e fazer arrolamento ou inventario da mobilia, bibliotheca e utensilios pertencentes á redacção, annotando as modificações que occorrerem.

§ 4.º Lavrar o attestado de frequencia do pessoal da redacção.

Art. 26. Os auxiliares secundam o redactor nos seus trabalhos, conforme as indicações que lhes forem feitas, e o agente externo, além dos serviços que lhe são proprios, servirá de amanuense ao director e redactor.

Art. 27. O *Diario Official*, órgão de publicidade do Governo da União, deverá inserir :

§ 1.º Os despachos do Presidente da Republica ; os actos dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciario ; o expediente das Secretarias de Estado ; as declarações, annuncios, avisos e editaes das mesmas secretarias e das repartições subordinadas ; os editaes dos Juizes e dos Tribunaes.

§ 2.º As explicações e defesas dos actos do Governo, quando este julgar conveniente.

§ 3.º O resumo das actas e debates de ambas as Camaras Legislativas.

§ 4.º As informações ostensivas dos agentes diplomaticos e consulares da Republica, remettidas pelo Ministerio das Relações Exteriores.

§ 5.º Extractos dos relatorios apresentados ao Congresso Nacional.

§ 6.º Artigos originaes ou traduzidos sobre instrucção publica, viação, colonisação, estatística, sciencias, artes e quaesquer outros assumptos de interesse publico.

§ 7.º Noticias das occurrencias notaveis que se derem no interior e exterior, politicas, commerciaes, litterarias, ou de outra ordem, a juizo do director.

§ 8.º Documentos de interesse privado, que acompanharem actos officiaes, e descripções de privilegios de invenção e de marcas de fabrica.

§ 9.º Annuncios, avisos, declarações e artigos de particulares, que no fundo e na forma não contrariarem o programma da folha.

Art. 28. Ao *Diario Official* compete o direito de prioridade na publicação dos actos officiaes.

Art. 29. O *Diario Official* distribuir-se-ha por assignaturas, que serão pagas adeantadamente, na Capital Federal, ao thesoureiro da Imprensa Nacional e nos Estados ás Alfandegas ou Delegacias do Thesouro.

§ 1.º Os funcionarios publicos da União, que autorisarem o desconto mensal de 1\$500 em seus vencimentos, terão direito ao recebimento da folha pelo tempo que fixarem; a elevação do preço desta especie de assignaturas só terá vigor do futuro exercicio em deante.

§ 2.º Os funcionarios publicos estadoaes ou municipaes poderão obter a folha pelo mesmo preço, embora a assignatura importe em mais; sendo, porém, o pagamento adeantado.

Art. 30. Materia nenhuma de proveniencia official ou particular poderá ter entrada na folha sem a conveniente rubrica da direcção ou redacção do *Diario Official*, não exceptuando os trabalhos preparados na officina de composição da Imprensa, dos quaes será offerecida a rubricar-se uma prova limpa.

Art. 31. Todos os originaes ou provas destinados a inserir-se no *Diario Official* serão devidamente lançados, com ligeira menção do assumpto, em um livro de protocollo e rubricado esse lançamento pelo empregado que o fizer.

Art. 32. Os trabalhos da redacção da folha official serão distribuidos desde as 11 horas da manhã até ás horas da noite a que se estenda o serviço, devendo achar-se sempre, durante esse tempo, na repartição o redactor ou algum dos auxiliares.

Art. 33. Ficam sujeitos á autoridade do director do *Diario Official* o chefe da revisão, o paginador e o encarregado da distribuição, em tudo quanto for concernente á folha.

Art. 34. A publicação dos debates das Camaras, quando for confiada á Imprensa Nacional, far-se-ha nas columnas do *Diario Official*, ou em folha separada, como for accordado, cabendo a direcção e fiscalisação deste serviço ao administrador do estabelecimento.

CAPITULO V

DAS ENCOMMENDAS

Art. 35. As encomendas de impressões e de quaesquer outros artefactos, que possam ser preparadas na Imprensa Nacional, devem ser dirigidas officialmente ao administrador pelos chefes de repartições ou funcionarios devidamente autorizados.

Art. 36. Verificada a possibilidade da execução, será a encomenda immediatamente inscripta com as necessarias declarações no livro mencionado no artigo seguinte.

CAPITULO VI

DA ESCRIPTURAÇÃO

Art. 37. A escripturação da Imprensa Nacional será feita nos seguintes livros :

Caixa ;

Entradas e salidas do deposito ;

Mappa dos objectos em deposito ;

Devedores ;

Encomendas ;

Talões que entendem com a receita e despesa.

Estes livros serão abertos, rubricados e encerrados na Directoria Geral das Rendas Publicas.

Art. 38. O livro-mappa dos objectos em deposito deve dar o resumo dos livros do almoxarifado, de modo que seja sempre possivel fazer de prompto o balanço deste.

Art. 39. Além desses livros, haverá para cada officina um livro-mappa dos objectos entrados e sahidos dellas, e mais os auxiliares referentes à receita e despesa, protocollo, matricula dos empregados e quaesquer outros julgados necessarios, os quaes serão abertos, rubricados e encerrados pelo administrador, ou por empregado por elle autorizado.

CAPITULO VII

DA RECEITA E DESPEZA

Art. 40. A receita da Imprensa Nacional provirá do producto :

1.º Da venda dos actos, cuja impressão é privativa da Imprensa Nacional ;

2.º Da venda de obras e impressões feitas por ordem e conta do Governo ;

3.º Da impressão de obras ou trabalhos por conta do Governo ou de particulares;

4.º Da venda dos productos das officinas de serviços accessorios e de fundição de typos, estereotypia e galvanoplastia;

5.º Das assignaturas do *Diario Official*, sendo as officiaes pagas pelos Ministerios que determinarem a remessa (lei n. 2940 de 31 de outubro de 1879, art. 19), e da venda de numeros avulsos do *Diario Official*;

6.º Das publicações, no *Diario Official*, pagas por particulares, de decretos e actos officiaes que attenderem a interesses individuais ou de associações, assim como de publicações solicitadas, editaes, declarações e annuncios;

7.º Da publicação do expediente, declarações e annuncios das repartições publicas (lei citada n. 2940);

8.º Da venda de machinas, utensilios e quaesquer outros objectos que se tornem inuteis ou desnecessarios ao estabelecimento.

Art. 41. A receita de qualquer outra origem será escripturada e classificada na verba respectiva da lei do orçamento que na occasião estiver em vigor.

Art. 42. As despesas da Imprensa Nacional continuarão a ser feitas como até hoje, quer a do pessoal, quer a do material; exceptuando-se, porém, as de restituições de quantias indevidamente recebidas e lançadas no correr do exercicio em que essas restituições forem reclamadas, as quaes deverão ser feitas pela propria repartição.

Art. 43. O administrador remetterá mensalmente à Directoria Geral de Contabilidade do Thesouro Federal um balancete, conforme o modelo que se acha estabelecido.

CAPITULO VIII

DO PREÇO E VENDA DOS PRODUCTOS

Art. 44. O levantamento das contas dos devedores terá por base o custo da mão de obra e da materia prima, com o acrescimo de 5 % para o deterioramento de machinas e utensilios, e mais, sobre as tres parcelas, 20 a 30 %, conforme a natureza do trabalho.

Art. 45. O preço das collecções de leis em brochura será calculado na razão de 60 réis por folha de oito paginas.

Art. 46. Na vendá de obras avulsas, sempre que a importancia exceder de 100\$, haverá o abatimento de 15 %.

Art. 47. O pagamento de obras particulares, editadas pela Imprensa Nacional, far-se-ha por folha impressa ou em duas prestações: a primeira adiantada e a segunda depois da impressão da ultima folha e antes da entrega da obra.

Art. 48. Quando, em virtude de autorisação do Ministerio da Fazenda, o pagamento for a prazo, precederá contracto lavrado na Directoria do Contencioso do Thesouro Federal.

Art. 49. A Imprensa Nacional não poderá publicar obra alguma por conta propria, nem receber, em pagamento das despesas que tiver feito com obras particulares, exemplares das mesmas obras.

Art. 50. Cessa para a Imprensa Nacional o pagamento por jogo de contas; as quantias devidas pelas repartições e estabelecimentos publicos serão pagas ao respectivo thesoureiro pela Pagadoria do Thesouro ou pelas repartições incumbidas a fazer pagamentos, e incluídas no balancete mensal a que se refere o art. 43.

CAPITULO IX

DA CAIXA DE PENSÕES

Art. 51. A Caixa de Pensões creada pelas instrucções do Ministerio da Fazenda de 12 de agosto de 1889, em virtude do art. 15 do regulamento approved pelo decreto n. 10.269 de 20 de julho antecedente, continúa a subsistir sob a direcção e immediata fiscalisação de uma Junta administrativa, composta do administrador, como presidente, do thesoureiro da Imprensa Nacional, sob a fiança prestada, e de um secretario remunerado, escolhido pelos dous primeiros dentre os operarios ou empregados contribuintes.

Art. 52. Os fundos da Caixa serão constituídos :

§ 1.º Com a contribuição de um dia de vencimento de todos os operarios e empregados da Imprensa Nacional e do *Diario Official* pagos por férias, devendo os contractados e chamados a serviço extraordinario por tempo limitado contribuir, quando queiram, com tres por cento do salario vencido durante o mez, com direito somente aos adeantamentos pela Caixa por conta das férias.

§ 2.º Com a importancia das multas por infracção do regimento interno e das ordens da administração.

§ 3.º Com a importancia das férias de operarios que não forem exigidas dentro do exercicio em vigor, a qual, entretanto, restituir-se ha, si for reclamada dentro de cinco annos.

§ 4.º Com os juros dos titulos da divida publica, e dos adeantamentos aos operarios por conta da féria, até dous terços do salario vencido.

§ 5.º Com a renda extraordinaria de qualquer outra procedencia.

Art. 53. O thesoureiro conservará em caixa a quantia que a Junta fixar para occorrer aos adeantamentos de que trata o § 4º do artigo anterior, sendo o excedente empregado em apolices geraes.

Art. 54. Trimestralmente será remettido ao Thesouro Federal, publicado no *Diario Official* e distribuido em avulso aos contribuintes, o balancete da Caixa, assignado pelo thesoureiro e secretario e com o — Visto — do presidente.

Art. 55. As pensões serão concedidas sob as bases e condições seguintes :

§ 1.º O empregado ou operario que contar 30 annos ou mais de serviço effectivo, e se achar impossibilitado de nelle continuar, por molestia ou velhice, tem direito a uma pensão igual a dous terços do vencimento diario.

§ 2.º O que contar mais de 15 e menos de 30 annos, achando-se nas mesmas condições, tem jus á pensão igual a um terço e a mais tantas decimas quintas partes desse terço, quantos forem os annos excedentes até 30.

§ 3.º O tempo de serviço effectivo será contado á razão de 300 dias em cada anno.

§ 4.º Para obter a pensão correspondente ao vencimento é preciso ter delle gosado ao menos por dous annos ; não o tendo, a pensão será calculada sobre o vencimento anteriormente percebido.

§ 5.º Aos operarios obreiros, cujos vencimentos são variaveis, se contará o tempo durante o qual tiverem contribuido ; o *quantum* da contribuição será por elles mesmos fixado, não podendo ser inferior a 1\$ e nem superior a 5\$000.

Art. 56. O empregado ou operario que, durante os trabalhos das officinas ou em serviço do Estado, for victima de desastre do qual resulte lesão que o inhabilite de exercer o officio ou de desempenhar qualquer outro trabalho nas officinas, perceberá uma pensão igual a dous terços do vencimento, embora lhe falem os requisitos para obtel-a.

Art. 57. Os operarios e empregados actuaes, qualquer que seja o seu tempo de serviço effectivo, não terão jus á pensão si não tiverem contribuido para o fundo de pensões ao menos por quatro annos ; ainda neste caso, concedida a pensão, continuarão a contribuir até o implemento do tempo que lhes tiver sido contado.

Art. 58. O operario que for dispensado depois de ter contribuido por quatro annos, tem o direito de receber metade da quantia que houver pago ; perde esse direito o que for dispensado a pedido ; neste caso, sendo readmittido, se lhe contará o tempo anterior, descontado sómente o da interrupção.

Art. 59. A viuva, filhos menores, filhas e mãe do operario que fallecer com direito á pensão ou tendo-a gosado por menos de dous annos, assiste o direito á metade da pensão que elle perceberia, na ordem em que se acham collocados.

Art. 60. Perdem o direito á pensão: a viuva, judicialmente divorciada, ou si passar a segundas nupcias ; os filhos menores completando a idade de 21 annos, e as filhas casando-se ; a mãe, sendo casada ou não vivendo em companhia e a expensas do operario.

Art. 61. Si a viuva fallecer ou casar-se a pensão reverterá aos filhos menores e filhas do operario repartidamente.

Art. 62. A familia se entregará metade da quantia com que houver contribuido o operario, si este vier a fallecer depois de ser contribuinte durante quatro annos, e não tiver tempo de serviço para legar a pensão.

Art. 63. A Caixa fará as despezas de funeral do operario solteiro, com direito à pensão, que fallecer sem deixar pessoa de familia a quem a legue.

Art. 64. Desde que o fundo da Caixa attingir a 100:000\$000 o Ministro da Fazenda, em vista de proposta do presidente da Junta administrativa, expedirá instrucções, dando regras para que se torne effectiva a reversão de parte da pensão do operario às pessoas de sua familia, sem limitação do tempo de que trata o art. 59.

Art. 65. As pensões serão concedidas pela Junta administrativa em vista de requerimento devidamente documentado.

Art. 66. A Junta administrativa é autorisada a despende annualmente até um por cento da receita, para occorrer as despezas com o serviço da escripturação da Caixa e dos adeantamentos, a qual será feita pelo secretario e auxiliares precisos, sob a direcção do thesoureiro, e conforme as normas por elle estabelecidas.

Art. 67. Ao chefe da Secção de Artes, aos mestres, contra-mestres e mais chefes de serviço constantes da tabella C, é extensivo o Monte-pio obrigatorio creado pelo decreto n. 942 A de 31 de outubro de 1890 (lei n. 3 de 8 de agosto de 1891).

§ 1.º E' lhes facultativa a opção de contribuir para o Monte-pio ou para a Caixa de Pensões, podendo, si quizerem, contribuir para as duas instituições.

§ 2.º Aos que optarem pelo Monte-pio serão restituídos pela Caixa dous terços das quantias com que houverem para ella concorrido.

CAPITULO X

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 68. E' absolutamente prohibido ao chefe da Secção de Artes e aos mestres, contra-mestres e chefes de serviço possuírem por si ou em sociedade estabelecimentos de artes iguaes às que professum e dirigem na Imprensa Nacional.

Art. 69. Haverá annexo ao archivo da Secção Central um outro especial para a guarda de todas as obras editadas na Imprensa Nacional e mais os impressos de que trata o § 18 do art. 14. As entradas constarão de um livro de registro e dellas haverá o preciso indice. Essas obras não serão, em caso algum, dahi retiradas, mas poder-se-ha permittir que sejam consultadas.

Paragraphe unico. Para a acquisição de obras impressas no estabelecimento, das quaes não possua este exemplares, poderá o administrador dar em troca obras que estiverem à venda ou existirem como sobras no deposito.

Art. 70. O administrador é autorisado a rever o regimento interno approved por portaria do Ministerio da Fazenda de 13 de outubro de 1889, pondo-o de accordo com o presente regulamento; devendo, quanto à ordem do serviço, policia e gratifi-

cações por trabalhos extraordinarios, observar: que o serviço diurno não exceda de oito horas para os operarios e de 10 para os serventes; que as multas não excedam, no maximo, ao salario de tres dias, e as suspensões a 15 dias; que o serviço extraordinario seja pago por hora, á razão de $\frac{1}{4}$ da diaria, quando não exceder de quatro horas, e de $\frac{1}{3}$, excedendo.

Art. 71. Os logares de almoxarife e chefe da Secção de Artes, mencionados nas tabellas A e C, serão preenchidos com o pessoal habilitado do estabelecimento, sendo o de almoxarife proposto pelo administrador.

Art. 72. O administrador é obrigado a residir no edificio, tendo para esse fim os commodos e aposentos apropriados.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893.— *Felisbello Freire*.

A

Tabella do numero e vencimentos dos empregados da Administração e da Secção Central da Imprensa Nacional, a que se refere o decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, tabella E, e o art. 5º do regulamento approved pelo de n. 1541 C desta data

NS.	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
1	Administrador.....	5:600\$000	2:800\$000	8:400\$000
1	Chefe da Secção Central.....	3:700\$000	1:900\$000	5:600\$000
1	Primeiro escripturario.....	3:000\$000	1:480\$000	4:480\$000
2	Segundos ditos.....	4:300\$000	2:140\$000	6:440\$000
2	Terceiros ditos.....	1:800\$000	1:000\$000	2:800\$000
1	Thesoureiro.....	3:600\$000	1:860\$000	5:460\$000
1	Almoxarife.....	2:600\$000	1:300\$000	3:900\$000
1	Fiel.....	1:500\$000	740\$000	2:240\$000
1	Porteiro.....	1:600\$000	920\$000	2:520\$000
1	Continuo.....	1:100\$000	580\$000	1:680\$000

Capital Federal, 31 de agosto de 1893.— *Felisbello Freire*.

B

Tabella do numero e vencimentos dos empregados do « Diario Official », a que se refere o decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, tabella F, e art. 21 do regulamento approved pelo de n. 1541 C desta data

NS.	EMPREGOS	GRATIFICAÇÃO
1	Director.....	7:000\$000
1	Redactor.....	5:600\$000
3	Auxiliares.....	10:080\$000
1	Agente externo.....	2:100\$000

Capital Federal, 31 de agosto de 1893.— *Felisbello Freire.*



Tabella do numero e vencimentos do pessoal dirigente da Secção de Artes da Imprensa Nacional e do «Diario Official», a que se refere o decreto n. 1195 de 30 de dezembro de 1892 e o art. 5º do regulamento approved pelo decreto n. 1541 C desta data

NS.	LOGARES	VENCIMENTO ANNUAL
<i>Imprensa Nacional</i>		
1	Chefe da Secção de Artes.....	5:280\$000
1	Mestre da officina de composição.....	5:040\$000
1	Contramestre da mesma officina.....	3:696\$000
1	Chefe da revisão.....	3:024\$000
1	Mestre da officina de impressão.....	4:200\$000
1	Contramestre da mesma officina.....	3:360\$000
1	Mestre da officina de fundição de tipos.....	4:200\$000
1	Contramestre da mesma officina.....	3:024\$000
1	Official de stereotypia e galvanoplastia.....	2:688\$000
1	Mestre da officina de serviços accessorios.....	4:200\$000
1	Contramestre da mesma officina.....	3:360\$000
1	Chefe do serviço de gravura.....	4:200\$000
1	Chefe do serviço de impressão lithographica.....	3:360\$000
1	Chefe do serviço de reparo de machinas.....	3:360\$000
1	Chefe do serviço de expedição.....	3:360\$000
1	Chefe do serviço de pautaão.....	3:024\$000
1	Machinista dos motores.....	2:520\$000
1	Carpinteiro.....	2:520\$000
1	Apontador geral.....	2:520\$000
1	Agente do almoxarifado.....	2:520\$000
<i>Diario Official</i>		
1	Chefe da revisão.....	3:024\$000
1	Paginador.....	3:696\$000
1	Impressor machinista.....	3:360\$000

OBSERVAÇÕES

1.ª Quando houver serviço extraordinario, os empregados deste quadro, á excepção do chefe da Secção de Artes e dos pertencentes ao *Diario Official*, perceberão una quarta parte ou metade do vencimento, conforme as horas de trabalho.

2.ª A gratificação de 28\$000 que actualmente percebem os mestres da impressão, da fundição de tipos e o paginador do *Diario Official*, em virtude da portaria do Ministerio da Fazenda, n. 5, de 30 de janeiro de 1893, não passa aos seus successores.

Capital Federal, 31 de agosto de 1893.— Felisbello Freire.



DECRETO N. 1542 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1893

Approva as instruções para as eleições federaes a que se ha de proceder em 30 de outubro proximo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Para boa execução do disposto no art. 34 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, serão observadas as instruções que com este baixam assignadas pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 1 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Instruções para as eleições federaes a que se tem de proceder no dia 30 de outubro proximo, em conformidade do disposto no art. 34 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

Art. 1.º A eleição de senador será feita por Estado, votando o eleitor em um só nome para substituir o senador cujo mandato houver terminado. (Lei n. 35, art. 35.)

Art. 2.º Nos Estados onde tiver occorrido vaga por qualquer outro motivo, a eleição será feita na mesma occasião, votando o eleitor separadamente para cada uma das eleições. (Lei n. 35, art. 35, paragrapho unico.)

Art. 3.º Para a eleição de deputados será observada a divisão dos districtos eleitoraes estabelecida no decreto legislativo n. 153 de 3 de agosto deste anno, não comprehendidos os Estados do Amazonas, Piahy, Parahyba, Sergipe, Espirito Santo, Paraná, Santa Catharina e Matto Grosso, visto constituir cada um delles um só districto, nos termos do art. 36, § 1º, da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892.

Art. 4.º O eleitor votará em dous nomes, correspondentes aos dous terços do numero de deputados que deve dar cada districto eleitoral. (Lei n. 35, art. 36, § 3º.)

Art. 5.º Nos districtos eleitoraes, cujas sédes forem capitães de Estado e que tiverem quatro ou cinco deputados, o eleitor votará em tres nomes, e o mesmo se observará no 2º districto eleitoral do Districto Federal, por encerrar maior numero de eleitores. (Lei n. 35, art. 36, § 2º.)

Art. 6.º Cada Estado dará o numero de deputados seguinte :

O Estado do Amazonas	4
O do Pará	7
O do Maranhão	7
O do Piahy	4
O do Ceará	10
O do Rio Grande do Norte	4
O da Parahyba	5
O de Pernambuco	17
O das Alagoas	6
O de Sergipe	4
O da Bahia	22
O do Espirito Santo	4
O do Rio de Janeiro	17
O de S. Paulo	22
O do Paraná	4
O de Santa Catharina	4
O do Rio Grande do Sul	16
O de Minas Geraes	37
O de Goyaz	4
O de Matto Grosso	4
O Districto Federal	10
Total	212

(Deer. n. 511 de 23 de junho de 1890, art. 6º; Constituição, art. 28, § 1º; lei n. 35, art. 63.)

Art. 7.º Votarão nas eleições para senadores e deputados todos os cidadãos brasileiros, maiores de 21 annos, qualificados e alistados de conformidade com as leis em vigor.

§ 1.º Entendem-se comprehendidos nesta disposição não só os eleitores qualificados segundo o processo estabelecido nas leis ns. 35 de 26 de janeiro e 69 de 1 de agosto de 1892, mas também os alistados conforme o decreto n. 200 A de 8 de fevereiro de 1890 e a lei n. 3029 de 9 de janeiro de 1881. (Lei n. 35, arts. 1º, 22 e 34.)

§ 2.º Os cidadãos assim qualificados, apesar de não incluídos no ultimo alistamento, serão admittidos a votar, exhibindo os respectivos titulos perante a mesa eleitoral da secção que comprehender o quarteirão onde se achavam alistados, segundo as declarações constantes dos mesmos titulos, salvo si tiverem sido eliminados do alistamento por decisão fundada em alguma das causas especificadas nos arts. 71 e 72 § 29 da Constituição da Republica. (Decreto n. 648 de 9 de agosto de 1890.)

§ 3.º Nos municipios ou secções em que não tiver havido alistamento de accordo com as leis ns. 35 e 69 citadas, far-se-ha a chamada dos eleitores pelo alistamento effectuado segundo o decreto n. 200 A de 8 de fevereiro de 1890 e, na falta deste, pela ultima revisão realisada em virtude da lei n. 3029 do 9 de janeiro de 1881.

Art. 8.º As eleições serão feitas por secções de municipio, que não deverão conter mais de 250 eleitores. (Lei n. 35, art. 38.)

Art. 9.º Nos municipios em que não se deu cumprimento às disposições do art. 39 da lei n. 35 de 26 de janeiro de 1892, por não ter havido alistamento ou por ter sido este iniciado de accordo com a lei n. 69 em época diversa da marcada nos arts. 3.º e 4.º da citada lei n. 35 e supprimido o alistamento do ultimo anno da legislatura, immediatamente que tiver conhecimento destas instrucções, o presidente da commissão municipal procederá á divisão do municipio em secções convenientes, cada uma das quaes não conterá numero de eleitores superior ao marcado no artigo anterior e as numerará ordinalmente.

§ 1.º O mesmo presidente designará os edificios onde hão de funcionar as mesas eleitoraes, distinguindo-os pelos numeros das secções, assim por exemplo:— 1.ª secção, paço do Conselho Municipal; 2.ª secção, escola publica de...; 3.ª secção, casa de morada do Sr. F.... no logar de...; 4.ª secção, edificio tal, etc.; e publicará por editaes essa divisão, especificando todas as indicações necessarias.

§ 2.º A numeração das secções e designação dos edificios assim publicadas não mais poderão ser alteradas até á eleição, salvo quanto á designação dos edificios, quando estes não possam mais servir, por força maior provada, caso em que se fará a nova designação, que se tornará publica por edital pela imprensa, no logar mais proximo.

§ 3.º A nova designação de edificio a que se refere o paragrapho anterior, por força maior provada, será feita pelo presidente da commissão municipal si a dita força se verificar mais de oito dias antes do marcado para a eleição, de sorte que se possa tornar-a publica por editaes.

§ 4.º A prova da força maior será feita por qualquer genero dellas, como sejam: vistoria por peritos, de plano e sem formalidades forenses, além do exame e laudo dado por escripto, datado e assignado; depoimentos de testemunhas dignas de fé, que sejam eleitores e maiores de toda a excepção; attestações de pessoas que occupem cargos officiaes, quer de eleição popular, quer de nomeação do Governo.

§ 5.º Os peritos serão nomeados e os depoimentos tomados pelo presidente da commissão municipal ou, em caso de urgencia, pelo presidente da respectiva secção eleitoral. Entende-se *caso urgente* o que se der tão proximamente aos oito dias a que se refere o art. 39, § 1.º, *in fine* da lei, que o edital não possa ser affixado com esse prazo.

(Lei n. 35, art. 39, e Instr. annexas ao decreto n. 760 de 16 de março de 1892, art. 2º, letras a, b e c.)

Art. 10. Quando o dito presidente, até cinco dias antes da eleição, não tiver publicado o edital com a designação dos edificios, qualquer dos membros eleitos para fazer parte das mesas eleitoraes poderá fazel-o, devendo tal designação prevalecer em relação a qualquer outra que posteriormente se faça. (Lei n. 35, art. 39, § 3.º.)

Art. 11. Em cada secção de municipio haverá uma mesa eleitoral encarregada do recebimento das cedulas, apuração dos votos e mais trabalhos inherentes ao processo. (Lei n. 35, art. 40, pr.)

§ 1.º Vinte dias antes da eleição, o presidente do governo ou Conselho Municipal, e na sua falta qualquer outro membro do mesmo governo ou conselho, ou o secretario fará a convocação dos outros membros e seus immediatos em votos, por meio de editaes e cartas officiaes, convidando-os a se reunir dentro de dez dias no paço municipal, afim de elegerem os membros das mesas eleitoraes. (Lei n. 35, art. 40, § 2º, e Instr. annexas ao decreto n. 760, art. 2º, letra d.)

§ 2.º Reunidos no dia designado, proceder-se-ha à eleição das mesas, votando cada um dos membros presentes, em lista aberta e assignada, em quatro nomes escolhidos de entre os eleitores do municipio, conforme o alistamento que tiver sido feito por ultimo. (Lei n. 35, art. 6º.)

§ 3.º Serão declarados membros effectivos das mesas o 1º, 2º, 3º, 5º e 6º mais votados, e supplentes o 4º, 7º e 8º, decidindo a sorte em caso de empate. (Lei n. 35, art. 6º, § 1º, e art. 40, § 1º, e lei n. 69, art. 1º.)

§ 4.º A eleição de que tratam os dous ultimos paragraphos se procederá, ainda que não esteja completo o numero dos cidadãos convocados, com tanto que se achem presentes pelo menos cinco. Na falta deste numero, os presentes convidarão tantos eleitores quantos sejam precisos para completal-o. (Lei n. 35, art. 6º, § 3º.)

§ 5.º Terminada a eleição das mesas, o presidente fará lavrar uma acta no livro das sessões ordinarias do governo ou Conselho Municipal, na qual serão mencionados os nomes dos mesarios eleitos, devendo ella ser assignada por quantos tomarem parte na eleição, e pelos cidadãos que o quizerem. (Lei n. 35, art. 40, § 4º.)

Art. 12. Vinte dias antes tambem da eleição o presidente da commissão municipal mandará affixar editaes e publical-os pela imprensa, convidando os eleitores a dar o seu voto, declarando o dia, logar e hora da eleição e o numero dos nomes que o eleitor deve incluir em sua cedula. (Lei n. 35, art. 39, § 2º.)

Art. 13. O resultado da eleição das mesas será immediatamente publicado e notificado por carta aos mesarios eleitos, tanto effectivos como supplentes.

Art. 14. O presidente da commissão municipal fará em tempo extrahir cópias authenticas do alistamento das secções, segundo a divisão feita, para serem remettidas ao presidente das respectivas mesas no dia immediato ao da sua eleição.

Outrosim fará remetter ao presidente da mesa os livros, urnas e mais objectos necessarios à eleição.

Paragrapho unico. A remessa daquellas cópias será feita pelo Correio sob registro, ou por official de justiça, cumprindo áquelle a quem for entregue accusar o recebimento. (Lei n. 35, art. 41.)

Art. 15. Quando, até oito dias antes da eleição, o presidente da mesa não tiver recebido a cópia do alistamento referente á sua secção, poderá qualquer dos membros della requisital-a do

secretario do governo municipal, que, sob pena de responsabilidade, satisfará immediatamente a requisição. (Lei n. 35, art. 42.)

Art. 16. O presidente da mesa eleitoral providenciará sobre o mais que faltar e mandará, por um eleitor, que lhe servirá de secretario, lavrar os competentes termos de abertura e de encerramento, em livros que serão numerados e rubricados pelo mesmo presidente quando taes livros não forem fornecidos, devendo tudo constar da respectiva acta.

Art. 17. Os membros das mesas eleitoraes reunir-se-hão no dia da eleição ás 9 horas da manhã, no lugar designado, e elegendo, á pluralidade de votos, o seu presidente e secretario, aquelle designará de entre os demais membros os que devem fazer a chamada dos eleitores, receber as listas e examinar os titulos, lavrando o secretario immediatamente a acta em livro proprio, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente do governo municipal.

A eleição começará e terminará no mesmo dia.

§ 1.º Proceder-se-ha á eleição sempre que comparecerem tres membros dos que compoem a mesa, sejam estes effectivos ou supplentes.

Si até á occasião de proceder-se á apuração não tiverem comparecido mais dous mesarios, convidará a mesa um ou dous dos eleitores presentes, afim de occupar o lugar ou logares vagos.

§ 2.º Não se podendo realisar a organização da mesa eleitoral até ás 10 horas do dia, não terá lugar a eleição.

§ 3.º Installada a mesa, terá começo a chamada dos eleitores pela ordem em que estiverem na respectiva cópia do alistamento.

A falta dessa cópia de alistamento, porém, não impedirá o recebimento das cédulas dos eleitores que comparecerem e exhibirem os seus titulos devidamente legalisados.

§ 4.º O eleitor não poderá ser admittido a votar sem apresentar o seu titulo, não podendo, em caso algum, exhibido este, ser-lhe recusado o voto, nem tomado em separado, excepção dos casos previstos no § 13, n. 1, deste artigo.

No dia da eleição, si nenhum dos mesarios houver ainda recebido a cópia do alistamento, a eleição se realisarà, fazendo-se a chamada por qualquer cópia, que sera posteriormente authenticada, ou mesmo, na falta de cópia, se procederá á eleição sem chamada, sendo admittidos a votar todos os eleitores que se apresentarem munidos de seus titulos.

§ 5.º O recinto em que estiver a mesa eleitoral será separado do resto da sala por um gradil, proximo daquella, para que seja possivel aos eleitores presentes fiscalisarem de fora do recinto todo o processo eleitoral; dentro do recinto e junto aos mesarios estarão os fiscaes dos candidatos.

§ 6.º A eleição será por escrutinio secreto. A urna se conservará fechada á chave, emquanto durar a votação.

§ 7.º As cédulas que tiverem nomes em numero inferior ao que deverem conter serão, não obstante, apuradas.

Das que contiverem numero superior serão desprezados os

nomos excedentes, guardada a ordem em que os mesmos estiverem collocados.

§ 8.º Antes da chamada, a urna será aberta e mostrada ao eleitorado, para que verifique estar vazia.

§ 9.º O eleitor, logo que tenha depositado na urna duas cédulas em involucros distinctos, uma para deputados e outra para senador, assignará o livro de presença, aberto, numerado, rubricado e encerrado pelo presidente da comissão municipal.

§ 10. Terminada a chamada, o presidente fará lavrar um termo de encerramento em seguida à assignatura do ultimo eleitor, no qual será declarado o numero dos que houverem votado.

§ 11. O eleitor que comparecer depois de terminada a chamada e antes de começar-se a lavrar o termo de encerramento no livro de presença, será admittido a votar.

Nessa occasião votarão os mesarios que não tiverem seus nomes incluídos na lista da chamada, por acharem-se alistados em outra secção.

§ 12. Lavrado o termo de encerramento no livro de presença, passar-se-ha à apuração pelo modo seguinte : aberta a urna pelo presidente, contará este as cédulas recebidas, e depois de annunciar o numero dellas, as emmaçará, recolhendo-as, logo após, à dita urna. Em seguida, o escrutador, que assentar-se á direita do presidente, tirará da urna uma cédula, desdobral-a-ha, lendo-a e passando-a ao presidente, que, depois de lê-la, passal-a-ha ao outro escrutador à sua esquerda, o qual a lerá em voz alta, sendo pelos outros mesarios, como secretarios, tomada a apuração, fazendo em voz alta a addição dos votos que tocarem aos nomes que se forem lendo.

§ 13. Embora não se ache fechada por todos os lados alguma cédula, será, não obstante, apurada.

1. Serão apuradas em separado as cédulas que contiverem alteração por falta, augmento ou suppressão de sobrenome ou appellido do cidadão votado, ainda que se refira visivelmente a individuo determinado.

II. Não serão apuradas as cédulas :

a) quando contiverem nome riscado ou substituído ; declaração contraria à do rotulo ; ou quando não houver indicação no involucro ;

b) quando se encontrar mais de uma dentro de um só involucro, quer sejam escriptas em papeis separados, quer uma dellas no proprio involucro.

As cédulas e involucro a que se referem os ns. I e II deste paragraho, devidamente rubricados pelo presidente da mesa, serão remettidos ao poder competente com as respectivas actas.

§ 14. Terminada a apuração das cédulas, o presidente fará escrever em resumo o resultado da eleição, designando-se os nomes dos cidadãos votados e o numero de votos, em tantos exemplares quantos forem os mesarios e os fiscaes, os quaes serão rubricados pelos mesarios e fiscaes, entregando-se um exemplar a cada um.

§ 15. O presidente, em seguida, proclamará o resultado da

commissão municipal, o que fará publico por edital, com antecedencia de dez dias, pelo menos ;

c) a transcripção da acta deverá ser assignada pelos membros da mesa, fiscaes e eleitores presentes que o quizerem.

§ 21. Qualquer eleitor da secção e bem assim os fiscaes poderão offerecer protestos por escripto, relativamente ao processo da eleição, passando-se recibo ao protestante.

Esses protestos serão rubricados pela mesa que, contra-protestando ou não, appensal-os-ha à cópia da acta, que será remettida à junta apuradora.

§ 22. A mesa fará extrahir quatro cópias da acta e das assignaturas dos eleitores no livro de presença, as quaes, depois de assignadas pelos mesarios e concertadas por tabellião ou qualquer serventuario de justiça ou escrivão *ad hoc*, serão enviadas ao secretario da Camara dos Deputados, ao do Senado, e aos presidentes das juntas apuradoras.

§ 23. A mesa funcionará sob a direcção do presidente, a quem cumpre, de accordo com os mesarios, resolver as questões que se suscitarem; regular a policia no recinto da assemblea, fazendo retirar os que perturbarem a ordem, prender os que commetterem crime, lavrar o respectivo auto, remettendo immediatamente com o auto o delinquente à autoridade competente.

Não serão permittidas aos mesarios discussões prolongadas.

§ 24. A substituição dos mesarios que faltarem far-se-ha independente de aviso ou communicação dos impedidos, desde que constar aos substitutos a falta de qualquer membro effectivo. Na falta dos supplentes os membros presentes nomearão quem os substitua de entre os eleitores da secção.

§ 25. A eleição e apuração não deverão ser interrompidas sob qualquer pretexto.

§ 26. É expressamente prohibida a presença de força publica dentro do edificio em que se proceder à eleição e em suas immedições, sob qualquer fundamento, ainda mesmo à requisição da mesa, para manter a ordem.

§ 27. Si a mesa não acceitar os protestos de que trata o § 21, poderão estes ser lavrados no livro de notas do tabellião, dentro de 24 horas após a eleição.

§ 28. Os livros e mais papeis concernentes à eleição devem ser remettidos, no prazo de dez dias, ao presidente do governo municipal, a fim de serem recolhidos ao archivo da Municipalidade. (Lei. n. 35, art. 43.)

Art. 18. O presidente do governo municipal fornecerá todos os livros necessarios para as eleições, correndo por conta da União as despesas, que com elles e mais aprestos se fizer. (Lei n. 35, art. 64.)

Art. 19. As mesas eleitoraes tem competencia para lavrar auto de flagrante delicto contra o cidadão que votar, ou tentar fazel-o com titulo que não lhe pertença, e para apprehender o titulo suspeito; devendo livrar-se solto, independentemente de fiança, o delinquente, logo que estiver lavrado o auto, que

eleição pela lista de apuração, procedendo a qualquer verificação, si alguma reclamação for apresentada por mesario, fiscal ou eleitor, e fará lavrar a acta no livro proprio, a qual será assignada pelos mesarios, fiscaes e eleitores que o quizerem.

§ 16. Os candidatos que disputarem a eleição poderão nomear cada um o seu fiscal, que tomará assento na mesa eleitoral, e terá direito de exigir da mesma, concluida a apuração e antes de lavrar-se a acta dos trabalhos, um boletim assignado pelos mesarios, contendo os nomes dos candidatos, os votos recebidos e o numero de eleitores que tiverem comparecido á eleição.

Estes boletins, com as firmas dos mesarios reconhecidas por notario publico, poderão ser apresentados na apuração geral da eleição, para substituir a acta.

A nomeação do fiscal será feita em officio dirigido á mesa, e assignado pelos candidatos ou seus procuradores, devendo ser entregue no acto da installação da mesa.

§ 17. Sempre que um grupo de trinta eleitores, pelo menos, da secção indicar á mesa, em documento assignado, o nome de qualquer eleitor para fiscal da eleição, deverá este ser admittido na mesa, gosando dos direitos conferidos aos fiscaes dos candidatos.

§ 18. Na acta da eleição deverão ser transcriptos os nomes dos cidadãos votados, com o numero de votos que obtiver cada um, sendo escriptos estes em ordem numerica.

Da mesma acta constará:

- a) o dia da eleição e a hora em que teve começo;
- b) o numero dos eleitores que não tiverem comparecido;
- c) o numero de cedulas recebidas e apuradas promiscuamente, para cada eleição;
- d) o numero das recebidas e apuradas em separado, com declaração dos motivos, os nomes dos votados e os dos eleitores que dellas forem portadores;
- e) os nomes dos mesarios que não assignarem a acta, declarando-se o motivo.
- f) os nomes dos cidadãos que assignarem no livro de presença pelos eleitores que o não puderem fazer;
- g) todas as occurrencias que se derem no processo da eleição.

§ 19. Qualquer dos mesarios poderá assignar-se — vencido — na acta, dando os motivos; no caso de não querer a maioria da mesa assignal-a, deverão fazel-o os demais mesarios e os fiscaes, que convidarão para isso os eleitores que o quizerem.

§ 20. Cada fiscal terá o direito de tirar cópia da acta, subscrevendo-a o presidente e os mesarios.

Finda a eleição e lavrada a acta, será esta immediatamente transcripta no livro de notas do tabellião ou outro qualquer serventuario de justiça ou escrivão *ad hoc* nomeado pela mesa, o qual dará certidão a quem a pedir.

a) a transcrição da acta por escrivão *ad hoc* será feita em livro especial, aberto pelo presidente da commissão seccional e rubricado por um dos membros da minoria;

b) a distribuição dos tabelliães e serventuarios de justiça para servirem nas commissões seccionaes incumbie ao presidente da

será remetido, com as provas do crime, à autoridade competente. (Lei n. 35, art. 65.)

Art. 20. Trinta dias depois de finda a eleição, reunidos, na sala das sessões do governo municipal nas capitães dos Estados, para a apuração da eleição de senador, e nas sedes das circumscrições eleitoraes para a de deputados, bem como na do governo municipal do Districto Federal para ambas as apurações, o presidente do mesmo governo, os cinco membros mais votados e os cinco immediatos ao menos votado, proceder-se-ha à apuração geral dos votos de cada uma das eleições.

§ 1.º O dia, lugar e hora para a apuração serão pelo dito presidente annunciados pela imprensa e por edital affixado na porta do edificio da Municipalidade, com antecedencia de tres dias, pelo menos, sendo convidados todos os que devem tomar parte neste trabalho.

§ 2.º A apuração devera terminar dentro de 20 dias da data do começo dos trabalhos, e se fará pelas authenticas recebidas e pelas certidões que forem apresentadas por qualquer eleitor, desde que nenhuma duvida offerecerem, lavrando-se, diariamente, uma acta, em que se fará a exposição resumida do trabalho do dia, designando-se o total da votação de cada cidadão.

§ 3.º As sessões da Junta apuradora serão publicas e os eleitores que comparecerem e os fiscaes, em qualquer numero, que forem perante ellas apresentados pelos candidatos, poderão assignar as actas.

§ 4.º Installada a Junta, o presidente fará abrir os officios recebidos, e, mandando contar as authenticas, designará um dos membros para proceder à leitura e dividirá por letras entre os demais os nomes dos cidadãos votados, para que, com toda a regularidade, se proceda à apuração, que será feita em voz alta.

§ 5.º Não se realisando a reunião da Junta no dia marcado, o presidente designará o dia immediato, fazendo publico por edital, que sempre será publicado na imprensa, existindo esta.

§ 6.º A Junta apuradora cabe somente sommar os votos constantes das authenticas, devendo, todavia, mencionar na acta qualquer duvida que tenha sobre a organização de alguma mesa de secção eleitoral, bem como, expressamente, os votos obtidos pelos candid. dos nessa secção.

Outresim, deverão ser declarados na acta, além de todas as occurrencias, os motivos pelos quaes a Junta for levada a apurar os votos tomados em separado pelas mesas seccionaes.

§ 7.º Em caso de duplicata, devera a Junta apurar somente os votos dados na eleição que tiver sido feita no lugar previamente designado.

§ 8.º Terminada a apuração, serão publicados os nomes dos cidadãos votados, na ordem numerica dos votos recebidos, e lavrada a acta, em que se mencionará, em resumo, todo o trabalho da apuração, as representações, reclamações ou protestos que forem apresentados perante a Junta ou perante as mesas seccionaes, com declaração dos motivos em que se fundarem.

§ 9.º Da acta geral da apuração de quaesquer eleições serão extrahidas as cópias necessarias, as quaes, depois de assignadas pela Junta apuradora, serão remettidas : uma ao ministro do interior, tratando-se de eleição do Districto Federal, ou ao governador, nos Estados ; uma á secretaria da Camara ou do Senado, e uma a cada um dos eleitos, para lhe servir de diploma.

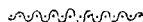
Essas cópias poderão ser impressas, devendo, todavia, ser concertadas e assignadas pelos membros da Junta. (Lei n. 35, art. 44.)

Art. 21. A pluralidade relativa dos votos decidirá da eleição ; no caso de empate, considerar-se-ha eleito o mais velho. (Lei n. 35, art. 45.)

Art. 22. Os requerimentos e documentos para fins eleitoraes são isentos de sello e de quaesquer direitos e gratuito o reconhecimento da firma. (Lei n. 35, art. 56.)

Art. 23. O trabalho eleitoral prefere a qualquer serviço publico, sendo considerado feriado o dia das eleições.

Capital Federal, 1 de setembro de 1893.— *Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1543 — DE 1 DE SETEMBRO DE 1893

Abre á verba — Eventuaes — do orçamento da despesa do Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, um credito supplementar de dez contos de réis (10:000\$000) para auxiliar a realisação da exposição de trabalhos juridicos que a Associação denominada « Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros » pretende realisar no corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida no paragrapho unico do art. 1.º do decreto legislativo n. 149 C, de 29 de julho proximo findo, resolve abrir á verba — Eventuaes — do orçamento da despesa do Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio, um credito supplementar de dez contos de réis (10:000\$000), para auxiliar a realisação da exposição de trabalhos juridicos, que a Associação denominada « Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros » pretende realisar no corrente anno.

O Ministro e Secretario dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 1 de setembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Eclisello Freire.



DECRETO N. 1544 A (*) — DE 4 DE SETEMBRO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Gararú, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Gararú, no Estado de Sergipe, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrons e a designação de 1º, e que organisar-se-ha com os guardas desse serviço qualificados na referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1544 B — DE 4 DE SETEMBRO DE 1893

Eleva á categoria de batalhão a 2ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Japaratuba, no Estado de Sergipe.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 10º, a 2ª secção de batalhão da reserva da Guarda Nacional da comarca de Japaratuba, no Estado de Sergipe, o qual será organizado com os guardas qualificados na referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



(*) Com o n. 1544 não houve acto.

DECRETO N. 1544 C — DE 4 DE SETEMBRO DE 1893

Crea um regimento de artilharia de campanha de guardas nacionaes na comarca de Tijucas, no Estado de Santa Catharina.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Tijucas, no Estado de Santa Catharina, um regimento de artilharia de campanha de guardas nacionaes, com quatro baterias e a designação de 4º, o qual se comporá dos guardas qualificados no districto de Nova Trento; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1545 — DE 16 DE SETEMBRO DE 1893

Eleva a 7\$123 diarios os vencimentos dos patrões de lanchas do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe foi conferida no art. 3º da lei n. 40, de 2 de fevereiro do anno passado, resolve :

Art. 1.º Ficam elevados a 7\$123 diarios os vencimentos dos patrões de lanchas do Arsenal de Marinha desta Capital, de accordo com os fixados para os patrões de 2ª classe do Arsenal de Guerra, na tabella annexa ao decreto de 28 de julho do corrente anno.

Art. 2.º Semelhantes vencimentos devem ser pagos desde a data em que começou a ter execução no Ministerio da Guerra a referida tabella.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Felipe Firmino Rodrigues Chaves, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim faça executar.

Capital Federal, 16 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Firmino Chaves.



DECRETO N. 1546 — DE 18 DE SETEMBRO DE 1893

Approva o regulamento para a Escola de Minas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe faculta o n. 4 do art. 3.º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve approvar para a Escola de Minas o regulamento que a este acompanha assignado pelo Ministro de Estado Dr. Fernando Lobo.

Capital Federal, 18 de setembro de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Regulamento a que se refere o decreto n. 1546 desta data

CAPITULO I

DA ESCOLA E SEUS CURSOS

Art. 1.º A Escola de Minas tem por fim preparar engenheiros para a lavra das minas, para os estabelecimentos metallurgicos e para os diversos ramos da engenharia civil.

Art. 2.º Os cursos desta Escola são gratuitos.

Art. 3.º O ensino da Escola comprehende: um curso fundamental e um curso especial.

Art. 4.º O curso fundamental é constituido pelas seguintes cadeiras, distribuidas em tres annos de estudos:

1º anno

1ª cadeira — arithmetica, algebra e geometria (revisão e complementos); theoria das derivadas.

Trigonometria rectilinea e espherica. Geometria analytica a duas dimensões: noções fundamentaes, linha recta e curvas do 2º grão.

2ª cadeira — physica: gravidade, hydrostatica, calor e acustica. Chimica: metalloides.

3ª cadeira — geometria descriptiva: linha recta e plano.

4ª cadeira — noções de topographia.

5ª cadeira — botanica geral.

Trabalhos praticos de botanica, physica e chimica.

Idem de topographia.

Desenho de imitação e topographico — Epuras.

2º anno

1ª cadeira — theoria geral das equações, resolução das equações numericas. Analyse infinitesimal. Geometria analytica a duas e a tres dimensões.

2ª cadeira — mecanica geral : elementos.

3ª cadeira — topographia.

4ª cadeira — physica : optica, electricidade, magnetismo e meteorologia. Chimica : metaes.

5ª cadeira — zoologia geral.

Epuras. O lente ou o substituto da cadeira de geometria **descriptiva** fará lições dessa materia, relativas á resolução de problemas usuaes sobre as superficies estudadas em geometria elemental.

Trabalhos praticos de physica e chimica.

Idem idem de zoologia e botanica.

Idem idem de topographia.

3º anno

1ª cadeira — mecanica geral. Estudo summario dos mecanismos e machinas.

2ª cadeira — elementos de astronomia e geodesia.

3ª cadeira — geometria descriptiva : planos tangentes e intersecções de superficies; perspectiva e sombras; projecções cotadas.

4ª cadeira — chimica organica.

5ª cadeira — zoologia e botanica systematicas.

Epuras.

Trabalhos praticos de chimica.

Idem idem de astronomia, geodesia e topographia.

Trabalhos praticos e excursões de zoologia e botanica.

Revisões e arguições, feitas pelos substitutos, das materias que fazem parte do concurso.

Art. 5.º O curso especial é constituido pelas seguintes cadeiras, distribuidas em tres annos de estudos:

1º anno

1ª cadeira — mineralogia.

2ª cadeira — docimasia; physica e chimica industriaes.

3ª cadeira — lavra de minas (1ª parte). Metallurgia (1ª parte).

4ª cadeira — stereotomia e madeiramento.

5ª cadeira — hydraulica e thermodynamica. Machinas.

Trabalhos praticos de mineralogia.

Idem idem de docimasia.

Excursões mineralogicas.

Visitas a fabricas e a minas.

Epuras e desenho de machinas.

2º anno

1ª cadeira — geologia : phenomenos actuaes, petrographia ; estudo das jazidas metallíferas.

2ª cadeira — metallurgia (2ª parte) e lavra de minas (2ª parte).

3ª cadeira — resistencia dos materiaes e estabilidade das construcções ; estudo dos materiaes e processos geraes de construcção. Construcção de machinas.

4ª cadeira — estradas de ferro e de rodagem.

O lente ou substituto de topographia fará lições de topographia subterranea e dirigirá os trabalhos praticos correspondentes.

Trabalhos praticos de geologia.

Projectos de metallurgia e de machinas.

Excursões geologicas.

Visitas a minas, usinas e officinas.

Desenhos de machinas.

3º anno

1ª cadeira — geologia : descripção dos terrenos e dos principaes fosséis que os caracterisam.

2ª cadeira — pontes e viaductos.

3ª cadeira — abastecimento de aguas, esgotos, navegação interior, portos de mar e hydraulica agricola.

4ª cadeira — legislação de terras e de minas. Economia politica, direito administrativo, estatistica.

5ª cadeira — architectura.

Trabalhos praticos de geologia e excursões geologicas — Desenho de architectura — Projectos de lavra de minas e metallurgia, estradas de ferro, pontes e viaductos e architectura — Visitas a minas e usinas, estradas de ferro, pontes e viaductos e obras hydraulicas.

CAPITULO II

DO PESSOAL DOCENTE

Art. 6.º O pessoal docente compõe-se de :

Um lente de mineralogia e geologia.

Um lente de metallurgia e lavra de minas.

Um lente de hydraulica e thermo-dynamica ; machinas ; abastecimento de aguas, esgotos, navegação interior, portos de mar e hydraulica agricola.

Um lente de resistencia dos materiaes, estabilidade das construcções, materiaes e processos geraes de construcção ; construcção de machinas e architectura.

Um lente de estradas de ferro e de rodagem, pontes e viaductos.

Um lente de chimica organica, docimasia, chimica e physica industriaes.

Um lente de geometria descriptiva, stereotomia e madeiramento.

Um lente de legislação de terras e de minas, economia politica, direito administrativo e estatistica.

Um lente de arithmetica, algebra e geometria e noções de geometria analytica.

Um lente de theoria geral das equações, resolução das equações numericas, analyse infinitesimal e geometria analytica.

Um lente de elementos de mecanica e de mecanica geral.

Um lente de topographia, elementos de astronomia e geodesia.

Um lente de physica e chimica inorganica.

Um lente de zoologia e botanica.

Um lente substituto de mineralogia, geologia, zoologia e botanica (1ª secção).

Um lente substituto de metallurgia, lavra de minas, economia politica, direito administrativo, estatistica, legislação de terras e de minas (2ª secção).

Um lente substituto de mecanica e machinas (3ª secção).

Um lente substituto de estradas de ferro e de rodagem, pontes e viaductos, resistencia dos materiaes, processos geraes de construcção, construcção de machinas e architectura (4ª secção).

Um lente substituto de physica e chimica, docimasia, physica e chimica industriaes (5ª secção).

Um lente substituto de geometria descriptiva, stereotomia e madeiramento, topographia, elementos de astronomia e geodesia (6ª secção).

Um lente substituto de arithmetica, algebra, geometria, trigonometria, analyse infinitesimal e geometria analytica (7ª secção).

Um professor de desenho de imitação, topographico e de machinas.

Art. 7.º As nomeações para os logares do magisterio serão feitas por decreto, mediante concurso, guardadas as disposições do capitulo III.

Art. 8.º Os lentes cathedrauticos são obrigados:

1º, a reger suas cadeiras conforme o horario e programmas adoptados;

2º, a redigir no fim de cada anno lectivo e apresentar á congregação os programmas dos cursos que lhes incumbem;

3º, a dirigir os diversos trabalhos relativos ás suas cadeiras, as excursões scientificas, que poderão ser feitas durante as ferias, e desempenhar outras commissões, relativas ao serviço da escola, para as quaes tenham reconhecida competencia, a juizo da congregação.

Art. 9.º Os lentes substitutos são obrigados:

1º, a substituir os lentes das suas secções em seus impedimentos;

2º, a repetir as materias das suas secções, que forem designadas pela congregação, conforme indicação do lente respectivo;

3º, a auxiliar os lentes nas excursões scientificas dos alumnos, ou dirigil-as, si forem para isso designados ;

4º, a fiscalisar os trabalhos praticos e desenhos dos alumnos, conforme as indicações dos lentes ;

5º, a executar, com o auxilio dos empregados sob suas ordens, as preparações e demonstrações que o lente julgar necessarias ;

6º, a velar pela conservação e boa ordem dos laboratorios e colleções, e a formar no ultimo mez de cada anno lectivo o catalogo de todos osapparelhos, instrumentos, reactivos e amostras, sendo auxiliados pelo conservador.

Art. 10. Os substitutos ensinarão uma das materias das cadeiras das secções a que pertencerem, quando isto for conveniente para o ensino, a juizo da congregação e sob proposta dos lentes.

Art. 11. O professor de desenho deve dirigir os trabalhos do desenho de imitação e topographico, os de croquis e desenho de machinas, e auxiliar o substituto da 6ª secção nos trabalhos praticos.

CAPITULO III

DO CONCURSO PARA OS CARGOS DO MAGISTERIO

Art. 12. A commissão de concurso, que será presidida pelo director, se comporá de todos os lentes effectivos e contractados, quando o logar pertencer ao curso fundamental, e dos lentes effectivos e contractados, cujos diplomas corresponderem á habilitação nas materias do concurso, quando o logar pertencer ao curso especial.

Art. 13. A congregação determinará o dia em que deve começar o concurso.

Art. 14. As provas para os logares de lentes cathedrauticos consistirão em :

1º, uma dissertação escripta ;

2º, uma prelecção oral sobre ponto tirado á sorte com 24 horas de antecedencia ;

3º, uma prova pratica, salvo quanto á cadeira de legislação de terras e de minas, direito administrativo, economia politica e estatística ;

4º, uma prova oral de improviso ;

5º, uma arguição pela commissão examinadora.

Art. 15. As provas para os logares de substituto serão as mesmas que para os de lente cathedratico, com excepção da prova oral de improviso, que não sera exigida, sendo a prova pratica a que deveria fazer um dos lentes da respectiva secção, conforme a sorte designar.

Art. 16. As provas para o logar de professor de desenho consistirão em :

1º, uma prelecção oral sobre um ponto tirado à sorte, com 24 horas de antecedência, de geometria descriptiva, stereotomia, madeiramento ou topographia ;

2º, duas provas praticas ;

3º, uma arguição pela commissão examinadora.

Art. 17. O ponto ou pontos de cada prova serão communs a todos os candidatos e tirados a sorte pelo primeiro inscripto, ou, no caso do art. 21, pelo primeiro de cada turma.

Art. 18. A dissertação escripta versará sobre um dos pontos que a commissão houver organizado no mesmo dia, antes da hora fixada para começo da prova. Taes pontos não excederão a 20, e abrangerão todas as materias do ensino correspondentes à cadeira ou logar vago.

Para as provas de mathematicas poder-se-ha addicionar à questão theorica um problema concernente a estas materias.

Os candidatos terão o espaço de quatro horas para a composição ; deixarão em cada meia folha de papel uma pagina em branco e não poderão consultar notas nem livros. O papel para a prova ser-lhes-ha dado na occasião, convenientemente rubricado. Os membros da commissão julgadora fiscalisarão o trabalho pela maneira que entre si combinarem.

Art. 19. Cada prova escripta será datada e assignada por seu autor e rubricada no verso de todas as folhas pelos demais concurrentes e pelo presidente do acto.

Si houver um só candidato, a respectiva prova, depois de datada e assignada por elle, será rubricada no verso de todas as folhas pela commissão julgadora.

Fechada cada uma das composições em envoltorio laerado, no qual o autor escreverá o nome e cada um dos candidatos, bem como os membros da commissão, a rubrica, serão todas as provas convenientemente guardadas.

Terminado este trabalho, a commissão extrahirá do programma do ensino correspondente ao logar vago, excluida a materia a que pertence o ponto sorteado para a prova escripta, os pontos destinados à prelecção oral, em numero não superior a 20, e marcará a hora em que, dous dias depois, se fará esta prova sobre ponto tirado à sorte, com 24 horas de antecedência.

Art. 20. A prelecção oral será feita publicamente, dando-se a cada candidato o espaço de uma hora e meia.

Aos candidatos serão dados osapparelhos, reactivos, fosseis, mineraes e mais objectos necessarios às experiencias ou demonstrações que lhes parecerem uteis apresentar.

Art. 21. Si por causa do numero dos candidatos não se puderem concluir no mesmo dia as provas oraes, dividir-se-hão aquelles em tantas turmas quantas forem necessarias. A divisão se fará por sorte no primeiro dia em que se houverem de effectuar as provas, e para cada turma se escolherão pontos, excluido o que já tiver sido tirado.

Art. 22. Nenhum candidato ouvirá a exposição dos que o precederem no mesmo dia, e, em sala reservada, os concorrentes aguardarão, pela ordem em que se acharem inscriptos, a hora da exhibição de sua prova.

Art. 23. A prova pratica constará:

1.º Quanto á 1ª cadeira do 1º anno, 1ª do 2º anno e 1ª do 3º anno do curso especial, da determinação especifica de dez fosseis, dez rochas e seis mineraes, para o que se concederão seis horas ;

2.º Quanto á 3ª cadeira do 1º anno e 2ª do 2º anno do curso especial, da redacção de um esboço de projecto sobre dados fornecidos pela commissão, para o que se concederão seis horas ;

3.º Quanto á 4ª cadeira do 3º anno do curso fundamental e 2ª do 1º anno do curso especial, da analyse qualitativa de uma mistura de dous saes, do ensaio de um minerio e de uma preparação de chimica organica, para o que se concederão seis horas ;

4.º Quanto á 5ª cadeira do 1º anno e 3ª do 3º anno do curso especial, da solução de um problema concernente ás materias do respectivo ensino e de um esboço de projecto sobre dados fornecidos pela commissão, para o que se concederão sete horas ;

5.º Quanto á 3ª cadeira do 2º anno e 5ª do 3º anno do curso especial, da solução de um problema sobre resistencia e estabilidade das construcções e de um esboço de projecto de architectura, para o que se concederão sete horas ;

6.º Quanto á 4ª cadeira do 2º anno e 2ª do 3º anno do curso especial, da solução de um problema concernente ás materias do respectivo ensino e de um esboço de projecto, para o que se concederão sete horas ;

7.º Quanto á 3ª cadeira do 1º anno, 3ª do 3º anno do curso fundamental e 4ª do 1º anno do curso especial, da execução de uma epura, para o que se concederão seis horas ;

8.º Quanto á 4ª cadeira do 1º anno, 3ª do 2º e 2ª do 3º anno do curso fundamental, de um trabalho pratico, para o que se concederão oito horas, e da resolução de um problema, para o que se concederão quatro horas ;

9.º Quanto á 1ª cadeira do 1º anno, 1ª do 2º anno, 1ª do 3º anno e 2ª do 2º anno do curso fundamental, da solução de um ou mais problemas concernentes ás materias do respectivo ensino, para o que se concederão quatro horas ;

10. Quanto á 2ª cadeira do 1º anno e 4ª do 2º anno do curso fundamental, de uma experiencia de physica, que comprehenderá a verificação de uma lei ou a determinação de uma propriedade physica, de duas preparações de chimica e da analyse qualitativa de uma mistura de dous saes com o mesmo acido, para o que se concederão sete horas ;

11. Quanto á 5ª cadeira do 1º anno, 5ª do 2º anno e 5ª do 3º anno do curso fundamental, de uma preparação de zoologia e uma de botanica, e da determinação especifica de dous animaes e duas plantas, para o que se concederão sete horas ;

12. Quanto ao logar de professor de desenho, as duas provas praticas constarão : a primeira, de uma epura de geometria descriptiva, e a segunda, de um desenho de imitação ou de um de-

senho de machina, para cada uma das quaes se concederão quatro horas.

Art. 24. No segundo dia util depois da prelecção oral comparecerão os candidatos para a prova pratica, ás 10 horas da manhã.

Antes se reunirá a commissão, afim de escolher os pontos, os quaes não serão menos de seis nem mais de doze. No caso de duas provas praticas, a segunda se fará no dia immediato áquelle em que ficou concluida a primeira.

Quando não se puder realisar cada prova em um só dia por causa do numero dos candidatos, dividir-se-hão estes em turnas conforme o disposto no art. 21.

A commissão julgadora inspecionará o trabalho e o ordenará pela melhor fôrma.

Art. 25. No segundo dia util depois da prova pratica se fará a prova oral de improviso, que versará sobre um dos pontos, que no maximo, em numero de 20, a commissão houver organizado no mesmo dia antes da hora fixada para começo da prova, tendo em vista que se prestem a considerações geraes ácerca das materias a que se referem. O ponto será tirado á sorte, com duas horas de antecedencia.

Art. 26. No caso de não se poderem concluir as provas no mesmo dia, observar-se-ha o processo indicado no art. 21.

Art. 27. Do ponto tirado pelo candidato inscripto em primeiro logar, os outros, que ficarão em sala reservada, só terão conhecimento, cada um por sua vez, duas horas antes da exhibição da prova. Durante este prazo, concedido ao candidato para a coordenação das idéas, não poderá elle recorrer a nenhum livro ou outro qualquer auxilio.

Art. 28. No segundo dia util, depois da prova oral de improviso, comparecerão os candidatos ás 10 horas da manhã, afim de serem arguidos por membros da commissão examinadora sobre assumptos dos programmas de ensino correspondentes ao logar em concurso.

Os candidatos serão chamados na ordem das inscripções, e para cada um a arguição durará uma hora.

Art. 29. No caso em que estas ultimas provas não possam ser concluidas no mesmo dia, por causa do numero dos candidatos, observar-se-ha o processo indicado no art. 21.

Art. 30. No primeiro dia util depois das provas de arguição se procederá publicamente, ás 10 horas da manhã, á leitura da dissertação escripta. Cada candidato lerá sua prova sob a inspecção do que se lhe seguir na ordem da inscripção, e o ultimo sob a do primeiro. Quando houver só um, o presidente designará um dos membros da commissão afim de acompanhar a leitura; em seguida se procederá ao julgamento do concurso na fôrma do art. 109 e seguintes do Codigo de disposições communs ás instituições de ensino superior.

CAPITULO IV

DA MATRICULA

Art. 31. A inscripção de matricula começará no dia 15 de agosto e terminará no dia 31 do mesmo mez.

Fóra dessa época, só a congregação poderá admittir á matricula os candidatos, que allegarem motivo attendivel, antes de decorridos quarenta dias uteis.

Art. 32. Para ser admittido á matricula do 1º anno do curso fundamental deverá o candidato apresentar exames das seguintes materias: portuguez, francez, inglez ou allemão, historia, geographia, cosmographia, historia do Brazil, mathematicas elementares, desenho geometrico, noções de physica, chimica e historia natural, sendo que os de mathematicas elementares, desenho geometrico e noções de physica, chimica e historia natural serão prestados na Escola de Minas, perante commissões de lentes, substitutos ou professores designados pelo director, servindo nestes exames o processo adoptado pela congregação, que organizará os respectivos programmas. Começarão elles na segunda quinzena de agosto.

Art. 33. A matricula no 1º anno do curso especial, a qual será obtida por meio de concurso, se admittirá o numero de alumnos que o ministro da justiça e negocios interiores fixar cada anno, em vista das informações do director.

Art. 34. Os que apresentarem certidões de approvação em exames das materias do curso fundamental desta escola, feitos na Escola Polytechnica, na de Marinha ou na Militar, ou nas escolas estrangeiras cujo ensino for julgado equivalente, a juizo da congregação, assim como os de que trata o art. 181 do Código approvado pelo decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892, serão admittidos ao concurso.

Art. 35. O concurso realizar-se-ha, perante uma commissão nomeada pelo director, composta de lentes cathedraes ou substitutos da escola.

Art. 36. Os candidatos aptos para entrarem em concurso entregarão, até ao dia 13 de junho, na secretaria da Escola de Minas, os seus requerimentos acompanhados dos documentos a que se refere o art. 34.

Art. 37. O concurso constará de provas escriptas, praticas e oraes.

Art. 38. As provas escriptas e praticas far-se-hão a partir de 15 de junho, e constarão de :

- Uma composiçõ de mathematica ;
- Uma copia de geometria descriptiva ;
- Um calculo de trigonometria ;
- Um trabalho pratico de topographia ou astronomia ;
- Um trabalho pratico de physica e chimica.

Os candidatos terão quatro horas para cada uma das duas primeiras provas, duas horas para o calculo de trigonometria e seis horas para cada prova pratica.

Art. 39. O trabalho das provas escriptas e praticas será em cada hora fiscalizado por um membro da commissão examinadora, a qual, nos dias em que houverem de verificar-se aquellas provas, escolherá, para cada uma, uma epura e uma ou mais questões que se refiram ao programma do curso fundamental da escola.

Art. 40. Os candidatos não poderão fazer uso de notas, nem de livros, excepto de taboas de logarithmos; munir-se-hão dos instrumentos para a execução do desenho de geometria descriptiva, e receberão da commissão que houver de fiscalisar o trabalho o papel necessario, rubricado pelo respectivo presidente.

Art. 41. Concluida cada prova, será ella rubricada pelo membro da commissão que a estiver fiscalizando, e, depois de fechada e lacrada, entregue ao director para ser julgada opportunamente.

Art. 42. As provas oraes começarão no primeiro dia util, depois de terminadas as escriptas e praticas, à hora em que a commissão julgadora annunciar.

As materias sobre que deverão versar as provas oraes serão repartidas entre os examinadores pelo modo seguinte :

- 1) Algebra, analyse infinitesimal e geometria analytica.
- 2) Mecanica geral, astronomia e geodesia.
- 3) Trigonometria e geometria descriptiva.
- 4) Chimica, physica, zoologia e botanica.

Art. 43. Os exames serão vagos, durarão pelo menos tres quartos de hora e se farão segundo o programma do curso fundamental.

Art. 44. As notas serão expressas, relativamente a cada materia, por algarismos de 0 a 20.

Considerar-se-ha inhabilitado o candidato que em qualquer das provas obtiver nota inferior a 5.

Cada uma das notas obtidas pelos candidatos será multiplicada por um coeeficiente cujo valor a congregação previamente fixará. A classificação dos candidatos se fará segundo a somma dos productos das notas multiplicadas pelos respectivos coeeficientes.

Art. 45. Concluidas todas as provas, os examinadores procederão ao julgamento e organizarão uma lista dos candidatos com as competentes notas nos termos do artigo anterior.

Lavrada no livro respectivo a acta do exame, e assignada esta e a referida lista pelos examinadores, o director da escola communicará ao ministro da justiça e negocios interiores o resultado do concurso.

Art. 46. Os nomes dos candidatos approvados, segundo a ordem da sua classificação, até ao numero a que se refere o art. 33, serão proclamados na sala dos exames e depois publicados no *Diário Official*.

A cada um dos candidatos approvados se dará um attestado conforme o modelo n. 1.

Art. 47. Só serão considerados alumnos da escola os matriculados, e sómente estes poderão prestar os exames dos diversos annos que constituem os cursos fundamental e especial da escola, salvo o disposto no art. 34.

CAPITULO V

DOS EXERCICIOS ESCOLARES

Art. 48. O anno lectivo será de nove mezes e meio, contados do 1 de setembro a 15 de junho.

Os cursos da escola deverão terminar até ao dia 8 de maio ; os exames finais começarão no dia 15 de maio e findarão no dia 15 de junho, salvo caso de força maior.

Art. 49. A congregação marcará, durante o anno lectivo, duas épocas de exames parciaes, depois dos quaes se seguirão ferias de oito dias, destinadas especialmente a excursões e trabalhos praticos dos alumnos. Estes exames serão feitos para cada cadeira pelo lente e substituto respectivos e consistirão em provas escriptas ; as notas das duas provas escriptas parciaes e a da prova escripta ou pratica final darão uma média que será a nota do exame escripto ou pratico dessa materia.

Art. 50. As lições durarão pelo menos hora e meia. Os lentes destinarão parte do tempo para arguirem os alumnos sobre as materias leccionadas anteriormente e lhes darem exercicios numericos, assim como problemas concernentes ao objecto das lições. Estes trabalhos deverão ser entregues pelos alumnos, na época que lhes for marcada.

Art. 51. Além das arguições de que trata o artigo antecedente, todas as semanas, nos dias determinados no horario, os lentes substitutos examinarão os alumnos nas materias ensinadas pelos lentes cathedrativos.

Art. 52. Para cada cadeira e aula de desenho haverá um livro especial que, antes de começar a lição ou trabalho, o portei-ro entregará ao lente ou professor afim de escrever o ponto sobre que versará a lição ou trabalho, os nomes dos alumnos que faltarem, as notas conferidas aos alumnos que forem arguidos e a dos exercicios e problemas a que se refere o art. 50.

Art. 53. Haverá, segundo o horario e os programmas que forem adoptados, trabalhos praticos em todos os laboratorios e gabinetes da escola durante o anno lectivo ; assim como haverá pratica de astronomia, correspondente ao curso, no observatorio astronomico dependente da escola.

Art. 54. Quer no decurso do anno lectivo, quer durante as ferias, haverá para os alumnos exercicios praticos, excursões scientificas, visitas a minas, estabelecimentos metallurgicos e

fabricas, que serão dirigidos pelos lentes cathedrauticos ou substitutos. Os lentes e alumnos terão direito ao transporte por conta do Governo.

Art. 55. Os alumnos são obrigados a assistir a todos os cursos da escola, aos trabalhos praticos, e a tomar parte nos exercicios praticos e excursões scientificas. No prazo marcado pelo lente, apresentarão um relatorio com desenho sobre as minas, vias ferreas e estabelecimentos que tiverem visitado, assim como sobre a constituição geologica e mineralogica da região que houverem percorrido.

Os alumnos do curso especial deverão tambem entregar, nos prazos marcados pelos lentes, os projectos que serão dados successivamente.

A nota inferior a 5, obtida em qualquer projecto, obrigará o alumno á confecção de um outro que lhe será indicado pelo respectivo lente.

Os desenhos que os alumnos forem obrigados a executar durante o anno lectivo deverão ser feitos na escola e entregues nos prazos marcados pelos lentes ou professores.

Art. 56. Durante as ferias, dentro de um prazo marcado pela congregação e que não excederá de um mez, os alumnos do curso especial serão obrigados a acompanhar trabalhos diversos publicos ou particulares, sob as vistas dos engenheiros encarregados desses trabalhos; e os do curso fundamental, a executar trabalhos praticos de topographia, geodesia e astronomia, sob as vistas de engenheiros chefes de commissões que se encarreguem desses trabalhos.

Os alumnos apresentarão seus relatorios, de accordo com as instrucções que receberem dos lentes, assim como um attestado dos chefes dos serviços que os tenham acompanhado. O relatorio terá uma nota especial, e da sua apresentação depende a matricula no anno seguinte.

O transporte dos alumnos será gratuito.

Art. 57. Os alumnos deverão ter cadernos especiaes onde tomarão notas relativas ás lições de cada uma das cadeiras dos cursos da escola ou dos trabalhos praticos.

Quando forem arguidos pelos lentes, ou á requisição destes, apresentarão os seus cadernos para que elles corrijam os erros que tenham sido commettidos na redacção das mesmas notas.

Art. 58. Um numero de faltas, não justificadas, igual á quinta parte das lições, aulas de desenho e exercicios, determinará a perda do anno.

Só serão justificadas, a juizo do respectivo lente e com recurso para a congregação, as faltas por causa de molestia, provada mediante attestado medico, ou por causa de nojo.

Determinará igualmente a perda do anno um numero de faltas, embora justificadas, correspondente a duas quintas partes das lições, aulas e exercicios.

CAPITULO VI

DOS EXAMES

Art. 59. Haverá duas épocas de exames para as differentes cadeiras dos diversos cursos: a primeira a partir de 15 de maio e a segunda a começar no dia 1 de setembro, devendo finalisar, salvo caso de força maior, durante os quinze primeiros dias deste mez.

Art. 60. Os exames finais do 1º e 2º annos do curso fundamental e os dos tres annos do curso especial continuarão a ser vagos; os examinadores arguirão os alumnos, sobre questões do programma da respectiva materia na prova oral, e escolherão o assumpto da prova escripta ou pratica.

Art. 61. Os exames comprehenderão :

Curso fundamental

1º anno

- 1ª cadeira — prova oral e escripta de arithmetica, algebra e geometria.
- idem de trigonometria e geometria analytica.
- 2ª cadeira — idem oral de physica.
- idem de chimica.
- idem pratica de physica e chimica.
- 3ª cadeira — idem oral e pratica de geometria descriptiva.
- 4ª cadeira — idem oral de topographia.
- 5ª cadeira — idem oral e escripta de botanica.
- idem pratica de desenho.

2º anno

- 1ª cadeira — prova oral e escripta de analyse infinitesimal,
- theoria geral das equações e resolução das equações numericas.
- idem de geometria analytica.
- 2ª cadeira — idem de elementos de mecanica.
- 3ª cadeira — idem oral e pratica de topographia.
- 4ª cadeira — idem oral de physica.
- idem oral de chimica.
- idem pratica de physica e chimica.
- 5ª cadeira — idem oral e escripta de zoologia.
- idem oral de geometria descriptiva.

Curso especial

1º anno

- 1ª cadeira — prova oral e pratica de mineralogia.
- 2ª cadeira — idem pratica de docimasia.
provas oraes de docimasia, physica e chimica industriaes.
- 3ª cadeira — prova oral e escripta de metallurgia.
idem oral de lavra de minas.
- 4ª cadeira — idem oral e pratica de stereotomia e modelamento.
- 5ª cadeira — idem oral e escripta de hydraulica, thermodynamica e machinas.

2º anno

- 1ª cadeira — prova oral e pratica de geologia.
- 2ª cadeira — idem oral de metallurgia.
idem oral e escripta de lavra de minas.
- 3ª cadeira — idem de resistencia dos materiaes, etc.
- 4ª cadeira — idem de estradas de ferro e de rodagem.
idem oral de topographia subterranea.

3º anno

- 1ª cadeira — prova oral e pratica de geologia.
- 2ª cadeira — idem oral e escripta de pontes e viaductos.
- 3ª cadeira — idem de abastecimento de aguas, esgotos, navegação interior, portos de mar e hydraulica agricola.
- 4ª cadeira — idem de legislação de terras e de minas, economia politica, direito administrativo e estatistica.
- 5ª cadeira — idem oral e pratica de architectura.

Art. 62. Os exames serão prestados perante commissões de tres membros nomeados pela congregação e presididos pelos lentes das respectivas cadeiras.

Art. 63. Os alumnos dos differentes annos da escola não serão admittidos a exames finaes ou ao concurso sem que tenham entregue, até ao dia marcado, todos os exercicios, desenhos, projectos e relatorios de que tenham sido encarregados durante o anno lectivo.

No caso de molestia devidamente provada, ou de força maior reconhecida pela congregação, poderá ser-lhes concedido pelos respectivos lentes, para concluir em aquelles trabalhos, um prazo que não ultrapasse o periodo das feras.

Art. 64. Os alumnos que se acharem nas condições do artigo anterior serão admittidos a prestar exames finaes das materias do anno, ou a concurso para a matricula no curso especial, quando houverem alcançado, durante o anno lectivo, media geral não inferior a oito.

Art. 65. Nos exames finaes do 1º e 2º anno do curso fundamental e dos tres annos do curso especial, a nota de exame, de qualquer materia, inferior a 5, ou a média geral inferior a 8, determinará a perda do anno, sendo o alumno, caso queira continuar na escola, obrigado a repetir todas as materias que constituírem o respectivo anno, ficando nas mesmas condições, exactamente, dos novos alumnos que tenham de frequentar esse anno, salvo a disposição do artigo seguinte.

Art. 66. Si, porém, em uma ou duas provas o alumno obtiver nota inferior a 5, poderá repetil-as na 2ª época de exames desde que a média geral de todas as suas provas não seja inferior a 10.

Art. 67. Nos exames da 2ª época só serão admittidos os alumnos que estiverem nas condições do artigo anterior ou aquelles que, por motivo de força maior reconhecida pela congregação, forem impedidos de prestar todos os exames ou parte delles na 1ª época.

Art. 68. As notas dos exames finaes, combinadas com as que os alumnos houverem obtido durante o anno, servirão para determinar sua classificação e admissão no anno seguinte.

Art. 69. O alumno, approvado nos exames finaes do 3º anno do curso especial, receberá o diploma de engenheiro de minas e civil, sellado com as armas da Republica, assignado pelo director da escola e pelo respectivo secretario, de accordo com o modelo junto n. 2.

CAPITULO VII

DOS EMPREGADOS DA ESCOLA, REPARTIÇÕES DEPENDENTES, LABORATORIOS, GABINETES E OBSERVATORIO

Art. 70. O pessoal da secretaria constará de um secretario, um amanuense e um continuo.

O secretario, que deverá ser engenheiro pela escola, ou por estabelecimento congenere, será nomeado por decreto; o amanuense, por portaria do ministro da justiça e negocios interiores, e ambos propostos pelo director.

Art. 71. O secretario é o chefe da secretaria e o secretario da congregação.

Art. 72. Além da relação das actas das sessões da congregação e da policia da secretaria e do archivo, incumbem-lhe mais, entre outros, os seguintes deveres:

1º redigir, na forma das ordens do director, toda a correspondencia concernente aos diversos serviços;

2º organizar, no fim de cada mez, as folhas do pagamento do pessoal da Escola e das despesas realisadas;

3º dirigir e ordenar todo o serviço interno da secretaria;

4º dar direcção conveniente ao archivo e mantel-o na mais completa ordem e asseio.

Art. 73. O amanuense auxiliará o secretario e o substituirá em seus impedimentos, fazendo toda a escripturação e outros trabalhos que lhe forem determinados, e servirá de sub-bibliothecario.

Art. 74. Haverá mais, para o serviço da administração da escola, um porteiro e o numero de guardas e serventes que forem precisos para os diversos serviços, todos de nomeação do director.

Art. 75. Haverá uma bibliotheca destinada especialmente para uso do pessoal docente e dos alumnos, e uma sala de leitura, que será franqueada aos alumnos e a todas as pessoas decentes que, devidamente autorisadas pelo director, quizerem consultar obras.

Art. 76. A bibliotheca estará a cargo de um bibliothecario nomeado por decreto, mediante proposta do director, e de um sub-bibliothecario que será o amanuense da secretaria.

Art. 77. Ao bibliothecario e sub-bibliothecario compete: organizar os catalogos; velar pela conservação das obras; exercer a policia de modo que se guarde o maior silencio nas salas; propôr ao director a compra de livros (o que é tambem facultado aos membros do corpo docente); organizar o orçamento da despeza mensal e o mappa dos leitores e das obras consultadas.

Permanecerá sempre na bibliotheca, enquanto aberta, um destes dous funcionarios.

Art. 78. Mediante expressa licença do director, e por tempo determinado, poderão os funcionarios da escola levar para fora desta as obras de que tenham necessidade, comtanto que passem recibo de que se fará menção no registro das sahidas, e se responsabilisem pela obra completa, ainda que só levem parte della.

Exceptuam-se desta permissão os livros e mappas raros, os manuscritos, dictionarios e publicações periodicas.

Art. 79. Em dezembro de cada anno o bibliothecario dará balanco na bibliotheca, sob as vistas do director, e organizará a relação dos livros que tiverem se extraviado. A respectiva importância será proporcionalmente descontada nos vencimentos do pessoal da bibliotheca, quando não houver razões que o justifiquem.

Art. 80. Para o desenvolvimento do ensino experimental e instrução pratica dos alumnos, bem assim para o trabalho de pesquisas scientificas, terá a Escola de Minas:

Um laboratorio de chimica;

Um laboratorio de docimasia;

Diversos gabinetes;

Um pequeno observatorio astronomico e meteorologico.

Art. 81. Haverá para os trabalhos dos laboratorios e conservação dos gabinetes um conservador e os auxiliares e serventes que forem necessarios, sendo todos de nomeação do director.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 82. Dentre os alumnos brasileiros que completarem o curso especial, o Governo poderá mandar um ou dous dos mais

distinctos/aperfeçoar os seus estudos á custa da União, nos Estados Unidos da America do Norte ou na Europa.

Art. 83. Os alumnos que forem assim premiados com essa viagem serão obrigados a remetter semestralmente um relatório dos estudos que tiverem feito, o qual será julgado por uma commissão nomeada pela congregação.

Nos casos de pouco aproveitamento ou de impontualidade na remessa dos relatórios, o prazo concedido poderá ser reduzido pela congregação, que tambem poderá dar por terminada a commissão.

Art. 84. O alumno de grande aptidão e reconhecida pobreza poderá obter do Governo um auxilio para frequentar a escola.

Art. 85. Poderá haver nos domingos trabalhos de physica, chimica, zoologia, botanica, mineralogia e geologia, desde que isso se torne necessario para a conveniente instrucção pratica dos alumnos.

Art. 86. Os diplomas serão passados segundo o modelo junto a este regulamento e impressos em pergaminho, a expensas daquelles a quem pertencerem. Os emolumentos dos diplomas constam da tabella annexa, sob o n. 2, aoCodigo approved pelo decreto n. 1159 de 3 de dezembro de 1892.

Art. 87. Os diplomas de pessoas que não se acharem presentes para assignal-os perante o secretario, serão enviados pelo director á autoridade do lugar em que estiverem residindo os diplomados, afim de serem por estes assignados em sua presença.

Si, porém, o diplomado não se achar no Estado em que tem sua séde o estabelecimento, o director o enviará ao Governo do Estado em que elle residir, afim de ter aquelle destino.

Art. 88. Não se passará segundo diploma sinão no caso de justificada perda do primeiro e com a competente resalva lançada pelo secretario e assignada pelo director.

Art. 89. São applicaveis á Escola de Minas todas as disposições doCodigo commum ás instituições de ensino superior da Republica que não forem contrarias ao presente regulamento.

CAPITULO IX

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 90. Os alumnos approved nas materias do actual curso annexo poderão matricular-se no 1º anno do curso fundamental do corrente anno.

Art. 91. Em instrucções que a congregação organizará, e submettidas á approvação do ministro, se indicaráo os meios practicos para que os alumnos matriculados e approved nos cursos fundamental e especial possam continuar o concluir seus estudos adaptados ao presente regulamento.

Capital Federal, 18 de setembro de 1893. — *Fernando Lobo*.

Modelos a que se refere o regulamento da Escola de Minas nos arts. 46 e 69

MODELO N. 1

ESCOLA DE MINAS

Atestado para a matricula

A commissão examinadora de que trata o art. 35 do regulamento annexo ao decreto n. 1546 de 18 de setembro de 1893, considerou habilitado a F..... de.... annos de idade e natural de....., para ser admittido no 1º anno do curso especial da escola.

E para constar se lhe dá o presente atestado.

Ouro Preto, em.... de..... de....

(Assignaturas)

F..... presidente

F..... F.

MODELO N. 2

ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

(Armas da Republica)

ESCOLA DE MINAS

Em nome do Governo da Republica, eu F....., director da Escola de Minas, faço saber que o Sr. F....., nascido a....., em....., foi approvado nas materias do curso da Escola de Minas, nos termos do art. 69 do regulamento annexo ao decreto n. 1546 de 18 de setembro de 1893, e portanto acha-se habilitado para exercer a profissão de engenheiro de minas e civil ; em firmeza do que mandei passar este diploma, com o qual o dito Sr..... gosará dos direitos inherentes ao mesmo diploma.

Ouro Preto, em.... de..... de....

O director

(Assignatura)

Assignatura do engenheiro

.....

O secretario

(Assignatura)

(O diploma será impresso em pergaminho na Imprensa Nacional e terá fita azul e encarnada.)

(Adiante do nome se mencionará a filiação, si for declarada.)

(No verso do diploma será transcripto o art. 69 deste regulamento.)



DECRETO N. 1547 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1893

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco Sul-Americano.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco Sul-Americano, em 4 de julho ultimo, resolve approvar as alterações seguintes, feitas nos estatutos do mesmo banco:

Art. 5.º Accrescente-se:

Paragrapho unico. A directoria e o conselho fiscal, conjunctamente e a seu juizo, ficam autorisados a reduzir o capital social até 6.000:000\$, amortisando as acções em pagamento de dividas.

Art. 6.º Diga-se: Dos lucros liquidos do banco, verificados pelos balanços semestraes, será deduzida uma quota, nunca menor de 10 %, para o fundo de reserva e o restante constituirá o dividendo a distribuir pelos accionistas.

Accrescente-se :

Paragrapho unico. O anno social do banco conta-se de 1 de janeiro a 31 de dezembro.

Art. 25. Diga-se: Installada a assembléa geral pelo presidente da directoria, os accionistas presentes acclamarão o presidente, que conuilará outros dous accionistas a occupar os logares de 1.º e 2.º secretarios, ficando assim constituida a mesa da assembléa geral.

Art. 28. Diga-se : Nenhum director eleito ou chamado, nos termos do art. 31 dos estatutos, poderá entrar em exercicio sem que previamente caucione ao banco 100 acções, das quaes não poderá dispôr sinão depois de approvadas as contas de sua gestão.

Art. 30. Diga-se: O mandato dos directores durará tres annos, podendo ser reeleitos.

Art. 38. Diga-se: O presidente vencerá annualmente o honorario de 12:000\$ e cada um dos outros directores 10:000\$000.

Art. 39. Supprimam-se as palavras « das assembléas geraes e ».

Art. 48. Diga-se: O banco poderá incorporar a si um ou mais bancos com séde nesta Capital, para cujo fim ficam conferidos todos os poderes em direito necessarios á actual directoria, inclusive os de causa propria *ad referendum* da assembléa geral dos accionistas.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim faça executar.

Capital Federal, 20 de setembro de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.



DECRETO N. 1547 A — DE 20 DE SETEMBRO DE 1893

Abre, no corrente exercicio, o credito supplementar de 453:750\$, para pagamento do subsidio dos deputados e senadores na prorogação da actual sessão legislativa.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto n. 183 B desta data, resolve abrir, no corrente exercicio, o credito supplementar do quatrocentos cincoenta e tres contos, setecentos e cincoenta mil réis (453:750\$), sendo cento e tres contos, novecentos e cincoenta mil réis (103:950\$) a verba—Subsidio dos senadores—e trezentos quarenta e nove contos e oitocentos mil réis (349:800\$) a verba Subsidio dos deputados—, para pagamento das respectivas despesas na actual sessão legislativa.

Capital Federal, 20 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1548 — DE 23 DE SETEMBRO DE 1893

Abre no corrente exercicio o credito extraordinario de 265:980\$ para despesa da Directoria Sanitaria da Capital Federal, do Laboratorio Bacteriologico e dos hospitaes de isolamento.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação concedida pelo decreto n. 185 desta data, resolve, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, abrir, no corrente exercicio, o credito extraordinario de 265:980\$ para occorrer ás despesas da Directoria Sanitaria da Capital Federal, do Laboratorio Bacteriologico e dos hospitaes de isolamento.

Capital Federal, 23 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1549 — DE 25 DE SETEMBRO DE 1893

Declara em estado de sitio, com suspensão das garantias constitucionaes, o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que continúa, e mesmo se propaga e augmenta a grave commoção intestina produzida pela revolta de alguns officiaes e praças da esquadra nacional, subsistindo, pois, e ainda aggravados, os motivos que determinaram o decreto legislativo n. 172 de 10 de setembro corrente; achando-se encerradas as sessões do Congresso Nacional, e porque assim o exige a segurança da Patria e da Republica: resolve, nos termos do art. 80 da Constituição, declarar em estado de sitio, com suspensão das garantias constitucionaes, o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catharina e Rio Grande do Sul, até ao dia 9 de outubro proximo vindouro.

Capital Federal, 25 de setembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1550 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 8.000:000\$000.

Em 25 de maio ultimo foi solicitado do Congresso Nacional o augmento de credito de 5.372:543\$150 para occorrer á deficiencia de verbas do orçamento do Ministerio da Guerra no corrente exercicio de 1893.

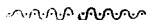
Tendo-se, porém, encerrado o mesmo Congresso, ficando a concessão daquelle credito em 3ª discussão na Camara dos Srs. Deputados, e reconhecendo-se que nas actuaes circumstancias maior quantia se torna necessaria para fazer face ás despesas do dito orçamento, o Vice-Presidente da Republica resolve abrir ao referido Ministerio o credito extraordinario de 8.000:000\$ afim de occorrer ás despesas das diversas rubricas do orçamento desse Ministerio.

O Marechal Antonio Enéas Gustavo Galvão assim tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 27 de setembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antonio Enéas G. Galvão.



DECRETO N. 1551 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1893

Desliga a administração de varios ramaes da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, e incorpora-os á Estrada de Ferro Central do mesmo Estado, e transfere para a cidade de Maceió a administração central e escriptorio tecnico da do Sul de Pernambuco, e para Palmares os escriptorios da linha, movimento e locomoção dessa estrada de ferro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo á conveniencia de regularisar o serviço de cada uma das Estradas de Ferro Central e Sul de Pernambuco, resolve :

Art. 1.º Fica desligada a administração dos ramaes de Timbaúba ao Pilar, de Guarabira a Nova Cruz e de Mulungü á Campina Grande, na Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, e incorporada a mesma administração á Estrada de Ferro Central do mesmo Estado.

Art. 2.º Fica transferida para a cidade de Maceió a administração central e o escriptorio tecnico da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco.

Paragraphe unico. Os escriptorios da linha, movimento e locomoção dessa estrada serão estabelecidos em Palmares.

Art. 3.º Os directores de uma e outra estrada, no sentido deste decreto, proporão as alterações necessarias nos respectivos regulamentos e quadros de seu pessoal.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.

O Engenheiro João Felipe Pereira, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim faça executar.

Capital Federal, 27 de setembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1552 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1893

Abre pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito de 721:500\$ para occorrer ás despezas com o serviço da illuminação publica da Capital Federal, no 2º semestre do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação que lhe confere o art. 8º § 2º da lei n. 26 de 30 de dezembro de 1891, resolve abrir, pelo Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, um credito de 721:500\$ para occorrer ás despezas com o serviço da illuminação publica da Capital Federal no 2º semestre do corrente anno e liquidação das

contas do mesmo serviço, que deixaram de ser pagas no 1º semestre por falta de credito.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 28 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1553 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de £28.875.0.0, para pagamento de juros devidos á *Ceará Harbour Corporation*, durante o corrente exercicio.

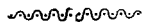
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da faculdade outorgada pelo Congresso Nacional, nos termos do decreto legislativo n. 191 de 28 de setembro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario, na importancia de vinte e oito mil oitocentos setenta e cinco libras sterlingas (£28.875.0.0), ao cambio de 27 dinheiros sterlingos por 1\$, afim de ser applicado ao pagamento devido á *Ceará Harbour Corporation*, por juros do capital empregado durante o corrente exercicio nas obras do porto do Ceará, fazendo para esse fim as operações de credito que julgar necessarias.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim faça executar.

Capital Federal, 30 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1553 A — DE 30 DE SETEMBRO DE 1893

Crea mais um batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca de Palmeira, no Estado do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Palmeira, no Estado do Paraná, mais um batalhão de reserva, com quatro companhias

e a designação de 9º, o qual será organizado com os guardas nacionaes qualificados nos districtos da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1553 B — DE 30 DE SETEMBRO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Curvello, antiga de Paraopeba, no Estado de Minas Geraes.

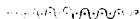
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica reorganizada a Guarda Nacional da comarca de Curvello, antiga de Paraopeba, no Estado de Minas Geraes, que se comporá de dous batalhões de infantaria do serviço activo, um já existente e sob a designação de 30º, e outro, ora creado, sob a de 201, de um da reserva, tambem já existente e a designação de 17º, reduzidos a quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 65º, os quaes se constituirão com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1553 C — DE 30 DE SETEMBRO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Bocayuva, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Bocayuva, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de Guarda Nacional, o qual se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo e um do da reserva, com quatro companhias cada um e a

designação, aquelle de 200º e este de 116º, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 64º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados nos districtos das referidas comarcas ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1553 D — DE 30 DE SETEMBRO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Palma, no Estado de Minas Geraes.

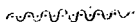
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca da Palma, no Estado de Minas Geraes, composto de quatro esquadões e sob a designação de 63º, o qual se organisará com os guardas qualificados nos districtos da referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1553 E — DE 30 DE SETEMBRO DE 1893

Manda cumprir o disposto no art. 6º e seguintes da lei n. 183 C, de 23 de setembro de 1893, sobre a conversão em apolices de capital e juros, ouro, do valor nominal de 1:000\$000, dos lastros dos bancos emissores, existentes em ouro ou em apolices.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, para dar prompta e facil execução ao que se acha disposto no

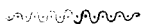
art. 6º e seguintes da lei n. 183 C, de 23 de setembro do corrente anno, decreta:

Artigo unico. O Ministro e Secretario dos Negocios da Fazenda é autorisado a mandar inscrever no grande livro da divida publica interna um emprestimo, cuja importancia nominal seja exactamente correspondente a dos depositos em apolices da divida publica e lastros metallicos, feitos no Thesouro Federal pelos diversos bancos emissores para garantia das respectivas emissões. Do acto da inscripção, ora autorisada, deverio constar as necessarias especificações e o fim para que é fundada a presente divida, tudo de accordo com a lei n. 183 C, de 23 de setembro supra referida.

Capital Federal, 30 de setembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Edisbello Freire.



DECRETO N. 1551 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1893

Eleva a cadeiras as aulas de geometria descriptiva do 1º anno e de topographia do 3º anno, ambas do curso geral das escolas militares desta Capital e do Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo a que é conveniente que as materias ensinadas nas diferentes escolas superiores da Republica tenham igual desenvolvimento, quer no interesse geral da instrucção, quer no dos proprios alumnos que precisem frequentar mais de uma dessas escolas, pelo que deve uma mesma materia ter igual categoria em todas as escolas ;

Attendendo a que convem igualmente harmonisar o disposto não só para a 2ª e 3ª cadeiras do 1º anno do curso fundamental da Escola Polytechnica, approvado por decreto n. 1073 de 22 de novembro de 1890, em seu art. 1º, mas tambem o determinado pelo decreto n. 66 de 17 de dezembro de 1889 para a Escola Naval, o que foi ainda mais uma vez sancionado pela 3ª cadeira do 1º anno do curso superior dessa escola, como prescreve o art. 6º do decreto n. 1256 de 10 de janeiro de 1891 ;

Decreta :

Art. 1.º Ficam elevadas a cadeiras as aulas de geometria descriptiva do 1º anno e de topographia do 3º anno, ambas do curso geral da Escola Militar da Capital e da do Estado do Rio Grande do Sul, approvado pelo decreto n. 330 de 12 de abril de 1890.

Art. 2.º As cadeiras ora creadas continuarão a fazer parte da 5ª secção.

Art. 3.º Nessas cadeiras serão providos os serventuarios vitallícios das actuaes aulas.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Marechal Antonio Enéas Gustavo Galvão assim faça executar.

Capital Federal, 3 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antonio Enéas G. Galvão.



DECRETO N. 1555 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 122:493\$750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha durante o segundo semestre deste anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que subsistem integralmente as razões em que se fundamentou o decreto n. 1234 de 21 de janeiro ultimo, pelo qual foi aberto o credito de 122:493\$750 para o custeio do Presidio de Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, durante o primeiro semestre deste anno ;

Considerando, outrossim, que o Congresso Nacional, a quem foi dado conhecimento da situação em que se acha o mesmo Presidio, não deliberou acerca do assumpto :

Resolve, usando da autorização contida no § 1º do art. 20 da lei n. 126 B de 21 de novembro de 1892, abrir um credito extraordinario de igual quantia ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores para occorrer ás despesas do referido Presidio, durante o semestre corrente.

Capital Federal, 5 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1556 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Marinha o credito de 3.021:113\$738, para diversas verbas do actual exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que expoz o Ministro da Marinha sobre a in-

sufficiencia das quantias votadas para diversas verbas do exercicio em vigor :

Resolve, de conformidade com a lei n. 589, de 9 de setembro de 1850, abrir o credito de tres mil vinte e um contos cento e treze mil setecentos trinta e oito réis (3.021:113\$738) para as rubricas abaixo declaradas :

Corpo de Marinheiros Nacionais.....	1.228:776\$380
Munições navaes.....	942:337\$358
Eventuaes.....	300:000\$000
Frete.....	400:000\$000
Combustivel.....	150:000\$000

O Contra-Almirante Felipe Firmino Rodrigues Chaves, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim faça executar.

Capital Federal, 6 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

F. Chaves.



DECRETO N. 1557 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1893

Providencia sobre o pagamento de diversas despesas a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores no exercicio de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Tendo solicitado em mensagens de 26 de maio, 21 de junho e 29 de agosto do corrente anno diversos creditos para fazer face a despesas imprescindiveis a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, no exercicio de 1893, devido á insufficiencia dos que foram votados pelo Congresso Nacional ;

E considerando que o mesmo Congresso encerrou suas sessões sem ter podido ultimar a concessão dos referidos creditos :

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, o credito extraordinario de seiscentos quarenta e tres contos seiscentos vinte e sete mil réis (643:627\$000), destinado a occorrer ás despesas constantes da demonstração junta, sendo esta providencia opportunamente submettida á approvação do Congresso Nacional, nos termos do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850.

Capital Federal, 7 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Demonstração dos creditos solicitados e ainda não votados pelo Poder Legislativo para as verbas do orçamento do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, abaixo mencionadas, e dos augmentos que são precisos até ao fim do exercicio corrente, em vista da despesa realisada nos nove primeiros mezes do mesmo exercicio.

§ 1.º SECRETARIA DE ESTADO

Despezas diversas do material.... 15:000\$000

§ 3.º JUSTIÇA DO DISTRICTO FEDERAL

PESSOAL

Ordenado dos escrivães do extinto Juizo dos Feitos da Fazenda: 1 da Capital Federal 1:600\$000; 1 do Estado da Bahia 500\$000 e um de Pernambuco 500\$000....	2:600\$000	
Gratificação dos officiaes de justiça do mesmo Juizo: 2 da Capital Federal 1:920\$; 2 do Estado da Bahia 600\$ e 2 de Pernambuco 600\$000.....	3:120\$000	5:720\$000

§ 4.º POLICIA DO DISTRICTO FEDERAL

PESSOAL

Vencimentos de officiaes e praças reformados da brigada policial..... 10:000\$000

MATERIAL

Diligencias policiaes.....	200:000\$000
Aluguel da casa da Secretaria de Policia.....	10:600\$000
Concerto da lancha <i>Sampaio Ferraz</i> e aluguel e custeio de outra para substituil-a.....	16:000\$000
Objectos de expediente para a Secretaria de Policia.....	5:000\$000
Aluguel de estações e postos policiaes Curativo, sustento e vestuario dos presos da Casa de Detenção.....	9:400\$000
Objectos de expediente para o mesmo estabelecimento.....	70:000\$000
	200\$000
	<hr/> 321:200\$000

Metade da despesa (correndo a outra metade pela Intendencia Municipal) 160:600\$000

§ 5.º CORPO DE BOMBEIROS

Vencimentos de officiaes e praças reformados.....		16:000\$000
---	--	-------------

§ 7.º JUNTA COMMERCIAL

MATERIAL

Objectos de expediente e outras despesas miudas.....	1:400\$000	
Aluguel da casa.....	600\$000	2:000\$000
	<hr/>	

§ 8.º GUARDA NACIONAL

PESSOAL

Vencimento do commandante superior e gratificação aos officiaes em comissão no respectivo commando superior.....	15:000\$000
--	-------------

MATERIAL

Despezas com armamento, correames, instrumentos, impressão de patentes, serventes, etc.....	35:000\$000	50:000\$000
	<hr/>	

§ 11. FACULDADE DE DIREITO DE S. PAULO

Para remuneração de serviços de exames geraes de preparatorios do curso annexo, effectuados e a effectuarem-se.....	7:220\$000
---	------------

§ 13. FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE

Para remuneração de serviços de exames geraes de preparatorios do curso annexo, effectuados e a effectuarem-se.....	5:010\$000	
Vencimentos de um professor de rhetorica (cadeira extincta).....	2:400\$000	7:410\$000
	<hr/>	

§ 15. FACULDADE DE MEDICINA DO RIO DE JANEIRO

PESSOAL

Vencimentos de setembro a dezembro,
de quatro lentes substitutos, nomea-
dos em virtude do decreto legis-
lativo n. 138 de 21 de junho do
corrente anno..... 5:600\$000

§ 17. FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

PESSOAL

Vencimentos de setembro a dezembro,
de quatro lentes substitutos, nomea-
dos em virtude do decreto legis-
lativo n. 138 de 21 de junho do
corrente anno..... 5:600\$000

§ 23. GYMNASIO NACIONAL

PESSOAL

Vencimentos de 1 de julho a 31 de
dezembro, do pessoal constante da
« observação » feita na tabella ex-
plicativa do orçamento em vigor.. 15:000\$000
Gratificação de dous guardas das bi-
bliothecas a 1:200\$ e de dous aju-
dantes de porteiro a 840\$ a cada
um, de ambos os externatos..... 4:080\$000
Gratificações e despesas com os ser-
viços de exames geraes de prepa-
ratorios já effectuados e a effectua-
rem-se..... 12:000\$000

MATERIAL

Despesas provaveis..... 10:000\$000 41:080\$000

§ 26. INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

Diversas despesas do — Material — 3:000\$000

§ 27. INSTITUTO DOS SURDOS-MUDOS

MATERIAL

Alimentação.....	4:000\$000	
Material para as offeinas.....	1:000\$000	
Taxa de esgoto.....	60\$000	5:060\$000

§ 33. PALACIO DA PRESIDENCIA DA REPUBLICA

Despesas realizadas e a realisarem-se até ao fim do exercicio.....	45:837\$000
---	-------------

§ 42. INSPECTORIA GERAL DE SAUDE DOS PORTOS

Alugueis de casas para as Inspectorias dos Estados.....	3:500\$000
--	------------

§ 46. ASSISTENCIA DE ALIENADOS

Diversas despesas do — Material —	90:000\$000
-----------------------------------	-------------

§ 48. EVENTUAES

Para pagamento de vencimentos por substituições, diferenças de cam- bio, medalhas de distincção, ser- viço eleitoral já realisado e a rea- lisar-se nesta Capital e nos Estados, ajudas de custo e gratificações á commissão incumbida de dar pare- cer sobre o projecto doCodigo Civil, expedição de telegrammas pelo Chefe do Estado e por este Ministerio e outras despesas im- previstas.....	180:000\$000
	643:627\$000

Secção Geral de Contabilidade, 7 de outubro de 1893.— O di-
rector, *José Carlos de Souza Bordini*.



DECRETO N. 1558 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1893

Regula o serviço sanitario dos portos da Republica

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que, em virtude do decreto n. 1493 de 3 de agosto ultimo, cessou, em todos os seus effeitos, a Convenção Sanitaria Internacional, que fôra promulgada pelo decreto n. 318 de 1889; outrossim que a actual organisação da repartição de saude dos portos se contém em parte das disposições do decreto n. 9554 de 3 de fevereiro de 1886, o qual foi derogado pelo de n. 169 de 18 de janeiro de 1890, tendo, além disto, sido explicadas e ampliadas algumas das alludidas disposições por actos ministeriaes posteriores, resolve que, consolidada no regulamento annexo toda a materia attinente ao assumpto, seja o mesmo regulamento executado no desempenho das funções incumbidas às Inspectorias de saude dos portos, enquanto não for alterado por acto do Congresso Nacional.

Capital Federal, 7 de outubro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

*Fernando Lobo.*Regulamento do serviço sanitario dos portos, a
que se refere o decreto n. 1558 desta data

CAPITULO I

DA ORGANISAÇÃO DA REPARTIÇÃO

Art. 1.º O serviço sanitario dos portos da Republica dos Estados Unidos do Brazil, a cargo do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, é incumbido a uma Inspectoria Geral com séde na Capital Federal.

Esta repartição tem por fim a execução do presente regulamento e o estudo de todas as questões concernentes à sanidade dos portos; para o que propôrã ao Governo, por intermedio do dito Ministerio, as medidas que julgar convenientes, cumprindo as ordens que delle receber.

Art. 2.º A' Inspectoria Geral de Saude dos Portos incumbem:

1º, a direcção e prestação de soccorros médicos aos doentes de mar;

2º, a policia sanitaria dos navios e dos ancoradouros;

3º, o serviço de prophylaxia internacional;

4º, a fiscalisação do cumprimento dos tratados sanitarios que o Brazil celebrar com outras nações.

Art. 3.º No desempenho desses serviços, a Inspectoria Geral de Saude dos Portos exercerá sua autoridade por si, no porto do Rio de Janeiro, e pelas Inspectorias de saude dos portos, marítimos e fluviaes, nos Estados da Republica, com excepção dos do Rio de Janeiro, Minas e Goyaz.

Art. 4.º Ao inspector geral compete :

- I. Cumprir e fazer cumprir este regulamento ;
- II. Corresponder-se com o Governo, dando parte ao ministro, dos factos importantes que occorrerem no serviço sanitario a seu cargo, quer na Capital, quer nos Estados, e solicitando as providencias que se tornarem necessarias ;
- III. Corresponder-se com as demais autoridades, a que se possa dirigir, sobre tudo que for concernente ao mesmo serviço, e requisitar directamente, sempre que houver urgencia, os auxilios que lhe puderem prestar, communicando-o immediatamente ao ministro ;
- IV. Fiscalisar o procedimento dos empregados da Inspectoria Geral de Saude dos Portos ; advertil-os, quando faltarem aos seus deveres ; suspendel-os até 15 dias, communicando-o immediatamente ao ministro ; e, em casos graves, propôr a demissão dos nomeados pelo Governo ;
- V. Rubricar as contas das despezas, as folhas dos vencimentos dos empregados da repartição e os pedidos para fornecimentos ;
- VI. Assignar as cartas de saude ;
- VII. Interpôr seu parecer sobre as construcções que se projectarem nos portos, tendo em attenção a influencia que possam ellas exercer na saude publica ;
- VIII. Propôr ao Governo a concessão ou a retirada dos privilegios de paquete ás embarcações que se submeterem ou não ao disposto neste regulamento e nos tratados internacionaes que o Governo da Republica porventura firmar ;
- IX. Marcar os ancoradouros sanitarios, de accordo com a Capitania do porto ;
- X. Exercer a policia sanitaria dos ancoradouros e dos navios surtos no porto, determinando, de accordo com a respectiva Capitania, o que for preciso para conservar, melhorar ou restabelecer suas condições hygienicas ;
- XI. Conceder ou negar licença, em occasião de epidemia ou na imminencia della, para atracação de navios a docas, pontes e trapiches, de accordo com a Inspectoria da Alfandega, com recurso para o Governo, em caso de divergencia ;
- XII. Dirigir o serviço das quarentenas ;
- XIII. Superintender nos serviços dos hospitaes marítimos e dos lazaretos ;
- XIV. Expedir aos inspectores nos Estados as instrucções e ordens que julgar convenientes á regularidade e uniformidade do serviço sanitario ;
- XV. Prestar as informações que forem exigidas pela Secretaria de Estado ;
- XVI. Apresentar ao ministro, no principio de cada anno, um relatório dos trabalhos da repartição a seu cargo.

Paragrapho unico. O inspector geral será substituido, em seus impedimentos, por um de seus ajudantes, segundo a ordem de antiguidade.

Art. 5.º Aos inspectores de saude dos portos nos Estados, funcionarios immediatamente subordinados ao inspector geral, compete :

I. Corresponder-se com o inspector geral, communicando as occurrencias importantes que se derem no serviço de sua repartição, requisitando as medidas necessarias e prestando as informações que lhes forem exigidas;

II. Observar as instrucções que receberem do inspector geral ;

III. Cumprir nos respectivos portos, attendendo sempre ao disposto no numero I deste artigo, as obrigações indicadas em os numeros I, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII do art. 4º;

IV. Apresentar em o principio de cada anno ao inspector geral um relatorio dos trabalhos da repartição a seu cargo.

§ 1.º Os inspectores nos Estados communicar-se-hão entre si e com o inspector geral, por meio de officio, e telegraphicamente só nos casos seguintes ou outros de igual gravidade :

I, a chegada, a qualquer dos referidos portos, de navio procedente do porto inficionado ou suspeito ;

II, a de navio, a cujo bordo se tenham dado casos de molestia pestilencial ou contagiosa ;

III, a de embarcações em más condições hygienicas ;

IV, o apparecimento, em qualquer dos ditos portos, de uma molestia pestilencial ou contagiosa.

Nas communicações, que em taes casos houverem de fazer, os inspectores estudos assignalarão os meios empregados para remover ou attenuar o mal.

§ 2.º No relatorio annual, os inspectores de saude dos portos nos Estados consignarão :

I, o numero de navios entrados, sahidos e que ficam fundeados; o calculo da população fluctuante e a respectiva nosographia ;

II, a indicação das principaes condições meteorologicas de cada porto, com determinação das médias hebdomadaarias e mensaes ;

III, a indicação das molestias mais frequentes no porto e na cidade.

§ 3.º Serão os inspectores substituidos pelo seu ajudante, e pelo mais antigo nos Estados em que houver dous. Na falta destes, a substituição se effectuará por medicos designados, nas occasiões urgentes, pelo governador ou presidente, que o communicará ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, afim de resolver definitivamente.

Art. 6.º Aos ajudantes dos inspectores cumpre :

I. Visitar diariamente as embarcações que entrarem ;

II. Visitar com a maior promptidão as embarcações surtas no porto, que fizerem signal de doente a bordo, e dar aos enfermos o conveniente destino ;

III. Presidir á desinfecção das embarcações entradas, bem assim das que estiverem ancoradas no porto, quando for preciso ;

IV. Assignar as intimações de multa ;

V. Comunicar immediatamente aos inspectores as occurrencias notaveis que se derem no serviço das visitas ;

VI. Substituir os inspectores em seus impedimentos.

Art. 7.º Ao secretario compete fazer todo o expediente e escripturação. O secretario é o chefe da secretaria e os demais empregados da mesma lhe ficam subordinados.

Paragrapho unico. Sera substituido, na Inspectoria Geral, pelo official designado pelo inspector geral.

Art. 8.º Além das attribuições e deveres de que tratam os artigos precedentes, compete as autoridades sanitarias dos portos :

I. Examinar as condições hygienicas dos navios fundeados, aconselhando as medidas convenientes á saúde dos tripulantes ;

II. Examinar, nos navios, os generos alimenticios, mandando inutilisar os que se acharem estragados, e remover os que, ficando a bordo, puderem alterar-se facilmente ;

III. Prohibir, sempre que for conveniente, a venda de generos comestiveis e bebidas pelos quitandeiros maritimos ; communicando a prohibição á Capitania do porto, para tornal-a effectiva ;

IV. Representar ás autoridades competentes contra as construcções que puderem prejudicar a salubridade do porto.

CAPITULO II

DAS VISITAS SANITARIAS AOS NAVIOS

Art. 9.º A visita sanitaria tem por fim : verificar o estado de saúde a bordo, ordenar as medidas convenientes para conservar ou restabelecer as boas condições hygienicas dos navios, impôr as quarentenas precisas e fiscalisar o cumprimento das providencias adoptadas.

Art. 10. Haverá em cada porto duas especies de visita :

A *externa*, para os navios que entrarem ;

A *interna*, para os navios já fundeados.

Estas visitas serão feitas pelos ajudantes do inspector geral, no porto do Rio de Janeiro, e pelos inspectores de saúde e seus ajudantes nos demais portos.

§ 1.º A distribuição do serviço das visitas no porto do Rio de Janeiro será feita pelo inspector geral e poderá ser alterada pelo mesmo funcionario, conforme as circumstancias o exigirem.

§ 2.º A visita externa começará ao nascer do sol, será suspensa ás 10 horas, recommençará ás 11 e terminará ao pôr do sol ; a interna será feita ás 10 horas da manhã, em épocas normaes, e ás 9 da manhã e ás 3 da tarde, quando reinar qualquer epidemia no porto. Neste ultimo caso, e si a saúde publica o exigir, poderão os inspectores ordenar visitas extraordinarias.

§ 3.º Si a visita sanitaria houver de ser feita em alguma estação quarentenaria, della ficarão incumbidos os medicos dos lazaretos.

Art. 11. As visitas sanitarias serão obrigatorias para todos os navios, exceptuados apenas os que viajarem entre portos do mesmo Estado, os cruzeiros e as lanchas de pesca.

Art. 12. Nenhuma autoridade aduaneira ou policial poderá exercer jurisdicção sobre navio que não tenha sido visitado pela autoridade sanitaria ; e, quando os empregados da Alfandega ou da Policia se dirigirem a qualquer navio conjunctamente com o da visita de saude, o funcionario incumbido desta terá sempre precedencia sobre os outros, os quaes não poderão communicar com a embarcação, sem sua licença.

Art. 13. A bandeira amarella içada no mastro da prôa de qualquer navio signidca que está elle interdito pela repartição de saude, a qual será a unica competente para levantar a interdicção ; e tanto a Capitania do porto, como as repartições da Alfandega e da Policia são obrigadas a respeitar e fazer respeitar a mesma interdicção.

Art. 14. Logo que qualquer navio fundear no ancoradouro de visita, para elle se dirigirá a autoridade, sanitaria, e, chegando à *falla*, fará o *interrogatorio*.

Consiste este em exigir a mesma autoridade, do commandante, immediato ou medico de bordo, si o houver, respostas claras e precisas às seguintes perguntas :

- I. Qual o nome do navio ?
- II. De onde vem e quantos dias traz de viagem ?
- III. Qual o nome e a qualidade do informante ?
- IV. Quaes os portos em que tocou ?
- V. Communicou em viagem com algum navio ? Qual e de que procedencia ? Qual o estado sanitario de bordo desse navio ?
- VI. Tem carta de saude ? Limpa ou suja ?
- VII. Teve ou tem doentes a bordo ? Quantos ? De que molestias ? Quantos se curaram ? Quantos falleceram ? Quantos se acham em tratamento ?
- VIII. Em que dia, depois da partida, appareceu o primeiro caso de molestia, e qual foi ella ?
- IX. Foi submettido a algum tratamento sanitario em qualquer porto de escala ? Qual o porto e qual o tratamento ?
- X. Que documento traz que comprove a realidade desse tratamento ?
- XI. Quando teve logar a bordo o ultimo obito ?
- XII. Tem estufa de desinfeccção e foram praticadas desinfeccções ?
- XIII. Possui todos os livros e papeis indicados no regulamento sanitario deste porto ?
- XIV. O que vem aqui fazer ?

§ 1.º As respostas dadas às questões acima serão registradas no livro de visitas, que a autoridade sanitaria deverá levar consigo ; e, si tolas as respostas forem satisfactorias e nenhum motivo houver para duvidar da veracidade dellas, a autoridade entrará no navio, procederá em acto continuo à leitura das mesmas respostas, assignará e fará assignar tambem pelo commandante do navio e pelo informante a folha respectiva do livro e procederá então ao *exame ordinario*.

§ 2.º Para effectuar o *exame ordinario*, a autoridade pedirá em primeiro logar a carta de saúde e a guardará consigo; passará depois a analysar a escripturação do bordo, principalmente o livro da enfermaria e o do receituário medico e apporá o seu visto na pagina em que a escripturação terminar.

Em seguida examinará os diversos compartimentos do navio, sobretudo a enfermaria e os alojamentos da marinhagem e dos passageiros; e, si verificar que as informações foram exactas e nada faz suppôr que o navio se ache contaminado, visará a carta de saúde, que entregará ao commandante, e concederá livre pratica á embarcação.

§ 3.º Si o estado sanitario do bordo for bom, mas achar-se o navio em más condições de asseio e hygiene geral, a autoridade sanitaria ordenará as beneficiações que se tornarem precisas, marcando prazo para sua execução.

Expirado este, a embarcação poderá effectuar seu expediente, caso tenha cumprido as ordens recebidas. Si a demora do navio no porto de chegada tiver de ser curta, e for impossivel, por estreiteza de tempo, praticarem-se ás beneficiações indicadas, a autoridade sanitaria designará as mais urgentes, ficando entendido que, sem terem sido ellas realisadas, nenhuma operação de descarga e de carregamento será permitida.

Estas medidas de asseio e de hygiene não impedem o desembarque dos passageiros, nem obstem a communicação do pessoal do bordo com a terra.

Da ordem da autoridade sanitaria deverá ser avisada por escripto a repartição aduaneira.

§ 4.º Si as informações não forem satisfactorias, ou si o navio proceder de porto inficionado ou suspeito, a autoridade sanitaria não entrará a bordo, e o intimará a seguir para a estação quarentenaria proxima.

§ 5.º Si as informações forem satisfactorias, mas verificar-se, por ocasião do *exame ordinario*, que não foram ellas exactas, ou que houve má fé por parte do informante em materia attinente á saúde do bordo, a autoridade sanitaria retirar-se-ha sem proseguir no *exame*, intimando o navio a submeter-se ao *exame rigoroso* na estação quarentenaria.

Neste caso, a autoridade sanitaria que tiver procedido ao *exame ordinario*, bem assim as pessoas que houverem communicado com o navio ficarão detidas a bordo da embarcação que as conduziu, ou em outra destinada a esse fim, até que do resultado do *exame rigoroso* se depreenda qual o tratamento que lhe deva ser applicado. A embarcação que conduzir a mesma autoridade, de volta do navio, içará a bandeira amarella no mastro da proa e ueclarar-se-ha em quarentena, até que o chefe do serviço determine o que for de mister.

§ 6.º Si a inexactidão das informações consistir apenas em pontos secundarios, e que não se refiram á saúde do bordo, a autoridade sanitaria proseguirá no *exame ordinario* e visará a carta de saúde, que será entregue ao commandante, ao qual imporá a multa deste regulamento.

§ 7.º Na hypothese do § 5º, a carta de saúde, sequestrada pela autoridade sanitaria, será remettida ao medico do lazareto, que a restituirá ao commandante, depois de terminado o exame rigoroso, ou de finda a quarentena, si for caso disso. O mesmo medico visará a dita carta e inscreverá no *bilhete de livre pratica* a nota do tratamento que o navio houver soffrido. Esse *bilhete* ficará pertencendo ao commandante.

§ 8.º Si o porto em que taes operações e exames se praticarem for o terminal da viagem, a carta de saúde que o navio houver trazido pertencerá á Inspectoria de saúde.

Art. 15. Os ajudantes em serviço na visita interna percorrerão quotidianamente os ancoradouros e visitarão os navios fundeados, começando pelos que tiverem içado o signal de doente a bordo.

Nas visitas examinarão a aguada, os alimentos e quanto tenha relação com a hygiene do navio e das pessoas que nelle existirem; e de tudo que exigir providencias, que não estiverem previstas neste regulamento, darão conhecimento immediato aos inspectores, que determinarão o que for conveniente.

Art. 16. Quando reinar qualquer epidemia no porto, o ajudante da visita interna entrará nos navios chegados na vespera e verificará si foram cumpridas as instrucções dadas pelo ajudante da visita externa ao respectivo capitão, por occasião da chegada; e, no caso negativo, determinará que taes instrucções sejam observadas, sob pena de multa, dentro de prazo razoavel, que marcará.

Art. 17. Em épocas epidemicas, quando o numero de doentes for muito consideravel, deverá, sob indicação dos inspectores, pernoitar em logar adequado o ajudante de serviço na visita interna, prompto para acudir a qualquer chamado de bordo de alguma embarcação que pedir soccorro, ou para receber doentes, que forem enviados dos navios.

Art. 18. Si em algum navio ancorado se manifestar um caso de molestia, seja ella qual for, deverá o commandante içar o signal de doente a bordo.

Este signal consistirá na bandeira da nacionalidade do navio no mastro de prôa.

Art. 19. Nenhum commandante poderá enviar para terra, nem conservar a bordo, doente algum que appareça em seu navio, sem prévia licença da autoridade sanitaria, mediante exame no mesmo doente.

Ficam exceptuados os casos de accidentes traumaticos.

Art. 20. Nenhum medico poderá ir a bordo de navio fundeado, para examinar e tratar qualquer doente, sem licença prévia da autoridade sanitaria, a qual deverá ser informada da natureza da molestia.

Paragrapho unico. As infracções dos dous artigos prece-lentes serão punidas com as penas do art. 79.

Art. 21. Si a bordo de qualquer navio ancorado houver doente de molestia commum, o ajudante da visita interna o communicará por escripto ao commandante do navio, e esta communica-

ção autorisará o dito commandante a mandar tratar o doente a bordo ou em terra, conforme lhe aprouver.

No caso de ser o doente removido para algum hospital de terra, deverá o commandante pedir ao referido ajudante a *guia* de remessa, na qual a autoridade sanitaria mencionará o que for conveniente para verificar-se a identidade do enfermo e a natureza da molestia.

Paragrapho unico. Sem essa *guia* nenhum doente vindo dos navios surtos no porto poderá ter entrada em qualquer hospital.

Art. 22. Si qualquer medico, que estiver tratando a bordo algum doente, nos termos do art. 20, reconhecer a conveniencia de ser o mesmo doente transferido para um hospital de terra, deverá entregar ao commandante do navio uma *guia*, datada e assignada, na qual consignará, além do que exige a ultima parte do artigo precedente, o motivo pelo qual não convem que o doente continue a ser tratado a bordo.

Essa *guia* substituirá a do ajudante, para os efeitos do paragrapho unico do art. 21.

Art. 23. Para fiscalisar-se o rigoroso cumprimento dos artigos precedentes, o ajudante da visita interna terá o direito de examinar o doente recolhido a qualquer estabelecimento hospitalar.

§ 1.º Caso o doente remettido pelo medico, de que trata o art. 22, esteja affectado de molestia pestilencial, que não haja sido diagnosticada por ocasião do exame referido no art. 20, deverá o administrador do hospital em que haja elle sido recolhido, communicar-o sem demora á Inspectoria, para que esta effectue a immediata remoção do mesmo doente para estabelecimento apropriado.

A infracção desta disposição será punida de conformidade com o art. 79.

§ 2.º Reconhecido que o medico que expediu *guia* de remessa do doente para um hospital qualquer occultou a natureza pestilencial da molestia sob diagnostico falso, ou verificado ainda que, tendo reconhecido essa natureza, continuou a tratar o doente a bordo, incorrerá o dito medico na multa correspondente indicada no art. 79.

Art. 24. O medico que verificar em doente, que esteja tratando a bordo, a manifestação de symptomas de molestia pestilencial, deverá não só determinar que o commandante ice no mastro da proa o signal do art. 18, como levar o facto, por escripto, ao conhecimento da Inspectoria.

Fica entendido que o mesmo medico deverá, desde então, abster-se de dirigir o tratamento do enfermo.

Paragrapho unico. A infracção do disposto neste artigo será punida com a multa do art. 79, applicada ao medico.

Art. 25. Si o enfermo existente a bordo estiver affectado de molestia contagiosa, o ajudante da visita interna regular-se-ha pelo que lhe indicarem as seguintes hypotheses :

- a) A molestia contagiosa não é pestilencial exotica ;
- b) A molestia contagiosa é pestilencial exotica.

Em ambos os casos occorrem outras hypothèses :

1.^a A molestia reina no porto e na cidade;

2.^a Reina só no porto ou só na cidade;

3.^a Não reina no porto, nem na cidade.

§ 1.^o Si a molestia contagiosa não for pestilencial exotica e reinar no porto e na cidade, o ajudante procederá de accordo com as instrucções que houver recebido do chefe de serviço, fazendo remover o doente para a enfermaria que estiver designada para tal fim e aconselhará as medidas de hygiene e de desinfectação de bordo, que forem precisas.

§ 2.^o Si o navio estiver proximo de outros que não se acharem contaminados, o ajudante mandará removê-lo para o ancoradouro de vigia, onde será visitado quotidianamente.

§ 3.^o Si a molestia contagiosa não pestilencial exotica reinar só no porto ou só na cidade, proceder-se-ha conforme os paragraphos antecedentes, cuidando o ajudante de impedir as communicações entre o navio e outros sãos, ou entre elle e a cidade. Essa interdicção poderá ser rigorosa, de modo a transferir-se o navio para o ancoradouro de quarentena, onde ficará detido durante o tempo preciso para seu completo saneamento.

§ 4.^o Si a molestia não reinar nem no porto, nem na cidade, o navio será immediatamente transferido para o ancoradouro de quarentena, isolado e convertido em lazareto. Só depois de saneado se lhe permittirá voltar ao ancoradouro geral.

§ 5.^o Si a molestia contagiosa que apparecer a bordo de qualquer navio surto no porto for pestilencial exotica, e si se realisarem as duas primeiras hypothèses, o ajudante procederá segundo as ordens que houver recebido ; e, no caso da terceira hypothese, mandará o navio immediatamente para a estação quarentenaria proxima, onde serão observadas, em relação a tal navio, as disposições referentes às quarentenas de rigor.

CAPITULO III

DAS CARTAS DE SAUDE

Art. 26. São obrigados a apresentar carta de saude, por occasião da entrada em porto brasileiro :

1.^o, os navios procedentes de qual quer porto estrangeiro ;

2.^o, os que vierem de porto brasileiro onde houver inspectoría de saude.

Paragrapho unico. Ficam dispensados da exhibição de carta de saude :

1.^o, os navios que viajarem regularmente entre portos do mesmo Estado ;

2.^o, os vasos de guerra estrangeiros, estacionados em portos brasileiros, que fizerem excursões a localidades da Republica ;

3.^o, os cruzeiros ;

4.^o, as lanchas de pesca ;

5.^o, os navios que entrarem por arribada forçada.

Art. 27. Todo o navio, procedente do estrangeiro, que entrar em porto brasileiro, deverá vir munido dos seguintes documentos :

1º, carta de saúde, expedida pela autoridade sanitaria do porto de procedencia, visada pelo consul brasileiro nesse mesmo porto, e, na falta deste, pelo consul de uma nação que esteja em relações de amizade com o Brazil ;

2º, carta de saúde de todos os portos em que tocar, visada semelhantermente à do porto de procedencia ;

3º, carta de saúde dos portos brasileiros em que houver tocado.

Paragrapho unico. Si no porto de procedencia, ou nos portos de escala estrangeiros não houver repartição de saúde, os consules brasileiros deverão fornecer à embarcação, que a pedir, uma declaração manuscrita do estado sanitario deste porto ou portos, e essa declaração produzirá nos da Republica os effeitos de carta de saúde competentemente visada. Na falta de consul brasileiro em qualquer dos portos indicados, será válida para as autoridades brasileiras a comunicação manuscrita do consul estrangeiro, conforme o n. 1 deste artigo. Si, ainda, não houver nos referidos portos autoridade consular de qualquer paiz, deverão os commandantes de navio prover-se dos documentos, que lhes puderem garantir a certeza do estado sanitario do porto ou portos, submettel-os, no porto de escala mais proximo, ao exame do consul brasileiro ou outro, o qual fornecerá ao mesmo commandante a comunicação manuscrita de que trata a 1ª parte deste paragrapho.

Art. 28. As cartas de saúde, expedidas pelas autoridades da Republica ou por ellas recebidas, serão classificadas em *limpas e sujas* ; comprehendendo-se na 1ª classe as que consignem ausencia completa de molestia pestilencial no porto de procedencia e nos de escala, e sendo consideradas *sujas* aquellas que registram casos de molestia pestilencial na localidade de onde o navio tiver partido ou onde houver tocado.

Na carta de saúde deve a autoridade declarar si no logar em que é expedido o mesmo documento reina qualquer molestia contagiosa que possa comprometter a saúde publica.

Art. 29. Só será válida a carta de saúde que tiver sido passada dentro de 24 horas antes da partida do navio.

Art. 30. O *visto* consular, a que se refere o art. 27, será escripto no *verso* da carta e authenticado com o sello do Consulado.

Quando, pelas informações obtidas e conhecimento exacto dos factos, nenhuma objecção tiver o consul que fazer aos dizeres da carta de saúde, o *visto* será *simplex* ; no caso contrario, o mesmo consul annotará, em seguida ao *visto*, o que lhe parecer conveniente para rectificação dos dizeres das cartas de saúde.

Art. 31. As cartas de saúde que o navio trouxer do porto de procedencia ou dos portos de escala são propriedade do commandante do mesmo navio, emquanto não chegar este ao porto do destino final da viagem. Neste porto as cartas ficarão pertencendo à repartição de saúde.

Paragrapho unico. As autoridades sanitarias brasileiras visarão as cartas de saude que não deverem ficar pertencendo ás repartições de saude da Republica.

Art. 32. Quando, por effeito do visto rectificativo de uma carta de saude, for applicado a qualquer navio algum tratamento sanitario especial, a autoridade sanitaria do porto que tal tratamento houver imposto, entregará ao commandante do navio um *bilhete sanitario*, no qual se indicará o tratamento e seu motivo.

Art. 33. Os navios de guerra das nações amigas terão carta de saude gratuita.

Art. 34. Ficam adoptados os modelos appensos a este regulamento para as cartas de saude e bilhetes sanitarios expedidos pelas autoridades do Brazil.

CAPITULO IV

DOS ANCORADOUROS SANITARIOS

Art. 35. Haverá em cada porto brasileiro, onde funcceionar Inspectoria de saude, tres ancoradouros sanitarios:

- o ancoradouro de visita ;
- o ancoradouro de vigia ;
- o ancoradouro de quarentena.

§ 1.º O ancoradouro de *visita* é aquelle em que os navios devem fundear para esperar a visita sanitaria externa, bem como o que houverem escolhido para fundear definitivamente e fazer as operações mercantis, e no qual a visita interna se effectuará.

§ 2.º O ancoradouro de *vigia* é destinado ao isolamento dos navios que, não sendo passíveis de quarentena, devam entretanto ser removidos para logar afastado dos outros navios.

§ 3.º O ancoradouro de *quarentena* é aquelle em que a embarcação deve fundear para soffrer beneficiações quarentenarias.

CAPITULO V

DA PROPHYLAXIA MARITIMA

Art. 36. A prophylaxia maritima estabelecida no presente regulamento tem por fim o emprego de tantos processos sanitarios quantos convenham para resguardar a saude publica dos contagios trazidos por navios que cheguem aos portos da Republica.

Art. 37. Esta prophylaxia comprehende principalmente dous processos: a fiscalisação do estado sanitario do navio durante a viagem com o emprego dos meios adequados a conserval-o ou melhora-l-o, e a pratica do regimen quarentenario aos navios chegados em condições de poderem prejudicar a saude publica.

Art. 38. O primeiro processo é realizado pelas funções incumbidas aos medicos de bordo e aos que forem designados de accordo com os artigos seguintes; o segundo, pela execução do que dispõe este regulamento em relação ás quarentenas.

Art. 39. Por occasião de epidemia em paizes estrangeiros o inspector geral, conforme as circumstancias o exigirem, poderá solicitar do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores a faculdade de designar medicos-commissarios com a função especial de observar a bordo dos navios em viagem para os portos do Brazil a pratica de todas as providencias destinadas a impedir a infeção de bordo e expurgar o navio da infeção occorrida.

Art. 40. Os medicos-commissarios serão enviados para as localidades onde reinar molestia pestilencial e deverão embarcar nos navios que de taes localidades partirem com destino a portos brasileiros, observado o disposto no art. 41, 1ª parte.

Paragrapho unico. A retribuição desta commissão dependerá dos meios que a lei orçamentaria consignar.

Art. 41. Taes medicos observarão as instrucções que houverem recebido do inspector geral, e embarcarão no navio que a autoridade brasileira, ministro ou consul designar.

Serão deveres dos medicos-commissarios, quando embarcados:

§ 1.º Annotar tres vezes por dia, com designação da hora, em um registro ou diario de viagem com as respectivas folhas numeradas e rubricadas pelo inspector geral, todas as circumstancias que observarem, relativas á saude dos tripolantes e passageiros, e igualmente todas as causas suppostas capazes de alterar a mesma saude, quer procedam do navio, quer sejam de origem diversa.

§ 2.º Informar-se de qualquer facto de molestia, que a bordo occorrer, por mais insignificante que pareça, afim de observá-lo; tendo o cuidado de annotar em seu livro as datas precisas de invasão e terminação, favoravel ou fatal, assim como todos os detalhes conducentes ao conhecimento exacto da natureza da molestia.

§ 3.º Consignar em seus livros a data da chegada e da sahida do navio a qualquer porto de escala ou de arribada e tambem todas as informações que puderem obter sobre a saude publica nesse porto.

§ 4.º Procurar certificar-se, varias vezes por dia, do estado dos doentes, que existirem a bordo.

§ 5.º Inscrever em seu livro todas as medidas sanitarias postas em pratica a bordo do navio.

§ 6.º Apresentar o diario ou registro á autoridade sanitaria do porto brasileiro a que chegar, e ainda responder sob a fé do seu grão a todas as perguntas que para a averiguação do estado sanitario passado e presente do navio dirigir-lhes a mesma autoridade.

Igual obrigação subsistirá quando o interrogatorio for escripto.

Art. 42. Quando, á chegada, houver motivo para imposição de quarentena a navio, em que venha algum medico-commissario, este ficará a bordo e continuará a observar o que lhe competir, durante todo o tempo da sequestração do navio.

Art. 43. Sempre que em algum paiz, que haja celebrado com o Brazil convenção sanitaria, reinar epidemicamente qualquer molestia pestilencial, o chefe do serviço sanitario maritimo poderá destacar para junto do chefe do serviço sanitario desse paiz um medico-comissario, para que estude a marcha e o desenvolvimento da epidemia, e informe a inspectoría geral, com precisão e autoridade. Este mesmo medico poderá ser incumbido de outras funcções que tenham relação com a melhor execução do serviço sanitario.

CAPITULO VI

DAS QUARENTENAS

Art. 44. Para o effeito das disposições deste regulamento relativo ás quarentenas, ficam adoptadas as seguintes definições e convenções:

Porto inficionado — aquelle em que reinar epidemicamente qualquer molestia pestilencial ;

Porto suspeito — 1º, aquelle em que se manifestarem casos isolados de qualquer molestia pestilencial ;

2º, o que mantiver communicações faciles e frequentes com localidades inficionadas ;

3º, o que não se premunir sufficientemente contra os portos inficionados, segundo os preceitos deste regulamento.

Navio inficionado — aquelle em que houver occorrido algum caso de molestia pestilencial.

Navio suspeito — 1º, o que, procedente de porto inficionado ou suspeito, não tiver tido, durante a viagem, caso algum de molestia pestilencial ;

2º, o que, embora procedente de porto limpo, houver tocado em porto inficionado ou suspeito ;

3º, o que durante a viagem, ou por occasião da chegada, communicar com outro navio inficionado ou suspeito, de procedencia ignorada ;

4º, o que tiver tido caso de obito por molestia não especificada, ou repetidos casos de uma molestia allegada ;

5º, o que não trazer carta de saude do porto de procedencia, bem assim dos portos de escala, devidamente visada, nos termos dos arts. 27, 29 e 30.

Objectos suspectos, ou *susceptiveis* de reter e transmittir contagio:

1.º Algodão, canhamo, lã, linho e seda, não manufacturados ;

2.º Cabello, crina e pennas em estado natural ;

3.º Cartas, jornaes, papeis fechados, malas ou saccos respectivos, salvo si forem alcatroados, e encommendas postaes ;

4.º Couros e pelles frescos ou seccos, em bruto ; e pelles com pellos, embora curtidas ;

5.º Crina vegetal, feno, alfalfa, hervas, sumaúma, prensados ou em fardos ;

6.º Mobilia usada, guarnições de quartos e salas, ou tapetes tambem usados ; moveis estofados de algodão, canhamo, lã, linho, seda ou crina, novos ou usados ;

7.º Todas as roupas de uso e seus accessorios, e quaesquer objectos que constituam bagagem ;

8.º Despojos ou fragmentos frescos de animaes ;

9.º Frutas, legumes verdes e hortaliças, e os lacticinios frescos ;

10. Retalhos de quaesquer fazendas, e trapos propriamente ditos ;

11. Carne de xarque.

Os objectos mencionados nos ns. 8º, 9º, 10 e 11 não poderão ser recebidos quando procedentes de logares inficionados ou suspeitos.

Paragrapho unico. A declaração de *inficionado* ou *suspeito* applicada a um porto será feita pelo Governo, sobre proposta do inspector geral de saude dos portos, e officialmente publicada.

Art. 45. Os navios que se destinarem aos portos do Brazil e que quizerem gosar das prerogativas do paquete deverão submeter-se ao disposto no presente regulamento sanitario, o qual li ti gna tres especies de embarcações:

1.ª — os vapores que conduzirem menos de 100 passageiros de proa ;

2.ª — os transportes de immigrantes, isto é, vapores, que, gosando ou não dos privilegios do paquete, trouxerem mais de 100 passageiros de proa ;

3.ª — os navios de vela.

§ 1.º Os navios da 1.ª e 2.ª especies deverão ter medico a bordo e ser providos :

— de estufa de desinfectão pelo vapor de agua superaquecido e sob pressão ;

— de deposito de desinfectantes e utensis de desinfectão, conforme o disposto no presente regulamento ;

— de livro de fornecimento de pharmacia, no qual se assentará a quantidade e especie de drogas ou remedios existentes a bordo no momento da partida do porto de procedencia, bem assim os fornecimentos supplementares recebidos nos portos de escala ;

— de livro de registro das receitas medicas ;

— de livro da enfermaria, em que se annotará, com a maior minuciosidade, todos os casos de molestia occorridos a bordo e os respectivos tratamentos ;

— de lista dos passageiros, com indicação do nome, idade, sexo, naturalidade, profissão e procedencia dos mesmos ;

— de rol da equipagem ;

— de manifesto da carga.

§ 2.º Os livros, a que se refere o paragrapho antecedente, serão abertos, rubricados e sellados, em suas folhas, pelo consul brasileiro no porto de procedencia, e as folhas referentes a cada viagem cancelladas pela autoridade sanitaria do porto de chegada.

Pela legalisação desses livros nenhum emolumento pagarão os commandantes de navio.

No caso de não haver consul brasileiro no porto de procedencia ou de estar elle ausente, seguir-se-ha, para a legalisação dos livros, o disposto no art. 27 quanto ao preparo das cartas de saude.

§ 3.º Todos os papeis de bordo serão submittidos ao exame da autoridade consular no porto de procedencia ou de escala, e da autoridade sanitaria no porto de chegada; cumprindo a primeira declarar nas cartas de saude, por occasião de visal-as, a existencia total ou parcial dos livros, lista e rol indicados no § 1.º deste artigo.

Art. 46. Haverá na Republica duas especies de quarentena:

a) quarentena de *observação*;

b) quarentena de *rigor*.

§ 1.º A quarentena de observação consistirá na detenção do navio, durante o tempo preciso para a rigorosa visita sanitaria de bordo.

§ 2.º A quarentena de rigor terá dous fins:

1º, averiguar si entre os passageiros, procedentes de porto inficionado ou suspeito, algum traz molestia pestilencial em periodo de incubação;

2º, proceder á desinfectação dos objectos suspeitos de reter e transmittir contagio.

Art. 47. A quarentena de observação, em sua forma pratica, consistirá no *exame rigoroso*, a que allude o art. 14 § 5º, e será effectuado, em uma estação quarentenaria, pelo medico director do lazareto pela forma seguinte: exame de todos os livros de bordo; balanço das drogas existentes na pharmacia com as anotações do respectivo livro de fornecimento e com as do livro da enfermaria, afim de conhecer quaes as que foram usadas em maior quantidade e com maior frequencia para o tratamento das varias molestias occorridas a bordo, durante a viagem; chamada dos tripolantes e dos passageiros pelas respectivas listas e averiguação dos motivos de ausencia dos que faltarem; interrogatorios para esclarecimento da verdade; depoimentos escriptos, que julgar precisos para a resalva de responsabilidade em relação ao tratamento sanitario que houver de ser imposto ao navio; verificação do estado hygienico do navio e emprego de todos quantos recursos de indagação a eventualidade lhe suggerir.

Si, completo o exame, o medico do lazareto não quizer, por motivo de duvida fundada, applicar ao navio suspeito os tratamentos indicados neste regulamento, poderá deter a embarcação durante o tempo preciso para consultar o chefe do serviço sanitario maritime. A consulta será feita pelo meio o mais expedito e rapido, e observar-se-ha o que o mesmo chefe indicar.

Art. 48. A quarentena de rigor será applicada:

1º, aos navios inficionados;

2º, aos navios, a cujo bordo tiverem occorrido casos de molestia não especificada, e que não puder ser qualificada por occasião da visita sanitaria.

Art. 49. As quarentenas de rigor serão de prazo fixo; trarão como consequência o desembarque dos passageiros e das cargas nos lazaretos, sua purificação e ulterior livre pratica, quando estiver extinto o receio de contaminação da saúde publica.

Art. 50. Quando não houver nos lazaretos logar disponível para novos quarentenados, a quarentena de rigor poderá ser purgada a bordo, convertendo-se o navio, neste caso, em lazareto suplementar.

Si, por trazer o navio grande quantidade de passageiros e de cargas, tornar-se impossivel a pratica de desinfecções regulares, far-se-ha a baldeação de passageiros e cargas, ou sómente de uns ou outras, para outro navio. Semelhante baldeação não trará onus algum especial para a administração sanitaria, devendo todas as despesas correr por conta da embarcação quarentenada.

Art. 51. O prazo fixo da quarentena de rigor será o do periodo maximo de incubação da molestia pestilencial que se queira evitar, isto é: de oito dias para a febre amarella e para o cholera-morbus, e de 20 para a peste oriental.

O prazo da quarentena para outras molestias pestilenciaes ficará dependente das circumstancias occasionaes e será indicado pela autoridade sanitaria.

Esse prazo fixo poderá ser contado de dous modos :

a) tendo começo na data do ultimo caso occorrido durante a viagem ;

b) tendo começo na data do desembarque dos passageiros no lazareto.

§ 1.º A duração da quarentena de rigor começará a ser contada da data do ultimo caso occorrido em viagem, quando se realisarem as condições seguintes :

I. Satisfazer o navio as exigencias dos §§ 1.º, 2º e 3º do art. 45 ;

II. Comprovar a autoridade sanitaria local a veracidade das informações que lhe tiverem sido prestadas.

§ 2.º Si, nas condições indicadas no paragrapho precedente, o prazo decorrido desde ao ultimo caso até ao dia da chegada do navio for igual ou maior do que o maximo da incubação da molestia pestilencial, os passageiros terão livre pratica ; e, caso não traga a embarcação objectos suspeitos, tambem ella terá livre pratica.

Si o navio, porém, trouxer objectos suspeitos em condições de não terem podido contaminar os passageiros e tripolantes ; si ainda esses objectos não tiverem sido desinfectados, ou mesmo si a desinfecção for julgada insufficiente, a livre pratica da embarcação só terá logar depois de desinfectados os objectos referidos.

No caso de não se verificarem as disposições deste artigo, no tocante às exigencias que o navio devera satisfazer para que o computo da duração da quarentena seja feito a partir do ultimo caso occorrido em viagem, a quarentena de rigor será contada nos termos indicados na letra b deste artig .

§ 3.º Si o prazo decorrido depois do ultimo caso de molestia pestilencial for menor do que o maximo da incubação, e si, além

disso, achar-se o navio nas condições figuradas no § 1.º, os passageiros purgarão uma quarentena *complementar* de tantos dias quantos faltarem para completar o referido prazo maximo de incubação.

A dita quarentena complementar será praticada no lazareto, salva a hypothese de não haver neste logares disponiveis, o que permittirá effectuar-se a quarentena a bordo.

§ 4.º Si o navio, na occasião da chegada, tiver doentes de molestia pestilencial, serão elles recolhidos ao hospital fluctuante e os demais passageiros submettidos a quarentena de rigor no lazareto fluctuante.

A quarentena, neste caso, começará da data da entrada dos passageiros no mesmo lazareto.

§ 5.º Ao estabelecido no paragrapho antecedente ficará tambem sujeito o navio que, tendo tido casos de molestia pestilencial, embora não os apresente por occasião da chegada, não houver satisfeito as exigencias do § 1.º deste artigo.

§ 6.º O navio *suspeito*, que tiver feito viagem do porto inflicionado, ou suspeito, ao porto de chegada, em um periodo de tempo inferior ao maximo da incubação da molestia pestilencial que se procura evitar, ficará igualmente sujeito á quarentena *complementar*, nos termos do § 3.º.

§ 7.º O navio suspeito que effectuar a viagem em um periodo de tempo superior ao maximo da incubação, já fixado, será submettido á quarentena de observação, durante a qual se procederá como dispõe o art. 47. Si o mesmo navio trazer objectos suspeitos, que não tenham contaminado os passageiros e tripolantes, e ainda não desinfectados, será submettido á quarentena de rigor para effectuar-se ou completar-se a desinfectação, a qual só começará depois de retiravlos do bordo os passageiros, os quaes serão postos em livre pratica.

Em caso de possível contaminação, seguir-se-ha o disposto na ultima parte do § 2.º deste artigo.

Art. 52. Quando um navio, em condições de quarentena de rigor, trazer passageiros e cargas com destino a portos differentes, desembarcará, no lazareto do porto a que chegar, os passageiros e cargas com destino a esse porto sómente, podendo seguir viagem logo depois.

Si no lazareto não houver logares disponiveis, observar-se-ha o disposto no art. 50.

Nessas condições o *bilhete sanitario*, que o navio receber na estação quarentenaria, consignará que não foi elle submettido a expurgo sanitario.

Art. 53. Ao navio que, trazendo passageiros e cargas para o Brazil, não quizer submeter-se a quarentenas e outros processos sanitarios indicados no presente regulamento, bem assim aquelles que, por occasião da chegada, ministrarem informações falsas á autoridade sanitaria, não pagarem a multa em que incorrerem, será negada a entrada nos portos da Republica, emquanto tiverem o mesmo commandante, para o qual a pena será perpetua.

Paragrapho unico. Excepcionalmente, poderá ser tambem negada a entrada nos portos da Republica ao navio que, trazendo grande numero de passageiros e achando-se profundamente inficionado, tiver perdido muitos doentes durante a viagem, e por isso ameaçar a transmissão do mal ao paiz.

Art. 54. Si, enquanto estiver o navio em quarentena de observação, manifestar-se a bordo algum caso de molestia pestilencial, será elle submettido a quarentena de rigor.

Art. 55. A declaração de *inficionado*, applicada a um porto, trará a interdicção sanitaria dos navios d'elle sahidos, durante o periodo do tempo anterior á manifestação do primeiro caso, de 20 dias em relação á peste oriental, de oito dias em relação á febre amarella e ao cholera-morbus.

Art. 56. As pessoas accommettidas de molestia pestilencial, a bordo dos navios submettidos a tratamento sanitario, ou já desembarcadas nos lazaretos, serão transferidas para um hospital fluctuante; as accommettidas de molestia contagiosa serão tratadas em um local isolado, e as affectadas de molestias communs, em uma enfermaria annexa ao lazareto, onde ficarão, depois de curadas, sujeitas á quarentena em que se tiverem complicado, dado o caso de não ter sido possivel removel-as para um hospital de terra, quando terminou a quarentena do grupo a que pertenciam.

Art. 57. Para que um porto seja declarado *limpo* é mister que tenham decorrido tantos dias sem molestia pestilencial quantos os do periodo maximo de incubação, consignado neste regulamento.

CAPITULO VII

DOS LAZARETOS

Art. 58. Haverá, no Brazil, duas especies de lazaretos : os *fixos*, situados de preferencia em ilhas, proximas á costa do territorio nacional, e os *fluctuantes*, creados em épocas epidemicas, e em numero sufficiente para attender ás necessidades do serviço quarentenario.

Art. 59. Nos lazaretos fixos só se admittirão os passageiros que, devendo purgar quarentena de rigor, não apresentarem symptoma algum de molestia pestilencial ou contagiosa.

Art. 60. Nos lazaretos fluctuantes serão recebidos os passageiros que houverem tido contacto recente com pessoas accommettidas de molestia pestilencial.

Entende-se por *contacto recente* aquelle que se tiver dado dentro de oito dias para a febre amarella e para o cholera-morbus, e de 20 para a peste oriental.

Art. 61. Nos lazaretos fixos haverá hospitaes annexos para o tratamento de molestias communs, e de isolamento para o tratamento de molestias contagiosas.

Art. 62. Em todas as estações quarentenarias haverá um ou mais hospitaes fluctuantes, denominados *hospitaes de quarentena*, onde serão recebidos os atacados de molestia pestilencial provenientes dos lazaretos, quer fixos, quer fluctuantes, dos navios que estiverem inflicionados, e de qualquer outra procedencia.

Art. 63. Nos lazaretos fixos e fluctuantes se observará rigorosamente o principio geral de isolamento, o qual se applicará aos diversos grupos de passageiros chegados ao estabelecimento na mesma data ou em data diversa.

O isolamento de cada grupo comprehenderá tambem o do respectivo pessoal do serviço.

Art. 64. Tanto os lazaretos, como os hospitaes, serão providos de estufas para desinfecção pelo vapor de agua super-aquecido e sob pressão.

Art. 65. As bagagens, roupas e demais objectos, que os quarentenarios das differentes classes trouxerem, serão previamente desinfectados por occasião da entrada delles nos estabelecimentos em que devem soffrer o expurgo sanitario; sendo repetidas essas operações cada vez que occorrer entre os quarentenarios de um grupo algum caso de molestia pestilencial.

Neste caso a quarentena para o grupo será ampliada, a contar da data do ultimo caso, e da desinfecção a que elle der lugar.

Art. 66. Os convalescentes de molestias pestilenciaes farão, antes de serem postos em livre pratica, uma quarentena de duração igual á do periodo de incubação maxima da molestia de que houverem sido accommettidos; quarentena essa que deverá ser purgada no lazareto fluctuante.

Art. 67. O desembarque de bagagens, roupas e mais objectos pertencentes aos passageiros, que houverem purgado quarentena nos lazaretos fluctuantes, não poderá ser realizado, em caso algum, sem desinfecção no momento do desembarque.

Art. 68. O serviço nos lazaretos da Republica dividir-se-ha em serviço administrativo e serviço medico.

§ 1.º O serviço administrativo comprehende :

a conservação do edificio e suas dependencias;

o supprimento de viveres, agua e luz, roupas de cama, mesa e banho aos quarentenados;

a distribuição destes pelas secções separadas do edificio, de modo que nenhuma comunicação possa haver entre os quarentenados, de época distincta, de procedencia differente e de navios diversos;

a policia externa e interna das quarentenas, de modo a evitar desordens, tumultos e conflictos, empregando-se os meios precisos para reprimil-os, caso se manifestem;

o serviço de remoção de doentes para o hospital de quarentena e enfermarias;

a escripturação do lazareto;

o serviço funerario;

a arrecadação, authenticação e guarda dos espolios;

a cobrança das taxas de desinfecção e das taxas de quarentena;

a fiscalização dos navios ancorados.

§ 2.º O serviço medico comprehende :

a visita medica aos quarentenados ;
o tratamento dos enfermos ;
a fixação do prazo das quarentenas e sua prorrogação ;
o serviço das desinfecções ;
a vistoria e apostillamento das cartas de saude, a concessão dos bilhetes de livre pratica ;
a concessão de livre pratica ás pessoas, cargas e navios que tenham soffrido o expurgo sanitario.

Art. 69. Para o serviço administrativo o pessoal fixo será: um director-medico, um escriptuario, um almoxarife, um encarregado das desinfecções, um porteiro, e os guardas e serventes que forem necessarios.

Para o serviço medico haverá o numero de medicos, pharmaceuticos e enfermeiros que as circumstancias exigirem, quando estiverem funcionando os lazaretos.

Art. 70. Com excepção do pessoal do serviço administrativo, todo o pessoal dos lazaretos será de commissão e admittido ou dispensado conforme as necessidades do serviço.

Art. 71. Os quarentenados recolhidos aos lazaretos serão distribuidos em tres classes, discriminadas por numeros de ordem, e cada classe terá alojamentos e tratamentos differentes.

A distribuição será feita de modo que os quarentenados venham a occupar pavilhões ou secções de pavilhões distinctos, onde estejam completamente separados os de proveniencia, datas e navios diversos.

Art. 72. Aos quarentenados cumpre observar as disposições deste regulamento e as recommendações que receberem da administração dos lazaretos; e assiste-lhes o direito de reclamar da mesma administração o que julgarem necessario não só á sua commodidade, como aos seus interesses sanitarios.

Art. 73. Conceder-se-ha aos quarentenados :

1º, conservar em seu poder os objectos de valor, que trouxerem, assim como as suas bagagens, depois de desinfectadas ;

2º, exigir, sempre que for conveniente, a presença do facultativo clinico, e tambem o remedio de que carecerem ;

3º, receber, para sua companhia, pessoas de sua familia ou amizade, contanto que se submettam ellas a quarentena igual á do detido, paguem a mesma taxa, e os commodos disponiveis dos lazaretos o permittam ;

4º, chamar, em caso de molestia, medico de sua confiança, e com elle se tratarem; ficando o dito medico tambem em quarentena.

Art. 74. Os quarentenados ficam obrigados ao pagamento das taxas consignadas na tabella annexa a este regulamento ; estando incluída nellas a importancia dos soccorros medicos e pharmaceuticos, que lhes forem prestados.

Art. 75. Serão destacados para os lazaretos, sempre que for preciso, empregados das Alfandegas e do Correio Geral incumbidos de effectuar os serviços que competem ás respectivas repartições.

Art. 76. A administração dos lazaretos terá á sua disposição a força militar que for necessaria para a manutenção da ordem e para a policia das quarentenas.

Art. 77. O inspector geral de saude dos portos formulará e submeterá á approvação do Governo o regimento interno dos lazaretos.

CAPITULO VIII

DOS HOSPITAES MARITIMOS

Art. 78. Haverá, nos portos do Brazil, os hospitaes precisos para a prestação de soccorros medicos aos hom'ns de mar, em quadras epidemicas ; esses hospitaes ficarão subordinados á Inspectoria Geral de Saude dos Portos, e terão regimento especial, que o inspector geral expedirá.

CAPITULO IX

DAS MULTAS E DOS RECURSOS

Art. 79. Os actos definidos nos paragraphos seguintes serão punidos com as multas nelles estabelecidas :

1.º Faltar á verdade o commandante do navio nas informações que por occasião da chegada prestar relativamente ás occorrencias de bordo : multa de 200\$000 ;

2.º Sonegar doentes a bordo, de qualquer molestia que seja ; remettel-os para hospitaes de terra, sem prévia licença da autoridade sanitaria ; chamar medico a bordo, sem a mesma licença : multa de 200\$; e, si a molestia for pestilencial, multa de 500\$ por doente ;

3.º Não cumprir as medidas de desinfecção e de saneamento ordenadas pela autoridade sanitaria, dentro do prazo marcado, ou deixar de effectuar a mudança de ancoradouro determinada : multa de 100\$, e o dobro nas reincidencias ;

4.º Permittir que entrem ou saiam do navio que estiver interdito pessoas extranhas ao serviço sanitario : multa de 200\$, repetida cada vez que se der o facto ;

5.º Mudar de ancoradouro, sem prévia licença da autoridade sanitaria, o navio que estiver interdito : multa de 200\$000 ;

6.º Effectuar o navio que estiver interdito, sem prévia licença da autoridade sanitaria, qualquer trabalho de descarga ou de carregamento : multa de 200\$000 ;

7.º Não trazer o navio carta de saude do porto de procedencia ou dos portos de escala, nos termos do art. 27 : multa de 200\$000 ;

8.º Receber o administrador de qualquer hospital doente proveniente de bordo de qualquer navio, sem que tenham sido cumpridas as disposições do art. 23 : multa de 200\$000 ;

9.º Infringir qualquer medico o disposto no art. 20 : multa de 200\$000 ;

10. Infringir qualquer navio as condições de alguma licença concedida pela autoridade sanitaria : multa de 200\$000.

Art. 80. As infracções do presente regulamento, a que não estiver comminada multa especial, serão punidas com a multa de 20\$ a 50\$ e do dobro nas reincidencias.

Art. 81. As multas applicadas a navios que estiverem fundeados em qualquer porto nacional serão cobradas pela Alfandega ou estação de arrecadação respectiva, á qual o inspector de saúde fará a comunicação competente ; não podendo taes repartições consentir em acto algum de sua jurisdicção, antes de paga a multa.

Art. 82. As multas que forem comminadas a embarcações, que estiverem nos ancoradouros dos lazaretos, serão cobradas pelo molo estabelecido no artigo precedente, si o navio tiver de carregar ou descarregar, depois da quarentena, no porto a que pertencer o lazareto ; no caso contrario, serão cobradas pelo administrador desse estabelecimento.

Art. 83. Imposta a multa, na ultima hypothese do artigo antecedente, será sustado todo o serviço de embarque ou desembarque de mercadorias, até que seja ella paga ; si o mesmo serviço já estiver terminado, o medico do lazareto não apostillará a carta de saúde, nem dará o bilhete de livre pratica ao navio, enquanto não for paga a mesma multa.

Art. 84. Si o navio sahir sem pagar a multa não poderá, bem assim qualquer outra embarcação da mesma companhia ou do mesmo dono, ou commandada pelo mesmo individuo, fazer qualquer expediente de carga e descarga, no porto em que foi multado, durante todo o tempo que a divida subsistir.

Art. 85. Haverá recursos dos actos e decisões :

dos delegados de saúde para os inspectores de saúde dos portos dos respectivos Estados ;

dos inspectores de saúde dos portos para o inspector geral e deste para o ministro ;

dos ajudantes dos inspectores de saúde dos portos para os inspectores respectivos ;

do inspector geral de saúde dos portos para o ministro da justiça e negocios interiores.

Art. 86. Os recursos serão interpostos, devidamente fundamentados e documentados, dentro de cinco dias, contados da data da intimação da pena.

§ 1.º Os recursos serão apresentados directamente á autoridade competente, para o julgamento, si esta residir no mesmo lugar ; ou á autoridade recorrida, no caso contrario.

§ 2.º Os recursos serão decididos com prévia informação da autoridade recorrida, que a prestará no prazo de oito dias.

§ 3.º Si a autoridade competente para o julgamento residir em lugar diverso, a autoridade recorrida remetter-lhe-ha os papeis do recurso, devidamente informado, pela primeira mala

postal que houver depois de findo o prazo marcado no parographo antecedente.

A remessa dos papeis será feita sob registro.

§ 4.º Os recursos, salvo os casos de imposição de multa ou outra pena e os mais expressamente exceptuados, não terão effeito suspensivo.

CAPITULO X

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 87. Serão nomeados pelo Governo Federal e por decreto : o inspector geral e os inspectores de saude nos portos dos Estados, e sobre proposta do inspector geral os ajudantes deste (todos medicos), o secretario e o official da Inspectoria Geral ; por portaria do ministro, e mediante proposta dos respectivos inspectores, os amanuenses da Inspectoria Geral e os ajudantes e secretarios das Inspectorias estaduais.

Serão nomeados pelo inspector geral os demais empregados da Inspectoria na Capital Federal, e pelos inspectores nos Estados os guardas de saude.

Art. 88. Os portos maritimos e fluviaes da Republica, cujo desenvolvimento commercial exirir a nomeação de autoridade sanitaria, serão servidos por delegados de saude, com attribuições e deveres semelhantes aos dos ajudantes dos inspectores estaduais.

Os delegados de saude serão nomeados sobre representação do inspector, demonstrando a necessidade da nomeação perante o ministro, que approvará a commissão e fixará o honorario de accordo com o respectivo credito da lei do orçamento.

Art. 89. Os serviços prestados pelos delegados de saude dar-lhes-hão preferencia sobre outros medicos para o provimento dos cargos sanitarios.

Art. 90. Nos pontos em que não houver autoridade sanitaria compete á policial fazer cumprir este regulamento.

Art. 91. Sempre que a Alfandega tiver motivo para suppôr que um navio ancorado, em descarga, está em condições suspeitas, dará parte disto á autoridade sanitaria.

Art. 92. O inspector geral de saude dos portos formulará instrucções para serem observadas a bordo das embarcações surtas nos portos ; essas instrucções, impressas em francez, inglez, allemão, italiano e hespanhol, serão distribuidas pelos capitães, no acto da entrada.

Os artigos do presente regulamento, cujo conhecimento mais directamente interessar aos commandantes de navios, serão igualmente impressos e distribuidos, quer entre os commandantes referidos, quer entre os consules, tanto estrangeiros residentes na Republica como os do Brazil.

Art. 93. Os navios nacionaes ou estrangeiros já com privilegio de paquetes, e os que de futuro o solicitarem, deverão declarar que se submettem completamente ás disposições deste

regulamento, em todos os artigos referentes ás exigencias que lhes cumpre satisfazer, para gosar das vantagens consignadas no capitulo das quarentenas e principalmente :

- 1º, que teem cumprido todas as disposições do § 1º do art. 45 ;
- 2º, que porão á disposição da autoridade sanitaria, sempre que for preciso, uma passagem de ida e volta, gratuita, para o medico incumbido de commissão de embarque ;
- 3º, que cumprirão as prescripções que o medico-commissario formular, por escripto, para a conservação da saude de bordo.

CAPITULO XI

DISPOSIÇÃO TRANSITORIA

Art. 94. O pessoal do serviço sanitario dos portos da Republica e os respectivos vencimentos serão os actuaes, até ulterior deliberação legislativa neste particular.

Art. 95. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de outubro de 1893.— *Fernando Lobo.*

Tabella das taxas a que se refere o regulamento annexo ao decreto n. 1558 desta data

Carta de saude (em estampilhas).....	10\$000
Cada passageiro de 1ª classe pagará a diaria de.....	10\$000
Idem idem de 2ª classe, idem idem.....	6\$000
Idem idem de 3ª classe, idem idem.....	2\$000

As crianças menores de 1 anno não pagarão taxa alguma.

As maiores de 1 anno e menores de 4 pagarão o terço das taxas acima.

As maiores de 4 annos e menores de 12 pagarão a metade das taxas acima.

As maiores de 12 annos pagarão as taxas por inteiro.

A's cargas sujeitas á desinfeccão serão applicaveis as taxas seguintes :

Por desinfeccão de pelles, couros e tecidos, animaes em bruto, por 100 kilos ou fracção.....	4\$000
Por outros objectos susceptíveis não especificados, por 100 kilos ou fracção.....	3\$000
Por tecidos de lã, algodão e canhamo, pelles e ca- bellos, em obra, por 100 kilos ou fracção.....	2\$000
Pela desinfeccão das bagagens de passageiros de 1ª classe, por 100 kilos ou fracção.....	4\$000
Idem idem de 2ª classe, idem idem.....	2\$000
Idem idem de 3ª classe idem idem.....	1\$000

O consignatario, dono ou capitão do navio que for desinfectado deverá pagar não só a importancia dos desinfectantes gastos, mas tambem as diarias dos desinfectadores.

Capital Federal, 7 de outubro de 1893.— *Fernando Lobo.*

MODELO DAS CAF

Carta de saude N......

Nome do nario

Classe

Bandeira

Toneladas

Da matricula de.....

Com destino a

Nome do comandante.....

Nome do medico.....

Passageiros.....

Tripulação......

Carga.....

Condições sanitárias do navio.....

Estado sanitario... { da tripulação
 { dos passageiros

Estado sanitario do porto

Estado sanitario da cidade

Molestias pestilenciales reinantes

Numero.....
 { de doentes
 { de fallecidos

Porto d

de de 18.....

O SECRETARIO

Entreque ós horas da

Poder Ejecutivo 1893, pag. 686.

REPUBLIC

Servi

N......

*A autoridade
designado pa*

Nome do navio

Classe.

Bandeira.....

Toneladas,

Da matricula de

Com destino a

Nome do commandar

Nome do medico

Passageiros

Tripulação

Carga.....

Condições sanitária:

Estado sanitario. . .

Estado sanitario de

Estado sanitario da

Molestias pestilenciae

Numero.....

Porto d.....

Entregue às...

Modelo dos bilhetes de livre pratica

Republica dos Estados



Unidos do Brazil

Lazareto

BILHETE DE LIVRE PRATICA

Segue com destino a.....
 o navio.....de bandeira.....
 commandante.....
 toneladas.....
 com.....passageiros, sendo.....de 1ª classe,
de 2ª,.....de 3ª.....
tripolantes e carga.....

E, por estar em condições de ter entrada em qualquer porto
 da Republica, passei o presente *bilhete de livre pratica*.

Lazareto.....em....de.....de 189...

O DIRECTOR DO SERVIÇO SANITARIO,

.....

Modelo de bilhetes sanitarios

Republica dos Estados



Unidos do Brazil

Inspectoria de saude do porto.....

BILHETE SANITARIO

Segue com destino a.....
 o navio..... de bandeira.....
 commandante.....
 toneladas.....
 com..... passageiros, sendo:
 de 1ª classe, de 2ª,
 de 3ª,; tripolantes.....
 carga.....
 que, em virtude do artigo.... do regulamento de 7 de outubro
 de 1893,..... foi submettido.....

 Porto.....

.....

DECRETO N. 1559 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1893

Reorganisa o serviço da Assistencia Medico-legal de Alienados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, á vista do disposto no art. 2.º, § 4.º, n. 1, da lei n. 191 B de 30 de setembro findo, resolve expedir o regulamento, que a este accompanha, para a Assistencia Medico-legal de Alienados, o qual vae assignado pelo Ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 7 de outubro de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Regulamento para a Assjstencia Medico-legal de Alienados, a que se refere o decreto n. 1559 desta data

CAPITULO I

DOS FINS DA INSTITUIÇÃO, SUA CONSTITUIÇÃO E DIRECÇÃO

Art. 1.º A Assistencia Medico-legal de Alienados, dependente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, tem por fim soccorrer, gratuitamente ou mediante retribuição, os individuos, de ambos os sexos, sem distincção de nacionalidade ou procedencia, que carecerem de tratamento por causa de alienação mental.

Art. 2.º Constituem a Assistencia não só o pavilhão dos enfermos em observação, mas tambem o Hospicio Nacional e as colonias de alienados; outrosim, quaesquer asylos de identica natureza, que forem crendos e mantidos pela União na Capital Federal.

Art. 3.º A direcção geral da Assistencia é confiada a um medico, de competencia provada em estudos psychiatricos, nomeado por decreto, o qual terá as seguintes attribuições :

- I. Superintender em todos os serviços da Assistencia ;
- II. Apresentar ao ministro o resultado dos concursos a que se proceder, de accordo com o art. 77 e seguintes, para provimento dos logares de medico da Assistencia ;
- III. Propôr ao ministro a nomeação e exoneração dos directores : do serviço sanitario do hospicio, das colonias e da secretaria; e dos escripturarios, bem assim do administrador do hospicio ;

IV. Nomear, contractar ou admittir e dispensar os demais empregados, com excepção daquelles que forem de nomeação do ministro e de outros funcionarios da Assistencia, e tambem licenciar a qualquer delles por prazo não excedente a 15 dias e na forma das disposições do regulamento da Secretaria de Estado applicaveis ao caso;

V. Despachar os requerimentos que lhe forem dirigidos para admissão provisoria de enfermos pensionistas e para certidões ou attestados;

VI. Autorisar a matricula dos enfermos, á vista dos pareceres de que trata o art. 14 n. VI deste regulamento;

VII. Ordenar a transferencia dos enfermos destinados ás colonias;

VIII. Conceder permissão para ausentarem-se os enfermos a quem puder aproveitar a sahida temporaria;

IX. Autorisar, dentro das respectivas consignações orçamentarias, o pagamento das despesas miudas, e a compra, segundo os processos estabelecidos, dos objectos que forem necesarios á Assistencia;

X. Assignar as folhas dos vencimentos dos empregados da Assistencia, que devam ser enviadas ao Thesouro Federal, remettendo 2ª via das mesmas á Secretaria de Estado, para os fins convenientes;

XI. Rubricar as relações das contas de fornecimentos e das despesas de prompto pagamento, depois de vistas pelo director da secretaria da Assistencia, afim de serem enviadas ao Thesouro Federal, por intermedio da Secretaria de Estado;

XII. Assignar toda a correspondencia com quaesquer autoridades sobre assumpto relativo á Assistencia, fazendo-o por intermedio do ministro da justiça e negocios interiores quando o expediente houver de ser dirigido aos outros ministros;

XIII. Presidir a reunião do conselho economico, e rubricar, com os demais membros deste, as propostas apresentadas em virtude de concorrência publica para os fornecimentos; assim como, mandar lavrar contractos com os proponentes preferidos, á vista dos mappas comparativos, feitos pelo administrador do hospicio e pelo director das colonias;

XIV. Solicitar do ministro a expedição de ordem para a entrega ao director da secretaria, da quantia correspondente ao adeantamento que a este deva ser feito no Thesouro Federal afim de occorrer durante o anno ás despesas miudas da Assistencia;

XV. Apresentar, no principio de cada anno, ao ministro o relatório das occorrencias havidas nos estabelecimentos da Assistencia, comprehendendo os meios therapeuticos empregados no tratamento dos enfermos, as respectivas estatisticas e observações scientificas mais interessantes.

Art. 4.º Nos impedimentos do director geral da Assistencia assumirá a superintendencia o director do serviço sanitario do hospicio.

Art. 5.º Além do director geral, a Assistencia terá uma secretaria, estabelecida no pavilhão de observação, composta de um director, um escriptuario, um amanuense e um continuo.

Art. 6.º A' secretaria incumbem :

I. Todos os trabalhos concernentes ao preparo e andamento dos papeis recebidos, inclusive os requerimentos de qualquer natureza e a correspondencia do director geral ;

II. As certidões que tiverem de ser passadas em virtude do despacho do director geral ;

III. A guarda dos pareceres medicos ;

IV. O assentamento dos empregados da Assistencia ;

V. A transcripção, em livro especial, dos contractos que devam ser celebrados com os fornecedores ;

VI. A organização das folhas do pessoal da Assistencia, das relações de despesas de fornecimentos, e as de prompto pagamento, outrossim das relações dos enfermos cujas pensões estiverem em atraso ;

VII. A escripturação, em livro especial, da receita e despesa da Assistencia.

Art. 7.º Compete exclusivamente ao director da secretaria :

I. A direcção dos trabalhos da secretaria e a assignatura não só das certidões que tiverem sido passadas por despacho do director geral, mas tambem dos annuncios ou editaes ;

II. A publicação de quaesquer annuncios ou editaes, inclusive os de recebimento de propostas para compra de generos alimenticios e mais objectos precisos à Assistencia, quando for de mister a concurrencia publica ;

III. A liquidação das despesas de prompto pagamento da secretaria, e a entrega ao administrador do hospicio e ao director das colonias, à proporção que for pedida, da importancia marcada para as despesas da mesma natureza nos respectivos estabelecimentos, outrossim para os enterramentos ;

IV. A organização do orçamento da Assistencia, conforme as indicações do director geral nos orçamentos parciaes que lhe forem apresentados pelo director do serviço sanitario, director do museo anatomo-pathologico, chefe do gabinete electro-therapico, pharmaceutico, administrador do hospicio e director das colonias ;

V. O encerramento do ponto dos empregados da secretaria.

Art. 8.º O director da secretaria será substituido em seus impedimentos pelo escriptuario.

Art. 9.º Aos empregados da secretaria cumpre executar com zelo e promptidão os trabalhos que lhes forem distribuidos pelo chefe.

Art. 10. A secretaria funcionará, nos dias uteis, das 10 horas da manhã às 3 da tarde, podendo ser prorogada a hora do expediente quando assim o exigir o serviço.

CAPITULO II

DO PAVILHÃO DE OBSERVAÇÃO

Art. 11. O pavilhão de observação, destinado a receber os doentes gratuitos, suspeitos de alienação mental, enviados pelas autoridades publicas, é exclusivamente reservado para a clinica

psychiátrica e de molestias nervosas da Faculdade de Medicina, sob a immediata direcção do lente respectivo e de seu assistente.

A parte economica do serviço no pavilhão fica provisoriamente a cargo do administrador do hospício.

CAPITULO III

DO HOSPICIO NACIONAL

SECÇÃO I

SERVIÇO SANITARIO

Art. 12. O pessoal do serviço sanitario constará de um medico director, de quatro medicos especialistas, um cirurgião, um ophthalmologista, um director do museo anatomo-pathologico, um chefe do gabinete electro-therapico, quatro internos, um pharmaceutico e um ajudante, um dentista, enfermeiros, inspectores e guardas.

Paragrapho unico. E' annexa ao serviço sanitario a escola profissional de enfermeiros.

Art. 13. Incumbe ao director do serviço sanitario :

I. Visitar, pelo menos duas vezes por dia, todas as secções do estabelecimento, providenciando, quando for de mister, sobre a collocação dos enfermos, e sobre o conveniente tratamento, na ausencia do medico da respectiva secção ;

II. Registrar as observações que tiver colhido relativamente ao estado dos enfermos e que justifiquem a sua intervenção ;

III. Receber os doentes, cuja admissão tiver sido autorizada, fazendo, auxiliado pelos internos do serviço, o relatorio dos dados anthropometricos concernentes aos enfermos, aos quaes prestará os primeiros socorros ;

IV. Fiscalisar as enfermarias e todas as dependencias do serviço sanitario ;

V. Fazer parte, com o director das colonias e o administrador do hospício, do conselho economico incumbido do exame das propostas para fornecimentos ;

VI. Examinar, com o administrador do hospício, os generos de consumo recebidos no estabelecimento, indicando os que devam ser recusados ;

VII. Substituir os medicos em todas as suas funcções, percebendo mais, neste caso, a gratificação respectiva ;

VIII. Prestar ás familias dos enfermos as informações por ellas solicitadas ;

IX. Nomear os enfermeiros, inspectores e guardas ;

X. Substituir o director geral em sua ausencia ou impedimentos.

Art. 14. Incumbe aos medicos :

I. Visitar diariamente, ás 8 horas da manhã, as subdivisões a seu cargo, e prescrever o tratamento a que devam ser submittidos os enfermos ;

II. Lançar, em livros proprios, as notas clinicas que exprimam o estado dos doentes, quer sejam modificações dos symptomas primitivos, quer factos novos, pertencentes a outra phase da molestia ;

III. Dar alta aos enfermos curados e aos que tenham de sahir em virtude de requerimento dos interessados, e submeter as propostas á apreciação do director geral ;

IV. Passar os attestados requeridos ao director geral e os de obitos dos enfermos que fallecerem nas respectivas subdivisões, e remettel-os ao administrador ;

V. Autopsiar os cadaveres que sahirem das subdivisões, salvo tratando-se de contribuintes, e entregar ao director sanitario, para serem presentes ao director geral, as notas relativas ás autopsias, para serem lançadas no respectivo registro ;

VI. Apresentar ao director geral, no prazo de 15 dias, que poderá ser por elle prorogado, um parecer fundado nos exames que houverem feito sobre o estado mental dos enfermos em observação ;

VII. Colligir elementos para o relatorio do director geral ;

VIII. Solicitar do director o que necessitarem para o bom desempenho dos deveres que lhes cabem.

Art. 15. Ao chefe do gabinete electro-therapico cumpre:

I. Executar as instrucções que lhe forem dadas pelo director, o qual se reportará, no que disser respeito aos doentes a cargo dos medicos, ás notas que delles receber ;

II. Ter o inventario, sob a guarda do empregado encarregado do gabinete, dosapparelhos e moveis ali existentes, bem como fazel-os conservar na maior limpeza e asseio ;

III. Apresentar ao director os pedidos dos objectos que forem necessarios para o gabinete ;

IV. Não permitir, ao empregado encarregado do gabinete, que sejam retirados quaesquer dos apparelhos sem o competente recibo.

Art. 16. Incumbe aos internos de clinica :

I. Observar assidua e attentamente os alienados, tomando nota de tudo quanto possa interessar ao tratamento ;

II. Assistir á distribuição dos remedios e dos alimentos ;

III. Empregar o tratamento hydro-therapico que os facultativos prescreverem ;

IV. Applicar, na ausencia do director e dos medicos, só quando forem absolutamente indispensaveis e durante o menor prazo possivel, os meios coercitivos de que trata este regulamento ;

V. Socorrer promptamente os enfermos que carecerem de cuidados immediatos, recorrendo ao director nos casos graves ;

VI. Consignar, em livro especial, todas as occurencias que se derem com referencia ao serviço clinico ;

VII. Registrar as notas relativas ás autopsias.

Art. 17. O interno de serviço não poderá fazer-se substituir por outro, sinão mediante autorização do director ; e sob pretexto algum poderá sahir do estabelecimento durante o tempo de serviço.

Art. 18. Compete ao pharmaceutico :

- I. Preparar com o maior esmero os medicamentos ;
- II. Conservar a pharmacia no melhor asseio e ordem, com o auxilio dos serventes precisos ;
- III. Extrahir os pedidos de drogas e mais objectos de que necessitar a pharmacia, e apresental-os ao director ;
- IV. Examinar as contas dos fornecedores respectivos, confrontando-as com os pedidos, que as deverão acompanhar, e apresental-as tambem ao director, com a nota — conforme — datada e assignada ;
- V. Proceder ao inventario do vasilhame e mais objectos que entrarem para a pharmacia, e registral-o em livro especial, uma vez por anno ;
- VI. Fiscalisar o serviço confiado ao official de pharmacia seu ajudante.

Art. 19. O pharmaceutico não se retirará do estabelecimento sem que esteja terminado o expediente do aviamento do receituario, e tambem nas occasiões em que esteja ausente o seu ajudante.

Art. 20. Ao ajudante do pharmaceutico cumpre fazer o trabalho que por este for designado.

Art. 21. O primeiro enfermeiro, os segundos enfermeiros, as enfermeiras e inspectoras, e os guardas são auxiliares do serviço medico, e devem cumprir as ordens do director, dos medicos e dos internos.

Art. 22. No museo anatomo-pathologico serão observadas as seguintes disposições :

1.^a O museo estará aberto, todos os dias uteis, das 9 horas da manhã ás 2 da tarde ;

2.^a As peças anatomicas destinadas ao museo serão entregues ao respectivo director, que as preparará, afim de serem conservadas ;

3.^a As pesquisas histologicas se farão segundo as instruções que forem dadas pelo director, o qual escolherá as preparações mais instructivas que convenha conservar ;

4.^a A cada peça anatomica deverá acompanhar um relatorio do caso morbido e da necropsia, de modo a ser archivado, para illustração e historico da mesma peça ;

5.^a O director do museo deverá assistir ás necropsias, com o fim de indicar o modo mais conveniente da extracção da peça anatomica e de sua conservação, antes de passar por ulterior processo ;

6.^a De todos os trabalhos executados no museo deverá o director fazer, em cada anno, um relatorio, que será entregue ao director geral da Assistencia, afim de ser publicado ;

7.^a No museo serão executadas pelos medicos e internos do hospicio, de accordo com as instruções do director geral, as

analyses dos liquidos pathologicos e as investigações microscopicas necessarias para a elucidação dos casos morbidos.

Paragrapho unico. O director do museo anatomo-pathologico fará o respectivo encarregado cumprir as disposições dos ns. II e IV do art. 15, e apresentará ao director geral da Assistencia os pedidos do que for necessario.

Art. 23. Na escola profissional, creada pelo decreto n. 791 de 27 de setembro de 1890, a qual se destina a preparar enfermeiros e enfermeiras para os hospicios e hospitaes civis e militares, se observará o seguinte:

§ 1.º O curso constará: 1º, de noções praticas de propedeutica clinica; 2º, de noções geraes de anatomia, physiologia, hygiene hospitalar, curativos, pequena cirurgia, cuidados especiaes a certas categorias de enfermos e applicações balneo-therapicas; 3º, de administração interna e escripturação do serviço sanitario e economico das enfermarias.

§ 2.º Os cursos theoricos se effectuarão tres vezes por semana, em seguida á visita ás enfermarias, e serão dirigidos pelos internos e pelos enfermeiros e inspectores, sob a fiscalisação do medico e superintendencia do director.

§ 3.º Para ser admittido á matricula o pretendente deverá:

1.º Ter 14 annos, pelo menos, de idade;

2.º Saber ler e escrever correctamente, e conhecer arithmetica elementar;

3.º Apresentar attestações de bons costumes.

Poderão ser admittidos ao curso alumnos internos e externos; os primeiros, que não poderão exceder de 30, além de aposento e alimentação, terão direito á gratificação, no primeiro anno, de 20\$ mensaes, e no segundo, depois do primeiro apprendizado, de 25\$; devendo, porém, coadjuvar os empregados do estabelecimento no serviço que lhes for designado.

§ 4.º Aos alumnos que se distinguirem nos exames serão conferidos premios até 50\$, e aos enfermeiros diplomados e alumnos que em qualquer tempo se invalidarem no exercicio da profissão em hospitaes mantidos pelo Estado, por effeito dos deveres a ella inherentes, abonar-se-ha uma pensão proporcional ao vencimento que perceberem.

§ 5.º No fim do curso, que poderá ser feito em dois annos, no minimo, será conferido ao alumno um diploma passado pelo director geral da Assistencia Medico-legal de Alienados.

§ 6.º O diploma dará preferencia para os empregos nos hospitaes de que trata este artigo, e o exercicio profissional durante 25 annos direito á aposentadoria na forma das leis vigentes.

§ 7.º Enquanto permanecerem no estabelecimento, os alumnos ficarão sujeitos ás penas disciplinares impostas nas instrucções do serviço interno aos respectivos empregados.

Art. 24. Os enfermos occuparão, separados por sexo, duas grandes divisões, inteiramente independentes, e subdivididas como o entender o director geral, nas quaes serão distribuidos segundo as classes a que pertencerem e a forma de alienação de que se acharem accommettidos.

Art. 25. Haverá em ambas as divisões quartos, dormitórios, salas de reunião e de recreio, e enfermarias, convenientemente arejados e mantidos no mais esmerulposo asseio.

Art. 26. Haverá, igualmente, em cada divisão pavilhões de isolamento e uma secção balnearia, provida de appparelhos aperfechoados, não só para os banhos ordinarios, mas também para as applicações da hydro-therapia.

Art. 27. Na praia fronteira ao estabelecimento se estabelecerá o que mais conveniente for para facilitar aos enfermos o uso dos banhos de mar, a salvo de accidentes.

Art. 28. Os alienados serão submettidos ao trabalho para que mostrarem aptidão, segundo as indicações do director geral.

Art. 29. O estabelecimento terá appparelhos para exercicios gymnasticos, bibliotheca, assim como differentes jogos e instrumentos de musica para recreio dos enfermos.

Art. 30. As refeições serão servidas tres vezes por dia, de conformidade com a respectiva tabella organisa da pelo director do serviço sanitario; aos enfermos accommettidos de molestias communs será proporcionada a dieta que o facultativo prescrever.

Art. 31. Como meio de tratamento e para manutenção da ordem entre os enfermos, poderá o director do serviço sanitario recorrer:

1.º A' privação de receberem visitas, passeios e quaesquer outras distracções;

2.º A' reclusão solitaria;

3.º Ao collete de força e á cellula.

Art. 32. Nenhum escripto poderá ser recebido pelos enfermos ou por elles enviado, sem prévia licença do director do serviço sanitario.

Art. 33. Os enfermos indigentes só poderão ser visitados, ordinariamente, no primeiro domingo de cada mez, e extraordinariamente com licença do dito director. Os pensionistas, porém, receberão seus parentes, curadores ou correspondentes duas vezes por semana, ás segundas e sextas-feiras, das 9 ás 11 horas do dia, quando a isso se não oppuzer, a bem do tratamento, o medico a quem estiverem confiados.

SECÇÃO II

SERVÍÇO ADMINISTRATIVO INTERNO

Art. 34. O serviço administrativo interno, inclusive as officinas do hospicio e a respectiva escripturação, incumbe immediatamente a um administrador, que terá as seguintes attribuições:

1.º Relacionar os enfermos que derem entrada no hospicio, e matricular-os segundo os preceitos regulamentares;

2.º Organisar as folhas do pessoal do hospicio e remettel-as á secretaria da Assistencia;

3.º Extrahir dos livros competentes as contas dos enfermos pensionistas e envia-las no principio de cada mez á secretaria da Assistencia ;

4.º Relacionar as despezas de prompto pagamento e as contas dos fornecedores ; processal-as, enviando-as, depois do processo, á secretaria da Assistencia ;

5.º Receber em deposito, fazendo mencionar nas papeletas, os valores em dinheiro e joias que os enfermos tiverem, recolhendo-os em cofre no caso de fallecimento dos enfermos, e restituindo-os si estes tiverem alta ou forem retirados do estabelecimento ;

6.º Organisar o orçamento do hospicio, de accordo com o director do serviço sanitario, remettendo-o ao director geral ;

7.º Escripturnar a receita e a despeza do Hospicio Nacional ;

8.º Superintender nos trabalhos das officinas ;

9.º Cuidar da conservação do edificio e gerir a arrecadação e as demais dependencias do hospicio ;

10. Extrahir do livro de talão, numerados e em ordem chronologica, os pedidos do que for necessario á manutenção dos serviços a seu cargo ;

11. Receber directamente a renda das officinas, e entregal-a, no principio de cada mez, acompanhada de guia, em duplicata, ao director da secretaria ;

12. Providenciar, com promptidão, sobre os enterramentos dos enfermos que fallecerem no Hospicio Nacional, de accordo com as ordens vigentes e recommendação das familias dos mesmos enfermos, fazendo a necessaria participação ao official do registro civil ;

13. Organisar, de accordo com os outros membros do conselho economico, mappas comparativos das propostas, enviando ao director da secretaria as que tiverem sido preferidas em sessão do mesmo conselho, para ser lavrado o contracto ;

14. Lançar e assignar a nota — confere — em todas as contas das dependencias que lhe cumpre fiscalisar, remettendo-as á secretaria ;

15. Mandar receber os enfermos cuja admissão estiver autorizada ou os que forem remettidos por autoridade competente ;

16. Participar ás familias dos pensionistas o que de mais importante occorrer quanto aos enfermos, á vista das indicações que receber do director do serviço sanitario.

Art. 35. Haverá no hospicio as officinas que o director geral julgar conveniente estabelecer, tendo em vista os recursos organimentarios.

Art. 36. Os trabalhos dos enfermos alienados, salvo os que se destinarem ao uso dos proprios enfermos e os que tenham de ser entregues ás pessoas que os encommendam, ficarão expostos em compartimento apropriado, onde possam ser vistos pelos visitantes.

Art. 37. Parte do producto da venda dos referidos trabalhos, calculada em 10 %, será destinada a pequenos premios aos enfermos que mais se distinguirem no trabalho, e a modico

auxilio pecuniario aos que, tendo-se restabelecido, não dispuzerem de recursos para seu transporte ao lugar de residencia das familias e para alimentarem-se antes de encontrar collocação.

Art. 38. Os premios e auxilios de que trata o artigo antecedente serão concedidos a juizo do director geral.

Art. 39. Trabalharão nas officinas da divisão dos homens, industriando os enfermos nos differentes officios, os mestres necessarios, sujeitos à fiscalisação do administrador do estabelecimento.

Art. 40. As officinas da divisão das mulheres estarão a cargo de inspectoras, subordinadas ao administrador.

Art. 41. O administrador terá como auxiliares um escriptuario e um amanuense; e sob suas ordens o porteiro e o pessoal de serventes, admittidos estes ultimos pelo mesmo administrador, conforme as exigencias do serviço.

CAPITULO IV

DAS COLONIAS

Art. 42. As colonias são exclusivamente reservadas a alienados indigentes, transferidos do Hospicio Nacional, e capazes de entregar-se à exploração agricola e a outras pequenas industrias.

Art. 43. Haverá nas colonias actuaes o seguinte pessoal:

Um director, um medico, um pharmaceutico, um administrador, um escriptuario e dous internos; além de enfermeiros e mais empregados subalternos que forem indispensaveis, inclusive o pessoal das lanchas.

Art. 44. Ao director compete:

- 1.º Fiscalisar todos os serviços das colonias;
 - 2.º Nomear os empregados de que trata a 2ª parte do artigo antecedente;
 - 3.º Visar os pedidos e as contas dos fornecedores que estiverem conformes, e remettel-os à secretaria da Assistencia;
 - 4.º Visar tambem, para terem o mesmo destino, os recibos das quantias adeantadas para despezas miudas, as relações desses gastos, as guias de entrega da renda, os mappas de frequencia do pessoal; bem assim os demais documentos sujeitos à sua fiscalisação e que tenham de ficar no archivo das colonias;
 - 5.º Encerrar, diariamente, com sua rubrica o livro do ponto;
 - 6.º Rubricar todos os livros indicados pelo director geral;
 - 7.º Fornecer os dados para o relatorio da Assistencia, em relação às colonias;
 - 8.º Dirigir e regularisar o serviço das lanchas;
 - 9.º Tomar parte no conselho economico da Assistencia.
- Art. 45. Incumbe ao medico:
- 1.º Visitar as colonias diariamente, e extraordinariamente sempre que a sua presença for reclamada pelo director;

2.º Indicar a natureza e duração dos trabalhos a que os enfermos devam ser submettidos, e prescrever os meios coercitivos necessarios ;

3.º Reclamar, quando julgar conveniente, os serviços do cirurgião da assistência e do dentista ;

4.º Dar aos internos as instruções pelas quaes deverão guiar-se na sua ausencia ;

5.º Fazer as autopsias previamente indicadas pelo director geral ;

6.º Colligir elementos para o relatório do referido director.

Art. 46. O logar de medico das colonias será preenchido nos termos do art. 77 e seguintes deste regulamento.

Art. 47. Ao administrador cumpre:

1.º Extrahir de livros de talão os pedidos de generos e mais objectos necessarios ás colonias, e submittel-os ao — visto — do director ;

2.º Apresentar ao director taes pedidos, e receber as quantias precisas para despezas miudas ;

3.º Fazer as despezas dessa natureza, lançal-as em livros especiaes, e organizar, no fim de cada mez, [relações em duplicata das mesmas despezas, as quaes apresentará ao director, para dar destino ;

4.º Arrecadar a renda das colonias, e entregal-a ao director, no principio de cada mez, acompanhada de guia em duplicata ;

5.º Fazer, annualmente, o inventario dos moveis e utensilios pertencentes ás colonias, lançando-o em livro relativo a cada uma dellas, com as alterações que forem occorrendo ;

6.º Velar pelo asseio e ordem das colonias, representando ao director contra as faltas que encontrar ;

7.º Dirigir o serviço das despensas e cozinhas das colonias, escripturando o livro de entrada e sahida dos generos.

Art. 48. Ao escriptuario compete:

1.º Fazer a correspondencia do director ;

2.º Organisar os mappas de frequencia de todo o pessoal das colonias, à vista do livro do ponto ;

3.º Escripturar os livros de matricula, os de assentamento dos empregados subalternos, os de registro das contas e outros que forem creados pelo director, de accordo com o director geral ;

4.º Notar no livro do ponto as faltas do pessoal subalterno ;

5.º Fazer os mappas do movimento das colonias.

Art. 49. Cabe aos internos:

1.º Executar e fazer executar pelos enfermeiros e guardas as prescrições do medico ;

2.º Cuidar do archivo clinico, no qual ficarão consignados os factos mais importantes e o resultado das autopsias.

Art. 50. Os enfermos alienados occuparão dormitorios em que sejam observados todos os preceitos da hygiene.

Art. 51. As refeições serão distribuidas, quanto possivel, de accordo com o que estiver estabelecido para o hospicio.

Art. 52. Aos alienados se proporcionarão, além da balneo-therapia, banhos ordinarios de agua doce e de mar, bem assim os recreios que forem convenientes, a juizo do director geral.

Art. 53. Os alienados poderão receber os parentes que os procurarem, aos domingos e dias feriados, precedendo permissão do director das colonias.

Art. 54. Os alienados não poderão enviar ou receber escripto algum sinão por intermedio do director.

Art. 55. São applicaveis aos alienados das colonias os meios coercitivos empregados no Hospicio Nacional.

Art. 56. Haverá nas colonias, logo que for possivel, as officinas que o director geral julgar acertado estabelecer, e nellas trabalharão, sob a direcção de mestres, os alienados que não se prestarem ao trabalho agricola e mostrarem aptidão para algum officio.

Art. 57. A renda das officinas e dos productos da pequena lavoura terá a applicação estatuida na legislação vigente, observado o disposto no art. 37 deste regulamento.

Art. 58. Haverá nas colonias logares apropriados para deposito dos mortos e preparo de caixões.

Art. 59. O pessoal subalterno das colonias cumprirá as disposições do regimento interno do Hospicio Nacional na parte que lhe possa ser applicavel por igualdade de função e analogia de logar.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES GERAES

SECÇÃO I

DA ADMISSÃO DOS ENFERMOS E SUA CLASSIFICAÇÃO

Art. 60. Todos os individuos que, pela pratica de actos indicativos de alienação mental, tiverem de ser recolhidos ao hospicio, alli darão entrada provisoria, até se verificar a alienação nos termos do n. VI do art. 14; depois do que poderá ser autorizada a matricula pelo director geral, excepto tratando-se de estrangeiros que tenham de ser repatriados em virtude de accordo com os respectivos governos.

A matricula realizar-se-ha 15 dias depois da entrada dos enfermos, salvo casos especiaes, em que, a juizo do director geral, deva este prazo ser prorogado.

Art. 61. A admissão dos enfermos indigentes se verificará á vista de ordem do ministro ou de requisição do chefe de policia da Capital Federal.

As requisições devem ser acompanhadas de documentos justificativos da loucura, e de informações e documentos ácerca

do nome, idade, naturalidade, estado, filiação e residencia dos enfermos.

Art. 62. As admissões de contribuintes serão autorisadas pelo director geral, mediante requerimento, ou por effeito de requisição da autoridade competente, si o enfermo for official, inferior, ou praça do Exercito, Armada, Brigada Policial ou Corpo de Bombeiros.

Art. 63. São competentes para requerer a admissão de enfermos, quer contribuintes, quer gratuitos :

I. O ascendente ou descendente ;

II. O conjuge ;

III. O tutor ou curador ;

IV. O chefe de corporação religiosa ou de beneficencia.

Art. 64. Aos requerimentos, dos quaes deverão constar os esclarecimentos de que trata o art. 61, se annexarão pareceres de dous medicos que tenham examinado o enfermo 15 dias, no maximo, antes de sua admissão no hospicio, ou certidões do exame de sanidade.

Acompanharão tambem os requerimentos, quando se tratar de contribuintes, cartas de fiança idonea das despesas relativas as classes em que forem collocados os enfermos.

Todos os documentos serão sellados e terão as firmas reconhecidas.

Art. 65. O director geral remetterá, trimensalmente, aos pretores desta Capital uma relação dos enfermos que pertencerem á respectiva circumscripção e houverem sido enviados no periodo antecedente.

Art. 66. Os enfermos indigentes só poderão sahir depois de restabelecidos, salvo com licença concedida pelo director geral ; os pensionistas, porém, serão retirados, em qualquer tempo, pelas pessoas que tiverem requerido a admissão, e, na falta destas, pelos parentes ou curadores, excepto quando se tratar de enfermos acommettidos de fôrma de loucura que torne perigosa a sua permanencia em liberdade. Neste caso, precederá á sahida ordem do ministro, ouvido o chefe de policia.

Art. 67. Concedida a alta a qualquer enfermo, ou no caso de fallecimento, será feita a necessaria communicação á autoridade que requisitou a admissão ou á pessoa que a requereu.

Art. 68. Os enfermos em tratamento no Hospicio Nacional serão divididos nas seguintes categorias :

Pensionistas, comprehendendo quatro classes, cujas diarias serão de 10\$ na 1^a, 5\$ na 2^a, 3\$ na 3^a e 2\$ na 4^a ;

Mantidos pelos Ministerios da Guerra, da Marinha e da Justiça e Negocios Interiores ou pelos Estados ;

Gratuitos.

Art. 69. Os enfermos enviados pelos referidos Ministerios contribuirão: os officiaes com o meio soldo mensal e os inferiores e praças com 640 rs. diários.

Art. 70. Salvo o caso de contracto, celebrado com authorisação do Governo, os Estados que enviarem enfermos á Assistencia pagarão 1\$200 diários pelo tratamento de cada um.

Art. 71. Os commodos destinados aos enfermos pensionistas serão os seguintes :

Os enfermos de 1ª classe terão direito a um quarto mobiliado com o possível conforto e a um criado exclusivamente ao seu serviço ;

Os de 2ª classe terão um quarto mobiliado, com um só leito ;
Os de 3ª classe serão accommodados, sempre que não houver inconveniente, em quartos com dois leitos ;

Os de 4ª classe occuparão dormitórios especiaes de 8 a 16 leitos.

Paragrapho unico. Os officiaes do Exercito e da Armada e os da Brigada Policial e Corpo de Bombeiros serão considerados pensionistas da classe de cuja diaria mais se approximar a contribuição com que concorrerem.

Art. 72. Os inferiores e praças do Exercito e da Armada e os da Brigada Policial e Corpo de Bombeiros, os enfermos enviados pelos Estados e os gratuitos occuparão vastos dormitórios.

Art. 73. Em relação ás refeições, o tratamento dos enfermos será o discriminado nas tabellas que o director geral organisar.

Art. 74. Os enfermos cujos parentes, tutores ou curadores, não podendo contribuir com a quantia correspondente á diaria de 4ª classe, derem entrada no hospicio mediante donativos em dinheiro ou apolices, ou pensões do Montepio dos Servidores do Estado, terão, salvo resolução em contrario do ministro, do qual dependerão taes admissões, o tratamento dos gratuitos.

Quando, em virtude de circumstancias attendiveis, resolver o Governo que seja admittido algum alienado que não disponha de recursos para pagamento das contribuições, poderá ser aceita, como donativo á Assistencia ou sob a fórma que o Governo indicar, qualquer quantia ou peculio de que dispuzer o enfermo, precedendo requisição do juiz ou requerimento do curador, com authorisação do mesmo juiz.

Art. 75. Quando as pessoas interessadas desejarem fazer acompanhar por criado de sua escolha e confiança os enfermos, sendo estes de classe inferior á 1ª, pagarão pelo sustento dos criados a diaria de 4ª classe.

Art. 76. A roupa dos enfermos pensionistas poderá ser lavada em casa de suas familias. Quando o for no estabelecimento, pagarão, mensalmente, os pensionistas de 1ª classe 10\$, os de 2ª 6\$, os de 3ª 4\$ e os de 4ª 3\$000.

SECÇÃO II

DOS CONCURSOS

Art. 77. No concurso para provimento dos logares de medico da Assistencia Medico-legal de Alienados, a commissão examinadora será composta do director geral da mesma Assistencia, como presidente, de tres lentes cathedromaticos de sciencias medicas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, escolhidos mediante sorteio, e de um medico da mencionada Assistencia, designado pelo dito director.

Art. 78. As provas do concurso serão : pratica, oral e escripta, e versarão sobre as materias da cadeira de clinica psychiatrica e molestias nervosas das Faculdades de Medicina ; havendo arguição a respeito das duas ultimas provas, feita pelos membros da commissão examinadora.

Art. 79. A inscripção para o concurso, annunciada no *Diario Official* e nos jornaes de maior circulação, durará quatro mezes, e será encerrada no ultimo dia do prazo, ás 2 horas da tarde.

Art. 80. A' inscripção serão admittidos os cidadãos que estiverem no gozo dos direitos civis e politicos e forem graduados por qualquer das Faculdades de Medicina da Republica, ou que, tendo-o sido por escola estrangeira, se houverem habilitado perante alguma das nacionaes.

Art. 81. No impedimento do candidato, a inscripção poderá ser feita por procurador.

Art. 82. Findo o respectivo prazo, nenhum candidato será admittido a inscrever-se, salvo em nova inscripção, que o director deverá abrir por igual tempo, si ninguem houver-se apresentado na primeira.

Art. 83. Organizada a lista dos candidatos inscriptos, o director geral constituirá a commissão, de conformidade com o art. 77, e marcará dia para começo dos trabalhos, fazendo-se as necessarias communicações e annuncios.

Art. 84. No primeiro dia de trabalho effectuar-se-ha a prova pratica, depois de formulada nesse dia, em reserva, a lista dos respectivos pontos, em numero de oito, a qual será rubricada por todos os membros da commissão.

Art. 85. Tirado o ponto pelo candidato inscripto em primeiro logar, realizar-se-ha a prova pratica, que consistirá em preparações histologicas, normaes ou pathologicas, com referencia ás molestias mentaes e nervosas ; em analyses chimicas de liquidos organicos que interessem áquellas molestias e em lição clinica sobre o doente que for apresentado ao candidato.

O tempo para essa prova será marcado pela commissão, contando que cada candidato tenha vinte minutos para o exame do doente e trinta para explicar as preparações e analyses.

Art. 86. Dous dias depois da prova pratica a commissão formulará uma lista de vinte pontos para a prova oral, que se realizará, publicamente, vinte e quatro horas depois de tirado o ponto, dando-se ao candidato o espaço de uma hora para fazel-a, observada sempre a ordem da inscripção.

Emquanto fallar um candidato os que se lhe seguirem não poderão ouvil-o, conservando-se para isso incommunicaveis.

Art. 87. Dous dias depois da prova oral effectuar-se-ha a prova escripta, sobre ponto sorteado de entre dez, que serão formulados nesse dia.

Os concurrentes terão o prazo de duas horas para dissertar, e durante esse tempo serão fiscalizados por dous membros da commissão, alternadamente, evitando-se que os concurrentes consultem qualquer livro ou papel, ou tenham communicação com quem quer que seja.

Art. 88. Terminado o prazo de duas horas de que trata o artigo antecedente, serão todas as folhas da prova de cada um dos candidatos rubricadas, no verso, pelos dous examinadores que tiverem assistido ao trabalho da ultima hora e pelos outros concurrentes.

Art. 89. Em seguida cada candidato lerá sua prova, guardada sempre a ordem da inscripção, sendo a leitura fiscalizada pelo candidato subsequente.

Quando, porém, houver um só candidato, caberá a fiscalização a um dos examinadores, designado pelo presidente.

Art. 90. Finda a leitura, retirar-se-hão os candidatos e proceder-se-ha ao julgamento, por votação nominal, ficando desde logo excluidos os candidatos que não obtiverem maioria de votos favoraveis.

Em seguida far-se-ha, pela fôrma indicada, a classificação, por ordem de merecimento, dos concurrentes habilitados.

Art. 91. Um dos membros da comissão, que for designado pelo presidente para servir de secretario, redigirá as actas do processo do concurso, em que serão mencionadas todas as circumstancias occorridas.

As actas deverão ser assignadas por todos os membros da comissão.

Art. 92. Si algum concurrente for acommettido de molestia que o iniba de tirar ponto ou de prestar qualquer das provas, poderá justificar o impedimento perante o presidente do concurso, o qual, si julgar legitimo o mesmo impedimento, espaçará o acto até oito dias, no caso de haver mais de um concurrente, podendo fazel-o por mais tempo si o candidato for unico.

No caso de ter sido já tirado o ponto, dar-se-ha outro em occasião opportuna, observando-se novamente o processo respectivo.

Art. 93. Si houver mais de tres candidatos, serão divididos em turmas para as provas pratica e oral, as quaes se realisarão em dias differentes e com pontos e doentes diversos.

Opportunamente o director geral da Assistencia remetterá ao ministro cópia das actas do concurso, acompanhada das provas escriptas e da informação que julgar conveniente.

Art. 94. Si, encerrada a inscripção para o concurso, verificar-se que um unico candidato se propõe concorrer, e esse for professor de Faculdade ou Escola medica nacional ou estrangeira reconhecida pelo Governo respectivo, ou for profissional de idoneidade scientifica notoria, poderá ser nomeado independentemente de concurso, mediante proposta do director geral.

SECÇÃO III

DISPOSIÇÕES COMMUNS AOS ESTABELECIMENTOS

Art. 95. O cirurgião e o dentista prestarão serviços ao hospicio e às colonias, sendo este de nomeação do director geral e aquelle do ministro, mediante proposta do mesmo director.

Ambos deverão comparecer no Hospicio Nacional, para o exer-

cicio de sua profissão, tres vezes por semana, e nas colonias quando forem reclamados os seus serviços.

Art. 96. A Assistencia disporá de carros adequados á condução dos alienados, e de lanchas a vapor para o serviço entre o hospicio e as colonias.

Art. 97. O serviço dos carros ficará sob a fiscalisação do administrador do hospicio e o das lanchas sob a do director das colonias.

Art. 98. As familias dos enfermos recolhidos a qualquer dos estabelecimentos poderão enviar-lhes, quer para acompanhal-os nos ultimos momentos, quer para a celebração de actos religiosos, os sacerdotes e pastores da religião a que pertencerem.

Art. 99. As pessoas que desejarem visitar o Hospicio Nacional terão entrada, ordinariamente, aos domingos e dias feriados, das 9 horas da manhã ao meio-dia, com permissão do director geral ou do administrador, e se limitarão a percorrer a parte do edificio não occupada pelos loucos.

A entrada nas differentes divisões do estabelecimento só será permittida pelo director geral.

Art. 100. A visita ás colonias será permittida pelo director geral e pelo director daquellas nos dias acima indicados.

Art. 101. Serão nomeados por portaria do ministro os empregados de que trata o art. 3.º n. III, os medicos, o cirurgião, o ophthalmologista, o director do museo anatomo-pathologico, o chefe do gabinete electro-therapico e o administrador das colonias.

Art. 102. O empregado que faltar ao serviço da repartição soffrerá perda total ou desconto em seus vencimentos, conforme as seguintes disposições :

§ 1.º O que faltar sem causa justificada perderá todo o vencimento.

§ 2.º Perderá sómente a gratificação aquelle que faltar por motivo justificado.

São motivos justificados : 1º, molestia do empregado ; 2º, nojo ; 3º, casamento.

Serão provadas com attestado medico as faltas que excederem a tres em cada mez.

§ 3.º O empregado que comparecer depois de encerrado o ponto não soffrerá desconto si justificar a demora perante o chefe da repartição.

§ 4.º O desconto por faltas interpoladas será relativo aos dias em que se derem ; mas, si forem successivas, por espaço de oito ou mais dias, se estenderá aos que, não sendo de serviço, se comprehenderem no periodo das mesmas faltas.

§ 5.º As faltas se contarão á vista do livro do ponto.

§ 6.º O julgamento das faltas, ao qual se procederá no fim de cada mez, compete ao director geral.

Art. 103. Não soffrerá desconto algum o empregado que faltar á repartição :

1.º Por motivo de serviço da repartição, precedendo ordem do respectivo chefe ;

2.º Por serviço obrigatorio e gratuito em virtude de lei.

Art. 104. Nas substituições dos funcionarios da Assistencia observar-se-ha o seguinte:

1.º Quando o substituto for empregado da Assistencia perceberá, além de seu vencimento integral, uma gratificação igual à diferença entre esta e o do logar substituído;

2.º Quando for pessoa extranha à Assistencia, ser-lhe-ha abonada uma gratificação correspondente ao vencimento integral do logar que exercer, embora não se ache vago, ou ao substituído caiba qualquer vencimento.

Art. 105. Os meios coercitivos de que trata o art. 31, quando applicados, serão notados em livro especial, pelo interno de serviço.

Art. 106. Para os fins da estatística deverão, diariamente, os internos de serviço, depois que houverem recebido os relatorios das occorrencias nas secções, fornecer ao administrador do hospicio nota das roupas e outros objectos que tenham sido inutilizados pelos enfermos.

Art. 107. A entrada, à noite, na divisão de mulheres é prohibida; só por excepção poderão ahi entrar os medicos ou interno de serviço, quando chamados pelas inspectoras, para socorrerem a enfermas, ou sem esse chamado, nos casos de perigo para o estabelecimento, ou de necessidade de manutenção da ordem.

As cautelas que cumpre observar por occasião da entrada nesta divisão serão determinadas em instrucções do director geral.

Art. 108. Os funcionarios da Assistencia que residirem nos predios pertencentes a esta ficam obrigados, ainda mesmo em horas ou dias que não forem de expediente, a comparecer desde que se tornem necessarios os seus serviços.

Art. 109. A nenhum funcionario dos estabelecimentos da Assistencia é permittido ter para seu serviço particular empregados da mesma Assistencia ou enfermos.

Art. 110. Residirão nas casas de propriedade da Assistencia, proximas ao hospicio: o director geral, o director do serviço sanitario, o director da secretaria e o administrador do hospicio.

§ 1.º Os empregados que residirem nos diversos estabelecimentos da Assistencia terão direito á alimentação, sendo obrigados a essa residencia os do serviço interno.

§ 2.º Terão residencia nos proprios edificios dos asylos nas colonias, logo que nelles haja commodos, o director respectivo e o administrador, ambos com direito á alimentação.

Art. 111. Aos empregados do serviço externo que, pela natureza das funcções do logar, não tenham tempo limitado para cumprimento de seus deveres e não possam, por isso, afastar-se dos estabelecimentos, dar-se-ha accommodação nas dependencias destes.

Art. 112. No gabinete do director do serviço sanitario do hospicio estará todas as manhãs, das 8 ás 9 horas, em que será encerrado pelo mesmo director, um livro de presenca, no qual escreverão seus nomes os empregados do serviço clinico.

Art. 113. O serviço do necroterio e das salas de necropsias ficará sob a fiscalização de um dos internos, o qual empregará serventes, ora de um, ora de outro sexo, conforme o trabalho se referir à divisão dos homens ou à das mulheres, dirigidos os serventes, no primeiro caso por um enfermeiro, e no segundo por uma inspectora.

Art. 114. Os cadáveres dos pensionistas só serão autopsiados precedendo consentimento das famílias.

Art. 115. O enterro dos pensionistas será feito por suas famílias, após a participação do fallecimento e remessa da certidão do registro civil pelo administrador do hospicio, que será indemnizado da quantia que houver sido despendida.

A despesa com a certidão será levada à conta corrente do pensionista.

Art. 116. As despesas com os funeraes dos officiaes do Exército, da Armada, da Brigada Policial e do Corpo de Bombeiros, serão feitas pela Assistencia, que será indemnizada à vista da conta que o director geral apresentar ao ministro para ser enviada à repartição competente.

Art. 117. O detalhe de designação do pessoal subalterno do hospicio para serviços externos é da competencia do administrador.

Art. 118. Todo o pessoal subalterno do hospicio e o do serviço interno das colonias é obrigado ao uso de uniforme, que será fornecido pelos respectivos estabelecimentos, segundo o figurino adoptado pelo director geral.

Art. 119. São sujeitos ás seguintes penas disciplinares os empregados, nos casos de negligencia, desobediencia, inexactidão no cumprimento de deveres e falta de comparecimento sem causa justificada, por oito dias consecutivos ou quinze interpolados, durante o mesmo mez:

- 1.^a Simples advertencia;
- 2.^a Reprehensão;
- 3.^a Suspensão até 15 dias, com perda de todo o vencimento;
- 4.^a Demissão.

Paragrapho unico. Estas penas, com excepção da ultima quando se tratar de funcionario de nomeação do ministro, serão impostas pelo director geral, podendo as duas primeiras ser applicadas pelo director do serviço sanitario e director da secretaria, administrador do hospicio, ou director das colonias, aos quaes compete demittir ou dispensar os empregados por elles nomeados.

Art. 120. O director geral promoverá no Hospicio Nacional, no dia 11 de agosto de cada anno, sempre que for possível, uma exposição dos trabalhos manufacturados pelos enfermos do estabelecimento.

Art. 121. Os alienados remettidos pela Policia e acerca dos quaes não seja possível satisfazer, por falta de esclarecimentos, o exigido no art. 61 deste regulamento, deverão ser previamente retratados naquella repartição e enviados para o hospicio com as respectivas photographias.

A remessa de taes alienados deverá effectuar-se até ao meio-dia, salvo caso de força maior.

Art. 122. Enquanto a clinica psychiatrica funcionar no pavilhão annexo ao Hospicio Nacional, o lente da mesma clinica e de molestias nervosas será o director geral da Assistencia.

Art. 123. O director geral organizará as instrucções e tabellas que forem precisas para regularidade do serviço interno da Assistencia, bem assim indicará a pessoa que deva substituir o director das colonias em seus impedimentos, cabendo a este ultimo designar os substitutos do administrador e do escripturario.

Art. 124. As pensões dos enfermos continuarão a ser cobradas pela secretaria da Assistencia Medico-legal de Alienados e o seu producto constituirá receita da União.

§ 1.º As pensões em atrazo serão cobradas executivamente, à vista das relações organisadas de conformidade com o disposto em o n.º VI do art. 6º.

§ 2.º Os juros das apolices que pertenciam ao patrimonio do hospicio, bem assim o producto liquido das loterias concedidas em favor do mesmo hospicio, serão arrecadados pelo Thesouro Federal, constituindo tambem receita da União.

§ 3.º Serão igualmente arrecadados pelo Thesouro Federal : o producto de quaesquer impostos creados ou que se crearem para a manutenção dos estabelecimentos de assistencia na parte que se referir à de alienados ; a importancia das contribuições com que concorrerem os diversos Estados que tiverem contracto nos termos do art. 70 ; as quantias que forem indemnizadas pelos demais Estados e pelos Ministerios da Guerra e da Marinha, na conformidade dos arts. 68, 69 e 70, à vista das informações prestadas pela secretaria da Assistencia.

Art. 125. Os vencimentos do pessoal da Assistencia são os constantes da tabella annexa, considerando-se dous terços como ordenado e um terço como gratificação.

§ 1.º Os empregados que ahí não figuram considerar-se-ão de diaria, que será paga pelas consignações destinadas ao material da verba respectiva.

§ 2.º Os vencimentos de dous dos internos do Hospicio Nacional continuarão a ser pagos pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro.

Capital Federal, 7 de outubro de 1893.— *Fernando Lobo.*

Tabella dos vencimentos do pessoal da Assistencia Medico-legal de Alienados, a que se refere o art. 125 do regulamento que acompanhou o decreto ns. 1559 desta data

DIRECÇÃO GERAL

	VENCIMENTO ANNUAL
Director geral.....	9:000\$000
Director da secretaria.....	5:400\$000
Escripturario.....	4:800\$000
Amanuense.....	2:400\$000
Continuo.....	1:600\$000

HOSPICIO NACIONAL

Serviço sanitario

Director.....	6:000\$000
Medico.....	3:000\$000
Cirurgião.....	1:200\$000
Ophthalmologista.....	1:200\$000
Interno.....	1:200\$000
Chefe do gabinete electro-therapico.....	2:400\$000
Director do museo anatomo-pathologico.....	2:400\$000
Pharmaceutico.....	2:400\$000
Ajudante do pharmaceutico.....	1:800\$000
Dentista.....	600\$000

SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Administrador.....	4:800\$000
Escripturario.....	3:600\$000
Amanuense.....	2:400\$000
Porteiro.....	1:200\$000

COLONIAS

Director.....	6:000\$000
Medico.....	4:800\$000
Interno.....	1:200\$000
Pharmaceutico.....	2:400\$000
Administrador.....	3:600\$000
Escripturario.....	2:400\$000

Capital Federal, 7 de outubro de 1893.— *Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1559 A — DE 7 DE OUTUBRO DE 1893

Suspende a execução do decreto n. 1554 de 3 do corrente.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, até ulterior deliberação, suspender a execução do decreto n. 1554 de 3 do corrente elevando a cadeiras as aulas de geometria descriptiva e de topographia das Escolas Militares desta Capital e do Estado do Rio Grande do Sul.

O Marechal Antonio Enéas Gustavo Galvão assim tenha entendido e o faça executar.

Capital Federal, 7 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antonio Enéas G. Galvão.



DECRETO N. 1560 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1893

Dispõe sobre os navios e fortificações em poder da revolta de 6 de setembro ultimo ou que a ella se associarem.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando :

que a bandeira nacional symbolisa e exprime a personalidade juridica da União, a perpetuidade e integridade da Patria e sua soberania internacional ;

que a soberania nacional sómente se estende aos navios em condições legaes e legitimas de arvorar a bandeira, manifestação do laço natural e patriotico que os liga ao territorio da Republica e aos órgãos constitucionaes da soberania ;

que ao direito de usar da bandeira nacional corresponde a protecção juridica e, quanto aos navios de guerra, a representação da força armada da Nação ;

que as forças de mar e terra, instituições nacionaes permanentes, destinadas á defesa da Patria no exterior e á manutenção das leis no interior, são obrigadas a sustentar as instituições constitucionaes ;

que, esquecida da sua função constitucional, uma parte dos navios da Armada nacional apoderou-se de outros do commercio, armou-os em guerra e tem desde o dia 6 de setembro proximo passado commettido toda a sorte de hostilidades

contra o Governo Constitucional, a população inoffensiva e a propriedade publica e particular ;

que desse modo trahiui os intuitos constitucionaes e, continuando a usar da bandeira nacional, apropriou-se de symbolo e emblema de que não pôde usar, e á sombra d'elle tem praticado acções criminosas ;

que ao Poder Executivo, no exercicio das funcções de que está investido pela vontade expressa constitucionalmente pela Nação, cumpre manter illesa a personalidade juridica internacional da Republica e salvaguardar a honra da bandeira nacional ;

Decreta :

Art. 1.º Para todos e quaesquer effeitos de direito, publico, privado e internacional, são declarados destituídos de suas immunidades, privilegios e prerogativas e bem assim privados da protecção da bandeira nacional :

a) os navios de guerra que desde o dia 6 de setembro ultimo, sob a direcção do contra-almirante Custodio José de Mello, se revoltaram na bahia do Rio de Janeiro contra a Constituição da Republica e a autoridade legal ;

b) os navios de commercio que foram e estão armados em guerra pelos revoltosos e as demais embarcações de qualquer natureza ao seu serviço ;

c) as fortificações que auxiliam a acção da revolta.

Art. 2.º Sob as mesmas disposições incidirão desde logo, e sem necessidade de expressa declaração do Governo, os navios e as fortificações permanentes ou passageiras que se associarem á revolta.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Firmino Chaves, Ministro da Marinha.

Fernando Lobo, Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Carlos Augusto de Carvalho, Ministro] das Relações Exteriores.

João Felipe Pereira, Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas.

Felisbello Freire, Ministro da Fazenda.



DECRETO N. 1561 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1893

Abre no corrente exercicio creditos supplementares ás verbas — Aposentados —
Ajudas de custo — e — Despezas eventuaes — do Ministerio da Fazenda.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe confere o art. 1º do decreto legislativo n. 183 D de 23 de setembro proximo findo, resolve abrir no corrente exercicio os creditos supplementares seguintes : de duzentos contos de réis (200:000\$000) a verba — Aposentados —, n. 6 do art. 7º da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892 ; de cinquenta contos de réis (50:000\$000) a verba — Ajudas de custo —, n. 21 do mesmo artigo ; de vinte e cinco contos de réis (25:000\$000) a verba — Despezas eventuaes —, n. 30 do mesmo artigo.

O Ministro e Secretario dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.



DECRETO N. 1562 — DE 10 DE OUTUBRO DE 1893

Approva as instrucções regulando as attribuições e funções da Procuradoria da
Republica e Fazenda Federal.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe faculta o art. 15 do decreto legislativo n. 173 B, de 10 de setembro proximo findo, resolve approvar as instrucções, que a este acompanham, regulando as attribuições e funções da Procuradoria da Republica e Fazenda Federal.

O Ministro e Secretario dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.

Instrucções para a execução do decreto n. 173 B, de 10 de setembro de 1893, a que se refere o art. 15 do mesmo decreto.

Art. 1.º Representam a Fazenda Nacional, perante os juizes e tribunaes do Districto Federal, por força de suas proprias nomeações, independente de instrumento de mandato :

- I, o procurador seccional da Republica ;
- II, o 1º e 2º adjuntos do procurador ;
- III, o solicitador da Fazenda.

Paragrapho unico. O procurador e o 1º adjunto, bem como o solicitador, servirão perante a justiça federal ; o 2º adjunto funcionará perante a justiça local.

Art. 2.º As funcções perante a justiça federal serão assim distribuidas :

I, a cobrança da divida activa da União será igualmente repartida ao procurador e 1º adjunto ;

II, os demais pleitos que a Fazenda houver de intentar, bem como os processos criminaes, serão directamente commettidos ao procurador, que poderá passal-os em qualquer termo do processo ao 1º adjunto, conforme a affluencia do serviço.

Paragrapho unico. O procurador passará o serviço ao 1º adjunto por meio de uma portaria, que deverá ser junta aos autos, fazendo disso communicação ao Ministerio respectivo, podendo a todo tempo reassumir o serviço.

III, o procurador é a pessoa competente para receber intimações iniciais de quaesquer feitos ou processos que se promovam contra a Fazenda Nacional, podendo, depois de remetter a contrafé ao Ministerio respectivo, passar o serviço ao 1º adjunto, nos termos da alinea II deste artigo e seu paragrapho ;

IV, as intimações que houverem de ser feitas no correr do processo serão recebidas pelo procurador ou 1º adjunto, conforme seja este ou aquelle que tenha a seu cargo a questão ;

V, o serviço do Jury federal será feito privativamente pelo procurador, salvo o caso de substituição por falta ou impedimento.

Art. 3.º O procurador e os adjuntos, nas respectivas faltas e impedimentos, se substituirão reciprocamente na ordem seguinte : ao procurador substitue o 1º adjunto ; ao 1º adjunto substitue o 2º ; ao 2º substitue o procurador.

§ 1.º Nos casos de licença ou effectivo impedimento, o substituto assumirá o exercicio pleno das funcções do substituido, durante o tempo da licença ou nos pleitos em que o impedimento se manifestar.

§ 2.º Nos impedimentos e faltas occasionaes ou incidentes, a substituição será para o acto a que o substituido não possa com-

parecer e se dará, independentemente de qualquer documento escripto, pela simples presença do substituto.

Art. 4.º Nas faltas e impedimentos do solicitador da Fazenda, o procurador proverá a sua substituição, constituindo solicitador interino para exercício pleno, ou *ad hoc* para a substituição de um impedimento dado.

§ 1.º No caso de constituição de solicitador interino, o instrumento de nomeação, depois de pago o sello que for devido, será submittido ao visto do juiz federal, funcionando assim o substituto; no caso de constituição de solicitador *ad hoc*, o instrumento de nomeação, será junto aos autos respectivos.

§ 2.º O substituto, quer nos casos deste artigo, como nos do artigo anterior, perceberá os proventos correspondentes ao serviço que houver feito, e, si a substituição for de pleno exercício, também a gratificação do substituído (um terço dos vencimentos).

Art. 5.º As custas dos actos praticados pelo procurador, 1º adjunto e solicitador, nas causas em que a Fazenda for vencedora, se arrecadarão para a receita geral, nos termos do art. 4º, § 1º, do decreto n. 4356 de 24 de abril de 1869, e serão mensalmente abonadas áquelles funcionarios, sendo: dous terços ao procurador, ou 1º adjunto, respectivamente aos processos em que funcionou um ou outro, e um terço ao solicitador.

§ 1.º Para o fim indicado neste artigo, os escriptões do Juizo seccional, quando expedirem as guias de pagamento, contarão, sob a denominação de procuratorio, a importancia que for devida pelos actos praticados no processo pelo procurador, 1º adjunto e solicitador, de accordo com o decreto n. 5737, de 2 de setembro de 1874, na parte referente aos advogados e solicitadores.

§ 2.º As percentagens a que tem direito o procurador, 1º adjunto e solicitador serão apuradas na Directoria Geral do Contencioso e mensalmente pagas aos funcionarios a quem couberem de direito.

Art. 6.º As percentagens a que tem direito o 2º adjunto, sobre os bens que forem arrecadados nos processos em que funcionarem, nos termos do regulamento n. 2433 de 1859, ser-lhe-hão pagas, finda a arrecadação, depois de feita no Juizo respectivo a necessaria conta.

Art. 7.º As quotas de quaesquer percentagens e do procuratorio, quando no mesmo processo tiver servido mais de um funcionario, procurador ou adjuntos, ou mais de um solicitador, serão divididas entre elles em partes iguaes.

Paragrapho unico. Esta disposição não se applica quando um, ou mais de um funcionario, houver servido em substituição incidente ou accidental do effectivo.

Art. 8.º Todas as vezes que o procurador ou adjuntos funcionarem, ou tiverem que fallar nos autos como curadores, perceberão, no acto, o emolumento respectivamente taxado no regimento citado de 1874.

Art. 9.º Os attestados de exercício para recebimento dos vencimentos no Thesouro são passados: pelo juiz seccional, o rela-

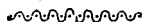
tivo ao procurador da Republica, e por este os relativos aos adjuntos e solicitador.

Art. 10. Os funcionarios que deixarem definitivamente o exercicio das funcções terão direito ás custas dos actos praticados por elles e á metade das percentagens vencidas nas causas em que tiverem officiado.

Paragrapho unico. Este direito prescreverá em favor dos cofres da União, decorridos cinco annos depois que o funcionario houver deixado o exercicio.

Art. 11. As disposições das presentes instrucções se applicarão, em tudo que for pertinente aos procuradores da Republica nos Estados e aos solicitadores, quando forem providos nos termos da lei.

Capital Federal, 10 de outubro de 1893. — *Felisbello Freire.*



DECRETO N. 1563 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1893

Declara em estado de sitio a Capital Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que subsistem os graves motivos politicos em que se fundaram os decretos n. 172 de 10 de setembro ultimo e n. 1549 de 25 do mesmo mez ;

Considerando que, nestas condições, as garantias constitucionaes, restabelecidas para o periodo de nomeação das mesas que tem de funcionar nas proximas eleições federaes, não podem deixar de ser novamente suspensas :

Resolve, nos termos do art. 80 da Constituição, declarar em estado de sitio, até ao dia 28 do corrente mez, o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Capital Federal, 13 de outubro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1564 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1893

Designa logares especiaes para a detenção por effeito do estado de sitio e dá outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo em consideração o disposto no art. 80, § 2º, n. 1, da Constituição e em virtude do art. 48, n. 1, da mesma Constituição,

Decreta :

Art. 1.º E' designada a fortaleza da Conceição, na Capital Federal, para logar de detenção das pessoas que tiverem de soffrer essa repressão, o desterro ou a expulsão.

Paragrapho unico. De accordo com os respectivos presidentes ou governadores dos Estados da União, o Governo designará o logar da detenção.

Art. 2.º O Governo dará as necessarias providencias para que os detidos sejam tratados segundo as leis da humanidade, não permittindo constrangimento que exceda as necessidades da defesa social.

Paragrapho unico. A incommunicabilidade sómente poderá ser quebrada por ordem escripta do Ministro da Guerra na Capital Federal ou da primeira autoridade militar nos Estados.

Art. 3.º Nenhuma pessoa poderá ser recolhida ao estabelecimento convertido em prisão de Estado, sem ordem por escripto da respectiva autoridade militar.

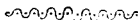
Paragrapho unico. Ninguém poderá ser conservado detido em outro edificio ou estabelecimento que não seja a prisão de Estado, salvo para ser interrogado ou acareado.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1565 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1893

Regula a liberdade de imprensa durante o estado de sitio

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
Considerando:

que a liberdade de imprensa consiste no direito de collaborar com o poder social nos fins a que se propõe a ordem moral e politica em suas multiplas exigencias e modalidades ;

que é funcção do poder publico, legitimamente constituido, defender a existencia politica da Republica por todos os meios legaes, materiaes e moraes ;

que no cumprimento desse dever, delegação politica da Nação e por consequencia suprema expressão dos direitos de todos os cidadãos, não pôde encontrar obstaculos que provenham dos abusos da imprensa ;

que uma parte da imprensa tem contribuido para animar a revolta com publicações inconvenientes umas, falsas outras e todas constituindo elemento de perturbação e alarma, em prejuizo da acção do Governo e da tranquillidade publica ; e por outro lado, tendo em attenção o disposto nos arts. 87, § 3º, 96, 383 e 387, combinados com o art. 22 doCodigo Penal, em virtude do art. 80 da Constituição da Republica e em execução do art. 48, n. 1 ;

Decreta :

Art. 1.º E' livre a manifestação do pensamento pela imprensa, sendo garantida a propaganda de qualquer doutrina politica.

Art. 2.º Declarada em estado de sitio qualquer parte do territorio da União e ahi suspensas pelo tempo que for determinado as garantias constitucionaes, fica prohibido :

a) fazer publicações que incitem a aggressão externa ou pos-am augmentar a commoção interna e excitar a desordem ;

b) defender qualquer acto contrario á independencia, integridade e dignidade da Patria, á Constituição da Republica e fôrma de seu governo, ao livre exercicio dos poderes politicos, á segurança interna da Republica, á tranquillidade publica (arts. 87 a 155 doCodigo Penal) ;

c) publicar noticias a respeito da revolta que não tenham sido communicadas pelo governo constitucional ou que não tenham essa origem ;

d) communicar ou publicar documentos, planos, desenhos a quaesquer informações com relação ao material ou pessoal de guerra, ás fortificações e ás operações e movimentos militares de União ou dos Estados ;

e) apregoar as noticias, factos ou assumptos, verdadeiros ou falsos, contidos nas publicações que se offereçam á venda ou se distribuam gratuitamente ou de qualquer outro modo.

Art. 3.º Si algum periodico ou publicação, de qualquer genero que seja, incorrer em algum ou alguns dos casos do artigo antecedente, o Governo usará das medidas de repressão autorisadas pelo art. 80 da Constituição, e sendo estrangeiro o infractor, poderá expulsal-o do territorio nacional.

Art. 4.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1566 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1893

Regula a entrada de estrangeiros no territorio nacional e sua expulsão durante o estado de sitio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
Considerando :

que o direito de permittir que estrangeiros entrem no territorio nacional, ahi permaneçam ou delle sejam obrigados a sahir, é consequencia logica e necessaria da soberania da União ;

que a humanidade e a justiça obrigam os Estados a sómente exercer esse direito conciliando a necessidade de sua defesa e conservação e os direitos, interesses e liberdade dos estrangeiros já residentes ou que pretendam estabelecer-se no territorio nacional ;

que o disposto no art. 72, § 10, da Constituição sómente prevalece em tempo de paz, e que, decretado o estado de sitio, as medidas de repressão, consistentes em detenção e desterro, são restrictamente applicaveis aos nacionaes e não aos estrangeiros que não gosam de direitos politicos ;

Decreta :

Art. 1.º A entrada de estrangeiros poderá ser prohibida durante o estado de sitio.

Art. 2.º Fica prohibida a entrada de estrangeiro mendigo, vagabundo, atacado de molestia que possa comprometter a saude publica ou suspeito de attentado commettido fora do territorio nacional contra a vida, a saude, a propriedade ou a fé publica.

Art. 3.º A expulsão de estrangeiros será individual.

Art. 4.º Podem ser expulsos :

- a) os estrangeiros nas condições do artigo antecedente ;
- b) os que infringirem o disposto no decreto n. 1565 desta data ;
- c) os que, por qualquer outro modo que não a imprensa, se tornarem culpados de excitação á perpetração de infracções contra a segurança e a tranquillidade publicas, ainda que taes excitações não sejam puniveis segundo a lei territorial ;
- d) os que pela imprensa ou por outro meio incitarem a desobediencia ás leis ou á revolta e guerra civil, ou excitarem odio ou actos de violencia entre ou contra as diversas classes sociaes, de modo perigoso á segurança ou á tranquillidade publicas ;
- e) os que, por sua conducta, comprometterem a segurança da União ou dos Estados ;
- f) os que incitarem aos crimes contra a liberdade de trabalho ;
- g) os que por qualquer modo, ainda que no exercicio de profissão, industria ou outro genero de trabalho, permittido por conta propria ou alheia, procederem de modo a provocar ou augmentar o mal-estar publico, ou a crear embaraços á tranquillidade e regularidade dos negocios e da vida social.

Art. 5.º A expulsão será ordenada por decreto motivado, expedido pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, e deverá:

a) ser comunicada, quando for conveniente, pelo Ministro das Relações Exteriores ao agente diplomatico da nação a que pertencer o paciente ou ao agente consular em sua falta ;

b) indicar o prazo dentro do qual o paciente deverá partir, executando-se porém á ordem.

Art. 6.º Quando não for permittido ao paciente aguardar solto o dia da partida, o Governo convidará o agente consular, na falta de procurador nomeado, a arrecadar-lhe os bens ; procedendo-se, no caso de recusa, á arrecadação judicial pelo Juizo Federal, garantido sempre o direito pleno e absoluto de defender e liquidar sua fortuna, bens e interesses.

Art. 7.º O paciente designará o lugar para onde deverá retirar-se e será tratado segundo a situação particular de sua pessoa.

Art. 8.º O paciente tem o direito de reclamar perante o Juizo Federal da Republica, para provar tão sómente que é cidadão brasileiro.

§ 1.º A reclamação não suspenderá a execução da expulsão, e, quando procedente, sujeitará a União á indemnisação de perdas e danos.

§ 2.º O tribunal a que recorrer o paciente não se pronunciará sobre a legalidade da expulsão, nem sobre as circumstancias que levaram o Governo a julgar-a necessaria.

Art. 9.º O Governo poderá commutar em prisão a expulsão, emquanto durar o estado de sitio, ou revogal-a.

Art. 10. Não poderá ser expulso, ficando em tudo equiparado ao nacional, o estrangeiro:

- a) casado com mulher brasileira ;
- b) viuvo com filhos brasileiros ;
- c) que possuir bens immoveis na União.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1567 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1893

Estabelece o distinctivo para o Corpo de Engenheiros Navaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe expóz o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha sobre a omissão, no actual plano de uniformes do

Corpo de Engenheiros Navaes, de um distinctivo de classe como convem e está em uso para os demais corpos da Armada :

Resolve que seja adoptado, como distinctivo para o referido corpo, um globo de prata de 21 ^m/_m de diametro, orlado de velludo azul claro, com 3 ^m/_m de largura, collocado acima das divisas na altura de 125 ^m/_m do bordo inferior e a meio de cada manga.

O Contra-Almirante Felipe Firmino Rodrigues Chaves, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 13 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Firmino Chaves.



DECRETO N. 1568 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1893

Crea na comarca do Crato, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo.

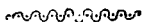
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Crato, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 131º, o qual se organizará com os guardas nacionaes qualificados no municipio da Barbalha ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1569 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1893

Crea na comarca do Jardim, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo.

O Vico-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Jardim, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria, com quatro com-

panhias e a designação de 132º, o qual se organizará com os guardas nacionaes qualificados no municipio do mesmo nome ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1570 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1893

Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Cratheús, no Estado do Ceará.

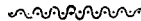
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Cratheús, no Estado do Ceará, mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 47º, o qual será organizado com os guardas nacionaes qualificados no municipio da Independencia, da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1571 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Miranda, no Estado de Matto Grosso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Art. 1.º Fica desligada do commando superior da Guarda Nacional das comarcas de Santa Cruz de Corumbá, Miranda e Sant'Anna do Paranahyba a força de Guarda Nacional qualifi-

cada na de Miranda e com ella creado um commando superior da mesma guarda, que se comporá do 8º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias; de mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com a designação de 13º; da 3ª companhia avulsa da reserva, elevada a batalhão com quatro companhias e a designação de 6º; e do 1º esquadrão de cavallaria, elevado a regimento com quatro esquadrões e a designação de 4º.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organisados com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1572 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1893

Providencia sobre o pagamento de despesas a cargo do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, no exercicio de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, tendo solicitado em mensagens de 20 e 21 de junho e de 22 de agosto do corrente anno diversos creditos para occorrer ao pagamento de despesas imprescindiveis, algumas das quaes relativas a serviços já effectuados, a cargo do Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, no corrente exercicio de 1893, á vista da insufficiencia dos que foram votados pelo Congresso Nacional, e

Considerando que o mesmo Congresso encerrou suas sessões sem haver podido ultimar a concessão dos referidos creditos;

Considerando que ao Governo cabe o dever de retribuir serviços já effectuados e de providenciar sobre o proseguimento de outros que são inadiaveis:

Resolve abrir ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas o credito supplementar de tres mil cento e trinta e quatro contos cento e cincoenta mil réis (3.134:150\$) para occorrer ás despesas constantes da demonstração junta.

Capital Federal, 19 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.

Demonstração do credito supplementar preciso ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas para occorrer a alguns serviços durante o corrente exercicio de 1893 e a que se refere o decreto n. 1572 desta data.

§ 1º

SECRETARIA DE ESTADO

Material

Para completar a impressão do relatório do Ministerio.....	15:000\$000	
Pagamento de taxas de correspondencia do e para o exterior.....	5:000\$000	
Aluguel de casa para o porteiro...	<u>1:200\$000</u>	21:200\$000

§ 2º

EVENTUAES

Commissão brasileira na Exposição Universal Colombiana em Chicago	600:000\$000	
Commissão exploradora do planalto central da Republica :		
Para conclusão dos trabalhos de escriptorio.....	45:000\$	
Para impressão e tiragem de mil exemplares do relatório.....	<u>46:700\$</u>	91:700\$000
Gratificação ao pessoal que serve no gabinete do ministro.....	7:650\$000	
Commissão de inquerito sobre transferencia da propriedade ou exploração das estradas de ferro da União para a industria privada, conforme o n. XIV do art. 6º da vigente lei do orçamento.....	12:000\$000	
Vencimentos de um secretario para a commissão encarregada da revisão o balanço das despesas do Ministerio.....	4:800\$000	
Despesas não previstas.....	<u>20:000\$000</u>	736:150\$000

§ 3º

TERRAS PUBLICAS E COLONISAÇÃO

Repartição Central

Auxilio ao porteiro para aluguel de casa a 50\$ mensaes.....	600\$000	
Expediente e eventuaes.....	3:000\$000	3:600\$000
	<hr/>	

Hospedaria da Ilha das Flores

Pessoal administrativo.....	3:100\$000	
Pessoal auxiliar.....	1:560\$000	
Comedorias para immigrants....	30:000\$000	
Agua e illuminação a gaz.....	30:000\$000	64:660\$000
	<hr/>	

Agencia na Barra do Pirahy

Augmento do vencimento do agente	600\$000
----------------------------------	----------

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Hospedaria de immigrants

Alimentação a immigrants.....	23:820\$000	
Transporte dos mesmos para nucleos.....	12:000\$000	
Aluguel de embarcações, etc.....	5:000\$000	40:820\$000
	<hr/>	

Commissões de estabelecimento

Construção de casas.....	38:000\$000	
Alimentação a immigrants.....	35:000\$000	
Medicamentos e dietas	5:000\$000	78:000\$000
	<hr/>	

ESTADO DE SANTA CATHARINA

Hospedaria de immigrants

Alimentação a immigrants.....	10:000\$000	
Transporte dos mesmos para os nucleos.....	5:000\$000	15:000\$000
	<hr/>	

Commissões de estabelecimento

Construção de casas.....	20:000\$000	
Alimentação a immigrants.....	20:000\$000	
Medicamentos e dietas.....	3:000\$000	43:000\$000
	<hr/>	

ESTADO DO PARANÁ

Hospedaria da Capital

Alimentação a immigrants.....	10:000\$000	
Transporte dos mesmos para os nucleos.....	5:000\$000	15:000\$000
	<hr/>	

Hospedaria de Paranaguá

Pessoal.....	4:800\$000	
Serventes e eventuaes.....	2:000\$000	
Alimentação para os immigrants.	10:000\$000	
Medicamentos e dietas.....	1:000\$000	17:800\$000
	<hr/>	

Commissões de estabelecimento

Construção de casas.....	30:000\$000	
Alimentação a immigrants.....	20:000\$000	
Medicamentos e dietas.....	5:000\$000	55:000\$000
	<hr/>	

Commissão de terras em Iguassu

Constando de:

Pessoal da lancha a vapor, material para a mesma, conclusão da casa para o medico e pharma- ceutico, um interprete, um estafeta e um servente	10:800\$000
--	-------------

ESTADO DE S. PAULO

Agencia em Santos

Pessoal.....	5:000\$000
--------------	------------

ESTADO DE MINAS GERAES

Delegacia de terras

Pessoal.....	11:400\$000	
Expediente, aluguel de casa e eventuaes.....	4:000\$000	15:400\$000

Hospedaria Horta Barbosa

Pessoal.....	7:320\$000	
Serventes e eventuaes.....	4:000\$000	
Alimentação a immigrants.....	20:000\$000	
Transporte dos mesmos para os nucleos.....	5:000\$000	36:320\$000

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Fazenda do Ariró

Pessoal de conservação.....	2:800\$000	
Transporte de empregados ao serviço desta verba (Terras e colonisação) e de immigrants para os Estados da União.....	100:000\$000	
Despezas com os nucleos Maria Custodia em Sabará, Estado de Minas Geraes.....	8:000\$000	
Commissão de propaganda de colonisação nos Estados do Norte...	60:000\$000	
Auxilio á immigração no Estado de Matto Grosso.....	20:000\$000	
Despezas imprevistas.....	20:000\$000	210:800\$000
		611:800\$000

§ 4º

AUXÍLIOS À AGRICULTURA, ENGENHOS CENTRAES

Horta vitícola e estação philoxerica da Penha

Custeio durante o 1º semestre.....	18:000\$000
------------------------------------	-------------

Chacara de Tietê no Estado de S. Paulo

Custeio durante o 1º semestre.....	<u>5:000\$000</u>	23:000\$000
------------------------------------	-------------------	-------------

§§ 8º e 9º

ESTRADA DE FERRO DE BATURITÉ

Trafego e prolongamento.....	515:000\$000
------------------------------	--------------

§ 13

Prolongamento da Estrada de Ferro da Bahia.....	1.200:000\$000
---	----------------

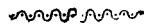
§ 16

GARANTIAS DE JUROS ÀS ESTRADAS DE FERRO

Despezas occorridas nos serviços a cargo da Inspe- ctoria Geral de Estradas de Ferro.....	<u>27:000\$000</u>
--	--------------------

Total.....	3.134:150\$000
------------	----------------

Capital Federal, 19 de outubro de 1893.—*João Felipe Pereira.*



DECRETO N. 1572 A — DE 19 DE OUTUBRO DE 1893

Restabelece o regulamento do Corpo de Saude da Armada que baixou com o decreto n. 683 de 23 de agosto de 1890, com as declarações neste mencionadas, e annulla o que baixou com o decreto n. 1348 de 7 de abril de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que lhe expôz o Ministro da Marinha, no intuito de dar ao serviço sanitario da Armada regimen mais conforme com os preceitos da disciplina militar, e considerando:

que, na pratica, ficou patente ser prejudicial ao serviço da Armada a reforma que baixou com o decreto n. 1348 de 7 de abril do corrente anno, a qual, fazendo do Corpo de Saude uma repartição desprendida do laço que a deve ligar à primeira autoridade militar da Marinha, como era antes, facilita abusos que compromettem a efficacia das leis militares e difficultam a execução de ordens superiores, dando logar a conflictos que cumpre evitar, como bem ponderado foi pelo chefe do Estado-Maior General da Armada em reclamação que já teve occasião de fazer ;

que a alludida reforma creou cargos e augmentou o pessoal, sem justificação nas necessidades do serviço ;

que o regulamento reformado bem attende às condições do serviço, assim profissional como militar, excepto quanto à classificação da primeira praça dos cirurgiões, na qual devem estes ser admittidos como 2^{os} tenentes, de accordo com a organização militar em todos os quadros de officiaes, assim da Armada como do Exército ;

que, finalmente, a mencionada reforma não foi ainda submettida à approvação do Congresso, como aliás manda o art. 2^o da lei n. 54 de 13 de junho de 1892, que a autorizou ;

Decreta:

Art. 1.^o Fica de nenhum effeito o regulamento que baixou com o decreto n. 1348 de 7 de abril do corrente anno, e restabelecido o que foi dado pelo decreto n. 683 de 23 de agosto de 1890, mas com a seguinte alteração :

Paraggrapho unico. O quadro do Corpo de Saude da Armada constará de :

- Um inspector de saude naval, contra-almirante ;
- Dous cirurgiões de 1^a classe, capitães de mar e guerra ;
- Seis cirurgiões de 2^a classe, capitães de fragata ;
- Nove cirurgiões de 3^a classe, capitães-tenentes ;
- Vinte cirurgiões de 4^a classe, primeiros tenentes ;
- Vinte e oito cirurgiões de 5^a classe, segundos tenentes ;
- Um chefe de pharmacia, capitão de fragata ;
- Dous pharmaceuticos de 1^a classe, capitães-tenentes ;
- Tres pharmaceuticos de 2^a classe, primeiros tenentes ;
- Tres pharmaceuticos de 3^a classe, segundos tenentes ;
- Tres pharmaceuticos de 4^a classe, guardas-marinha ;

Uma brigada de 60 enfermeiros com a graduação de 1.^{as} sargentos.

Art. 2.^o O Ministro da Marinha fará a reorganisação do corpo, de conformidade com as seguintes disposições :

1.^a, os dous medicos inspectores de stude constituirão a 1.^a classe dos cirurgiões, os seis sub-inspectores a 2.^a, os nove da 1.^a classe a 3.^a, os 20 da 2.^a a 4.^a e os 28 da 3.^a a 5.^a ;

2.^a, os dous pharmaceuticos sub-inspectores constituirão a 1.^a classe, os da 1.^a classe a 2.^a e assim por deante até constituir-se a 4.^a classe ;

3.^a, o pessoal de pharmacia e enfermaria que exceder ao numero agora fixado ficará addido e será applicado ao serviço que puder prestar em qualquer repartição da Marinha.

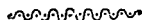
Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrario.

O Contra-Almirante Felipe Firmino Rodrigues Chaves, Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 19 de outubro de 1893, 5.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Firmino Chaves.



DECRETO N. 1573 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Muzambinho*
no Estado de Minas Geraes.

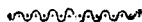
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica desligada do commando superior da Guarda Nacional da comarca de Cabo Verde, no Estado de Minas Geraes, a força de guardas nacionaes qualificada na de Muzambinho, no mesmo Estado, e com ella creado um commando superior, que se comporá do 119.^o batalhão de infantaria e 15.^o regimento de cavallaria, já organisados, e dos batalhões n. 202 do serviço activo e n. 117.^o do da reserva, ora creados com quatro companhias cada um ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de outubro de 1893, 5.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1574 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1893

Adia as eleições de deputados e senadores ao Congresso Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da attribuição que lhe confere o art. 48, n. 1, da Constituição Federal :

Considerando que no espirito das instituições democraticas a garantia dos direitos individuaes para a livre manifestação do pensamento é a base da opinião, origem de todos os poderes, elemento consubstancial das mesmas instituições ;

que o estado de sitio, suspendendo as garantias constitucionaes, affecta profundamente a liberdade individual e, consequentemente, altera em sua essencia o uso do direito de voto, limitado pela acção emanante de tal providencia ;

que, por virtude desse facto, pela circumstancia de estar afastado das urnas eleitoraes um numero consideravel de cidadãos eleitores, já os que constituem o voluntariado patriótico da defesa das instituições nacionaes, já os que se teem retirado das cidades para os campos, fugindo as influencias nocivas da revolta, a eleição, seja qual for o esforço que empregue o Governo para garantir-lhe a pureza, não poderá representar a opinião alterada virtualmente, porque de facto alterado estará o numero dos votantes ;

que não é justo que o Governo, a quem compete a vigilancia das leis para a igualdade de seus effeitos a todos os cidadãos, concorresse para que ficassem privados de defenderem pelo voto suas idéas, aquelles mesmos que as defendem, expondo até a propria vida ;

que as limitações á liberdade de imprensa, indispensaveis, attentas as condições excapcionaes que atravessa a Republica Brasileira, poderão prejudicar a propaganda das idéas dos partidos, difficultando-lhes a arregimentação de forças para a lucta eleitoral ;

que os Estados comprehendidos nas disposições do decreto n. 1563 de 13 de outubro que estabeleceu o estado de sitio, onde portanto a eleição não tem as garantias constitucionaes da liberdade individual, influirão poderosamente sobre a manifestação da opinião, pelo importante numero de representantes com que concorrem para o Poder Legislativo ;

que em alguns delles, como Santa Catharina, Paraná, Rio Grande do Sul, S. Paulo, Rio de Janeiro e Districto Federal, a eleição será prejudicada pela alteração numerica do eleitorado, podendo não exprimir a opinião do mesmo eleitorado, falseando-se tanto mais o pensamento nacional, quanto poderá acontecer que seja impossivel realizarem-se as eleições em algumas capitães de Estados ;

que nem mesmo nos Estados, por enquanto no gozo de suas prerogativas constitucionaes, a eleição poderá exprimir a opinião, attenta a crise que atravessa a nação, profundamente perturbada em todas as suas relações politicas, sociaes e economicas ;

que, ainda quando as eleições dos Estados, até agora no goso de suas prerogativas constitucionaes, pudessem exprimir a opinião triumphante de cada um — nem assim se obviaria o mal a que é preciso remediar, visto como uma grande parte da nação, quasi todos os Estados do Sul, não se poderia manifestar livremente, podendo resultar do desequilibrio das forças do Poder Legislativo, pelos vicios de origem de muitos de seus diferentes elementos, inconvenientes para a nação tão graves quanto facéis de imaginar;

que o tempo que medeia entre o estado de sitio e o dia determinado para as eleições, de 28 a 30, não garante aos partidos a acção para intervirem no pleito eleitoral; e ainda que a autorisação constitucional dada ao Poder Executivo para expedir decretos, instrucções e regulamentos para a fiel execução das leis, implicitamente o responsabilisa de facto e de direito pela fidelidade com que ellas sejam cumpridas, responsabilidade que na hypothese não poderá assumir, uma vez que a fidelidade da execução da lei eleitoral repousa na presumpção da garantia da liberdade do voto, suspensa, como todas as outras, pelo estado de sitio;

Decreta :

Art. 1.º Ficam adiadas para o dia 30 de dezembro do corrente anno as eleições em todos os Estados da União e as do Districto Federal para os cargos de deputados e senadores federaes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 20 de outubro de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo,



DECRETO N. 1575 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores um credito supplementar á verba — Soccorros publicos — do exercicio de 1893, na importancia de 761,600\$000.

Não tendo sido decretado o credito supplementar á verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1893, na importancia de 800:000\$, solicitado ao Congresso Nacional, em mensagem datada de 26 de julho ultimo, e attendendo-se a que continuaram a ser feitas as despesas que o Governo tem autorisado com as medidas no intuito de prevenir entre nós a invasão do cholera-morbus, que, infelizmente, ainda não desapareceu de varios pontos da Europa e antes ameaça propagar-se a localidades não

victimadas por aquelle flagello, bem assim no de evitar o desenvolvimento da febre amarella nesta Capital e em alguns portos dos Estados da União, como abertura e custeio de hospitaes e enfermarias, aquisição de material, pagamento de pessoal extraordinario, tratamento de indigentes accommettidos dessa ultima molestia, desapropriação de terrenos, na Ilha Grande, a que se refere o decreto n. 1182 de 27 de dezembro de 1892, e outras medidas sanitarias; por outro lado, cumprindo habilitar o Governo a prestar os soccorros que se tornarem necessarios, nos termos do art. 4º, § 4º, da lei n. 587, de 9 de setembro de 1850; o Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve, de conformidade com o art. 8º da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, § 2º do art. 4º da citada lei n. 589, e § 1º do art. 20 da de n. 3140 de 30 de outubro de 1882, abrir um credito supplementar á mencionada verba — Soccorros publicos, do exercicio de 1893, na importancia de 769:600\$, para occorrer ás alludidas despezas.

Capital Federal, 21 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1576 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1893

Approva a reforma dos estatutos da Companhia de Cerveja Guanabara.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de Cerveja Guanabara, devidamente representada, resolve approvar a reforma do art. 6º dos respectivos estatutos, votada em assemblea geral de accionistas de 20 de junho ultimo e que elevou a vinte annos o prazo de sua duração; devendo, porém, satisfazer as formalidades ulteriores de que trata o art. 6º do decreto n. 164 de 17 de janeiro de 1890.

O Ministro de Estado dos Negocios da Agricultura, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capit Federal, 26 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1577 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1893

Proroga até 30 de novembro subsequente o estado de sitio declarado pelo decreto n. 1563 de 13 do corrente mez.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que não cessou a grave commoção intestina produzida em alguns pontos do territorio da União, pela revolta de uma parte da Armada Nacional, de sorte que ainda não podem ser restabelecidas em toda a Republica as garantias constitucionaes :

Resolve, nos termos do art. 80 da Constituição, prorogar, até ao dia 30 de novembro proximo vindouro, o estado de sitio declarado pelo decreto n. 1563 de 13 do corrente mez para o Districto Federal e os Estados do Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Capital Federal, 28 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1578 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1893

Crea mais um batalhão de artilharia de guardas nacionaes na comarca de Paranaguá, no Estado do Paraná.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Paranaguá, no Estado do Paraná, mais um batalhão de artilharia, com quatro baterias e a designação de 2º, o qual será organizado com os guardas qualificados no municipio de Guaratuba ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 28 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1579 — DE 30 DE OUTUBRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Rio Preto, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 203º, o qual se organisará com os guardas qualificados na mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de outubro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1580 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Reforma o Archivo Publico Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em conformidade da authorisação conferida ao Governo pelo Congresso Nacional, e constante do decreto legislativo n. 187 de 27 de setembro proximo findo, resolve reformar o Archivo Publico Nacional, expedindo o regulamento annexo, assignado pelo Ministro da Justiça e Negocios Interiores.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Regulamento para o Archivo Publico Nacional,
annexo ao decreto n. 1580 desta data

CAPITULO I

NATUREZA, FINS E ORGANISAÇÃO DO ARCHIVO PUBLICO

Art. 1.º O Archivo Publico Nacional, repartição dependente do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, é destinado a adquirir e conservar cuidadosamente, sob classificação syste-

matica, todos os documentos concernentes á legislação, á administração, á historia e á geographia do Brazil, e quaesquer outros que o Governo determinar.

Art. 2.º De accordo com o decreto legislativo n. 187 de 27 de setembro deste anno, o Archivo terá duas secções geraes, designadas por numero ordinal.

Paragrapho unico. A 1ª secção comprehenderá duas secções especiaes: legislativa e administrativa; a 2ª secção, outras duas: judiciaria e historica.

Art. 3.º Na secção legislativa serão archivados:

I. Os originaes da Constituição politica do extincto Imperio, de 25 de março de 1824; do respectivo acto addicional, de 12 de agosto de 1834; da Constituição da Republica, de 24 de fevereiro de 1891 e do projecto de Constituição offerecido pelo Governo Provisorio ao Congresso Constituinte; bem assim os documentos relativos á elaboração desses actos.

II. As leis, decretos e alvarás relativos ao Brazil, principalmente a partir de 1808 até á Assembléa Constituinte em 1823.

III. Os originaes de todos os actos legislativos da mesma Assembléa Constituinte, dos do Governo Provisorio da Republica e dos do Congresso Nacional Constituinte.

IV. Os originaes de todas as leis, decretos, resoluções, da Assembléa Geral Legislativa, e hoje do Congresso Nacional.

V. Cópias authenticas dos actos dos antigos conselhos geraes de provincia.

VI. Cópias authenticas, impressas ou manuscriptas, dos actos legislativos das Assembléas Provinciaes e das Assembléas ou Congressos dos Estados da Republica.

VII. Cópias authenticas dos actos dos governadores provisórios dos Estados e das Juntas governativas, sobre assumptos que depois passaram a ser regulados pelos Congressos Estaduaes.

VIII. Cópias authenticas das Constituições dos Estados, quer vigentes, quer anteriores.

IX. Os codigos de posturas das Camaras Municipaes no tempo do Imperio, e os actos legislativos do Conselho de Intendencia e hoje do Conselho Municipal da Capital Federal, e os das Camaras ou Conselhos Municipaes das Capitaes dos Estados.

X. Os annaes da Assembléa Constituinte de 1823, do Congresso Constituinte de 1890 e os da Camara dos Deputados e do Senado, quer no tempo do Imperio, quer no da Republica, e tambem os regimentos internos dessas Camaras, antigos e modernos, e o regimento commum.

XI. Os annaes e regimentos internos das Assembléas ou Congressos Estaduaes.

Art. 4.º Na secção administrativa serão archivados:

I. Os originaes dos actos que no tempo da monarchia foram expedidos na conformidade dos §§ 2, 5, 7 e 9 do art. 101 da Constituição de 25 de março de 1824.

II. Os originaes dos actos do Poder Executivo expedidos em

virtude do § 12 do art. 102 da Constituição de 1824, e actualmente em virtude do art. 43, § 1º, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891.

III. Os originaes ou cópias authenticas das fallas do throno por occasião da abertura e encerramento da Assembléa Geral, e das mensagens do Presidente da Republica e dos governadores ou presidentes dos Estados, na abertura dos respectivos Congressos ; e os relatorios annuaes dos ministros de estado ao Presidente da Republica, e os que nos Estados dirigem aos respectivos governadores ou presidentes seus ministros ou chefes das principaes repartições.

IV. As propostas e mensagens com as exposições de motivos do Governo á Assembléa Geral e hoje ao Congresso, assim como as razões de veto oppostas pelo Poder Executivo.

V. As proclamações ou manifestos do Poder Executivo, e cópias authenticas de iguaes actos dos antigos presidentes de provincia e dos governadores ou presidentes dos Estados.

VI. Cópias authenticas dos actos de declaração de guerra ou de bloqueio feito pelo Governo brasileiro, e os originaes de iguaes actos de governos estrangeiros em relação ao Brazil.

VII. Os originaes dos tratados e convenções internacionaes, bem como dos protocollos e mais documentos que houverem servido de base ás respectivas negociações, quando o Ministro das Relações Exteriores entender que não são mais necessarios ao serviço de sua repartição.

VIII. Os originaes das credenciaes e plenos poderes apresentados pelos embaixadores e mais empregados diplomaticos e consulares das nações estrangeiras, e cópias de actos identicos, expedidos pelo Governo.

IX. Os originaes dos contractos de emprestimos effectuados dentro ou fora do Brazil, depois de inscriptos no grande livro da divida publica, na conformidade dos arts. 16 e 17 da lei de 15 de novembro de 1827.

X. Os originaes dos documentos e autos que demonstrarem a propriedade dos bens nacionaes, depois de feito o competente assentamento no Thesouro Federal.

XI. Os originaes e registros das antigas cartas de concessão e confirmação de sesmarias ; relações dos processos de medição e demarcação dos terrenos devolutos que foram enviados pelas autoridades competentes ; os documentos demonstrativos da venda ou cessão dos mesmos terrenos, anteriores ao actual regimen, e cópias dos mesmos actos posteriores á promulgação da Constituição da Republica.

XII. Os originaes dos decretos de promoção no Exercito e na Armada.

XIII. Os livros de registro dos decretos de nomeação e demissão dos ministros de estado, prefeito municipal, chefes de repartição, directores e lentes de Faculdades e de outros funcionarios publicos federaes e do Districto Federal, cuja nomeação compete ao Presidente da Republica.

XIV. Os originaes ou cópias authenticas da correspondencia official dos antigos presidentes de provincia, dos governadores ou

presidentes dos Estados e dos secretarios das Camaras Legislativas com os ministros de estado, sobre assumptos de importancia politica ou administrativa.

XV. A collecção do *Diario Official* do Governo da União e dos jornaes em que nos Estados se publica o expediente dos respectivos presidentes ou governadores.

Art. 5.º Na secção judiciaria serão archivados em original ou por cópia authentica :

I. Os processos de responsabilidade que forem instaurados contra o Presidente da Republica, ministros de estado, e presidentes ou governadores dos Estados, bem assim os que, segundo o art. 57 § 2º da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, forem instaurados contra os membros do Supremo Tribunal Federal.

II. Os processos de responsabilidade dos antigos presidentes de provincia, ministros do Supremo Tribunal de Justiça, desembargadores, bispos, bem assim dos empregados na diplomacia, comprehendidos nesta ultima classe tanto os anteriores como os posteriores a 15 de novembro de 1889.

III. Os processos de responsabilidade de que trata o art. 59 n. 1 da Constituição Federal, letras *c* e *d*; e tambem os do art. 60, letras *b*, *e*, *f*, *h* e *i*.

IV. As antigas devassas e processos de importancia, movimento em materia politica, bem assim conselhos de guerra notaveis, antigos e modernos, contra officiaes de alta patente no Exercito e na Armada.

V. Os autos de inquerito ordenados pelas autoridades federaes sobre movimentos politicos.

VI. Todos os autos de jurisdicção contenciosa findos dos cartorios do Districto Federal, cuja antiguidade exceder de 30 annos; bem como os livros de notas, registros de testamentos e tombo de capellas que tiverem mais de 40 annos.

Art. 6.º Na secção historica serão archivados :

I. Os originaes dos autos de nascimento, baptismo, casamento e obito dos ex-imperantes, dos ex-principes e princezas e dos demais membros da familia outr'ora denominada imperial; e bem assim os originaes dos respectivos testamentos e dos contractos de casamento.

II. Documentos e papeis relativos á familia e á casa designada pelo titulo de imperial, e os do chamado gabinete d'El-Rei.

III. Os originaes e cópias authenticas de todos os documentos relativos á independencia do Brazil que não tiverem classificação especial.

IV. Os originaes e cópias authenticas de todos os documentos relativos á proclamação da Republica na Capital Federal e nos Estados da União; e quaesquer documentos relativos aos Governos provisorios.

V. Os documentos e papeis que não deverem ter classificação especial, relativos a movimentos politicos na Capital Federal e nos Estados.

VI. Os livros de juramento de proito e homenagem e de posse de altos funcionarios antes da independencia do Brazil, e os do

juramento prestado à Constituição do extinto Imperio pelos imperantes e pelos cidadãos brasileiros nos antigos senados da Camara, e nas legações brasileiras no estrangeiro.

VII. Os livros de registro ou os originaes dos decretos concedendo titulos, condecorações, honras e prerogativas.

VIII. Os livros de registro dos decretos e cartas, ditas imperiaes, de nomeação de ministros e secretarios de estado, conselheiros de estado, arcebispos, bispos, senadores, presidentes de provincia e demais funcionarios, até 15 de novembro de 1889.

IX. As bullas, breves e quaesquer lettras apostolicas ou constituições ecclesiasticas, que contiverem disposição geral, com a declaração de haverem ou não obtido o beneplacito; e bem assim as lettras apostolicas, expedidas pela Santa Sé ou por seu delegado, que convier guardar, não obstante conterem disposições e graças especiaes. Aos interessados dar-se-hão neste caso cópias authenticas.

X. Os documentos relativos à criação, limites e divisão interna civil e ecclesiastica das antigas provincias, bem assim da criação e inauguração de bispados e prelazias.

XI. Cópias authenticas das actas e documentos concernentes à fundação de edificios e monumentos publicos, e à inauguração de tribunaes, faculdades, escolas, institutos e quaesquer associações que tenham por fim promover interesses publicos; assim como os regulamentos, relatorios e outros papeis que digam respeito a taes estabelecimentos.

XII. Os relatorios ou memorias apresentados por commissões nomeadas pelo Governo para explorações, exames ou investigações de qualquer genero; bem assim os que sobre os mesmos objectos forem apresentados e offerecidos por particulares.

XIII. Os documentos concernentes a descobrimento de riquezas naturaes, e ao desenvolvimento das sciencias, lettras e artes, agricultura, commercio e navegação, catechese e civilisação dos indios.

XIV. Todos os documentos, memorias, relatorios, roteiros ou noticias relativas à geographia do Brazil; e a collecção dos annaes meteorologicos e ephemerides astronomicas do Observatorio do Rio de Janeiro.

XV. Os quadros impressos do censo do extinto Imperio e os que forem organizados durante o novo regimen.

XVI. Os relatorios, planos e desenhos que houverem servido de base para a concessão de privilegios industriaes.

XVII. Os originaes e cópias authenticas da correspondencia do Governo com o de outra qualquer nação sobre negocios importantes e finlos, mas que devam ser conservados no Archivo para auxilio historico.

XVIII. Os originaes das consultas do extinto Conselho de Estado pleno e das respectivas secções; bem assim os livros, documentos e papeis que tiverem pertencido a outras repartições extinctas, como o Desembargo do Paço, Mesa de Consciencia e Ordens, Conselho da Fazenda, Junta do Commercio, etc., ou às que forem se extinguindo.

XIX. Originaes de cartas régias e provisões do Conselho Ultramarino, e respectivo registro.

XX. Registro da correspondencia e de actos dos antigos governadores de capitánias, bem assim a correspondencia dos vice-reis do Brazil no Rio de Janeiro, de 1763 a 1808.

Parapho unico. Na mesma secção historica haverá armarios especiaes em que, sob a denominação de— *Documentos de familia e de serviços ao Estado*— serão archivados requerimentos e memoriaes antigos que estiverem instruidos com attestados de serviços, patentes, fés de officio, certidões de idade, titulos de nomeações, diplomas de condecorações e mercês, etc. Tambem ali serão archivados os documentos não officiaes que qualquer cidadão queira doar ao Archivo ou apenas nelle depositar, relativos á genealogia, biographia e serviços ao Estado prestados por si ou por seus antepassados, quer como simples particulares, quer em cargos publicos, civis, militares ou ecclesiasticos. Todos esses documentos poderão ser consultados pelo publico; mas, dos de familia, que apenas forem depositados, não se poderá dar certidão sinão a quem provar pertencer á familia respectiva.

Art. 7.º Na bibliotheca do Archivo haverá, além da collecção impressa da legislação patria, obras sobre direito publico, administração, historia e geographia, principalmente do Brazil.

De todas as obras que sobre taes assumptos se imprimirem na Imprensa Nacional, o administrador desta remetterá um exemplar. Para ella tambem serão remettidas pelo director da Bibliotheca Nacional as obras que sobre archivos publicos estrangeiros houver recebido em virtude de tratados ou convenções para permutas internacionaes.

Art. 8.º Na mappotheca do Archivo estarão devidamente classificados os atlas, mappas, planos, plantas, cartas geographicas, hydrographicas e outras, antigos e modernos, relativos ao Brazil.

De qualquer trabalho desta ordem que se lithographar em officinas ou estabelecimentos publicos da Republica será remettido um exemplar á mappotheca.

Art. 9.º No museo historico haverá :

I. Uma collecção das medalhas que tenham sido ou forem sendo cunhadas para commemorar acontecimentos patrios ou quaesquer factos importantes, ou para premio de serviços relevantes.

II. Uma collecção das moedas do Brazil, quer metallicas, quer em papel, que tenham sido ou venham a ser emittidas, bem como o modelo das apolices do Governo; e tambem uma collecção de padrões de pesos e medidas, antigos e modernos.

III. Um modelo ou exemplar das patentes, cartas e diplomas impressos ou lithographados, expedidos por estabelecimentos publicos ou officialmente autorizados para se conferirem titulos, grãos scientíficos e litterarios, e premios.

IV. Collecção de figurinos, quer representativos do trajar e usos da população civilisada ou selvagem, quer das vestimentas e fardas de funcionarios civis e militares, antigos e modernos.

illegíveis ou damnificados serão restaurados por meio de traslados fieis, que serão revestidos das necessarias solemnidades para sua authenticidade.

Art. 23. Não será permittido a pessoa alguma extranha ao Archivo, ainda que seja funcionario publico, penetrar na sala de trabalho dos empregados, nem nas em que se acharem archivados os documentos, livros, etc. ; e quem precisar fallar com algum empregado, o fará na sala de recepção.

O director designará um dia na semana, no qual, de 1 ás 3 horas da tarde, e mediante prévia licença por escripto, possa ser visitado o Archivo, e será o visitante acompanhado pelo director ou por quem este designar.

Art. 24. Em sala apropriada e nos dias designados, será franqueado ás pessoas, que o tiverem solicitado com razoavel antecedencia, o exame ou leitura de documentos, livros, mappas e catalogos do Archivo, á excepção dos que tiverem a nota de — reservados —, que só poderão ser consultados mediante autorisação expressa do ministro.

Em instrucções especiaes se providenciará sobre o modo do pedido para a consulta, admissão dos consultantes, meios adequados para preservar de qualquer accidente os papeis, livros e mappas que lhes forem confiados, e sobre a regularidade do serviço da sala de leitura.

Art. 25. A ninguem é licito tirar cópia nem publicar, sem expresso consentimento do director, os documentos ineditos alli depositados.

Os que o fizerem incorrerão nas penas do Codigo Penal que lhes forem applicaveis.

O consentimento será dado com as cautelas que parecerem necessarias; e, além disto, a pessoa a quem for permittida a publicação, ficará obrigada a dar ao Archivo Publico tres exemplares, pelo menos, do impresso.

Art. 26. Serão dadas, a quem as pedir, certidões dos documentos existentes no Archivo, exceptuados os de caracter reservado ; e não serão passadas sem que o interessado satisfaça previamente o sello, calculado por modo approximado, e que será completado, ou restituído o excesso depois de passada a certidão.

§ 1.º São isentas de tal pagamento as buscas, certidões e cópias : 1º, quando, por interesse do serviço publico, forem solicitadas pelas secretarias de estado, chefes de repartições publicas, e funcionarios publicos em razão de seu emprego ; 2º, quando por interesse scientifico ou litterario, devidamente especificado e provado, forem pedidas por particulares.

§ 2.º As certidões para terem authenticidade deverão conter a declaração de haverem sido conferidas pelo chefe da secção competente, a assignatura por extenso do director sobre a estampilha do sello e a apposição das armas da Republica.

Art. 27. Todo documento, maço, caixa ou livro que for tirado de seu logar, quer para o serviço das secções, quer para a sala de leitura, será immediatamente substituído por um cartão, datado e rubricado, com a nota do que se tira e para onde ; e será reco-

lhido e entregue ao chefe da respectiva secção, quando o documento for restituído ao lugar de que sahiu.

Art. 28. E' absolutamente prohibido retirar do Archivo documento ou livro, salvo á requisição de repartições publicas, em virtude de ordem expressa do ministro e por tempo determinado, especificando-se a natureza e o numero dos papeis ou livros que devam ser entregues; e não se effectuará a entrega sem que primeiro sejam carimbados com o sinete do Archivo em diversas folhas.

A pessoa, a quem por ordem do ministro for contiado qualquer documento ou livro, passará recibo em livro proprio, e se sujeitará a todas as medidas de segurança que forem exigidas, e, no caso de extravio, ás penas do Codigo Penal que forem applicaveis á especie.

CAPITULO III

EMPREGADOS DO ARCHIVO

Art. 29. O quadro effectivo dos empregados do Archivo Publico constara de :

- 1 director;
- 2 chefes de secção;
- 3 archivistas (um dos quaes servirá de secretario);
- 3 sub-archivistas (um dos quaes será ajudante do secretario);
- 1 porteiro;
- 1 continuo.

Art. 30. Serão nomeados por decreto o director, os chefes de secção e os archivistas; e por portaria do ministro os demais empregados.

§ 1.º A nomeação do director será de livre escolha do Governo.

§ 2.º A dos chefes de secção e dos archivistas será dependente de accesso, em que prevalecerá o merecimento, e em igualdade de circumstancias, a antiguidade, precedendo, porém, informações do director sobre o merito e aptidão dos empregados. Havendo duas vagas de chefes de secção, uma será sempre preenchida por accesso dentre os archivistas, podendo para a outra ser nomeado cidadão de boa reputação moral e litteraria, e que se tenha distinguido por publicações historicas.

§ 3.º A' dos sub-archivistas precederá concurso, no qual os candidatos, depois de provarem que teem, pelo menos, 18 annos de idade o bom procedimento civil e moral, mostrar-se-hão habilitados em — grammatica e lingua nacional; arithmetica até á theoria das proporções, inclusive; elementos de chronologia, de historia e geographia geral, e chorographia e historia do Brazil; traducção da lingua franceza e da ingleza para a nacional; e em calligraphia e cópia de manuscriptos antigos; em redacção de peças officiaes e em noções de direito publico e administrativo.

O processo dos concursos será regido por instrucções expedidas pelo Governo, sobre proposta do director.

Depois que houver a aula de diplomatica, ninguem poderá entrar em concurso para sub-archivista sem ter cursado a dita aula.

§ 4.º O porteiro será nomeado pelo ministro, procedendo proposta do director, a quem fica competindo a nomeação e demissão do continuo.

Art. 31. Opportunamente haverá no Archivo um paleographo.

Art. 32. O emprego de paleographo será exercido pelo professor da aula de diplomatica. Na falta deste, o Governo, em qualquer caso de necessidade, providenciará como for mais conveniente.

Art. 33. No que se refere a licenças, demissões, aposentadorias, faltas e penas disciplinares dos empregados do Archivo, observar-se-hão as disposições que vigorarem a respeito dos empregados da secretaria de estado.

Art. 34. Nas horas regulamentares é-lhes prohibido occuparem-se de trabalhos que não sejam os de seu emprego; e são responsaveis por quaesquer extravios ou damnos nos serviços a seu cargo.

Art. 35. Não podem, seja qual for o pretexto, levar para fóra do Archivo livro de registro, maço de documentos, nem mesmo um só documento; tambem não poderão organisar para si ou para outrem collecção de assignaturas autographas, de sellos, ou de quaesquer peças do Archivo.

Art. 36. Todo empregado é obrigado a repór ou mandar repór no lugar de que foi tirado para consulta, exame ou qualquer trabalho, o documento, livro, maço ou caixa, apenas houver acabado essa consulta, exame ou trabalho.

Art. 37. Além de incorrerem nas penas do Coligo Penal que lhes forem applicaveis, serão demittidos os empregados que revelarem o assumpto de papeis reservados, existentes no Archivo, ou subtrahirem ou extraviarem qualquer documento pertencente ao mesmo.

Art. 38. Ao director, que é o chefe do estabelecimento, compete:

I. Dirigir e fiscalisar os trabalhos do Archivo, para cujo melhoramento tomará as providencias que estiverem a seu alcance, e proporá ao ministro as medidas que julgar convenientes.

II. Promover a remessa para o Archivo, de todos os documentos que neste devam ser recolhidos, reclamando-os officialmente por si, ou por intermedio do ministro, para o que poderá corresponder-se com todos os funcionarios publicos.

III. Ter relações officiaes com os directores de iguaes estabelecimentos nos outros paizes, e procurar obter delles, por meio de troca, precedendo autorisação do ministro, originaes ou cópias authenticas dos documentos de que trata o art. 14.

IV. Propór ao ministro as pessoas que devam servir de agentes auxiliares, quer no Districto Federal, quer nos Estados da União, na fórma do art. 15.

V. Agradecer, por si e em nome do Governo, as offertas de documentos e outros objectos feitas ao Archivo; e mandar publicar pela imprensa, mencionando tambem no seu relatorio annua, o nome do offertante e a qualidade da offerta.

VI. Dar posse aos empregados da repartição, tomando-lhes o compromisso de bem servirem seus empregos, e assignando o respectivo termo.

VII. Designar as secções em que devam servir os empregados, podendo removel-os de uma para outra, conforme a necessidade e conveniencia do serviço; e escolher um dos archivistas para secretario e um sub-archivista para ajudante do mesmo.

VIII. Conceder-lhes licença (do que dará parte ao ministro) até 15 dias com ordenado sómente, e até 20 dias sem vencimento algum.

IX. Ter sob sua inspecção o livro do ponto dos empregados; justificar ou não suas faltas; assignar e remetter a folha mensal respectiva ao Thesouro Federal e ao ministro.

X. Impôr aos empregados as penas disciplinares em que elles houverem incorrido, e representar ao ministro contra os que se acharem no caso do art. 36.

XI. Ordenar, dentro da quota distribuida na tabella que lhe for remettida pelo Ministerio, as despesas com o expediente, asseio da repartição, e as autorisadas por outras consignações.

XII. Mandar, não havendo inconveniente, dar as cópias ou certidões requeridas, e tirar os traslados de que trata o art. 22, e authentical-os com a sua assignatura, depois de conferidos pelo competente chefe de secção.

XIII. Prescrever, com os chefes de secção, em conferencia, todas as medidas geraes concernentes à organização das respectivas secções, à classificação dos documentos e à confecção de inventarios.

XIV. Propôr ao ministro, quando houver necessidade, a admissão temporaria de auxiliares que ajudem os archivistas nos trabalhos de classificação e de inventarios, ou de copistas para os trabalhos de restauração de documentos damnificados.

XV. Dirigir as *Publicações do Archivo Publico*, em que se transcreverão documentos ineditos interessantes, trabalhos historicos dos empregados da repartição, catalogos, indices dos respectivos documentos, etc.

XVI. Apresentar ao ministro, até ao ultimo dia de fevereiro, um relatorio do movimento do Archivo no anno anterior, quer quanto às aquisições feitas, quer quanto aos trabalhos executados ou em andamento, propondo as medidas ou providencias que julgar necessarias ou convenientes. Esse relatorio será acompanhado do orçamento das despesas da repartição no anno financeiro seguinte.

XVII. Exercer quaesquer outras attribuições que lhe couberem por este regulamento, e mais disposições em vigor.

Art. 39. O director será substituido em seu impedimento excedente a 10 dias pelo chefe de secção que por elle for indicado

ao Governo, e no impedimento menor de dez dias ou na falta de designação, pelo chefe de secção mais antigo.

Art. 40. O director residirá no edificio do Archivo, quando nelle houver os commodos necessarios.

Art. 41. Os chefes de secção dirigirão as respectivas secções, segundo as instrucções do director, perante quem, como taes, são os unicos responsaveis pelo serviço dellas.

Art. 42. Por emquanto, cada chefe de secção terá para auxilial-o nos trabalhos de que ficarem encarregados um archivista e um sub-archivista, sobre os quaes terá superintendencia, e representará ao director a respeito das faltas de cumprimento de deveres por parte dos mesmos.

Art. 43. Compete aos chefes de secção:

I. Conservar, classificar e inventariar os documentos e papeis existentes no Archivo, e mandar collocal-os em seus devidos logares, procedendo do mesmo modo quanto aos que forem sendo recebidos.

II. Distribuir, como julgar conveniente, os trabalhos entre os archivistas e sub-archivistas.

III. Dirigir a organização dos inventarios, catalogos e indices.

IV. Fazer ou mandar fazer a busca dos documentos pedidos para consulta na sala da leitura, ou de que se pedirem certidões ou cópias; conferir e encerrar as ditas cópias e certidões para serem authenticadas pelo director;

V. Tomar notas, em livro especial, de qualquer documento encontrado na marcha de seus trabalhos que possa servir de auxilio á historia do Brazil, e exigir que tambem o façam os empregados de sua secção.

VI. Prestar e requisitar das outras secções esclarecimentos sobre materia de serviço.

VII. Fazer lançar em livros proprios, e com toda a clareza, a entrada e sahida de documentos e papeis de suas secções.

VIII. Fazer ver annualmente ao director, afim de serem inutilizados ou vendidos, quaes os papeis inteiramente superfluos, como cartas ou officios sem nenhum interesse, cópias em duplicata, folhas em branco, e os de natureza que, depois de certo lapso de tempo, perderam todo valor.

IX. Fornecer bi-mensalmente ao director, ou quando por este lhes for exigido, uma nota dos trabalhos executados e dos que se acharem em andamento em suas secções.

X. Apresentar até 31 de janeiro, afim de servir de base ou elemento para o relatório annual do director, uma exposição circumstanciada do movimento de suas secções no anno anterior, especificando os trabalhos effectuados e suggerindo as medidas ou providencias que convenham ao respectivo serviço.

Art. 44. Os chefes de secção serão substituidos em seus impedimentos pelos respectivos empregados.

Art. 45. Aos archivistas e sub-archivistas compete:

I. Executar os trabalhos que lhes forem distribuidos pelos respectivos chefes de secção, sem cuja permissão não poderão retirar-se antes da hora regulamentar.

II. Tirar as certidões e cópias que tenham de ser conferidas pelos chefes de secção.

III. Chamar a attenção do seu chefe para os documentos que encontrarem precisando de precauções especiaes para sua conservação, ou necessitando de restauração por cópia.

Art. 46. O serviço dessa restauração ou traslado de que trata o art. 22 será de preferencia executado pelos sub-archivistas.

Art. 47. Os sub-archivistas terão a seu cargo a numeração e carimbamento dos documentos, bem como o assignalamento para distincção das tres épocas de que trata o art. 21.

Art. 48. Os archivistas serão substituidos pelos respectivos sub-archivistas.

Art. 49. O secretario será o archivista que for designado pelo director, que tambem designará um dos sub-archivistas para ajudante do secretario.

Ambos serão immediatamente subordinados ao director.

Art. 50. O archivista-secretario terá a seu cargo:

I. A secretaria do Archivo, a bibliotheca, a mappotheca e o museo historico, cujos catalogos trará em dia, com a nota em cada obra, si foi adquirida por compra, donativo ou troca.

II. O serviço da sala de consulta de documentos.

III. A classificação e conservação de todas as leis, decretos, regulamentos e instrucções do Governo, concernentes à criação, organização e serviço do Archivo; todos os relatorios, impressos ou manuscritos, do director ao Governo, e os originaes das exposições annuaes d'elle secretario e dos chefes de secção ao director.

IV. Organisar a folha mensal dos vencimentos dos empregados e dos serventes, conforme tiverem as respectivas faltas sido abonadas ou não pelo director.

V. Fazer a correspondencia do Archivo de conformidade com as instrucções que receber do director, e mandar lavrar pelo sub-archivista e subscrever os termos que compete ao director assignar.

VI. Fazer no *livro de entradas* (art. 18) immediato lançamento dos documentos, livros e quaesquer objectos que venham para o Archivo, e mencionar a respectiva procedencia e destino.

VII. Classificar e guardar, para ser annualmente encadernada, a correspondencia passiva do Archivo.

VIII. Ter sob sua guarda os exemplares das *Publicações do Archivo*, dos relatorios impressos do director, dos regulamentos, instrucções, planos de classificação, etc., mencionando em livro especial as respectivas entradas e distribuições.

IX. Apresentar ao director, até 31 de janeiro, uma exposição circumstanciada dos trabalhos a seu cargo no anno anterior, suggerindo as medidas que julgar convenientes ao serviço da secretaria.

X. Organisar, em vista dessa sua exposição e das dos chefes de secção (art. 43, § 10), o esboço do relatorio que o director tem de apresentar ao ministro (art. 33, § 16).

XI. Processar as contas das despesas effectuadas pelo porteiro, e apresentar-as ao director devidamente classificadas, a fim de serem remettidas ao ministro para serem pagas; e dellas tomar nota, de modo que, em qualquer occasião, possa o director saber quanto se tem gasto de cada consignaçoão mencionada na tabella distributiva do orçamento.

Art. 51. O archivista-secretario terá para o auxiliar em seus trabalhos um sub-archivista.

Paragrapho unico. Em seus impedimentos será substituido por esse sub-archivista, ou por algum dos archivistas que o director designar.

Art. 52. Ao porteiro compete:

I. Abrir a repartição às 9 1/2 horas da manhã, e fechala depois que cessarem os trabalhos, às 3 horas da tarde.

II. Cuidar da segurança e asseio da casa, inspecionar o serviço do continuo e serventes, e encerrar-lhes o ponto diario.

III. Fazer o pedido dos objectos necessarios à repartição, e compral-os, depois de autorisação do director, apresentando mensalmente conta documentada da despesa que fizer.

IV. Ter sob sua guarda e responsabilidade os objectos para o expediente e asseio da repartição.

V. Inventariar toda a mobilia, os utensilios e mais objectos da repartição, e cuidar na sua conservação. Desse inventario terá uma cópia o secretario.

VI. Expedir e receber a correspondencia official, tomando nota de uma e de outra em competente protocollo, e entregando immediatamente ao director a que houver recebido.

VII. Receber os requerimentos dirigidos ao director, e lançar no livro da porta os respectivos despachos.

VIII. Fornecer, a quem se apresentar para exame e consulta de documentos, o competente cartão em que inscreva o seu pedido, e transmittil-o immediatamente ao secretario, de cuja resposta dará sciencia ao postulante; e guardará o cartão para, no fim de cada mez, se fazer a estatística das consultas.

IX. Pôr o sello da repartição nos papeis que dependerem dessa formalidade.

X. Impelir que transponha a sua sala para o interior da repartição qualquer pessoa com livro, pasta, rolo de papeis ou outros objectos; guardal-os, mediante uma senha numerada, e restituil-os na sahida, á vista da mesma senha.

Consentirá, porém, que entre com taes objectos quem, delles necessitando para auxilio da consulta ou estudo, obtiver do director ou dos chefes de secção uma guia assignada, declarando os objectos com que poderá entrar e com que poderá sahir.

XI. Guardar todas as chaves das salas e armarios, menos as dos cofres de que tratam os arts. 60 e 61, que estarão sempre em poder do director.

Art. 53. O porteiro será substituído pelo continuo. Residirá no edificio do Archivo, quando nelle houver commodo apropriado.

Art. 54. O continuo, logo que se abrir a repartição, percorrerá as mesas dos empregados, arrumando-as e fornecendo-as do preciso para o expediente.

Compete-lhe a transmissão de recados e papeis dentro da repartição, e auxiliar os sub-archivistas no carimbamento dos documentos.

Paragrapho unico. Poderá o continuo, quando o director determinar, ser incumbido da entrega de algum officio ou papel de mais importancia e que não tenha seguido com a correspondencia ordinaria, entregue ao servente designado pelo mesmo director para as funções de correio.

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 55. O Archivo Publico estará aberto todos os dias uteis, devendo o trabalho do porteiro, do continuo e dos serventes começar ás 9 horas $\frac{1}{2}$ da manhã, e o dos demais empregados ás 10, e terminando ás 3 da tarde, assignando todos, quer na entrada quer na sahida, o livro do ponto. Poderá, porém, o director, em caso de urgencia, prorogar o serviço por mais tempo ou mandar executar qualquer trabalho em horas ou dias exceptuados, na repartição ou fóra della, por quaesquer empregados.

Durante o mez de janeiro estará o Archivo fechado para o publico, devendo satisfazer somente as requisições do Governo. Esse periodo de tempo será aproveitado para varios trabalhos internos, segundo as determinações do director.

Art. 56. A encalernação de documentos importantes não será feita sinão no edificio do Archivo, quando elle dispuzer de logar apropriado para tal fim.

Art. 57. A bibliotheca do Archivo é especialmente destinada ao uso dos empregados e dos consultantes de documentos. Todavia, poderá della utilizar-se quem, para a consulta de alguma obra especial, obtiver licença do director. A ninguem será permittido levar livros para casa, a excepção dos empregados da repartição, preenchidas as formalidades que se estabelecerem.

Art. 58. O director do Archivo poderá, quando entender conveniente, remetter aos archivos publicos estaduais, bem como aos institutos historicos, geographicos ou ethnographicos, cópias authenticas de documentos não extensos que interessem aos respectivos Estados ou a taes sociedades.

Art. 59. Com o fim de promover e desenvolver o estudo da historia patria, o Governo mandará imprimir na Imprensa Nacional a memoria escripta sobre factos historicos do Brazil, que,

mediante programma, concurso e julgamento, for considerada melhor, ficando o autor com a propriedade da obra e com direito à metade da edição, a qual não poderá ser de mais de dous mil exemplares.

Art. 60. Haverá no Archivo um cofre de segurança, cuja chave estará sempre em poder do director, no qual terá este guardados os documentos que julgar de maxima importancia e objectos de grande valor.

Art. 61. Haverá igualmente um cofre, que tambem só poderá ser aberto pelo director, no qual (mediante o donativo de alguma obra ou objecto de aprego historico para a bibliotheca ou museo do Archivo) se guardará o involuero que alguém queira nelle depositar por determinado prazo, contendo alguma memoria ou segredo, para opportunamente ser retirado por si ou por pessoa por elle designada.

No mesmo cofre será guardado o necessario protocollo para os termos do deposito e do levantamento.

Art. 62. O plano geral da classificação de documentos, com as suas divisões e sub-divisões, será exemplificado em um quadro synoptico ordenado pelo director do Archivo, que formulará tambem o plano de organização da bibliotheca, da mappotheca e do museo historico.

Art. 63. Os vencimentos annuaes dos empregados do Archivo constam da tabella annexa, considerando-se dous terços como ordenado e um terço como gratificação.

Art. 64. Dentro dos limites da competente consignação orçamentaria, haverá os serventes que forem necessarios; e serão admittidos e despedidos livremente pelo director.

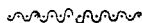
Art. 65. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.— *Fernando Lobo.*

Tabella dos vencimentos annuaes dos empregados do Archivo Publico Nacional, a que se refere o art. 63 do regulamento annexo ao decreto n. 1589 desta data

Director.....	9:000\$000
Chefe de secção.....	6:000\$000
Archivista.....	4:800\$000
Sub-archivista.....	3:600\$000
Porteiro.....	2:400\$000
Continuo.....	1:600\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.— *Fernando Lobo.*



DECRETO N. 1581 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Fazenda o credito de 170:000\$000 para o serviço de —
encommendas de notas — da rubrica — Caixa de Amortisação — do actual
exercício.

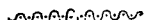
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
usando da autorisação que lhe confere o art. 10 da lei n. 126 B,
de 21 de novembro do anno passado, e attendendo á insuffi-
ciencia do credito votado no § 11 do art. 7º da mesma lei para
o pagamento de — encommendas de notas —, resolve abrir á
mesma consignação, o credito supplementar de 170:000\$000.

O Ministro e Secretario dos Negocios da Fazenda assim o faça
executar.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1582 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Fixa o numero, classe e vencimentos dos empregados do Thesouro Federal,
Tribunal de Contas, Caixa de Amortisação, Casa da Moeda, Alfandegas do
Rio de Janeiro e dos Estados, e Delegacias Fiscaes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
usando da autorisação que lhe foi conferida nos ns. 8, 9, 11, 12,
13 e 15 do art. 7º da lei n. 191 B, de 30 de setembro de 1893,
que fixou a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do
Brazil para o exercício de 1894,

Decreta :

Art. 1.º O numero, classe e vencimentos dos empregados do
Thesouro Federal, Tribunal de Contas, Caixa de Amortisação,
Casa da Moeda, Alfandegas do Rio de Janeiro e dos Estados, e
Delegacias Fiscaes, será, a partir do dia 1 de janeiro de 1894 em
deante, o fixado e constante das tabellas A, B, C, D, E, F, G, H,
I, J, K, L, M, N, O, P, Q, R, S, T e U, que a este acompanham.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça
executar.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.

A

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados do Thesouro Federal, do Gabinete do Ministro e da Delegacia do Thesouro em Londres

PERSONAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
	Ministro		21:000\$000		21:000\$000
3	Directores.....	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000	33:000\$000
4	Sub-directores.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	33:000\$000
2	Officiaes do contencioso...	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	12:000\$000
30	Primeiros escripturarios...	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	180:000\$000
25	Segundos ditos.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	120:000\$000
25	Terceiros ditos.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	90:000\$000
15	Quartos ditos	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	33:000\$000
1	Thesoureiro.....	6:000\$000	1:000\$000	10:000\$000	10:000\$000
3	Fieis.....	3:000\$000	1:500\$000	4:500\$000	13:500\$000
1	Pagador.....	1:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
4	Fieis.....	2:500\$000	1:400\$000	4:000\$000	16:000\$000
1	Cartorario.....	3:200\$000	1:800\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Ajudante.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Porteiro.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Ajudante.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
15	Continuos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	32:000\$000
4	Correios.....	1:200\$000	700\$000	2:000\$000	8:000\$000
137	GABINETE DO MINISTRO				
1	Official de gabinete.....		2:400\$000		2:400\$000
2	Auxiliares.....		1:500\$000		3:000\$000
	DELEGACIA EM LONDRES				
1	Delegado.....		6:000\$000		6:000\$000
2	Escripturarios.....		3:000\$000		6:000\$000
	GRATIFICAÇÃO ESPECIAL				
	Aos empregados da Thesouraria.....		3:200\$000		3:200\$000
	Aos empregados da Pagadoria.....		6:000\$000		6:000\$000
					634:400\$000

B

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados do Tribunal de Contas

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DO EMPREGO	TOTAL DA CLASSE
1	Presidente	8:000\$000	6:000\$000	14:000\$000	14:000\$000
4	Directores.....	8:000\$000	4:000\$000	12:000\$000	48:000\$000
3	Sub-directores.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	27:000\$000
1	Secretario.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	9:000\$000
14	Primeiros escripturarios...	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	84:000\$000
14	Segundos ditos.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	67:200\$000
16	Terceiros ditos.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	57:600\$000
1	Cartorario.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Ajudante.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
4	Continuos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	8:000\$000
59					320:800\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.— *Felisbello Freire.*

C

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da
Caixa de Amortisação

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	6:00\$000	4:00\$000	10:00\$000	41:00\$000
2	Chefes de secção.....	4:00\$000	2:00\$000	6:00\$000	42:00\$000
3	Primeiros escripturarios.....	3:20\$000	1:60\$000	4:80\$000	49:20\$000
4	Segundos ditos.....	2:40\$000	1:20\$000	3:60\$000	44:40\$000
4	Tercceiros ditos.....	1:60\$000	80\$000	2:40\$000	9:60\$000
3	Quartos ditos.....	1:30\$000	70\$000	2:00\$000	6:00\$000
1	Thesoureiro.....	4:80\$000	2:40\$000	7:20\$000	7:20\$000
5	Fieis.....	2:60\$000	1:40\$000	4:00\$000	20:00\$000
1	Corretor.....	4:00\$000	2:00\$000	6:00\$000	6:00\$000
3	Ajudantes.....	2:60\$000	1:40\$000	4:00\$000	42:00\$000
5	Conferentes.....	2:60\$000	1:40\$000	4:00\$000	20:00\$000
1	Archivista.....	1:60\$000	80\$000	2:40\$000	2:40\$000
3	Carinhadores.....	1:20\$000	60\$000	1:80\$000	5:40\$000
1	Porteiro.....	2:00\$000	1:00\$000	3:00\$000	3:00\$000
1	Continuo.....	1:20\$000	60\$000	1:80\$000	1:80\$000
33					419:00\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.— *Felishello Freire.*

D

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da
Casa da Moeda

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Director.....	6:000\$000	4:000\$000	10:000\$000	10:000\$000
1	Primeiro escriptuario.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Segundo dito.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Terceiro dito.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
2	Quartos ditos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	4:000\$000
1	Thesoureiro.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Fiel.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Porteiro.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Continuos.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	3:600\$000
PESSOAL DAS OFFICINAS					
1	Fiel das balanças.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Chefe do laboratorio chimico..	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
4	Ensaiaadores.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	12:000\$000
1	Chefe da officina de fundição..	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
2	Ajudantes.....	1:800\$000	900\$000	2:700\$000	5:400\$000
1	Chefe da officina de machinas..	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
2	Ajudantes.....	1:800\$000	900\$000	2:700\$000	5:400\$000
1	Chefe da officina de gravura..	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
3	Gravadores.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	9:000\$000
1	Chefe da officina de laminação..	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
2	Ajudantes.....	1:800\$000	900\$000	2:700\$000	5:400\$000
1	Chefe da officina de estamparia..	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
1	Ajudante.....	1:800\$000	900\$000	2:700\$000	2:700\$000
1	Chefe da officina de xilographia	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
2	Desenhistas.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	4:800\$000
1	Chefe da officina de afinação..	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
35					110:500\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.— Felisberto Freire.

E

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega do Rio de Janeiro

PERSONAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	7:200\$000	7:200\$000	14:400\$000	11:400\$000
1	Ajudante.....	5:100\$000	4:200\$000	9:600\$000	9:600\$000
3	Chefes de secção.....	4:800\$000	3:800\$000	8:600\$000	25:800\$000
24	Conferentes.....	4:200\$000	3:400\$000	7:600\$000	182:400\$000
12	Primeiros escripturarios..	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	72:000\$000
30	Segundos ditos.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	444:00\$000
32	Terceiros ditos.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	155:200\$000
20	Quartos ditos.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	48:000\$000
1	Thesoureiro.....	4:000\$000	3:200\$000	7:200\$000	7:200\$000
4	Fieis.....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	16:000\$000
1	Guarda-mór.....	4:800\$000	4:200\$000	9:000\$000	9:000\$000
2	Ajudantes.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	12:000\$000
1	Porteiro.....	3:600\$000	1:200\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Ajudante.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
10	Continuos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	20:000\$000
1	Administrador das Capatazias.....	4:000\$000	3:200\$000	7:200\$000	7:200\$000
2	Ajudantes.....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	8:000\$000
16	Fieis de armazem.....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	64:000\$000
132	Fieis do thesoureiro, extraordinarios.....	3:600\$000	3:600\$000	762:600\$000
	GRATIFICAÇÕES ESPECIAES				
	Aos ajudantes do guarda-mór por serviço de barca.....	900\$000	4:800\$000
					775:200\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.—Felisberto Freire.

F

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das
Alfandegas da Bahia e Pernambuco

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	9:000\$000
3	Chefes de secção.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	17:000\$000
8	Conferentes.....	3:800\$000	1:800\$000	5:600\$000	44:800\$000
8	Primeiros escripturarios.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	38:400\$000
15	Segundos ditos.....	2:600\$000	1:300\$000	4:000\$000	60:000\$000
15	Terceiros ditos.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	35:000\$000
15	Quartos ditos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	28:000\$000
1	Guarda-mão.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Ajudante.....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
1	Thesoureiro.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Fieis.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	4:800\$000
1	Porteiro.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Ajudante.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	2:000\$000
6	Continuos.....	800\$000	400\$000	1:200\$000	7:200\$000
1	Administrador de Capatazias.....	3:600\$000	1:800\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
7	Fieis de armazem.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	21:000\$000
86					207:200\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.— *Felisbello Freire.*

G

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da
Alfandega do Pará

PERSONAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	9:000\$000
2	Chefes de secção.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	18:000\$000
3	Conferentes.....	3:800\$000	1:800\$000	5:600\$000	44:800\$000
4	Primeiros escripturarios.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	38:400\$000
5	Segundos ditos.....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	60:00\$000
6	Terceros ditos.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	31:000\$000
7	Quartas ditos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	28:000\$000
8	Guarda-nota.....	1:000\$000	2:600\$000	6:000\$000	6:000\$000
9	Ajudante.....	2:500\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
10	Escrivão.....	1:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
11	Fiel.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	4:800\$000
12	Porteiro.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
13	Ajudante.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
14	Continuos.....	800\$000	400\$000	1:200\$000	7:200\$000
15	Administrador das Capatazias.....	3:600\$000	1:800\$000	5:400\$000	5:400\$000
16	Ajudante.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
17	Fiel de armazem.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	21:000\$000
83					237:000\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893. — *Felisberto Freire.*

H

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega de Santos

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	6:000\$000	3:000\$000	9:000\$000	9:000\$000
2	Chefes de secção.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	12:000\$000
3	Conferentes.....	3:800\$000	1:800\$000	5:600\$000	44:800\$000
10	Primeiros escripturarios..	5:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	48:000\$000
12	Segundos ditos.....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	48:000\$000
12	Terceiros ditos.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	28:800\$000
12	Quartos ditos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	24:000\$000
1	Guarda-mór.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
1	Ajudante.....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
1	Thesoureiro.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Fieis.....	1:000\$000	800\$000	2:400\$000	4:800\$000
1	Porteiro.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
4	Continuos.....	800\$000	400\$000	1:200\$000	4:800\$000
1	Administrador das Capata- zias.....	3:600\$000	1:800\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Ajudante.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
10	Fieis de armazem.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	30:000\$000
79					282:200\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1913.— *Felisbello Freire.*

I

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega da cidade de Porto Alegre

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	7:200\$000
2	Chefes de seção.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	12:000\$000
4	Conferentes.....	3:800\$000	1:800\$000	5:600\$000	22:400\$000
4	Primeiros escripturarios.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	19:200\$000
10	Segundos ditos.....	2:500\$000	1:200\$000	3:700\$000	37:000\$000
8	Terceiros ditos.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	19:200\$000
8	Quartos ditos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	16:000\$000
1	Guarda-mór.....	3:300\$000	1:700\$000	5:000\$000	5:000\$000
1	Thesoureiro.....	3:700\$000	1:800\$000	5:500\$000	5:500\$000
2	Fiel.....	1:500\$000	800\$000	2:300\$000	11:800\$000
1	Pagador da Pagadoria Central.....	2:300\$000	1:500\$000	4:000\$000	4:000\$000
1	Fiel.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Porteiro.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
2	Confiantes.....	700\$000	300\$000	1:000\$000	2:000\$000
1	Administrador das Capatazias.....	2:400\$000	1:600\$000	4:000\$000	4:000\$000
3	Fiel de armazem.....	1:200\$000	700\$000	2:000\$000	6:000\$000
50					163:000\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1833.— *Polisbello Netto.*

J

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Alfandega do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	7:200\$000
2	Chefes de secção	3:300\$000	1:700\$000	5:000\$000	10:000\$000
5	Conferentes.....	3:000\$000	1:600\$000	4:600\$000	23:000\$000
4	Primeiros escripturarios.....	2:600\$000	1:100\$000	3:700\$000	16:000\$000
4	Segundos ditos.....	2:100\$000	1:200\$000	3:300\$000	14:100\$000
6	Terceiros ditos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	12:000\$000
6	Quartos ditos.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	9:000\$000
1	Guarda-mór.....	3:300\$000	1:700\$000	5:000\$000	5:000\$000
1	Ajudante	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Thesoureiro.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Fieis.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	10:000\$000
1	Porteiro	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
2	Continuos	700\$000	300\$000	1:000\$000	2:000\$000
1	Administrador das Capatazias	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
4	Fieis de armazem.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	8:000\$000
41					125:000\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1933. — *Publicado*

K

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados
da Alfandega do Maranhão

PERSONAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000	7:200\$000
2	Chefes de secção.....	3:300\$000	1:700\$000	5:000\$000	10:000\$000
5	Conferentes.....	3:000\$000	1:000\$000	4:000\$000	23:000\$000
5	Primeiros escripturarios.....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	20:000\$000
6	Segundos ditos.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	21:600\$000
8	Terceiros ditos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	16:000\$000
8	Quartos ditos.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	12:000\$000
1	Guarda-mór.....	3:200\$000	1:700\$000	5:000\$000	5:000\$000
1	Ajudante.....	1:700\$000	800\$000	2:500\$000	2:500\$000
1	Thesoureiro.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Fieis.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	4:000\$000
1	Porteiro.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
2	Continuos.....	700\$000	300\$000	1:000\$000	2:000\$000
1	Administrador das Capatazias.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
4	Fieis de armazem.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	8:000\$000
46					112:700\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1891. — Felisbello Freire.

L

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da
Alfandega do Ceará

PERSONAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Chefes de secção.....	3:300\$000	1:700\$000	5:000\$000	10:000\$000
4	Conferentes.. ..	3:000\$000	1:500\$000	4:500\$000	18:000\$000
4	Primeiros escripturarios.....	2:000\$000	1:400\$000	4:000\$000	16:000\$000
6	Segundos ditos.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	18:000\$000
8	Terceiros ditos.....	1:000\$000	800\$000	1:800\$000	14:400\$000
8	Quartos ditos.....	800\$000	400\$000	1:200\$000	9:600\$000
1	Guarda-mór.....	3:300\$000	1:700\$000	5:000\$000	5:000\$000
1	Thesoureiro.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
2	Fieis.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	4:000\$000
1	Porteiro.....	1:600\$000	500\$000	2:500\$000	2:500\$000
2	Contínuos.....	600\$000	300\$000	900\$000	1:800\$000
1	Administrador das Capatazias.	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
3	Fieis de armazem.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	6:000\$000
44					119:700\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.—*Felishell, Freire.*

M

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das Alfandegas de Maceió e Manáos

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Chefes de seção.....	3:300\$000	1:700\$000	5:000\$000	10:000\$000
2	Conferentes.....	3:000\$000	1:500\$000	4:500\$000	9:000\$000
2	Primeiros escripturarios....	2:000\$000	1:500\$000	4:000\$000	8:000\$000
5	Segundos ditos.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	15:000\$000
6	Terceiros ditos.....	1:200\$000	500\$000	1:800\$000	10:800\$000
6	Quartos ditos.....	900\$000	300\$000	1:200\$000	7:200\$000
1	Guarda-mór.....	3:200\$000	1:700\$000	5:000\$000	5:000\$000
1	Thesourario.....	2:000\$000	1:500\$000	4:000\$000	4:000\$000
2	Fieis.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	4:000\$000
1	Porteiro.....	1:500\$000	500\$000	2:500\$000	2:500\$000
2	Continuos.....	600\$000	300\$000	900\$000	1:800\$000
1	Administrador de Capatazias..	2:500\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Fiel de armazem.....	1:200\$000	500\$000	1:800\$000	1:800\$000
33					88:700\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1911. — *Antônio Freire*.

N

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das Alfandegas da Parahyba, Espirito Santo, Santa Catharina, Uruguayana, Paranaguá e Corumbá

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
6	Primeiros escripturarios.....	2:400\$000	1:100\$000	3:200\$000	19:200\$000
8	Segundos dito....	1:500\$000	800\$000	2:400\$000	19:200\$000
1	Thesoureiro.....	2:600\$000	1:400\$000	4:000\$000	4:000\$000
1	Fiel.....	1:400\$000	800\$000	2:200\$000	2:200\$000
1	Porteiro e cartorario.....	1:600\$000	900\$000	2:500\$000	2:500\$000
1	Continuo.....	560\$000	250\$000	810\$000	840\$000
1	Administrador de Capatazias..	1:800\$000	1:000\$000	2:800\$000	2:800\$000
1	Fiel de armazem.....	1:000\$000	600\$000	1:600\$000	1:600\$000
21					58:340\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1833. — *Felipe de Freitas*.

0

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das
Alfandegas de Aracajú, Rio Grande do Norte e Penedo

PERSONAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Inspector.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
5	Primeiros escripturarios.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	15:000\$000
7	Segundos ditos.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	14:000\$000
1	Thesoureiro.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Fiel.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	1:800\$000
1	Porteiro e cartorario.....	1:400\$000	800\$000	2:200\$000	2:200\$000
1	Continuo.....	480\$000	240\$000	720\$000	720\$000
17					42:120\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1933.— *Felisbello Freire.*

P

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da
Delegacia Fiscal em S. Paulo

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICACÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Delegado.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000	6:000\$000
2	Primeiros escripturarios.....	3:200\$000	1:500\$000	4:800\$000	9:600\$000
2	Segundos ditos.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	7:200\$000
2	Terceiros ditos.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	4:800\$000
2	Quartos ditos.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	3:600\$000
1	Thesoureiro.....	3:600\$000	1:800\$000	5:400\$000	5:400\$000
1	Fiel.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Cartorario.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Porteiro.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
2	Continuos.....	800\$000	400\$000	1:200\$000	2:400\$000
15					46:200\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.— *Felisbello Freire.*

Q

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados
da Delegacia Fiscal em Minas Geraes

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Delegado.....	3:000\$000	2:000\$000	5:000\$000	5:000\$000
1	Primeiro escriptuario....	3:000\$000	1:600\$000	4:600\$000	4:600\$000
1	Segundo dito.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Tercero dito.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	1:800\$000
2	Quarto dito.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	3:000\$000
1	Thesoureiro.....	3:000\$000	1:800\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Porteiro e cartorario....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	2:000\$000
1	Continuo.....	700\$000	300\$000	1:000\$000	1:000\$000
9					25:200\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.— *Enchilado, P. P. P.*

R

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados da Delegacia Fiscal em Cuyabá

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Delegado.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Primeiro escriptuario....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
1	Segundo dito.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	1:800\$000
1	Terceiro dito.....	1:000\$000	600\$000	1:600\$000	1:600\$000
1	Thesoureiro.....	2:400\$000	1:100\$000	3:200\$000	3:200\$000
1	Porteiro e cartorario....	1:000\$000	600\$000	1:600\$000	1:600\$000
1	Continuo.....	700\$000	300\$000	1:000\$000	1:000\$000
7					16:400\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.— *Felisbello Freire.*

S

Tabella do numero, classe e vencimentos dos empregados das Delegacias Fiscaes em Curityba, Therezina e Goyaz

PESSOAL	EMPREGOS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Delegado.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000	4:800\$000
1	Primeiro escripturario.....	1:300\$000	700\$000	2:000\$000	2:000\$000
1	Segundo dito.....	1:200\$000	600\$000	1:800\$000	1:800\$000
1	Thesoureiro.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000	3:600\$000
1	Porteiro e cartorario.....	1:000\$000	600\$000	1:600\$000	1:600\$000
1	Continuo.....	700\$000	300\$000	1:000\$000	1:000\$000
6					14:800\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.—*Felisbello Freyre.*

T

Tabella do pessoal e vencimentos da Companhia de Guardas e mais empregados da Guarda-moria da Alfandega do Rio de Janeiro.

PESSOAL	EMPREGOS	SOLDO	ADICIONAL	TOTAL DE CADA EMPREGO	TOTAL DE CADA CLASSE
1	Primeiro commandante.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	3:000\$000
1	Segundo dito.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	2:400\$000
6	Sargentos.....	1:266\$366	633\$334	1:900\$000	11:400\$000
180	Guardas.....	1:040\$000	520\$000	1:560\$000	280:800\$000
1	Primeiro patrão.....	2:040\$000	2:040\$000
7	Segundos patrões.....	1:620\$000	11:340\$000
1	Primeiro machinista.....	2:900\$000	2:900\$000
3	Segundos ditos.....	2:400\$000	7:200\$000
6	Foguistas.....	1:440\$000	8:640\$000
100	Marinheiros.....	850\$000	85:000\$000
305					444:720\$000

Os primeiro e segundos patrões, os primeiro e segundos machinistas, foguistas e marinheiros vencerão a diaria correspondente ao vencimento annual acima indicado.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893.—*Felisbello Freire.*

U

Tabela do numero, classe e vencimentos da Força dos Guardas das Alfandegas dos Estados

ALFANDEGAS	Nº	CLASS.	SAL. FIXOS	GUARDAS	TOTAL	COMMANDANTES			SARGENTOS			GUARDAS			TOTAL
						Soldo	Gratificação adicional	Total de cada commandante	Soldo	Gratificação adicional	Total de cada sargento	Soldo	Gratificação adicional	Total de cada guarda	
Santos.....	1	2	0 35	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	1:000\$000	3:000\$000	1:000\$000	800\$000	2:400\$000	1:400\$000	600\$000	2:000\$000	132:600\$000
Bahia.....	1	2	0 51	1:500\$000	800\$000	2:300\$000	800\$000	2:300\$000	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	60:400\$000
Pernambuco ..	1	3	50 51	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	800\$000	2:400\$000	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	800\$000	450\$000	1:250\$000	69:400\$000
Pará.....	1	4	11	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	800\$000	2:400\$000	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	800\$000	450\$000	1:250\$000	53:900\$000
Rio Grande.....	1	1	0 4	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	800\$000	2:400\$000	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	50:750\$000
Uruguayana.....	1	2	15 13	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	800\$000	2:400\$000	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	50:750\$000
Maranhão.....	1	2	18 21	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	800\$000	2:400\$000	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	50:750\$000
Ceará.....	1	2	17 18	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	800\$000	2:400\$000	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	50:750\$000
Porto Alegre.....	1	2	20 23	1:600\$000	800\$000	2:400\$000	800\$000	2:400\$000	1:000\$000	500\$000	1:500\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	50:750\$000
Manoás.....	1	1	16 16	800\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	27:750\$000
Maceió.....	1	1	14 16	800\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	18:000\$000
Parahyba.....	1	1	12 13	800\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	18:000\$000
Santa Catharina.....	1	1	12 13	800\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	18:000\$000
Aracaju.....	1	1	10 11	800\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	18:000\$000
Pernahyba.....	1	1	10 11	800\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	18:000\$000
Corumbá.....	1	1	14 15	800\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	18:000\$000
Paranaguá.....	1	1	10 11	800\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	18:000\$000
Rio Gr. do Norte.....	1	1	8 9	800\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	18:000\$000
Penedo.....	1	1	8 9	800\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	18:000\$000
Espirito Santo.....	1	1	8 9	800\$000	400\$000	1:200\$000	400\$000	1:200\$000	800\$000	400\$000	1:200\$000	750\$000	400\$000	1:150\$000	18:000\$000
															651:600\$000

Capital Federal, 31 de outubro de 1933.— *Felício de Fretes.*

DECRETO N. 1583 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Abre o credito supplementar de 600:000\$ á verba — Exercicios findos — do Ministerio da Fazenda, no corrente exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que o Congresso Nacional encerrou as suas sessões sem ter podido ultimar a concessão dos diversos creditos que lhe foram solicitados para fazer face a despesas imprescindiveis a cargo do Ministerio da Fazenda, no exercicio de 1893, visto serem insufficientes os creditos votados para as respectivas verbas;

E usando da authorisação que foi conferida ao Poder Executivo pelo decreto legislativo n. 36 de 26 de janeiro de 1892, visto achar-se comprehendida parte da despesa, para a qual é aborto o presente credito no art. 1º n. 3, quanto aos pagamentos de que trata o art. 18 da lei n. 3018 de 5 de novembro de 1880, e parte nos fins da tabella annexa ao referido decreto n. 36:

Resolve abrir, nos termos expostos, o credito supplementar de 600:000\$, destinado a occorrer ás despesas com a verba — Exercicios findos — n. 33 da lei de orçamento n. 126 B de 21 de novembro de 1892, sendo esta providencia opportunamente submittida á approvação do Congresso Nacional, nos termos do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850.

O Ministro do Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.



DECRETO N. 1584 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Bom Successo, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca do Bom Successo, no Estado de Minas Geraes, um regimento de cavallaria de guardas nacionaes, com quatro esquadrões e a designação de 66º, o qual

será organizado com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1585 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo.

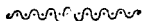
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Santa Cruz do Rio Pardo, no Estado de S. Paulo, um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 85º, que se organizará com os guardas qualificados nos districtos da comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1586 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca do Triumpho, no Estado de Pernambuco

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Triumpho, no Estado de Pernambuco, um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 15º, que será organizado com os guardas qualificados na mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1587 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Quixeramobim, no Estado do Ceará, mais um batalhão de infantaria, com quatro companhias e a designação de 133º, que se organizará com os guardas nacionaes qualificados no municipio de Boa Viagem, da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1588 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Crea mais quatro batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Maranguape, no Estado do Ceará, mais quatro batalhões de infantaria de guardas nacionaes do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 127º, 128º, 129º e 130º, os quaes serão organizados, o primeiro e segundo no municipio de Pacatuba e os outros no de Redempção; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1589 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Crea mais dous batalhões de infantaria do Serviço activo de guardas nacionaes na comarca de Benjamin Constant, no Estado do Ceará

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Benjamin Constant, no Estado do Ceará, mais dous batalhões de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes, com quatro companhias cada um e as designações de 125º e 126º, os quaes serão organisados, o primeiro no municipio de Jaguaribe-mirim e o segundo no do Riacho de Sangue; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1590 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Assaré, no Estado do Ceará.

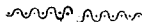
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Assaré, no Estado do Ceará, mais um batalhão de guardas nacionaes do serviço da reserva, com quatro companhias e a designação de 46º, o qual será organisado no municipio de Sant'Anna do Brejo Grande; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1591 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Crea mais dous batalhões de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Icó, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Icó, no Estado do Ceará, mais dous batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 123º e 124º, que se organisarão com os guardas qualificados no municipio do Pereiro, da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1592 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Crea um batalhão de reserva de guardas nacionaes na comarca de Labrea, no Estado do Amazonas.

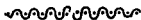
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Labrea, no Estado do Amazonas, um batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 8º, que se organisará com os guardas nacionaes qualificados na mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1593 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Crea um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas.

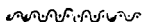
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

Artigo unico, Fica creado na comarca de Parintins, no Estado do Amazonas, um batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 7º, que se organisará com os guardas nacionaes qualificados na mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica,

FLORIANO PEIXOTO,

Fernando Lobo,



DECRETO N. 1593 A — DE 31 DE OUTUBRO DE 1893

Providencia sobre pagamento de despesas da Assistencia de Alienados effectuadas em 1891 e 1892.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que o Congresso Nacional encerrou suas sessões sem ter podido ultimar a concessão de um credito que chegara a ser approved na Camara dos Deputados, solicitado em mensagem de 26 de maio do corrente anno, para pagamento de contas já processadas de despesas realisadas no Hospicio Nacional e nas colonias da Assistencia Medico-Legal de Alienados, durante os annos de 1891 e 1892, época em que a instituição ainda se achava em periodo de organização como repartição publica, e ainda, que tal pagamento não pôde ser adiado por mais tempo, á vista das reclamações dos interessados:

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, o credito extraordinario de 58:204\$726, destinado ao indicado fim, sendo esta providencia submettida opportunamente á approvação do Congresso Nacional.

Capital Federal, 31 de outubro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo,



DECRETO N. 1594 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 110:000\$ para as despesas das rubricas — Ajudas de custo — e — Extraordinarias no exterior—, no exercicio de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, autorizado pelo decreto n. 36 de 26 de janeiro de 1892 e tendo observado o que dispõe o art. 35 do decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, resolve abrir ao Ministerio das Relações Exteriores o credito supplementar de 110:000\$, ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por mil réis, para serem applicados às rubricas — Ajudas de custo — 80:000\$000— e —Extraordinarios no exterior—30:000\$, do orçamento do exercicio de 1893.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores, o faça executar.
Capital Federal, 4 de novembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.

Sr. Vice-Presidente — A 4ª rubrica do orçamento deste Ministerio tem apenas um saldo de 3:750\$, como se vê da demonstração junta, sob n. 1, quantia insufficiente para o pagamento da ajuda de custo do Sr. José Augusto Ferreira da Costa, ultimamente nomeado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em S. Petersburgo, e de outras a que darão lugar nomeações e remoções que tem de ser feitas no Corpo Diplomatico e que talvez sejam necessarias no Consular até ao fim do corrente anno.

O saldo existente na 5ª rubrica é de 1:136\$296, consideradas as despesas effectuadas e aquellas para as quaes já ha ordens, e que tambem se verifica da respectiva demonstração, sob n. 2. Não estando ainda pagos os telegrammas que foram expedidos este anno para o exterior, cuja importancia não é conhecida por não terem sido apresentadas as respectivas contas, e havendo provavelmente necessidade de se expedirem e receberem muitos outros, assim como de se fazerem despesas eventuaes, na época anormal que atravessamos, é indispensavel reforçar a verba respectiva de modo que este Ministerio não se veja em embarracos para providenciar sobre assumpto de ordem superior.

Nestas condições, torna-se urgente a abertura do credito supplementar de 110:000\$ para as despesas das referidas rubricas, sendo 80:000\$ para a verba — Ajudas de custo, e 30:000\$000 para a — Extraordinarias no exterior; e como o Tribunal de Contas, ouvido a tal respeito de accordo com o decreto n. 1166 de 17 de dezembro de 1892, é de parecer que o dito credito pôde

ser legalmente aberto, submetto á vossa assignatura o incluso decreto, que providencia nesse sentido.

Capital Federal, 3 de novembro de 1893.— *Cassiano do Nascimento*.

**Demonstração das despesas da 4ª rubrica — Ajudas de custo —
no exercicio de 1893**

Abril	3	Ao bacharel Arthur Teixeira de Macedo, consul geral de 1ª classe em disponibilidade, para ir à Europa aguardar ordens do Governo.....	3:000\$000
»	»	Aos filhos do finado enviado extraordinario e ministro plenipotenciario Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, para regressarem ao Brazil.....	7:500\$000
Mai	24	Ao bacharel Eleuterio Frazão Muniz Varella, pela nomeação de 2º secretario da Legação na Bolivia.....	3:750\$000
»	»	Ao Dr. Graccho de Sá Valle, pela promoção de 1º secretario da Legação do Mexico.....	3:000\$000
Junho	10	Ao bacharel Antonio Nunes Gomes Pereira, pela nomeação de 2º secretario da Legação em Montevidéo.....	3:750\$000
»	»	Ao bacharel Cypriano Fenelon Guedes Alcoforado Junior, pela remoção da Legação em Montevidéo para a em Buenos-Ayres.....	2:500\$000
»	21	Ao bacharel Raul Franklin Reydner do Amaral, pela nomeação de 2º secretario da Legação em Buenos-Ayres.....	3:750\$000
Julho	1	Ao capitão Joaquim Ferraz do Rego, consul geral de 2ª classe, pela remoção de Valparaíso para Genebra.....	5:000\$000
»	»	Ao Dr. Pedro de Castro Pereira Sodré, consul geral de 2ª classe, pela remoção de Genebra para Valparaíso.....	5:000\$000
Agosto	1	Ao bacharel Francisco Duarte Coelho Badaró, pela nomeação de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario junto a Santa Sé.....	22:500\$000
»	2	Ao bacharel Alfredo Sergio Teixeira de Macedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em disponibilidade, para regressar ao Brazil.....	7:500\$000

Agosto 31	Ao bacharel Francisco Regis de Oliveira, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, pela remoção de S. Petersburgo para Roma....	15:000\$000
Outubro 19	Ao bacharel Alfredo de Moraes Gomes Ferreira, ex-1º secretario da Legação, para regressar ao Brazil.....	1:500\$000
» 25	Ao Dr. Pedro de Castro Pereira Sodré, consul geral em Valparaíso, como complemento da que anteriormente recebera.....	2:500\$000
		<hr/> 86:250\$000
	Credito.....	90:000\$000
		<hr/>
	Reserva.....	3:750\$000
		<hr/>

4ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 1 de novembro de 1893.— O director, *Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro*. — Confere, *Gregorio Pecegueiro do Amaral*. — Conforme, *F. Pinheiro*.

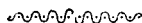
Demonstração das despesas da 5ª rubrica — Extraordinarias no exterior —, no exercicio de 1893

Despesas effectuadas e determinadas :

Gratificações aos inspectores de Consulados Carlos Augusto de Forton Bousquet, Olympio Adolpho de Souza Pitanga e Bento José Lamenha Lins.....	19:784\$942
Despesas de viagem do inspector de Consulados Carlos Augusto de Forton Bousquet e ajuda de custo ao dito Bento José Lamenha Lins.....	4:000\$000
Telegrammas expedidos pelas Legações e Consulados na Europa e America.....	9:536\$107
Imprensa, Legações em Pariz, Londres, Italia, Belgica e Buenos-Ayres.....	19:621\$331
Gratificação a Carlos Girardot por serviços prestados na Legação em Londres.....	1:048\$889
Soccorros e passagens a brazileiros desvalidos, concedidos por diversos Consulados.....	711\$154
Movéis e encadernação da correspondencia e outras despesas da Legação no Paraguay.....	251\$555
Compra de livros, remessa de um caixote e cópias de mappas, feitas em Madrid.....	136\$334
Mudança do Consulado em Odessa.....	130\$364
Alugueis das casas das Legações em Vienna e Montevideo, dirigidas por encarregado de negocios..	1:198\$584

Indemnisação aos banqueiros Guit & C. ^a , proveniente de protestos de saques, etc.....	444\$444
Commissão aos agentes financeiros.....	2:000\$000
	<hr/>
	58:863\$704
Credito.....	60:000\$000
	<hr/>
Reserva.....	1:136\$296
	<hr/>

4.^a Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores
1 de novembro de 1893. — O director, *Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro*. — Confere, *Gregorio Pecegueiro do Amaral*. — Conforme, *F. Pinheiro*.



DECRETO N. 1594 A — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1893

Concede ás famílias das praças de pret do Exército, da Armada, da Guarda Nacional, dos Corpos de Policia, e de outras corporações militarmente organisadas, que fallecerem em combate ou em consequencia de ferimentos nelle recebidos, a percepção do soldo correspondente ao posto respectivo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que é de toda justiça estender ás famílias das praças de pret do Exército, da Armada, da Guarda Nacional, dos Corpos de Policia e de outras corporações militarmente organisadas, as vantagens de que pela legislação em vigor gosam as famílias dos officiaes das duas primeiras das citadas classes, decreta :

Art. 1.^o As famílias das praças de pret do Exército, da Armada, da Guarda Nacional, dos Corpos de Policia e de outras corporações militarmente organisadas, que fallecerem em combate ou em consequencia de ferimento ou desastre occorrido na defesa da Republica e de seu governo legalmente constituido, terão direito á percepção do soldo correspondente ao respectivo posto desde a data do seu fallecimento, sem prejuizo do montepio que lhes competir.

Paragrapho unico. Terão direito a taes vantagens as pessoas indicadas no art. 3.^o da lei de 6 de novembro de 1827, observando-se, quanto ao processo de habilitação, as disposições que actualmente regulam o abono do meio soldo aos herdeiros dos officiaes do Exército e da Armada.

Art. 2.^o Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 4 de novembro de 1893, 5.^o da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Firmino Chaves.

Fernando Lobo.

Antonio Enes G. Galvão.



DECRETO N. 1594 B — DE 6 DE NOVEMBRO DE 1893

Equipara aos do Exercito, os officiaes da Guarda Nacional, dos Corpos de Policia, e de outras corporações militarmente organisadas, quanto ao beneficio do meio soldo, segundo a lei de 6 de novembro de 1827.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
Considerando:

que o procedimento dos cidadãos que, embora extranhos ás classes militares da Nação, empunham armas em defesa da Republica e do seu governo legal, constitue relevante serviço á Patria;

que semelhante prova de patriotismo revela a mais exacta comprehensão do dever civico;

que a esse dever corresponde da parte do poder publico a obrigação de tornar efficaz a protecção collectiva da Nação ás pessoas a quem os alludidos cidadãos servem de amparo;

Decreta:

Art. 1.º O beneficio do meio soldo, estabelecido pela lei de 6 de novembro de 1827, fica extensivo ás viuvas, filhos menores de 21 annos, filhas solteiras e mães dos officiaes da Guarda Nacional, dos Corpos de Policia, e de outras corporações militarmente organisadas, que fallecerem em acção defendendo a Republica e o seu governo legal, ou vierem a fallecer em consequencia de ferimento ou desastre occorrido em tal serviço.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 6 de novembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Antonio Enéas G. Galvão.



DECRETO N. 1594 C — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1893

Concede ás praças de pret da Guarda Nacional, dos Corpos de Policia e de outras corporações militarmente organisadas, que se inutilisarem na defesa das instituições constitucionaes, reforma com o soldo por inteiro e autorisa o recolhimento das mesmas praças ao Asylo de Invalidos da Patria.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que ao poder publico cumpre amparar a sorte daquelles que se invalidam na defesa da Republica e do governo legalmente constituido, da honra e integridade nacionaes, decreta:

Art. 1.º As praças de pret da Guarda Nacional, dos Corpos de Policia e de outras corporações militarmente organisadas, que se

inutilisarem em consequencia deferimento ou desastre occorrido na defesa da honra, da integridade e do governo legal da Republica, terão direito á reforma com o soldo por inteiro, conforme a legislação em vigor no Exército.

Art. 2.º Os officiaes e praças de pret das mencionadas corporações que, em consequencia das preditas causas, não puderem obter os meios de subsistencia, serão admittidos no Asylo de Invalidos da Patria, de accordo com as instrucções de 21 de abril de 1867.

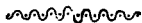
Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 7 de novembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.

Antonio Enéas G. Galvão.



DECRETO N. 1595 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Cametá, no Estado do Pará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Cametá, no Estado do Pará, mais um batalhão de infantaria do serviço activo, com quatro companhias e a designação de 95º, o qual será organizado com os guardas qualificados no 7º districto da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 10 de novembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1596 — DE 10 DE NOVEMBRO DE 1893

Abre um credito extraordinario de 100:000\$000 ao Ministerio das Relações Exteriores para a continuação e regresso da Missão á China.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Tendo solicitado do Congresso Nacional, em mensagem de 23 de junho do corrente anno, um credito de 50:000\$, affirmo de que não

faltassem os meios indispensaveis á representação e volta da Missão á China ;

E considerando que o mesmo Congresso encerrou as suas sessões sem ter podido ultimar a concessão do referido credito, indispensavel por não ser conveniente fazer voltar a supradita missão, exactamente quando ella vae encetar os seus trabalhos, retardados por circumstancias de força maior ;

Considerando mais que o credito solicitado se tornou insufficiente á vista da quantia já despendida, constante da demonstração junta e do tempo necessaria para ella tratar de conseguir os seus fins :

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, o credito extraordinario de 100:000\$, ao cambio de 27 dinheiros por 1\$000, para a continuação e regresso da Missão á China e outras despesas a ella relativas, sendo esta providencia opportunamente submettida á approvação do Congresso Nacional, nos termos do art. 4º da lei n. 589 de 9 de setembro de 1850.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores assim o faça executar.

Capital Federal, 10 de novembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.

Demonstração do credito extraordinario de 150:000\$ aberto pelo decreto n. 1331 de 24 de março do corrente anno, para a Missão Especial na China.

Despesas effectuadas e determinadas :

Vencimentos dos membros da Missão, calculados até 31 de dezembro.....	45:126\$399
Ajudas de custo dos mesmos.....	73:700\$000
Despesas de expediente, incluindo o salario de um interprete	2:500\$000
	<hr/>
	121:326\$299
Credito.....	150:000\$000
	<hr/>
Reserva.....	28:673\$601
	<hr/>

4ª Secção da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, 10 de novembro de 1893.— O director de secção, *Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro.*



DECRETO N. 1597 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1893

Declara em estado de sitio até 30 do mez corrente o Estado de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo a que a grave commoção intestina, que determinou a actual suspensão das garantias constitucionaes do Districto Federal e em alguns Estados do Sul da Republica se manifesta igualmente no de Pernambuco, resolve, nos termos do art. 80 da Constituição, estender áquella parte do territorio da União o estado de sitio declarado pelo decreto n. 1577 de 28 de outubro ultimo, desde a presente data até 30 do mez corrente.

Capital Federal, 14 de novembro de 1893, 5.º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1598 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1893

Faz alterações na organização da Secretaria da Justiça e Negocios Interiores.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, em observancia do disposto no art. 2.º, §§ 2º e 3º, da lei n. 191 B, de 30 de setembro proximo findo, decreta:

Art. 1.º A Secretaria da Justiça e Negocios Interiores comprehenderá quatro directorias geraes: da Justiça, do Interior, da Instrucção e de Contabilidade, todas immediatamente subordinadas ao ministro e subdivididas, cada uma, em duas secções, sob indicação numerica ordinal.

Art. 2.º A distribuição do serviço pelas tres primeiras directorias continuará a ser regida pelo decreto n. 1160 de 6 de dezembro de 1892, com as alterações constantes do presente decreto.

Art. 3.º Cada uma das secções da Directoria Geral de Contabilidade occupar-se-ha, na parte que lhe disser respeito, dos trabalhos indicados no art. 5º, numeros II a VI, do citado decreto, cabendo-lhes especialmente:

§ 1.º A 1ª secção, além dos assumptos attinentes á Directoria da Justiça, a escripturação e expediente relativos ao montepio dos funcionarios do Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, e o tombamento dos proprios nacionaes ao serviço do dito Ministerio, de que tratam os numeros VIII e IX do mencionado art. 5º;

§ 2.º A 2ª secção, os negocios concernentes ás Directorias do Interior e da Instrucção, e mais o serviço especificado nos numeros I e VII e a escripturação das verbas que interessarem, em geral, ás quatro directorias.

Art. 4.º Ficará a cargo da Directoria do Interior o archivo da secretaria, com o respectivo pessoal. Além dos serviços que lhe são proprios, competirá ao archivo passar as certi-

dões de papeis findos, authenticadas pela directoria a que pertencer o assumpto.

Art. 5.º Caberá a cada uma das directorias geraes a publicação do respectivo expediente no *Diario Official*.

Art. 6.º O pessoal da secretaria, além da reversão ao quadro respectivo de dous directores de secção addidos, continuará a ser o actual.

Art. 7.º As primeiras vagas que occorrerem na secretaria serão preenchidas pelos empregados addidos da respectiva categoria; não se podendo fazer nomeação ou promoção para a dita categoria enquanto não for esgotada a lista de addidos.

Art. 8.º Continúa em vigor o regulamento dado pelo decreto n. 1160 na parte em que não é alterado pelo presente acto; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de novembro de 1893, 5.ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1599 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1893

Abre, sob a responsabilidade do Presidente da Republica, um credito extraordinario na importancia de 36:756\$690 para occorrer á despesa com o serviço de fiscalisação da illuminação desta Capital, e dá outras providencias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, para acautelar importantes interesses do Estado, envolvidos no contracto para a illuminação desta Capital, torna-se necessario fazer quanto antes effectiva a applicação do disposto no art. 2º, § 9º, do regulamento que baixou com o decreto n. 967 de 8 de novembro de 1890, mandando, para isso, proceder a exame na escripturação da *Societé Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro*, relativa aos annos anteriores, e habilitando a Repartição Fiscal com os meios necessarios para que de ora em diante esse exame seja regularmente feito, de modo a estar terminada na época appropriada a verificação dos respectivos balanços;

Considerando que o grande desenvolvimento que tem tido a rede da canalisação e o augmento de varios e indispensaveis serviços tornou insufficiente o pessoal technico encarregado da fiscalisação do contracto;

Considerando que os escassos vencimentos actualmente attribuidos aos empregados subalternos da Repartição Fiscal não correspondem aos serviços que elles devem prestar e sujeita-os, por esse lado, a difficuldades de vida que embaraçam a boa execução dos mesmos serviços, condição esta que o Governo da União deve poupar aos que o servem; e

Attendendo a que, em virtude da Mensagem que lhe fôra dirigida pelo Poder Executivo, o Congresso Nacional já havia co-

gitado não só da organização da Repartição Fiscal de modo a satisfazer ás novas necessidades do serviço, como também ao augmento de vencimentos daquelles funcionarios publicos, tendo, com esse fim, a Camara dos Deputados enviado ao Senado projecto de lei cuja votação não se terminou por falta de tempo ;

Attendendo a que esse augmento já era concedido para o corrente semestre, e também a que, no orçamento votado para 1894, foi na competente verba incluída a quantia necessaria para o augmento de pessoal e vencimentos de accordo com o dito projecto ;

Resolve, sob sua responsabilidade, mandar desde já executar a na parte que se refere á Inspectoria Geral de Illuminação e segundo as razões acima expostas, para o que decreta:

Artigo unico. Fica aberto ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario na importancia de trinta e seis contos setecentos cincoenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis réis (36:756\$666,) sendo: 25:000\$ destinados ao pagamento do pessoal extramunerario que for encarregado do exame da escripturação da *Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro* e 11:756\$666 destinados ao pagamento, nos mezes de novembro e dezembro do corrente anno, dos vencimentos dos empregados da Inspectoria Geral da Illuminação, de accordo com a tabella que com este buxo assignada pelo Ministro dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, que assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de novembro de 1893, 5^a da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.

Tabella do numero, classes e vencimentos dos empregados da Inspectoria Geral de Illuminação, a que se refere o decreto n. 1599 desta data.

NUMERO	CLASSES	VENCIMENTO ANNUAL		
		ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
1	Inspector geral.....	6:400\$000	3:600\$000	10:000\$000
1	Ajudante.....	4:800\$000	2:400\$000	7:200\$000
1	Sub-ajudante.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
1	Conductor.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
1	Contador.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$000
1	Secretario.....	3:000\$000	1:500\$000	4:500\$000
1	Arannuense.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
7	Fiscaes.....	2:400\$000	1:500\$000	3:900\$000
1	Continuo.....	900\$000	480\$000	1:380\$000
1	Servente.....	600\$000	300\$000	900\$000

Capital Federal, 18 de novembro de 1893.—*João Felipe Pereira.*



DECRETO N. 1600 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito supplementar na importancia de 930:631\$332 para occorrer ao pagamento do excessivo de despesas com o serviço *Correio Geral*.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que o Congresso Nacional deixou de votar por falta de tempo o credito pedido por Mensagem de 18 de agosto do corrente anno para occorrer ao pagamento de despesas com diversos serviços entre os quaes se acha o serviço postal da União; e

Attendendo a que varias despesas de imprescindivel necessidade já foram e continuam a ser realisadas até ao fim do corrente exercicio;

Usando da faculdade concedida pelo art. 10 da lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, que manda applicar no corrente exercicio a tabella annexa ao decreto n. 36 de 26 de janeiro do mesmo anno, na parte relativa ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas:

Resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito supplementar da quantia de novecentos e trinta contos, seiscentos trinta e um mil, trezentos e sessenta e dous réis (930:631\$362), destinado a occorrer ao excesso de despesas com o serviço *Correio Geral*, sendo para pessoal 185:631\$362 e para material 745:000\$000.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de novembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1601 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil decreta:

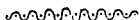
Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, compor-se-ha de um commando superior organizado com os actuaes 25º batalhão de infantaria e 12º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, do 12º regimento de cavallaria, com quatro esquadrões, e de mais tres

batalhões de infantaria, com quatro companhias cada um e as designações de 64º, 65º e 66º, e um dito da reserva com igual numero de companhias e a designação de 34º; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de novembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1601 A — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Itapetininga, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. A Guarda Nacional da comarca de Itapetininga, no Estado de S. Paulo, se comporá dos actuaes 45º, 46º e 47º batalhões de infantaria do serviço activo, da 20ª e 21ª secções da reserva, elevadas a batalhão sob a designação de 100º, todos com quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadões e a designação de 86º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtes da mesma comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de novembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1602 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1893

Proroga até 25 de dezembro proximo vindouro o estado de sitio declarado pelos decretos n. 1577 de 28 de outubro findo e n. 1597 de 14 de novembro corrente.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,

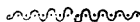
Considerando que subsistem os fundamentos dos decretos n. 1577 de 28 de outubro findo e n. 1597 de 14 do corrente mez, resolve, nos termos do art. 80 da Constituição, prorogar até 25

de dezembro proximo vindouro o estado de sitio declarado pelos citados decretos para o Districto Federal e Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Capital Federal, 29 de novembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Fernando Lobo.



DECRETO N. 1603 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1893

Altera o traçado já approved da primeira secção da Estrada de Ferro Central Alagoana até a cidade de S. Miguel, a partir da cidade de Atalaya.

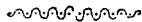
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, nos termos da autorisação constante do decreto legislativo n. 192, de 2 de outubro findo, resolve alterar o traçado já approved da primeira secção da Estrada de Ferro Central Alagoana até a cidade de S. Miguel, a partir da cidade de Atalaya ; mantido, porém, de S. Miguel em diante o traçado da concessão de 8 de novembro de 1890, de accordo com o plano geral de viação.

O Engenheiro João Felipe Pereira, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1604 — DE 4 DE DEZEMBRO DE 1893

Approva a reforma dos estatutos da Sociedade Anonyma Cooperativa Militar do Brazil.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Sociedade Anonyma Cooperativa Militar do Brazil, devidamente representada, resolve approvar

a reforma dos seus estatutos, de accordo com as alterações que com este baixam, e que foram votadas pela assembléa geral dos accionistas em 5 de junho ultimo, menos a autorisação para applicar o fundo de reserva à amortisação das proprias acções.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viacão e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 4 de dezembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.

ALTERAÇÕES DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE ANONYMA COOPERATIVA
MILITAR DO BRAZIL, A QUE SE REFERE O DECRETO N. 1604 DE
4 DE DEZEMBRO DE 1893

§ 6º do art. 2º — Substitua-se pelo seguinte: Os que, tendo adquirido acções de accordo com os paragraphos antecedentes, deixarem o logar ou serviço que motivou sua admissão.

§ 2º do art. 3º — Supprima-se na parte que diz — adeantar dinheiros aos socios, a juros modicos.

Art. 12 — Redija-se do seguinte modo: — Perderão a qualidade de accionistas os que forem condemnados pelos Tribunaes militares ou civis por crimes offensivos à sua propria honra.

Art. 13 — Supprima-se.

Art. 16 — Supprima-se.

Art. 17 — Supprima-se.

Art. 18 — Supprima-se.

Art. 26 — Supprima-se a parte — A caixa de empréstimos será também installada ao mesmo tempo, etc. —, até final.

Art. 29. Seja assim redigido:

Os lucros liquidos serão repartidos do seguinte modo:

1º, 45 % para os socios accionistas e benemeritos, na proporção das acções possuidas ou da somma adeantada;

2º, 25 a 30 % para os accionistas compradores repartidamente na razão das suas compras, desprezadas as fracções de mil réis;

3º, 10 a 15 % para o fundo de reserva;

4º, 5 % para premio aos empregados, segundo determinar a directoria e para constituir a caixa de pensões em beneficio dos mesmos;

5º, 5 a 10 % para bonificação aos compradores não accionistas, repartidamente na razão de suas compras, desprezadas também as fracções de mil réis.

Art. 45 — Diga-se — tres membros — em vez de sete; o mesmo em relação aos supplentes.

Art. 54, 1º periodo — Supprima-se.

Accrescente-se onde convier :

Art. Não serão pagos os dividendos das acções possuidas por quem não estiver nas condições exigidas para ser accionista.

Accrescente-se nas disposições transitorias :

Art. Os accionistas que tiverem adquirido acções como empregados da companhia continuarão a possuil-as.



DECRETO N. 1605 — DE 8 DE DEZEMRO DE 1893

Altera o plano de uniformes para os corpos medico e pharmaceutico do Exercito

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve alterar o plano de uniformes que baixou com o decreto n. 694 de 28 de agosto de 1890, na parte relativa aos corpos medico e pharmaceutico do Exercito e determina que seja elle observado pela forma seguinte :

Art. 1.º Os officiaes superiores e subalternos dos corpos medico e pharmaceutico do Exercito usarão, em pequeno uniforme, de sobrecasaca de panno azul ferrete, de golla deitada e duas ordens de botões, igual á adoptada para os corpos docentes das Escolas Militares, porém sem passadeiras e com o distinctivo do corpo bordado a ouro, collocado na manga, tres centimetros acima das divisas, e de collete do mesmo panno da sobrecasaca, ou de brim branco, simples ou de traspasse, com uma ou duas ordens de botões, iguaes aos adoptados actualmente.

Art. 2.º No serviço interno da secretaria, hospitaes ou quartéis lhes será permittido o uso de dolman, como o actual, de panno ou flanella azul ferrete ou de brim branco, porém sem alamares nem platinas, abotoado por uma só ordem de oito botões, tendo nas extremidades da golla, que será em pé e da mesma fazenda, o distinctivo do corpo, de metal branco.

O Marechal Antonio Enéas Gustavo Galvão assim tenha entendido e o faça executar.

Capital Federal, 8 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antonio Enéas G. Galvão.



DECRETO N. 1606 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1893

Reorganisa o commando superior da Guarda Nacional da comarca de Mogy das Cruzes, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Mogy das Cruzes, no Estado de S. Paulo, se comporá do actual 12º batalhão de infantaria, reduzido a quatro companhias, da 4ª secção do serviço da reserva, elevada á categoria de batalhão, com quatro companhias e a designação de 101º, e de mais um batalhão de infantaria, com igual numero de companhias e a designação de 196º, e um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 87º.

Art. 2.º Os referidos corpos serão organizados :

O 12º batalhão de infantaria, no districto de Mogy das Cruzes ;

O 196º, no de S. José de Parahytinga ;

O 101º da reserva e o 87º regimento de cavallaria, nos mencionados municipios.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1607 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca de Paulo Affonso no Estado das Alagôas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica reorganizada a Guarda Nacional da comarca de Paulo Affonso, no Estado das Alagôas, a qual se comporá dos batalhões de infantaria ns. 29 e 30, do 8º e 10º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, já creados, e de mais um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadrões e a designação de 16º, que se organisará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 13 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1608 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1893

Adia as eleições de deputados e senadores ao Congresso Nacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
Usando da attribuição que lhe confere o art. 48, n. 1, da Constituição Federal;

Considerando que subsistem as razões de ordem publica que determinaram a expedição do decreto n. 1754 de 20 de outubro ultimo, adiando as eleições de deputados e senadores ao Congresso Nacional para o dia 30 do corrente mez ;

Decreta:

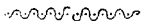
Art. 1.º Ficam novamente adiadas para o dia 1 de março proximo futuro as eleições em todos os Estados e no Districto Federal para os cargos de deputados e senadores federaes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 15 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1609 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1893

Revoga o decreto n. 1565 de 13 de outubro de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil,
Considerando :

Que é inherente á soberania nacional o direito de não permittir no territorio em que ella se exerce a permanencia de estrangeiros cuja presença se demonstre perigosa á ordem e segurança publica, e que este inconcusso principio tem sido mais de uma vez consagrado pelos mais elevados tribunaes da Republica ;

Que no exercicio de tal direito são observadas as razoaveis restricções impostas pelos sentimentos de humanidade e justiça para com os estrangeiros e de deferencia para com os representantes dos respectivos governos ;

Decreta :

Fica revogado o decreto n. 1566, de 13 de outubro de 1893 que regulou a entrada de estrangeiros no territorio nacional e sua expulsão durante o estado de sitio.

Capital Federal, 15 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1609 B(*) — DE 16 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministério da Fazenda, no corrente exercício, um credito extraordinario de 2:800\$ para occorrer ao pagamento de vencimentos ao 1º e 2º adjuntos do procurador da Republica e solicitador do Districto Federal.

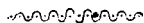
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação conferrida no art. 8º do decreto legislativo n. 173 B, de 10 de setembro do corrente anno, resolve abrir ao Ministério da Fazenda, no actual exercício, o credito extraordinario da quantia de 2:800\$ para pagamento de vencimentos ao 1º e 2º adjuntos do procurador da Republica e solicitador do Districto Federal.

O Ministro e Secretario dos Negocios da Fazenda assim tenha entendido e o faça executar.

Capital Federal, 16 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.



DECRETO N. 1610 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1893

Reorganisa o commando superior de guardas nacionaes da comarca de Maragogy, no Estado das Alagoas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica reorganizado o commando superior de guardas nacionaes da comarca de Maragogy, no Estado das Alagoas, o qual se compoerá do 11º e 39º batalhões de infantaria do serviço activo, do 12º do da reserva, já organisados, reduzidos a quatro companhias cada um, e do 56º de infantaria e 15º regimento de cavallaria, ora creados, aquelle tambem com quatro companhias e este com igual numero de esquadrões, organisados nos districtos da referida comarca; revógadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 18 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



(*) Com o n. 1609 A não houve acto.

DECRETO N. 1611 — DE 18 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 1.274:156\$250 para occorrer ao pagamento de serviços a cargo da Companhia *Rio de Janeiro City Improvements* durante o 2º semestre do corrente anno.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, por falta de tempo, deixou o Congresso Nacional de conceder o credito pedido por Mensagem de 20 de julho proximo findo, para occorrer ás despesas com os serviços de esgoto a cargo da Companhia *Rio de Janeiro City Improvements* e com o augmento de vencimentos do pessoal da respectiva Repartição Fiscal, durante o 2º semestre do corrente anno: e

Attendendo que o serviço de que se trata, por sua natureza inalienavel e imprescindivel, carece de ser provido dos meios necessarios para sua manutenção:

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, excluida a parte relativa ao augmento de vencimentos acima referido, um credito extraordinario da quantia de 1.274:156\$250 destinado a occorrer ao pagamento dos serviços de esgoto da cidade executados pela Companhia *Rio de Janeiro City Improvements*, durante o 2º semestre do corrente anno.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 18 de dezembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1612 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito de 150:000\$000 á verba—Telegraphos—do corrente exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que as condições anormaes por que actualmente passa o paiz tem forçado a entrega á *Western & Brazilian Telegraph Company* da maior parte do serviço telegraphico, que em

circunstancias normaes seria executado pela Repartição Geral dos Telegraphos ;

Considerando que, como consequencia deste facto, tem o Governo Federal de pagar á referida companhia a expedição de telegrammas de origem official ; e

Attendendo que a verba correspondente não offerece margem para despesa extraordinaria como a de que se trata, e mais á substituição do material que tem sido e está sendo empregado na construção de linhas extraordinarias :

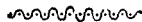
Resolve abrir ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob sua responsabilidade, um credito extraordinario da quantia de cento e cincoenta contos de réis (150:000\$) para occorrer no presente exercicio cem contos de réis (100:000\$) ao pagamento do que for devido á *Western & Brazilian Telegraph Company* por serviço de transmissão de telegrammas officiaes, e cincoenta contos de réis (50:000\$) para a compra de material destinado a substituir o empregado e por empregar em construção de linhas telegraphicas extraordinarias.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 19 de dezembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1613 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1893

Autorisa a transferencia, para a Companhia de Estradas de Ferro do Norte do Brazil, das concessões relativas ás estradas de ferro de Tamandaré á Barra e Aracajú a Simão Dias.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu a Companhia de Estradas de Ferro do Norte do Brazil, resolve autorisar a transferencia, para a mesma companhia, das concessões relativas ás estradas de ferro de Tamandaré á Barra e Aracajú a Simão Dias, das quaes é cessionaria a Empresa de Obras Publicas no Brazil em virtude do decreto n. 640 A, de 31 de outubro de 1891, ficando a referida companhia subrogada em todos os onus, direitos e vantagens decorrentes do mencionado decreto, em relação ás duas estradas supra citadas.

O Dr. João Felipe Pereira, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.
Capital Federal, 19 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1614 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de S. João Baptista do Rio Verde, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de S. João Baptista do Rio Verde, no Estado de S. Paulo, um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 88º, o qual se organisará com os guardas nacionaes qualificados na mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1615 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea mais dous batalhões de infantaria e um regimento de cavallaria de guardas nacionaes na comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Diamantina, no Estado de Minas Geraes, mais dous batalhões de infantaria, sendo um do serviço activo e outro da reserva, com as designações de 208º e 121º, com quatro companhias cada um, e mais um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 69º, os

quaes se organisarão com os guardas nacionaes qualificados na referida comarca; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1616 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional no municipio de Serinhaem no Estado de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado no municipio de Serinhaem, no Estado de Pernambuco, um commando superior de Guarda Nacional, que se comporá de quatro batalhões de infantaria, sendo tres do serviço activo com as designações de 93º, 94º e 95º e um do da reserva, sob a designação de 18º, todos com quatro companhias cada um, os quaes se organisarão com os guardas qualificados no referido municipio; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 21 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1617 — DE 25 DE DEZEMBRO DE 1893

Proroga até 31 de janeiro proximo vindouro o estado de sitio declarado pelo decreto n. 1602, de 23 de novembro ultimo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que ainda não cessou a grave commoção interna que tem determinado a suspensão das garantias constitucionaes em algumas partes do territorio da Republica, resolve, nos termos do art. 80 da Constituição, prorogar até 31 de janeiro proximo vindouro o estado de sitio em que, pelo decreto n. 1602 e 29 de novembro ultimo, foram declarados o Districto Federal

e os Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro, S. Paulo, Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Capital Federal, 25 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1618 — DE 25 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea mais um batalhão da reserva de guardas nacionaes na comarca de Cratheús, no Estado do Ceará.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Cratheús, no Estado do Ceará, mais um batalhão da reserva, com quatro companhias e a designação de 48º, o qual se comporá dos guardas nacionaes qualificados no municipio da Independencia ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1619 — DE 25 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Rio Claro, no Estado de Minas Geraes.

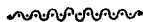
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado ~~um~~ commando superior de Guarda Nacional na comarca do Carmo do Rio Claro, no Estado de Minas Geraes, que se comporá da actual 6ª secção de batalhão de infantaria, elevada a batalhão, com quatro companhias e a designação de 204º, e de mais dous batalhões de infantaria, sendo um do serviço activo e outro da reserva, tambem com quatro companhias cada um e as designações de 205º e 118º ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 25 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1620 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1893

Transfere ao coronel João Pedro Caminha a concessão constante do decreto n. 9244, de 19 de julho de 1884, para exploração de linhas telephonicas, no Estado da Bahia.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo ao que lhe requereu a Companhia Internacional de Melhoramentos do Brazil, resolve transferir ao coronel João Pedro Caminha a concessão feita a Eduardo Pellew Wilton por decreto n. 9244, de 19 de julho de 1884, para exploração de linhas telephonicas no Estado da Bahia, e por decreto n. 216, de 2 de maio de 1891, transferida àquella companhia, então denominada — Docas e Melhoramentos da Bahia.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1621 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Jacuhy, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca de Jacuhy, no Estado de Minas Geraes, um commando superior de Guarda Nacional, que se comporá de um batalhão de infantaria do serviço activo, com a designação de 207º, de um da reserva, com a de 119º, com quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadões, sob n. 67, os quaes serão organisados com os guardas qualificados na mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1622 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes na comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica creado na comarca do Bomfim, no Estado de Minas Geraes, mais um batalhão de infantaria do serviço activo de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 296º, que se organisará com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1623 — DE 26 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Guerra um credito extraordinario de 6.000:000\$000.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando ser insufficiente o credito extraordinario aberto pelo decreto n. 1550, de 27 de setembro ultimo, para occorrer á deficiencia de verbas do orçamento do Ministerio da Guerra no actual exercicio de 1893, resolve, de accordo com o disposto no art. 4º da lei n. 589, de 9 de setembro de 1850, em vigor pelo art. 83 da Constituição Federal, e satisfeito o preceito do art. 35 do regulamento que baixou como decreto n. 1166, de 17 de dezembro de 1892, abrir ao mesmo Ministerio, para identico fim, o credito extraordinario de mais seis mil contos de réis (6.000:000\$000).

O Marechal Antonio Enéas Gustavo Galvão assim o tenha entendido e expeça os despachos necessarios.

Capital Federal, 26 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Antonio Enéas G. Galvão.



DECRETO N. 1624 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1893

Autorisa um contracto provisorio com o Lloyd Brasileiro para o serviço da navegação nas linhas do Norte e de Matto Grosso.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que a revolta de uma parte da Armada trouxe grave perturbação ao serviço da navegação do Lloyd Brasileiro, resolve autorisar com este um contracto provisorio, o qual será observado de accordo com os anteriores na parte em que não for elle virtualmente alterado; enquanto durar a mesma revolta, tudo conforme as clausulas seguintes:

1ª, o Lloyd obrigar-se-ha a effectuar tres viagens mensaes entre os portos da Bahia e Manãos com as actuaes escalas, e uma na linha de Montevidéo e Matto Grosso, partindo os vapores desta no dia 15 de cada mez, e os daquellas nos dias 10, 20 e 30;

2ª, as viagens serão feitas por conta do Governo Federal, recebendo o Lloyd, pelas tres viagens do Norte, a quantia de 80:000\$, e pela de Matto Grosso a de 45:000\$, das quaes prestará contas ao Thesouro;

3ª, si, por qualquer eventualidade, for preciso alterar a ordem do serviço, segundo é agora decretado, far-se-ha nova modificação por termo annexo.

O Ministro da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1625 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1893

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Rural e Internacional.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco de Credito Rural e Internacional, em 6 do corrente, resolve approvar as alterações seguintes, feitas nos estatutos do mesmo banco:

Art. 5.º Diga-se: O capital social é de 8.000:000\$, dividido em 40.000 acções de 200\$ cada uma, podendo ser elevado até 25.000:000\$ (capital inicial), quando for determinado pela assembléa geral.

Art. 27. Diga-se: As annuidades são pagas por semestres adiantados, para ir de accordo com o art. 326 do decreto n. 370 de 2 de maio de 1890; recebendo o banco, no acto da escriptura, tão sómente a parte de juros e despezas de administração correspondente ao tempo a decorrer desde a data do contracto até ao fim do semestre em que o mesmo contracto se effectuar, época na qual principia o prazo e portanto as annuidades por inteiro.

Art. 73. Diga-se: A administração geral da sociedade será exercida por tres directores, os quaes entre si designarão o presidente, vice-presidente e gerente.

As vagas que se derem na actual directoria não serão preenchidas até ficar reduzida ao numero de tres directores.

Art. 77. Diga-se: Os vencimentos de cada um dos directores serão de 12:000\$ por anno e mais 6:000\$ ao director-gerente *pro labore*.

Art. 79. Diga-se: Para as operações diarias é preciso o consenso de dous directores.

Art. 82. Diga-se: A directoria reunir-se-ha tantas vezes quantas os interesses do banco o exigirem, lavrando-se de suas reuniões uma acta, que relatará as deliberações tomadas. A sessão poderá funcionar estando presentes dous directores.

Paragrapho unico. No caso de impedimento maior ou resignação, a directoria convidará um accionista que exerça as funções do director até á reunião da primeira assembléa geral.

Art. 84, § 7.º Diga-se: O presidente em seus impedimentos será substituido pelo vice-presidente ~~e~~ na falta [deste, pelo director-gerente.

Art. 85. Diga-se: As attribuições do director-gerente são :

§ 1.º Dirigir todo o serviço do banco, propôr a nomeação e demissão de todos os empregados, podendo suspender a estes si entender necessario, dando disto parte á directoria em sua primeira reunião.

§ 2.º Despachar todo o expediente do banco e assignar a correspondencia.

§ 3.º Propôr a criação de filiaes, agencias e sub-agencias, dentro ou fóra do paiz, assim como a nomeação dos respectivos empregados.

§ 4.º Ter a seu cargo o livro de actas da directoria.

Art. 86. As attribuições do vice-presidente são :

Paragrapho unico. Substituir qualquer dos outros directores nos seus impedimentos.

§§ 1.º e 2.º Supprimam-se.

Art. 90. Diga-se: Os fiscaes receberão, como compensação de seus serviços, uma bonificação de 1 % sobre os dividendos, repartida igualmente entre si.

Art. 92. Diga-se: O fundo de reserva deve ser de preferencia applicado á compra de letras hypothecarias ou em acções do proprio banco, de accordo com a segunda parte do art. 40 do decreto n. 434 de 4 de julho de 1891, tudo á juizo da directoria.

Art. 95, § 3.º Diga-se: Tres e meio por cento correspondentes ao dividendo distribuído e que serão repartidos da forma seguinte:

Dous e meio por cento para a directoria ;

Um por cento para o conselho fiscal, de accordo com o art. 90.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.



DECRETO N. 1626 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1893

Dá novo regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo e seus preparados.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da authorisação que lhe foi concedida pelo art. 2º, n. 6, da lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, resolve que, a partir de 1 de janeiro de 1894, se observe, para a cobrança do imposto de consumo do fumo, o regulamento que a este acompanha ; ficando revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.

Regulamento para a cobrança do imposto de consumo do fumo, a que se refere o decreto n. 1626 desta data

CAPITULO I

DO IMPOSTO DE CONSUMO DO FUMO

Art. 1.º O imposto de consumo do fumo e seus preparados, de que trata a lei n. 191 A, de 30 de setembro de 1893, será cobrado de accordo com a tabella annexa a este regulamento, e recahirá tanto sobre o fumo que for importado do estrangeiro, que já tenha pago os respectivos direitos de importação, ou venha pre-

parado ou em bruto, como sobre o que for produzido pelas fabricas em qualquer parte do territorio da Republica dos Estados Unidos do Brazil.

§ 1.º Serão equiparados ás fabricas, para os fins deste artigo, os depositos que ellas tiverem com machinas ouapparelhos de qualquer especie e em geral todas as casas ou estabelecimentos que produzirem preparados de fumo, ou seja com emprego de machinas e apparelhos ou de qualquer outro modo, pelo qual taes productos forem manipulados em qualquer quantidade superior á capacidade de uma pessoa ou de uma familia, nos termos do paragrapho seguinte.

§ 2.º São isentos do pagamento de consumo do fumo os que fabricarem cigarros em suas residencias particulares, por conta propria, e tiverem atêldous aprendizes, não se considerando taes a mulher, filhos e mais pessoas da familia, vivendo em commun e sob a mesma economia.

§ 3.º Os que derem a particulares fumo para ser manipulado ficam sujeitos ao arbitramento, si não tiverem a escripta de que trata o art. 11.

Art. 2.º As taxas do imposto serão as seguintes :

Fumo em bruto de produção estrangeira, por 500 grammas ou fracção desta unidade.....	\$100
Fumo picado, destilado, ou amigado, por 25 grammas ou fracção desta unidade :	
De produção nacional.....	\$010
De produção estrangeira.....	\$020
Charutos de fabrico estrangeiro, cada um.....	\$100
Cigarros, por maço de 20 e por qualquer fracção excedente de 20 :	
De fabrico nacional.....	\$010
De fabrico estrangeiro.....	\$030
Os cigarros, de mortalha ou capa de fumo pagarão o dobro destas taxas.	
Rapé, por 125 grammas ou fracção desta unidade :	
De fabrico nacional.....	\$020
De fabrico estrangeiro.....	\$060

CAPITULO II

DO LANÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO

Art. 3.º Pelo director da Recebedoria serão nomeados até oito fiscaes para esse serviço na Capital Federal.

Art. 4.º Nos Estados a fiscalização será feita pelas Delegacias e pelas Alfândegas, conforme se acharem as fabricas e os depositos nas circumscripções destas, por empregados designados pelo respectivo chefe, não devendo ser de categoria superior á do

segundo escripturario. Nos logares onde não houver taes repartições, por pessoa idonea designada ou proposta pelo chefe da Repartição Fiscal ou pelo agente fiscal na localidade, por intermedio da Delegacia ou da Alfandega, com informação destas, e sujeito á approvação do Ministro da Fazenda.

Art. 5.º Não será nomeado fiscal para a localidade onde não houver fabrica ou deposito; competindo ás Mesas de rendas geraes ou aos collectores estadoaes, encarregados da arrecadação da renda da União, ou aos agentes fiscaes que exercerem as funções dos extinctos collectores geraes, o serviço da arrecadação, concessão das licenças e sua fiscalisação.

Art. 6.º Os delegados-fiscaes, e onde não houver Delegacias, os inspectores das Alfandegas dividirão cada Estado em tantas circumscripções quantas forem convenientes para a boa fiscalisação, ou separando districtos e freguezias nas capitães de maior producção, ou isolando municipios ou contemplando diversos dos que mais proximos se acharem, de modo que haja facilidade e promptidão no serviço do fiscal, comtanto que não haja circumscripção sem fabrica ou deposito.

Para os municipios, nos quaes, como na Capital Federal, Bahia e outros em iguaes condições, houver tão consideravel numero de fabricas ou depositos, que exijam mais de um fiscal, serão nomeados tantos quantos forem necessarios, mas nunca em numero susceptivel de absorver metade da renda do imposto.

Art. 7.º Os Chefes das Delegacias ou das Alfandegas, toda vez que entenderem necessario, ou por falta de fiscal ou de agente, ou porque este não preencha as funções de que é encarregado, nomearão um empregado do quadro dos funcionarios de suas repartições para proceder a exame minucioso na escripturação das fabricas e depositos, com assistencia do respectivo fiscal ou agente, si houver, abonando-se-lhe uma gratificação para despeza de transporte, a qual será tirada do deposito creado pelo art. 17 e não excedente de cento e cincoenta mil réis (150\$000) mensaes, conforme a distancia, sem direito a qualquer outra remuneração.

Logo que assim proceder, communicará o facto justificando-o, e ficando entendido que si tal deliberação não tiver sido provocada pelo fiscal ou agente, com boas razões, significará proposta de exoneração dos mesmos e será acompanhada da designação de quem os deva substituir.

Art. 8.º A gratificação dos fiscaes será fixada sob proposta dos chefes das respectivas repartições, para o anno de 1894 em deante, entre os limites de 200\$ a 300\$ mensaes na Capital Federal e de 100\$ a 200\$ nos Estados, podendo nestes ser elevada a 250\$ para as circumscripções já formadas, que tiverem mais de dez fabricas ou depositos, ou que comprehenderem mais de tres municipios com fabricas e depositos.

Art. 9.º As gratificações serão arbitradas de modo que nunca possam absorver mais de metade da renda.

Art. 10. Os fiscaes deverão apresentar nos primeiros dez dias de cada mez um mappa da producção das fabricas e depositos que

lhes estiverem subordinados, e na primeira quinzena de janeiro e de julho um minucioso relatório de sua inspecção acompanhado do resumo da produção semestral, entregando-o ao chefe da repartição a que estiverem subordinados, o qual transmittirá ao Ministro da Fazenda devidamente informado.

Esse relatório deve ser acompanhado de um mappa estatístico que demonstre — o numero de fabricas e o de depositos com os nomes de seus proprietarios, data de sua fundação, fundo capital, valor da materia prima, importancia dos machinismos, força da produção por quantidade das especies, numero de operarios, e importancia do consumo; e bem assim o numero de casas de negocio com os nomes de seus donos e a declaração de serem especiaes ou mixtas.

Art. 11. Os donos ou administradores das fabricas e depositos farão organizar a escripta em livros especiaes, pela qual se possa conhecer de prompto e diariamente, não só as quantidades produzidas, mas também as salidas para consumo por especies, afim de serem por ella conferidos os boletins que os mesmos donos ou administradores de fabricas ~~ou~~ depositos ficam obrigados a prestar mensalmente à ~~repartição~~, em cuja circumscripção forem situadas as fabricas ~~ou~~ depositos.

§ 1.º Esses livros serão sellados e rubricados ou authenticados nas respectivas repartições locais.

§ 2.º A escripturação fiscal da fabrica poderá comprehender a do deposito ou depositos pertencentes à mesma firma ou razão social, desde que o deposito seja na mesma localidade, e então será sufficiente um livro de entradas e salidas; o que não isenta o deposito da fiscalisação a que está sujeito.

Si o deposito ou depositos forem em logares differentes, cada um terá sua escripturação, e o exame versará sobre cada uma dellas, podendo ser simultaneo.

§ 3.º Taes livros serão examinados pelos fiscaes do imposto do fumo ou por empregados que o chefe da repartição designar, e quando estes tiverem duvida sobre a exactidão da escripta especial, pedirão o exame da escripturação geral do estabelecimento.

Art. 12. O calculo da produção annual para o lançamento assentará no que a fabrica ou deposito tiver produzido no anno anterior.

§ 1.º Si os donos ou administradores recusarem os livros para o exame; si se reconhecer que são inexactas as informações por elles prestadas, proceder-se-ha ao lançamento por arbitramento, fazendo-se disso declaração.

§ 2.º No caso do paragrapho precedente, o arbitramento assentará sobre a capacidade productora das machinas, ou sobre o numero de operarios do estabelecimento, attribuindo-se a cada operario a possibilidade de produzir diariamente 2.500 cigarros de fumo picado ou 2.000 de fumo desfiado.

§ 3.º O primeiro lançamento será sempre por arbitramento e rectificado tres mezes depois pela verificação determinada.

Art. 13. Todo individuo que fabricar cigarros será obri-

gado a empregar rotulos com seu nome; e nelles será obrigatoria a declaração da rua e o numero da casa onde for o producto manipulado.

Art. 14. Os que perturbarem, desacatarem por qualquer maneira ou injuriarem os encarregados da fiscalisação no exercicio de suas funcções, serão punidos na forma do Código Criminal.

Para esse fim o chefe da repartição enviará ao promotor publico o auto, que será lavrado pelo empregado offendido e acompanhado do rol das testemunhas.

CAPITULO III

DAS LICENÇAS

Art. 15. Todos os fabricantes, administradores de depositos e mercadores de fumo em bruto ou por qualquer modo preparado, tirarão licença annual até 31 de janeiro de cada anno, para cada casa que tiverem empregado nesse trafego. Só a patente de licença lhes dará direito a esse negocio, seja de importação, exportação, consignação ou varejo.

Art. 16. A cobrança das licenças para o commercio de fumo será dividida em quatro classes, a saber:

- | | |
|---|----------|
| 1) Fabricantes de preparados de fumo, donos ou administradores de estancques e mercadores por grosso ou em grande escala..... | 100\$000 |
| 2) Mercadores exclusivamente de fumos e seus preparados, vulgarmente chamados charuteiros: | |
| Com fabrico..... | 50\$000 |
| Sem fabrico..... | 30\$000 |
| 3) Mercadores de diversos ramos do negocio, como sejam: botequins, bilhares, casas de pasto, de generos alimenticios e outros identicos, que vendam fumos e seus preparados como additivo ao seu commercio..... | 20\$000 |
| 4) Mercadores ambulantes e particulares que fabriquem por conta propria ou alheia..... | 20\$000 |

Art. 17. A arrecadação dessas quantias será escripturada como deposito e dellas se formará, na repartição arrecadadora, um registro que, para base do lançamento, indique todas as casas que negociarem em fumo e seus preparados em grande ou pequena escala.

Art. 18. A importancia das licenças será applicada ao pagamento dos fiscaes ou auxilio do pagamento e mais despesas com a execução deste regulamento, sendo no fim do exercicio convertido em renda da União o saldo existente.

Art. 19. Quem deixar de negociar em fumos e seus preparados é obrigado a fazer a devida declaração á repartição fiscal, no prazo de 30 dias.

§ 1.º Si a casa que findou o seu negocio antes de terminar o exercicio estiver lançada com produção do anno anterior e não estiver quite desse exercicio, não lhe será dada a baixa quando solicitada.

§ 2.º Nenhuma transferencia de estabelecimento poderá ser feita sem que o vendedor prove estar quite, ficando o comprador responsavel por toda a divida existente.

CAPITULO IV

DA COBRANÇA DO IMPOSTO

Art. 20. A cobrança do imposto ~~de~~ feita a bocca do cofre na Recebedoria, nas Delegacias, ~~de~~ Regas e nas Agencias estadoaes que para isso tiverem competencia, por accordo entre o Governo da União e o dos Estados, a saber :

Em uma só prestação no mez de abril, si a quota não exceder de 500\$, na Capital Federal; a 200\$, nas Capitaes da Bahia e Pará e cidades da Cachoeira, S. Felix e Santo Amaro, e a 100\$ nas demais localidades ;

Em duas prestações iguaes, em abril e setembro si exceder daquellas quantias.

Art. 21. As casas que se abrirem dentro do exercicio pagarão pela produção correspondente ao tempo em que no mesmo exercicio funcionarem.

Art. 22. Quando o lançamento houver sido feito por arbitramento, para o fim de ser dada a licença para funcionarem, conforme o art. 12 e rectificado pela informação do fiscal respectivo ou pela do empregado nomeado pelo chefe da repartição arrecadadora, será paga a differença ou restituida a quantia que de mais tiver sido paga.

Art. 23. Ninguém poderá negociar em fumo e seus preparados sem que previamente tenha pedido á repartição competente a respectiva licença e arbitramento.

Art. 24. Não se admittirá o pagamento da quota do segundo semestre estando em divida a do primeiro.

CAPITULO V

DAS MULTAS

Art. 25. A recusa ao exame da escripturação do estabelecimento ou a inexactidão nas informações sujeitará o infractor ao pagamento do imposto por arbitramento e mais a multa correspondente ao dobro da importancia que a mais se reconhecer devida.

Art. 26. Ficam sujeitos á multa de 100\$ a 200\$ todos os estabelecimentos em que for encontrada, pelos fiscaes ou pelo empregado nomeado pelo chefe, a escripturação atrasada, devendo ser em acto continuo rubricada e encerrada e communicado o facto ao respectivo chefe, que imporá a multa. Si dentro de 15 dias não for ella satisfeita, será a cobrança feita executivamente.

Art. 27. Os infractores do disposto nos arts. 11 e 13 ficam sujeitos á multa de 200\$ a 500\$000.

Art. 28. Os infractores do art. 23 ficam sujeitos á multa de um semestre de imposto não excedente de 200\$, além do pagamento que devido for. Si no prazo de 15 dias não for paga a multa e solicitada a respectiva licença, será a multa elevada ao dobro e cobrada executivamente.

Art. 29. Os que deixarem de pagar o imposto nos prazos fixados e pela maneira indicada no art. 20 incorrerão na multa de 10 % elevada a 15 %, si demorarem o pagamento além de 20 de março do trimestre adicional ao exercicio.

Art. 30. Os infractores do art. 15 ficam sujeitos á multa de 100\$ a 200\$ e ao dobro na reincidencia, si no fim de 15 dias não estiverem devidamente licenciados, podendo ser tambem ordenado o fechamento do estabelecimento, por proposta do respectivo chefe e approvação do Ministro da Fazenda.

Art. 31. Os infractores do art. 41 ficam sujeitos á multa de 200\$ e mais o que de prejuizo tiver a Fazenda Nacional.

Art. 32. Os infractores de que trata o art. 42 e seus paragrafos ficam sujeitos, no primeiro caso, á multa do valor do imposto sonegado, e no segundo, á estabelecida no art. 28.

Art. 33. Com as multas estabelecidas neste capitulo proceder-se-ha do mesmo modo indicado para as licenças no art. 18.

CAPITULO VI

DOS RECURSOS

Art. 34. Das decisões das repartições arrecadadoras, quanto ao lançamento e multas, haverá recurso interposto pelos prejudicados no prazo de 30 dias, contados da data da decisão, por meio de requerimento ao Ministro da Fazenda transmittido com o respectivo processo e informação pela repartição que houver proferido a decisão recorrida.

Art. 35. O recurso é voluntario ou *ex-officio*.

§ 1.º O recurso voluntario será interposto pelos que se julgarem prejudicados.

§ 2.º O recurso *ex-officio* será interposto pelos encarregados da cobrança nos Estab'os quando houverem proferido despacho favoravel á parte, por intermedio das repartições a que forem subordinados, no prazo de 15 dias e tem effeito suspensivo.

Art. 36. O recurso sobre imposição de multa não poderá ser aceito sem que previamente seja depositada a respectiva importância na repartição fiscal.

Art. 37. O recurso perempto não será encaminhado a instância superior; o que for indevidamente encaminhado não será tomado em consideração.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 38. O presente regulamento começará a ser executado no dia 1 de janeiro de 1894.

Art. 39. Os negociantes de preparados de fumo que simultaneamente desfiarem fumo e fizerem cigarros ficam sujeitos ás taxas estabelecidas para ambos os productos.

Art. 40. A importância que não for paga, quer do imposto, quer das multas, esta no prazo de 15 dias e aquella depois de findo o semestre a que se refere, será cobrada executivamente, dando o Juizo preferencia a essa sobre quaesquer outras questões.

Art. 41. Nas escripturas, cartas de arrematação e outros titulos de transferencia de dominio, sujeito ao imposto de consumo de fumo, far-se-ha menção da quitação, que será previamente requerida á repartição competente.

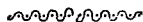
Art. 42. São admittidas denuncias contra as fabricas que clandestinamente procurarem defraudar a Fazenda Nacional, e uma vez provada a denuncia cabe ao denunciante metade da multa que for por este motivo imposta.

§ 1.º São motivos de denuncia :

- 1) o facto de ser manipulado preparado de fumo em uma fabrica e ser escripturada em seus livros producção menor ;
- 2) a montagem da fabrica de preparados de fumo sem a competente licença ou livros.

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 29 de dezembro de 1893.— *Felisbello Freire*



DECRETO N. 1627 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Reorganisa a Guarda Nacional da comarca do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca do Pirahy, no Estado do Rio de Janeiro, compor-se-ha

dos actuaes 31º batalhão de infantaria do serviço activo, reduzido a quatro companhias, 15º corpo de cavallaria, ora, elevado a regimento, com igual numero de esquadões, 6ª secção de batalhão de infantaria do serviço activo e 6ª e 7ª secções do da reserva, elevadas a batalhões, tambem com quatro companhias cada um, sob as designações de 83º, 39º e 40º ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1628 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Justiça e Negocios Interiores o credito extraordinario de 240:000\$ à verba — Policia do Districto Federal, do exercicio de 1893.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

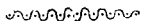
Considerando que foi insufficiente o credito de 200:000\$, aberto por decreto n. 1557, de 7 de outubro ultimo, para despezas com diligencias policiaes, reclamadas pelas actuaes circumstancias ; e tendo em vista o que lhe expóz o Ministro da Justiça e Negocios Interiores, com referencia á necessidade de manter a ordem e a segurança publica nesta Capital:

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, a verba — Policia do Districto Federal — o credito de 240:000\$ para occorrer a despezas daquella natureza no actual exercicio, submettendo opportunamente esta providencia á approvação do Congresso Nacional ; nos termos do art. 4º da lei n. 589, de 9 de setembro de 1850.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1629 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Approva as alterações feitas nos estatutos do Banco de Credito Real de S. Paulo e Minas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo ao que requereu o Banco de Credito Real de S. Paulo

e Minas, resolve approvar as seguintes alterações feitas nos estatutos do mesmo banco :

Art. 5.º Diga-se : O capital do banco é de 400:000\$, dividido em 2.000 acções do valor nominal de 200\$ cada uma, sendo 1.500 para o fundo da carteira hypothecaria e 500 para fundo da carteira commercial, podendo ser elevado o capital de ambas as carteiras por propostas da directoria ou de qualquer accionista, com aquiescencia daquella e approvação da assembléa geral.

§ 1.º Diga-se : O capital de 20 % realiado na carteira commercial é considerado como 40 %, attendendo á redução feita ao fundo actual dessa carteira.

§ 21. Diga-se : As prestações a realisarem-se serão na razão até 20 % do capital nominal de ambas as carteiras, com intervallos nunca menores de 60 dias, excepção feita quanto a uma entrada de 10 % sobre o fundo a que fica reduzida a carteira commercial que será feita logo que for approvada pelo Governo a reforma dos estatutos.

Art. 6.º Diga-se : E' facultativa a antecipaçáo das entradas e consequente integralisação das acções.

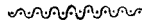
§ 1.º Diga-se : O accionista que fizer prestações além daquellas que tenham sido chamadas ou mesmo integralisar suas acções, perceberá o dividendo semestral na razão do capital chamado, percebendo mais os juros de 8 % ao anno pelo capital restante a chamar, aliás representado em suas acções.

O Ministro de Estado dos Negocios da Fazenda assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Felisbello Freire.



DECRETO N. 1630 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Vição e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 12.216:023\$701 para occorrer ás despezas até ao fim do corrente exercicio com as Estradas de Ferro Central de Pernambuco, Central do Brazil e Prolongamento da de Porto Alegre a Uruguayana.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Considerando que, por falta de tempo, deixou o Congresso Nacional de providenciar sobre os creditos pedidos por mensagem de 20 e 21 de julho proximo passado, para occorrer ao pagamento de despezas com diversos serviços a cargo do Ministerio

dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas por serem insufficientes as respectivas verbas no corrente exercicio, attendendo que, por tratar-se de serviços de natureza inadiaveis, o respectivo pagamento torna-se indispensavel :

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, ao Ministerio acima referido, um credito extraordinario de 12.216:023\$701 destinado a occorrer aos seguintes serviços no corrente exercicio, a saber :

Estrada de Ferro Central de Pernambuco :

Para custeio da linha.....	586:000\$000	
Para encomenda de material no estrangeiro.....	300:000\$000	886:000\$000

Estrada de Ferro Central do
Brazil :

Locomoção.....	4.670:808\$080	
Linha e edificios.....	4.228:184\$549	
Trafego.....	2.020:731\$072	
Contabilidade.....	10:000\$900	10.930:023\$701

Prolongamento da Estrada
de Ferro de Porto Alegre a
Uruguayana :

Pessoal.....	150:000\$000	
Material.....	250:000\$000	400:000\$000

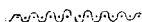
Total..... 12.216:023\$701

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1631 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Abro ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 150:000\$ para occorrer ás despesas com obras do porto do Recife, do corrente exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que o Congresso Nacional, por falta de tempo, deixou de conceder o credito pedido por mensagem de 18 de agosto

do corrente anno para occorrer á despesa com diversos serviços a cargo do Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas entre os quaes se acha o melhoramento do porto do Recife do 2º districto de portos maritimos da verba — Obras diversas nos Estados —, e

Attendendo que, devido á importancia de serviços inadiaveis executados naquelle porto, houve despesas de imprescindivel necessidade:

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, áquelle Ministerio, um credito extraordinario de cento e cincoenta contos de réis (150:000\$) para occorrer ao pagamento de despesas effectuadas com o referido serviço de melhoramento do porto do Recife, durante o corrente exercicio.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1632 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 16:000\$ para pagamento de dividas de exercicios findos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil:

Tendo em consideração haver o Congresso Nacional, por falta de tempo, deixado de votar o credito pedido por mensagem de 26 de julho proximo passado para pagamento de diversas dividas de exercicios findos, entre as quaes figuram despesas realisadas pela Comissão exploradora do planalto central da Republica, com vencimentos do respectivo pessoal e outros serviços:

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario da quantia de dezeseis contos de réis (16:000\$), destinado ao pagamento, por exercicios findos, de vencimentos devidos ao pessoal da referida comissão e de outras despesas á mesma inherentes.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1633 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca do Rio Negro, no Estado do Amazonas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve :

Art. 1.º Fica creado na comarca do Rio Negro, no Estado do Amazonas, um commando superior de Guarda Nacional, o qual se comporá dos batalhões 13º de infantaria do serviço activo, 2º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e 4º de artilharia, reduzido a quatro baterias, todos já existentes e desligados do commando superior da comarca da Capital, e do 1º regimento de cavallaria, ora creado, com quatro esquadrões.

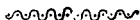
Art. 2.º O 1º regimento de cavallaria será organizado com os guardas qualificados na villa da Boa Vista do Rio Branco, e os demais batalhões, com os qualificados nos districtos da comarca.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1634 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Transfere para a comarca de Solimões o 3º batalhão de infantaria de guardas nacionaes da comarca da Capital do Estado do Amazonas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. Fica transferido para o commando superior da comarca do Solimões o 3º batalhão de infantaria de guardas nacionaes da Capital do Estado do Amazonas, visto pertencer a villa de Codajás, onde se acha o mesmo organizado, à referida comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1635 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca da Capital do Estado do Amazonas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca da Capital do Estado do Amazonas se comporá dos actuaes batalhões de infantaria ns. 1, 2, 16 e 17, do 1º da reserva, reduzidos a quatro companhias cada um, e do 1º de artilharia, reduzido a quatro baterias, e dos, ora creados, 27ª e 28º de infantaria, 9º da reserva, com quatro companhias cada um, e 11º de artilharia, com quatro baterias, os quaes se organizarão com os guardas alistados nos districtos da mesma comarca.

Art. 2.º Os batalhões ns. 16 e 17, ainda não organizados, terão suas sédes, o primeiro no districto de Manacapurú e o segundo no de Ayrão.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1636 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Dá nova organização ao commando superior da Guarda Nacional da comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes.

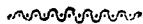
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Artigo unico. O commando superior da Guarda Nacional da comarca do Prata, no Estado de Minas Geraes, se comporá dos actuaes 73º e 74º batalhões de infantaria do serviço activo, da 12ª e 13ª secções do serviço da reserva, elevadas á categoria de batalhão, com a designação de 120º, todos com quatro companhias cada um, e de um regimento de cavallaria, com igual numero de esquadroes e a designação de 68º, os quaes se organizarão com os guardas qualificados nos districtos da mesma comarca ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1637 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional na comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar :

Art. 1.º Fica creado na comarca de Itaperuna, no Estado do Rio de Janeiro, um commando superior de Guarda Nacional, que se comporá de quatro batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 78º, 79º, 80º e 81º, de um batalhão da reserva, igualmente com quatro companhias, sob n. 37, e de um regimento de cavallaria, com quatro esquadrões e a designação de 23º, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos municipios da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1638 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Dá nova organização á Guarda Nacional da comarca de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Art. 1.º O commando superior da Guarda Nacional da comarca de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro, se comporá do 33º batalhão de infantaria do serviço activo, já organizado, reduzido a quatro companhias, de mais seis batalhões de infantaria, ora creados, com quatro companhias cada um e as designações de 72º, 73º, 74º, 75º, 76º e 77º, do 16º batalhão da reserva, já existente, igualmente com quatro companhias, e do 17º regimento de cavallaria, com quatro esquadrões, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos municipios da mesma comarca.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1639 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea um commando superior de Guarda Nacional no municipio de S. José do Egypto, no Estado de Pernambuco.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar .

Artigo unico. Fica creado no municipio de S. José do Egypto, no Estado de Pernambuco, um commando superior de Guarda Nacional, que se comporá de dois batalhões de infantaria do serviço activo, com quatro companhias cada um e as designações de 91º e 92º, e de um batalhão da reserva, igualmente com quatro companhias, sob n. 17, os quaes se organisarão com os guardas qualificados nos districtos do mesmo municipio ; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1640 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea mais dous batalhões, um do serviço activo e outro do da reserva, de guardas nacionaes na comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Ficam creados na comarca de Iguassú, no Estado do Rio de Janeiro, mais dous batalhões, sendo um do serviço activo e o outro do da reserva de guardas nacionaes, com quatro companhias cada um e as designações de 82º e 38º, os quaes serão organisados com os guardas qualificados no districto do Pilar; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1641 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Crea mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes na comarca de Piracicaba, no Estado de S. Paulo.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil resolve decretar:

Artigo unico. Fica creado na comarca de Piracicaba, no Estado de S. Paulo, mais um batalhão de infantaria de guardas nacionaes, com quatro companhias e a designação de 197º, o qual será organizado com os guardas classificados no districto de Santa Barbara; revogadas as disposições em contrario.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO,

Cassiano do Nascimento.



DECRETO N. 1642 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 27:017\$979 para occorrer a diversos serviços a cargo do mesmo Ministerio durante o corrente exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que o Congresso Nacional, por falta de tempo, deixou de votar os creditos pedidos para occorrer a diversos serviços, cujas verbas foram excedidas no corrente exercicio, e

Attendendo que por imprescindivel a continuação de uns e a conclusão de outros desses serviços, seu adiamento para o futuro traria o inconveniente de maior despesa :

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de 27:017\$979, assim distribuido :

De 20:000\$ á verba — Garantia de juros ás estradas de ferro — para pagamento de dous engenheiros fiscaes de 2ª classe addidos á respectiva Inspectoria Geral ; 2:017\$979 á verba — Directoria Geral de Estatistica —, para conclusão de trabalhos a seu cargo durante o corrente exercicio ; e 5:000\$ ao pessoal da

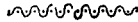
comissão parlamentar de viação geral da Republica ; sendo : 3:000\$ ao auxiliar secretario, 1:500\$ ao desenhista e 500\$ ao ajudante de escripta.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1643 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Marinha um credito supplementar de 18:480\$ á verba — Capitánias de portos — do corrente exercicio, para occorrer ao augmento dos vencimentos dos patrões e remadores das Capitánias.

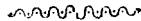
O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 170, de 31 de agosto do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio da Marinha o credito supplementar de dezoito contos quatrocentos e oitenta mil réis (18:480\$) á verba — Capitánias de portos — do corrente exercicio, para occorrer ao augmento de vencimentos dos patrões e remadores das Capitánias de portos da Republica.

O Contra-Almirante Felipe Firmino Rodrigues Chaves, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Firmina Chaves.



DECRETO N. 1644 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio da Marinha um credito supplementar de 32:150\$ á verba — Repartição da Carta Marítima — do corrente exercicio, para occorrer ás despezas do pessoal e material dos pharóes que se estão erigindo em diversos Estados da Republica.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo decreto legislativo n. 195

de 13 de outubro do corrente anno, resolve abrir ao Ministerio da Marinha, à verba — Repartição da Carta Maritima — do corrente exercicio, o credito supplementar da quantia de 32:150\$, para occorrer ás despesas do pessoal e material dos pharões que se estão erigindo nos Estados do Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Espirito Santo, S. Paulo e Santa Catharina.

O Contra-Almirante Felipe Firmino Rodrigues Chaves, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Firmino Chaves.



DECRETO N. 1645 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Declara caduca a concessão constante dos decretos ns. 597 A e 1382, de 19 de julho de 1890 e 19 de fevereiro de 1891.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, considerando que o decreto n. 1382 de 19 de fevereiro de 1891, pelo qual foi concedida garantia de juros para a construcção de um porto artificial na enseada de S. Domingos das Torres e de uma estrada de ferro desse porto à cidade de Porto Alegre, de que trata o decreto n. 597 A, de 19 de julho de 1890, estatue na clausula 11ª que, si as obras não forem encetadas no prazo de um anno, a contar da data da approvação dos estudos, caducará a concessão, e que o referido prazo já se acha excedido, não havendo sido ainda iniciados os trabalhos, resolve, nos termos da referida clausula 11ª e da 12ª, declarar caduca a supramencionada concessão.

O Dr. João Felipe Pereira, Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1.645 A — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 233:974\$725 para occorrer ás despesas até ao fim do corrente exercicio com os serviços a cargo da Inspeção Geral das Obras Publicas.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Attendendo á insufficiencia do credito aberto para occorrer, até ao fim do corrente exercicio, ás despesas com o custeio dos serviços que correm pela Inspeção Geral das Obras Publicas da Capital Federal, de accordo com a lei n. 126 B, de 21 de novembro de 1892, em razão das grandes differenças de cambio e de preço dos materiaes necessarios áquelles serviços, e que tal custeio, por sua natureza, é imprescindivel e inadiavel :

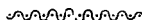
Resolve abrir, sob a sua responsabilidade, ao Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas um credito extraordinario de duzentos sessenta tres contos, novecentos setenta e quatro mil, setecentos vinte e cinco réis (263:974\$725).

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5ª da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira.



DECRETO N. 1645 B — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 30:000\$ para pagamento da subvenção devida á Companhia de Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya, no corrente exercicio.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que, ao encetar a Companhia de Viação Ferrea e Fluvial do Tocantins e Araguaya o serviço de navegação do Baixo Tocantins, contractado com o Governo Federal, já havia sido apresentada ao Congresso Nacional a proposta do orçamento da despesa para o corrente exercicio ; e

Attendendo que por esse motivo não podia nem convinha ao Governo impedir que semelhante serviço fosse executado :

Resolve abrir, sob sua responsabilidade, ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, um credito extra-

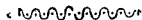
ordinario de 30:000\$, destinado a occorrer ao pagamento áquella companhia da subvenção devida pelo serviço de navegação do Baixo Tocantins, no corrente exercicio.

O Ministro dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira,



DECRETO N. 1645 C — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1893

Abre ao Ministerio dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, sob a responsabilidade do Vice-Presidente da Republica, um credito extraordinario de 893:486\$340 para pagamento de despesas exceedidas no corrente exercicio com o serviço de colonisação no Estado do Rio Grande do Sul.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil :

Considerando que, devido á exiguidade da consignação destinada ao serviço de colonisação no Estado do Rio Grande do Sul, do orçamento vigente, foram as respectivas despesas além da quantia para esse fim distribuida ; e

Attendendo que, por serem conhecidos os beneficios e vantagens resultantes da colonisação que afflue áquelle Estado, não podia o Governo, sem grave perturbação nas colonias, paralisar o serviço de hospedagem, agasalho e collocação dos immigrants:

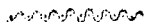
Resolve abrir, sob sua responsabilidade, ao Ministro dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, um credito extraordinario de 898:486\$840, destinado ao pagamento de despesas com o serviço da colonisação no Estado do Rio Grande do Sul, durante o corrente exercicio.

O Ministro de Estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas assim o faça executar.

Capital Federal, 30 de dezembro de 1893, 5º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

João Felipe Pereira,



ADDITAMENTO

DECRETO N. 1199 (*) — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1892

Approva o regulamento para a Escola de Sargentos.

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, usando da autorisação conferida pelo art. 19 da lei n. 39 A. de 30 de janeiro do corrente anno, resolve approvar o regulamento para a Escola de Sargentos, que com este baixa, assignado pelo General de Brigada Francisco Antonio de Moura, Ministro de Estado dos Negocios da Guerra, que assim o tenha entendido e faça executar.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892, 4º da Republica.

FLORIANO PEIXOTO.

Francisco Antonio de Moura.

Regulamento para a Escola de Sargentos

CAPITULO I

DO FIM DA INSTRUÇÃO

Art. 1.º Esta escola tem por fim habilitar pessoal para preencher as vagas de sargento nos corpos do Exercito.

Art. 2.º O seu curso será dividido em quatro annos; em cada um delles haverá uma parte theorica e outra pratica.

CAPITULO II

DO PLANO DE ESTUDOS

Art. 3.º O curso theorico constará do seguinte :

1º anno

Leitura — Lettras, syllabas, phrases.

Calligraphia — Exercicios até bastardinho.

Contabilidade — Taboada até divisão.

(*) Publicado no *Diario Official* de 24 de maio de 1894.

2º anno

Leitura facil, principios de grammatica.
 Calligraphia—Exercicios até cursivo.
 Contabilidade até divisão.

3º anno

Leitura corrente.
 Grammatica nacional.
 Escripta corrente copiada, dictada.
 Arithmetica até fracções decimacs—metrologia.
 Noções de geographia physica.
 Noções elementares de hygiene militar.
 Desenho linear.

4º anno

Leitura em autores classicos.
 Arithmetica até proporções.
 Analyse grammatical, logica.
 Exercicios de redacção.
 Noções de corographia e de historia do Brazil.
 Noções de hypologia.
 Desenho linear.

Art. 4.º O exercicio pratico será dividido por armas, do modo seguinte :

ARMA DE INFANTARIA

1º anno

Escola de recruta sem arma — Nomenclatura da arma e da munição regulamentares — desmontar e montar a arma — limpeza e conservação do armamento.

Escola de recruta com arma — Manejo — posições do atirador, exercicios preliminares de pontaria — visar com a arma apoiada e a braços livres — applicação do dedo na tecla do gatilho para fazer disparar a arma (tiro de quartel com carga reduzida).

Primeiros exercicios de gymnastica e de esgrima de baioneta.

2º anno

Nomenclatura do equipamento — arrumação da roupa da ordem na mochila.

Exercicios de companhia em ordem unida e dispersa.

Tiro com cartuchos desembalados.

Deveres do soldado e do cabo de esquadra.

Gymnastica, esgrima de baioneta.

3º anno

Exercício de batalhão.

Apreciação das distancias.

Trabalhos na linha de tiro — noções geraes do tiro, definição de trajetória, angulos e linhas de tiro e de mira, velocidade inicial, restante, zona perigosa, etc.

Alça de mira, seu emprego.

Tiro com a arma apoiada.

Tiros sobre alvos fixos, a braços livres, de pé, de joelhos e deitado.

Deveres dos forrieiros e dos segundos e primeiros sargentos.

Gymnastica e esgrima de baioneta.

4º anno

Apreciação de distancias.

Continuação de exercicios na linha de tiro, fogo de pé, de joelhos e deitado, sobre alvos fixos e moveis.

Construcção de trincheira, abrigo.

Exercício de companhia e batalhão em ordem extensa e unida.

Deveres dos sargentos ajudantes e quarteis-mestres.

Nomenclatura e serviço da metralhadora.

Gymnastica e esgrima de baioneta.

ARMA DE CAVALLARIA

1º anno

Escola de recruta sem arma — Nomenclatura da clavina, do revólver, da espada e da lança — modo de montar e desmontar as armas portateis de fogo.

Limpeza e conservação do armamento, nomenclatura do arreamento.

Escola de recruta com arma e a pé — Manejo da clavina e do revolver, posição do atirador, exercicios preliminares de pontaria — visar com a arma apoiada e a braços livres — applicação do dedo na tecla do gatilho para fazer disparar a arma — tiro de quartel.

Manejo da espada.

Equitação.

Principios de gymnastica.

2º anno

Nomenclatura do equipamento.

Exercicios de secção — Manejo da lança, a pé e a cavallo — atiradores — tiro de clavina com cartuchos desembalados.

Deveres do soldado, dos anspeçadas e dos cabos de esquadra.

Gymnastica e esgrima de espada.

Equitação.

3º anno

Escola de esquadrão.

Apreciação de distancias.

Trabalhos na linha de tiro — Definições de trajectoria, angulos e linhas de tiro e de mira, velocidade inicial e restante, zona perigosa, etc.

Alça de mira e seu emprego.

Tiro com a arma apoiada.

Tiro sobre alvos fixos a braços livres, de pé, de joelhos e deitado.

Deveres dos forrieiros e dos segundos e primeiros sargentos.

Gymnastica e esgrima de espada.

4º anno

Exercicio de esquadrão — Serviço de descobertas e de flanqueadores—jogo de lança.

Continuação de exercicio na linha de tiro, fogo a pé, de joelhos e deitado, sobre alvos fixos e moveis.

Continuação de trincheira e abrigo.

Nomenclatura e serviço da metralhadora.

Deveres dos sargentos ajudantes e quarteis-mestres.

ARMA DE ARTILHARIA

1º anno

Escola do recruta desarmado — Nomenclatura do mosquetão, do revólver e da espada — montagem e desmontagem do mosquetão e do revólver, limpeza e conservação do armamento portátil.

Nomenclatura do arreiamento de montaria.

Equitação.

Escola do recruta com mosquetão — Manejo da arma, posição do atirador, exercicios preliminares de pontaria, visar com a arma apoiada e a braços livres — applicação do dedo na tecla do gatilho para fazer disparar a arma — tiro de quartel.

Primeiros exercicios de gymnastica e de esgrima de baioneta.

2º anno

Nomenclatura das boccas de fogo regulamentares, dos seus reparos, palamenta e accessorios, e do arreiamento de tiro.

Serviço da bocca de fogo — tiro de artilharia sem projectil.

Exercicio de companhia, como infantes.

Equitação.

Gymnastica e esgrima de baioneta.

Deveres dos soldados, anspeçadas e cabos de esquadra.

3º anno

Appreciação de distancias.
 Nomenclatura da munição.
 Trabalhos na linha de tiro, definição da trajectoria, angulos e linhas de tiro e de mira, velocidade inicial, restante, etc.
 Alça de mira do mosquetão e seu emprego.
 Tiro com mosquetão e revólver.
 Estudo e emprego da alça e do quadrante de pontaria nas boccas de fogo.
 Verificação da munição, accessorios e palamenta.
 Tiro com granadas e schrapnels sobre alvos fixos.
 Serviço de conductores.
 Deveres dos forrieis, primeiros e segundos sargentos.
 Gymnastica e esgrima de espada.

4º anno

Exercicio de bateria.
 Regulação da alça para uma bateria de campanha.
 Emprego dos diferentes projectis.
 Tiro sobre alvos fixos e moveis, com uma secção, uma divisão e uma bateria.
 Construcção de espaldão para artilharia.
 Emprego de telemetros.
 Deveres dos sargentos ajudantes e quarteis-mestres.

ARMA DE ENGENHARIA

1º anno

Escola do recruta sem arma — Nomenclatura da arma e munições regulamentares e dos diversos instrumentos de sapa.
 Limpeza e conservação do armamento e da ferramenta de sapa.
 Escola do recruta com arma — Manejo da arma — posição do atirador, exercicios preliminares de pontaria; visar com a arma apoiada e a braços livres, applicação do dedo na tecla do gatilho para fazer disparar a arma — tiro de quartel.
 Primeiros exercicios de gymnastica e esgrima de baioneta.

2º anno

Nomenclatura do equipamento—arrumação da roupa da ordem na mochila.
 Exercicio de companhia em ordem unida e dispersa.
 Tiro com cartuchos desembalados.
 Traçado e construcção de fortificação de campo de batalha.
 Deveres dos soldados, anspeçadas e cabos de esquadra.
 Gymnastica e esgrima de baioneta.

3º anno

Apreciação de distancias.

Trabalhos na linha de tiro—Noções geraes do tiro, definição de trajectoria, angulos e linha de tiro e de mira, velocidade inicial e restante, zona perigosa, etc.

Alça de mira e seu emprego.

Tiro com a arma apoiada.

Tiro sobre alvos fixos e moveis, a braços livres, de pé, de joelhos e deitado.

Telegraphia por signaes isolados, telegraphia semaphorica.

Alphabeto e signaes de Morse.

Traçado e construcção de obras de campanha.

Deveres dos forrieis, segundos e primeiros sargentos.

4º anno

Construcção de linhas telegraphicas, rasteiras e aerneas.

Uso dosapparelhos telegraphicos electricos de transmissão.

Destruição e reparo de linhas telegraphicas.

Emprego do apparelho de telegraphia optica do coronel Mangin e do heliostato.

Construcção de pontes militares.

Nomenclatura e serviço da metralhadora.

Deveres dos sargentos ajudantes e quarteis-mestres.

Escripturação militar

O ensino de escripturação militar será dado no 3º e 4º annos e dividido do seguinte modo:

3º anno

Vales de ração, pernoutes, mappas diarios, de força, mensal, relação das praças com direito a vencimentos durante o mez, pedidos de fardamento e de material, escala de serviço e alteração, partes accusatorias.

4º anno

Ajuste de contas de fardamento e escripturação dos livros das baterias, esquadrões, companhias, secretaria, casa da ordem, repartição do quartel-mestre e do agente.

CAPITULO III

DO PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5.º Para o regimen administrativo da escola haverá :
1º, um commandante, coronel ou tenente-coronel de corpo especial scientifico ;

2º, um fiscal, major de corpo especial scientifico ;
 3º, um ajudante, capitão effectivo do Exercito ;
 4º, um secretario ;
 5º, um quartel-mestre ;
 6º, um agente, official effectivo ou reformado do Exercito ;
 7º, quatro commandantes de companhias, capitães effectivos do Exercito ;

8º, quatro subalternos, officiaes effectivos do Exercito ;

9º, cinco amanuenses, praças de pret de bom comportamento e com as necessarias habilitações, sendo dous para a secretaria, um para a sala das ordens, um para a repartição do quartel-mestre e o outro para a do agente ;

10, os guardas, praças de pret effectivas ou reformadas, que forem necessarios para o serviço das arrecadações, linha de tiro e cavallariças.

Art. 6.º O commandante é o principal responsavel pela fiel execução deste regulamento ; sua fiscalisação e inspecção abrangem todos os ramos do serviço administrativo, disciplinar e doutrinal ; como primeira autoridade da escola, é o unico órgão que põe o estabelecimento em relação com o Governo, por intermedio do ajudante general, a quem é immediatamente subordinado.

Art. 7.º Incumbe ao commandante :

1º, presidir os conselhos de instrucção e economico ;

2º, designar de entre os empregados da escola, na falta ou impedimento de algum, quem o substitua interinamente, dando disso parte ao ajudante general, si o provimento do lugar não for de sua competencia ;

3º, conceder dispensas do serviço, ou licença, sem perda de vencimentos, não excedendo porém o prazo de quatro dias ;

4º, enviar ao ajudante general, no mez de janeiro, um relatório circunstanciado do estado da instituição nos seus tres ramos : administrativo, disciplinar e instructivo ; comprehendendo os trabalhos realisados no anno antecedente, assim como as propostas de medidas cuja adopção julgar necessaria para melhorar o ensino e as condições materiaes do estabelecimento, a relação da conducta de todos os officiaes e inferiores empregados na escola, e no principio de cada trimestre a relação dos empregados com declaração dos cargos que exercem, corpos a que pertencem e juizo que forma sobre cada um delles ;

5º, remetter ao quartel-mestre general, trimensalmente, o mappa demonstrativo dos animaes existentes na escola, com declaração do seu estado, e annualmente o mappa de carga e descarga do armamento, equipamento, arreadamento, munição,apparelhos, viaturas, utensilios, com declaração do estado em que estiverem.

Art. 8.º São attribuições do fiscal :

1º, substituir o commandante nos seus impedimentos ;

2º, presidir o conselho de disciplina ;

3º, verificar e rubricar os documentos de receita e despeza da escola, antes de os submeter ao exame do commandante;

4º, inspecionar a instrucção theorica e pratica;

5º, applicar todo o seu zelo e esforço para que os alumnos procedam com a maior correccão e sejam solícitos no cumprimento de seu dever;

6º, apresentar ao commandante, no principio de cada anno, uma exposição detalhada do serviço a seu cargo;

7º, cumprir todas as ordens impostas pelos regulamentos em vigor aos maiores dos corpos arregimentados do Exercito.

Art. 9.º Ao ajudante incumbe, além do desempenho de todos os serviços que competem aos ajudantes dos corpos arregimentados, a direcção do pessoal empregado na linha de tiro e nas cavallariças.

Art. 10. Ao secretario compete:

1º, dirigir todos os trabalhos da secretaria, cumprindo fielmente as ordens do commandante;

2º, fazer escrever, registrar e expedir os papeis que correrem pela secretaria, conformes as instrucções e ordens do commandante;

3º, escrever e archivar a correspondencia reservada;

4º, preparar os esclarecimentos precisos para a confecção do relatorio annual;

5º, lavrar os contractos que devem ser assignados pelo commandante;

6º, lavrar as actas das sessões dos conselhos de instrucção e economico e os termos de exame dos alumnos;

7º, propôr ao commandante as medidas que julgar necessarias para o bom andamento dos trabalhos da secretaria;

8º, ter a seu cargo a bibliotheca da escola, zelar pela conservação dos livros, memorias, mappas, desenhos, etc., que ella possuir, e organizar os respectivos catalogos.

Art. 11. Ao quartel-mestre incumbe:

1º, fazer os pedidos do material ordenados pelo commandante e receber esse material, dando parte do recebimento ao fiscal;

2º, ter sob sua guarda a rouparia dos alumnos e todo o material que não estiver a cargo de outros empregados no estabelecimento, o fardamento ainda não distribuido, os generos destinados á alimentação dos alumnos e a forragem dos animaes;

3º, fazer as folhas e pretos dos vencimentos do pessoal da escola, receber a importancia da repartição competente e proceder ao pagamento, tendo obtido permissoão do fiscal;

4º, organizar e apresentar ao commandante, por intermedio do fiscal, no principio de cada semestre, um mappa demonstrativo de todo o material a seu cargo, com declaração do estado em que se achar.

Art. 12. São obrigações do agente:

1º, fazer todas as despezas ordenadas pelo commandante;

2º, fazer os vales para o fornecimento de generos alimenticios e forragem e apresental-os á rubrica do fiscal ;

3º, receber diariamente do quartel-mestre os generos para o rancho dos alumnos ;

4º, administrar o rancho, zelando pela fiel execução das ordens em vigor a semelhante respeito, e ter a seu cargo todo o material existente no refeitório, na cozinha e na despensa.

Art. 13. Os amanuenses teem por dever auxiliar os encarregados das repartições em que servirem, cumprindo fielmente as suas ordens.

Art. 14. Os commandantes das companhias e os subalternos devem cumprir o que está estabelecido no regulamento para o serviço dos corpos do Exército, com as modificações constantes do presente regulamento e na parte relativa ás penas.

Art. 15. Aos guardas cumpre dirigir o serviço do trato dos animaes e a limpeza das cavallariças, conservar em bom estado a linha de tiro, osapparelhos, armamento, equipamento de que estiverem encarregados.

CAPITULO IV

DO PESSOAL DA INSTRUÇÃO E SUAS ATTRIBUIÇÕES

Art. 16. Para o serviço da instrução dos alumnos haverá:

1º, quatro professores, officiaes do Exército, com reconhecida aptidão para o ensino ;

2º, quatro adjuntos nas mesmas condições ;

3º, um mestre de esgrima ;

4º, um mestre de gymnastica.

Art. 17. Os logares de professor e de adjunto serão exercidos por comissão.

Art. 18. Cada professor será encarregado do ensino theorico de um dos annos em que se divide o curso e do ensino pratico de uma das armas.

Art. 19. Tres dos professores, assim como tres dos adjuntos, devem pertencer ás armas de artilharia, cavallaria e infantaria; o outro poderá ser do corpo de engenheiros, do estado-maior de 1ª classe ou de qualquer das armas, contanto que tenha o curso de engenharia ; este será encarregado do ensino pratico da arma de engenharia e os outros do das armas a que pertencerem.

Art. 20. Aos professores compete:

1º, comparecer com pontualidade ás aulas e exercicios e observar rigorosamente os programmes do ensino ;

2º, comparecer ás sessões do conselho de instrução ;

3º, exercer a mais severa fiscalisação sobre os alumnos durante as horas do ensino, advertindo-os ou dando parte ao fiscal, conforme as circumstancias dos que procederam mal ou não applicarem-se ao estudo ;

4º, prestar os esclarecimentos que forem requisitados pelo commandante, em relação ao exercício de suas funções ;

5º, solicitar o que julgar conveniente para o ensino theorico e pratico que estiver a seu cargo ;

6º, dar aos adjuntos as precisas instrucções para a regularidade e methodo de ensino ;

7º, apresentar trimestralmente, por intermedio do fiscal, uma nota indicativa do aproveitamento de cada alumno, tanto na aula theorica como nos exercicios praticos.

Art. 21. Aos mestres compete :

1º, comparecer pontualmente ás horas indicadas no programma do ensino e executá-lo fielmente ;

2º, exercer a mais severa fiscalisação sobre os alumnos durante o ensino, admoestando-os, ou, conforme as circumstancias, dando parte ao fiscal, si algum delles proceder mal ou não applicar-se aos trabalhos.

Art. 22. Aos adjuntos cumpre :

1º, compor nos logares e as horas indicadas pelo professor, a quem devem auxiliar e dar cumprimento ás instrucções que delle receberem ;

2º, substituir o professor nas suas faltas e impedimentos, dirigir e fiscalisar os alumnos nas salas de estudo.

CAPITULO V

PESSOAL DO SERVIÇO SANITARIO

Art. 23. Para o serviço da enfermaria do estabelecimento haverá :

1º, um medico do quadro do Exército ;

2º, um medico adjunto ;

3º, um pharmaceutico militar ;

4º, um enfermeiro ;

5º, um ajudante de enfermeiro ;

6º, um cozinheiro e os serventes que forem indispensaveis.

Art. 24. Ao medico chefe da enfermaria compete :

1º, prestar desveladamente os socorros de sua profissão, não só aos alumnos, como a todos os empregados que residirem no estabelecimento ou nas proximidades, e a suas familias ;

2º, apresentar annualmente ao commandante, até ao fim do mez de janeiro, um mappa estatistico do movimento da enfermaria ;

3º, dar as precisas instrucções ao adjunto, ao pharmaceutico e ao enfermeiro para que o serviço marche com a devida regularidade ;

4º, requisitar do commandante, p'or intermedio do fiscal, todas as providencias que lhe parecerem necessarias para a boa execução dos serviços a seu cargo ;

5º, participar ao fiscal, sem demora, qualquer caso de molestia com caracter contagioso ou epidemico, indicando os meios para atalhar ou remediar o mal;

6º, examinar os generos alimenticios que entrarem para o estabelecimento, fazendo parte da commissão de exame e sempre que for determinado pelo commandante;

7º, inspecionar os candidatos á matricula;

8º, inspecionar todos os alumnos no principio de cada trimestre, para o fim de verificar si ha algum caso de molestia incuravel que exija inspecção de junta militar de saude e dar parte ao commandante, por intermedio do major, do que encontrar, para que sejam tomadas as providencias necessarias;

9º, revaccinar os alumnos sempre que for conveniente;

10, communicar ao fiscal qualquer falta commettida pelo adjunto, pharmaceutico e enfermeiro, no cumprimento dos seus deveres;

11, revistar, pelo menos uma vez por semana, todo o estabelecimento e propor ao commandante, por intermedio do fiscal, as medidas que julgar necessarias;

12, assistir ás sessões do conselho economico.

Art. 25. O medico adjunto tem por dever substituir nas suas faltas e impedimentos o medico chefe da enfermaria e auxilia-lo no serviço.

Art. 26. São attribuições do pharmaceutico:

1º, examinar os medicamentos e vasilhame que entrarem para a pharmacia, qualquer que seja a procedencia, dando parte ao medico chefe da enfermaria, das faltas que encontrar, afim de que o commandante possa providenciar;

2º, aviar todo o receiptuario;

3º, fazer os pedidos, por intermedio do medico chefe, do quanto for necessario á pharmacia.

Art. 27. Ao enfermeiro cumpre:

1º, tratar com todo o desvelo os alumnos enfermos, sendo neste serviço auxiliado pelo seu ajudante;

2º, conservar as salas e outras dependencias da enfermaria no melhor arranjo e asseio e as camas sempre com a roupa limpa;

3º, ter sob sua guarda a arrecadação especial da enfermaria, na qual serão depositados todos os artigos que não estiverem em serviço diario;

4º, executar escriptulosamente todas as ordens do medico chefe da enfermaria e responder por tudo quanto nella existir;

5º, dar parte ao medico chefe, de qualquer falta commettida pelo seu ajudante, pelos serventes ou pelos alumnos enfermos.

CAPITULO VI

DA ADMISSÃO DOS ALUMNOS

Art. 28. Para admissão na escola exige-se:

1º, ser brasileiro;

2º, ser de constituição robusta e ter sido vaccinado;

3º, ter de 14 a 17 annos de idade ;

4º, ser apresentado por pessoa que se interesse pelo seu futuro, como pae, mãe, avós, tutor.

Art. 29. Teem preferencia para admissão :

1º, os que já souberem ler, escrever e conhecerem pelo menos as quatro operações sobre numeros inteiros ;

2º, os filhos das praças e officiaes do Exercito e da Marinha.

Art. 30. Para se verificar as condições do n. 2 do art. 28, mandará o commandante inspecionar o candidato á matricula pelos medicos da escola, que deverão declarar por escripto si o candidato foi vaccinado e si tem alguma enfermidade ou defeito physico que o torne incapaz para a profissão das armas.

Art. 31. Na falta absoluta de certidão de baptismo ou justificação julgada por sentença para satisfazer a disposição 3ª do art. 28, a idade será avaliada por uma commissão nomeada pelo commandante e composta de tres officiaes, sendo um delles o medico.

Art. 32. Para julgar-se do primeiro caso de preferencia, o commandante da escola nomeará uma commissão composta de um professor e de dous adjuntos. Esta commissão examinará e classificará o candidato ou candidatos, que se apresentarem afim de matricular-se no anno do curso theorico correspondente ás respectivas habilitações.

Art. 33. No acto de admissão o commandante designará a companhia em que deve ser incluído o novo alumno, tendo em consideração, quanto for possivel, a sua idade e desenvolvimento physico.

Art. 34. Poderão ser transferidos do Arsenal de Guerra para a Escola de Sargentos os aprendizes artífices maiores de 14 annos, que não tiverem aptidão para os officios e forem de bom comportamento.

CAPITULO VII

DO ANNO LECTIVO E EXAMES

Art. 35. Os trabalhos escolares começarão no primeiro dia util do mez de março e terminarão a 7 de dezembro.

Art. 36. O conselho de instrucção organizará, dias antes da abertura da escola, o horario das aulas theoricas e praticas e a duração de cada aula ou exercicio, a qual nunca será inferior a uma hora. O horario e o programma do ensino, de que tambem será organizado um detalhe pelo conselho de instrucção, serão submittidos á approvação do Governo, pelos tramites legais.

Art. 37. Haverá um exame parcial das doutrinas que constituem o curso theorico, perante uma commissão nomeada pelo commandante e na época que o conselho de instrucção designar.

Art. 38. Durante o mez de agosto ficarão suspensas as aulas theoricas para que os alumnos sejam exercitados fóra da escola

e em local apropriado, no serviço de acampamento, combates, construção de fortificação de campanha, etc.

Art. 39. Os exames finais começarão logo que terminar o anno lectivo.

Art. 40. A comissão examinadora das materias do anno theorico compor-se-ha de dous professores e de um adjunto, fazendo sempre parte della o professor da cadeira.

Art. 41. A comissão examinadora da parte pratica será tam-bem composta de dous professores e de um adjunto, sendo este e um dos professores os que durante o anno estiveram encarregados da instrucção pratica dos alumnos sujeitos a exame.

Art. 42. Os presidentes da comissão de exame são considerados como delegados do commandante da escola, que por isso poderá, todas as vezes que julgar conveniente, assumir a presidencia de qualquer das comissões.

Art. 43. O alumno que sob, qualquer pretexto, deixar de responder a qualquer dos examinadores, será considerado reprovado.

Art. 44. Terminadas as provas em cada dia, a comissão examinadora procederá ao julgamento dos exames, sendo o resultado guardado para a classificação por ordem de merecimento.

Art. 45. Findos todos os exames, reunir-se-ha o conselho de instrucção e procederá á classificação dos alumnos por ordem de merecimento.

Art. 46. Do resultado dos exames será lavrado o respectivo termo e publicado em ordem do dia e no *Diario Official*.

CAPITULO VIII

DOS ALUMNOS, SUA ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO

Art. 47. Os alumnos da Escola de Sargentos devem constituir quatro companhias, sendo de 100 o estado completo de cada uma.

Art. 48. Cada companhia deve ter um primeiro sargento, dous segundos, um forriell, seis cabos de esquadra e seis anspeçadas.

Art. 49. Os alumnos, por occasião de sua matricula, devem ser classificados por armas, tendo-se em vista o numero de baterias, esquadões e companhias que ha no nosso Exercito; para isso deve guardar-se a seguinte relação: para um alumno da arma de engenharia, cinco de artilharia, sete de cavallaria e 18 de infantaria. Si acontecer que em um anno lectivo fique prejudicada nesta distribuição alguma das armas, dever-se-ha no anno seguinte, por occasião das novas matriculas, compensar esse prejuizo.

Art. 50. Aos alumnos se abonará soldo de soldado, qualquer que seja a sua graduação até segundo sargento. Aos primeiros sargentos abonar-se-ha o soldo do posto e a gratificação de voluntario.

Art. 51. Metade do soldo dos alumnos será recolhida á Caixa Economica, tendo cada um a sua caderneta, que só lhe será entregue quando for desligado da escola com o curso completo.

Art. 52. Uma quinta parte do soldo dos alumnos entrará mensalmente para o cofre do conselho economico, com applicação especial ao pagamento da lavagem de roupa, e a outra parte lhes será distribuida.

Art. 53. Os alumnos, depois de concluirem o respectivo curso, devem ser transferidos para os corpos da arma de que receberam instrucção e serão obrigados a servir o tempo marcado para os voluntarios, percebendo a respectiva gratificação.

Art. 54. Os alumnos que por qualquer circumstancia forem transferidos para os corpos do Exercito antes de concluirem o curso, serão obrigados tambem a servir o tempo marcado para os voluntarios, porém não perceberão a respectiva gratificação.

Art. 55. O tempo de serviço dos alumnos será contado da data de sua transferencia para os corpos do Exercito ou para a Escola Militar.

Art. 56. Os alumnos primeiros sargentos das companhias serão escolhidos de entre os segundos que tiverem concluido o curso com as melhores notas de aproveitamento nas aulas e exercicios e sem nota de castigo nos seus assentamentos.

Art. 57. Tendo exercido durante um anno a sargenteação da companhia, os primeiros sargentos serão substituidos e transferidos para corpos de sua arma, sendo-lhes contado como de serviço, para todos os effeitos, o tempo que passaram na escola no exercicio de seu posto.

Art. 58. Os alumnos graduados, transferidos para os corpos do Exercito com o curso completo, ficarão aggregados, si não houver vagas dos seus postos e deverão passar a effectivos nas primeiras que se derem.

Art. 59. Os alumnos não graduados, que forem transferidos com o curso completo, serão preferidos para o preenchimento das vagas.

Art. 60. Os alumnos, quando doentes, serão tratados na enfermaria do estabelecimento.

Art. 61. Todos os alumnos serão arranchados.

CAPITULO IX

RECOMPENSAS E PENAS

Art. 62. Ao alumno que obtiver boas notas nas aulas theoricas e praticas e for de bom comportamento, poderá o commandante conceder licença, nos domingos e dias feriados, para sahir do estabelecimento, sendo porém acompanhado por pessoa autorizada pelo pae, mãe ou tutor, si a sua idade for menor de 16 annos.

Art. 63. O commandante dará a graduação de segundo sargento, forriçl, cabo de esquadra e inspecção aos alumnos que se distin-

guirem nas aulas do ensino theorico, como nos exercicios praticos, e forem de bom comportamento.

Estas graduações devem ser concedidas successivamente.

Art. 64. Dos alumnos que concluirem o curso com approvação plena em todas as materias do ensino theorico e pratico, os mais distinctos serão matriculados na Escola Militar da Capital Federal.

Art. 65. Aos alumnos menores de 18 annos, que incorrerem em faltas, devem ser impostos os castigos seguintes :

- 1º, privação de recreio ;
- 2º, privação de sahida do estabelecimento ;
- 3º, reprehensão particular ou em ordem do dia ;
- 4º, rebaixamento da graduação ;
- 5º, facha de tres a 20 dias nas horas de recreio ;
- 6º, prisão no xadrez até 12 dias.

Art. 66. As penas dos ns. 1 e 2 do artigo antecedente poderão ser impostas pelo fiscal e commandantes de companhias ; as outras só por ordem do commandante poderão ser applicadas.

Art. 67. O alumno rebaixado só poderá ter alta da graduação, si alcançar boas notas nos exames finaes, tendo tido bom comportamento.

Art. 68. Só em consequencia da pena do n. 6 do art. 65 deixarão os alumnos de frequentar as aulas e exercicios.

Art. 69. O alumno que não se apresentar, terminada a licença que lhe tiver sido concedida, será punido com prisão, tendo-se em consideração o numero de dias de excesso de licença.

Art. 70. O alumno que não se apresentar dentro de 30 dias, depois de terminado o prazo da licença, será excluido da escola.

Art. 71. O alumno que, depois de excluido por excesso de licença, na fórma do disposto no artigo antecedente, apresentar-se á escola ou for capturado, será julgado pelo conselho de disciplina, que arbitrará o castigo, não devendo este exceder de 30 dias de prisão.

Art. 72. O alumno que estiver ausente mais de 30 dias, por excesso de licença, e for apresentado preso, e o que ausentar-se sem licença e estiver fóra da escola por mais de 30 dias, além da prisão arbitrada pelo conselho, ficará privado de sair do estabelecimento antes de decorridos seis mezes, contados da data em que terminar a prisão.

Art. 73. O alumno ausente sem licença, que completar 18 annos de idade durante a ausencia, será transferido para um dos corpos do Exercito, logo que apresentar-se ou for capturado.

Art. 74. O alumno maior de 17 annos, que se tornar incorrigivel ou patentear inaptidão para proseguir nos estudos, será transferido para um dos corpos do Exercito.

Art. 75. O alumno maior de 17 annos, que for reprovado duas vezes nas materias do mesmo anno lectivo, será transferido para um dos corpos do Exercito.

Art. 76. Na applicação dos castigos deve-se attender á idade e robustez do delinquente.

Art. 77. Os alumnos maiores de 18 annos serão punidos por suas faltas de accordo com as leis e regulamentos em vigor no Exercito.

CAPITULO X

DOS CONSELHOS

Art. 78. Haverá na escola tres conselhos:

1º, o de instrucção, composto do commandante, do fiscal, dos professores e dos adjuntos;

2º, o economico, composto do commandante, do fiscal, dos commandantes de companhias e do medico chefe da enfermaria;

3º, o de disciplina, que compor-se-ha do fiscal, do ajudante e de tres commandantes de companhias.

Art. 79. O secretario funcionará nos conselhos de instrucção e no economico.

Art. 80. O conselho de instrucção terá as seguintes attribuições:

1º, interpôr parecer sobre o ensino, quando o commandante determinar;

2º, organizar o horario das aulas e exercicios;

3º, organizar programma circumstanciado para o ensino e para os exames e os pontos;

4º, designar os compendios que devem ser adoptados;

5º, organizar a lista dos alumnos habilitados para os exames geraes;

6º, classificar annualmente, por ordem de merecimento, os alumnos approvados;

7º, propôr ao Governo a acquisição de modelos e apparelhos que julgar necessarios ao ensino;

8º, indicar as medidas que julgar convenientes para melhorar o ensino;

9º, fiscalisar a execução do presente regulamento no que diz respeito ao ensino.

Art. 81. Ao conselho economico compete:

1º, administrar não só o fundo do rancho dos alumnos e das forragens dos animaes, como tambem os destinados a outras verbas de dispendio;

2º, conhecer do estado do cofre no fim de cada mez, verificar os documentos de receita e despeza, e os saldos;

3º, organizar a tabella do rancho dos alumnos e da distribuição das forragens.

Art. 82. O conselho economico reger-se-ha, tanto quanto possivel, pelas disposições do regulamento de 6 de outubro de 1855.

Art. 83. São clavicularios do cofre o commandante, o fiscal e um dos commandantes de companhia; este será substituido de seis em seis mezes.

Art. 84. O conselho reunir-se-ha ordinariamente na primeira quinzena de cada mez e extraordinariamente quando o commandante o determinar.

Art. 85. Compete ao conselho de disciplina :

1º, verificar o máo procedimento dos alumnos que se tornarem indignos de continuar na escola ;

2º, julgar os alumnos que incorrerem na falta — ausencia illegal.

Art. 86. Não poderá fazer parte do conselho o official que tiver dado a parte accusatoria.

Art. 87. Escreverá os termos e interrogatorios, assim como o parecer, o membro mais moderno do conselho.

CAPITULO XI

DAS DEPENDENCIAS DA ESCOLA

Art. 88. Além das accomodações para a secretaria, bibliotheca, casa das ordens, refeitório, arrecadação de equipamento, fardamento e utensilios, sala para alojamentos, com as respectivas arrecadações, corpo de guarda, sala para o official do estado-maior, refeitório, arrecadação de generos alimenticios e forragens, cozinha, banheiros, a escola deve ter :

1º, salas para as aulas theoricas ;

2º, campo para as evoluções ;

3º, sala de armas portateis ;

4º, armazem de artilharia, trem de pontes e instrumentos de sapo ;

5º, sala para esgrima de espada e baioneta ;

6º, sala para apparelho de telegraphia optica e electrica ;

7º, linha de tiro ;

8º, apparelho de gymnastica ;

9º, cavallariças e arrecadação para arreios.

CAPITULO XII

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Art. 89. As nomeações de commandante, fiscal, ajudante, secretario, commandantes de companhias e professores, serão feitas por decreto ; as de amanuenses, guardas, enfermeiros e ajudante de enfermeiro, pelo commandante da escola, sujeitas á approvação do ajudante general ; e as dos outros empregados, por portaria do Ministerio da Guerra.

Art. 90. Além dos livros em uso nos corpos arregimentados do Exército, haverá na secretaria um para o registro dos termos de exames, e os que o commandante julgar necessarios.

Art. 91. O commandante e demais empregados perceberão os vencimentos marcados na tabella annexa ao presente regulamento.

Art. 92. O Governo poderá fazer no presente regulamento as alterações que julgar convenientes e a experiencia demonstrar que são de utilidade para o progresso do ensino.

CAPITULO XIII

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 93. Até que possa a escola fornecer sargentos nas condições exigidas por este regulamento, o ajudante general designará officiaes inferiores dos corpos da guarnição para sargentear as companhias.

Art. 94. Enquanto a escola permanecer na fortaleza de São João, o commandante, o major, o quartel-mestre e o secretario exercerão as respectivas funções na mesma fortaleza, percebendo, como actualmente percebem os da escola de aprendizes artilheiros, as respectivas gratificações pelo excesso de trabalho.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892.—*Francisco Antonio de Moura.*

Tabella de vencimentos dos empregados da Escola de Sargentos

EMPREGOS	VENCIMENTO ANNUAL		OBSERVAÇÕES
	Ordenado	Gratificação	
<i>De administração</i>			
Commandante.....	3:600\$	Além do soldo, etapa e quantitativo para aluguel de criado.
Fiscal.....	2:880\$	Idem.
Ajudante.....	2:520\$	Idem.
Secretario.....	2:520\$	Idem.
Quartel-mestre.....	1:560\$	Idem.
Agente.....	1:560\$	Idem.
Commandante de companhia.....	2:520\$	Idem.
Subalterno.....	1:560\$	Idem.
Amanuense.....	360\$	Além dos vencimentos.
<i>Do ensino</i>			
Professor.....	2:520\$	Além do soldo, etapa e quantitativo para aluguel de criado.
Adjunto.....	1:800\$	Idem.
Mestre de esgrima.....	1:600\$	800\$	Idem.
Mestre de gymnastica.....	1:600\$	800\$	Idem.

Os guardas, além dos seus vencimentos como praças do Exército, terão uma diaria de 700 réis.

Capital Federal, 31 de dezembro de 1892. — Francisco Antonio de Moura.

